



REOT 2023

Relatório do Estado do Ordenamento do Território

DMPE | DOT | DAMA

CASCAIS Para toda a vida

Índice

Índice	I
Índice de Figuras	II
Índice de Tabelas	VIII
Siglas e Acrónimos	X
Parte I	
Introdução	1
1. Introdução	2
1.1. Metodologia	5
1.2. Estrutura do relatório	7
1.3. Enquadramento legal	9
1.4. Enquadramento geográfico	10
Parte II	
Dinâmicas Territoriais	12
2. Sistema natural	13
2.1. Clima	15
2.2. Água	18
2.2.1. Ribeiras e bacias hidrográficas	18
2.2.2. Aquíferos	22
2.2.3. Praias	23
2.3. Solo	27
2.3.1. Geologia e litologia	27
2.3.2. Geomorfologia	28
2.3.3. Aptidão agrícola	29
2.3.4. Valor ecológico do solo	33
2.3.5. Ocupação do solo predominantemente natural	35
2.4. Biodiversidade	37
2.4.1. Ren	38
2.4.2. Áreas protegidas	40
2.4.3. Floresta	46
2.5. Conectividade ecológica	49
2.5.1. Estrutura ecológica municipal	49
3. Sistema social	52

3.1.	Demografia	54
3.1.1.	População residente	54
3.1.2.	Crescimento natural	60
3.1.3.	População estrangeira e dinâmicas migratórias	61
3.1.4.	Dependência	65
3.1.5.	Estrutura familiar	66
3.1.6.	Qualificação da população	68
3.1.7.	Emprego	70
3.2.	Serviços, coesão e equidade	73
3.2.1.	Diagnóstico social	73
3.2.2.	Respostas sociais	76
3.2.3.	Saúde	82
4.	Sistema económico	84
4.1.	Ativos do território	86
4.1.1.	Natureza	86
4.1.2.	Desporto	93
4.1.3.	Cultura	94
4.1.4.	Infraestruturas estratégicas	97
4.1.5.	Património cultural	100
4.1.6.	Turismo	108
4.2.	Tecido empresarial	111
4.2.1.	Empresas	111
4.2.2.	Educação, ciência e inovação	115
5.	Sistema urbano	118
5.1.	Uso e ocupação de solo	121
5.1.1.	Modelo de ocupação espacial do solo	126
5.2.	Edificado	136
5.2.1.	Edificado e alojamentos	136
5.3.	Ambiente urbano	143
5.3.1.	Zonas verdes, jardins e parques	143
5.3.2.	Hortas comunitárias	146
5.3.3.	Qualidade do ar	147
5.4.	Equipamentos de utilidade pública	148
5.4.1.	Equipamentos de ensino	149
5.4.2.	Equipamentos de saúde	153
5.4.3.	Equipamentos sociais	156
5.4.4.	Equipamentos desportivos	158

5.4.5.	Equipamentos culturais	160
5.4.6.	Equipamentos administrativos, de prevenção e de segurança pública	162
5.5.	Redes, infraestruturas e serviços	165
5.5.1.	Água	165
5.5.2.	Energia	171
5.5.3.	Gás	173
5.5.4.	Resíduos	175
5.5.5.	Rede de mobilidade suave	177
5.5.6.	Rede viária	180
5.5.7.	Rede ferroviária	186
5.5.8.	Rede aeroportuária	187
5.5.9.	Infraestrutura marítima	191
5.6.	Mobilidade e transportes	193
5.6.1.	Transporte rodoviário	196
5.7.	Conectividade digital	202
5.7.1.	Telecomunicações	202
5.7.2.	Rede wi-fi e plataformas digitais	204
5.7.3.	Monitorização	205
6.	Instrumentos de gestão territorial	207
6.1.	Programas e planos de âmbito supramunicipal	208
6.1.1.	PROT-AML 2002	208
6.1.2.	POPNSC	210
6.1.3.	POC-ACE	211
6.2.	Planos territoriais de âmbito municipal	212
6.2.1.	Plano Diretor Municipal de Cascais	212
6.2.2.	Unidades de execução e outros planos territoriais	215
7.	Estudos e projetos	231
7.1.	Projetos municipais de maior relevo	232
8.	Vulnerabilidades	240
8.1.	Incêndios	242
8.1.1.	Incêndios rurais	242
8.1.2.	Incêndios urbanos	244
8.2.	Sismos	246
8.3.	Tsunamis	246
8.4.	Instabilidade de vertentes	247
8.5.	Galgamentos costeiros	250
8.6.	Cheias e inundações	251

8.7.	Social	252
8.8.	Ruido	255
8.9.	Alterações climáticas	257
8.10.	Análise de áreas de suscetibilidade	260
9.	Governança	267
9.1.	Orçamento	269
9.2.	Objetivos de desenvolvimento sustentável (ods)	271
9.3.	Os ods na revisão do pdm cascais	274
9.4.	Participação pública	275
9.4.1.	Eleições autárquicas	275
9.4.2.	Orçamento participativo	276
9.4.3.	Instrumentos de gestão territorial	277
9.5.	Cidadania	278
9.5.1.	Voluntariado	278
9.5.2.	Associativismo	279

Parte III

Avaliação do PDM _____ 282

10.	PDM	283
10.1.	Ordenamento	284
10.1.1.	Potencial de edificabilidade	286
10.2.	Condicionantes	289
10.3.	Regulamento	291
10.4.	Programa de execução	293
10.5.	Eixos programáticos	295
10.5.1.	Análise de tendências dos eixos estratégicos	296
10.5.2.	Conclusão das tendências dos eixos territoriais	298
10.6.	Avaliação ambiental estratégica	298
10.6.1.	Conclusão das tendências dos fatores críticos para a decisão	301

Parte IV

Reflexões e Propostas para a Revisão do PDM _____ 302

11.	Reflexões e propostas	303
11.1.	Mobilidade	306
11.2.	Urbanismo	311
11.3.	Património arquitetónico	316
11.4.	Espaço público	317
11.5.	Valorização do solo rústico	318

11.6.	Fundo de sustentabilidade ambiental e urbana	319
11.7.	Angariação de espaços estratégicos	319
11.8.	Autódromo	320
11.9.	Proteção civil	321
11.10.	Racionalização do consumo de água potável	323
11.11.	Novas formas de residências	323
11.12.	Bairros de vizinhança	325
11.13.	Participação pública	325
11.14.	Rentabilização de espaços e equipamentos	327
11.15.	Quadros síntese das reflexões e propostas	331
12.	Conclusão	335
	Bibliografia	339

Índice de Figuras

Figura 1 - Enquadramento Geográfico do Concelho na AML	11
Figura 2 - Freguesias do Município de Cascais	11
Figura 3 - Classificação climática de Köppen-Geiger	15
Figura 4 - Linhas de água e bacias hidrográficas	19
Figura 5 - <i>Aquífero Pisões-Atrozela e localização nas regiões hidrográficas</i>	22
Figura 6 - Pontos de Água no Concelho	23
Figura 7 - Localização das praias de Cascais – QGIS Elaboração própria	24
Figura 8 - <i>Classificação da água balnear</i>	27
Figura 9 - <i>Carta Geológica do concelho de Cascais</i>	28
Figura 10 - A Serra de Sintra entre as plataformas de São João das Lampas e de Cascais, com esboço da disposição das rochas	29
Figura 11 - Carta de Capacidade de Uso do Solo	30
Figura 12 - Região demarcada da vinha de Carcavelos no concelho de Cascais (Portaria nº57/2021 de 12 de Março)	33
Figura 13 - <i>Valor Ecológico do Solo</i>	35
Figura 14 - COS 2023 do concelho de Cascais	36
Figura 15 - <i>Saldo das alterações ocorridas na ocupação do solo em 2023, face a 2018</i>	37
Figura 16 - Reserva Ecológica Nacional do Concelho	40
Figura 17 - Regimes de Proteção do Parque Natural Sintra-Cascais	41
Figura 18 - Rede Natura 2000	43
Figura 19 - Enquadramento territorial da ZEC Sintra/Cascais	44
Figura 20 - Área Marinha Protegida das Avencas	46
Figura 21 - Classificação do tipo de floresta	47
Figura 22 - Evolução do potencial de sumidouro do município até 2050	49
Figura 23 - EEM	50
Figura 24 - População residente na BGRI - censos 2021	54
Figura 25 - População residente, por concelhos, AML e País	55
Figura 26 - Taxa de variação da população residente, por concelhos, AML e País	55
Figura 27 - Variação da população residente por local (adaptado devido à alteração dos limites dos locais censos 2011 vs censos 2021)	56
Figura 28 - Densidade populacional (hab./ km ²) entre 2011 e 2021, por freguesia e concelho	56
Figura 29 - Estrutura etária da população (2011/2021)	57
Figura 30 - Índice de envelhecimento da população por género, por freguesia e no concelho de Cascais	58
Figura 31 - Esperança média de vida à nascença, por sexo, da população residente na AML	58
Figura 32 - Projeção da população residente na AML	59
Figura 33 - Síntese concelhia das projeções demográficas, para o concelho de Cascais - 2030	60
Figura 34 - Taxa bruta de natalidade, de mortalidade e de crescimento natural (‰)	61
Figura 35 - População residente em Cascais, por nacionalidade	62
Figura 36 - População estrangeira residente, por freguesia	62

Figura 37 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Cascais - nacionalidades com maior expressão	63
Figura 38 - Estrutura etária da população estrangeira residente no concelho (2011/2021)	64
Figura 39 - Saldo migratório em Cascais	64
Figura 40 - Índice de dependência de jovens e idosos, no concelho de Cascais	65
Figura 41 - Índice de dependência total, por freguesia e no concelho de Cascais	66
Figura 42 - Dimensão média dos agregados domésticos privados no concelho de Cascais e em Portugal	67
Figura 43 - Núcleos familiares, por freguesia	67
Figura 44 - Dimensão do núcleo familiar, no concelho	67
Figura 45 - Núcleos familiares no concelho de Cascais, por tipo	67
Figura 46 - Número de alunos matriculados, no concelho e por tipo de instituição	68
Figura 47 - Número de alunos matriculados, por nível de ensino	69
Figura 48 - População residente e nível de escolaridade mais elevado completo, no Concelho	69
Figura 49 - Proporção da população residente com o ensino superior completo, por freguesia	70
Figura 50 - População residente com o ensino superior completo por áreas de estudo, no Concelho	70
Figura 51 - População residente com 15 e mais anos de idade por condição perante o trabalho, no concelho	70
Figura 52 - N° de população empregada, por setor de atividade económica, no concelho	71
Figura 53 - N° de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual)	71
Figura 54 - Rendimento bruto declarado por habitante (2016-2023)	72
Figura 55 - IpC per capita na AML e concelhos vizinhos	73
Figura 56 - Taxa de risco de pobreza, na AML	74
Figura 57 - Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, total e por sexo	74
Figura 58 - Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, por grupo etário	75
Figura 59 - Pessoas em Situação de Sem-Abrigo em Cascais	75
Figura 60 - Tipo e n° de pensões da segurança social no concelho	76
Figura 61 - Respostas sociais da Carta Social do ISS - Evolução	78
Figura 62 - Respostas sociais da Carta Social de Cascais - Evolução	79
Figura 63 - Esquema de Organização do CLAS	80
Figura 64 - Tipo de assistência alimentar prestada no concelho de Cascais	81
Figura 65 - Médicas/os por 1000 habitantes, no concelho	82
Figura 66 - N° de concessionários, por praia	87
Figura 67 - Volume total de capturas nominais de pescado, registado na capitania de Cascais	88
Figura 68 - Volume de capturas nominais de pescado, registado na capitania de Cascais	89
Figura 69 - Património Natural Geológico	92
Figura 70 - Lotação dos recintos de espetáculos, no concelho de Cascais	95
Figura 71 - Espetadores de espetáculos ao vivo, por concelho	95
Figura 72 - Visitantes de museus	96
Figura 73 - Exposições realizadas nas Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias	96
Figura 74 - EBITDA da sociedade gestora do Autódromo do Estoril, CE – Circuito Estoril, S.A.	98

Figura 75 - Património cultural Imaterial	102
Figura 76 - Sítio arqueológico	103
Figura 77 - Sítio arqueológico subaquático	104
Figura 78 - Elementos singulares de interesse relevante e arte pública	107
Figura 79 - Núcleos Urbanos de Valor Patrimonial	108
Figura 80 - Capacidade e tipo de alojamento, no concelho	109
Figura 81 - Nº e tipo de alojamento, no concelho	109
Figura 82 - Estada média nos estabelecimentos hoteleiros, por tipo, no concelho	110
Figura 83 - Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico, do concelho	110
Figura 84 - Nº total de empresas no concelho - com exceção das empresas classificadas no CAE, nas secções K (Atividades Financeiras e de Seguros) e secção O (Administração Pública e Defesa)	111
Figura 85 - Nº de no concelho - com exceção das empresas classificadas no CAE, nas secções K (Atividades Financeiras e de Seguros) e secção O (Administração Pública e Defesa)	112
Figura 86 - Nascimentos e morte de empresas (total), no concelho	113
Figura 87 - Volume de negócios (€) das empresas (total), no concelho	113
Figura 88 - Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) (N.º) nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento	116
Figura 89 - Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) por 1000 habitantes (N.º) nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento	116
Figura 90 - Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento	117
Figura 91 - Alteração de ocupação do solo, para território artificializado	123
Figura 92 - Alteração de ocupação do solo, para território artificializado	123
Figura 93 - Solo artificializado alterado (por tipo), da COS 2018 para a COS 2023 – Nível 4	124
Figura 94 - Densidade de alojamentos (N.º/ km²)	126
Figura 95 - Operações urbanísticas por tipo	127
Figura 96 - Nº de loteamentos emitidos entre 2016 e 2023 no concelho	128
Figura 97 - Área loteada por ano e por freguesia, entre 2016 e 2023	128
Figura 98 - Distribuição das áreas AUGI, por freguesia	128
Figura 99 - Áreas AUGI regularizadas através de Loteamentos e/ou licenciamentos	129
Figura 100 - Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas em 2023	133
Figura 101 - Receitas urbanísticas por origem	135
Figura 102 - Nº de edifícios por concelhos e taxa de variação	136
Figura 103 - Nº de edifícios, por freguesia e taxa de variação	136
Figura 104 - Nº de edifícios construídos por época, no concelho	137
Figura 105 - Nº de edifícios construídos por tipo de utilização, no concelho	137
Figura 106 - Nº de alojamentos por edifícios exclusivamente residenciais (em 2021), por freguesia	137
Figura 107 - Nº de edifícios e dimensão da reparação (em 2021), por freguesia	138
Figura 108 - Taxa de variação dos alojamentos	138
Figura 109 - Nº de alojamentos familiares clássicos construídos entre 2016 e 2021, por forma de ocupação	139
Figura 110 - Nº de alojamentos familiares clássicos no concelho e forma de ocupação	139
Figura 111 - Nº de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar e tipologia do fogo, no concelho	140
Figura 112 - Total de fogos construídos no período, por tipologia	140

Figura 113 – Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares, no concelho e por freguesia	140
Figura 114 – Comparação do valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares e valor mediano de avaliação bancária, no concelho	141
Figura 115 – Nº de certificados energéticos emitidos em Cascais	142
Figura 116 – Classificação energética dos edifícios (hab. e serviços) entre 2016 e 2023	143
Figura 117 – Distribuição dos Espaços verdes no concelho de Cascais, por tipologia	144
Figura 118 – Espaços verdes no concelho de Cascais, por tipologia	144
Figura 119 – Distribuição dos Espaços verdes no concelho de Cascais	145
Figura 120 – Espécies de árvores existentes em espaço público do concelho e quantificação	145
Figura 121 – Distribuição das árvores existentes em espaço público do concelho	146
Figura 122 – Evolução das hortas comunitárias	147
Figura 123 – Nº de equipamentos no concelho, por tipologia e freguesia	149
Figura 124 – Rede escolar pública, no concelho	151
Figura 125 – Distribuição da rede escolar pública, no concelho	151
Figura 126 – Rede escolar privada, no concelho	152
Figura 127 – Distribuição da rede escolar privada, no concelho	152
Figura 128 – Equipamentos de saúde da rede pública - hospitais e unidades funcionais	154
Figura 129 – Localização das Farmácias	155
Figura 130 – Equipamentos sociais	157
Figura 131 – Nº de equipamentos – Inquérito CEDRU e Carta Social ISS	158
Figura 132 – População alvo	158
Figura 133 – Projetos municipais indicados na Carta do Desporto (de 2009) e grau de realização (em 2023)	159
Figura 134 – Evolução do nº de instalações desportivas entre 2015 e 2023	159
Figura 135 – Distribuição dos equipamentos desportivos	160
Figura 136 – Distribuição dos equipamentos culturais	161
Figura 137 – Evolução do nº de equipamentos culturais, por tipologia	162
Figura 138 – Distribuição dos equipamentos da administração pública	163
Figura 139 – Distribuição dos equipamentos de prevenção e segurança pública – áreas de Influência	164
Figura 140 – Corporações de bombeiros – áreas de influência	165
Figura 141 – Água distribuída/consumida por habitante	166
Figura 142 – Perdas Reais m ³ / ano	166
Figura 143 – Representação esquemática do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril e dos limites da respetiva área de atendimento	167
Figura 144 – Rede de Drenagem de águas residuais	169
Figura 145 – Rede de Drenagem de águas pluviais	169
Figura 146 – Águas Residuais Drenadas e Tratadas - Evolução anual do volume de águas residuais coletadas/tratadas	170
Figura 147 – Reutilização de águas residuais tratadas - volume de águas residuais tratadas em ETAR que são objeto de reutilização	170
Figura 148 – Coletores rehabilitados nos últimos cinco anos (Km)	171
Figura 149 – Rede elétrica	172
Figura 150 – Consumo de energia elétrica (kWh) no concelho de Cascais	172
Figura 151 – Consumo de energia elétrica (kWh), por tipo, no concelho de Cascais	173
Figura 152 – Consumo de energia elétrica por habitante (kWh) no concelho de Cascais	173
Figura 153 – Rede de gás	174
Figura 154 – Localização de contentores indiferenciados, seletivos e oleão	175

Figura 155 – Quantidade de resíduos urbanos, por tipologia (ton)	176
Figura 156 – Resíduos urbanos seletivos, por tipologia (ton e percentagem)	177
Figura 157 – Valorização e destino final de resíduos	177
Figura 158 - Rede pedonal	178
Figura 159 – Percursos de recreio	179
Figura 160 – Rede ciclável	180
Figura 161 – Rede viária do concelho de Cascais e extensão da rede viária, por nível hierárquico	181
Figura 162 – Média de carregamento por utilizador e média de consumos por carregamento	184
Figura 163 – Nº de tomadas por 100 km por rodovia e nº de tomadas por 100000 hab	184
Figura 164 – Acidentes de viação, no concelho	185
Figura 165 - N.º de voos por regiões, no período de 2016 a 2023	189
Figura 166 - N.º de passageiros por regiões embarcados/desembarcados, no período de 2016 a 2023	190
Figura 167 – Zona portuária de Cascais	191
Figura 168 – Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante do concelho, na Grande Lisboa (NUT 2024)	193
Figura 169 – Principal meio de transporte da população empregada ou a frequentar o sistema de ensino que vive a maior parte do ano no alojamento e que utiliza transporte nas deslocações casa/trabalho/escola, no concelho	194
Figura 170 – Tráfego anual na A5 e A16	194
Figura 171 – Principal meio de transporte da população empregada ou a frequentar o sistema de ensino que vive a maior parte do ano no alojamento e que utiliza transporte nas deslocações casa/trabalho/escola	195
Figura 172 – Carreiras intermunicipais	197
Figura 173 - N.º médio de circulações diárias programadas	198
Figura 174 - Rede de carreiras e paragens municipais	198
Figura 175 – Evolução do nº de carreiras existentes e circulação média diária das carreiras, por ano e operadora	199
Figura 176 – Evolução da Extensão das linhas de carreiras (km) e da distância média entre paragens (m), por ano e operadora	199
Figura 177 - Mapa da cobertura territorial (Martín e Cascais Próxima)	200
Figura 178 – Rede de Antenas em Cascais	203
Figura 179 – Nº de acessos à Internet em banda larga em local fixo	203
Figura 180 – Unidades de Execução	223
Figura 181 – Planos de Pormenor	229
Figura 182 – Planos de Urbanização	230
Figura 183 – Faixa de gestão de combustíveis	243
Figura 184 – Incêndios rurais – áreas ardidas	244
Figura 185 – Incêndios urbanos no concelho, por tipo	245
Figura 186 – Hidrantes no concelho	246
Figura 187 – Instabilidade de vertentes e ocorrências de movimentos de massa	248
Figura 188 – Faixa de risco de proteção da arriba e ocorrências de erosão costeira	249
Figura 189 – Áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de galgamentos oceânicos e ocorrências de agitação marítima	250
Figura 190 – Áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de cheias e inundações e ocorrências de cheias e inundações	252
Figura 191 – Evolução dos crimes registados pelas autoridades policiais para o período 2016 - 2023, no concelho	253

Figura 192 - Crimes registados pelas autoridades policiais no concelho e categoria de crime	254
Figura 193 – Carta de Identificação de Zonas de Conflito	256
Figura 194 - Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica em 2050	259
Figura 195 – Edifícios em áreas de suscetibilidade sísmica moderada ou elevada	262
Figura 196 – Nº de indivíduos em áreas de suscetibilidade sísmica moderada ou elevada - considerando a metodologia do cálculo de proporção	262
Figura 197 – Edifícios em áreas de suscetibilidade de movimentos de massa de vertente moderada ou elevada	263
Figura 198 – Nº de indivíduos em áreas de suscetibilidade de movimentos de massa de vertente moderada ou elevada - considerando a metodologia do cálculo de proporção	263
Figura 199 – Edifícios em faixa de risco de proteção à crista da arriba	264
Figura 200 – Nº de indivíduos na faixa de risco de proteção à crista da arriba - considerando a metodologia do cálculo de proporção	264
Figura 201 – Edifícios em áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de tsunami	265
Figura 202 – Nº de indivíduos em áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de tsunami - considerando a metodologia do cálculo de proporção	265
Figura 203 – Edifícios em áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de cheias e inundações	266
Figura 204 – Nº de indivíduos em áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de cheias e inundações - considerando a metodologia do cálculo de proporção	266
Figura 205 – Total de receitas cobradas e despesas pagas no município de Cascais, entre 2016 e 2023	269
Figura 206 – Proveniência das receitas do município de Cascais, para o período compreendido entre 2016 e 2023	270
Figura 207 – Proveniência das despesas do município de Cascais, para o período compreendido entre 2016 e 2023	270
Figura 208 – Visto ODS	273
Figura 209 – Propostas de reunião de câmara	273
Figura 210 - ODS	274
Figura 211 - Inscritos e votantes nas eleições municipais	276
Figura 212 - Nº total de participantes nos IGT's de Cascais	278
Figura 213 – Financiamento no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo Cultural e Recreativo (RMAAC)	280
Figura 214 – Entidades financiadas por freguesias	281
Figura 215 – Potencial de Edificabilidade	288
Figura 216 - Eixos Estratégicos e Objetivos do PDM	296

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Regiões hidrográficas e bacias hidrográficas existentes	18
Tabela 2 - Principais características das bacias hidrográficas	20
Tabela 3 - Monitorização da Qualidade da Água das Ribeiras do Município de Cascais	21
Tabela 4 - Praia definidas no POC-ACE e tipo	25
Tabela 5 - Parâmetros para avaliação das águas balneares	26
Tabela 6 - Representação das tipologias de solos existentes no concelho de Cascais em percentagens	30
Tabela 7 - Ocupação do solo das áreas delimitadas como RAN – Nível 1	31
Tabela 8 - COS 2023 do concelho de Cascais	36
Tabela 9 - Tipologias da REN no concelho de Cascais	39
Tabela 10 - Classificação do tipo de floresta – Uso e ocupação do solo florestal no concelho de Cascais	47
Tabela 11 - Comparação da capacidade de sumidouro (tCO ₂ e) prevista no Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica e constatada no Plano Municipal de Ação Climática	48
Tabela 12 - Estrutura Ecológica Municipal em 2023, em percentagem	51
Tabela 13 - Nº de respostas	77
Tabela 14 - Nº de respostas	79
Tabela 15 - Nº de apanhadores de animais	87
Tabela 16 - Volume de capturas nominais de pescado, registado por capitania	88
Tabela 17 - Faturação das capturas nominais de pescado, registado por capitania	89
Tabela 18 - Área e objetivos da Estratégia Municipal para o Mar	91
Tabela 19 - Empresas e postos de trabalho criados com o apoio da DNA Cascais	114
Tabela 20 - Tipos de território artificializado no concelho de Cascais	122
Tabela 21 - Nº de Incentivos fiscais por ano	134
Tabela 22 - Certidões emitidas em Área de reabilitação urbana	135
Tabela 23 - Poluentes medidos na Estação de Qualidade do Ar de Cascais	148
Tabela 24 - Índice de qualidade do ar em Cascais	148
Tabela 25 - Plano de Ação da Carta Educativa de 2018	150
Tabela 26 - Nº de equipamentos por Domínio social	157
Tabela 27 - Equipamentos da administração pública	163
Tabela 28 - Força de segurança e equipamentos de prevenção e segurança pública	164
Tabela 29 - Parques Fechados (Cobertos e Descobertos)	183
Tabela 30 - Tipos de Carregamento em Cascais, 2025	185
Tabela 31 - Tipologia e lotação dos veículos	200
Tabela 32 - Praças de táxis por freguesia e nº de lugares	201
Tabela 33 - Enquadramento legal da dinâmica do PDM de Cascais	214
Tabela 34 - Síntese dos PMOT's e Unidades de Execução [em vigor/ em alteração/ em elaboração]	217
Tabela 35 - Estudos e projetos relevantes no município de Cascais	232
Tabela 36 - Indicadores de evolução das arribas no período 1942-2008.	249
Tabela 37 - Tipos de vulnerabilidades e edifícios e população afetada	261
Tabela 38 - ODS	271
Tabela 39 - Orçamento Participativo	276

Tabela 40 - Orçamento Participativo Jovem	277
Tabela 41 - Quadro síntese da evolução da classificação e qualificação do solo [2015 > 2023]	286
Tabela 42 - Quadro Geral dos "Territórios Disponíveis" por classificação e qualificação de solo	287
Tabela 43 - Condicionantes	290
Tabela 44 - Análise das propostas realizadas nos instrumentos de gestão territorial e sua materialização/concretização	294
Tabela 45 - Síntese de indicadores de cada Eixo Estratégico	298
Tabela 46 - Fatores Críticos para a Decisão	299
Tabela 47 - Síntese dos Indicadores de cada Fator crítico para a decisão	301
Tabela 48 – <i>Opções estratégicas</i>	331

Siglas e Acrónimos

A

A5 – Autoestrada nº 5
A16 – Autoestrada nº 16
ACES – Agrupamento de Centros de Saúde de Cascais
ADENE – Agência para a Energia
AdC – Águas de Cascais
AdP – Águas de Portugal
AdTA – Águas do Tejo Atlântico
AE – Agrupamento de Escolas
AFOLU – Agriculture, Forestry and Other Land Uses - Agricultura Florestas e Outros Usos do Solo
AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo
AML – Área Metropolitana de Lisboa
AMP – Áreas Marinhas Protegidas
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
ARS – Administrações Regionais de Saúde
ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
ARU – Área de Reabilitação Urbana
ASCENDI – AutoEstradas da Costa de Prata, S.A.
AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal

B

Bicas – Sistema público de bicicletas partilhadas de Cascais
BGRI – Base Geográfica de Referenciação de Informação
BRISA – Auto-estradas de Portugal, S.A
BRT – Bus Rapid Transit

C

C₂ – Centro de Controlo de Cascais
C₆H₆ – Benzeno
CAE – Código de Atividade Económica
CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCDR-LVT, I.P. – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Instituto Público
CEDRU – Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano
CIM – Conjunto de Interesse Municipal
CINC – Concurso Ideias e Negócios de Cascais
CIP – Conjunto de Interesse Público
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CLIC – Conselho Local para a Inclusão em Cascais
CMC – Câmara Municipal de Cascais
CO – Monóxido de carbono
COVID-19 – Coronavirus Disease 2019
COS – Carta de Uso e Ocupação do Solo
CP – Comboios de Portugal, Entidade Pública Empresarial
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CSF – Comissões Sociais de Freguesia
CVL – Complexo Vulcânico de Lisboa
C&SIG – Cartografia & Sistemas de Informação Geográfica

D

DAMA – Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território
DAM/DQAM - Departamento de Ambiente / Divisão de Qualificação Ambiental da Câmara Municipal de Cascais
DAT- Departamento de Autoridade de Transportes
dB(A) - Decibel (A-weighted)
DGT – Direção Geral do Território
DGADR – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGRM- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
DHS – Departamento de Habitação Social
DLU- Departamento de Licenciamentos Urbanos
DMAG/DFI – Direção Municipal de Apoio à Gestão / Departamento Financeiro
DME - Distance Measuring Equipment – Equipamento de Medição de Distância
DNA – Agência de Empreendedorismo do Concelho de Cascais
DOC – Denominação de Origem Controlada
DORT- Divisão de Ordenamento do Território
DPE – Departamento de Planeamento Estratégico
DR – Diário da República
DRES - Divisão de Planeamento e Rede Social
DTCE– Desenvolvimento Turístico da Costa do Estoril, Empresa Municipal

E

EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
EEC – Estrutura Ecológica Complementar
EEF – Estrutura Ecológica Fundamental
EEM – Estrutura Ecológica Municipal
EEU – Estrutura Ecológica Urbana
ELH - Estratégia Local de Habitação
EMAC – Cascais Ambiente, Empresa de Ambiente de Cascais, Empresa Municipal
EMQAr - Estação de Monitorização da Qualidade do Ar
ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Interação de Pessoas em Situação de Sem Abrigo
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, Sociedade Anónima
ERPI - Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas
ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ESG- Environmental, Social, and Governance
ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETI - Equivalente a Tempo Integral
ETFL - Estação de Tratamento da Fase Líquida
ETFS - Estação de Tratamento da Fase Sólida

F

FBO - Fixed-Base Operator

G

GEE – Gases de Efeito de Estufa
GEMTE - Grupo de Empregabilidade Territorial
GeoCascais – Sistema de Informação Geográfica da Câmara Municipal de Cascais
GEMTE - Grupo de Empregabilidade Territorial
GIP - Gabinete de Inserção Profissional
GPL - Gás de Petróleo Liquefeito
GRMS - Estação de Regulação e Medição de Gás Natural

I

I&D – Investimento em Investigação e Desenvolvimento
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IFR - Instrument Flight Rules - Regras de Voo por Instrumentos
IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
IGT - Instrumentos de Gestão Territorial
IIP – Imóvel de Interesse Público
IM - Imóvel de Interesse Municipal
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
INE – Instituto Nacional de Estatística
IP – Infraestruturas de Portugal
IpC – Índice de Poder de Compra
IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISEGI – Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação
ISM - Índice de Sustentabilidade Municipal
ISS– Instituto da Segurança Social
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
IVC – Imóvel em Vias de Classificação

K

Km – Quilómetros
Km² – Quilómetros Quadrados
ktCO₂e – Toneladas de dióxido de carbono equivalente
kWh - Quilowatt-hora

L

LBPSOTU – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo
LC - Licenças de Construção
Lden - Level day-evening-night – Nível de ruído dia-entardecer-noite.
Iden / In – Indicadores acústicos regulamentares
LED - Light Emitting Diode
Ln - Level night – Nível de ruído no período nocturno
LU – Licenças de Utilização
LULUCF – Land use, land use change and forestry - Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Florestas

M

M – Metros
M³- metros cúbicos
ME – Ministério da Educação
MES - Maciço Eruptivo de Sintra
Mobi Cascais – Sistema Integrado de Mobilidade Municipal

N

NCV – Número de Controlo Veterinário
NDB - Non-Directional Beacon – Rádio-farol não direcional
NE– Núcleo Executivo
NLI -Núcleo Local de Inserção
NMP – Número Mais Provável
NO₂ – Dióxido de Azoto
Nova SBE – Universidade Nova - School of Business & Economics
N-S – Norte Sul
NUTS– Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

O

O₃ – Ozono Atmosférico
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OP – Orçamento Participativo
OPJ – Orçamento Participativo Jovem
ORU - Operação de Reabilitação Urbana

P

PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego
PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
PAMUS - Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável
PARU - Plano de Ação de Reabilitação Urbana
PCI – Património Cultural Imaterial
PDM – Plano Diretor Municipal
PDM-Cascais – Plano Diretor Municipal de Cascais
PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PEEM – Plano Estratégico Educativo Municipal
PEPNSC – Programa Especial do Parque Natural de Sintra-Cascais
PEOT – Planos Especiais de Ordenamento do Território
PER – Programa Especial de Realojamento
PLPS - Plano Local de Promoção da Saúde
PM10 - Partículas sólidas ou líquidas no ar com um diâmetro aerodinâmico inferior a 10 micrómetros (µm)
PMAAC-AML - Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa
PMAC2 - Plano Municipal de Ação Climática de Cascais
PMOT - Planos Municipais de Ordenamento do Território
PMRR - Plano Municipal de Redução de Ruído
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNSC – Parque Natural de Sintra-Cascais
POC – Programa da Orla Costeira
POC-ACE – Programa da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel
POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POOC-CSJB- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela–Forte de S. Julião da Barra
POOC-SS - Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado
POPNSC - Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais
POR Lisboa – Programa Operacional da Região de Lisboa
PP – Plano de Pormenor
PRR- Plano de Recuperação e Resiliência
PROF-LVT - Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PROT-AML - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
ProCASC – Projeto da Carta Arqueológica Subaquática de Cascais
PSRN2000 – Plano Setorial da Rede Natura 2000
PSP- Polícia de Segurança Pública
PU – Plano de Urbanização
PUACE – Plano de Urbanização do Aeroporto de Cascais e Envolvente
PUCS – Plano de Urbanização da Costa do Sol

Q

QualAr – Qualidade do Ar
QGIS - Quantum GIS

R

RAN – Reserva Agrícola Nacional
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
REN – Reserva Ecológica Nacional
REOT – Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território
RGR – Regime Geral de Ruído
RJGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RLV – Revisão Local Voluntária
RMAAC- Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo Cultural e Recreativo
RNTGN – Rede Nacional de Transporte de Gás Natural
RNC2050 – Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
RSI – Rendimento Social de Inserção

S

SAF – Superfícies Agroflorestais
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Scotturb – Transportes Urbanos, Lda
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SID – Standard Instrument Departure – Saída Padrão por Instrumentos
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento
SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil
SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SNS – Serviço Nacional de Saúde
SPO – Sistema de Processos de Obras
SPTP – Serviço Público Rodoviário Regular de Transporte de Passageiros
STAR – Standard Terminal Arrival Route – Chegada Padrão por Instrumentos.
SUB-UOPG – Subunidade Operativa de Planeamento e Gestão

T

TMA – Terminal Maneuvering Area – Área Terminal de Controlo.
Ton – Toneladas
TP – Transporte Público
Tratolixo- Tratamento de Resíduos Sólidos - Empresa Intermunicipal
TVDE – Transporte em Veículos Descaracterizados

U

UE – Unidade de Execução
ULS – Unidade Local de Saúde
Un – Unidade
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
USF – Unidade de Saúde Familiar
UV – Ultravioleta

V

VLN – Via Longitudinal Norte
VLS – Via Longitudinal Sul
VOC – Via Oriental de Cascais

VOR – VHF Omnidirectional Range – Auxílio de navegação que fornece rumo magnético para/desde a estação.

Z

ZEC – Zona Especial de Conservação

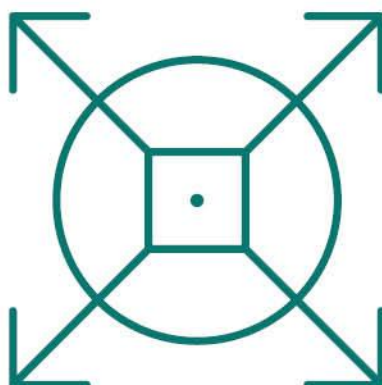
ZPE - Zona de Proteção Especial

Parte I

Introdução

1.

Introdução



O concelho de Cascais apresenta uma identidade territorial marcada pela articulação entre a frente atlântica e a serra de Sintra, que lhe conferem singularidade paisagística e ambiental no contexto metropolitano. A sua localização estratégica, associada a dinâmicas demográficas, económicas e culturais diversificadas, reforça a relevância do concelho no ordenamento territorial da Área Metropolitana de Lisboa.

Mais do que os recursos naturais ou construídos, é a comunidade local que constitui o elemento central deste território, sendo determinante garantir a sua qualidade de vida, a coesão social e a valorização sustentável dos recursos disponíveis.

O Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) assume, atualmente, um papel determinante na análise e monitorização das dinâmicas territoriais do concelho. Este instrumento permite uma leitura abrangente e fundamentada das transformações em curso, seja ao nível social, económico, ambiental ou infraestrutural. A sua relevância reside na capacidade de identificar os resultados alcançados, bem como os domínios em que importa consolidar, ajustar ou reforçar a atuação municipal.

Ao mesmo tempo, o REOT serve de alerta para os desafios e constrangimentos que persistem ou emergem. É fundamental que exista uma abordagem crítica e construtiva perante os aspetos menos positivos, promovendo uma cultura de avaliação contínua e de ajustamento das políticas públicas. Só com este exercício regular de autoavaliação será possível corrigir trajetórias, otimizar recursos e redirecionar estratégias que não estejam a produzir os resultados desejados.

Vivemos numa sociedade marcada pela incerteza, pela aceleração tecnológica e pela constante mutação das dinâmicas populacionais e económicas. Neste contexto, modelos de planeamento excessivamente rígidos podem revelar menor capacidade de adaptação face à rápida evolução das dinâmicas territoriais. A agilidade e a resiliência tornaram-se, por isso, dimensões centrais do planeamento territorial, exigindo uma maior capacidade de resposta às novas realidades.

Assim, os futuros ciclos de planeamento municipal, designadamente no âmbito da revisão do PDM, devem ser pensados enquanto processos vivos, flexíveis e adaptáveis. Esta flexibilidade não deve, contudo, comprometer a preservação dos valores identitários dos cascaenses, nem colocar em causa o equilíbrio ambiental e social do território. Antes, deve permitir a incorporação de novas oportunidades, acolher tendências emergentes e responder de forma mais eficaz a riscos imprevistos, sejam eles naturais ou resultantes da ação humana.

A construção de PDM flexíveis passa, por um lado, pela definição de quadros estratégicos amplos, que orientem a ação municipal sem restringir em excesso a autonomia local. Por outro, envolve mecanismos de revisão periódica e processos participativos, onde as

pessoas, entidades locais e especialistas possam contribuir ativamente para a atualização dos instrumentos de ordenamento.

No quadro da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPSOTU), aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, nas respetivas redações em vigor, incumbe às entidades territoriais competentes assegurar uma avaliação contínua e sistemática da implementação das políticas de ordenamento do território e urbanismo vertidas nos programas e planos territoriais.

O dever que se impõe ao Estado, às regiões autónomas e às autarquias locais de levar a efeito um exercício contínuo de recolha de informação tendente ao preenchimento dos parâmetros e indicadores previamente definidos e sistematizados que permitam a monitorização e avaliação do mérito da estratégia, objetivos e resultados obtidos ao nível da execução dos instrumentos de gestão territorial e consequente elaboração dos respetivos relatórios resulta do preceituado nos n.ºs. 1 e 2 do artigo 57.º, da LBPSOTU e nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 189.º do RJIGT.

Assim, o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) constitui um elemento estruturante e uma base técnica essencial para a promoção de qualquer alteração, revisão ou revogação de um programa ou plano territorial, servindo-lhe necessariamente de fundamento, constituindo, nessa medida, uma ferramenta essencial para garantir a fundamentação técnica, a transparência e a coerência dos processos de planeamento e gestão territorial.

Muito mais do que uma obrigação decorrente da lei, o REOT deve ser encarado como um mecanismo de suporte à decisão estratégica, contribuindo para o reforço de uma cultura de planeamento informada, dinâmica e ajustada à realidade do território, dando expressão aos princípios de governança territorial, transparência, participação pública e melhoria contínua das políticas públicas.

Ao integrar a análise das dinâmicas em curso, o REOT permite não só aferir a eficácia dos instrumentos de planeamento, como também identificar tendências, pressões e oportunidades que devem ser consideradas na definição de políticas públicas orientadas para a otimização do uso do solo, da coesão territorial, da resiliência urbana e da sustentabilidade.

No contexto municipal, o REOT, cuja elaboração assume uma periodicidade quadrienal obrigatória, corporiza o instrumento fundamental de diagnóstico, acompanhamento e avaliação da execução das estratégias e diretrizes plasmadas no Plano Diretor Municipal.

No seguimento do trabalho técnico iniciado com a construção de uma matriz de indicadores de monitorização em 2016 (Fase 1), o presente REOT corresponde ao primeiro exercício sistematizado, concluído e submetido no âmbito do atual modelo metodológico adotado pelo Município de Cascais para a avaliação do estado do ordenamento do território.

Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento e monitorização territorial desenvolvidos pelo Município, este relatório consolida e operacionaliza um sistema de monitorização territorial mais estruturado, em alinhamento com os princípios da avaliação contínua das políticas públicas de ordenamento do território e da gestão eficiente dos recursos territoriais.

A matriz inicial de indicadores, desenvolvida como instrumento preliminar de análise, permitiu identificar domínios prioritários para a monitorização do território, que agora se materializa com o presente relatório. Com este documento, inicia-se formalmente o processo sistemático de avaliação da execução do PDM, num contexto de crescente complexidade territorial e de exigência na gestão integrada do território municipal.

A análise desenvolvida visa apoiar um novo ciclo de planeamento e de gestão territorial para o horizonte 2030-35, promovendo uma visão estratégica orientada para a sustentabilidade, a coesão territorial e a qualidade de vida da população. Esta visão territorial assenta na compreensão das dinâmicas locais e regionais, tendo em consideração o posicionamento de Cascais na Área Metropolitana de Lisboa (AML), na NUTS II Lisboa e no contexto nacional.

O sistema de monitorização instituído pelo Município de Cascais assenta numa base de dados georreferenciada e integrada, criada para viabilizar uma avaliação objetiva e sustentada do desempenho do modelo territorial em vigor. Esta ferramenta analítica permite identificar tendências de evolução, desvios face aos objetivos estratégicos, bem como antecipar riscos e oportunidades e, sobretudo, propor soluções estratégicas que orientem a tomada de decisão futura relativamente à eventual necessidade de revisão do Plano Diretor de Cascais (PDM-Cascais) atual.

Pretende-se, por conseguinte, que este REOT configure um instrumento estruturante de apoio à formulação de políticas públicas mais eficazes e consistentes, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável, da governança participada, da equidade territorial e da salvaguarda do interesse público.

1.1. METODOLOGIA

A metodologia subjacente à elaboração do REOT do concelho de Cascais assentou numa abordagem técnica e criteriosa, orientada para a produção de informação estruturada, pertinente e operacional, adequada ao apoio à decisão estratégica e à monitorização da execução do PDM.

O processo teve por base a matriz de indicadores definida no documento REOT – Fase I: Construção da Matriz de Indicadores, elaborado em 2015, num contexto em que o PDM de Cascais, embora estruturado por eixos estratégicos e objetivos territoriais, não integrava um sistema formalizado de indicadores de monitorização. A matriz então desenvolvida assumiu, assim, um papel metodológico estruturante, procurando assegurar uma base de acompanhamento da execução do plano e das dinâmicas territoriais do concelho.

A matriz original integrava 530 indicadores, tendo sido realizado um levantamento sistemático da informação disponível e posteriormente uma seleção orientada por critérios de relevância, atualidade, robustez metodológica e aplicabilidade operacional. Desta forma, foram considerados 214 indicadores, privilegiando-se aqueles que asseguravam maior consistência analítica e utilidade para a monitorização territorial. Esta opção permitiu reduzir redundâncias e evitar a utilização de variáveis suportadas por informação incompleta, desatualizada ou de reduzida relevância estratégica.

A utilização de dados maioritariamente reportados a 2023 resulta da disponibilidade estatística existente à data de elaboração do relatório e da opção metodológica de trabalhar exclusivamente com informação estabilizada e validada, proveniente de fontes oficiais. Esta abordagem permite assegurar consistência temporal e fiabilidade na leitura das dinâmicas territoriais e das tendências estruturais do município.

A correspondência entre indicadores, eixos do PDM e Fatores Críticos para a Decisão foi mantida exclusivamente para os indicadores já constantes da matriz original de 2015/2016. Os indicadores posteriormente integrados assumem natureza complementar, tendo sido incorporados em função da sua relevância para a leitura atual das dinâmicas territoriais e para o reforço da capacidade de monitorização do REOT.

A ausência de uniformização metodológica entre relatórios de avaliação do ordenamento do território limita a comparabilidade entre municípios, regiões e instrumentos de gestão territorial. Neste contexto, foram igualmente considerados alguns dos indicadores utilizados no REOT do PNPOT e no REOT da AML, complementados por métricas ajustadas à realidade territorial do concelho de Cascais.

A recolha de informação baseou-se em fontes institucionais credíveis e complementares, designadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE), a PORDATA, diversas unidades orgânicas da Câmara Municipal de Cascais e plataformas municipais, como o GeoCascais e o Cascais Data. A informação recolhida foi sistematizada através de fichas técnicas de indicadores, sem prejuízo da integração direta de conteúdos de natureza predominantemente descritiva ou qualitativa no corpo do relatório.

A elaboração do REOT evidenciou igualmente constrangimentos associados à disponibilidade, sistematização e compatibilização de informação proveniente de diferentes

entidades, circunstância que condiciona, em alguns domínios, a construção de séries temporais homogéneas e comparáveis.

Nestes termos, a metodologia adotada procurou assegurar um equilíbrio entre rigor técnico, clareza analítica e utilidade operacional, reforçando o papel do REOT enquanto instrumento de monitorização territorial, de apoio à decisão estratégica e de suporte à revisão, implementação e avaliação do PDM.

1.2. ESTRUTURA DO RELATÓRIO

Com o objetivo de assegurar uma sistematização coerente e uma compreensão mais eficaz dos conteúdos apresentados, o 1.º REOT do Município de Cascais contempla uma parte inicial, de carácter introdutório, a que se seguem outras três partes que se interrelacionam e que, em conjunto, permitem a realização de um diagnóstico completo do estado do ordenamento do território:

- **Relatório**

Parte I – Enquadramento Geral, Metodológico, Legal e Territorial: inclui uma breve introdução, a abordagem metodológica adotada, a definição da estrutura do relatório, bem como os enquadramentos legal e geográfico, complementados com o perfil concelhio.

Parte II – Dinâmicas Territoriais: versa sobre a análise dos principais indicadores de evolução territorial, encontrando-se organizada em oito capítulos correspondentes a diferentes domínios temáticos:

Capítulo 2 - Sistema Natural - Engloba a caracterização climática, recursos hídricos, qualidade do ar, solos, biodiversidade e áreas protegidas.

Capítulo 3 - Sistema Social - Analisa a evolução demográfica, estrutura populacional, coesão social, serviços de saúde, educação e apoio social, com destaque para os desafios associados ao envelhecimento populacional e à inclusão social.

Capítulo 4 - Sistema Económico - Aborda os ativos territoriais, o tecido empresarial, o mercado de trabalho, o turismo, a inovação e o capital humano, evidenciando as dinâmicas económicas e os investimentos estratégicos em curso.

Capítulo 5 - Sistema Urbano - Foca-se na ocupação do solo, estrutura urbana, infraestruturas técnicas (água, energia, resíduos, telecomunicações), mobilidade e transportes, habitação, equipamentos coletivos, ambiente urbano e reabilitação, conectividade digital, promovendo uma visão integrada do desenvolvimento urbano e da qualidade de vida.

Capítulo 6 – Instrumentos de Gestão Territorial - Procede à análise do enquadramento jurídico e estratégico aplicável ao concelho, identificando os instrumentos de âmbito nacional, regional, intermunicipal e municipal em vigor, bem como o seu grau de execução e articulação. São igualmente avaliadas as implicações destes instrumentos na organização do território e na definição das opções de planeamento municipal.

Capítulo 7 - Estudos e projetos - Este capítulo destaca os principais estudos técnicos e projetos estratégicos desenvolvidos ou em curso no concelho de Cascais, com impacto direto na sustentabilidade ambiental, na resiliência territorial e na qualidade de vida da população.

Capítulo 8 – Vulnerabilidades - Identifica e analisa os riscos naturais e antrópicos (sismos, inundações, incêndios, ruído, alterações climáticas), bem como as vulnerabilidades sociais e habitacionais.

Capítulo 9 - Governança - Explora os mecanismos de planeamento, orçamento participativo, cidadania ativa e plataformas digitais, reforçando a transparência, a corresponsabilização e a participação dos cidadãos na gestão do território.

Parte III – Avaliação do PDM: incide sobre a apreciação do grau de execução e eficácia do Plano Diretor Municipal, integrando a análise do modelo territorial, do programa de execução e das ações previstas, bem como a avaliação ambiental estratégica. Inclui ainda a apreciação do potencial de crescimento do território, enquanto indicador da capacidade de concretização das opções de planeamento e da adequação do PDM às dinâmicas territoriais verificadas.

Parte IV – Reflexões e Propostas para a revisão do PDM: apresenta uma reflexão crítica sobre a evolução do território municipal e a formulação de propostas de natureza estratégica a considerar na próxima revisão do PDM-Cascais.

- **Relatório executivo**
- **Fichas de Indicadores** - volume autónomo, no qual se sistematiza, para cada indicador monitorizado, a respetiva definição, enquadramento metodológico, fontes de informação, periodicidade de atualização e análise gráfica de evolução. Este volume constitui um suporte técnico ao Relatório, facilitando a monitorização contínua dos indicadores e a sua atualização futura.
- **Anexos**
 - Anexo I – Matriz de Indicadores
 - Anexo II – Quadro de Referência Estratégico
 - Anexo III - Preâmbulo do Aviso nº 3234_2017, de 28 de março de 20
 - Anexo IV - Avaliação do Programa de Execução do Plano Diretor Municipal
 - Anexo V - Avaliação de Tendências do Plano Diretor Municipal
 - Anexo VI - Avaliação de Tendências da Avaliação Ambiental Estratégica

1.3. ENQUADRAMENTO LEGAL

O ordenamento do território em Portugal assenta num quadro jurídico estruturado que visa garantir uma gestão racional, sustentável e equitativa dos recursos territoriais, a coesão económica, social e territorial, a coordenação interinstitucional e a integração setorial. Este enquadramento conjuga orientações estratégicas com instrumentos legais de cariz operacional, sendo essencialmente definido por dois diplomas legais: a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (doravante LBPSOTU ou, apenas, Lei de Bases), aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), consagrado no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, nas redações atuais.

A Lei de Bases estabelece os princípios fundamentais e os objetivos que norteiam a conceção das políticas públicas nos domínios do uso do solo, do ordenamento do território e do urbanismo e determina a articulação vertical e horizontal entre instrumentos de diferentes hierarquias e natureza. Tem, por conseguinte, por missão definir os três pilares da ação pública no território: regular os direitos e deveres relacionados com o uso e valorização do solo, combatendo a sua artificialização e promovendo a reabilitação urbana, definir os instrumentos e princípios para organizar o uso do espaço, assegurando o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental e a articulação entre escalas nacional, regional e local e estabelecer os critérios para o planeamento, transformação e gestão do espaço urbano, visando garantir cidades mais eficientes, inclusivas e resilientes.

O RJIGT, por seu turno, desenvolve e operacionaliza o disposto na LBPSOTU, definindo o regime de coordenação e articulação do sistema de gestão territorial entre os âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial, designadamente:

- i) os instrumentos de desenvolvimento territorial (programas nacionais e regionais);
- ii) os instrumentos de planeamento territorial (como por exemplo o Plano Diretor Municipal, os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor);
- iii) os instrumentos de política setorial com incidência territorial; e os instrumentos de avaliação e acompanhamento, entre os quais merece destaque o REOT.

A atual redação do RJIGT refere que o PDM deve ser obrigatoriamente revisto quando a respetiva monitorização e avaliação, consubstanciada nos relatórios de estado do ordenamento do território, identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetível de determinar uma modificação do modelo territorial definido (artº 93º).

No sistema de planeamento territorial atual, como anteriormente explanado, o REOT afirma-se como o testemunho de avaliação periódica da eficácia, pertinência e grau de execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor, assomando como engenho capaz de desencadear e fundamentar a revisão do PDM, na medida em que:

- **Constitui o Diagnóstico Territorial** - O REOT sistematiza informação sobre demografia, economia, ambiente, infraestruturas, mobilidade e usos do solo, permitindo compreender tendências e desafios e identifica disfunções no modelo de ocupação territorial definido no PDM vigente.
- **Avalia a Execução e Eficácia do PDM** - Mede o grau de concretização dos objetivos estratégicos do PDM e analisa a adequação entre as disposições regulamentares e a realidade do território.
- **Suporta a Tomada de Decisão** - Fornece evidências técnicas e estatísticas e formula propostas que legitimam a necessidade de revisão e fundamenta a definição de novas prioridades e a reprogramação da estratégia de desenvolvimento municipal.
- **Promove a Articulação Interinstitucional** - Veicula o diálogo entre municípios, entidades regionais e nacionais, permitindo alinhar a revisão do PDM com orientações de ordenamento e políticas públicas superiores.
- **Fomenta o modelo de governança participativa** - Suporta o envolvimento dos cidadãos nos processos de planeamento.

A relação entre o REOT e o procedimento de revisão do PDM possui, portanto, um papel estruturante na dinâmica do planeamento territorial de âmbito municipal, traduzindo-se nas seguintes premissas:

- O **REOT é condição prévia e base de trabalho** para a revisão do PDM, fornecendo diagnóstico e avaliação crítica.
- A revisão do PDM traduz-se numa **resposta estratégica e normativa** aos problemas e desafios identificados no REOT.
- O ciclo de planeamento municipal assenta na alternância entre **fase avaliativa (REOT)** e **fase propositiva (PDM)**, garantindo continuidade, atualização e coerência na gestão territorial.

1.4. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O concelho de Cascais integra a Área Metropolitana de Lisboa (AML), enquadrando-se administrativamente na sub-região da Grande Lisboa, pertencente à NUTS II Lisboa e à NUTS III Área Metropolitana de Lisboa. A AML estrutura-se em duas unidades territoriais diferenciadas – AML Norte e AML Sul –, separadas pelo estuário do Tejo, refletindo dinâmicas socioeconómicas e de mobilidade distintas, mas interdependentes. Cascais

insere-se na AML Norte, caracterizada por uma maior densidade urbana e proximidade funcional com a capital

Abrangendo uma área aproximada de 97,4 km², apresenta uma diversidade geográfica que combina zonas costeiras, urbanas e rurais. Limitado a norte pela serra de Sintra e respetivo concelho, a leste pelo concelho de Oeiras, a sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico, Cascais é caracterizado por uma linha costeira de cerca de 30 Km. Geograficamente, o concelho de Cascais destaca-se ainda pela presença do Parque Natural Sintra-Cascais, uma área natural de grande importância ecológica e paisagística, que se prolonga até ao Cabo da Roca.

Na sequência da reorganização administrativa das freguesias, estabelecida pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, o concelho de Cascais passou a ser constituído por quatro freguesias: Alcabideche, São Domingos de Rana, União das Freguesias de Carcavelos e Parede e União das Freguesias de Cascais e Estoril. Estas unidades territoriais resultaram de um processo de agregação, conforme estipulado no Anexo I da referida lei, entretanto revogada pela Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias.



Figura 1 - Enquadramento Geográfico do Concelho na AML



Figura 2 - Freguesias do Município de Cascais

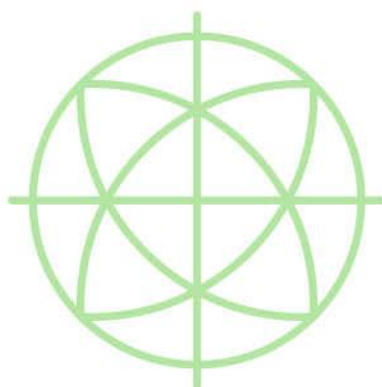
Fonte: CAOP 2020, DGT

Parte II

Dinâmicas Territoriais

2.

Sistema Natural



Indicador		Relatório	Ficha
Cima	Temperatura	X	2.1.0.1
	Pluviosidade / Precipitação	X	2.1.0.2
Água	Área das bacias hidrográficas	X	2.2.1.1
	Comprimento das bacias hidrográficas		
	Cota média das bacias hidrográficas		
	Declive médio das bacias hidrográficas		
	Caudal Ponta das bacias hidrográficas		
	Tempo Concentração e Velocidade Correspondente		
	Qualidade das águas das ribeiras	X	2.2.1.2
	Pontos de Captação	X	2.2.2.1
	Nível piezométrico		
	Nº de praias	X	2.2.3.1
	Extensão das praias		
	Tipologia das praias		
	Qualidade das águas balneares	X	2.2.3.2
Solo	Solo adequado para uso agrícola por tipologia	X	2.3.3.1
	RAN	X	2.3.3.2
	Solo agrícola, por tipo (COS 2023)		
	COS 2018 e 2023 – solo predominantemente natural	X	2.3.5.1
Biodiversidade	REN	X	2.4.1.1
	Habitats	X	2.4.2.1
	Área abrangida pela ZEC – Zona Especial de Conservação Sintra/Cascais	X	2.4.2.2
	Cobertura florestal	X	2.4.3.1
	LULUCF (Land Use, Land-Use Change and Forestry)	X	2.4.3.2
	AFOLU (Agriculture, Forestry and Other Land Uses)		
C. Ecológica	Estrutura Ecológica Municipal	X	2.5.1.1

2.1. CLIMA

O clima do concelho de Cascais é significativamente influenciado pela presença da Serra de Sintra, cujas características orográficas moldam a circulação atmosférica e a distribuição de temperatura, humidade e precipitação no território.

A elevação da serra, em relação direta com o oceano Atlântico, favorece a ascensão e condensação de massas de ar húmido, resultando em maiores valores de nebulosidade e pluviosidade nas zonas de altitude, em contraste com a faixa litoral, mais seca e exposta. Esta dinâmica resulta na formação de microclimas locais, com verões mais amenos e invernos menos rigorosos na área serrana.

Apesar destas condições muito particulares, o concelho de Cascais insere-se numa região climática com forte influência do clima temperado mediterrânico, caracterizado por verões quentes e secos e invernos suaves e húmidos. De acordo com a classificação climática de Köppen-Geiger, baseada nas normais climatológicas de 1971-2000, a maioria do território continental português apresenta clima temperado (Tipo C), sendo Cascais classificado como Csb — clima temperado com verão seco e suave.

Esta classificação é coerente com os dados obtidos nas estações meteorológicas do Cabo da Roca e da Tapada da Ajuda (Lisboa), utilizados como referência para a caracterização térmica e pluviométrica do concelho.

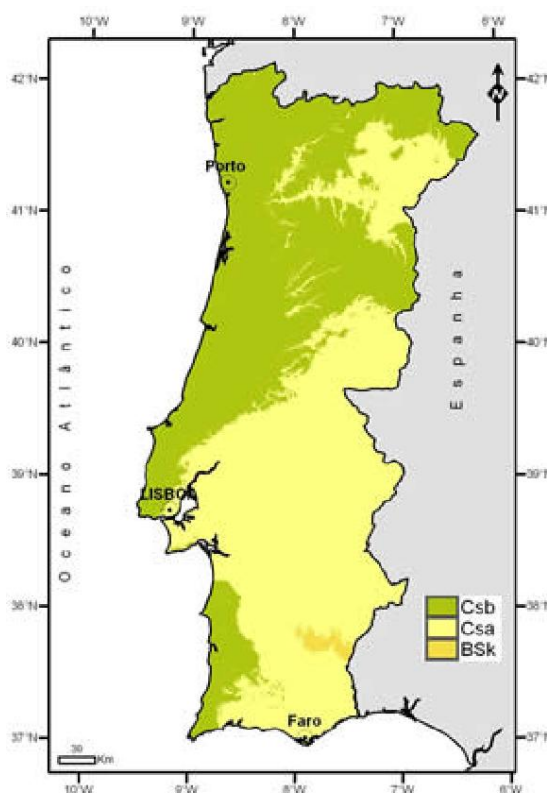


Figura 3 - Classificação climática de Köppen-Geiger

Fonte: IPMA

De acordo com as normais climatológicas, a temperatura média anual na estação do Cabo da Roca é de 15,7 °C, com variações mensais entre os 12,1 °C em janeiro e os 19,2 °C em agosto. As temperaturas máximas médias variam entre 14,3 °C e 21,9 °C, enquanto as mínimas oscilam entre 10,0 °C e 16,5 °C, refletindo uma amplitude térmica anual moderada, típica de zonas costeiras.

Em termos de precipitação, o total anual é de 470,2 mm, concentrando-se nos meses de outono e inverno. Os valores mensais mais elevados ocorrem em novembro (77,4 mm) e outubro (69,5 mm), sendo julho (3,2 mm) e agosto (6,2 mm) os meses mais secos.

Na estação da Tapada da Ajuda, em Lisboa, regista-se uma maior amplitude térmica, refletindo o afastamento da linha de costa. A temperatura média anual é de 17,1 °C, com máximas mensais que atingem os 29,0 °C em agosto e mínimas de 7,9 °C em janeiro.

A precipitação anual totaliza 667,8 mm, também concentrada nos meses de outono e inverno, com picos em novembro (107,3 mm) e outubro (93,5 mm). Durante o verão, os valores são bastante reduzidos, com mínimos em julho (2,4 mm) e agosto (4,0 mm), evidenciando um acentuado défice hídrico estival.

No contexto do concelho de Cascais, o setor mais ocidental, mais próximo da linha de costa e com maior exposição atlântica, apresenta características térmicas e pluviométricas mais próximas dos valores registados no Cabo da Roca. Por sua vez, o setor oriental do concelho, mais abrigado e interiorizado, apresenta um comportamento climático mais semelhante ao observado na Tapada da Ajuda.

De acordo com o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML, 2018), entre 1971 e 2016, observou-se uma tendência clara para o agravamento das condições climáticas, com impactos diretos no território.

Esta tendência traduz-se num aumento generalizado da temperatura média do ar, numa redução dos totais anuais de precipitação e num acréscimo da frequência de fenómenos extremos, como ondas de calor e episódios de precipitação intensa.

As temperaturas mínimas, em particular, evidenciam uma evolução mais acentuada, com incrementos na primavera entre +0,69 °C e +1,04 °C e no verão entre +0,46 °C e +0,97 °C. As temperaturas máximas também apresentam uma tendência de subida, especialmente na primavera (+0,57 °C a +0,64 °C) e no verão (+0,35 °C a +0,45 °C).

É observado um aumento do número de dias de verão, estimando-se mais +7 a +8 dias por ano, sobretudo na primavera e no verão, bem como num aumento de noites tropicais (+3,5 a +4 por ano, predominantemente no verão). Adicionalmente, verifica-se um aumento da frequência e duração de ondas de calor (+0,5 a +0,8 eventos/ano e +2,5 a +3,5 dias de

duração anual), contrastando com uma redução das ondas de frio, tanto em número (-0,5 a -0,8 eventos/ano) como em duração (-3,5 a -6 dias/ano).

No domínio da precipitação, embora se observe uma tendência para a redução dos totais anuais, regista-se o seu aumento no outono, tanto em volume (+43 mm a +60 mm) como em intensidade. Verifica-se, de igual modo, um acréscimo no número de dias com precipitação significativa neste período:

- Dias com precipitação ≥ 1 mm: +3 a +5 dias/ano
- Dias com precipitação ≥ 10 mm: +1,4 a +1,9 dias/ano
- Dias com precipitação ≥ 20 mm: +0,9 dias/ano

Segundo o Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas – Cascais 2030, as projeções climáticas para Cascais indicam um aumento da temperatura média anual entre 1,8°C e 3,8°C até ao final do século, sendo esperado um aumento de cerca de 1.2 Celsius até 2056. Prevê-se que a temperatura média no inverno suba entre 1 e 2 °C até meados do século, atingindo entre 1 e 3 °C até ao seu final.

Adicionalmente, prevê-se um aumento da temperatura média anual, em especial nas máximas e uma maior frequência de ondas de calor, que poderão ocorrer também na primavera e no outono.

A precipitação anual acumulada poderá diminuir dos 630 mm para entre 530 e 600 mm até meados do século e para valores entre 420 e 580 mm até ao final do século. Espera-se também um aumento da ocorrência de verões completamente secos.

As projeções climáticas sugerem ainda uma maior frequência de fenómenos extremos, em particular episódios de precipitação intensa de curta duração, o que poderá aumentar o risco de cheias.

O regime de ventos no concelho de Cascais caracteriza-se predominantemente por fluxos oriundos do quadrante Norte e Noroeste, com maior frequência e intensidade durante os meses de verão e finais de primavera. Nesta época do ano, a diferença térmica entre o oceano e o continente favorece a intensificação da “nortada”, gerando ventos fortes e constantes ao longo da faixa litoral, especialmente em zonas mais expostas.

No inverno e outono, embora persista a predominância dos ventos do setor norte, observa-se maior variabilidade direcional, podendo registar-se episódios de vento de sudoeste associados à passagem de sistemas frontais.

2.2. ÁGUA

A água constitui um elemento estruturante do sistema natural, apresentando-se sob diversas formas, incluindo massas oceânicas, recursos hídricos superficiais (rios, lagos, albufeiras) e subterrâneos (aquíferos). Estes recursos desempenham funções essenciais na manutenção dos ecossistemas, na regulação climática e na provisão de serviços ambientais, assegurando a disponibilidade hídrica para usos múltiplos.

2.2.1. RIBEIRAS E BACIAS HIDROGRÁFICAS

O concelho de Cascais encontra-se abrangido por duas regiões hidrográficas: no extremo noroeste situa-se a região hidrográfica das Ribeiras do Oeste e no restante território a região hidrográfica do Tejo.

A área do concelho abrangida pela região hidrográfica das Ribeiras do Oeste, inclui 11 bacias hidrográficas, enquanto a área abrangida pela região hidrográfica do Tejo inclui 13 bacias hidrográficas.

Tabela 1 - Regiões hidrográficas e bacias hidrográficas existentes

Bacias hidrográficas inseridas na região hidrográfica das Ribeiras do Oeste	Bacias hidrográficas inseridas na região hidrográfica do Tejo
Bacia hidrográfica sem nome	Parte da Bacia hidrográfica da Cresmina
Bacia hidrográfica da ribeira do Assobio;	Bacia hidrográfica da ribeira dos Mochos;
Bacia hidrográfica da ribeira da Grotá;	Bacia hidrográfica da ribeira das Vinhas;
Bacia hidrográfica da ribeira da Praia;	Bacia hidrográfica da ribeira da Castelhana;
Bacia hidrográfica da ribeira do Arneiro;	Bacia hidrográfica da ribeira da Amoreira;
Bacia hidrográfica da ribeira da Foz do Guincho	Bacia hidrográfica da ribeira da Cadaveira;
Parte da Bacia hidrográfica da Cresmina	Bacia hidrográfica da ribeira de Manique/ Caparide;
	Bacia hidrográfica da ribeira de Bicesse;
	Bacia hidrográfica da ribeira das Marianas;
	Bacia hidrográfica da ribeira de Sassoeiros;
	Bacia hidrográfica da ribeira da Laje;
	Bacia hidrográfica da ribeira de Polima
	Bacia hidrográfica da ribeira do Arneiro

Fonte: GeoCascais

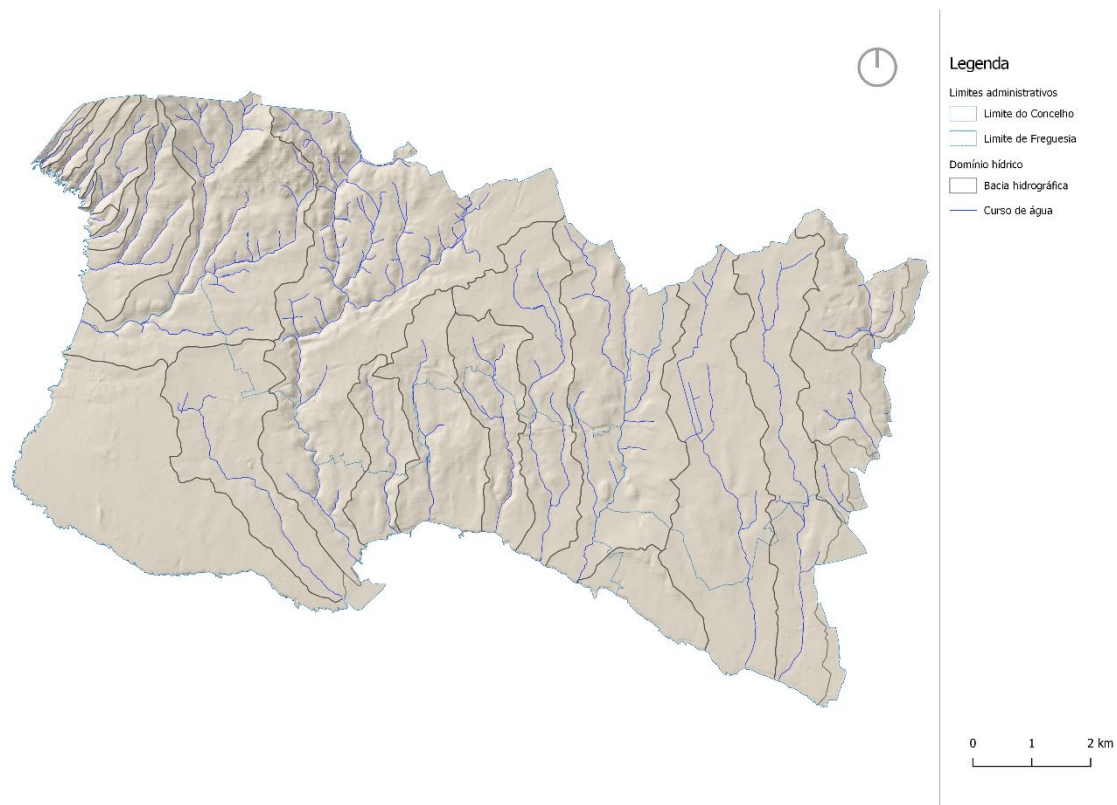


Figura 4 – Linhas de água e bacias hidrográficas

Fonte: PDM Cascais

As principais bacias hidrográficas abrangem também território do concelho de Sintra, onde estão localizadas as cabeceiras das linhas de água. Este é o caso das ribeiras das Vinhas, Manique, Marianas, Sassoeiros e Laje.

As maiores bacias hidrográficas do concelho são as das ribeiras das Vinhas e da Laje e as menores as das ribeiras da Praia e Assobio. Os declives e as cotas médias atingem valores mais elevados nas bacias das ribeiras com foz na costa oeste do concelho, reflexo da orografia resultante da serra de Sintra.

Tabela 2 - Principais características das bacias hidrográficas

Bacias hidrográficas	Área (Ha)	Comprimento total (Km)	Cota média (m)	Declive médio (°)	Caudal Ponta T=100 anos m³/s
Assobio	44	1,7	222	31,9	2,2
Grota	105	2,3	215,6	30	7,2
Praia	31	1,2	100,5	28	3,1
Arneiro	229	3,3	147	23,4	19,1
Foz do Guincho	1070	6,3	174,6	20,1	69,8
Mochos	551	6	58,1	6,3	38,8
Vinhas*	2720	11,8	173,6	18,7	142,8
Castelhana	171	3,4	71,6	15	14
Cadaveira	289	4	87	14,6	28,1
Bicesse	546	7,1	90,2	10	40,2
Manique*	2019	12,6	144,3	10,4	108,1
Marianas*	840	8,4	82,3	5,6	51,5
Sassoeiros*	710	8,6	85,7	5,5	41,4
Laje*	2683	9,8	151,1	10,4	161,9
Polima**	190	2,4	94,8	8,1	16,1
Arneiro**	52	1,1	82	8,6	16,1

*inclui áreas de outros municípios;

**Afluente da ribeira da Laje;

Nota: Este estudo não inclui a Ribeira da Amoreira

Fonte: Hidroprojecto - Elaboração da Carta das Áreas Inundadas no concelho de Cascais para o Período de Retorno de 100 anos, 2009

O regime de escoamento das ribeiras de Cascais apresenta uma grande irregularidade, fortemente influenciada pela variabilidade da precipitação. As ribeiras têm escoamento sobretudo durante o Inverno, apresentando-se quase totalmente secas no Verão, com água apenas em pequenos pegos isolados.

Na sequência de eventos pluviosos intensos podem ocorrer situações de cheias rápidas. Este risco de cheias é particularmente significativo na ribeira das Vinhas cujo troço final atravessa a vila de Cascais. A perigosidade deste fenómeno é ainda potenciada pela influência do Maciço Eruptivo de Sintra cujas características geomorfológicas proporcionam condições para a ocorrência de precipitações intensas sobre a bacia e determinam cursos de água com declive elevados (POPNSC, 2004).

Nas linhas de água que atravessam o espaço urbano, verifica-se muitas vezes a artificialização dos troços finais dos respetivos leitos, recorrendo-se frequentemente à sua total canalização.

Qualidade da água das ribeiras

A Câmara Municipal de Cascais realiza a monitorização de 8 ribeiras: Mochos, Vinhas, Castelhana, Amoreira, Cadaveira, Bicesse, Caparide e Laje- num total de 17 pontos de amostragem, com uma periodicidade quinzenal. Esta monitorização tem como principal objetivo avaliar a qualidade da água das ribeiras do Município e o impacte destas no meio

recetor (mar). Pretende-se também, que esta monitorização sirva como ponto de partida para o levantamento e erradicação de possíveis descargas indevidas. São monitorizados dez parâmetros, dos quais três são microbiológicos (Coliformes Totais, Coliformes Termotolerantes e Enterococos Intestinais) e sete físico-químicos (Temperatura, pH, Oxigénio dissolvido, Carência Bioquímica de Oxigénio, Carência Química de Oxigénio, Azoto amoniacal e Condutividade).

Na tabela abaixo, reproduzem-se os resultados procedentes da monitorização bimestral da qualidade da água das ribeiras do município de Cascais nos anos de 2022 e 2023. A ribeira dos mochos não aparece referenciada porque não foi possível obter amostras de qualidade for falta de caudal.

Tabela 3 - Monitorização da Qualidade da Água das Ribeiras do Município de Cascais

Ribeiras	2022						2023					
	Jan-Fev	Mar-Abr	Maio-Jun	Jul-Ago	Set-Out	Nov-Dez	Jan-Fev	Mar-Abr	Maio-Jun	Jul-Ago	Set-Out	Nov-Dez
Vinhas	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
Castelhana	S/a	B	S/a	M	M	B	M	M	S/a	S/a	M	M
Amoreira	M	M	M	S/a	S/a	M	M	M	M	M	M	M
Cadaveira	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
Bicesse	M	M	B	M	M	M	M	M	B	M	M	M
Caparide	B	B	B	M	M	M	M	M	M	M	M	M
Laje	B	B	B	B	M	M	B	B	B	M	M	M

M – Medíocre; S/a - Sem análise; B - Boa

Fonte: Relatório da Qualidade da Água das Ribeiras do Município de Cascais (DAM/DQAM)

Os resultados emergentes da monitorização da qualidade da água nas ribeiras do concelho de Cascais evidenciam uma predominância de classificações “Medíocre”, com variações pontuais entre períodos e entre linhas de água. A análise abrange os anos de 2022 e 2023, com registos por bimestre.

A ribeira das Vinhas, manteve em todos os bimestres de 2022 e 2023 a classificação de “Medíocre”, sem qualquer melhoria, revelando uma situação crónica de baixa qualidade da água. Situação idêntica verifica-se nas ribeiras da Amoreira e Cadaveira, ambas com registo contínuo de qualidade medíocre ao longo dos dois anos.

A ribeira da Laje destacou-se como a que apresenta, de forma mais consistente, melhor qualidade de água, com registos de “Boa” nos quatro primeiros bimestres de 2022 e nos dois primeiros de 2023. Ainda assim, observa-se uma tendência de degradação no segundo semestre de ambos os anos, com a classificação a cair para “Medíocre”.

Em 2023, a monitorização das ribeiras mostrou uma deterioração geral da qualidade em comparação com o ano anterior, com menos variações positivas e um predomínio claro da classificação medíocre

2.2.2. AQUÍFEROS

O aquífero de Pisões–Atrozela constitui uma importante reserva subterrânea de água doce no concelho de Cascais. Trata-se de um sistema aquífero inserido numa unidade hidrogeológica de características favoráveis à infiltração e armazenamento de águas subterrâneas, resultante da presença de formações geológicas permeáveis, nomeadamente calcários e margas fissuradas.

Este aquífero, cuja recarga corresponde a 46% da precipitação média anual, tem uma espessura que pode atingir valores próximos de 940 m e desempenha um papel essencial na manutenção do equilíbrio hidrogeológico local, contribuindo para a recarga natural de cursos de água, apoio à vegetação autóctone e abastecimento de recursos hídricos para usos diversos. Além disso, constitui uma reserva estratégica para reforço da resiliência do território face a fenómenos de escassez hídrica, cada vez mais frequentes devido às alterações climáticas.

A ocupação urbana crescente e a presença de algumas atividades industriais representam riscos potenciais de contaminação e sobre-exploração, pelo que a sua gestão sustentável exige medidas de monitorização, controlo de usos do solo e delimitação de zonas de proteção.

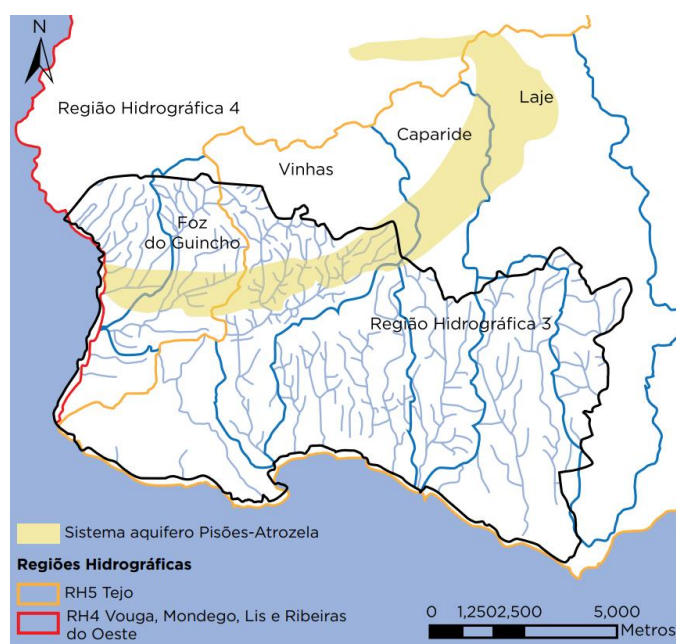


Figura 5 - Aquífero Pisões-Atrozela e localização nas regiões hidrográficas

Fonte: Matriz da Água de Cascais

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), o concelho de Cascais dispõe de um total de 48 pontos de captação de água subterrânea, distribuídos por 42 furos verticais, 4 minas e 2 nascentes.

A monitorização destes pontos é realizada tanto em termos quantitativos como qualitativos. A quantidade de água é acompanhada em 3 furos verticais, enquanto a qualidade é monitorizada em 10 furos verticais e 4 minas. No que respeita ao abastecimento público, a água é captada em 13 pontos: 9 furos verticais e 4 minas.

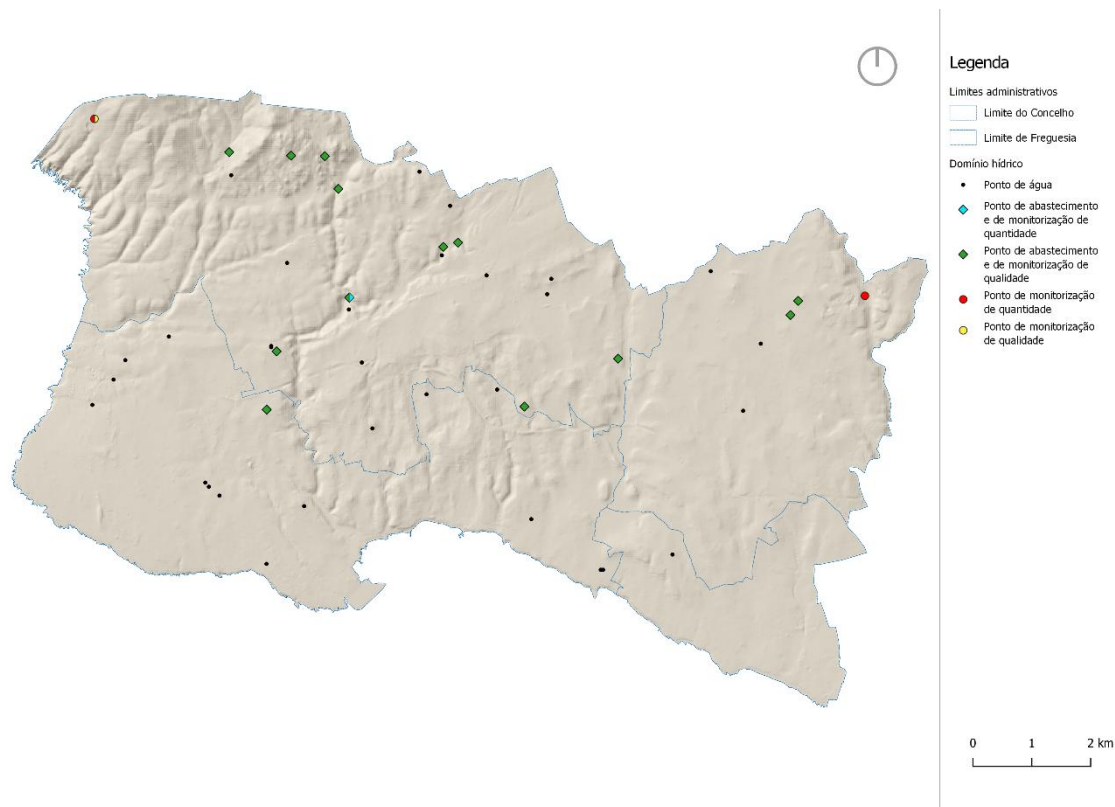


Figura 6 - Pontos de Água no Concelho

Fonte: SNIRH

A proteção deste recurso hídrico subterrâneo, através de condicionantes no PDM, é essencial devido aos riscos de sobre-exploração e contaminação, devendo ser integrada nas estratégias territoriais de adaptação às alterações climáticas e de gestão dos recursos naturais. A sua proteção constitui, assim, uma prioridade ambiental e um fator de reforço da resiliência ecológica do concelho de Cascais, assegurando a preservação da qualidade e quantidade da água disponível para as gerações futuras.

2.2.3. PRAIAS

O concelho de Cascais apresenta uma frente costeira extensa e morfologicamente diversa, com praias que se distribuem ao longo de aproximadamente 30 km, desde o limite ocidental, junto ao Parque Natural de Sintra-Cascais, até ao estuário do Tejo. Esta diversidade reflete-se na morfologia e características físicas das praias, influenciadas pela geologia local, pela exposição ao regime de agitação marítima e pela ocupação do solo envolvente. As praias do Concelho apresentam distintas configurações, sendo possível identificar sistemas praia-duna, praias encastradas entre arribas e praias urbanas em enseadas mais resguardadas.

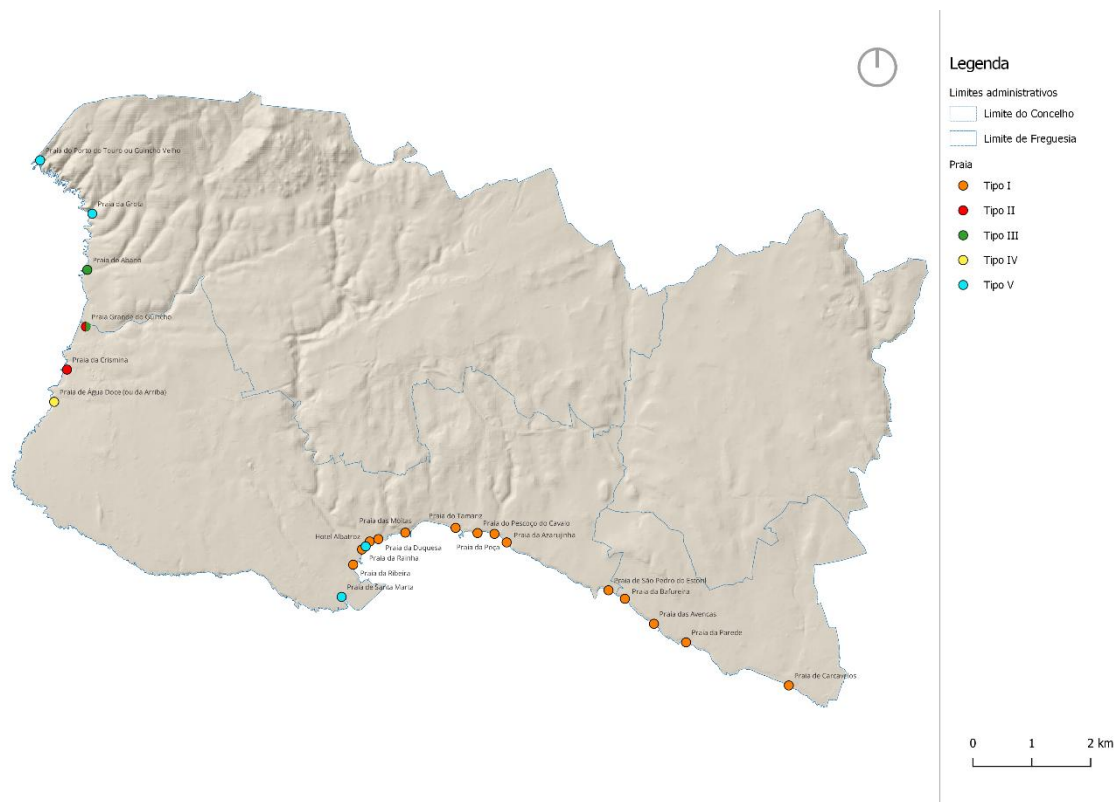


Figura 7 – Localização das praias de Cascais – QGIS Elaboração própria

Fonte: Cascais Ambiente

No litoral ocidental, entre o limite norte do concelho e o Cabo Raso, predominam praias naturais com sistemas dunares desenvolvidos, como as praias do Guincho e da Crismina. Estas praias de grande extensão encontram-se fortemente expostas à agitação marítima do Atlântico e inserem-se num sistema morfodinâmico de elevada sensibilidade ecológica, com dunas móveis que representam importantes zonas de amortecimento face aos fenómenos de galgamento e erosão. A orientação predominante deste setor é noroeste-sudeste, o que contribui para a exposição direta aos ventos dominantes e à ondulação oceânica.

Mais a sul, entre o Cabo Raso e Cascais, as praias tornam-se progressivamente mais abrigadas e de menores dimensões, com forte presença de arribas calcárias. Muitas destas praias são encastradas entre formações rochosas, com areais estreitos e limitados lateralmente, como se verifica nas praias da Poça, Azarujinha, Bafureira e Avencas. A orientação predominante neste setor é sul, proporcionando maior abrigo face à agitação marítima, o que favorece a prática balnear.

Na frente urbana de Cascais, entre a praia do Tamariz e a praia de Santa Marta, as praias apresentam características de praias urbanas em enseadas, com acessibilidades facilitadas, apoios de praia consolidados e elevada afluência turística. A praia de Carcavelos, situada na transição para o estuário do Tejo, é uma das maiores e mais frequentadas do Concelho, com um extenso areal e orientação predominantemente sudeste.

De acordo com o POC-ACE, o concelho de Cascais possui no total 23 praias, caracterizadas em cinco tipologias (consoante as suas características ambientais, o grau de infraestruturação, a sua inserção territorial e as condições de utilização):

- Tipo I – praia urbana;
- Tipo II – praia periurbana;
- Tipo III – praia seminatural;
- Tipo IV – praia natural;
- Tipo V – praia com uso restrito.

Tabela 4 – Praia definidas no POC-ACE e tipo

Designação	Tipo
Praia do Porto do Touro (ou Guincho Velho)	Tipo V
Praia da Grotta	Tipo V
Praia do Abano	Tipo III
Praia do Guincho Norte	Tipo III
Praia do Guincho Sul	Tipo II
Praia da Crismina	Tipo II
Praia de Água Doce (ou da Arriba)	Tipo IV
Praia de Santa Marta	Tipo V
Praia da Ribeira (ou dos Pescadores)	Tipo I
Praia da Rainha	Tipo I
Hotel Albatroz	Tipo V
Praia da Duquesa	Tipo I
Praia da Conceição	Tipo I
Praia das Moitas	Tipo I
Praia do Tamariz	Tipo I
Praia do Pescoço do Cavalo	Tipo I
Praia da Poça	Tipo I
Praia da Azarujinha	Tipo I
Praia de São Pedro do Estoril	Tipo I
Praia da Bafureira	Tipo I
Praia das Avencas	Tipo I
Praia da Parede	Tipo I
Praia de Carcavelos	Tipo I

Fonte: POC-ACE e Cascais Ambiente

A identificação das águas balneares, a fixação da respetiva época balnear e a qualificação das praias de banhos é definida anualmente, por portaria, tendo em consideração critérios de qualidade da água, segurança dos utilizadores, acessibilidade, vigilância e existência de infraestruturas de apoio.

Importa, assim, distinguir entre a classificação das praias enquanto unidades territoriais, nos termos do POC-ACE, e a qualificação anual das praias como balneares, definida por portaria. Nem todas as praias classificadas no POC-ACE assumem, em todos os anos, a condição de praia balnear, em particular aquelas enquadradas nas tipologias de praia natural ou de uso restrito, cuja utilização se encontra sujeita a condicionantes ambientais e de segurança.

Em Cascais, a época balnear tem normalmente início a 1 de maio, tendo o fim vindo a variar entre 30 de setembro e 15 de outubro.

Durante a época balnear, a Câmara Municipal de Cascais assegura a monitorização semanal da qualidade da água de 17 destas praias, que complementa a monitorização mensal realizada pela APA. Fora da época balnear a monitorização é apenas da responsabilidade da CMC e tem uma periodicidade mensal.

A gestão da qualidade da água é regida pela diretiva 2006/7/CE, de 15 de fevereiro de 2006, que foi transposta para o direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio, que estabelece o regime de identificação, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas.

Para avaliação da conformidade, consideram-se os seguintes parâmetros:

Tabela 5 – Parâmetros para avaliação das águas balneares

Água balnear	Parâmetros (NMP/100mL)	
Costeira ou de transição	<i>Enterecocos intestinais</i> (UFC/100mL ou NMP/100mL)	<i>Escherichia coli</i> (NMP/100mL)
	300	1000

Fonte: Comissão técnica de acompanhamento das águas balneares

De acordo com os limites definidos considera-se:

- “Água própria para banhos”: sempre que os valores forem iguais ou inferiores aos estabelecidos;
- “Água imprópria para banhos”: sempre que um dos parâmetros ultrapassar os valores estabelecidos. Neste caso o banho deve ser desaconselhado através de um aviso e a interdição ao banho pode ser ponderada pela Autoridade de Saúde.

No final da época balnear é realizada uma avaliação anual da qualidade das águas balneares, de acordo com a norma definida para a classificação anual. Esta norma tem por base a classificação do último período de avaliação (4 anos)

Durante o período compreendido entre 2016 e 2023, a maioria das zonas balneares monitorizadas manteve uma classificação elevada, com predominância da categoria “Excelente”, demonstrando a eficácia das políticas de gestão ambiental e da monitorização contínua implementadas pelo município e pelas entidades competentes.

De forma geral, 10 a 15 praias obtiveram, por ano, a classificação de “Excelente”, destacando-se o ano de 2020, em que todas as praias monitorizadas foram classificadas nessa categoria. A classificação “Boa” assumiu carácter pontual, abrangendo no máximo 3 praias num ano, enquanto a categoria “Sem classificação”, que surge a partir de 2021, refere-se a praias que não foram identificadas como praias balneares nesses anos.

Esta tendência consistente de boa qualidade da água balnear é reflexo de uma gestão costeira integrada, que contempla o controlo de fontes poluidoras, a gestão eficaz dos sistemas de saneamento e drenagem e a sensibilização ambiental.

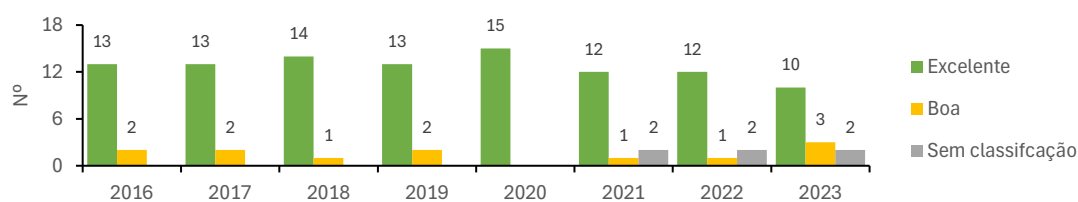


Figura 8 – Classificação da água balnear

Fonte: SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

2.3. SOLO

No concelho de Cascais, o solo assume-se como um recurso estratégico de elevada sensibilidade, dada a conjugação entre pressões urbanísticas, elevada procura turística e a necessidade de salvaguarda de valores naturais e agrícolas. Para além de constituir a base física de todas as atividades humanas, o solo sustenta ecossistemas essenciais, regula ciclos naturais e contribui para a resiliência do território perante fenómenos climáticos extremos.

Apesar da forte urbanização que caracteriza o município, persistem áreas de significativa relevância agrícola e ecológica, nomeadamente integradas na Reserva Agrícola Nacional (RAN) e em espaços de elevado valor pedológico. Estes territórios desempenham funções cruciais não só para a produção e manutenção de paisagens culturais, mas também para a conservação da biodiversidade e para a qualidade ambiental.

2.3.1. GEOLOGIA E LITOLOGIA

O concelho de Cascais apresenta formações geológicas de diferentes Eras, destacando-se os períodos Mesozoico e Cenozoico.

A sul e sudeste do Maciço de Sintra, encontram-se afloramentos de calcários compactos, calcoxistos, margas e calcários com corais, datados do Jurássico Superior. Grande parte do território é composta por calcários fossilíferos, margas e grés, dispostos em camadas inclinadas até 50° junto ao maciço granítico, tornando-se gradualmente sub-horizontais, do Cretácico.

A leste, aflora o Complexo Vulcânico de Lisboa (CVL), caracterizado por rochas basálticas em diversas estruturas (chaminés, escoadas, soleiras e diques). Estes mantos basálticos sobrepõem-se a formações do Cretácico Inferior e Superior, formando uma orla de metamorfismo de contacto, que confere aos calcários um aspeto cristalino. As espessuras destes afloramentos variam, podendo atingir 400 metros.

A norte/noroeste, encontra-se o Maciço Eruptivo de Sintra (MES), um conjunto magmático com núcleo sienítico, rodeado por anéis granítico e gabro-diorítico descontínuo, originado no final do Cretácico. O MES também originou filões de basalto, traquibasalto, riolito e outras rochas alteradas, dispersas pelo concelho.

A este, numa faixa N-S, ocorrem rochas sedimentares como arenitos calcários e areias argilosas do Miocénico, pertencentes às formações de Areolas da Estefânia e Entrecampos.

São ainda observados depósitos aluvionares que afloram em zonas paralelas às linhas de água, tratando-se das litologias sedimentares mais recentes, datadas do Plistocénico até à atualidade.

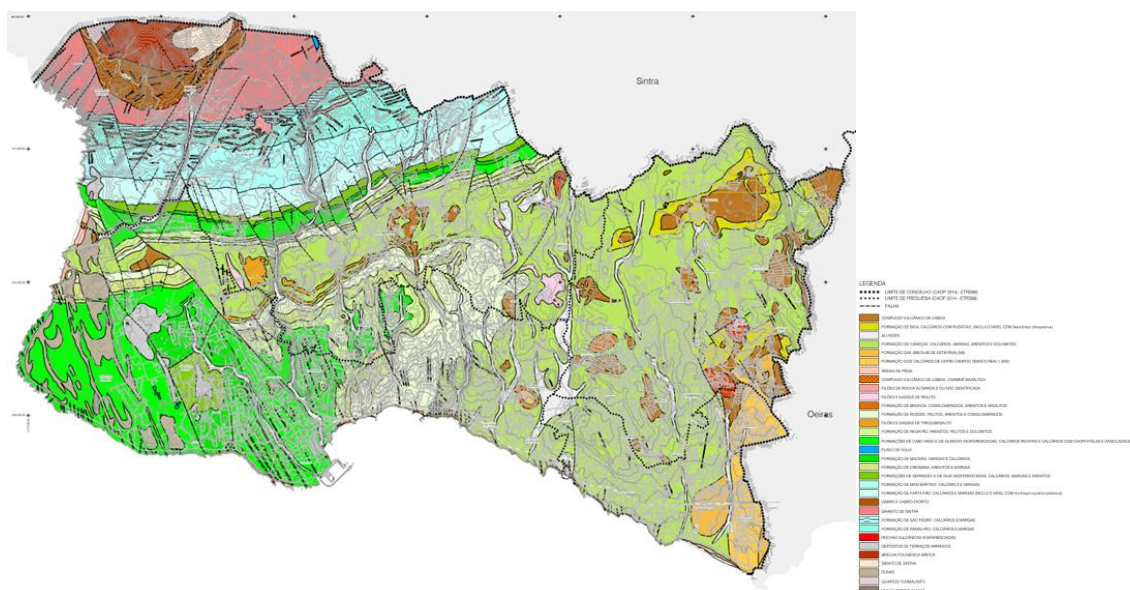


Figura 9 – Carta Geológica do concelho de Cascais

Fonte: PDM Cascais

2.3.2. GEOMORFOLOGIA

A morfologia do concelho de Cascais é fortemente influenciada pela Serra de Sintra e pelos vales esculpidos pela rede hidrográfica. O ponto mais alto, com 465 metros, situa-se perto da Peninha. A altitude é maior a norte, especialmente na extremidade noroeste, descendo suavemente para sul até à orla costeira. No rebordo da serra, a altitude varia entre 250 e 350 metros (Malveira da Serra, Janes, Biscaia), raramente ultrapassando os 400 metros, exceto em elevações como a Peninha ou a Pedra Amarela. A norte, localidades como Murches, Alcabideche, Bicesse, Trajouce e Talaíde situam-se acima dos 100 metros, enquanto junto à costa as cotas descem abaixo dos 50 metros.

O relevo apresenta declives pouco acentuados, com 49% do território abaixo dos 5% (de declive). As maiores inclinações encontram-se na Serra de Sintra e nos vales das ribeiras da Foz do Guincho, Vinhas, Penha Longa, Caparide e Laje. Destacam-se ainda pequenos

relevos como o Cabeço de Mouro, Alto de Bicesse e Monte da Cabeça Gorda. A exposição solar do terreno é maioritariamente indiferenciada (51%), mas 18,5% das vertentes voltadas a sul conferem ao concelho um clima mais soalheiro e ameno.

A rede hidrográfica segue predominantemente a direção norte-sul, formando vales com vertentes orientadas a nascente e poente.

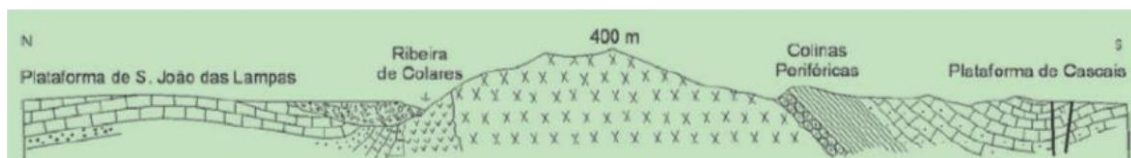


Figura 10 - A Serra de Sintra entre as plataformas de São João das Lampas e de Cascais, com esboço da disposição das rochas

Fonte: Ribeiro, O. 1940, em Ramos-Pereira, 2003

A maioria das vertentes não tem uma exposição definida, mas predominam as vertentes viradas a sul, conferindo ao concelho um carácter bastante soalheiro. A rede hidrográfica, cujos principais cursos de água têm origem no concelho de Sintra, tem uma orientação predominante de norte para sul, criando vales com a mesma pendência e vertentes com orientação Nascente e Poente

2.3.3. APTIDÃO AGRÍCOLA

A aptidão agrícola do solo no concelho de Cascais é determinada pela Carta da "Capacidade de Uso do Solo", que classifica os solos em várias Classes (de "A" a "E"):

- **A:** Solos com poucas ou nenhuma limitações, adequados para uso agrícola intensivo.
- **B:** Solos com limitações moderadas, adequados para uso agrícola moderadamente intensivo.
- **C:** Solos com limitações acentuadas, adequados para uso agrícola pouco intensivo.
- **D:** Solos com limitações severas, adequados principalmente para pastagem e exploração florestal.
- **E:** Solos com limitações muito severas, adequados apenas para vegetação natural ou floresta de proteção.

As classes são subdivididas em Subclasses ("e", "h" e "s") com base nas suas limitações e riscos de deterioração.

- **e:** Limitações resultantes de erosão e escoamento superficial.
- **h:** Limitações resultantes de excesso de água.
- **s:** Limitações na zona radicular do solo.

Os solos com maior aptidão agrícola em Cascais pertencem às Classes "A", "B" e "Ch" e fazem parte da Reserva Agrícola Nacional, embora esta tenha pouca representatividade no concelho (7% do território).

A classe de solo predominante no concelho é a Classe "E", ocupando 24,69% do território, e é caracterizada por ter limitações muito severas que restringem significativamente o seu uso agrícola. Esta classe está associada a solos com limitações na zona radicular, com reduzida espessura efetiva do solo, baixa fertilidade e uma baixa capacidade de retenção de água e a solos de elevada suscetibilidade a sofrer erosão e escorregamento superficial. Estes solos são geralmente inadequados para a maioria das culturas agrícolas e são mais adequados para vegetação natural ou floresta de proteção.

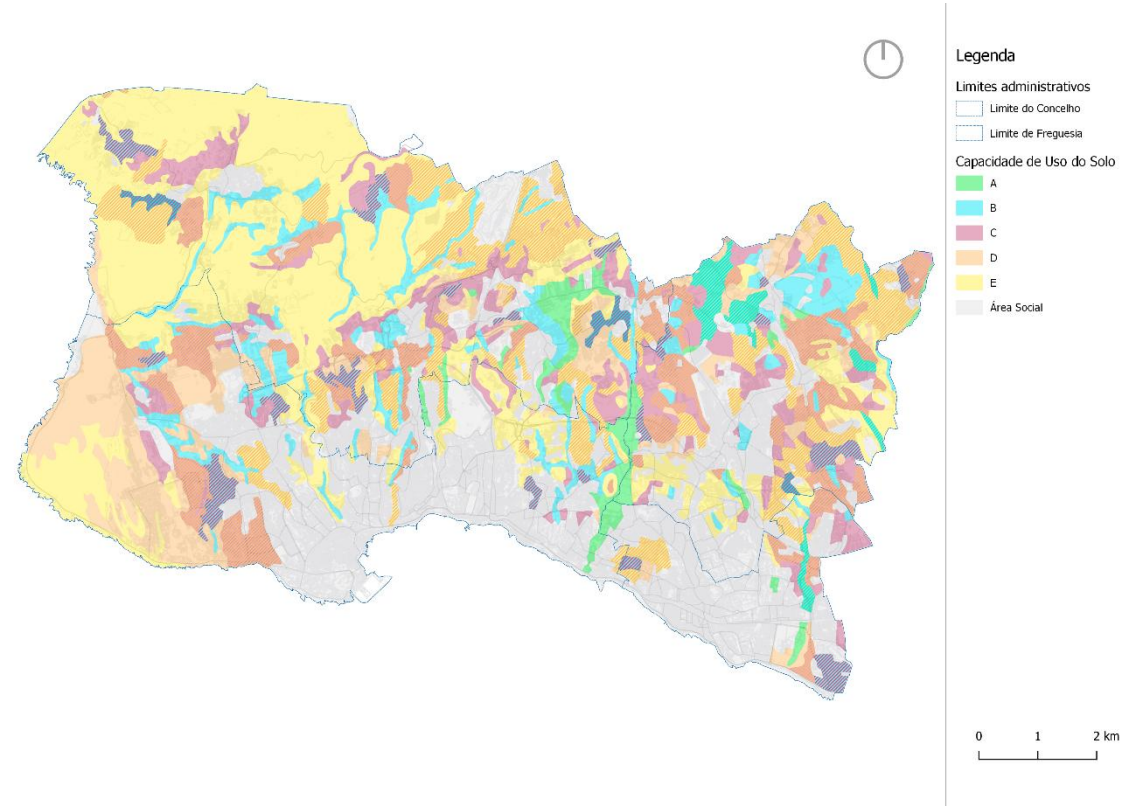


Figura 11 – Carta de Capacidade de Uso do Solo

Fonte: DGADR

Tabela 6 - Representação das tipologias de solos existentes no concelho de Cascais em percentagens

	Social	A	A+B	B	B+C	C
Hectares	2714,479	227,226	103,378	869,096	51,243	764,310
% do total	27,91%	2,34%	1,06%	8,94%	0,53%	7,86%
	Ch	C+D	C+E	D	D+E	E
Hectares	10,475	779,322	23,755	877,471	900,417	2401,788
% do total	0,14%	8,01%	0,24%	9,02%	9,26%	24,69%

Fonte: PDM

Os solos do Tipo "A", encontram-se nos vales das principais linhas de água, nomeadamente, o Vale da Ribeira de Manique/Caparide, o Vale da Ribeira de Bicesse, o Vale da Ribeira da Amoreira, o Vale da Ribeira das Marianas (a Norte da A5, junto ao Bairro Além das Vinhas, em Tires e a Sul da A5, a Nascente do Zambujal), o Vale da Ribeira de Sassoeiros, essencialmente, na Quinta do Barão e na Quinta Nova de Santo António, em Carcavelos.

Os solos do Tipo "B", localizam-se nos leitos de cheia da Ribeira da Foz do Guincho, da Ribeira das Vinhas e da Ribeira de Manique/Caparide (a Norte da Quinta dos Pesos).

As Classes do Tipo "A" e do Tipo "B", mais relevantes localizam-se no Cabeço do Cação, a Poente de Trajouce.

Os solos do tipo "C", encontram-se na Biscaia, na Figueira do Guincho e no perímetro florestal da Serra de Sintra, a Noroeste da Malveira da Serra e na Penha Longa.

Esta análise é importante para a delimitação da Reserva Agrícola Nacional no concelho e para a valorização efetiva dos solos rústicos no PDM.

Reserva Agrícola Nacional

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) no concelho de Cascais ocupa cerca de 680 ha, constituindo um recurso estratégico para a preservação dos solos agrícolas e para a salvaguarda do potencial produtivo do território.

Em termos comparativos, Cascais situa-se na metade inferior da tabela dos concelhos da AML no que respeita à dimensão da RAN, quer em termos absolutos, quer em proporção face à área total do Concelho.

De acordo com a Carta de Ocupação do Solo de 2023, cerca de 45% da área delimitada como RAN é dedicada à agricultura, enquanto aproximadamente 40% corresponde a espaços naturais ou seminaturais (florestas, matos, pastagens e superfícies agroflorestais (SAF)).

Contudo, é de salientar que 15% da área classificada como RAN surge identificada como território artificializado, revelando a forte pressão urbana que incide sobre este espaço protegido.

Tabela 7 - Ocupação do solo das áreas delimitadas como RAN – Nível 1

Ocupação do solo (nível 1)	Total	%
Agricultura	305,7	45%
Florestas	92,1	13,6%
Matos	71,8	10,6%
Pastagens	106,9	15,7%
Superfícies agroflorestais (SAF)	0,8	0,1%
Territórios artificializados	102,2	15%
Total	679,6	100%

Fonte: DGT

No que respeita exclusivamente à ocupação agrícola, verifica-se que apenas 4,1% do solo é ocupado por culturas permanentes, como olivais, pomares e vinhas. Em contrapartida, a grande maioria da superfície agrícola – cerca de 80% – encontra-se afeta a culturas temporárias de sequeiro e regadio, bem como a mosaicos culturais e parcelares complexos. Todavia, esta produção é maioritariamente destinada ao consumo próprio, não assumindo expressão relevante no tecido económico do concelho.

Tabela 8 - Ocupação do solo agrícola nas áreas delimitadas como RAN – Nível 4

Ocupação do solo agrícola (nível 4)	Total	%
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	48,5	15,9%
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	206,4	67,5%
Mosaicos culturais e parcelares complexos	38,4	12,5%
Olivais	2	0,7%
Pomares	2,7	0,9%
Vinhas	7,8	2,5%
Total	305,7	100%

Fonte: DGT

No contexto da diversidade de aptidão agrícola dos solos, importa realçar aqueles que revelam especial potencial para o desenvolvimento da viticultura. A alusão à atividade vitivinícola concelhia remete-nos naturalmente para o Vinho de Carcavelos, titular de Denominação de Origem Controlada (DOC) portuguesa, que é produzido em pequenas áreas do concelho de Cascais e Oeiras. A tradição vinícola desta circunscrição geográfica remonta aos tempos do Marquês de Pombal, que possuía vinhedos na área. A região de Carcavelos, em particular, é caracterizada por solos calcários, que são altamente favoráveis à produção de vinhos de qualidade.

Cerca de 359 ha de RAN, correspondendo a aproximadamente 50% da área total, encontram-se inseridos na região demarcada da vinha de Carcavelos. No entanto, observa-se que a presença efetiva de vinha é muito reduzida, não existindo quantidade relevante para assegurar uma produção significativa de vinho.

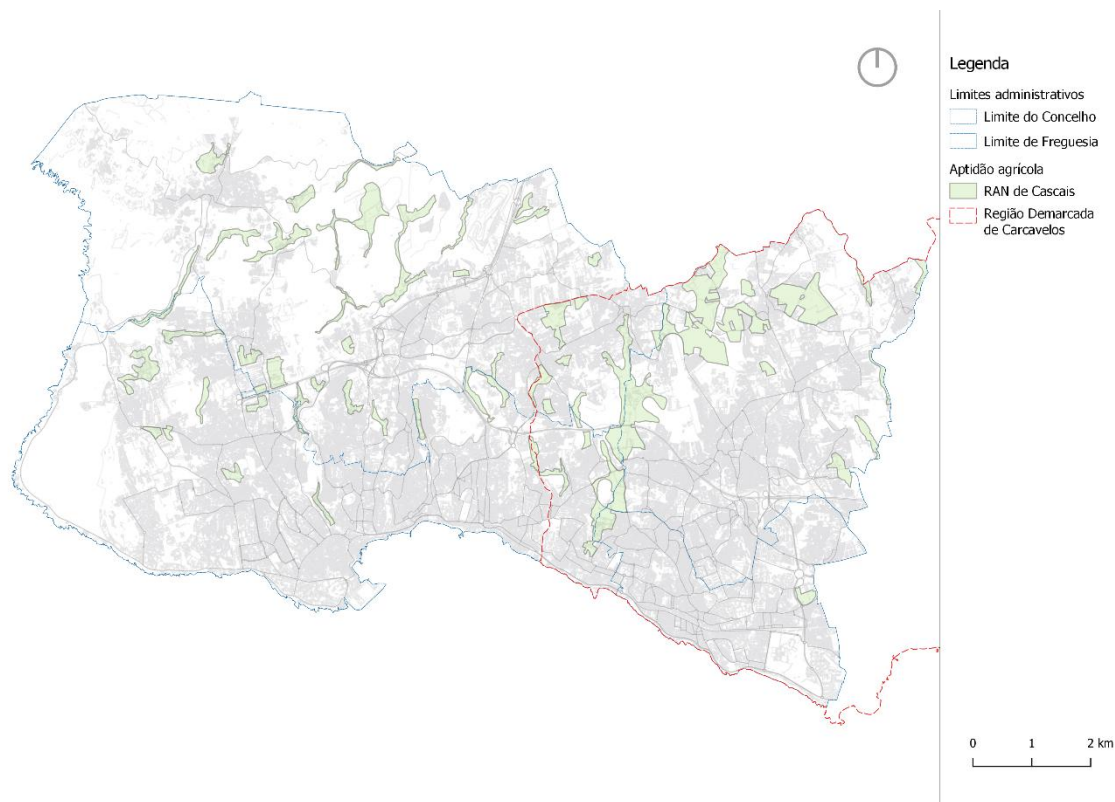


Figura 12 – Região demarcada da vinha de Carcavelos no concelho de Cascais (Portaria nº57/2021 de 12 de Março)

Fonte: PDM/Cascais Ambiente/CMOeiras

Em termos comparativos, Cascais situa-se na metade inferior da tabela dos concelhos da AML no que respeita à dimensão da RAN, quer em termos absolutos, quer em proporção face à área total do Concelho.

O território concelhio não tem potenciado de forma eficaz a exploração das áreas delimitadas como RAN, mantendo-se estas mais como reserva potencial do que como recurso agrícola efetivamente produtivo.

A área da RAN foi estabilizada na 1ª Revisão do PDM, em 2015, não tendo sofrido alterações desde então.

2.3.4. VALOR ECOLÓGICO DO SOLO

O valor ecológico do solo corresponde à importância que este assume no funcionamento e equilíbrio dos ecossistemas, refletindo a sua capacidade de sustentar processos biofísicos essenciais ao ambiente.

Enquanto recurso natural vivo, o solo intervém na ciclagem de nutrientes, na decomposição e mineralização da matéria orgânica, na regulação do pH e na disponibilidade de elementos necessários ao desenvolvimento vegetal. Desempenha igualmente um papel determinante na dinâmica hidrológica dos territórios, promovendo a infiltração, retenção e circulação da

água, contribuindo para a redução do escoamento superficial e para a filtragem de contaminantes, assumindo-se como um sistema natural de depuração.

A estas funções junta-se a sua relevância na estabilidade climática, nomeadamente através do sequestro de carbono e da regulação térmica dos ecossistemas, reforçando a resiliência dos espaços naturais perante perturbações.

O solo constitui ainda suporte físico e biológico para as comunidades vegetais e para a diversidade de organismos que nele habitam, assegurando a manutenção de cadeias tróficas e serviços ambientais essenciais.

Desta forma, o valor ecológico do solo deverá expressar a capacidade de garantir a continuidade dos processos naturais, a conservação da biodiversidade e o funcionamento sustentável dos ecossistemas.

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) constitui um mecanismo de ordenamento e proteção do solo assente na valorização da diversidade das suas funções. Contudo, a sua delimitação é baseada exclusivamente na aptidão agrícola do solo.

Na delimitação da carta de Valor Ecológico do Solo do concelho, a metodologia estabelecida, baseou-se na abordagem apresentada por Magalhães et. al. (2005), na qual se propõe que além da aptidão agrícola, sejam igualmente consideradas as propriedades intrínsecas do solo importantes para a produção de biomassa, como espessura do perfil, natureza do material originário, teores de argila e matéria orgânica, estrutura, pH, capacidade de troca catiónica e grau de saturação em bases.

Esta abordagem determinou o valor ecológico do solo, permitindo identificar a necessidade de proteção de solos não abrangidos pela RAN e incluí-los na Estrutura Ecológica Municipal.

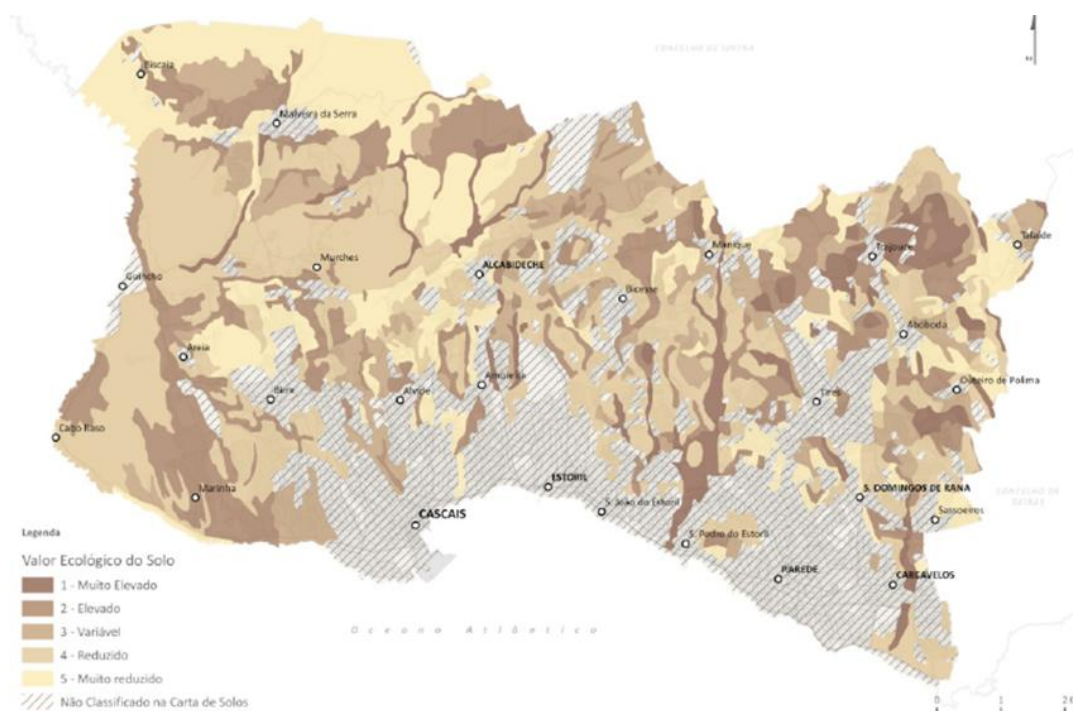


Figura 13 - Valor Ecológico do Solo

Fonte: C&SIG na delimitação da estrutura ecológica municipal (ISEGI)

2.3.5. OCUPAÇÃO DO SOLO PREDOMINANTEMENTE NATURAL

A ocupação do solo predominantemente natural no concelho de Cascais, caracterizada pela Carta de Ocupação do Solo (COS), traduz a diversidade de sistemas naturais e seminaturais que estruturam o território municipal, desempenhando funções ambientais, ecológicas, produtivas e paisagísticas de elevada relevância.

As classes de ocupação do solo associadas ao solo predominantemente natural, nomeadamente Agricultura, Pastagens, Superfícies Agrofloretais, Florestas, Matos, Espaços descobertos ou com pouca vegetação e Massas de água superficiais, constituem a base física da estrutura ecológica do concelho, contribuindo para a manutenção do equilíbrio territorial e ambiental.

Estas classes evidenciam distintos níveis de intervenção antrópica, sendo a sua distribuição espacial fortemente condicionada pelas características geomorfológicas, edafoclimáticas e ecológicas do território, bem como pela evolução histórica dos usos do solo e pelas dinâmicas de transformação associadas à proximidade de áreas urbanas e infraestruturais.

No concelho de Cascais verifica-se, contudo, uma ocupação do solo marcada pela predominância de territórios artificializados, que correspondem a mais de 55% da área total.

A restante superfície territorial é ocupada por classes de solo predominantemente natural, destacando-se as Florestas e os Matos, que representam 32,6% do território, com especial incidência na área integrada no PNSC.

Os espaços classificados como Agricultura e Pastagens correspondem a cerca de 11% da área do concelho, enquanto os Espaços descobertos ou com pouca vegetação assumem uma expressão residual (1,3%). As Massas de água superficiais e as Superfícies Agroflorestais (SAF) ocupam, no seu conjunto, aproximadamente 0,2% do território municipal.

Tabela 8 - COS 2023 do concelho de Cascais

	Área (ha)	%
Agricultura	628,2	6,5%
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	122,6	1,3%
Florestas	1360,7	14%
Massas de água superficiais	10,6	0,1%
Matos	1811,6	18,6%
Pastagens	440,7	4,5%
Superfícies agroflorestais (SAF)	11,6	0,1%
Territórios artificializados	5351,2	55%
Total	9737,3	100%

Fonte: DGT

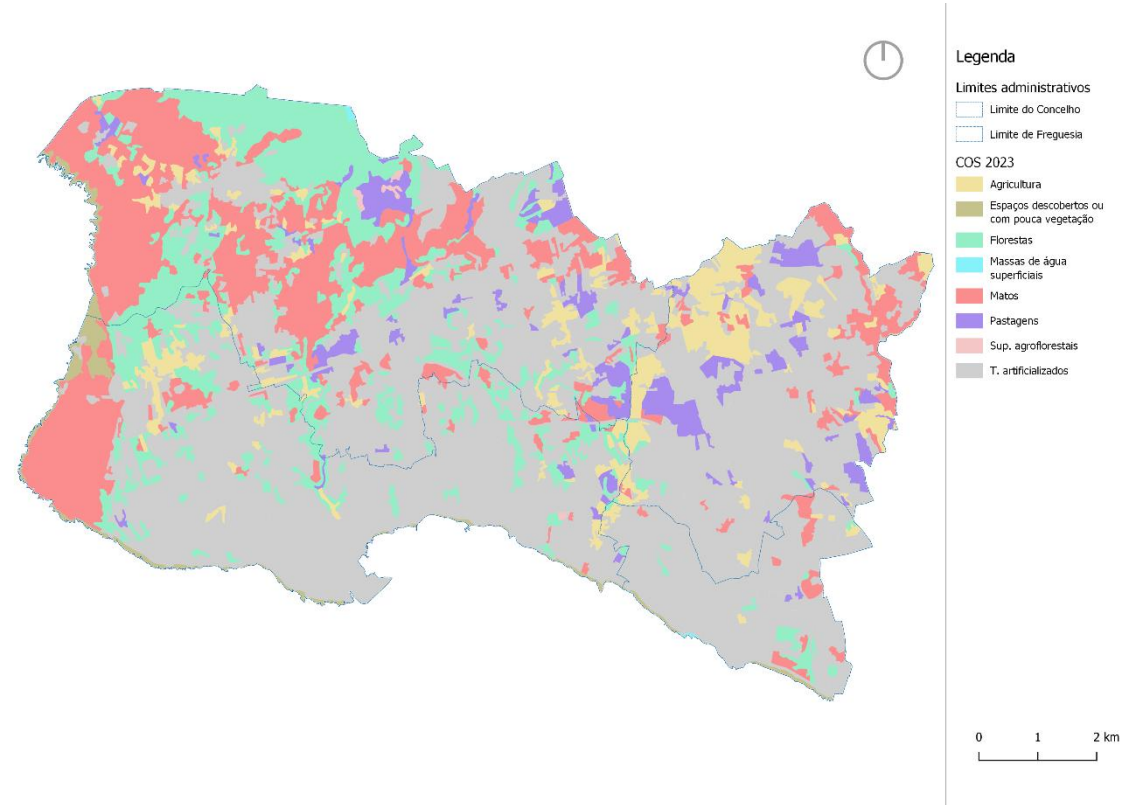


Figura 14 - COS 2023 do concelho de Cascais

Fonte: DGT

De modo a aferirem-se as alterações ocorridas no território do concelho predominantemente natural, foram comparadas as cartas de ocupação do solo (COS) de 2018 e 2023.

No período em análise, verifica-se que 56,3 ha de solo sofreram alterações ao nível da ocupação, representando 0,6% do território do concelho. Aproximadamente 55.6 ha de solo predominantemente natural foram convertidos em território artificializado, não se verificando

processos inversos, ou seja, não houve reconversão de áreas artificializadas para solo natural. Adicionalmente, foi identificada apenas uma alteração de classes de solo natural, correspondente à transição de áreas florestais para áreas de matos (0,8 ha).

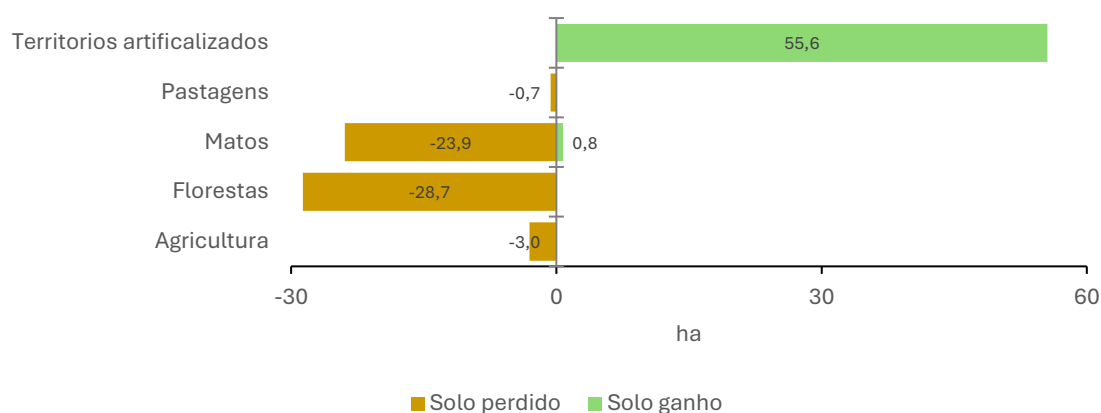


Figura 15 – Saldo das alterações ocorridas na ocupação do solo em 2023, face a 2018

Fonte: DGT

Nos últimos anos, verifica-se no concelho uma alteração expressiva ao nível da ocupação do solo, traduzida sobretudo na conversão de áreas de matriz natural em solo artificializado. Esta tendência confirma uma pressão crescente sobre o território, associada ao aumento de edificações, infraestruturas e usos urbanos, com natural redução de espaços naturais e semi-naturais.

Face a este cenário, torna-se expectável que as opções futuras de ordenamento assentem na necessidade de conter a expansão de novas áreas urbanizadas, privilegiando a densificação dos tecidos urbanos já consolidados, com otimização do uso do solo e das infraestruturas existentes. Paralelamente, sempre que viável, deverá ser equacionado o reforço e recuperação das áreas naturais, enquanto fator estruturante da resiliência ecológica do território, garantindo equilíbrio paisagístico, qualidade ambiental e sustentabilidade futura no uso do solo.

2.4. BIODIVERSIDADE

A biodiversidade desempenha um papel central na funcionalidade dos ecossistemas e na prestação de serviços essenciais para o bem-estar humano e o equilíbrio ambiental. A sua preservação é crucial não apenas para a manutenção da saúde dos ecossistemas naturais, mas também para a resiliência face aos desafios ambientais, como as alterações climáticas e a perda de habitats.

O território de Cascais reúne um conjunto vasto e diversificado de espaços com elevado valor ecológico e importância para a preservação da natureza e da biodiversidade. Estes espaços constituem um recurso estratégico que contribui para reforçar a identidade local,

melhorar a qualidade de vida das populações e aumentar a competitividade e a atratividade do concelho. Neste contexto, torna-se importante identificar e quantificar a presença de áreas com estatuto de proteção, abrangendo parques e reservas naturais, paisagens protegidas, zonas classificadas da Rede Natura 2000 e outras áreas de reconhecido interesse ambiental.

2.4.1. REN

A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra as áreas que, pelo seu valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. A sua principal função é assegurar a conservação de ecossistemas, habitats e espécies de elevado valor ecológico, essencial para a sustentabilidade ambiental e para a proteção da biodiversidade.

Configura uma restrição de utilidade pública de âmbito nacional, prevista nos instrumentos de gestão territorial, e sujeita a um regime territorial especial estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que define as áreas de relevante interesse ecológico, determina as condições para a sua proteção e uso e regulamenta as atividades que podem ser realizadas nestas zonas, com o objetivo de minimizar impactos negativos nos ecossistemas.

O concelho de Cascais possui cerca de 14.370,5 hectares integrados na REN, sendo composta por 15 tipologias distintas, que se agrupam em três categorias principais.

Aproximadamente 71% da área total encontra-se em espaço marítimo, enquanto a área emersa, abrange uma área de aproximadamente 3020 ha.

Tabela 9 – Tipologias da REN no concelho de Cascais

Áreas	Tipologias	Áreas hectares	Total	Total no território	Total	Total REN no território	
						somatório de tipologias	sem sobreposição de tipologias
Áreas de proteção do litoral	Faixa marítima de proteção costeira	9720,55	10961,69	0	679,04	4087,85	3020,3
	Praias	499,99		0			
	Ilhéus e rochedos emersos	1,75		0			
	Dunas costeiras	457,47		457,49			
	Dunas fósseis	3,68		3,68			
	Arribas e respetiva faixa de proteção	250,13		189,75			
	Faixa terrestre de proteção costeira	28,12		28,12			
Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico	Cursos de água e respetiva margem	191,79	1320,98	191,79	1320,98		
	Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica	8,92		8,92			
	Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	1120,27		1120,27			
Áreas de prevenção de riscos naturais	Zonas adjacentes	97,22	2087,83	97,22	2087,83		
	Zonas ameaçadas pelo mar	204,3		204,3			
	Zonas ameaçadas por cheias	3,06		3,06			
	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	1386,96		1386,96			
	Áreas de instabilidade de vertentes	396,29		396,29			

Fonte: PDM

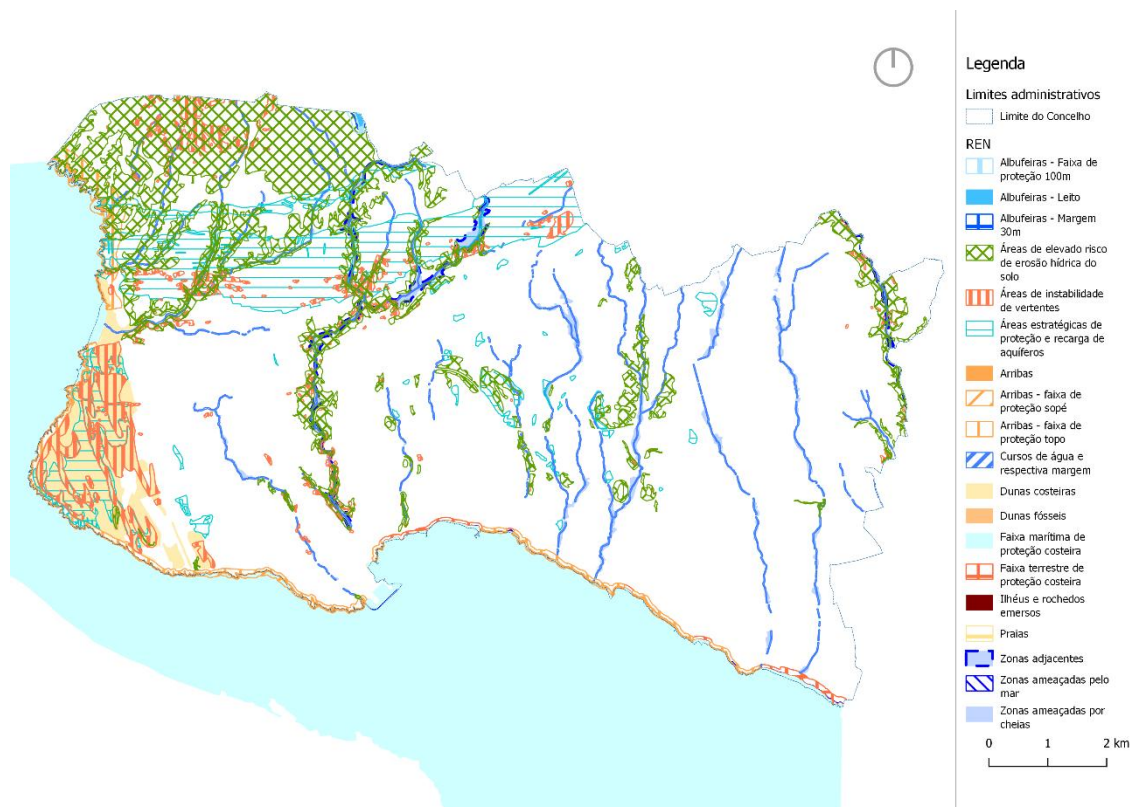


Figura 16 - Reserva Ecológica Nacional do Concelho

Fonte: PDM

Refira-se por último que a área em REN foi estabilizada na 1ª Revisão do PDM, em 2015, não tendo sofrido alterações desde então, com exceção de uma correção – Penha Longa – e uma exclusão – Pampilheira – cujos procedimentos necessários foram concertados conjuntamente com a CCDD-LVT.

2.4.2. ÁREAS PROTEGIDAS

Parque Natural de Sintra Cascais (PNSC)

O Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC) é uma área protegida, também classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, com cerca de 14.583 hectares. Estende-se desde a foz do rio Falcão, no limite norte do concelho de Sintra, até à Cidadela de Cascais, a sul. Este Parque ocupa aproximadamente um terço do território do concelho de Cascais, destacando-se pela sua diversidade ecológica, paisagística e cultural.

A paisagem do Parque é enriquecida por fenómenos geológicos de relevância, como os lapiás costeiros que se prolongam até ao Cabo Raso, e pelo sistema dunar Guincho-Oitavos, que alberga habitats de elevado valor ecológico. Estes elementos tornam o PNSC uma área única, essencial para a conservação da natureza e para a promoção de um contacto sustentável com o património natural e cultural.

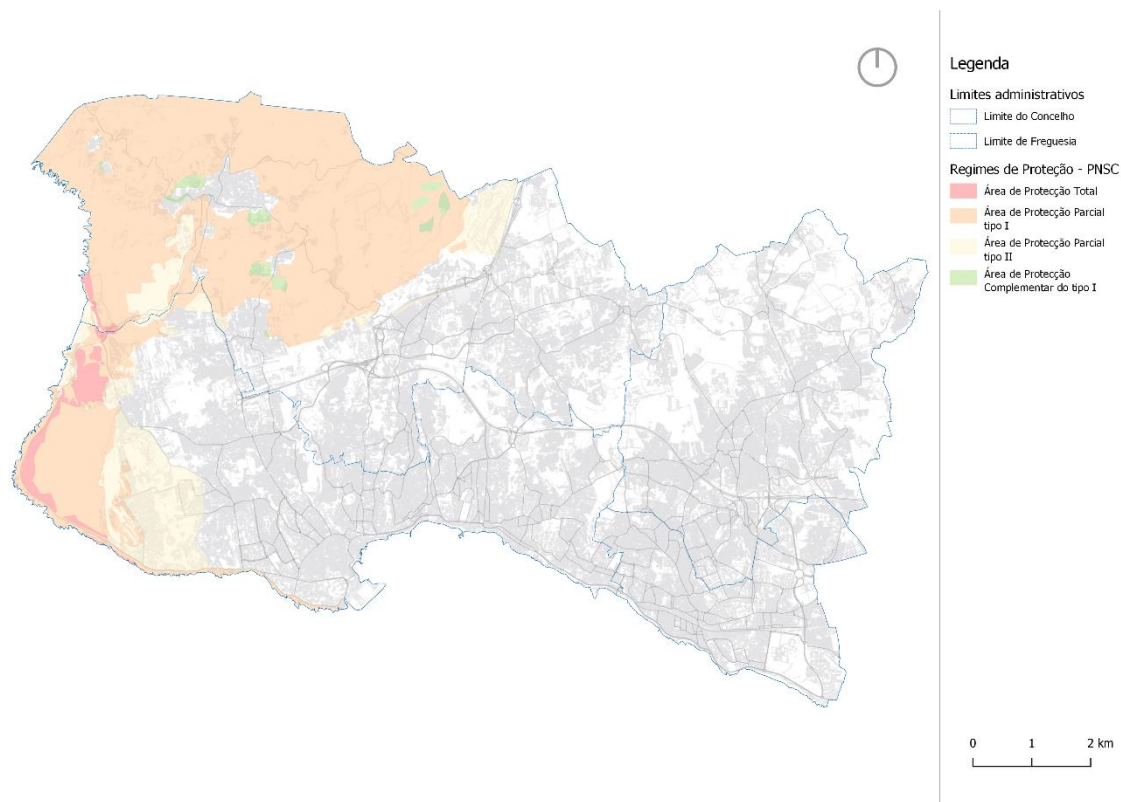


Figura 17 - Regimes de Proteção do Parque Natural Sintra-Cascais

Fonte: PDM

A gestão do PNSC é regulamentada por um conjunto de diplomas legais que estabelecem diretrizes para a conservação dos seus valores naturais e culturais. O enquadramento jurídico do Parque tem como base o Decreto Regulamentar n.º 8/94, de 11 de março, que formalizou a sua criação e definiu os objetivos gerais de proteção da biodiversidade, da paisagem e do património cultural, em conformidade com a legislação nacional e comunitária.

Enquanto instrumento de gestão territorial de carácter vinculativo, o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC) e respetivo regulamento, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/94, de 11 de março, disciplina a ocupação, o uso e a transformação do solo no perímetro do Parque. Este plano estabelece diferentes regimes de proteção, designadamente áreas de proteção total, parcial e de uso condicionado, impondo normas restritivas para prevenir impactos ambientais negativos e assegurar a integridade dos ecossistemas.

Grande parte do território do PNSC está integrado na Rede Natura 2000, uma rede ecológica europeia que tem por finalidade a conservação de habitats naturais e de espécies de fauna e flora selvagens de interesse comunitário. Esta proteção é complementada pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na redação atual, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, reforçando os mecanismos de proteção e gestão sustentável do património natural do Parque.

O Plano de Ordenamento do PNSC encontra-se atualmente em processo de adaptação para Programa Especial do Parque Natural de Sintra-Cascais (PEPNSC) pelo ICNF, conforme estabelecido pelo Despacho n.º 2070/2025, publicado no Diário da República n.º 31/2025, Série II, de 13 de fevereiro de 2025

Esta adaptação fará com que deixe de ter condicionantes que se apliquem diretamente aos municípios, mas os seus princípios terão de integrar o PDM.

Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000, assume-se como um instrumento essencial da política da União Europeia no domínio da conservação da natureza e da biodiversidade. A sua estrutura é composta por Zonas de Proteção Especial (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves (2009/147/CE), com o propósito principal de assegurar a conservação das espécies de aves e dos respetivos habitats, bem como por Zonas Especiais de Conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitats (92/43/CEE), destinadas a garantir a conservação dos habitats naturais e das espécies de flora e fauna de interesse comunitário.

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), enquanto instrumento de gestão territorial, estabelece diretrizes para a gestão das ZEC e ZPE do território continental, assegurando a manutenção de um estado de conservação favorável das espécies e habitats abrangidos.

Em Cascais, foram identificadas 40 tipologias de habitats integradas na Rede Natura 2000, refletindo a elevada diversidade biológica e a importância ecológica do Concelho.

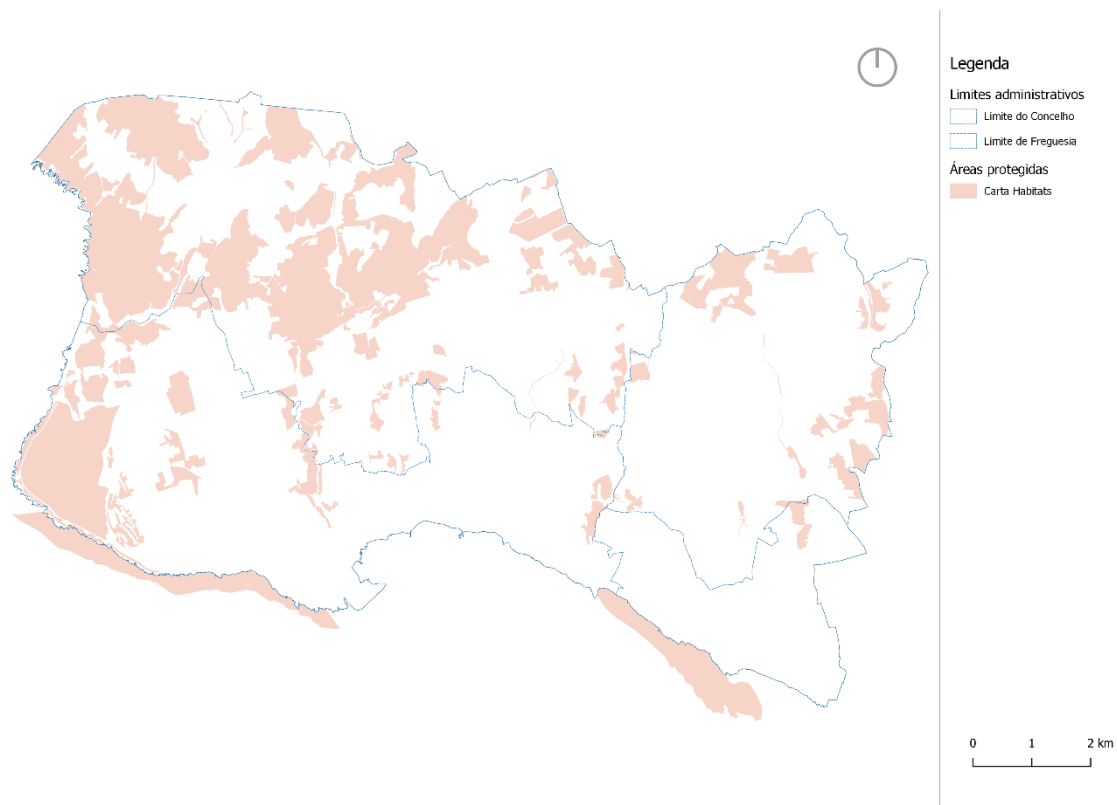


Figura 18 - Rede Natura 2000

Fonte: Cascais Ambiente

A ZEC – Zona Especial de Conservação Sintra/Cascais

A Zona Especial de Conservação (ZEC) Sintra/Cascais integra a Rede Natura 2000 e constitui uma das mais relevantes áreas protegidas do território continental português, tanto pela sua riqueza ecológica como pela sua importância paisagística e cultural. Esta zona abrange extensas áreas terrestres e marinhas, incluindo o Parque Natural de Sintra-Cascais, e áreas costeiras até aos limites de Torres Vedras e Mafra. A sua classificação visa assegurar a conservação de habitats naturais e de espécies da fauna e flora selvagens de interesse comunitário, conforme estabelecido na Diretiva Habitats da União Europeia (n.º 92/43/CEE).

A área terrestre da ZEC em Cascais engloba zonas de grande importância como a duna da Crismina, o núcleo da Quinta do Pisão, as arribas da costa e parte da serra de Sintra. São locais de elevada biodiversidade, que acolhem espécies de flora endémica e fauna sensível. A vegetação natural desempenha um papel vital na proteção dos solos contra a erosão e no equilíbrio hidrológico local.

A componente marinha da ZEC em Cascais é igualmente relevante. Ao longo da faixa costeira, encontram-se recifes rochosos, bancos de areia e prados submersos que acolhem uma grande variedade de organismos marinhos. Esta zona constitui um importante corredor ecológico para espécies migratórias e oferece condições favoráveis para a reprodução e alimentação de numerosas espécies piscícolas e invertebrados.

A ZEC – Zona Especial de Conservação Sintra/Cascais tem cerca de 16.627 ha, correspondendo 8219 ha a área terrestre e 8408 ha a área marinha. No concelho de Cascais abrange uma área total de 2649 há, representando 32% da ZEC



Figura 19 - Enquadramento territorial da ZEC Sintra/Cascais

Fonte: Plano de Gestão da Zec Sintra/Cascais

ZPE Cabo Raso

A Zona de Proteção Especial (ZPE) do Cabo Raso, totalmente marinha, integra a Rede Natura 2000, nos termos da Diretiva Aves (2009/147/CE) para a conservação de espécies de avifauna marinha de interesse comunitário. Com uma área exclusivamente marinha de 133.546,9 hectares, esta ZPE estende-se ao longo da linha costeira entre Torres Vedras e Cascais, atingindo uma distância máxima de 30 km da costa. As profundidades na área protegida situam-se predominantemente abaixo dos 200 metros, podendo, na zona sudoeste, alcançar aproximadamente 500 metros.

A dinâmica ecológica desta zona é fortemente influenciada pela proximidade do estuário do Tejo, que contribui para uma elevada produtividade biológica devido ao aporte de sedimentos e nutrientes. Adicionalmente, os padrões de vento induzidos pela Serra de Sintra favorecem a ocorrência do *upwelling* costeiro, um fenómeno que promove o afloramento de águas profundas, frias e ricas em nutrientes para a superfície, intensificando-se sobretudo nos meses de verão. Estes fatores criam condições propícias para a manutenção de populações significativas de aves marinhas.

A ZPE do Cabo Raso constitui um habitat de importância crucial para várias espécies alvo de conservação, designadamente:

- Alcatraz ou ganso-patola (*Morus bassanus*);
- Cagarra (*Calonectris borealis*);
- Negrola ou pato-negro (*Melanitta nigra*);
- Pardela-balear ou pardela-das-baleares (*Puffinus mauritanicus*), espécie classificada como Criticamente em Perigo (CR) pela Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

A designação desta ZPE reforça o compromisso com a conservação da avifauna marinha, assegurando a implementação de medidas de gestão e proteção que garantam a preservação dos habitats e das condições ecológicas essenciais para estas espécies.

Área Marinha Protegida das Avenças

As Áreas Marinhas Protegidas (AMP) são instrumentos fundamentais de gestão costeira, sendo estabelecidas com o objetivo de promover a conservação da biodiversidade marinha e a utilização sustentável dos recursos pesqueiros, em conformidade com as diretrizes nacionais e internacionais de proteção ambiental (Abecasis et al., 2013; Ferreira et al., 2017).

A Área Marinha Protegida das Avenças foi criada em outubro de 2016, na sequência da alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) – Cidadela São Julião da Barra aprovado em 1998, tornando-se a primeira área marinha protegida com gestão local em Portugal.

A delimitação geográfica desta AMP estende-se entre a Praia da Parede e a Praia de São Pedro do Estoril, sendo limitada a norte pela Estrada Marginal. No espaço marítimo, o seu limite foi ajustado para garantir o alinhamento com outros instrumentos regulamentares, abrangendo atualmente uma extensão até ¼ de milha náutica da linha de costa

A AMP das Avenças está sujeita a um regime de proteção específico, que impõe um conjunto de interdições destinadas a garantir a preservação dos seus valores ecológicos e ambientais. Entre as restrições estabelecidas, destacam-se:

- Proibição da captura de fauna e flora, exceto para fins científicos devidamente autorizados;
- Interdição da ancoragem de embarcações, salvo aquelas integradas em projetos de investigação ou conservação;
- Proibição da instalação de unidades de aquacultura dentro da área protegida;
- Restrições à prática de desportos náuticos motorizados, visando minimizar perturbações nos ecossistemas marinhos;

- Interdição de métodos de pesca altamente impactantes, como a pesca de arrasto (ex.: ganchorra) e redes de emalhar.

Estas medidas de gestão e conservação asseguram a proteção dos habitats e espécies marinhas presentes na AMP das Avenças, promovendo a sustentabilidade ecológica e o equilíbrio dos ecossistemas costeiros desta área protegida.

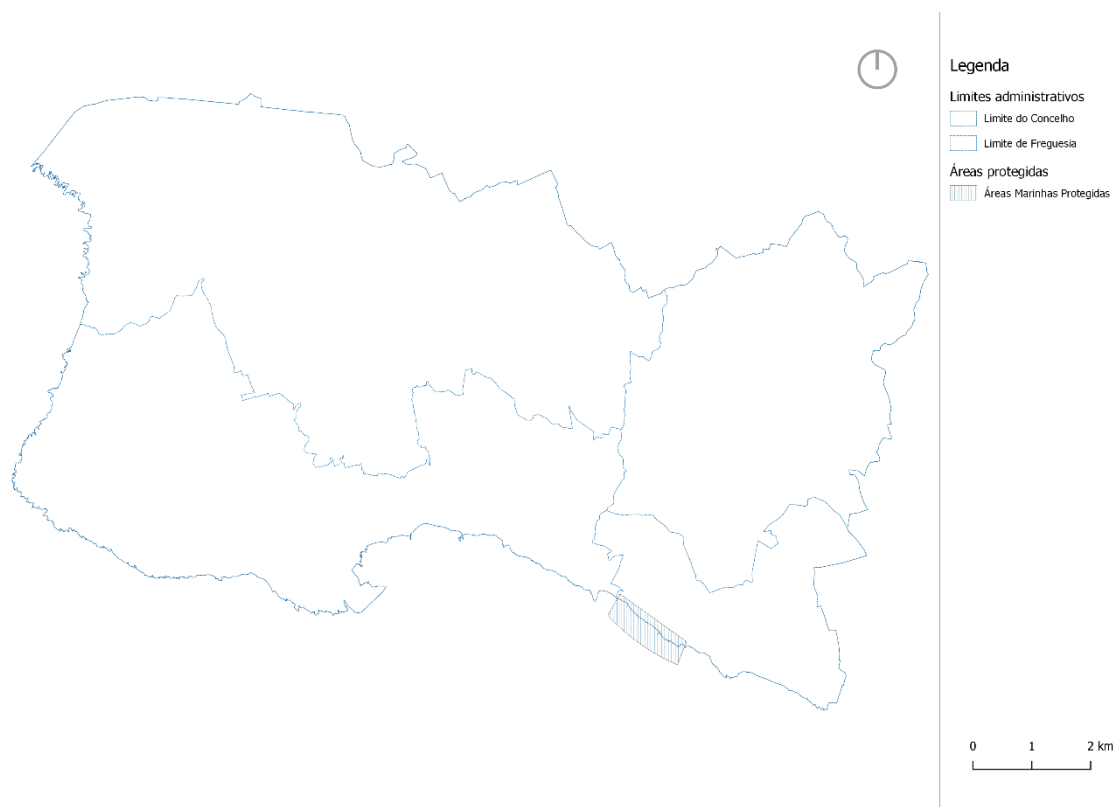


Figura 20- Área Marinha Protegida das Avenças

Fonte: GeoCascais

2.4.3. FLORESTA

De acordo com a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de 2023, a categoria de floresta, subdivide-se em diferentes classes de espécies florestais. Estas classes incluem espécies de formações de coníferas, como o pinheiro-bravo e o pinheiro-manso, as formações de folhosas, como o eucalipto e o sobreiro, bem como áreas de florestas mistas que combinam diferentes tipos de espécies. Esta classificação detalhada permite uma análise mais precisa da distribuição e composição das áreas florestais.

No concelho de Cascais, a área total florestal é de 2606 hectares, representando aproximadamente 27% da área total do concelho.

Tabela 10 - Classificação do tipo de floresta – Uso e ocupação do solo florestal no concelho de Cascais

COS 2023 – Nível 4	área (ha)	%
Florestas de acácias	116,73	4,48%
Florestas de eucalipto	549,12	21,07%
Florestas de outras folhosas	186,78	7,17%
Florestas de outras resinosas	498,1	19,12%
Florestas de outros carvalhos	28,34	1,09%
Florestas de pinheiro-bravo	987,79	37,91%
Florestas de pinheiro manso	237,94	9,13%
Florestas de sobreiro	0,95	0,04%

Fonte: DGT

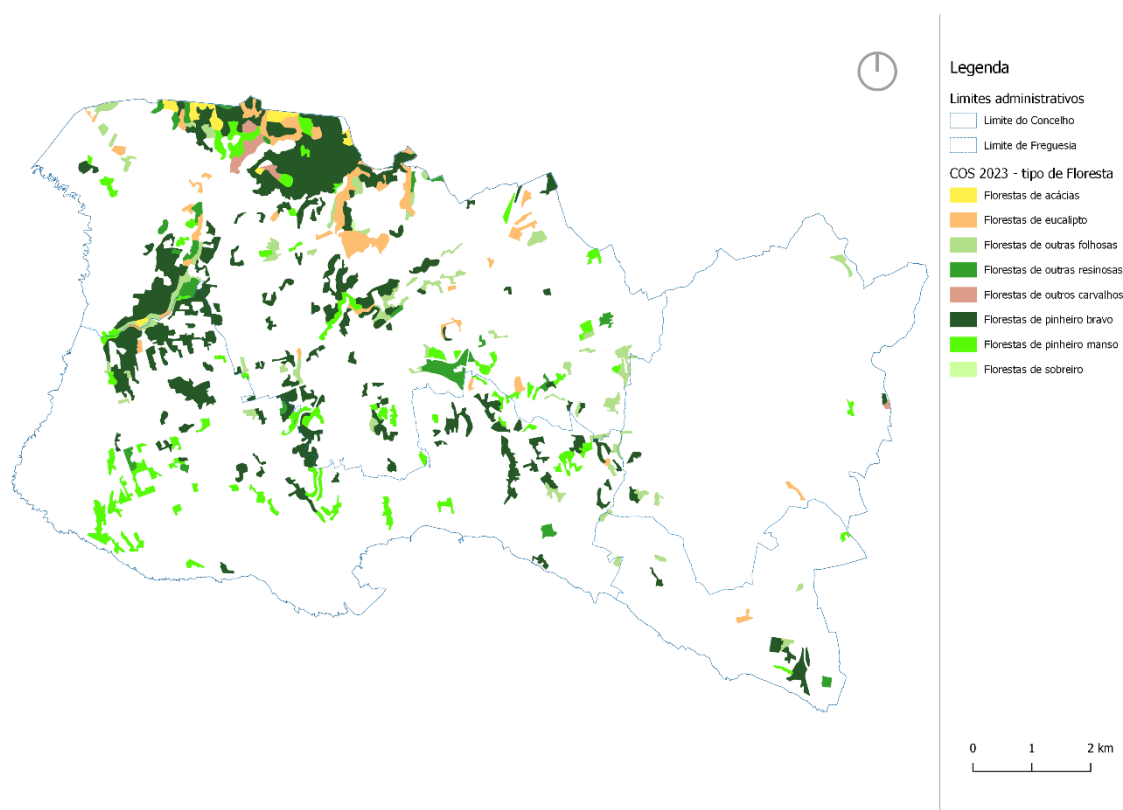


Figura 21 - Classificação do tipo de floresta

Fonte: DGT

A floresta do concelho de Cascais, maioritariamente composta por povoamentos destinados à proteção e recreio, não é explorada para fins industriais, o que contribui para a estabilidade do stock de carbono. As áreas florestais encontram-se sobretudo concentradas na zona norte do concelho, abrangendo o Parque Natural de Sintra-Cascais, sendo dominadas por espécies como o pinheiro-bravo e manso. A gestão destas áreas, associada à ausência de colheita intensiva, permite considerar nulas as perdas de biomassa por exploração, sendo contabilizadas apenas as perdas por mortalidade natural e conversão do uso do solo.

O sequestro de carbono nestas florestas resulta não apenas do crescimento da biomassa viva, mas também da acumulação de carbono na matéria orgânica morta (folhada) e nos solos, especialmente nas áreas recentemente convertidas em floresta ou em transição entre

tipos de povoamento. Adicionalmente, é contabilizado o carbono libertado por eventos de queima de biomassa, nomeadamente incêndios florestais, que, apesar de pontuais, afetam a capacidade de sumidouro.

Estas zonas florestais têm um papel relevante não apenas no sequestro de carbono, mas também na preservação da biodiversidade, na melhoria da qualidade do solo e na proteção das zonas costeiras e do território contra fenómenos climáticos adversos.

O concelho de Cascais possui um relevante potencial de sequestro de carbono florestal¹, que desempenha um papel estratégico no esforço local de atingir a neutralidade carbónica até 2050.

Em 2015, ano de referência do Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica, o setor das Florestas e Outros Usos do Solo (LULUCF) registou um balanço líquido de sequestro de gases com efeito de estufa (GEE) de aproximadamente 4474 toneladas de dióxido de carbono equivalente (ktCO₂e), contribuindo para a mitigação das emissões totais do concelho, representando 0,85% do sequestro de carbono municipal nesse ano.

De acordo com o Plano Municipal de Ação Climática de Cascais, em 2023, o município de Cascais teve capacidade para sequestrar cerca de 5119 tCO₂e através do LULUCF, contudo devido ao setor da Agricultura, Floresta e Outros Usos do Solo (AFOLU) o sequestro foi mitigado para 2803 tCO₂e.

Conforme a Tabela 11 demonstra, o sequestro em 2023 está aquém do previsto nos cenários considerados no Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica (2020) tendo inclusive diminuído.

Tabela 11 - Comparação da capacidade de sumidouro (tCO₂e) prevista no Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica e constatada no Plano Municipal de Ação Climática

Ano		Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica em 2050				Plano Municipal de Ação Climática	
		2015	2030	2040	2050	2015	2023
AFOLU		313	-	-	-	313	2316
LULUCF	Florestas	-7960	-	-	-	-7960	-4213
	Outros Usos do solo	3173	-	-	-	3173	-906
Total		-4474	-10497	-10995	-11585	-4474	-2803

Fonte: Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica e Plano Municipal de Ação Climática de Cascais

¹ Refere-se à capacidade das florestas de sequestrar e armazenar dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera.

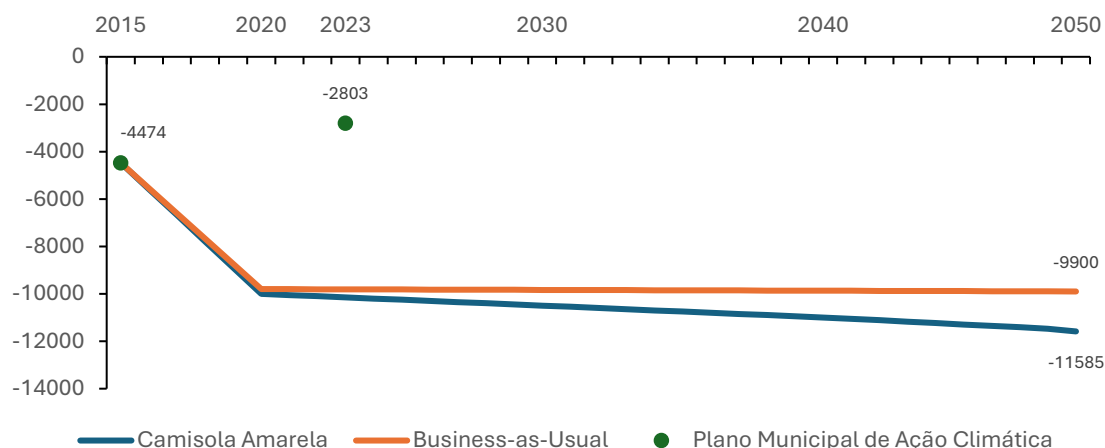


Figura 22 - Evolução do potencial de sumidouro do município até 2050

Fonte: Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica e Plano Municipal de Ação Climática de Cascais

A valorização e conservação do território florestal são, assim, determinantes para aumentar a resiliência ecológica do concelho e reforçar a sua capacidade de remoção de carbono da atmosfera. O município de Cascais tem como objetivo duplicar esta capacidade de sumidouro até 2050, através de uma gestão florestal ativa que inclui ações de reflorestação, controlo de espécies invasoras, prevenção de incêndios e manutenção dos serviços de ecossistema associados às áreas verdes.

2.5. CONECTIVIDADE ECOLÓGICA

2.5.1. ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) de Cascais constitui um elemento essencial do ordenamento do território, integrando o conjunto de áreas de solo que, pelas suas características biofísicas, ecológicas e paisagísticas, desempenham funções fundamentais na preservação da biodiversidade, no equilíbrio ecológico e na valorização ambiental e patrimonial dos espaços rurais e urbanos.

Enquanto componente estruturante do território, a EEM tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável do concelho, assegurando a proteção dos ecossistemas naturais, a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e a criação de oportunidades de fruição ambiental, cultural e recreativa. A sua delimitação assenta na Rede Ecológica Metropolitana e está em consonância com os objetivos expressos no PROT-AML.

A EEM está representada na Planta de Ordenamento e organiza-se em três componentes:

- a Estrutura Ecológica Fundamental (EEF), que abrange as áreas de maior valor natural e ecológico, essenciais à manutenção dos sistemas ecológicos e à salvaguarda de recursos de interesse nacional;

- a Estrutura Ecológica Complementar (EEC), que inclui espaços com relevância natural, cultural e paisagística que asseguram a continuidade e a coerência ecológica do território;
- e a Estrutura Ecológica Urbana (EEU), que integra os espaços verdes e corredores ecológicos indispensáveis ao equilíbrio ambiental do solo urbano e à qualidade de vida da população.

Nas áreas integradas na EEM aplica-se um regime específico de uso do solo, orientado para a proteção e valorização dos recursos naturais, assegurando a articulação entre a conservação ecológica e o desenvolvimento territorial sustentável.

Entre a primeira revisão do PDM de Cascais, em 2015, e a sua adequação ao novo RJIGT, em 2023, a EEM registou um aumento de 7%, correspondendo a um acréscimo aproximado de 294 hectares. Cerca de metade desta expansão (50%) está associada à EEU, refletindo uma crescente valorização dos espaços verdes e corredores ecológicos em meio urbano.

Apesar deste reforço da componente urbana, a EEF continua a representar a maior parcela da EEM, abrangendo 61% da sua área total, enquanto a EEC apresenta uma expressão mais reduzida, correspondendo apenas a 18,5%. No seu conjunto, a EEM abrange 4467 hectares, ou seja 46% da área do Concelho.

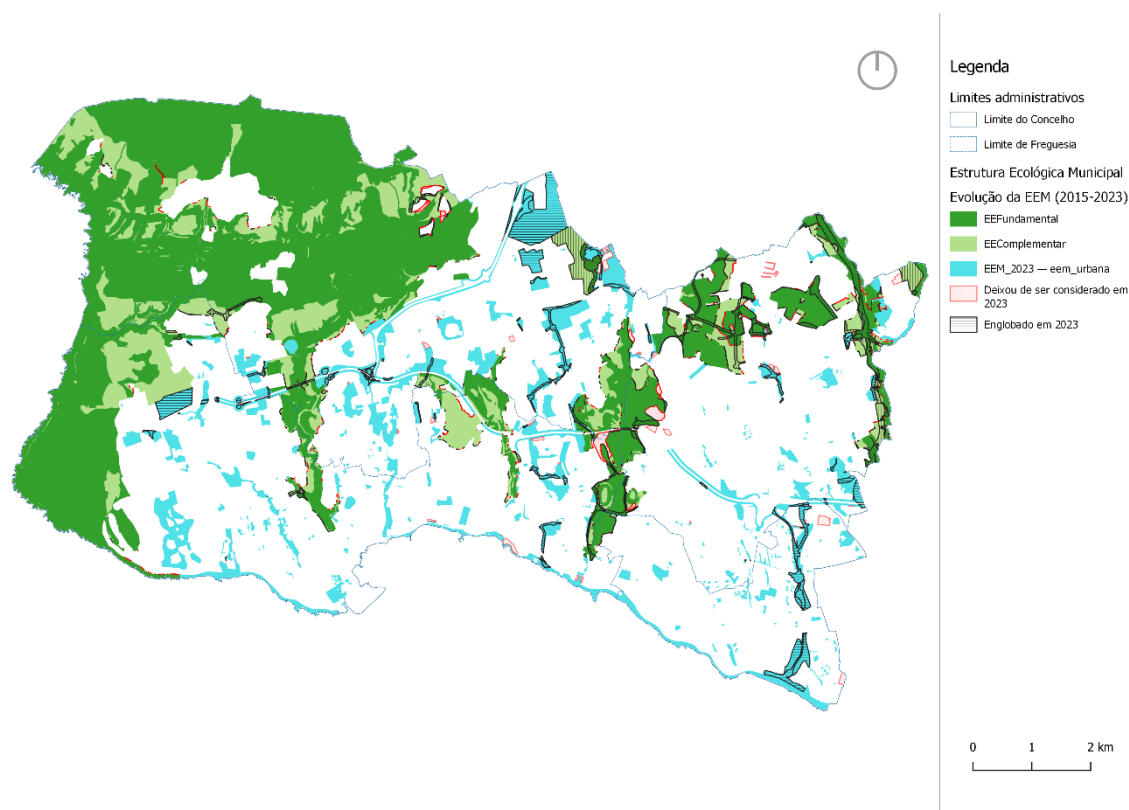


Figura 23 – EEM

Fonte: PDM

Do ponto de vista da classificação do solo, verifica-se que tanto a EEF como a EEC se encontram quase integralmente implantadas em solo rústico, o que confirma a sua função de proteção dos ecossistemas naturais e da continuidade ecológica do território. Já no caso da EEU, apenas 15,4% da sua área se insere em solo rústico, sendo a grande maioria (84,6%) integrada em solo urbano, evidenciando a importância crescente da estrutura ecológica no ordenamento e qualificação ambiental das áreas urbanizadas do concelho.

Tabela 12 - Estrutura Ecológica Municipal em 2023, em percentagem

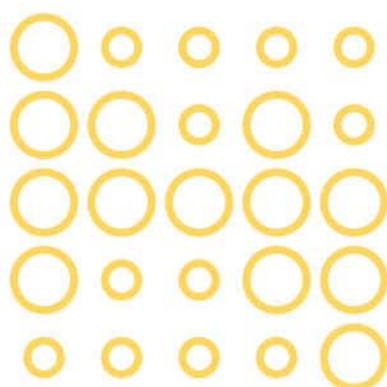
Estrutura Ecológica Municipal 2023		
Categoria	(ha)	%
E.E Fundamental	2737,6	61,3%
E.E. Complementar	828,6	18,5%
E.E. Urbana	900,8	20,2%
Total	4467,1	100%

Fonte: GeoCascais

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) assume um papel fundamental na proteção e valorização da biodiversidade local permitindo criar corredores ecológicos que conectam diferentes habitats naturais e promovendo a circulação de espécies e o equilíbrio dos ecossistemas, no âmbito da definição dos limites e critérios da EEM.

3.

Sistema Social



	Indicador	Relatório	Ficha
Demografia	População residente	X	3.1.1.1
	Densidade populacional	X	3.1.1.2
	Estrutura etária da população	X	3.1.1.3
	Índice de envelhecimento	X	3.1.1.4
	Esperança média de vida à nascença	X	3.1.1.5
	Projeções demográficas	X	3.1.1.6
	Taxa bruta de natalidade	X	3.1.2.1
	Taxa bruta de mortalidade		
	Crescimento natural		
	População estrangeira residente	X	3.1.3.1
	População estrangeira com estatuto legal de residente		3.1.3.2
	Estrutura etária da população estrangeira residente	X	3.1.3.3
	Saldo migratório	X	3.1.3.4
	Índice de dependência de Jovens	X	3.1.4.1
	Índice de dependência de idosos		
	Índice de dependência total		
	Dimensão média dos agregados domésticos privados	X	3.1.5.1
	Núcleos familiares	X	3.1.5.2
	Famílias monoparentais	X	3.1.5.3
	Número de alunos matriculados por nível de ensino	X	3.1.6.1
	Escolaridade da população	X	3.1.6.2
	População residente com o ensino superior completo	X	3.1.6.3
	Taxa de analfabetismo	X	3.1.6.4
	Condição perante o trabalho e nível de escolaridade mais elevado completo		3.1.7.1
	População ativa	X	3.1.7.2
	População empregada por setor de atividade		
	População desempregada por grupo etário		
	População desempregada jovem		
	Desempregados inscritos nos centros de emprego	X	3.1.7.3
	Rendimento bruto declarado por habitante	X	3.1.7.4
	Poder de compra	X	3.1.7.5
Serviços, Coesão e Equidade	Taxa de população em risco de pobreza	X	3.2.1.1
	Número de beneficiários dos rendimentos sociais de inserção (RSI)	X	3.2.1.2
	Pessoas em situação sem-abrigo e sem teto	X	3.2.1.3
	Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência	X	3.2.1.4
	Tipos de respostas	X	3.2.2.1
	Capacidade		
	Utentes		
	Apoios alimentares e nº de entidade	X	3.2.2.2
	Número de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes	X	3.2.3.1
	Evolução de número total de médicos	X	3.2.3.2
	Número de utentes com médico de família	X	3.2.3.3
	Número de consultas médica	X	3.2.3.4
	Número de camas hospitalares	X	3.2.3.5

3.1. DEMOGRAFIA

A análise demográfica constitui uma ferramenta fundamental para compreender as dinâmicas populacionais e os seus reflexos sobre a estrutura urbana, a ocupação do solo e a organização dos serviços. Na realidade, o estudo das tendências de crescimento, distribuição geográfica, densidade e composição etária da população permite avaliar as pressões exercidas sobre infraestruturas e recursos, bem como antecipar as necessidades futuras em termos de habitação, mobilidade, equipamentos sociais e espaços verdes.

A aplicação eficaz dos resultados obtidos nos estudos demográficos realizados na definição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento territorial permitirá conceber um ordenamento do território mais equilibrado, inclusivo e sustentável, apto a conciliar as exigências económicas com as necessidades sociais e ambientais.

3.1.1. POPULAÇÃO RESIDENTE

Entre 2011 e 2021, o concelho de Cascais registou um crescimento da população residente, que atingiu os 214.124 habitantes, representando um acréscimo de cerca de 4% face a 2011 e contrariando a tendência de decréscimo verificada a nível nacional.

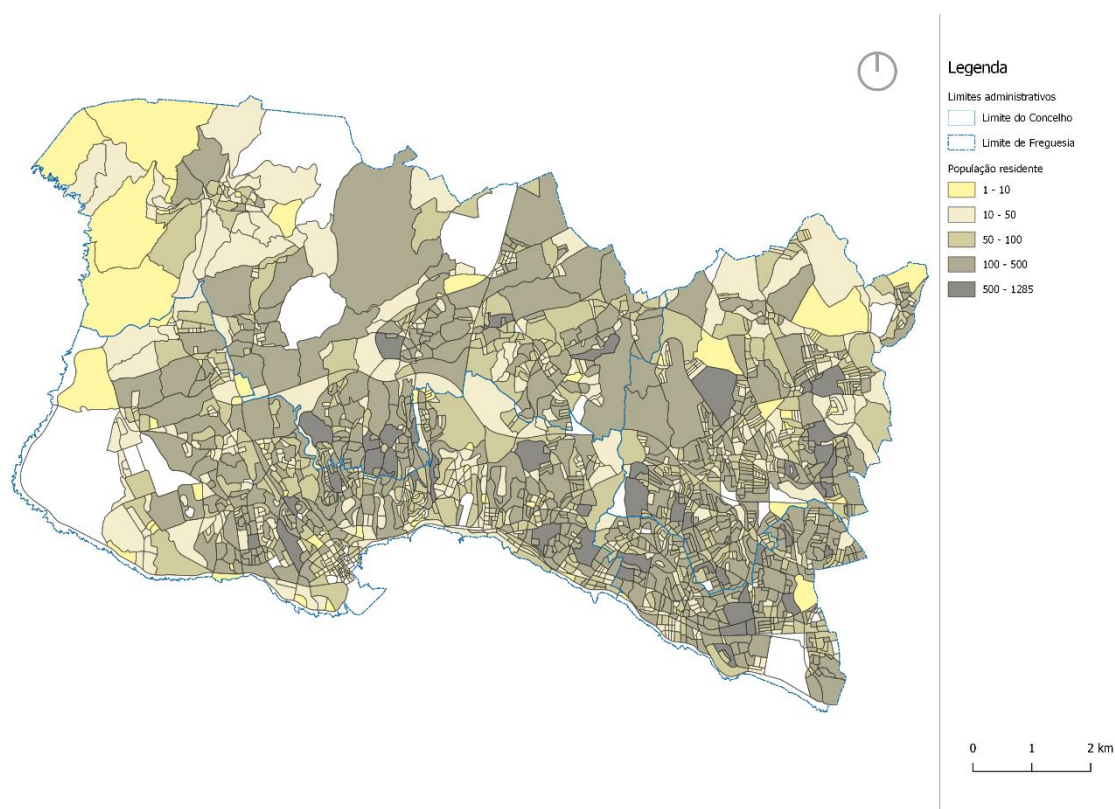


Figura 24 - População residente na BGRI - censos 2021

Fonte: INE

Este crescimento acompanha a evolução da Área Metropolitana de Lisboa (AML), sendo Cascais o concelho com a maior taxa de variação populacional entre os quatro concelhos

analisados (Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra). Quando comparada com a AML, a população do Concelho aumentou percentualmente cerca de duas vezes mais, contrariando a tendência de diminuição observada em Portugal.

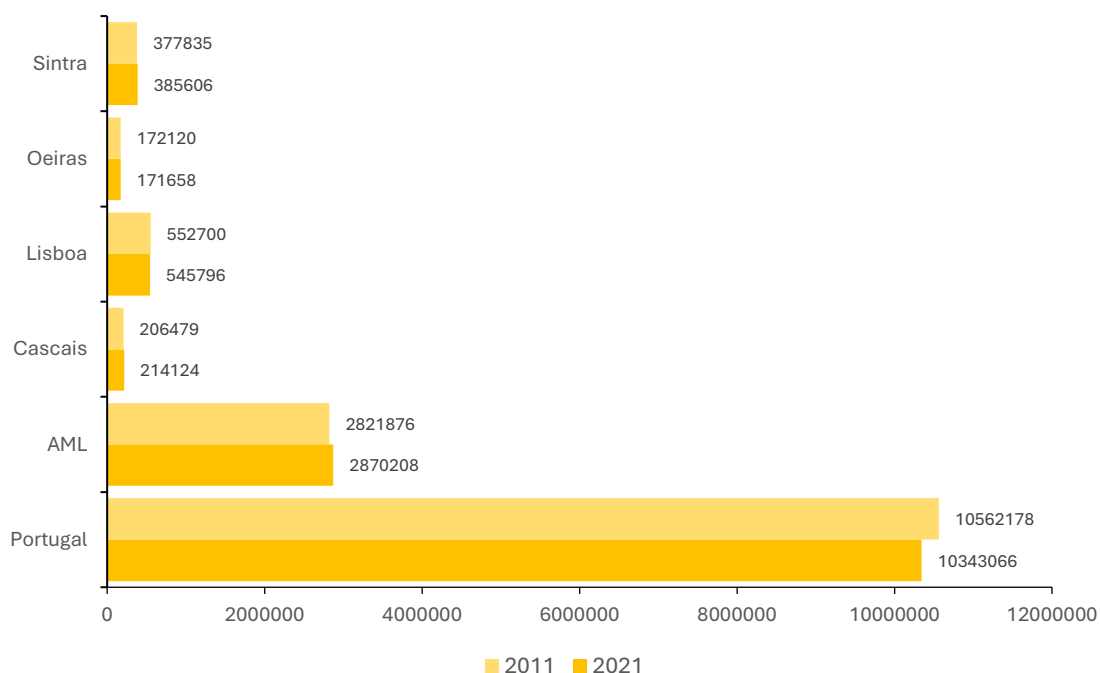


Figura 25 – População residente, por concelhos, AML e País

Fonte: INE

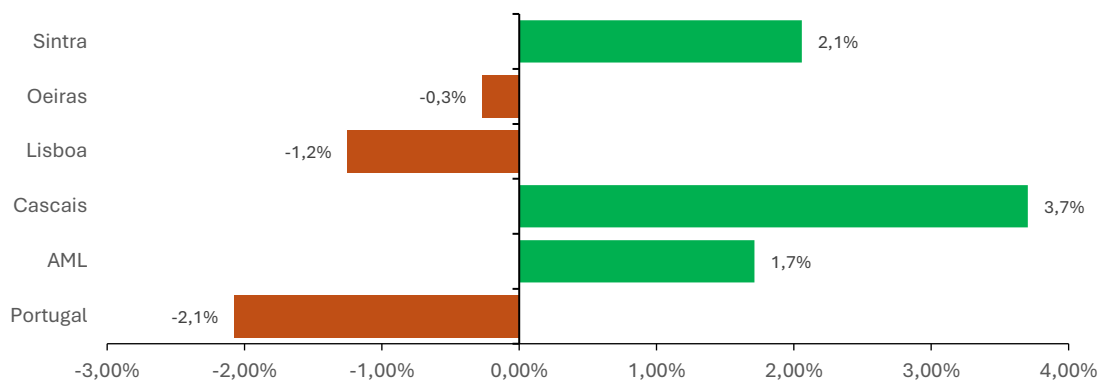


Figura 26 – Taxa de variação da população residente, por concelhos, AML e País

Fonte: INE

Apesar do crescimento global, verificou-se uma redução populacional em 24 locais, enquanto 78 registaram aumentos, com destaque para Talaíde, que passou a ter mais 1654 habitantes, contrastando com o Bairro da Cruz Vermelha, que registou uma redução de 215 residentes.

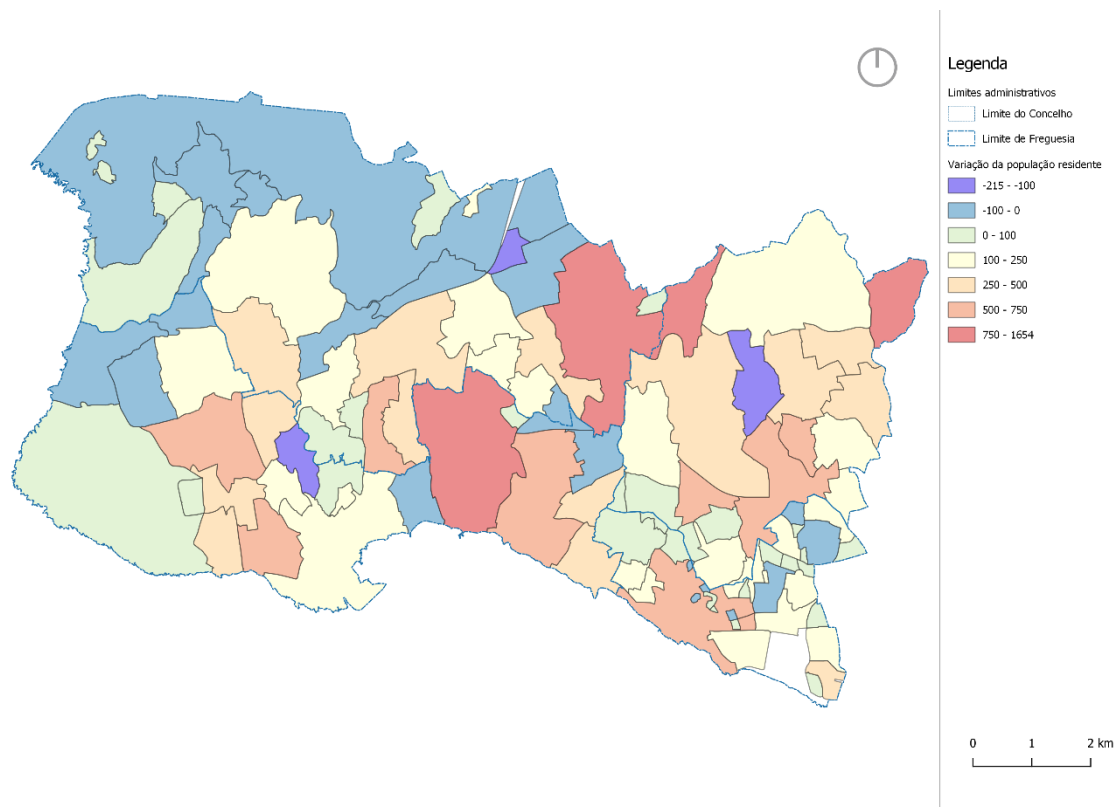


Figura 27 -Variação da população residente por local
(adaptado devido à alteração dos limites dos locais censos 2011 vs censos 2021)

Fonte: INE

O aumento populacional, associado a dinâmicas de atratividade residencial e migratória, reflete-se numa maior ocupação do solo urbano.

Todas as freguesias do concelho registaram um aumento da densidade populacional, embora com ritmos diferenciados. A U. F. de Carcavelos e Parede, apresenta valores de densidade superiores à média do concelho, fruto da sua elevada urbanização, boa acessibilidade e concentração de serviços. Em contrapartida, a freguesia de Alcabideche, mantém uma densidade inferior à média concelhia, devido quer à dimensão do PNSC quer às políticas de contenção urbana.

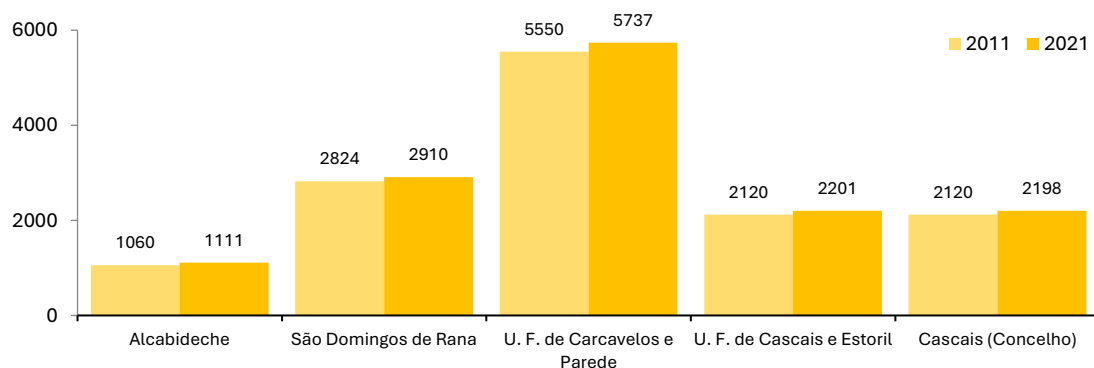


Figura 28 - Densidade populacional (hab./ km2) entre 2011 e 2021, por freguesia e concelho

Fonte: INE

Este padrão traduz a coexistência de áreas urbanas consolidadas, com níveis de densidade elevados ou em crescimento, e territórios com ocupação mais dispersa, sujeitos ainda a processos de transição ou reconversão urbanística. A conjugação entre o aumento da população residente e a intensificação do uso do solo coloca desafios crescentes à gestão territorial, em domínios como a mobilidade, o acesso à habitação, a qualificação dos espaços públicos e a resiliência ambiental.

Para além das dinâmicas de densidade e distribuição da população no território, a análise demográfica revela também mudanças significativas na sua estrutura etária.

A estrutura etária evidencia um envelhecimento populacional significativo, com o grupo dos 65 anos ou mais a crescer de forma expressiva, enquanto as faixas etárias mais jovens, nomeadamente entre os 0 e os 9 e os 25 e os 39 anos, registaram decréscimos.

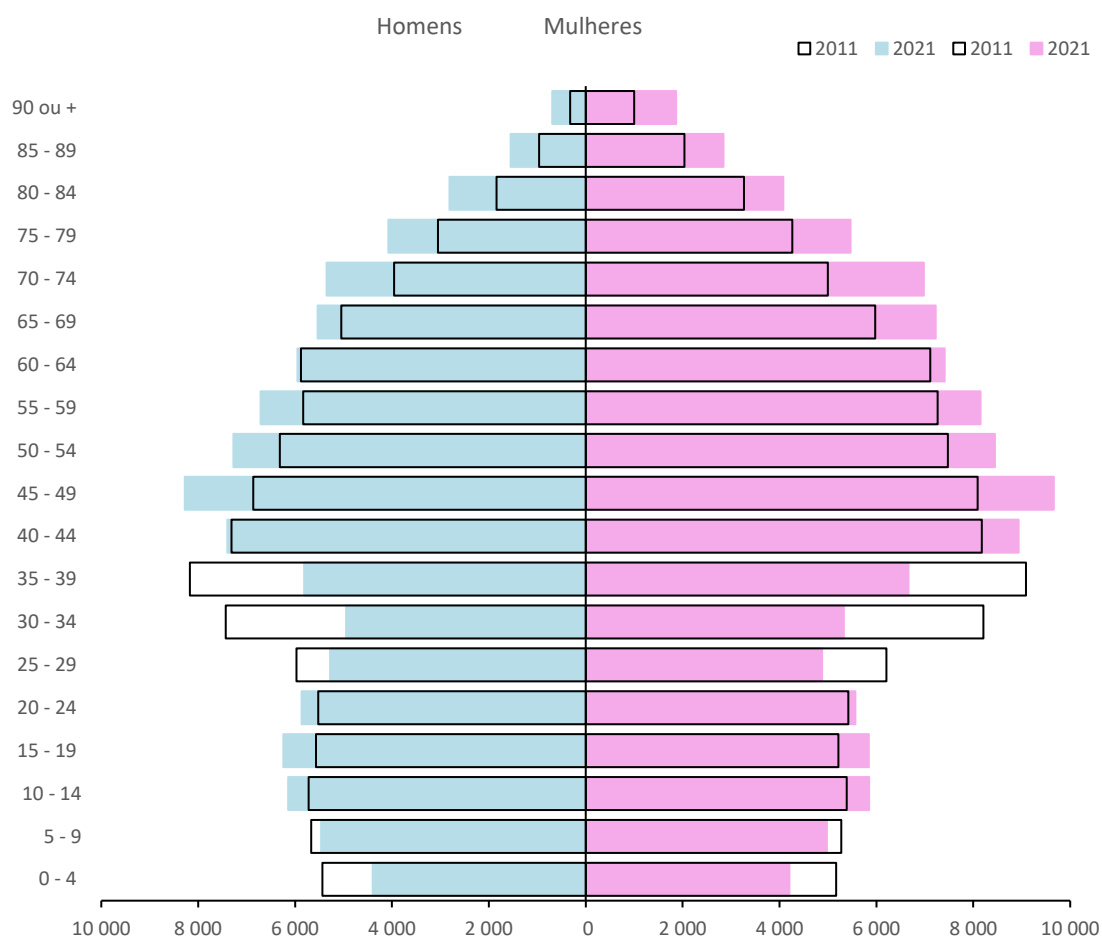


Figura 29 - Estrutura etária da população (2011/2021)

Fonte: INE

A U. F. de Cascais e Estoril regista o maior envelhecimento populacional no concelho, observando-se ainda um aumento acentuado da população feminina idosa.

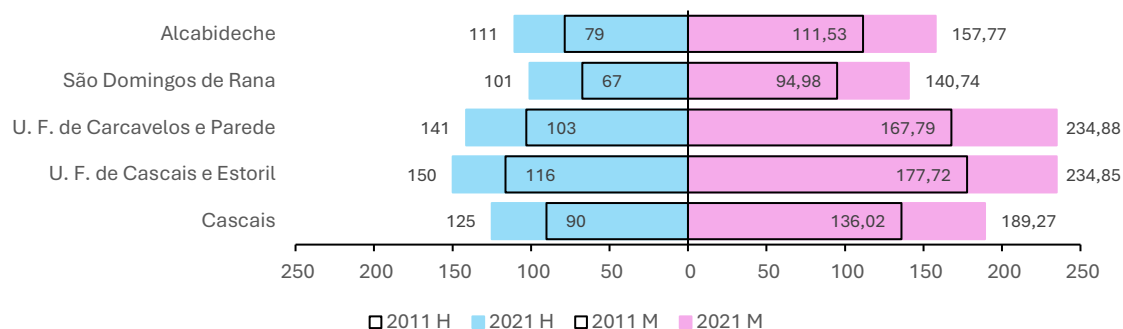


Figura 30 – Índice de envelhecimento da população por género, por freguesia e no concelho de Cascais

Fonte: INE

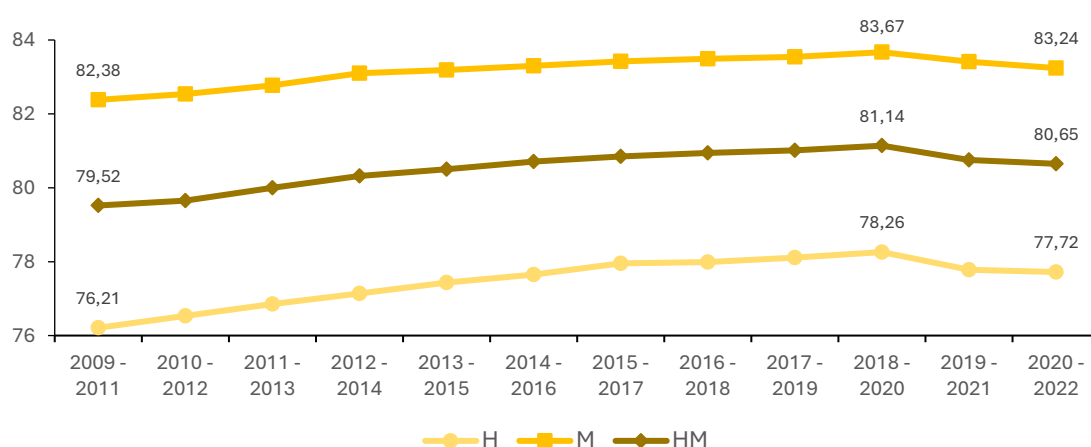


Figura 31 - Esperança média de vida à nascença, por sexo, da população residente na AML

Fonte: INE

Entre 2011 e 2022 verifica-se uma tendência crescente da esperança média de vida à nascença² na AML, sendo que a esperança média de vida para mulheres tende a ser ligeiramente maior do que para homens, em média 5,7 anos.

No seu relatório intitulado "Projeções de População Residente 2015-2080", o Instituto Nacional de Estatística (INE) faz projeções demográficas para regiões de Portugal, como a AML, até ao ano de 2080. Essas projeções são estimativas de como a população tenderá a evoluir no futuro, considerando nascimentos, mortes e movimentos migratórios. Para o efeito, o INE define quatro cenários² diferentes:

- **Cenário Baixo:** Neste cenário são consideradas as hipóteses pessimista para a fecundidade³, pessimista para mortalidade⁴ e pessimista para as migrações⁵;

¹ Número médio de anos que um recém-nascido pode esperar viver, assumindo que as taxas de mortalidade por idade no momento do nascimento permaneçam constantes ao longo da sua vida.

³ Nesta hipótese prevê-se a manutenção até 2080 dos valores do ISF em torno de 1,42 crianças por mulher.

⁴ Nesta hipótese prevê-se, face à hipótese central, um aumento menos acentuado da esperança de vida à nascença, a atingir 85,77 anos para homens e 91,31 anos para mulheres em 2080.

⁵ Nesta hipótese considera-se a possibilidade de aumento do número de emigrantes e uma redução do número de imigrantes relativamente aos valores da hipótese central, a atingir em 2080 um saldo migratório negativo de 8 268.

- Cenário Central: Neste cenário foram consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade⁶, central da mortalidade⁷ e central das migrações⁸;
- Cenário Alto: Este cenário resulta da combinação das hipóteses de evolução otimista da fecundidade⁹, otimista da mortalidade¹⁰ e otimista das migrações¹¹;
- Cenário Sem Migrações: Um cenário idêntico ao cenário central, mas sem migrações¹²;

Esses cenários permitem analisar diferentes possibilidades de evolução populacional e são utilizados para o planeamento de políticas públicas em áreas como a saúde, educação e infraestruturas.

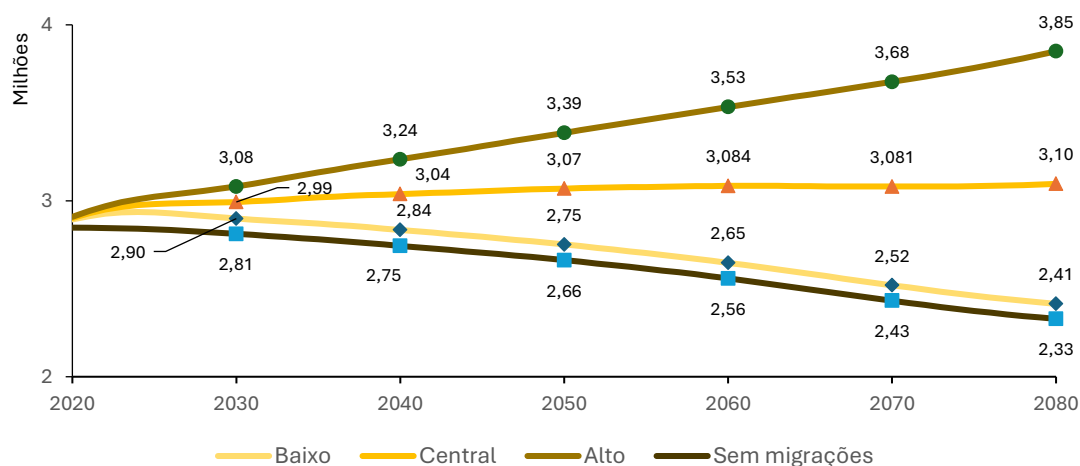


Figura 32 - Projeção da população residente na AML

Fonte: INE

A análise indica que o crescimento populacional na AML ocorre de forma significativa apenas no cenário Alto.

Para o concelho de Cascais, segundo as projeções até 2030 desenvolvidas no âmbito da Programação da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais elaborado pelo Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU, 2019), a população continuaria a

⁶ Nesta hipótese prevê-se uma recuperação moderada dos níveis futuros de fecundidade, com o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) a atingir 1,59 crianças por mulher em 2080 (1,41 em 2018)

⁷ Nesta hipótese prevê-se a continuação das tendências recentes de melhoria na mortalidade e a manutenção do ritmo de crescimento da esperança de vida, com a esperança de vida à nascença a atingir 87,92 anos para homens e 93,30 anos para mulheres em 2080

⁸ Nesta hipótese prevê-se a continuação das tendências, em particular as mais recentes, de evolução da imigração e da emigração, com manutenção de saldos migratórios internacionais anuais positivos ao longo do período de projeção, a atingir em 2080 um saldo migratório de 14 020 (11 570 em 2018).

⁹ Nesta hipótese prevê-se uma recuperação mais acentuada dos níveis futuros de fecundidade, com o ISF a atingir 1,82 crianças por mulher em 2080

¹⁰ Nesta hipótese prevê-se, face à hipótese central, um aumento mais acentuado da esperança de vida à nascença, a atingir 89,60 anos para homens e 94,42 anos para mulheres em 2080

¹¹ Nesta hipótese considera-se a possibilidade de uma redução do número de emigrantes e um acréscimo no número de imigrantes superior aos valores estabelecidos na hipótese central, a atingir em 2080 um saldo migratório positivo de 35 988.

¹² Foi ainda considerada uma quarta hipótese em que se admite a possibilidade de ausência de fluxos migratórios internacionais, o que, apesar da sua improbabilidade, permite avaliar a influência dos fluxos migratórios na dinâmica demográfica

crescer, como resultado direto da sua dinâmica económica e urbana, mas também pela sua inserção na AML. Esse crescimento poderia ser maior ou menor em função das opções de desenvolvimento económico e territorial assumidas pelo Município, da capacidade de resposta para satisfazer as necessidades das populações e oferecer padrões de qualidade de vida mais elevados e sustentáveis.

No âmbito dos estudos realizados, foram apresentados dois cenários, sendo que no cenário “Expansionista Moderado” estima-se um aumento populacional de 5,6% entre 2011 e 2030, atingindo os 218.059 habitantes, enquanto no cenário “Tendencial” o crescimento poderá ser de aproximadamente 33%, chegando aos 274.398 habitantes.

De acordo com os Censos de 2021, a população residente do concelho revela-se inferior às projeções estimadas pela CEDRU para esse mesmo ano. Ainda assim, os valores observados situam-se próximos do cenário expansionista moderado projetado para 2030, verificando-se uma diferença inferior a 4.000 residentes.

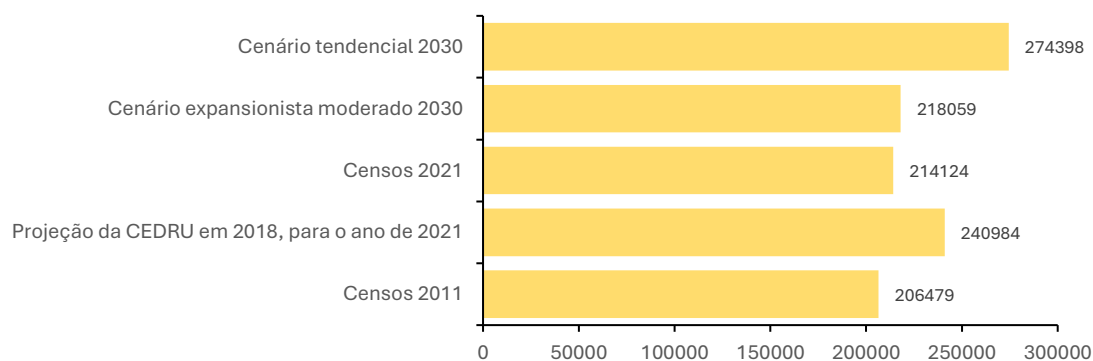


Figura 33 - Síntese concelhia das projeções demográficas, para o concelho de Cascais - 2030

Fonte: CEDRU, 2018

Assim, as projeções demográficas para Cascais preveem um crescimento contínuo até 2030, dependendo das estratégias municipais. Apostas eficazes no desenvolvimento económico e territorial (habitação, mobilidade, lazer, serviços, saúde e educação) serão o fator que ditará maior ou menor capacidade de resposta para satisfazer as necessidades das populações e da capacidade de disponibilizar padrões de qualidade de vida mais elevados e sustentáveis, implicando, assim, um maior ou menor aumento dessa mesma população.

3.1.2. CRESCIMENTO NATURAL

O concelho evidencia uma tendência decrescente na taxa bruta de natalidade¹³ ao longo do período analisado.

¹³ Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^{^3}) habitantes)

Em contrapartida, a taxa bruta de mortalidade¹⁴ segue uma trajetória ascendente, registando um ligeiro aumento ao longo dos anos e atingindo um pico em 2021, possivelmente influenciado pelo impacto da pandemia de COVID-19.

Desta forma, a população enfrenta um processo de envelhecimento progressivo, traduzido na redução da natalidade e no aumento da mortalidade, conduzindo a um crescimento natural¹⁵ negativo nos últimos anos do período em análise.

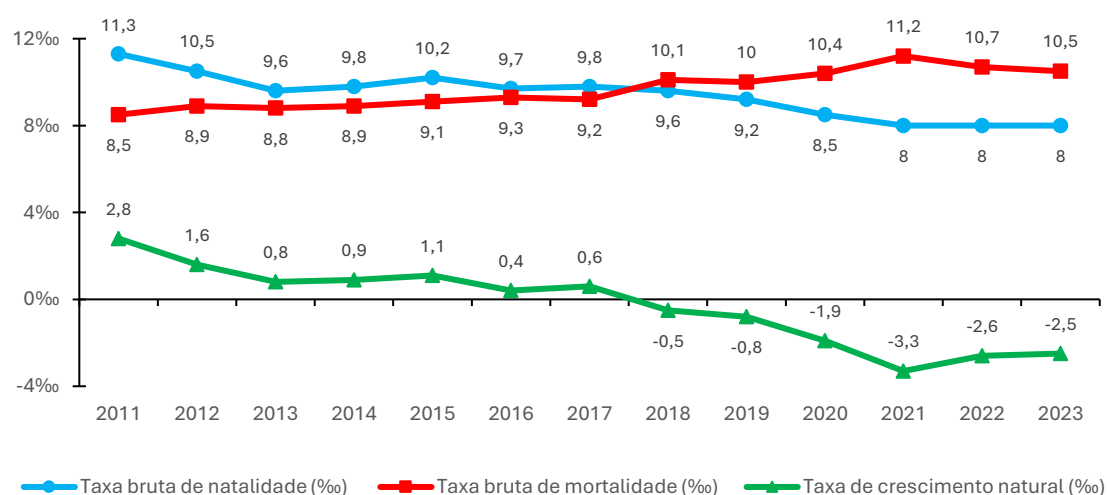


Figura 34 - Taxa bruta de natalidade, de mortalidade e de crescimento natural (‰)

Fonte: INE

3.1.3. POPULAÇÃO ESTRANGEIRA E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS

A evolução recente das migrações no concelho de Cascais revela alterações estruturais com implicações diretas no ordenamento do território, tanto ao nível demográfico como socioeconómico.

Os dados disponíveis indicam que, entre 2011 e 2021, a sua evolução acompanhou a tendência nacional, verificando-se um aumento do número de estrangeiros residentes. Em termos de nacionalidades, observa-se que, em 2021, a maioria dos cidadãos estrangeiros provinha do continente americano, nomeadamente do Brasil, e da Europa, de Itália, França e Espanha.

A análise da população estrangeira no total de residentes no concelho revela que esta representa 11 % da população local, refletindo a atratividade do concelho enquanto destino de residência para cidadãos de diferentes nacionalidades.

¹⁴ Número de óbitos observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^3) habitantes)

¹⁵ Saldo natural observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

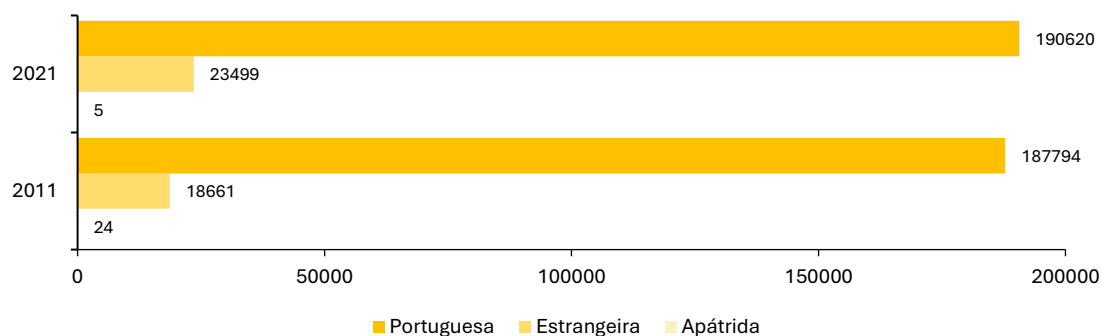


Figura 35 - População residente em Cascais, por nacionalidade

Fonte: INE

A distribuição da população estrangeira por freguesia evidencia a sua maior concentração nas U. F. de Cascais e Estoril e de Carcavelos e Parede, sendo que São Domingos de Rana foi a única freguesia que registou uma diminuição de residentes estrangeiros no período em análise.

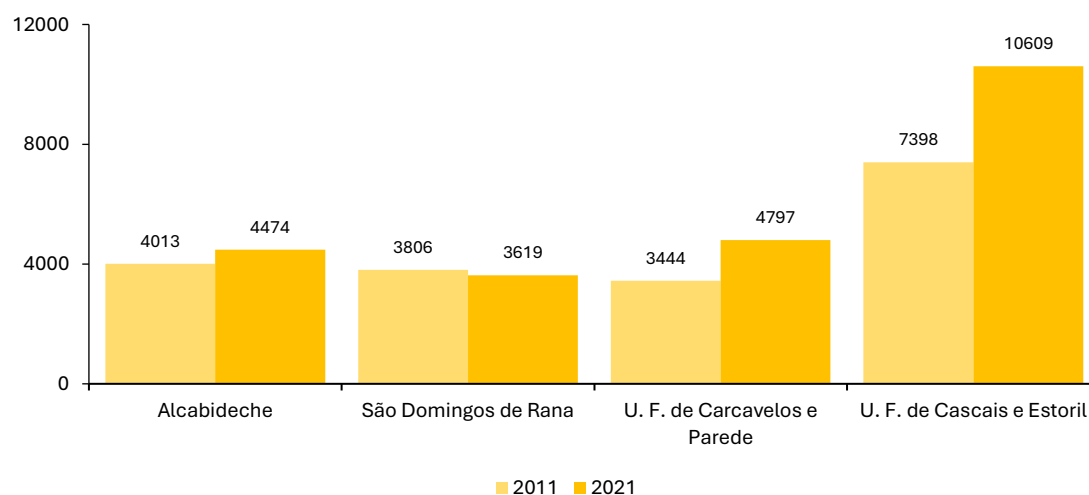


Figura 36 – População estrangeira residente, por freguesia

Fonte: INE

Quanto à origem, a população estrangeira residente em Cascais provém maioritariamente do continente americano, em especial do Brasil, que representa 40% da população estrangeira do concelho e que aumentou em 40% desde 2011. Segue-se o continente europeu, com particular destaque para os cidadãos oriundos de França, Itália e Reino Unido, cujos números aumentaram, em contraste com o decréscimo da população oriunda proveniente dos países do Leste Europeu. A população procedente de África também registou uma diminuição significativa, especialmente dos países lusófonos (Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau), enquanto a população oriunda da Ásia praticamente quadruplicou, destacando-se as comunidades do Bangladeche, China e Nepal.

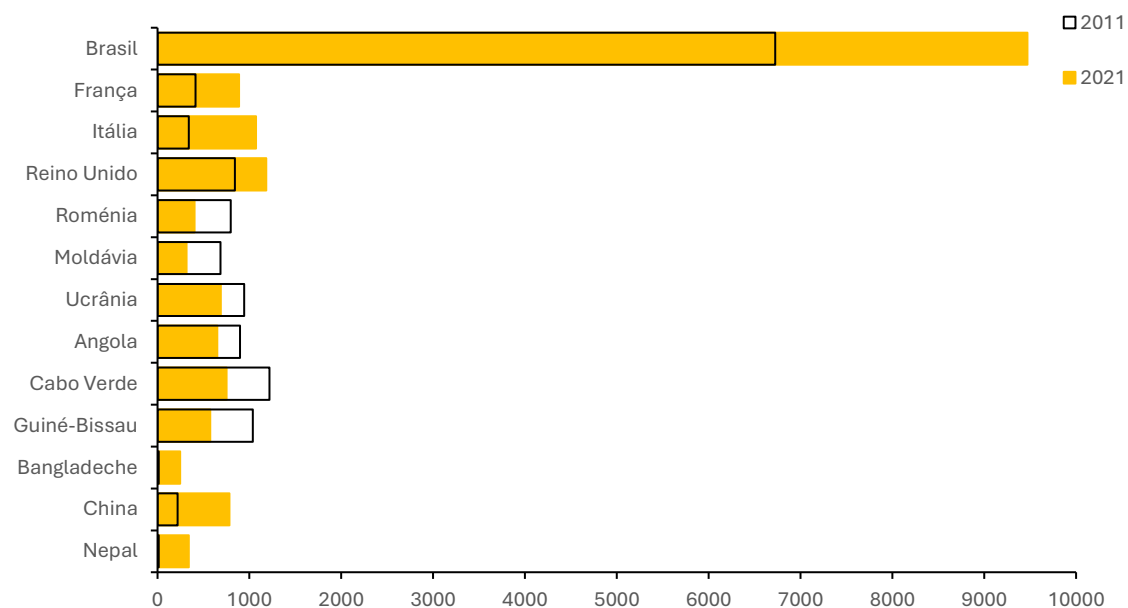


Figura 37 - População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Cascais - nacionalidades com maior expressão

Fonte: INE

A nível da estrutura etária, observa-se que 75% da população estrangeira enquadra-se nas faixas etárias economicamente ativas.

Com exceção das faixas etárias compreendidas entre os 0 e os 4 anos e os 20 e os 34 anos, as demais faixas registaram um aumento populacional.

As mulheres representam 54% da população estrangeira em 2021, e há sinais de envelhecimento gradual, sobretudo entre os residentes oriundos de África. Em contraste, as populações de origem americana e asiática registaram aumentos em praticamente todos os grupos etários, demonstrando maior vitalidade demográfica.

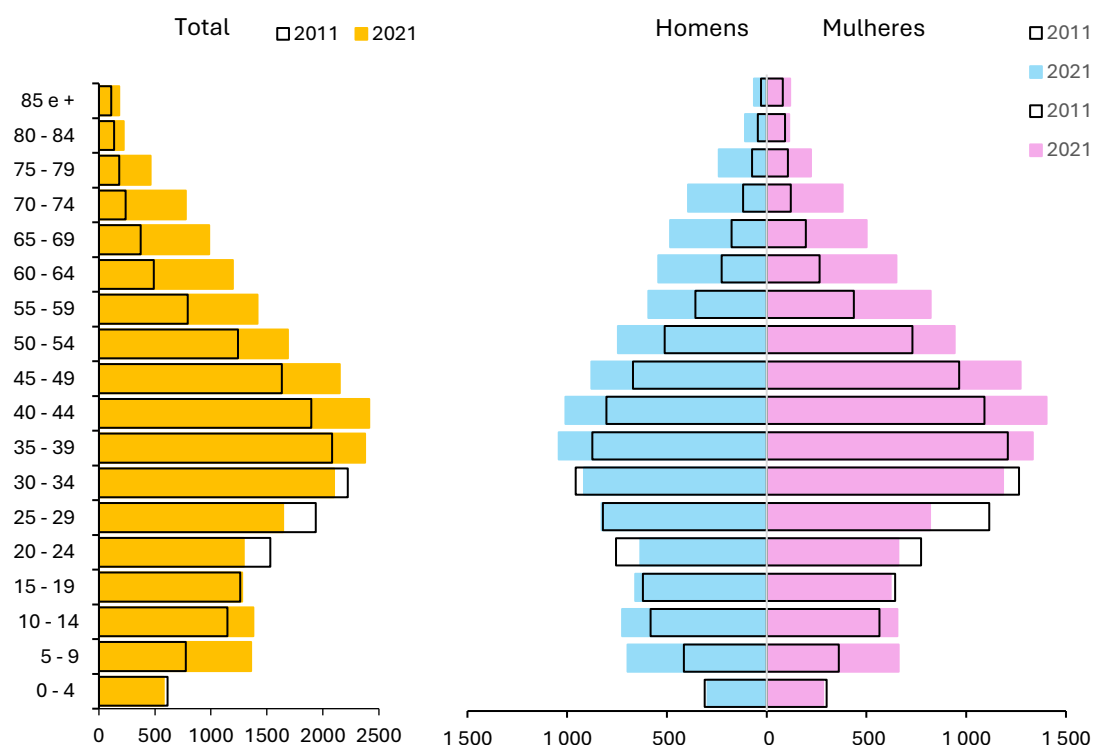


Figura 38 – Estrutura etária da população estrangeira residente no concelho (2011/2021)

Fonte: INE

Estas dinâmicas refletem-se no saldo migratório do concelho, que tem sido maioritariamente positivo desde 2014, com exceção do ano de 2021, marcado pelos efeitos da pandemia.

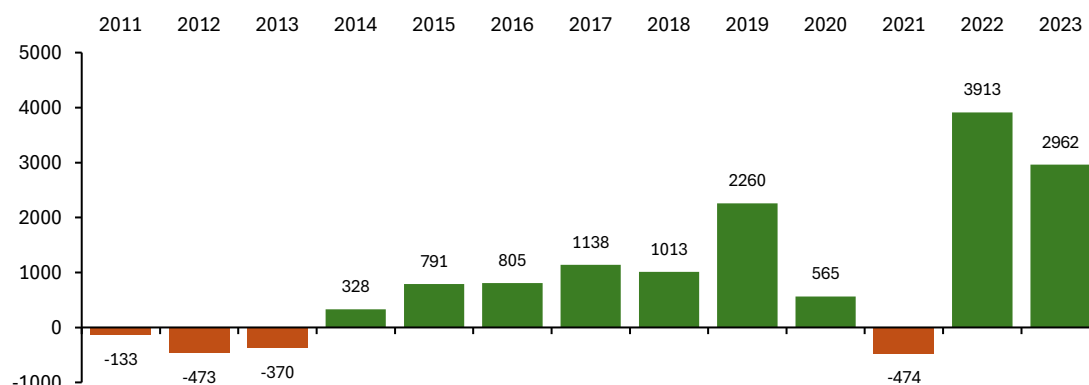


Figura 39 - Saldo migratório em Cascais

Fonte: INE

O aumento e a diversificação da população estrangeira residente traduzem-se em efeitos territoriais relevantes, com incidência na procura habitacional, na utilização das infraestruturas urbanas e na capacidade de resposta dos equipamentos coletivos. A maior concentração desta população em áreas urbanas consolidadas reforça a pressão sobre o mercado de habitação, os sistemas de mobilidade, a rede escolar, os serviços de saúde e os

serviços administrativos, exigindo ajustamentos ao nível do dimensionamento e da distribuição da oferta.

Neste contexto, a dinâmica migratória constitui simultaneamente um fator de vitalidade demográfica e económica e um desafio para o planeamento territorial, exigindo respostas integradas que assegurem coesão social, acesso equitativo a serviços e adequada capacidade de suporte das infraestruturas urbanas, enquadrando a diversidade populacional como um elemento estruturante da evolução recente do concelho.

3.1.4. DEPENDÊNCIA

O concelho apresenta uma tendência clara de envelhecimento demográfico, observável no aumento do índice de dependência de idosos, ou seja, da proporção de pessoas com 65 ou mais anos face à população em idade ativa (15-64 anos).

Em 2021, todas as freguesias registaram um aumento do índice de dependência total, conjugando o peso crescente dos idosos com a diminuição da população jovem (0-14 anos), com exceção da U. F. de Cascais e Estoril.

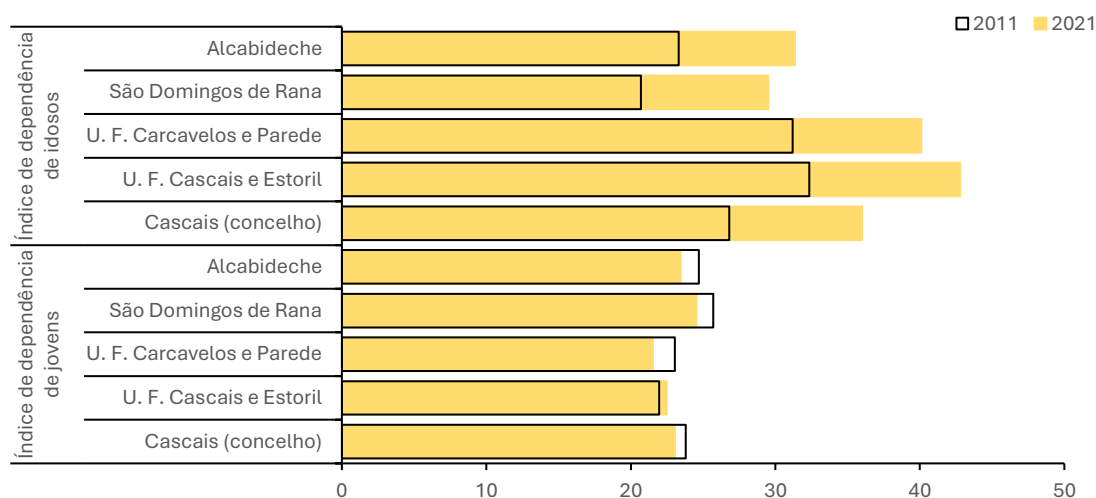


Figura 40 – Índice de dependência de jovens e idosos, no concelho de Cascais

Fonte: INE

Este crescimento pode ser justificado por diversos fatores, nomeadamente o aumento da esperança de vida, a diminuição da natalidade, a emigração da população mais jovem e a imigração de população sénior.

O aumento do índice de dependência dos idosos poderá exercer uma pressão acrescida sobre os sistemas de saúde e segurança social, incrementar a necessidade de serviços especializados e gerar desafios adicionais à sustentabilidade do mercado de trabalho.

Por outro lado, o índice de dependência dos jovens apresentou um ligeiro decréscimo entre 2011 e 2021, possivelmente agravado pela baixa natalidade no concelho.

O aumento do índice de dependência dos idosos, aliado à diminuição do índice de dependência dos jovens, evidencia um desequilíbrio geracional progressivo. Os valores observados no índice de dependência dos jovens podem sugerir uma menor taxa de renovação geracional, o que, a longo prazo, pode acentuar o envelhecimento da população ativa.

O índice de dependência total¹⁶, constitui um indicador essencial para avaliar a sustentabilidade socioeconómica.

Em todas as freguesias, observa-se um aumento generalizado deste índice, o que sugere um agravamento da proporção de indivíduos dependentes em relação à população ativa na última década. As Uniãos de Freguesias de Cascais e Estoril, bem como a de Carcavelos e Parede, apresentam os valores mais elevados no concelho.

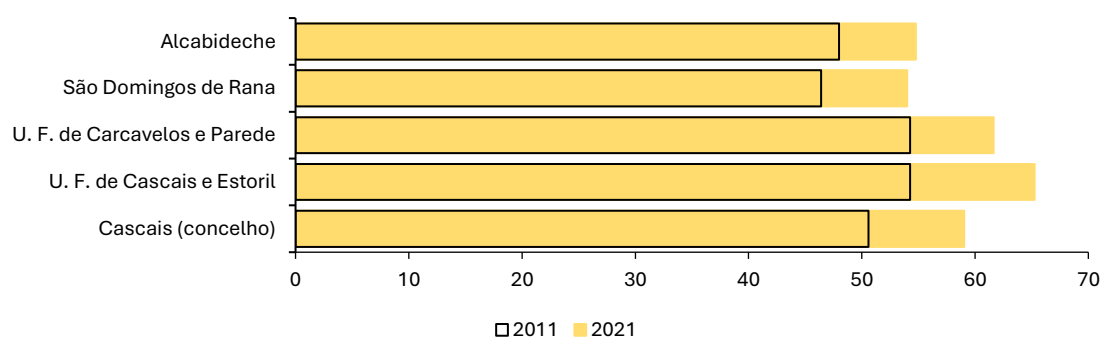


Figura 41 – Índice de dependência total, por freguesia e no concelho de Cascais

Fonte: INE

Também este fenómeno está associado ao envelhecimento demográfico, ao aumento da esperança média de vida e à redução da natalidade e evidencia a necessidade de implementação de estratégias de mitigação, com o intuito de se assegurar o equilíbrio geracional e a sustentabilidade económica do concelho.

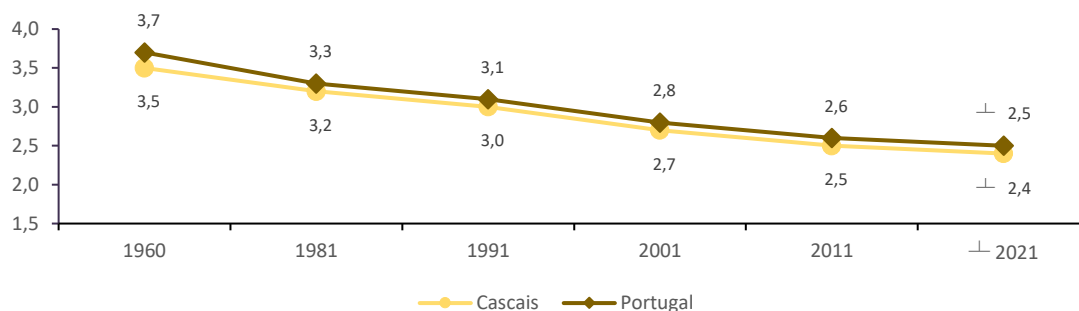
3.1.5. ESTRUTURA FAMILIAR

A dimensão média dos agregados domésticos privados tem vindo a diminuir de forma contínua nas últimas décadas, tanto em Cascais como no conjunto do país. Em 2021, o concelho apresentava um valor de 2,4 pessoas por agregado, ligeiramente abaixo da média nacional.

Todas as freguesias do concelho acompanharam esta tendência, que segue as transformações demográficas e sociais do país, como o envelhecimento, a autonomização

¹⁶ Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

dos indivíduos, e a prevalência crescente de famílias monoparentais e agregados unipessoais, implicando novas exigências na oferta habitacional, nomeadamente em termos de tipologia e acessibilidade económica.



⊥ - Quebra de série

Figura 42- Dimensão média dos agregados domésticos privados no concelho de Cascais e em Portugal

Fonte: INE

No que respeita à estrutura dos núcleos familiares, verificou-se um aumento global do número de núcleos em todas as freguesias. Em 2021, 49% dos núcleos familiares eram compostos por dois elementos.

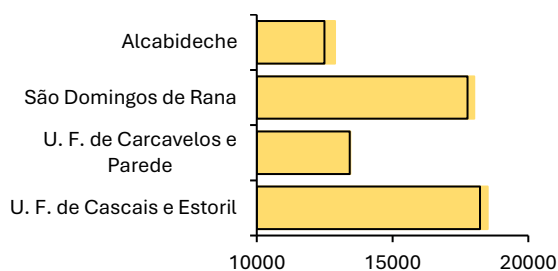


Figura 43 – Núcleos familiares, por freguesia

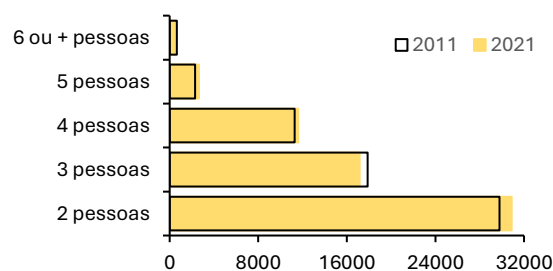


Figura 44 – Dimensão do núcleo familiar, no concelho

Fonte: INE

Regista-se ainda um crescimento significativo dos núcleos monoparentais, que passaram a representar cerca de 23% do total, com um predomínio claro de mães com filhos (86%).

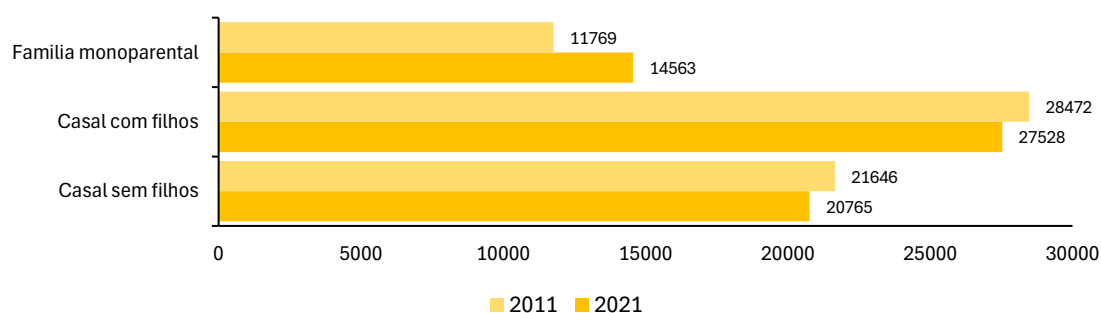


Figura 45 – Núcleos familiares no concelho de Cascais, por tipo

Fonte: INE

A análise da estrutura familiar em Cascais evidencia uma diversificação crescente dos modelos de agregados, traduzida na redução da predominância das famílias tradicionais e no aumento de formas alternativas de coabitação. Esta evolução reflete transformações sociais mais amplas e implica novas exigências ao nível do ordenamento do território, em particular na adequação da habitação e dos espaços comuns às diferentes necessidades dos residentes.

3.1.6. QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO

A qualificação da população constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial. No concelho de Cascais, os indicadores relativos à escolaridade e à frequência do sistema educativo evidenciam uma evolução positiva ao longo da última década, espelhando o investimento em educação e a valorização do capital humano.

Entre 2011 e 2023, o universo de alunos matriculados em instituições de ensino no concelho aumentou de forma consistente, passando de cerca de 40.000 para mais de 46.700 alunos. O ensino público mantém-se como a principal resposta educativa em todos os níveis de ensino, com exceção da educação pré-escolar, onde o ensino privado continua a ter uma presença mais expressiva.

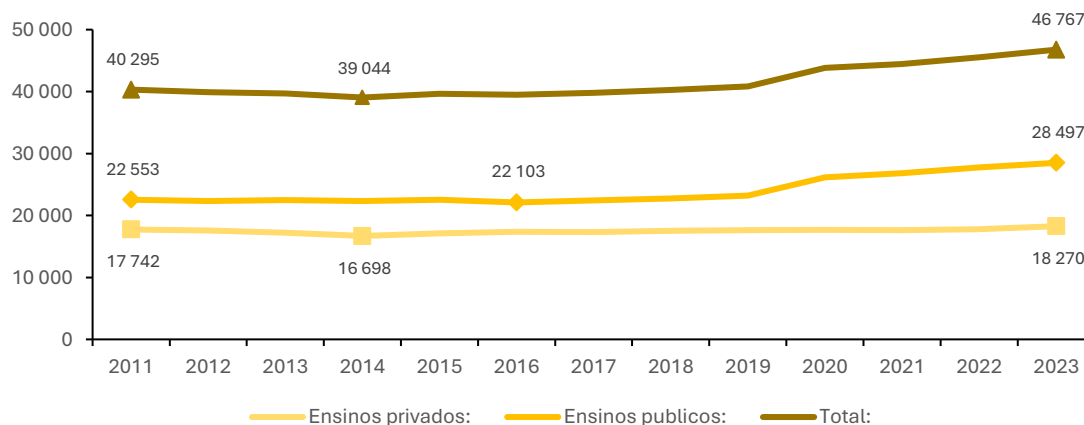


Figura 46 – Número de alunos matriculados, no concelho e por tipo de instituição

Fonte: INE

Constata-se um crescimento significativo da procura no ensino secundário e superior, com destaque para o aumento das matrículas em instituições públicas, o que demonstra a progressiva valorização das qualificações académicas por parte da população jovem residente.

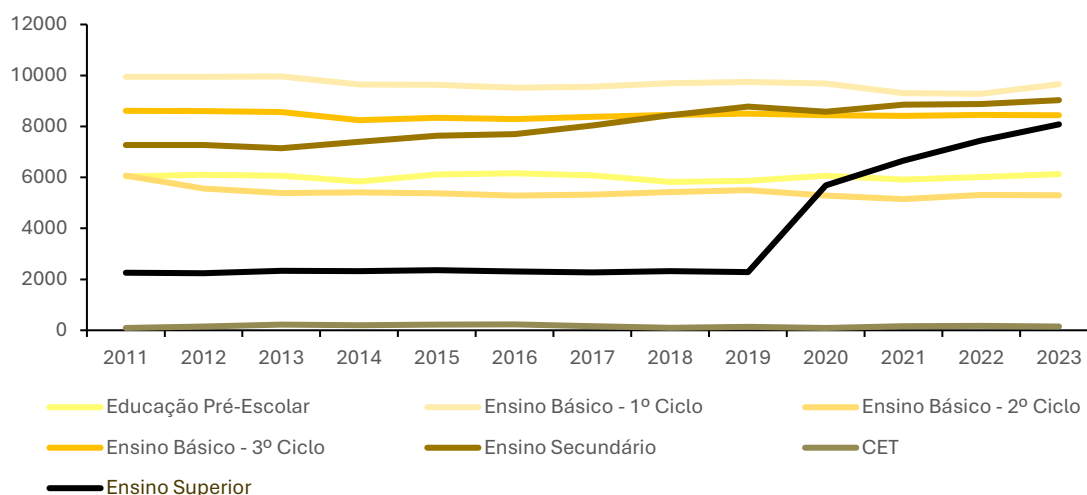


Figura 47 - Número de alunos matriculados, por nível de ensino

Fonte: PORDATA

Relativamente à escolaridade da população residente, os dados de 2021 indicam uma diminuição da proporção de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade e daqueles que detêm apenas o ensino básico, acompanhada por um crescimento considerável da população com o ensino superior completo, que representa já 28% do total de residentes.

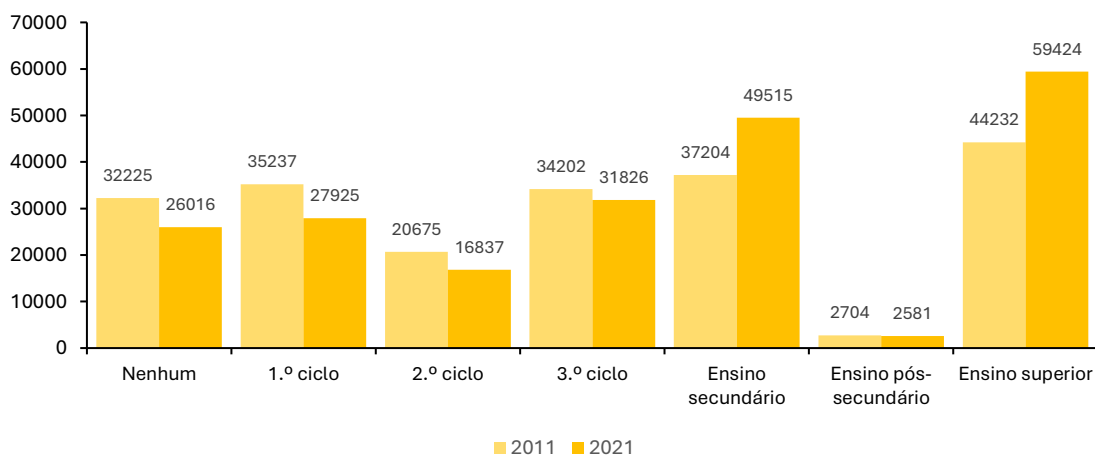


Figura 48 - População residente e nível de escolaridade mais elevado completo, no Concelho

Fonte: INE

A população com o ensino superior completo encontra-se distribuída de forma relativamente homogénea pelas freguesias, embora com maior proporção nas U. F. de Cascais e Estoril e Carcavelos e Parede. Observa-se ainda uma predominância da população do sexo feminino, representando 57% da população com ensino superior completo.

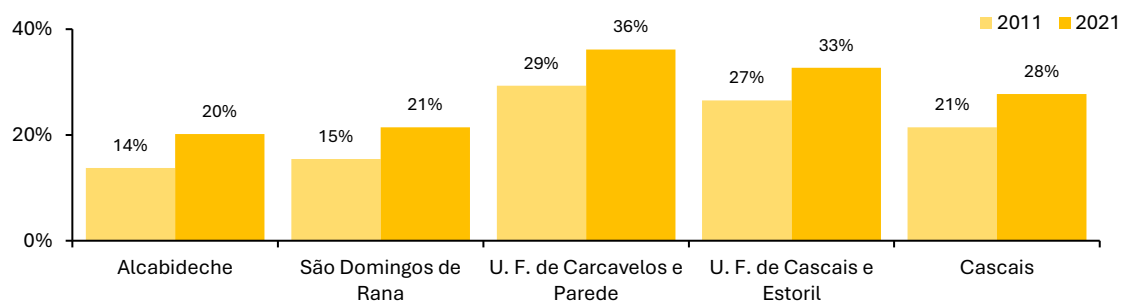


Figura 49 – Proporção da população residente com o ensino superior completo, por freguesia

Fonte: INE

As áreas de formação mais representadas entre os diplomados são Ciências Empresariais, Administração e Direito.

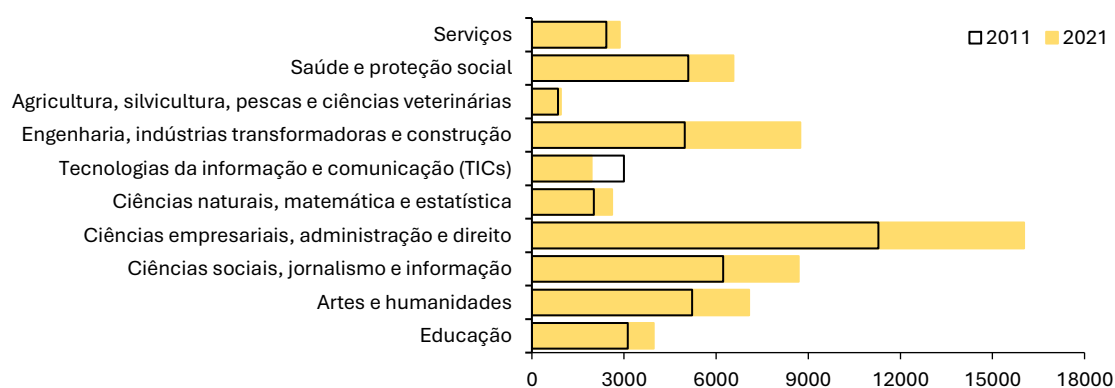


Figura 50 – População residente com o ensino superior completo por áreas de estudo, no Concelho

Fonte: INE

Apesar destes avanços, subsiste ainda uma taxa de analfabetismo residual (1,6% da população), embora em tendência decrescente.

3.1.7. EMPREGO

Apesar do crescimento global da população residente, no período de referência 2011-2021, a proporção de população ativa no concelho diminuiu de 59% para 54%, reflexo da tendência de envelhecimento e alterações na estrutura etária. Este decréscimo da população ativa ocorre num contexto de relativa estabilidade no número de pessoas empregadas e na redução do desemprego declarado, revelando uma transição para uma sociedade mais envelhecida e com desafios associados à reposição geracional da força de trabalho.

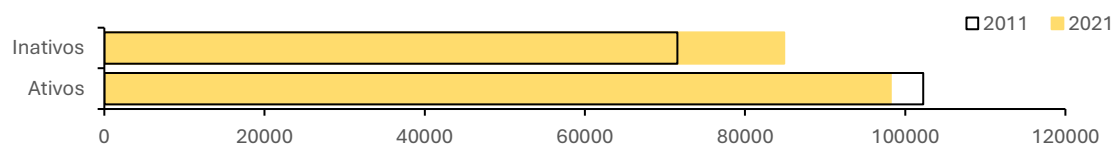


Figura 51 – População residente com 15 e mais anos de idade por condição perante o trabalho, no concelho

Fonte: INE

Em termos setoriais, a população empregada distribui-se maioritariamente pelo setor terciário, com destaque para as áreas do comércio a retalho, educação, administração pública e saúde. O setor secundário apresenta um declínio em número de trabalhadores, enquanto o setor primário mantém uma expressão residual. Verifica-se ainda, uma segmentação de género relevante: os homens dominam o setor terciário económico, ao passo que as mulheres predominam no setor terciário social.

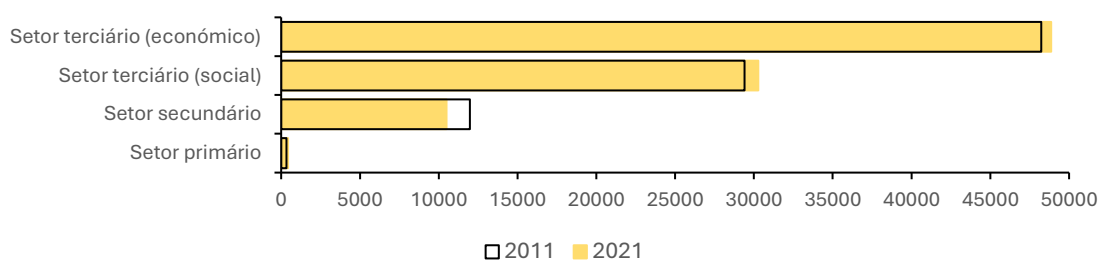


Figura 52 – Nº de população empregada, por setor de atividade económica, no concelho

Fonte: INE

Os dados relativos ao desemprego revelam uma redução global do número de desempregados inscritos nos centros de emprego, com exceções pontuais durante períodos de crise, como no triénio 2019–2021. Destaca-se, contudo, o aumento do desemprego entre a população com 55 ou mais anos, exigindo respostas específicas de requalificação e integração ativa.

Apura-se, ainda uma ligeira predominância de indivíduos do sexo feminino entre os desempregados inscritos, revelando a persistência de assimetrias de género no acesso ao emprego. Adicionalmente, a maioria dos inscritos possui o ensino secundário como nível de escolaridade mais elevado, o que poderá sugerir uma desadequação entre a oferta de qualificações e as exigências do mercado de trabalho local.

Embora a maior parte dos indivíduos permaneça inscrita por menos de um ano, constatou-se um aumento dos casos de maior duração, indiciando situações de desemprego persistente ou de difícil resolução.

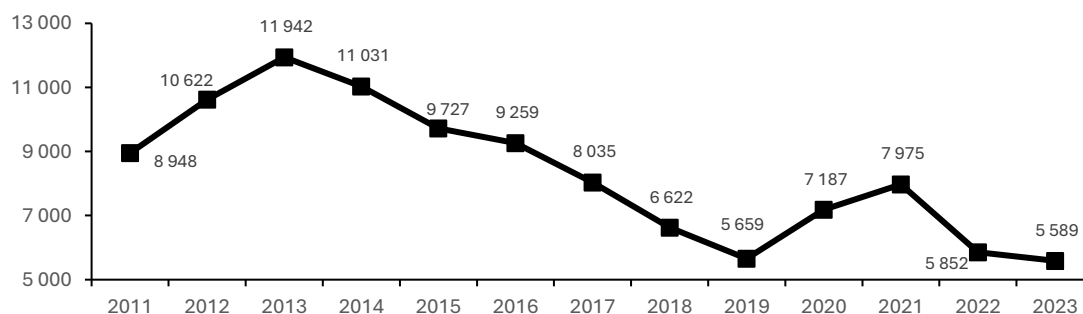


Figura 53 – Nº de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual)

Fonte: INE

Rendimento por habitante e Evolução do Poder de Compra

No concelho de Cascais, o período em análise evidencia uma tendência de crescimento do rendimento bruto declarado por habitante. Entre 2016 e 2023, registou-se um aumento de 28%, valor que, embora significativo, se revela inferior ao verificado nos concelhos de Oeiras e Sintra, que apresentaram crescimentos de 32% e 41%, respetivamente. Ainda assim, quando analisados os valores absolutos, constata-se que o rendimento bruto declarado por habitante em Cascais permanece relativamente distante dos registados em Oeiras e Lisboa, observando-se, em 2023, uma diferença aproximada de 2.500 euros face a Oeiras e de 3.300 euros face a Lisboa.

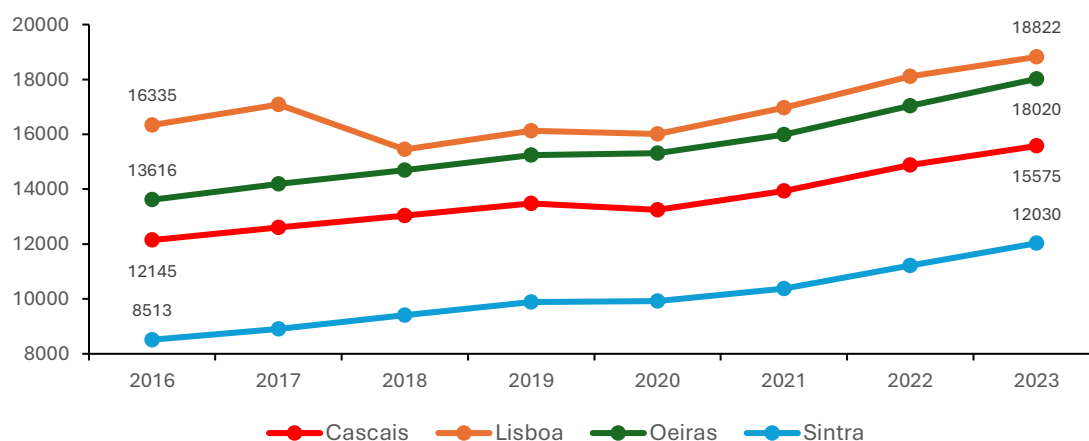


Figura 54 - Rendimento bruto declarado por habitante (2016-2023)

Fonte: INE

Por sua vez, os dados referentes ao poder de compra per capita, evidenciam uma tendência decrescente no concelho de Cascais, à semelhança do verificado nos concelhos de Oeiras, Sintra e na AML em geral.

Apesar desta tendência global negativa, os dados mais recentes, referentes a 2021, apontam para uma ligeira recuperação face a 2019, sugerindo uma retoma económica parcial após o impacto da pandemia de COVID-19. Ainda assim, entre 2015 e 2019, o concelho de Cascais apresentou valores de poder de compra inferiores à média da AML, sinalizando desigualdades internas na distribuição do rendimento disponível e possíveis fragilidades na estrutura produtiva e no acesso equitativo às oportunidades económicas.

Em comparação com os Concelhos vizinhos, Oeiras mantém consistentemente o maior poder de compra per capita, beneficiando de uma base económica fortemente orientada para os serviços avançados e presença de grandes empresas, enquanto Sintra regista valores sistematicamente mais baixos, retratando uma estrutura mais dependente de setores de menor valor acrescentado.

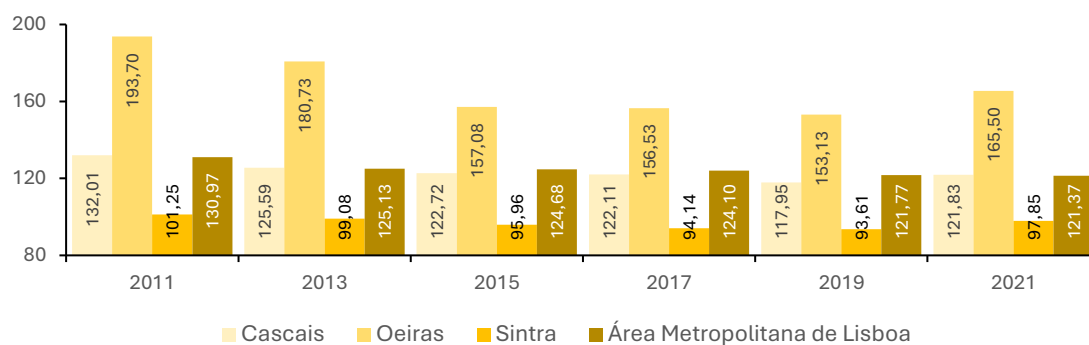


Figura 55 – IpC per capita na AML e concelhos vizinhos

Fonte: INE

A análise conjunta dos dois indicadores anteriormente considerados - o rendimento bruto declarado por habitante e o índice de poder de compra - permite concluir que, apesar do aumento verificado nos rendimentos brutos declarados por habitante, este crescimento não se traduziu num reforço efetivo do poder de compra da população.

3.2. SERVIÇOS, COESÃO E EQUIDADE

3.2.1. DIAGNÓSTICO SOCIAL

O sistema social constitui um dos pilares fundamentais para a promoção do bem-estar das populações e para a garantia de uma sociedade mais coesa, equitativa e resiliente. A sua articulação com o ordenamento do território é determinante para assegurar que os serviços, infraestruturas e respostas sociais estão adequadamente distribuídos e acessíveis a todos os grupos populacionais, independentemente da sua idade, condição socioeconómica ou situação de vulnerabilidade.

A estruturação de uma rede social eficaz implica o reconhecimento e a resposta às múltiplas dimensões da exclusão e da fragilidade social, desde a infância até à velhice, passando por contextos de deficiência, dependência, doença mental, comportamentos aditivos ou situações de sem-abrigo. Paralelamente, deve garantir condições para o apoio à família, à comunidade e à integração dos migrantes, promovendo a equidade no acesso a direitos fundamentais como a habitação, a saúde, a educação, a alimentação e a segurança social.

No contexto local, a análise do sistema social permite identificar dinâmicas demográficas, perfis de vulnerabilidade, carências de cobertura e tendências de evolução, constituindo uma base essencial para o planeamento estratégico e para a definição de políticas públicas territorialmente ajustadas. A capacidade de resposta do território face aos desafios sociais atuais e emergentes — incluindo o envelhecimento da população, a pobreza, a exclusão habitacional ou o impacto de crises como a pandemia — representa um fator crítico para o desenvolvimento sustentável e para a qualidade de vida dos cidadãos.

Risco de pobreza

A nível regional, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) tem registado um agravamento do risco de pobreza, atingindo o seu valor mais elevado em 2022. Embora não estejam disponíveis dados desagregados para o concelho de Cascais, a tendência regional é indicativa de vulnerabilidades que também poderão estar presentes a nível local.

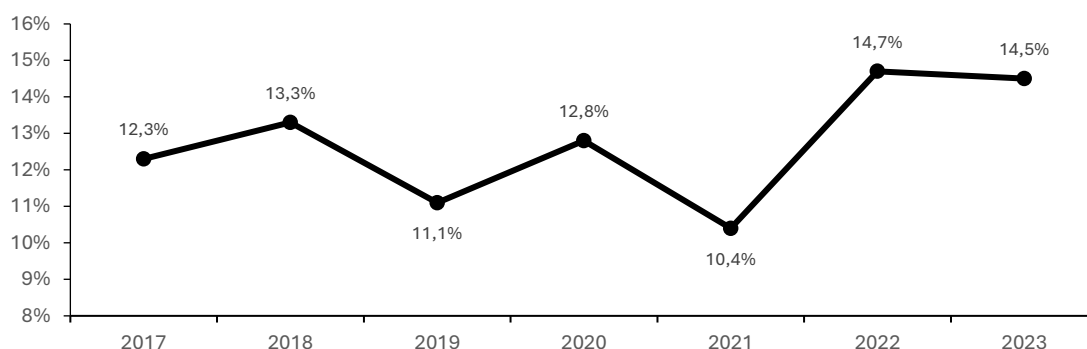


Figura 56 - Taxa de risco de pobreza, na AML

Fonte - INE

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Para o concelho de Cascais, no que respeita ao Rendimento Social de Inserção (RSI), os dados disponíveis para o período de 2016 a 2023 revelam uma tendência decrescente do número de beneficiários até 2019. Contudo, a crise pandémica de 2020 provocou uma inversão deste padrão, com o número de beneficiários a regressar a níveis pré-pandémicos.

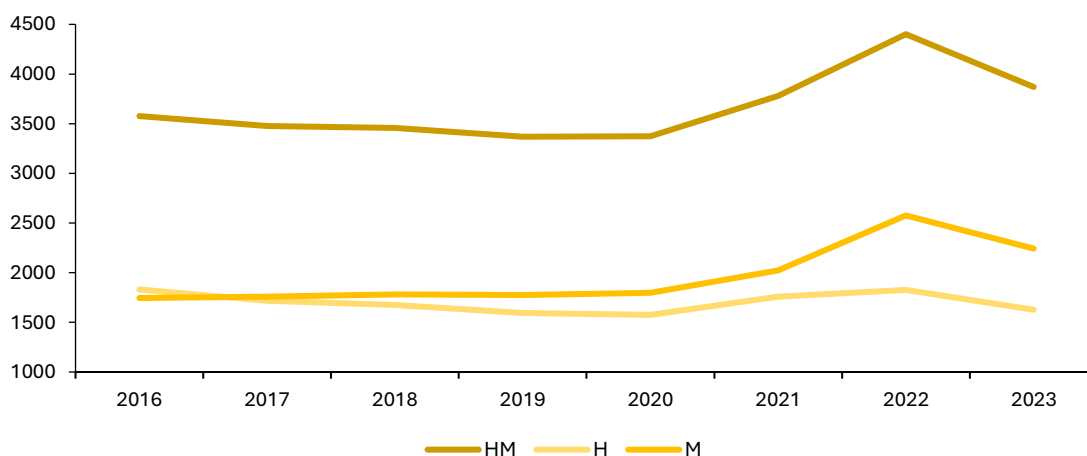


Figura 57 - Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, total e por sexo

Fonte - INE

A distribuição por género mostra uma ligeira predominância feminina, enquanto em termos etários, destaca-se a elevada proporção de beneficiários com menos de 25 anos (cerca de 38,5%). Verifica-se ainda que a faixa etária entre os 25 e os 39 anos regista o menor número

de inscritos, enquanto os beneficiários com 55 ou mais anos têm vindo a aumentar progressivamente.

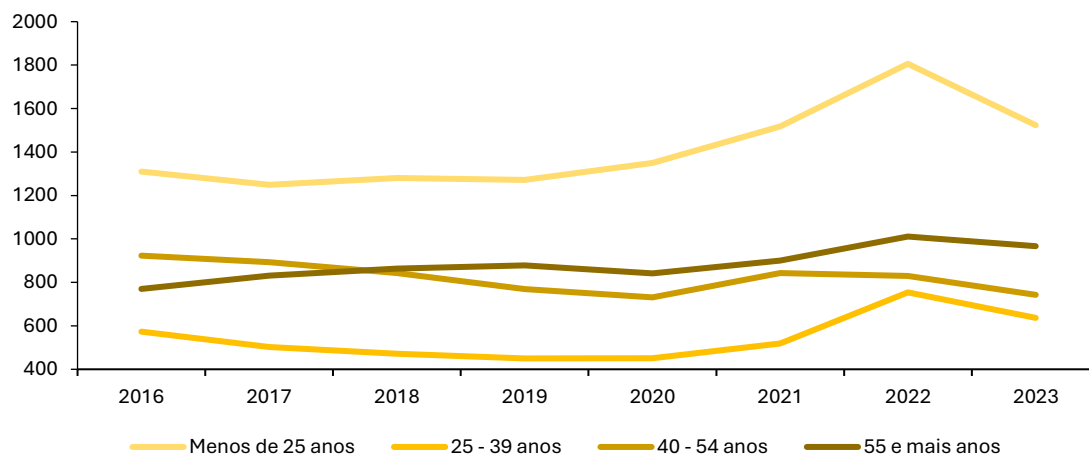


Figura 58 - Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, por grupo etário

Fonte – INE

População em situação de sem-abrigo

Um dos fenómenos sociais mais preocupantes prende-se com o aumento da população em situação de sem-abrigo¹⁷. Entre 2019 e 2023, o número de pessoas sem-abrigo duplicou. Se contemplarmos o número de pessoas sem casa, verifica-se que quadruplicou no período pós-COVID face a 2019, refletindo um agravamento das situações de exclusão social e habitacional. A escassez de dados relativos ao período pré-pandémico e ao ano de 2020 dificulta, no entanto, a compreensão integral da evolução desta problemática.

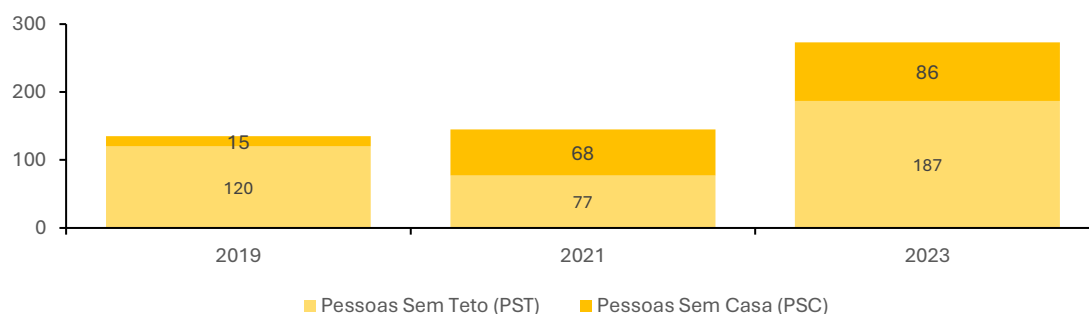


Figura 59 - Pessoas em Situação de Sem-Abrigo em Cascais

Fonte: ENIPSSA

¹⁷ Pessoas em situação de sem abrigo contemplam pessoas **sem teto** e pessoas **sem casa**.

Pessoa em situação de sem-abrigo - sem teto, pessoas a viver na rua, noutros espaços públicos (jardins, viadutos, estações de transportes públicos), abrigos de emergência (vagas de emergência em centros de alojamento) ou em locais precários (carros abandonados, vãos de escada, casas abandonadas).

Pessoas em situação de sem abrigo - sem casa pessoas a viver em centros de alojamento temporário (Inclui as respostas da Segurança Social ou outras de natureza similar, locais para indivíduos ou famílias onde a pernoita é limitada, sem acesso a alojamento de longa duração), em alojamentos específicos para pessoas sem casa (apartamentos de transição, onde a pernoita é limitada, sem acesso a alojamento de longa duração) ou em quartos pagos (total ou parcialmente) pelos serviços sociais ou por outras entidades.

Pensões da Segurança Social

O concelho de Cascais regista um acentuado envelhecimento demográfico, o que se traduz num aumento significativo do número de pensões de velhice atribuídas. Entre 2011 e 2023, registou-se um aumento de 15% nas pensões de sobrevivência e uma redução de aproximadamente 50% nas pensões de invalidez, evidenciando as alterações estruturais no perfil etário da população.

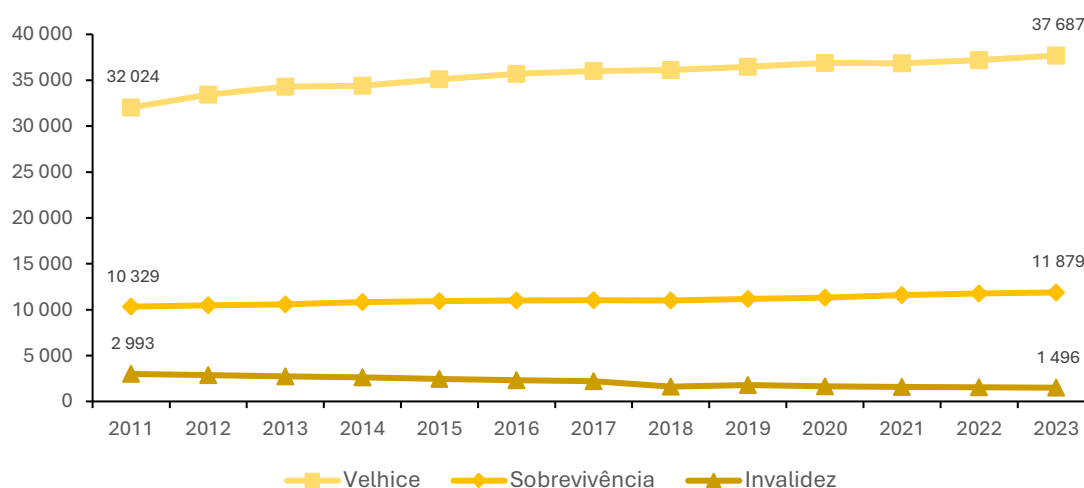


Figura 60 – Tipo e nº de pensões da segurança social no concelho

Fonte: PORDATA

3.2.2. RESPOSTAS SOCIAIS

A rede de respostas sociais promovidas pelo Instituto da Segurança Social (ISS) e pelas câmaras municipais constitui um pilar fundamental do sistema de proteção e coesão social em Portugal, traduzindo-se na prestação de serviços de proximidade que visam assegurar o bem-estar das populações e a equidade territorial no acesso aos apoios sociais. O ISS, enquanto entidade pública de âmbito nacional, assume um papel estruturante na regulação, financiamento e acompanhamento das respostas sociais nos domínios da infância e juventude, da pessoa idosa, da deficiência e incapacidade, e da inclusão social. Estas respostas são frequentemente implementadas por instituições particulares de solidariedade social (IPSS), misericórdias, cooperativas e associações locais, funcionando sob enquadramento normativo e técnico definido centralmente. Por outro lado, as câmaras municipais têm vindo a assumir um papel cada vez mais ativo e complementar, sobretudo no reforço das respostas de proximidade e na adaptação das políticas sociais às especificidades do território. A intervenção municipal tende a privilegiar a dimensão territorial e comunitária, traduzindo-se em respostas que, embora enquadradas nos mesmos domínios sociais, são ajustadas às dinâmicas locais e à realidade socioeconómica de cada concelho.

O concelho de Cascais encontra-se atualmente a desenvolver o processo de revisão da Carta Social do Município, com o objetivo de atualizar e consolidar a informação disponível sobre a rede de respostas sociais existente no território. Atendendo a que a nova carta ainda se encontra em fase de elaboração, a análise das respostas sociais em Cascais baseou-se nos principais levantamentos previamente disponíveis, nomeadamente o Diagnóstico Social promovido pela CEDRU em 2016, o levantamento da Carta Social de Cascais realizado em 2022 e o levantamento da Carta Social do Instituto da Segurança Social (ISS), referente a 2023.

A leitura conjunta destes levantamentos revela uma base comum de três domínios de intervenção: Infância e Juventude, População Idosa e Família e Comunidade. O levantamento da Carta Social de Cascais introduz um quarto domínio específico dedicado à população estrangeira, evidenciando a crescente importância deste grupo na dinâmica social do concelho.

Enquanto a Carta Social do ISS compila as respostas sociais de âmbito nacional existentes no concelho, enquadradas na rede estruturada e regulada centralmente, a Carta Social de Cascais sistematiza as respostas promovidas diretamente pelo município, refletindo uma abordagem territorial e de proximidade.

Assim, de acordo com os dados disponíveis em 2016 existiam pelo menos¹⁸ 25 tipos de respostas distribuídas pelas três categorias, enquanto em 2023, registavam-se pelo menos 37 tipos.

Em 2016 as respostas associadas à Infância e Juventude representavam a maioria (252), seguidas pelas da População Adulta (134) e da Família e Comunidade (36).

Em 2023, observa-se uma redistribuição das respostas, nas quais 199 ações estavam dedicadas à Infância e Juventude, 130 à População Adulta e 34 à Família e Comunidade.

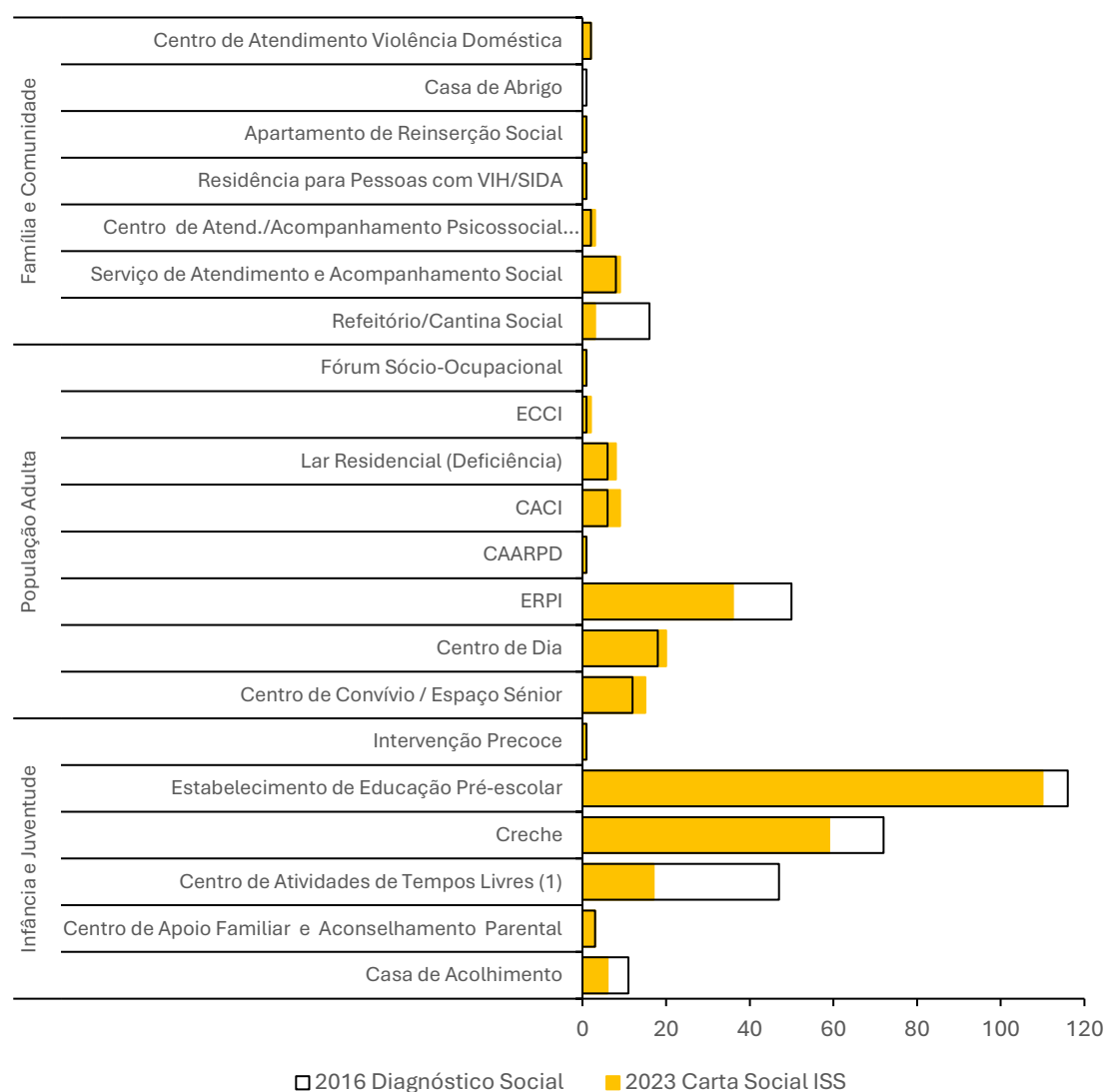
Tabela 13 - Nº de respostas

	2016 Diagnóstico Social	2023 Carta Social ISS	Diferença
Infância e Juventude	252	199	-53
População Adulta	134	130	-4
Família e Comunidade	36	34	-2
Total	422	363	-59

Fonte: DHS e CEDRU

A análise comparativa entre 2016 e 2023 revela assim uma redução no número de respostas, com maior destaque para as Creches, Estruturas Residenciais e para Pessoas Idosas e Refeitórios/Cantinas Sociais.

¹⁸ Devido à ausência de informação para algumas respostas sociais, os dados apresentados baseiam-se apenas nas informações disponibilizadas, contudo este número poderá ser superior



1) No Diagnóstico Social de 2016, os dados relativos à resposta social CATL foram agregados aos dados relativos à Componente de Apoio à Família (CAF), o que explica a diferença considerável no N° de Equipamentos/Capacidade/Utentes por comparação com os dados de 2023.

Figura 61 – Respostas sociais da Carta Social do ISS - Evolução

Fonte: DHS e CEDRU

Paralelamente, segundo o levantamento para a Carta Social de Cascais de 2022, a rede local contava com pelo menos 16 tipos de respostas sociais em ambos os anos (2016 e 2022), organizadas em quatro domínios: Infância e Juventude, População Adulta, Família e Comunidade e Residentes Estrangeiros. No período em análise o número de respostas diminuiu de 53 para 32.

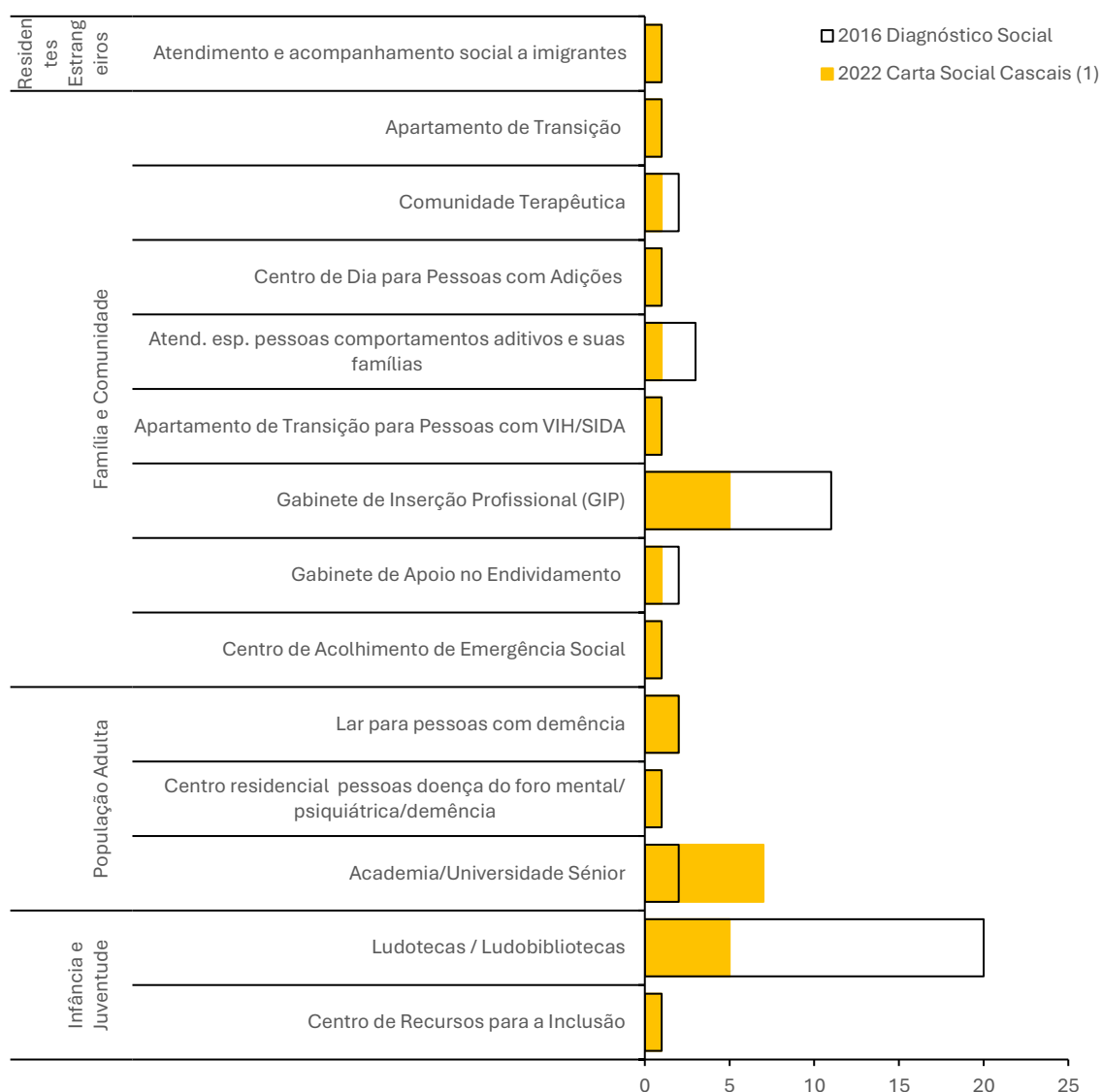
Tabela 14 - Nº de respostas

	2016 Diagnóstico Social	2022 Carta Social Cascais ⁽¹⁾	Diferença
Infância e Juventude	21	6	-15
População Adulta	7	13	6
Família e Comunidade	24	12	-12
Residentes Estrangeiros	1	1	0
Total	53	32	-21

¹⁾ Dados de 2022, provenientes da última atualização da Carta Social de Cascais.

Fonte: DHS e CEDRU

De um modo geral, regista-se uma diminuição das respostas sociais da rede local, com exceção das Academias e Universidades Sénior.



¹⁾ Dados de 2022, provenientes da última atualização da Carta Social de Cascais.

Figura 62 – Respostas sociais da Carta Social de Cascais - Evolução

Fonte: DHS e CEDRU

Salienta-se ainda que existem mais respostas sociais do que as listadas nas Figuras 61 e 62, contudo existem lacunas em alguns dos anos de referência, inviabilizando a análise evolutiva.

A Rede Social de Cascais é uma rede fundamental para promover a articulação e a cooperação entre as diversas entidades locais, com o objetivo de enfrentar problemas sociais de forma integrada e eficiente. Esta rede desempenha um papel importante na identificação das necessidades da comunidade e na implementação de respostas adequadas, promovendo a inclusão social e o bem-estar dos cidadãos.

Esta Rede facilita a partilha de informação, o planeamento estratégico e o desenvolvimento de projetos que respondam aos desafios sociais do concelho, como o combate à pobreza, a promoção da educação, o acesso à saúde e a integração de grupos vulneráveis.

A Rede Social é composta por:

- Conselho Local de Ação Social (CLAS)
- Núcleo Executivo (NE) do CLAS
- Comissão de Estratégia
- Comissões Sociais de Freguesia (CSF)
- Redes de parceria temáticas e territoriais, plataformas e consórcios

O Conselho Local de Ação Social (CLAS) é constituído por entidades públicas e privadas que formalmente aderiram à Rede Social de Cascais.

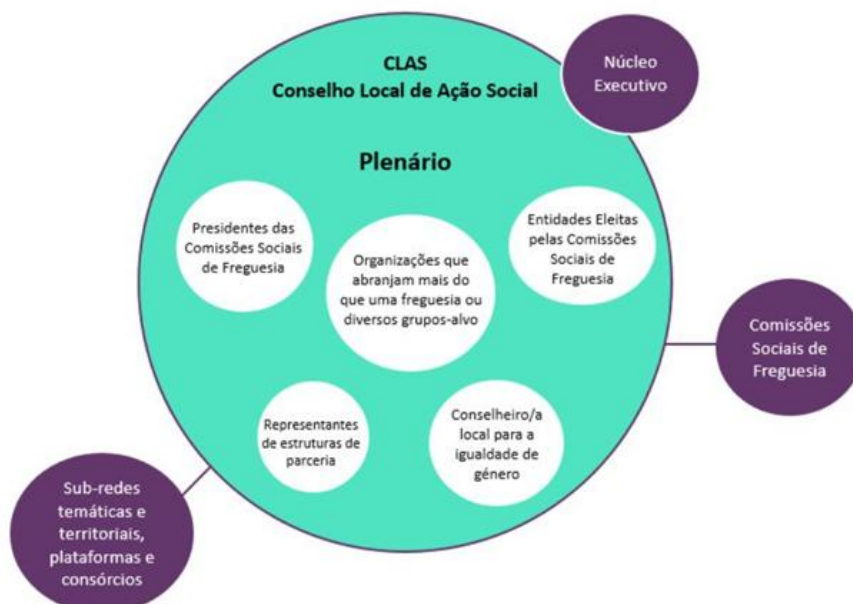


Figura 63 – Esquema de Organização do CLAS

Fonte: <https://www.redesocialcascais.net/conhecer-a-rede/como-funciona>

Em Cascais existem as seguintes redes de parceria e consórcios:

- Conselho Local para a Inclusão em Cascais (CLIC)
- Comissão Proteção Crianças e Jovens (CPCJ)
- Grupo de Empregabilidade Territorial (GEMTE)
- Núcleo Local de Inserção (NLI)
- Plataforma Envelhecer Melhor em Cascais
- Plataforma de Qualificação da Resposta Creche “Crescer Melhor em Cascais”
- Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
- Plataforma de Recursos de Apoio na Privação Material
- Plataforma Integração e Multiculturalidade de Cascais
- Plataforma das Casas de Acolhimento de Crianças e Jovens de Cascais
- Fórum Concelhio para a Promoção da Saúde
- Fórum Municipal contra a Violência Doméstica
- Rede de Valorização do Território

Por exemplo, no que respeita ao apoio alimentar, entre 2021 e 2023 foram concedidos, em média, mais de 16.500 apoios anuais, dos quais 43% correspondentes à distribuição de cabazes alimentares. Esta resposta foi assegurada por um número crescente de entidades parceiras, que passou de 39 em 2021 para 44 em 2023, refletindo uma maior mobilização da rede solidária local.

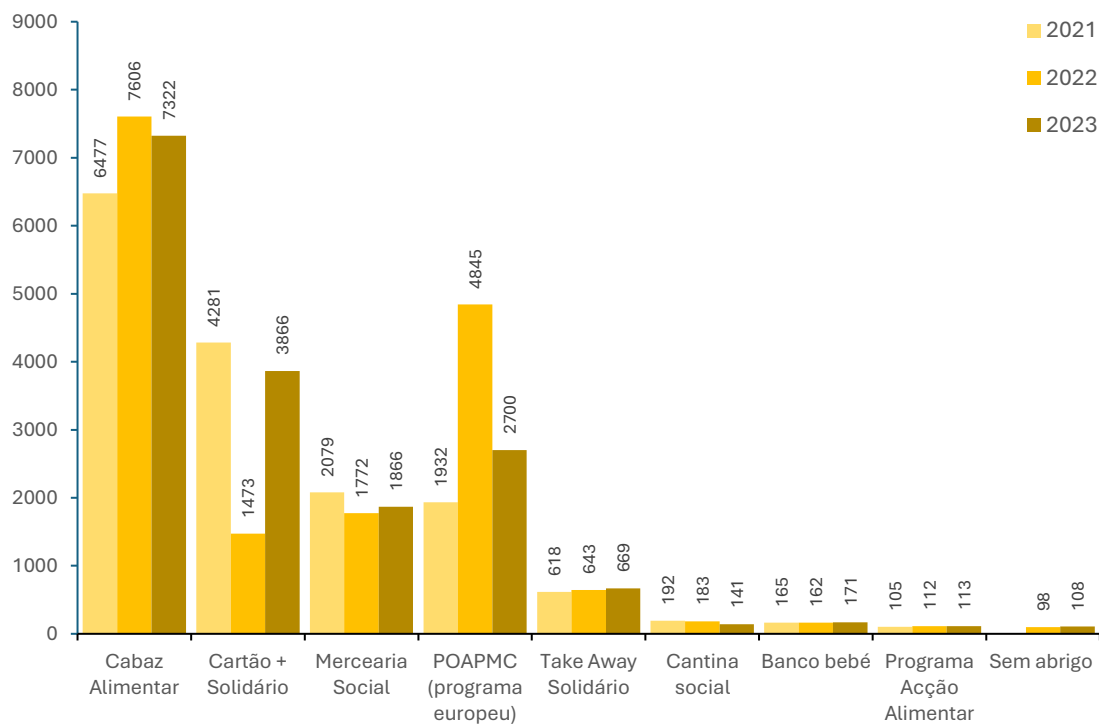


Figura 64 – Tipo de assistência alimentar prestada no concelho de Cascais

Fonte: Cascais Data

3.2.3. SAÚDE

No setor da saúde, o concelho tem vindo a registar progressos significativos, nomeadamente no aumento do número de médicos e enfermeiros por mil habitantes. Entre 2011 e 2023, o número total de médicos aumentou 33%, com destaque para os especialistas em Medicina Geral e Familiar (de 134 para 206), Pediatria (de 55 para 81) e Psiquiatria (de 24 para 34) que registaram a maior taxa de variação. Apesar deste reforço, entre 2016 e 2023 aumentou o número de utentes sem médico de família atribuído, o que aponta para desafios persistentes ao nível da cobertura e equidade no acesso.

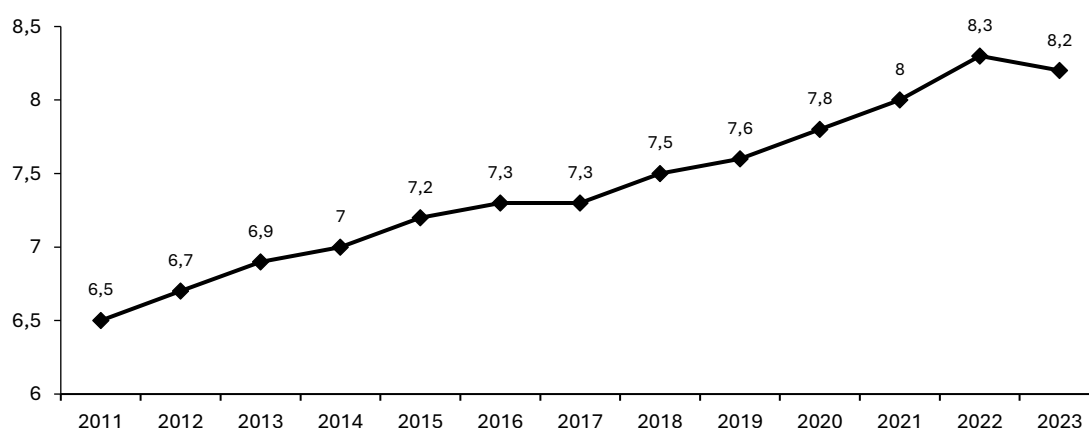


Figura 65 – Médicas/os por 1000 habitantes, no concelho

Fonte: PORDATA

A atividade assistencial também se intensificou, com um aumento do número de consultas realizadas. As especialidades mais procuradas são Ortopedia, Oftalmologia e Ginecologia, assumindo o Hospital de Cascais uma vocação assistencial de relevo nestas áreas.

Em termos de capacidade instalada, o concelho dispõe de 2,9 camas hospitalares por mil habitantes — um valor abaixo da média da AML e nacional, mas que adquire particular relevância num território com elevada densidade populacional e que, apesar da sua dimensão relativamente reduzida, beneficia da existência de um hospital público.

A este propósito, importa realçar que o Município tem vindo a desenvolver e apoiar diversos projetos ligados à área da saúde que contribuem para o bem-estar da população e para a sustentabilidade social do território.

Entre estas iniciativas salientam-se o projeto “Bata Branca”, o Programa “Cascais sem Diabetes”, o Centro de Apoio à Saúde Oral e o Programa “Unidade Saúde Mais”.

No quadro da estratégia municipal de acesso universal aos cuidados de saúde primários, destaca-se o projeto “Bata Branca”, que tem vindo a dar resposta à falta de médico de família no concelho.

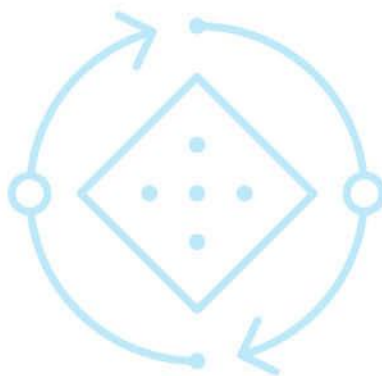
Este projeto resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Cascais, a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, e o Agrupamento de Centros de Saúde de Cascais (ACES). Em funcionamento desde setembro de 2021, dispõe de 11 médicos a tempo parcial e 3 enfermeiros (um a tempo inteiro e dois a tempo parcial), assegurando consultas gerais a adultos sem médico de família atribuído

O projeto inclui, de igual modo, a oferta de cuidados médicos complementares promovidas pela autarquia, como as teleconsultas médicas e pediátricas, gratuitas e disponíveis 24 horas por dia, bem como o serviço de entrega de medicamentos ao domicílio e transporte em ambulância quando prescrito.

A rede pública de cuidados de saúde no concelho é complementada por um conjunto significativo de unidades privadas, que abrangem clínicas, hospitais e consultórios especializados, reforçando a capacidade de resposta global do sistema de saúde local. Esta complementaridade contribui para diversificar a oferta de serviços, reduzir a pressão sobre o setor público e assegurar uma maior cobertura assistencial à população residente e flutuante.

4.

Sistema Económico



	Indicador	Relatório	Ficha
Ativos do território	Bandeira Azul	X	4.1.1.1
	Nº de Concessionários	X	4.1.1.2
	Nº Escolas de atividades náuticas	X	4.1.1.3
	Apanhadores licenciados	X	4.1.1.4
	Embarcações de pesca com motor	X	4.1.1.5
	Capturas nominais de pescado (toneladas)	X	4.1.1.6
	Capturas nominais de pescado (euros)	X	4.1.1.7
	Lotação dos recintos de espetáculos	X	4.1.3.1
	Lotação média dos recintos de espetáculos		
	Sessões de espetáculos ao vivo	X	4.1.3.2
	Espectadores de espetáculos ao vivo		
	Visitantes de museus	X	4.1.3.3
	Visitantes inseridos em grupos escolares de museus		
	Visitantes estrangeiros de museus		
	Exposições realizadas nas Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias	X	4.1.3.4
	Obras expostas nas galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias		
	Autores representados nas galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias		
	EBITDA	X	4.1.4.1
	Volume de vendas por venda de produtos e prestação de serviços	X	4.1.4.2
	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico	X	4.1.6.1
	Estabelecimentos de alojamento turístico	X	4.1.6.2
	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros	X	4.1.6.3
	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros		4.1.6.4
	Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por local de residência	X	4.1.6.5
	Hóspedes		4.1.6.6
	Taxa líquida de ocupação cama		4.1.6.7
	Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico	X	4.1.6.8
Tecido empresarial	Empresas	X	4.2.1.1
	Dimensão das empresas	X	4.2.1.2
	Nascimentos de empresas	X	4.2.1.3
	Morte de empresas		4.2.1.4
	Volume de negócios (€) das empresas	X	4.2.1.5
	Contactos presenciais com empreendedores	X	4.2.1.6
	Empresas criadas com o apoio da DNA Cascais	X	
	Postos de trabalho no concelho	X	
	Investimento global no universo empresas DNA Cascais	X	
	Investigadores equivalentes a tempo integral nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento	X	4.2.2.1
	Investigadores equivalentes a tempo integral por 1000 habitantes em I&D	X	
	Despesa em I&D das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento	X	4.2.2.2

4.1. ATIVOS DO TERRITÓRIO

4.1.1. NATUREZA

Mar e Orla Costeira

A orla costeira de Cascais, com aproximadamente 30 km de extensão, constitui um ativo natural estratégico, integrando praias com elevado valor ambiental, recreativo e turístico, cuja utilização se articula entre funções de lazer, desporto, conservação e economia do mar.

Para além destas dimensões, a frente costeira suporta também atividades ligadas à pesca e à exploração de recursos marinhos. Embora de expressão relativamente reduzida no contexto regional e nacional, estas práticas mantêm relevância cultural e simbólica, preservando tradições locais e assegurando alguma representatividade económica em setores específicos.

Acresce ainda a valorização desta faixa litoral como potencialmente geradora de oportunidades de trabalho, nomeadamente através de atividades tradicionais, que reforçam a ligação da comunidade ao mar e contribuem para a diversificação económica local.

Destaca-se, neste âmbito, a apanha de animais marinhos, que, a par de outras formas de interação comunitária com o mar, reforça a identidade costeira do concelho e contribui para a diversificação das oportunidades económicas, valorizando simultaneamente o património imaterial associado ao território marítimo.

No plano ambiental e turístico, a qualidade das praias tem vindo a ser reconhecida por programas como o Bandeira Azul, cujas distinções atribuídas ao concelho registaram um crescimento entre 2016 e 2023, reforçando a imagem de excelência do litoral de Cascais.

O concelho conta com 84 concessões balneares ativas, distribuídas por 16 praias. A Praia de Carcavelos concentra 25% destas concessões (21 unidades), refletindo a sua relevância enquanto polo turístico e desportivo. As tipologias de concessão incluem equipamentos completos, reduzidos e simples, estruturas móveis, quiosques e apoios complementares, sendo os equipamentos permanentes os mais representativos.

A prática de atividades náuticas constitui outro vetor relevante da valorização da orla marítima, com especial destaque para a pesca desportiva (14 locais identificados) e o surf (5 locais), distribuídas por 11 praias. As zonas balneares de Cascais e Carcavelos concentram a maior diversidade de modalidades, funcionando como infraestruturas de suporte à economia azul.

A intensificação da utilização costeira, nomeadamente através das atividades náuticas e do uso balnear, levanta desafios significativos ao nível da compatibilização de usos, segurança, proteção dos ecossistemas e ordenamento das infraestruturas de apoio. A gestão integrada da orla costeira exige, por isso, uma atuação coordenada entre entidades licenciadoras e fiscalizadoras, baseada em instrumentos de planeamento específicos, com vista à promoção de um modelo de fruição sustentável e resiliente deste sistema territorial.

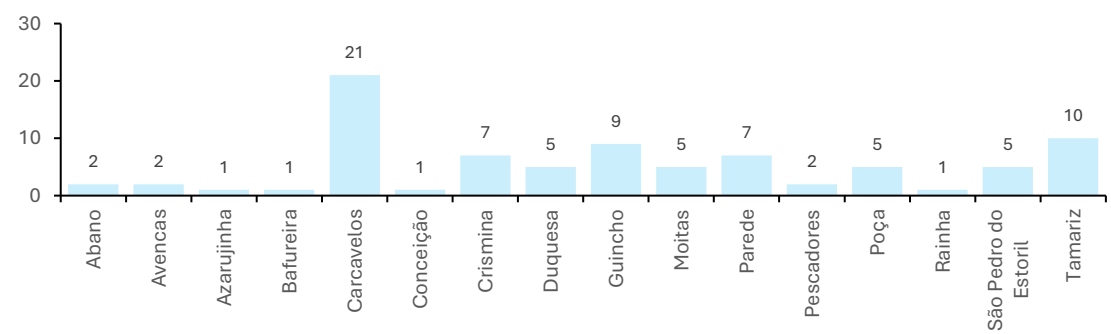


Figura 66 - Nº de concessionários, por praia

Fonte: GeoCascais

Relativamente à atividade piscatória, esta apresenta uma expressão bastante reduzida quando comparada com o panorama nacional e metropolitano, refletindo a sua menor relevância no setor primário local.

A nível de pescadores apeados, em Portugal Continental, o número oscilou entre 224 e 263 entre 2016 e 2023, enquanto em Cascais este valor foi nulo durante todo o período em análise.

Já no caso dos apanhadores de animais marinhos licenciados, Cascais registou valores que variaram entre 54 e 73 indivíduos, representando entre 5,6% e 7,5% do total nacional, o que demonstra alguma representatividade local neste tipo de prática.

Tabela 15 – Nº de apanhadores de animais

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal continental	956	961	987	1 004	1 219	1 354	1 387	1 256
Cascais	57	60	58	54	73	70	72	61
%	5,9%	6,2%	6,0%	5,6%	7,5%	7,2%	7,4%	6,3%

Fonte: DGRM

Relativamente ao número de embarcações de pesca com motor registadas no porto local apresentou, entre 2016 e 2023, uma variação relativamente estável, oscilando entre 151 e 156 unidades. Apesar desta constância, Cascais destaca-se por ser o quarto porto do país com menos embarcações registadas, evidenciando uma reduzida expressão da atividade piscatória em comparação com outros portos nacionais.

Relativamente ao volume de pescado capturado e registado na capitania de Cascais, verifica-se uma tendência decrescente ao longo da última década. Entre 2016 e 2023, o volume anual de capturas representou sempre igual ou inferior a 0,1% do total nacional. Em 2015 foram capturadas cerca de 126 toneladas, valor que desceu para apenas 33 toneladas em 2023, correspondendo a uma redução aproximada de 74%.

Tabela 16 - Volume de capturas nominais de pescado, registado por capitania

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
		toneladas								
Norte	Viana do Castelo	2391	2642	2397	2295	2288	2010	2887	2771	2569
	Póvoa do Varzim	1390	1713	1267	1212	1053	830	1021	1073	911
	Matosinhos	15756	20048	17042	20649	13681	9557	21185	13333	14590
Centro	Aveiro	12945	11935	13594	14182	13314	10658	12625	8353	9476
	Fig. da Foz	11213	7946	7591	5434	6036	5671	7535	7364	7640
	Nazaré	4543	4476	4057	4133	3736	4270	5108	3771	3642
	Peniche	10421	11617	14033	12774	12424	14133	15748	18968	20612
AML	Cascais	126	61	69	36	30	37	27	31	33
	Sesimbra	30190	21405	22168	27275	36003	23746	26577	26775	30431
	Setúbal	2654	2801	2460	2270	2609	2604	2673	2137	1906
Alentejo	Sines	10487	9208	6400	5776	7811	8394	7164	5924	6792
Algarve	Lagos	2980	2364	1760	1766	2167	2235	3002	2274	1979
	Portimão	4441	4535	4976	3293	5659	4169	5374	3564	4463
	Olhão	15966	10378	4851	6396	12720	8152	11069	8255	10267
	Tavira	628	701	396	394	438	382	318	343	396
	V. R. Santo António	894	923	966	1206	1302	1062	1206	1222	1379
Total		127026	112753	104029	109092	121272	97909	123520	106158	117089

Fonte: DGRM

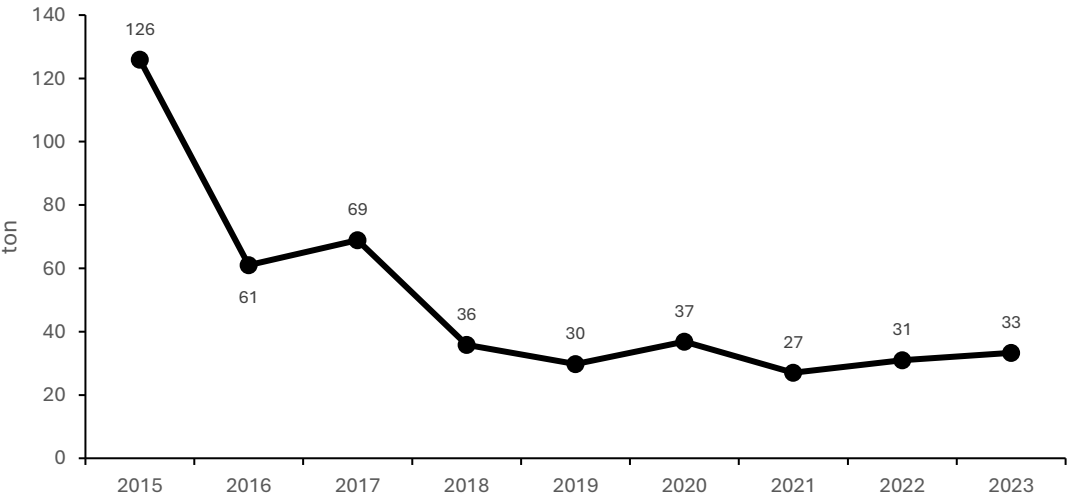


Figura 67 - Volume total de capturas nominais de pescado, registado na capitania de Cascais

Fonte: DGRM

A análise por espécies evidencia que a captura de peixes marinhos foi drasticamente reduzida até 2018, ano a partir do qual deixou de se registar qualquer captura. Os moluscos,

que em 2016 atingiam as 20 toneladas, registaram uma quebra muito acentuada, estabilizando nos últimos três anos em apenas 3 a 4 toneladas. Já os crustáceos mantiveram alguma estabilidade, com valores entre 22 e 29 toneladas.

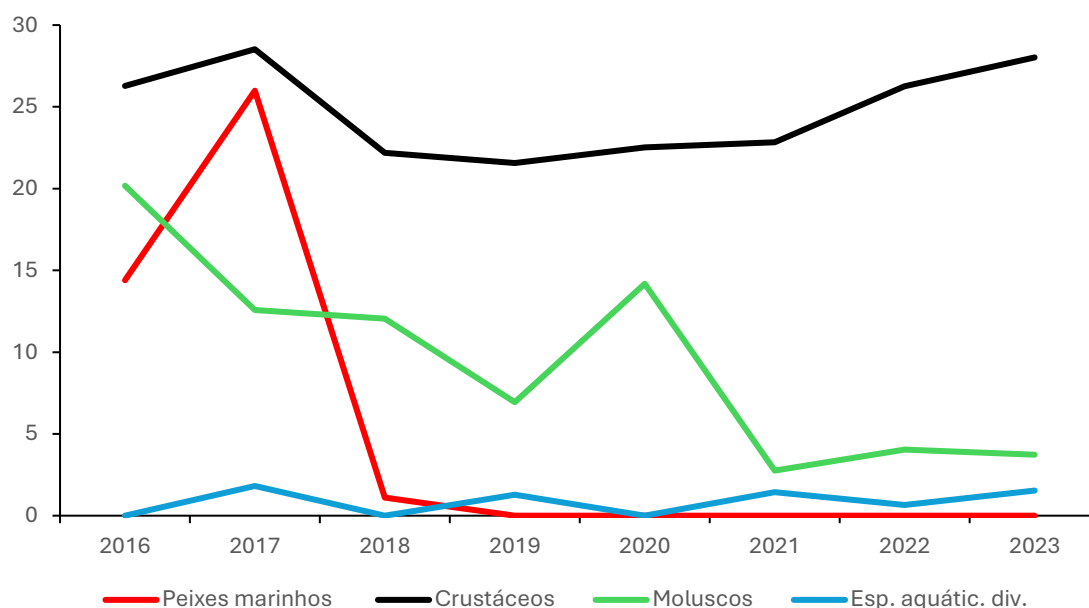


Figura 68 - Volume de capturas nominais de pescado, registado na capitania de Cascais

Fonte: DGRM

Em termos de valor económico, a capitania de Cascais regista continuamente a menor faturação do país, representando entre 0,2% e 0,4% do total nacional.

Tabela 17 - Faturação das capturas nominais de pescado, registado por capitania

		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
		1000 Euros							
Norte	Viana do Castelo	8335	8614	9064	8597	7327	10301	11221	9543
	Póvoa do Varzim	4233	3116	3797	3159	2504	3672	4682	4230
	Matosinhos	30913	25303	30234	27369	19332	35537	29129	34208
Centro	Aveiro	18159	19284	25483	23832	20185	27119	26562	28309
	Fig. da Foz	9809	11487	8113	10495	9538	13394	14887	13580
	Nazaré	9497	8821	11406	9870	9763	12680	12200	12146
AML	Peniche	35140	38826	39169	36247	37599	43513	46388	47604
	Cascais	629	753	432	433	405	452	555	579
	Sesimbra	36949	35679	36619	40553	35968	41652	42406	43233
Alentejo	Setúbal	7444	7495	6952	7453	8272	8801	7803	7021
	Sines	13056	10457	10889	10344	10960	11802	11293	11864
Algarve	Lagos	9599	8924	8433	8930	9598	13089	12383	10440
	Portimão	11942	11746	10087	11822	9953	16471	15210	13039
	Olhão	18115	15934	18003	22528	22783	26816	25593	25195
	Tavira	3929	2918	3060	3002	2385	2651	2877	3270
	V. R. Santo António	10435	11891	13219	14241	12327	16285	16324	17941
Total		228183	221248	234959	238875	218899	284233	279513	282200

Fonte: DGRM

Destaca-se pelo elevado valor médio por quilograma de pescado transacionado, que atingiu, em média, 13,26€/kg entre 2015 e 2023, o mais alto de todas as delegações nacionais. Em Vila Real de Santo António e Tavira, registou-se uma média de 12,18€/kg e 7,12€/kg, enquanto nas restantes capitanias, a média oscilou entre os 1,44€/kg e os 4,26€/kg

Estratégia Municipal para o Mar

A Estratégia Municipal para o Mar de Cascais reflete a intenção do município de garantir a gestão integrada e sustentável das zonas marítimas e costeiras, alinhada com a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030. Esta estratégia visa a proteção dos ecossistemas marinhos e a valorização dos recursos marinhos ao mesmo tempo que promove a sustentabilidade das atividades económicas no setor.

A estratégia está estruturada em torno de quatro eixos estratégicos:

- Conservação dos recursos biológicos e sistemas alimentares marinhos;
- Gestão portuária de âmbito local;
- Inovação, capacitação e investigação;
- Dinamização e cooperação na economia azul;

Cada um desses eixos apresenta prioridades e metas específicas, com prazos bienais até 2030. Entre as principais prioridades destacam-se:

- A promoção de pesca local sustentável;
- A valorização dos produtos alimentares marinhos;
- A gestão local da área portuária de Cascais;
- O desenvolvimento de um Sistema Big Data para a gestão do mar;
- A dinamização da economia azul, criando condições para o aumento da geração de valor e emprego qualificado.

A implementação de projetos e ações, como a Revitalização das Florestas Marinhas de Laminárias e a Criação de uma Área Marinha Protegida Intermunicipal, constitui um dos principais pilares da estratégia, destacando-se também a recuperação de infraestruturas portuárias.

Na tabela que se segue, apresentam-se os dados das diversas iniciativas da UEMM (Unidade da Estratégia Municipal para o Mar) para o ano de 2024.

Tabela 18 – Área e objetivos da Estratégia Municipal para o Mar

Área de atuação	Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional/ Ação
Recursos biológicos e sistemas alimentares marinhos	Fomentar a pesca local sustentável e duradoura	Descobrir os Oceanos ((Kids Dive - Mergulho com crianças)
		Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário
		SeaForester EEA Grants
		Reflorestação Marinha CCMAR
Gestão portuária	Assegurar atividades de manutenção e serviços navais	Recuperação do Cais Estacado
		Organização do fundeadouro da Baía de Cascais
Inovação, Capacitação e investigação	Criar sistemas de recolha e análise de informação multidisciplinar sobre o mar de Cascais	Sensorização da zona costeira de Cascais
		Sea IA – Câmaras de Monitorização
Economia Azul	Dinamizar o tecido empresarial associado ao mar	Summer School do IPDM
Cultura e Ecossistemas	Recuperar habitats da orla costeira	Estação Náutica (Fórum Oceano)
		Mergulhar por Cascais (limpeza subaquática da Baía)

Fonte: CMC/DAM

O maior investimento individual é destinado à gestão portuária, seguido por projetos que promovem a sustentabilidade dos recursos marinhos e a inovação tecnológica.

Parque Natural de Sintra-Cascais

O Parque Natural de Sintra-Cascais constitui um dos mais importantes ativos naturais do território, integrando ecossistemas costeiros e florestais de elevado valor ecológico bem como uma vasta diversidade de paisagens, desde a serra de Sintra até à linha costeira atlântica. Classificado como área protegida, desempenha um papel fundamental na conservação da biodiversidade, apresentando um conjunto de recursos com elevado potencial para o desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, educação ambiental e investigação científica.

Inserida no Parque Natural de Sintra-Cascais, a Quinta do Pisão estende-se por 380 hectares, integrando a conservação da biodiversidade, a gestão sustentável dos ecossistemas e a atividade agropecuária. Caracteriza-se por um mosaico de habitats representativos da ecologia local, cuja estrutura paisagística e património edificado contribuem para a manutenção dos serviços ambientais e a valorização do território. O modelo de gestão adotado assegura a compatibilização entre preservação ambiental, uso sustentável do solo e fruição pública, consolidando a sua função estratégica no ordenamento e resiliência ecológica do concelho.

Outro espaço de grande relevância no Parque Natural de Sintra-Cascais é a Pedra Amarela Campo Base, localizada na encosta sul da Serra de Sintra. Dedicado a atividades de aventura e ao ar livre, o local conta com uma infraestrutura de apoio para caminhadas, ciclismo e escalada, promovendo a educação ambiental e incentivando a conservação da natureza.

Património Natural geológico

O património natural geológico revela as origens do território, permitindo não só a compreensão da evolução da paisagem, mas também o respeito pelas suas riquezas naturais. Montanhas, rios, formações rochosas e solos únicos são testemunhos vivos do tempo e constituem recursos de relevância ecológica e educativa.

A morfologia do território de Cascais preserva testemunhos geológicos com mais de 150 milhões de anos, conferindo-lhe uma posição cimeira no quadro do património natural geológico nacional. A faixa costeira concentra os principais sítios de interesse geológico, inseridos em áreas protegidas e de elevado valor paisagístico, desde a Ponta da Abelheira até ao Farol de Santa Marta ou o campo dunar do Guincho-Crismina-Oitavos, zonas inseridas no Parque Natural de Sintra-Cascais, e ainda toda a arriba litoral entre São João do Estoril e Carcavelos.

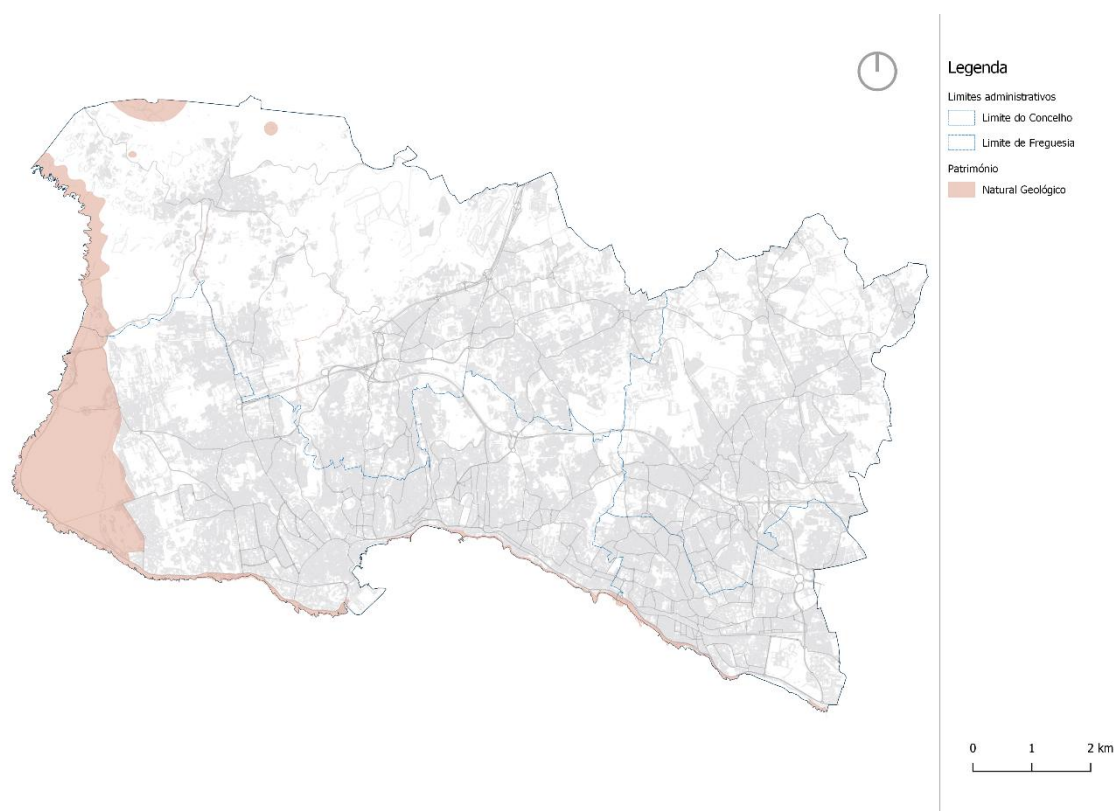


Figura 69 – Património Natural Geológico

Fonte: GeoCascais

Valorização do solo rústico

A valorização do solo rústico no concelho de Cascais assume um papel central na estratégia municipal de ordenamento do território, funcionando como instrumento de equilíbrio entre a preservação dos valores naturais e o desenvolvimento sustentável.

O solo rústico, que abrange aproximadamente 40% da área do concelho, inclui zonas agrícolas, florestais, naturais e áreas integradas em sistemas ecológicos sensíveis, bem

como espaços de elevado valor paisagístico e zonas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e na Reserva Agrícola Nacional (RAN). Estes espaços desempenham funções ecológicas, produtivas e culturais essenciais, com relevância ao nível da biodiversidade, regulação hídrica, estabilidade climática e provisão de serviços de ecossistemas.

A qualificação e proteção dos espaços rústicos encontra-se profundamente articulada com o regime de solo estabelecido pelo Plano Diretor Municipal (PDM). Este instrumento de gestão territorial não só distingue claramente entre uso rústico e uso urbano, como também determina regras e condicionantes específicas para áreas de especial sensibilidade ecológica, como zonas agrícolas de elevado valor, espaços florestais, áreas de proteção de recursos hídricos ou habitats naturais relevantes.

Esta regulamentação procura limitar a artificialização do solo, evitando a dispersão urbana e salvaguardando as funções essenciais destes territórios para o equilíbrio ambiental, a produção agrícola e a resiliência dos ecossistemas.

Reconhecendo que muitas destas funções ecológicas se encontram em terrenos privados, torna-se fundamental promover mecanismos que valorizem e incentivem a salvaguarda dos solos rústicos, reforçando a sua relevância ambiental, económica e social dentro do sistema territorial concelhio.

Entre os espaços mais relevantes para a valorização do solo rústico destaca-se a Quinta do Pisão, localizada no Parque Natural de Sintra-Cascais, sob gestão da Cascais Ambiente, que constitui uma infraestrutura de educação ambiental, lazer e produção agrícola sustentável, promovendo atividades de conservação da natureza, turismo de natureza e envolvimento da comunidade local.

4.1.2. DESPORTO

O desporto constitui um elemento estruturante do sistema territorial do concelho de Cascais, assumindo múltiplas funções no domínio da coesão social, da saúde pública, da economia local e da qualificação urbano-ambiental. Enquanto ativo territorial, integra tanto a rede de infraestruturas desportivas instaladas como o conjunto de eventos de média e grande escala que reforcem a visibilidade externa do concelho e geram efeitos multiplicadores em setores associados, como o turismo, o comércio, o alojamento e a economia do mar.

Entre os principais ativos desportivos do concelho destacam-se quatro campos de golfe (Penha Longa, Quinta da Marinha, Oitavos e Estoril), o Hipódromo Manuel Possolo, a Marina de Cascais, o Clube Naval de Cascais, o Clube de Ténis do Estoril e o Estádio António Coimbra da Mota. Estas infraestruturas recebem competições de elevado relevo, como o Portugal Masters (golfe), o Longines Global Champions Tour (hipismo), a America's Cup

World Series (vela), o Estoril Open (ténis) e jogos do campeonato nacional de futebol. Cascais acolhe ainda provas emblemáticas que não dependem de equipamentos fixos — como o Ironman ou o Cascais Women's Pro — mas que têm forte impacto territorial.

Para além da componente desportiva, estes eventos representam importantes motores de dinamização económica. O comércio, a hotelaria e o turismo beneficiam diretamente do acréscimo de visitantes, atletas, equipas técnicas e espectadores. Exemplos demonstrativos são o Ironman Cascais, com um impacto económico estimado em 20 milhões de euros em 2022, e o Cascais Padel Masters, com cerca de 1,5 milhões de euros no mesmo ano. A capacidade hoteleira atinge frequentemente valores próximos da lotação máxima durante estes períodos.

Embora o foco principal recaia sobre o concelho, importa referir que várias modalidades com forte presença em Cascais têm igualmente um peso relevante no contexto nacional. Em 2023, o golfe representou um impacto económico de 4,2 mil milhões de euros em Portugal, correspondendo a cerca de 1,6% do PIB e sustentando mais de 110 mil postos de trabalho. Neste domínio, a existência de quatro campos de golfe em Cascais contribui para reforçar a sua atratividade para praticantes nacionais e internacionais.

Também o surf, modalidade fortemente associada ao litoral do concelho, assume crescente relevância económica a nível nacional, estimando-se um impacto de cerca de 400 milhões de euros. A aprovação recente do Plano de Pormenor de Talaíde, que prevê a construção de uma piscina de ondas, reforça o potencial do concelho para atrair praticantes durante todo o ano.

O padel, modalidade em rápida expansão no país, tem em Cascais um dos seus palcos mais reconhecidos. O Cascais Padel Masters, integrado no circuito mundial, gera um impacto económico anual de cerca de meio milhão de euros e contribui para afirmar o concelho como destino de referência. A consolidação desta aposta dependerá da criação de infraestruturas acessíveis e sustentáveis, garantindo que a prática se expande para todo o território.

No seu conjunto, estes ativos desportivos e a capacidade de acolher eventos internacionais posicionam Cascais como um território competitivo e distintivo no panorama desportivo nacional, gerando benefícios económicos, sociais e territoriais e reforçando a sua visibilidade global.

4.1.3. CULTURA

A cultura constitui um componente estruturante do sistema territorial, assumindo-se como um recurso estratégico para a qualificação urbana, a coesão social e a competitividade local. A rede de equipamentos culturais, aliada à programação e às iniciativas promovidas no

concelho, contribui para a diversificação das funções urbanas, reforça a atratividade do território e dinamiza setores como as indústrias criativas e o turismo cultural.

Entre 2017 e 2023, a lotação conjunta dos recintos de espetáculo em Cascais oscilou entre 2.413 e 2.938 lugares, correspondendo a apenas 3% da capacidade total disponível na Área Metropolitana de Lisboa (AML). A lotação média manteve-se relativamente estável, variando entre 266 e 300 lugares, cerca de 10% da capacidade média metropolitana.

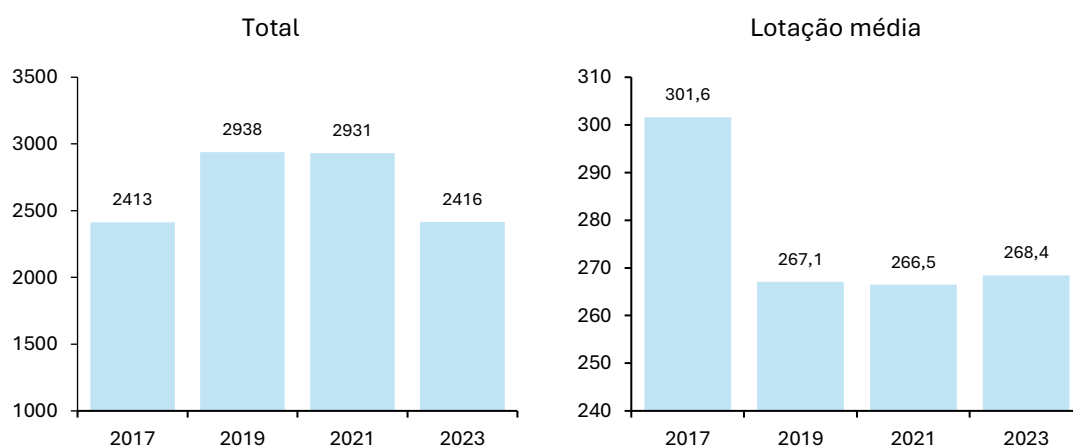


Figura 70 – Lotação dos recintos de espetáculos, no concelho de Cascais

Fonte: INE

No que respeita à programação de espetáculos ao vivo, Cascais registou um crescimento progressivo do número de sessões entre 2017 e 2023. Embora partindo da posição mais baixa entre os concelhos periféricos (Oeiras e Sintra), a sua atividade aproximou-se gradualmente dos restantes municípios. Ainda assim, em 2023, as sessões realizadas no concelho representavam apenas 4% do total da AML. O número de espetadores mantém-se residual em termos relativos, situando-se em torno de 2% do total metropolitano, evidenciando níveis de adesão inferiores aos observados nos concelhos vizinhos.

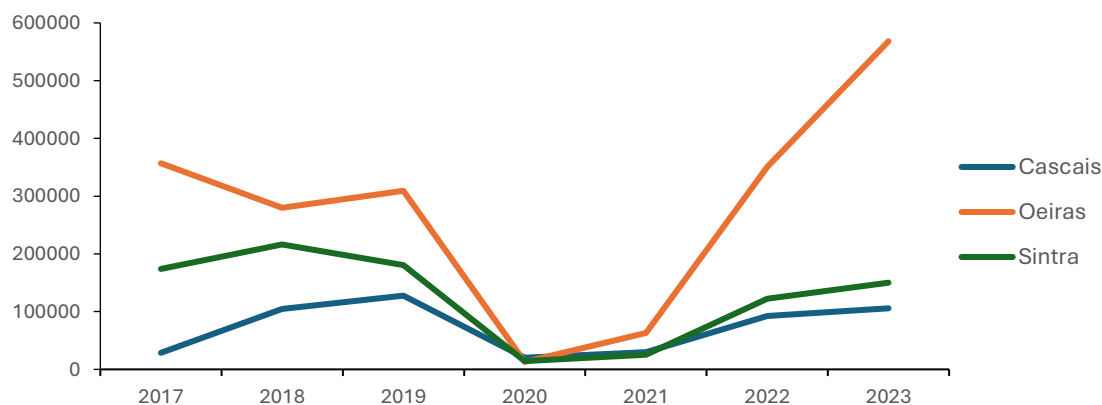


Figura 71 – Espetadores de espetáculos ao vivo, por concelho

Fonte: INE

Há ainda a considerar o calendário de eventos distribuídos ao longo do ano, designadamente no espaço da Feira Internacional de Artesanato do Estoril (FIARTIL), a Festa da Criança, a Semana do Município e a Procissão de Santo António, as Festas do Mar e a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, e as celebrações de Fim de Ano, bem como as várias festividades das associações recreativas existentes no concelho. Estas iniciativas promovem a utilização intensiva e qualificada do espaço público, reforçam a atratividade turística, estimulam a economia local e contribuem para a afirmação de Cascais no contexto metropolitano e nacional.

No que se refere ao nº de número de visitantes a museus, apesar do concelho de Cascais possuir sete museus, apenas menos três do que o concelho de Sintra, o número de visitantes é significativamente inferior: entre 2016 e 2023 o nº de visitas a museus no concelho de Cascais, representou apenas 3% das visitas registadas na AML, enquanto Sintra concentrou cerca de 32%.

Do total de visitantes em Cascais, 12% integram grupos escolares e 45% são visitantes estrangeiros. Com exceção de 2017 e dos anos pós-pandemia (2020–2021), o número de visitantes manteve-se relativamente estável, variando entre 125.000 e 195.000, máximo atingido em 2023.

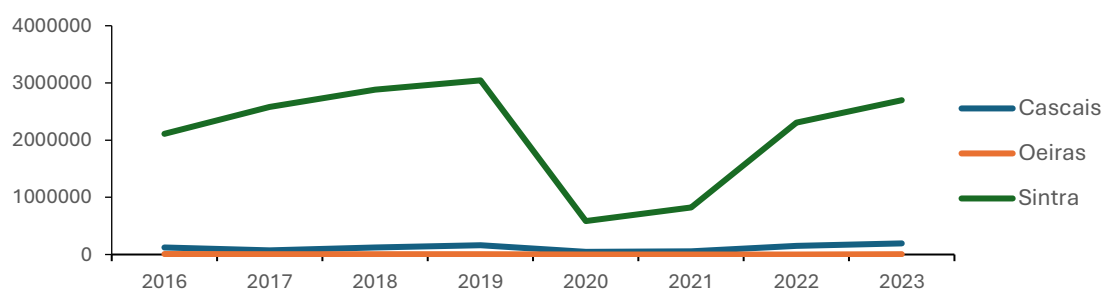


Figura 72 – Visitantes de museus

Fonte: INE

No que respeita às exposições em galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias, o concelho acolheu 6% das exposições realizadas na AML, valor que corresponde ao dobro do registado em Sintra e ao triplo do observado em Oeiras.

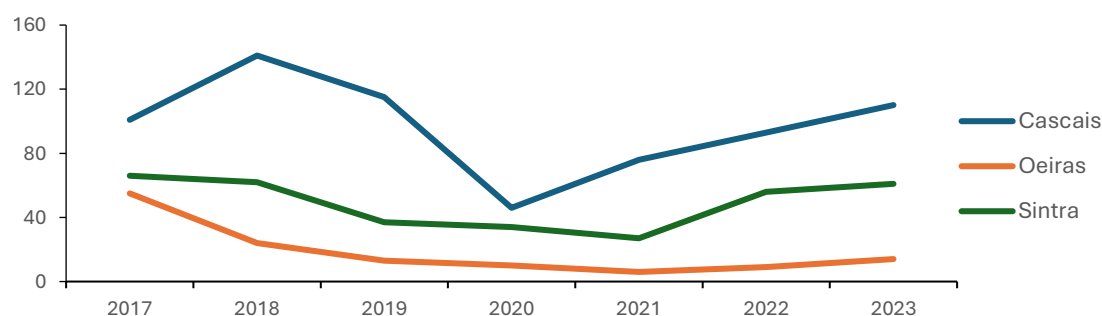


Figura 73 – Exposições realizadas nas Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias

Fonte: INE

A produção artística exposta no concelho correspondeu, entre 2016 e 2023, a cerca de 5% do total metropolitano. Entre 2021 e 2023, as obras apresentadas revelam predominância da pintura (42%), seguida da fotografia (16%) e do desenho (11%). No mesmo período, foram representados cerca de 7000 autores, correspondendo a aproximadamente 6% dos autores identificados na AML.

4.1.4. INFRAESTRUTURAS ESTRATÉGICAS

No concelho de Cascais, destacam-se 4 infraestruturas estratégicas que, pela sua natureza e funcionalidade, se afirmam como importantes ativos territoriais: o Aeródromo Municipal de Cascais, o Autódromo do Estoril, a Marina de Cascais, e o Hipódromo.

Estas estruturas, com diferentes vocações, aeronáutica, automobilística, náutica e hípica, contribuem de forma significativa para a atratividade económica, turística e logística do concelho.

Aeródromo¹⁹

O Aeródromo Municipal de Cascais, inaugurado em 1964, tem vindo a assumir um papel relevante na dinâmica económica e na atratividade do concelho. Além da função operacional no transporte aéreo, acolhe atividades de formação aeronáutica, manutenção, aviação executiva e serviços de apoio, o que reforça o seu posicionamento enquanto infraestrutura de elevado valor acrescentado no contexto regional, contribuindo também para a criação de emprego qualificado e para o fortalecimento do tecido económico local.

A aposta do município na modernização desta infraestrutura, com investimentos superiores a sete milhões de euros entre 2022 e 2023, relativos à construção de uma nova aerogare, torre de controlo e quartel de bombeiros, revela a importância estratégica atribuída ao aeródromo, quer enquanto suporte à mobilidade, quer como plataforma de inovação e desenvolvimento económico.

Autódromo

O Autódromo Fernanda Pires da Silva, vulgarmente designado como Autódromo do Estoril, constitui uma infraestrutura desportiva de referência nacional, com um papel histórico na promoção internacional da região e no reforço da sua atratividade turística e económica.

Inaugurado em 1972, foi palco de eventos automobilísticos de renome, como o Grande Prémio de Portugal de Fórmula 1 entre 1984 e 1996, além de diversas provas internacionais de resistência, motociclismo e GT. Esta dinâmica posicionou Cascais no circuito global do

¹⁹ A análise do Aeródromo enquanto infraestrutura aeroportuária será retomada no ponto 11.8.

desporto motorizado, gerando fluxos significativos de visitantes, receitas e visibilidade mediática.

Apesar de terem sido realizadas intervenções na requalificação da pista, melhoria das boxes e otimização das condições para equipas e espectadores, entre 2016 e 2023, o autódromo registou uma redução gradual na realização de eventos de escala internacional.

A sua localização estratégica, junto a zonas urbanas consolidadas e acessos rodoviários principais, continua a oferecer potencial para acolher eventos diferenciadores, projetos ligados à mobilidade sustentável, ou atividades tecnológicas e educativas associadas ao desporto motorizado. Assim, a sua integração em estratégias de requalificação e reconversão funcional poderá contribuir para reforçar a coesão territorial, estimular a economia local e valorizar o património infraestrutural.

Do ponto de vista financeiro, importa analisar o EBITDA²⁰ do Autódromo, um dos indicadores financeiros mais usados para avaliar a performance operacional de uma empresa, na medida em que permite obter uma visão mais rigorosa do desempenho do negócio na sua essência. Nesta sede, entre 2016 e 2023, o Autódromo do Estoril registou um EBITDA acumulado superior a 3,9 milhões de euros, embora com oscilações ao longo do período. À exceção dos anos de 2020 e 2021, em que se verificaram resultados operacionais negativos, todos os restantes anos apresentaram valores positivos de EBITDA, pese embora os últimos resultados (que não representam lucro líquido) não se assumam particularmente expressivos.

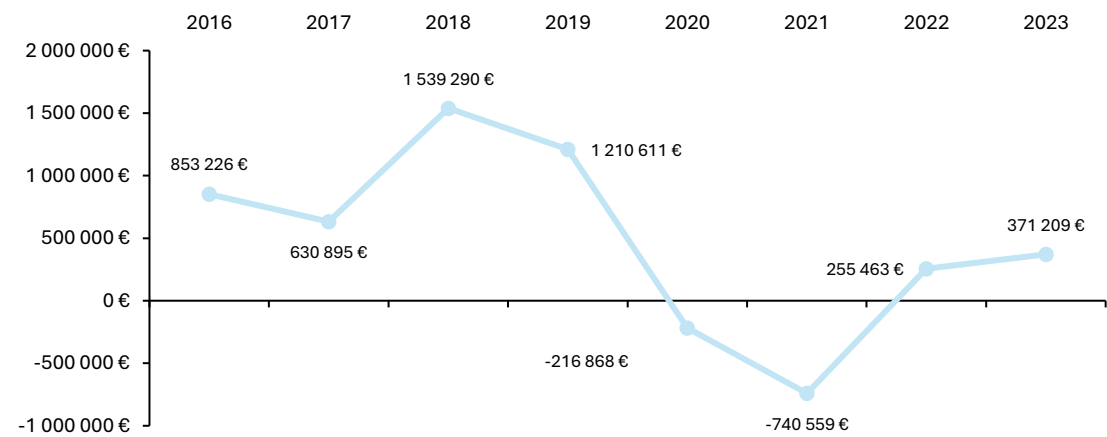


Figura 74 - EBITDA da sociedade gestora do Autódromo do Estoril, CE – Circuito Estoril, S.A.

Fonte: Relatório de Gestão do Circuito do Estoril, SA

²⁰ Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization. Na língua portuguesa, a tradução mais rigorosa desta sigla é LAJIDA – Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização, pese embora nos mercados financeiros portugueses seja utilizada a sigla inglesa para a alusão a este indicador.

Em termos de volume de vendas, o autódromo registou receitas totais anuais que variaram entre cerca de 2,76 milhões de euros (2018) e 888 mil euros (2021), resultantes da venda de produtos e prestação de serviços, maioritariamente dirigidos ao mercado interno e à União Europeia. Verifica-se ainda que, a partir de 2020, o mercado interno tem vindo a registar um volume de receita superior ao volume de receita relativo ao mercado da União Europeia.

Marina²¹

A Marina de Cascais assume um papel estratégico na dinamização do turismo náutico, no estímulo à economia local e na valorização da imagem internacional do território. Para além da sua função portuária, constitui um ativo urbano e económico relevante, ao integrar um espaço qualificado de restauração, comércio especializado e serviços, incluindo uma forte componente associada ao segmento de luxo, que reforça a atratividade da frente marítima.

A sua polivalência funcional promove a articulação entre a prática náutica, o uso turístico e a fruição quotidiana, contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a diversificação da oferta local. A realização de eventos náuticos internacionais reforça a visibilidade externa do concelho, enquanto a proximidade à Cidadela poderia ser potenciada no sentido da valorização conjunta do património histórico e das funções contemporâneas de lazer, cultura e turismo.

Neste quadro, a Marina de Cascais afirma-se como infraestrutura estruturante para a economia marítimo-turística, consolidando o posicionamento do concelho em redes internacionais de náutica e lazer.

Hipódromo

O Hipódromo Manuel Possolo, implantado numa área ligeiramente periférica do Centro Histórico de Cascais, beneficia de uma localização que permite a realização de eventos de maior dimensão e intensidade sonora sem afetar significativamente o quotidiano das zonas residenciais.

Inicialmente concebido para acolher provas equestres de referência internacional, o espaço foi progressivamente adaptado e consolidado como infraestrutura cultural multifuncional. Atualmente, integra-se também na programação cultural de Cascais através da realização de festivais de música, espetáculos e outros eventos, atraindo públicos diversificados e contribuindo para a dinamização económica e social.

²¹ A Marina de Cascais enquanto equipamento integrante da infraestrutura marítima de Cascais será caracterizado no respetivo âmbito (vide ponto 5.2.9).

4.1.5. PATRIMÓNIO CULTURAL

A valorização do património cultural constitui um eixo estruturante na compreensão e gestão do território, assumindo particular relevância no concelho de Cascais, onde a diversidade e densidade de testemunhos históricos, arquitetónicos, arqueológicos e paisagísticos conferem identidade(s) e singularidade(s) ao espaço concelhio. O património enquanto recurso coletivo, integra não apenas os bens materiais - como o património arquitetónico, incluindo os imóveis classificados ou em vias de classificação, sítios e áreas arqueológicas, e equipamentos culturais, entre outros - mas também dimensões imateriais que refletem práticas, memórias e tradições enraizadas na comunidade.

No contexto do ordenamento do território, a preservação e a gestão integrada deste património revelam-se essenciais para garantir a continuidade dos valores culturais e ambientais, assegurar a sua compatibilização com dinâmicas de desenvolvimento urbano e promover uma ocupação territorial equilibrada e sustentável.

O concelho integra um vasto conjunto de bens patrimoniais, que abrangem sítios arqueológicos e património material e imaterial, consolidando a sua identidade e atratividade territorial. A valorização e gestão destes ativos são fundamentais para a preservação da memória coletiva e para a dinamização do setor cultural e turístico.

As listas do património constantes dos Anexos I e II do Regulamento do PDM carecem de um trabalho aprofundado de análise técnica, indispensável para fundamentar eventuais inclusões ou exclusões de imóveis. Trata-se, conforme RJGT, de conteúdo material a assegurar no âmbito da futura Revisão do PDM.

Património Cultural Imaterial:

Segundo a UNESCO, o Património Cultural Imaterial, compreende as tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; as artes do espetáculo; as práticas sociais, rituais e acontecimentos festivos; os conhecimentos e práticas que dizem respeito à natureza e ao universo; os saberes fazer ligados a processos e técnicas tradicionais. Para além deste elenco de expressões culturais, a definição sublinha outros aspetos, como os instrumentos, objetos, artefactos e os espaços culturais associados a uma ou várias destas atividades. Este património que as comunidades, os grupos, os indivíduos criam, mantêm e transmitem, alimentam os rituais do quotidiano e asseguram a continuidade das tradições ao longo das gerações. Simultaneamente, esta vivência desempenha um papel fundamental na sedimentação da identidade e memória coletiva, a nível local e nacional, enquanto se propicia um espaço de diálogo, conhecimento e compreensão entre diferentes tradições.

Em consonância com estes princípios, cumpre à Câmara Municipal de Cascais, enquanto organismo de proximidade, zelar pela identificação, proteção e valorização da riqueza e diversidade do património cultural imaterial do concelho. Nesta medida foi definido e desenvolvido o Manual de Procedimentos Técnicos e Metodológicos que tornou possível a uniformização de procedimentos e o respeito pelas boas práticas em contexto de identificação, recolha, registo, inventariação, estudo e documentação das múltiplas expressões, manifestações e/ou elementos identificados no concelho, revertendo, ao mesmo tempo, para o público através da plataforma dos Bens Culturais. Garantindo, desta forma, a promoção e apoio para o conhecimento, defesa, valorização e salvaguarda do seu Património Cultural Imaterial (PCI).

Atualmente, encontram-se identificadas múltiplas manifestações de património imaterial no concelho, representando um contributo significativo para o Inventário Nacional do PCI. Uma destas manifestações, a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, encontra-se já inscrita na lista do Inventário Nacional.

Dentro deste campo de representações culturais, e para além de integrar o calendário de eventos distribuídos ao longo do ano, do município, encontra-se a Procissão de Santo António, uma manifestação que reflete práticas, memórias e tradições enraizadas na comunidade, apesar das várias interrupções ao longo dos anos.

Em conformidade com o conceito de Património Cultural Imaterial pela UNESCO, que sublinhava outros aspetos como o reconhecimento da importância dos espaços culturais que lhes estão associados, a Câmara Municipal de Cascais reabilitou um antigo casal saloio em Outeiro de Polima. Aqui foi instalado o Centro de Interpretação do Espaço Rural de Cascais, inaugurado em 2023.

Efetivamente, numa era de transformação social e valorização cultural, a Câmara Municipal de Cascais tem vindo a desenvolver projetos no âmbito da recuperação e valorização do património cultural imaterial do concelho, promovendo, o seu apoio, incentivo, investigação e divulgação. Este património é essencial à manutenção e à reprodução da memória cascalense, que lhe confere garantias de identidade e continuidade.

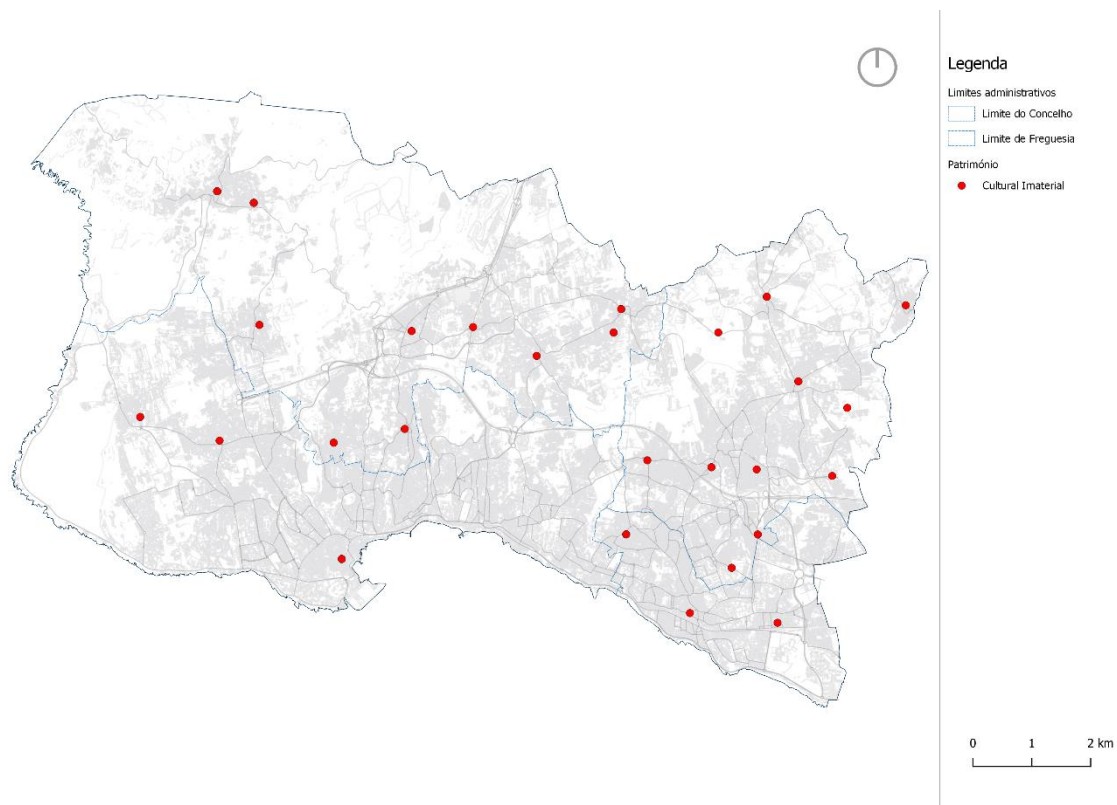


Figura 75 - Património cultural Imaterial

Fonte: GeoCascais

Património Arqueológico

No domínio do património arqueológico, são vários os vestígios identificados de ocupações humanas antigas do território, desde estruturas habitacionais, funerárias ou industriais/artesanais, a artefactos diversificados que revelam modos de vida, crenças e práticas ancestrais. Estes achados são peças essenciais para reconstruir a história local e compreender a evolução do espaço.

O concelho de Cascais dispõe de um património arqueológico significativo, abrangendo sítios de diferentes períodos cronológicos, com registos de ocupação humana desde a pré-história até à época contemporânea. Atualmente, alguns sítios arqueológicos estão classificados como Imóveis de Interesse Público, entre os quais se destacam:

- Necrópole pré-histórica de Alapraia
- Gruta do Poço Velho
- *Villae* romanas de Casais Velhos, Alto do Cidreira e Freiria
- Necrópole visigótica de Alcoitão

A proteção e investigação destes locais contribuem para a compreensão da evolução do território e das dinâmicas de ocupação ao longo do tempo.

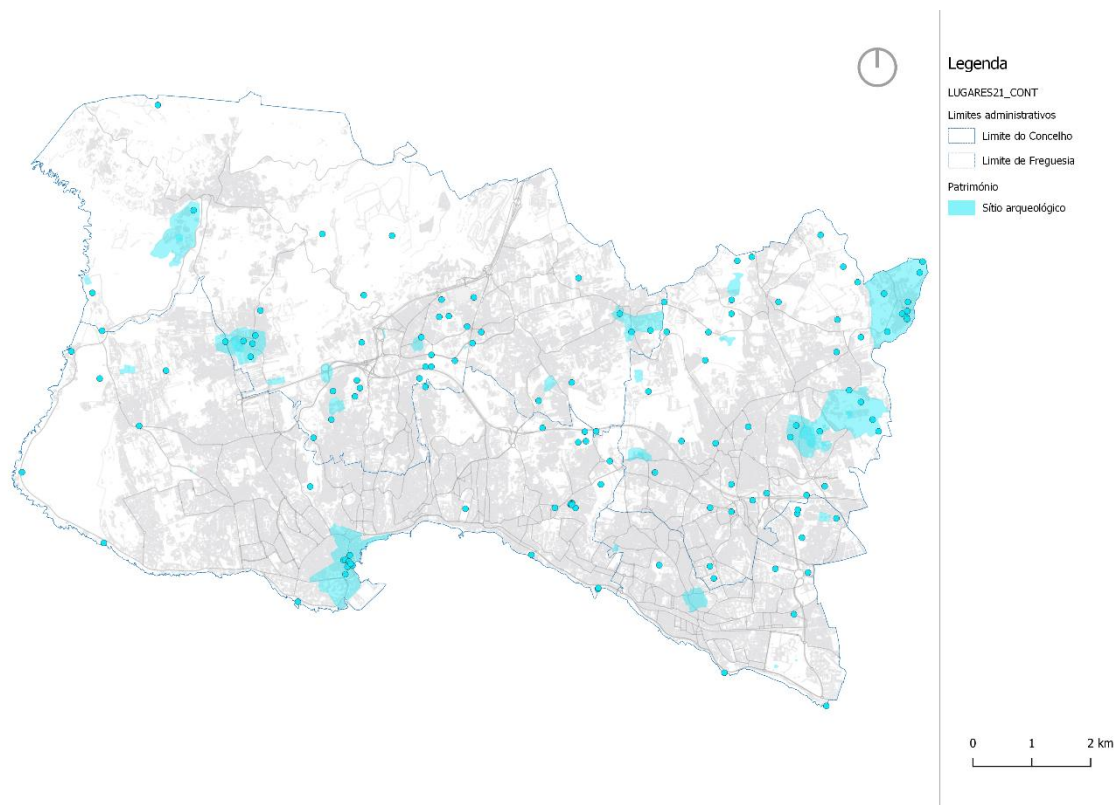


Figura 76 - Sítio arqueológico

Fonte: GeoCascais

Património Cultural Marítimo

O Projeto da Carta Arqueológica Subaquática de Cascais (ProCASC), iniciado em 2005, constitui uma referência nacional na gestão e salvaguarda do património submerso a nível local. Esta base de dados georreferenciada reúne informações sobre sítios arqueológicos imersos na frente costeira do concelho, alguns remontando à época romana. Estas evidências materiais incluem âncoras, canhões instrumentos de navegação, entre outros vestígios, mas também destroços de navios naufragados de época moderna e contemporânea.

A área de estudo localiza-se, grosso modo, na frente marítima de Cascais, entre o Cabo da Roca e São Julião da Barra, abrangendo a barra do rio Tejo. O desenvolvimento do projeto tem permitido a monitorização, investigação e descoberta de novos arqueossítios até à batimétrica dos 30 m de profundidade. Refira-se que o contacto com a comunidade marítima tem sido essencial para enriquecer esta base de dados, nomeadamente no contexto da atividade pesqueira que tem permitido a recuperação de espólio em áreas mais profundas. Atualmente, a Carta Arqueológica Subaquática de Cascais identifica nove áreas de interesse arqueológico, cuja monitorização, estudo e divulgação são essenciais para a proteção e valorização deste património.

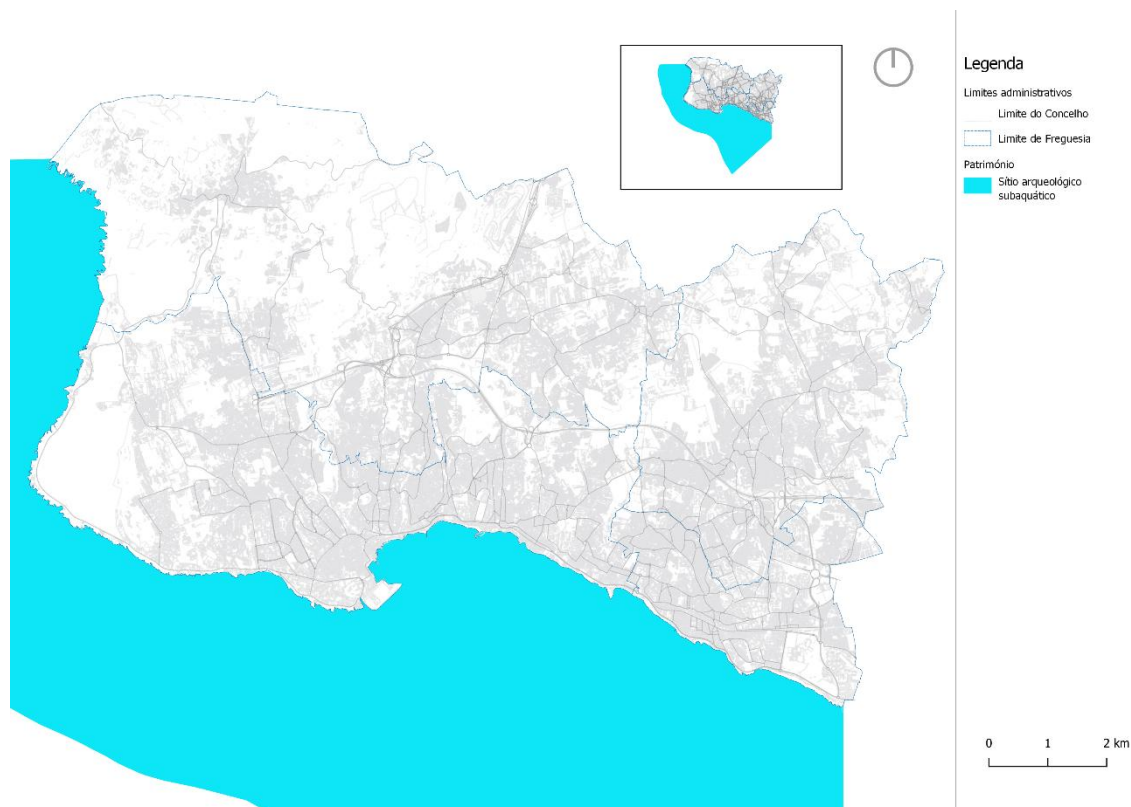


Figura 77 - Sítio arqueológico subaquático

Fonte: GeoCascais

Intervenções de Preservação do Património Cultural

No período em análise foram realizadas algumas intervenções que permitiram não apenas o estudo aprofundado destes vestígios, mas também a sua conservação e valorização, contribuindo para o conhecimento histórico da região e para a preservação do património cultural, destacando-se:

- a intervenção na Villa Romana de Freiria, considerada uma das mais importantes do território. Esta ação, promovida pela Câmara Municipal de Cascais, incluiu trabalhos de conservação, valorização e musealização do sítio arqueológico. Foram realizadas campanhas de escavação de estruturas como o celeiro monumental, o peristilo da casa senhorial (domus) e os complexos termas. Paralelamente, foram instalados passadiços e sinalética interpretativa, possibilitando a visita pública e contribuindo para a educação patrimonial e o turismo cultural. Este projeto integrou-se no esforço de reabilitação do património arqueológico promovido no âmbito do programa Lisboa 2020. Em 2019, iniciaram-se os trabalhos de conservação e restauro do mosaico da domus, com o objetivo de estabilizar o pavimento, conter os processos ativos de degradação e restabelecer condições adequadas de conservação, tendo em vista a futura musealização deste espaço.
- As áreas correspondentes às villae romanas de Miroiços e do Alto do Cidreira, localizadas na freguesia de Alcabideche, encontram-se sob regimes de proteção

patrimonial devido à presença de vestígios arqueológicos relevantes associados à ocupação romana. No entanto, o processo de urbanização e expansão do tecido edificado nestas zonas tem dado origem, ao longo das últimas décadas, a situações de conflito entre a salvaguarda do património arqueológico e a ocupação do solo para fins residenciais e infraestruturais;

- em 2019, a intervenção nas cetárias romanas da Rua Marques Leal Pancada permite concretizar o projeto de musealização para este sítio arqueológico, expondo ao público o único tanque visível do complexo fabril identificado neste local.
- Entre 2009 e 2025, destacam-se diversas campanhas de prospeção subaquática que contribuíram significativamente para o conhecimento e valorização do património marítimo. Em 2009, foi realizada a arqueografia no sítio do Termophylae. Ao longo dos anos, estas campanhas permitiram a descoberta de vários canhões, âncoras e outros artefactos dispersos ao longo da costa, bem como a identificação de vários naufrágios relevantes. Entre os naufrágios identificados, destacam-se o Patrão Lopes, datado do século XX; a Nau da Índia, do século XVII; o naufrágio ao largo da Parede, possivelmente datado do final do século XVIII ou início do século XIX; e o naufrágio de Carcavelos, do século XIX. Paralelamente, foram recuperados vários artefactos que se encontravam em risco de desaparecimento, nomeadamente um canhão do século XVII e outro do século XIX. Anualmente, é também realizada a monitorização de diversos locais de naufrágio, com o objetivo de assegurar a sua gestão, proteção e valorização. Estas ações são desenvolvidas
- A Gruta do Poço Velho, localizada no centro de Cascais, foi alvo de uma intervenção de requalificação que culminou na sua reabertura ao público em 2022, após décadas encerrada. As obras incluíram a instalação de passadiços, iluminação LED e sinalética interpretativa, permitindo visitas regulares aos fins de semana e feriados.
- Em 2024 arrancou o Projeto de Recuperação e Valorização da Necrópole Pré-histórica e Casal das Grutas de Alapraia, situadas no Estoril, visando a recuperação das grutas artificiais pré-históricas e do edifício do "Casal das Grutas", com o objetivo de criar um centro interpretativo que conjugasse as vertentes arqueológica e etnográfica.

Património Arquitetónico

O património arquitetónico compreende os imóveis que não se encontram classificados ou em vias de classificação, mas que possuem um assinalável valor histórico e arquitetónico no contexto municipal.

No património arquitetónico, encontra-se a expressão artística e técnica das sucessivas gerações, materializada em edifícios públicos e privados, pontes, fontes, parques, jardins e quintas históricas, entre outros. A arquitetura do concelho é espelho das tendências,

recursos e necessidades de cada época, constituindo-se como referência estética e funcional.

O património arquitetónico existente no concelho de Cascais reflete diferentes períodos e influências, abrangendo várias tipologias: Arquitetura de veraneio - chalés, palacetes e a designada “casa portuguesa”; Arquitetura modernista e moderna; Jardins, Parques e Quintas históricas, associadas à produção do vinho de Carcavelos e à ocupação agrícola; Arquitetura militar - costeiras integradas no sistema defensivo da barra do Tejo; Arquitetura religiosa - Igrejas e capelas com importantes conjuntos decorativos, incluindo azulejaria e pintura quinhentista e Arquitetura popular - habitações, moinhos, tanques e aquedutos e outros elementos com valor patrimonial que refletem a matriz rural e salaia do território.

Património classificado e em vias de classificação

Entende-se por património classificado ou em vias de classificação os bens culturais, cuja proteção e valorização, total ou parcial, representam um valor cultural inestimável, seja a nível nacional, público ou municipal, sendo a classificação uma das formas legais de proteção destes bens.

O concelho de Cascais possuía, em 2023: 46 Imóveis de Interesse Público, 21 Imóveis de Interesse Municipal e 9 imóveis em vias de classificação. Paralelamente estão em fase de instrução preliminar 6 processos para eventual classificação de imóveis no concelho, refletindo a aposta na salvaguarda, valorização e preservação do património edificado.

Elementos singulares de interesse relevante e arte pública

Os elementos singulares de interesse relevante revestem-se de carácter geralmente vernacular ou etnográfico e caracterizam-se pela sua grande dispersão no território, sendo uma parte integrante das paisagens culturais, tanto rurais como urbanas, contribuindo para a valorização dos espaços públicos.

Esta categoria patrimonial integra: pontes, chafarizes e fontes, depósitos, lavadouros, poços, tanques, aquedutos e minas de água, painéis, placas e marcos, cruzeiros, eiras, fornos, muros, portais e portões, entre outros.

Por outro lado, a arte pública abrange todas as obras artísticas inseridas no espaço público que refletem as correntes estéticas e culturais predominantes num determinado local ou período histórico. Inclui, esculturas, temáticas, figurativas ou abstratas, peças de estatuária e monumentos comemorativos dedicados a personalidades, acontecimentos históricos ou instituições que marcaram a história do concelho de Cascais.

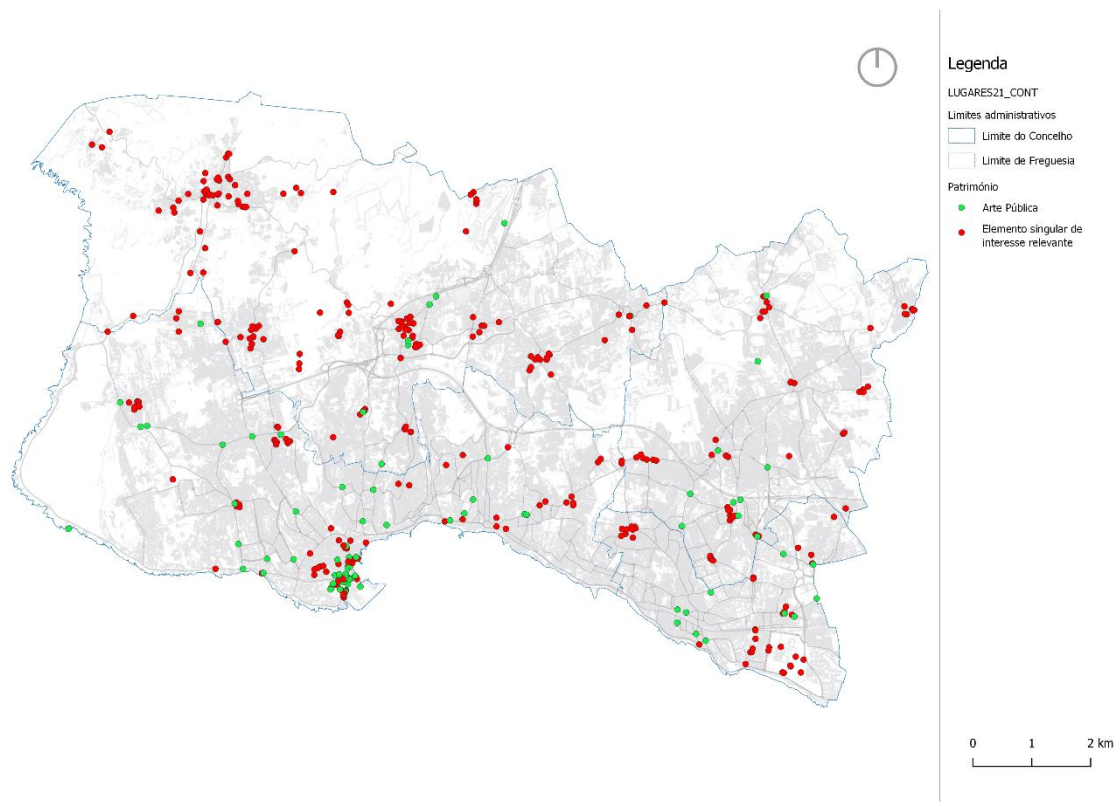


Figura 78 - Elementos singulares de interesse relevante e arte pública

Fonte: GeoCascais

Núcleo urbano de valor patrimonial

Os núcleos urbanos com valor patrimonial em Cascais representam áreas de interesse histórico, cultural e arquitetónico. O centro histórico de Cascais destaca-se pela preservação do traçado urbano tradicional, com ruas estreitas e edifícios que remontam aos séculos XV e XVI. Em Carcavelos e Parede, o património edificado inclui quintas históricas, exemplares da arquitetura de veraneio do século XIX, bem como vários elementos e edifícios que remetem para a arquitetura popular. No Estoril, a presença de hotéis históricos, casinos e residências de prestígio reflete o desenvolvimento turístico da região ao longo do século XX. Estes núcleos são testemunhos da evolução do território e representam um importante ativo na valorização cultural do concelho.

No interior do concelho existem outros núcleos históricos, cuja relevância importa reequacionar, quer pela sua diminuta dimensão, quer pelo respetivo estado de conservação. Há exemplos significativos a preservar, mas muitos já não se constituem como núcleos históricos propriamente ditos.

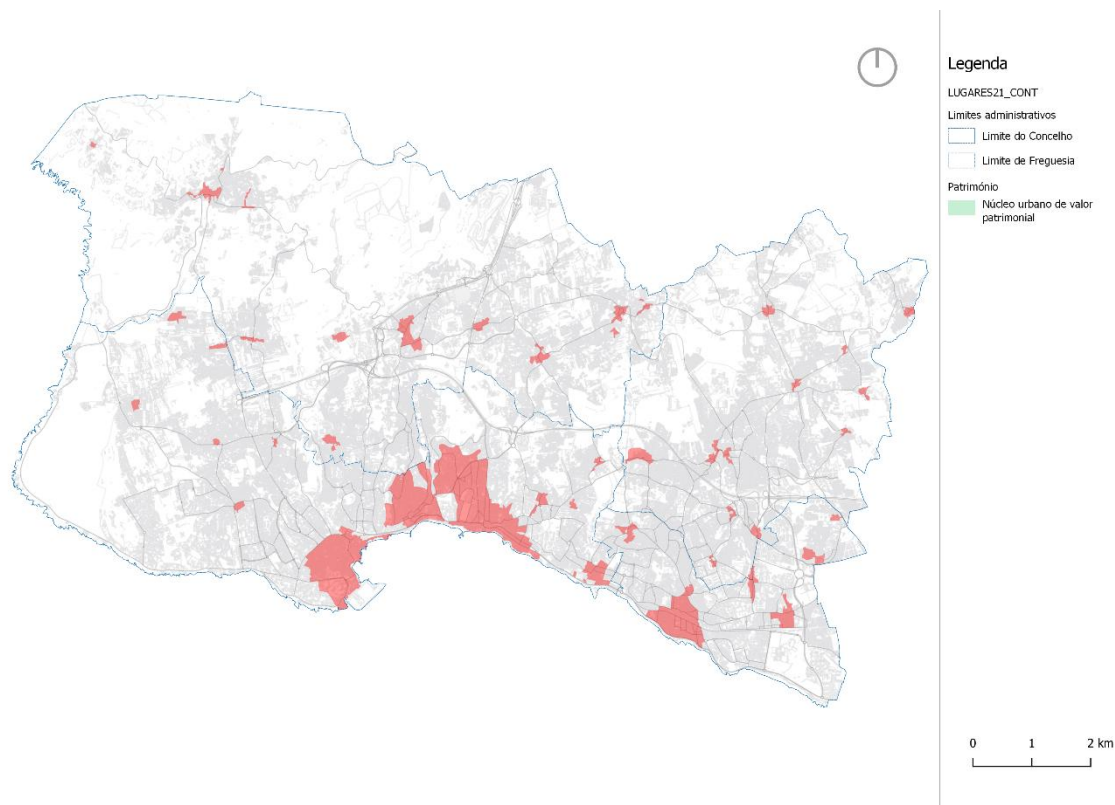


Figura 79 - Núcleos Urbanos de Valor Patrimonial

Fonte: GeoCascais

Património Paisagístico

Por fim, o património paisagístico integra o conjunto de espaços naturais e humanizados, como parques, hortas, montes, bosques e áreas agrícolas, ou mesmo as amplas paisagens que se vislumbram da serra de Sintra ou da Av. Marginal, que desenham o carácter visual e ambiental do concelho. Estes espaços promovem o bem-estar, o lazer e a sustentabilidade, sendo fundamentais para a qualidade de vida dos habitantes.

4.1.6. TURISMO

O turismo representa uma das principais atividades económicas do concelho de Cascais, exercendo uma influência direta sobre o uso e organização do território. A análise dos dados relativos ao alojamento turístico entre 2016 e 2023 evidencia a importância crescente deste setor, com destaque para a oferta hoteleira e a capacidade de alojamento.

Ao longo do período em análise, a capacidade total dos alojamentos turísticos registou uma tendência maioritariamente crescente, interrompida apenas pela quebra em 2020, associada ao impacto da pandemia de COVID-19. A recuperação do setor tornou-se evidente a partir de 2021, com os dados de 2022 e 2023 a retomarem e, em alguns casos, a superarem os valores pré-pandemia. A oferta é dominada pelos estabelecimentos hoteleiros, em particular os hotéis, cuja maioria dispõe de classificação de 4 e 5 estrelas. Estes representam uma

componente fundamental na atratividade do concelho, refletindo o posicionamento de Cascais como destino de qualidade.

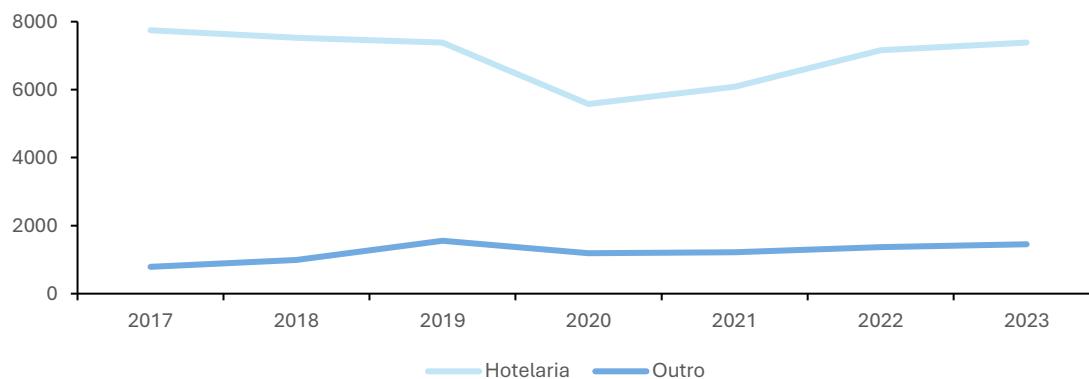


Figura 80 – Capacidade e tipo de alojamento, no concelho

Fonte: INE

A distribuição dos estabelecimentos evidencia uma predominância do alojamento local²² (57%) face à hotelaria (41%), o que traduz uma diversificação da oferta e o surgimento de novas dinâmicas urbanas, com impactos diretos na densificação de zonas residenciais e na pressão sobre serviços e infraestruturas.

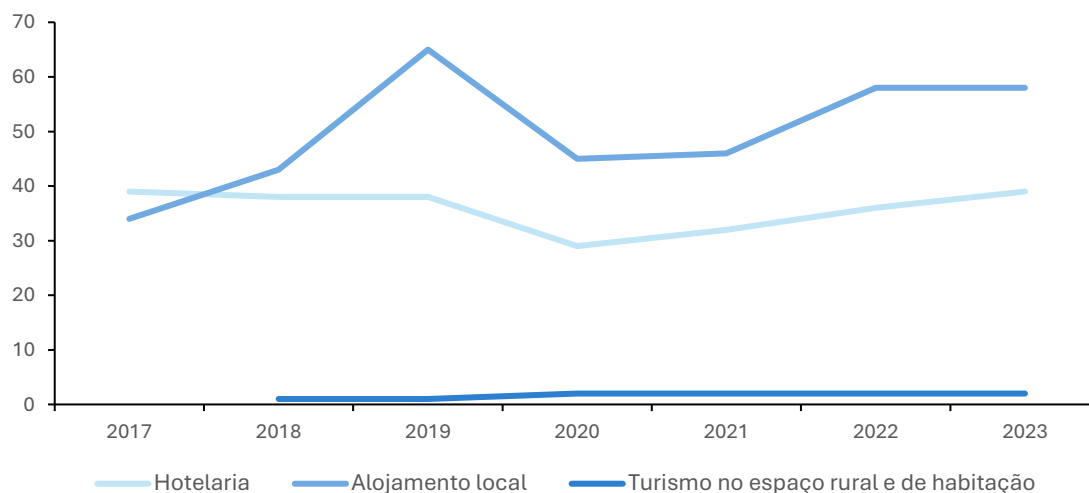


Figura 81 – Nº e tipo de alojamento, no concelho

Fonte: INE

A estada média, apesar de apresentar uma tendência decrescente, continua a ser um indicador relevante de permanência e consumo no território, sendo os hotéis-apartamento os que registam os valores mais elevados.

²² Alojamento local com 10 ou mais camas

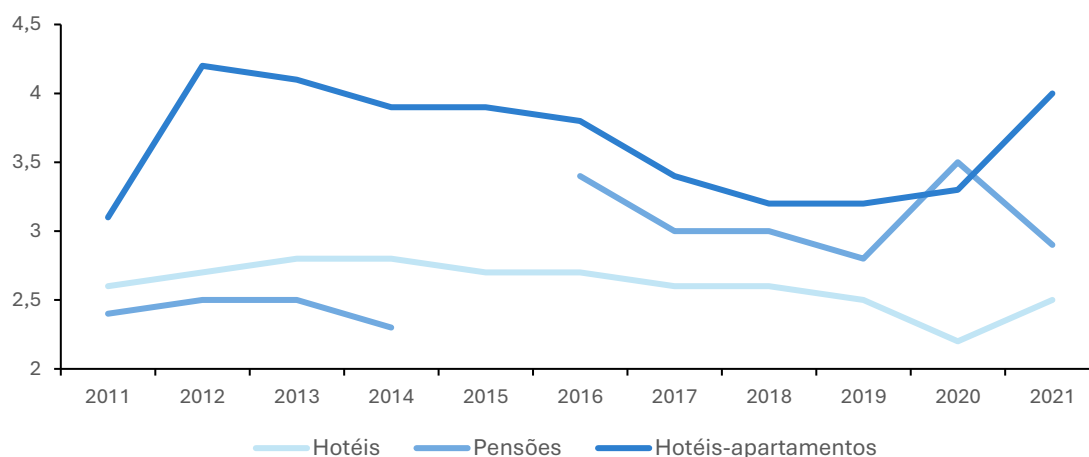


Figura 82 – Estada média nos estabelecimentos hoteleiros, por tipo, no concelho

Fonte: INE

O número de dormidas confirma a forte vocação internacional do turismo em Cascais: 77% correspondem a hóspedes estrangeiros, com destaque para o Reino Unido, Espanha, França e Alemanha. Esta procura tem reflexo direto nos proveitos turísticos, os quais atingiram em 2023 os valores mais elevados do período analisado. As unidades hoteleiras representam 95% dos proveitos totais, sendo os hotéis de cinco estrelas responsáveis por grande parte da receita gerada.

No que concerne aos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico, conforme o gráfico abaixo representado o demonstra, entre 2017 e 2019 constata-se um incremento gradual do valor das receitas, que se vê abruptamente reduzido no ano de 2020 pela razão já exposta, assinalando-se entre 2021 e 2023 uma tendência de crescimento expressiva, que, entretanto, se atenua.

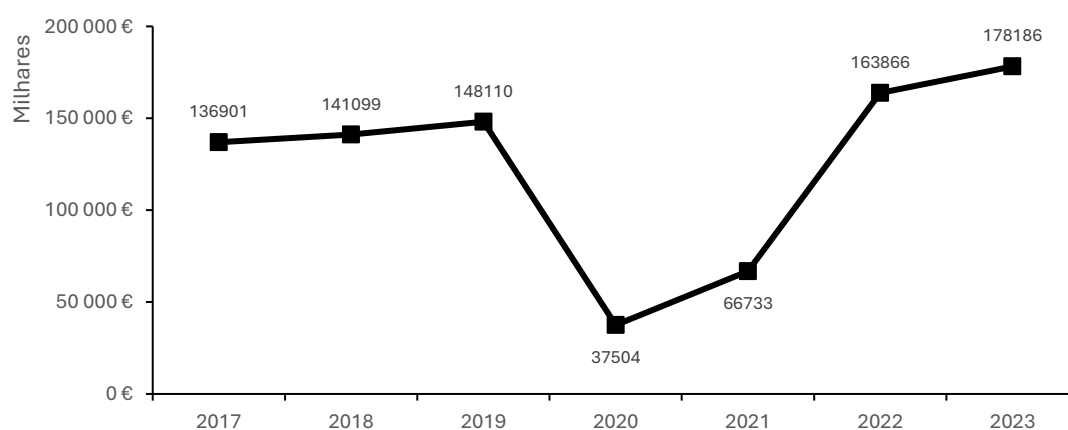


Figura 83 – Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico, do concelho

Fonte: INE

4.2. TECIDO EMPRESARIAL

4.2.1. EMPRESAS

A análise da estrutura empresarial do concelho de Cascais permite identificar dinâmicas relevantes para o ordenamento do território, nomeadamente no que respeita à criação de emprego, à diversificação económica e à capacidade de atrair e manter atividades produtivas. Entre 2011 e 2022, o concelho registou uma tendência global de crescimento no número de empresas sediadas, com o valor máximo a ser alcançado em 2022. Esta evolução traduz um ambiente económico dinâmico, com potencial para reforçar a base económica local e promover a coesão territorial.

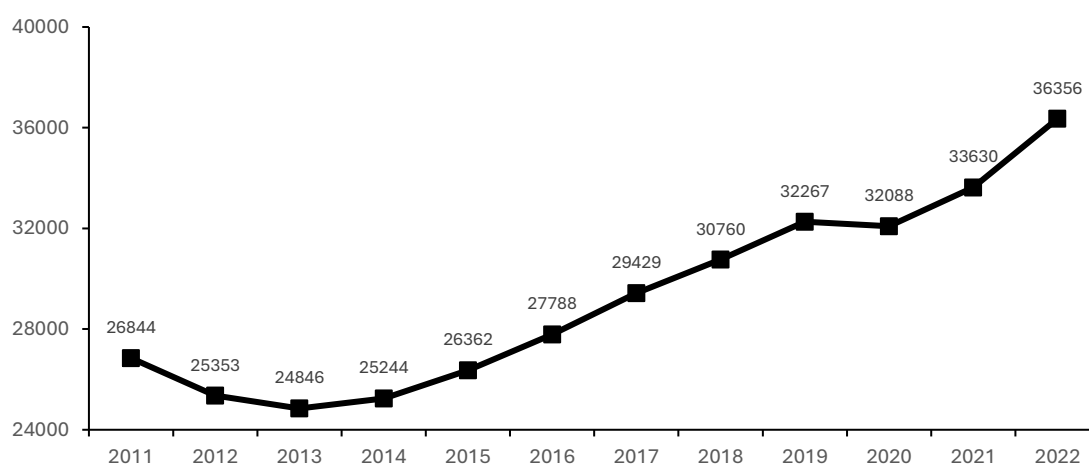
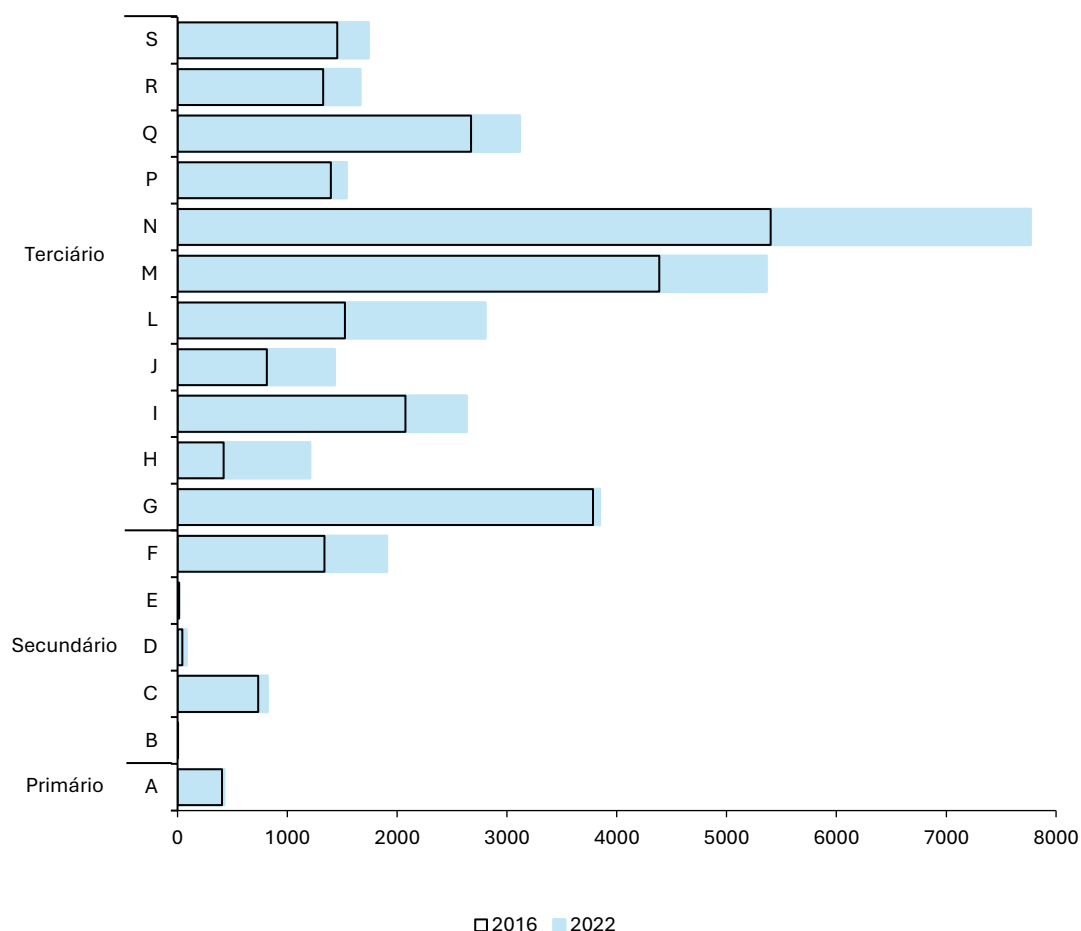


Figura 84 – Nº total de empresas no concelho - com exceção das empresas classificadas no CAE, nas secções K (Atividades Financeiras e de Seguros) e secção O (Administração Pública e Defesa)

Fonte: INE

A estrutura empresarial local é fortemente dominada por microempresas, que representam a esmagadora maioria das unidades produtivas do concelho. As pequenas e médias empresas registaram um crescimento mais moderado e continuam a ter um peso reduzido, enquanto as grandes empresas mantêm uma expressão residual, embora se tenha vindo a observar um ligeiro aumento. Esta configuração limita, em certa medida, o potencial de criação de emprego qualificado e de investimento em inovação de larga escala, tornando o tecido empresarial mais vulnerável a ciclos económicos adversos.

O setor terciário representa mais de 90% das empresas existentes no concelho, com destaque para as atividades de apoio administrativo (21%) e consultoria científica e técnica (15%). Esta concentração acentua a especialização em serviços e reforça a dependência de setores mais sensíveis à conjuntura económica e às variações da procura externa. O setor secundário representa apenas 8% do total de empresas, e o primário menos de 1%, confirmando a tendência de terciarização da economia local e o progressivo afastamento de atividades industriais ou produtivas de base.



- A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
 B - Indústrias extrativas
 C - Indústrias transformadoras
 D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
 E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
 F - Construção
 G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
 H - Transportes e armazenagem
 I - Alojamento, restauração e similares
 J - Atividades de informação e de comunicação
 L - Atividades imobiliárias
 M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
 N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio
 P - Educação
 Q - Atividades de saúde humana e apoio social
 R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
 S - Outras atividades de serviços

Figura 85 – Nº de no concelho - com exceção das empresas classificadas no CAE, nas secções K (Atividades Financeiras e de Seguros) e secção O (Administração Pública e Defesa)

Fonte: INE

A análise da dinâmica empresarial revela ainda um aumento expressivo no nascimento de novas empresas no período em análise, o que pode indicar uma renovação da base económica e um ambiente favorável ao empreendedorismo.

Contudo, observa-se também uma proporção significativa de encerramento de empresas, sobretudo nos setores das atividades administrativas e dos serviços de apoio, o que revela vulnerabilidades estruturais e possíveis constrangimentos à consolidação sustentável dos negócios a médio e longo prazo.

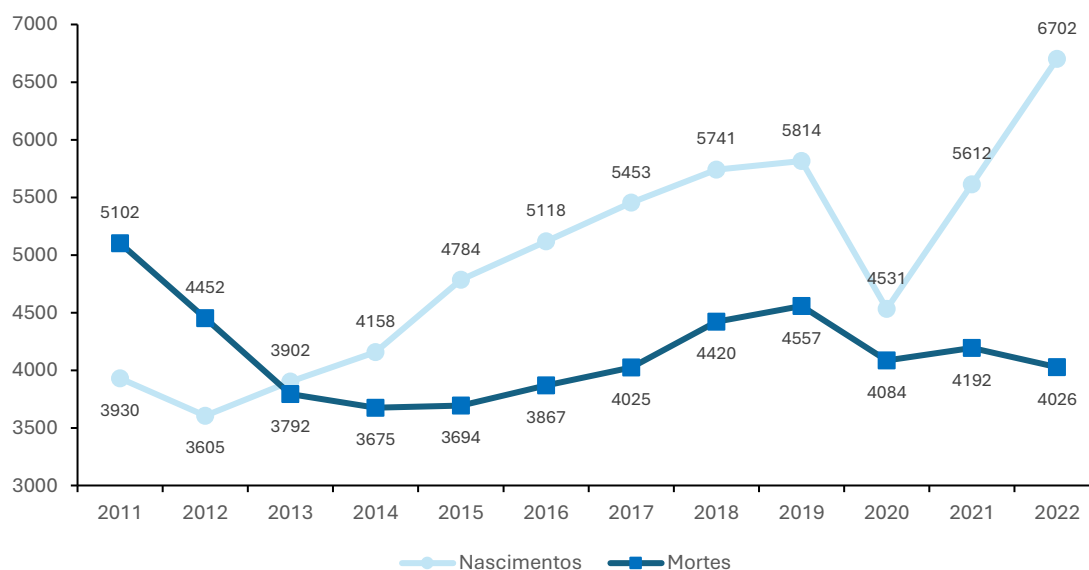


Figura 86 – Nascimentos e morte de empresas (total), no concelho

Fonte: INE

Por fim, o volume de negócios das empresas sediadas em Cascais apresenta uma trajetória ascendente, atingindo o ponto mais elevado em 2022. As atividades ligadas ao comércio e aos transportes e armazenagem destacam-se como principais motores económicos do concelho, representando, em conjunto, mais de metade do volume total de negócios.

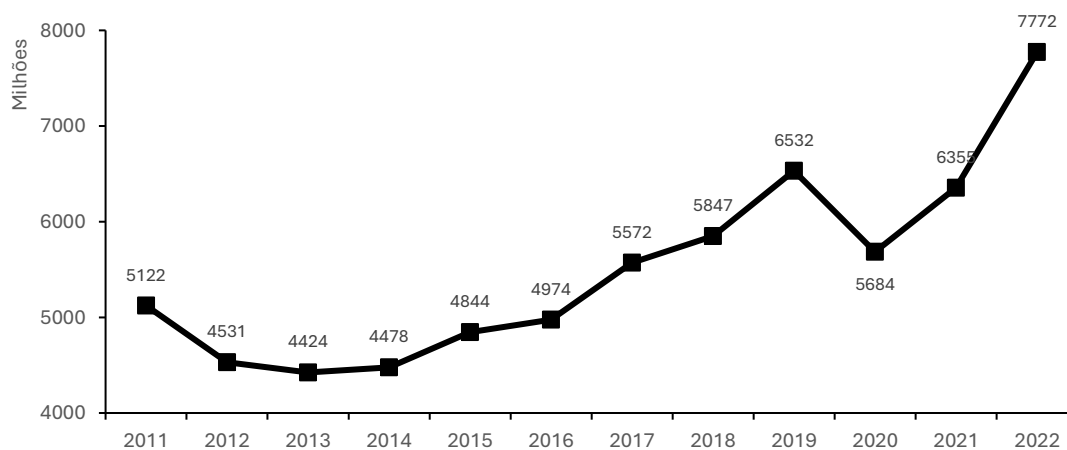


Figura 87 – Volume de negócios (€) das empresas (total), no concelho

Fonte: INE

Estes indicadores sublinham a necessidade de promover políticas de desenvolvimento económico local que estimulem a diversificação setorial, a retenção de empresas com elevado potencial de inovação e emprego qualificado, e a integração entre os instrumentos de ordenamento do território e o planeamento económico.

A atração de investimento produtivo, o reforço das redes empresariais locais e o apoio à continuidade das micro e pequenas empresas são fundamentais para garantir um tecido económico mais resiliente, competitivo e territorialmente equilibrado.

Empreendedorismo

A importância da promoção do empreendedorismo no concelho, como motor do desenvolvimento económico e social local, foi claramente reconhecida pela governança municipal, que estabeleceu uma estrutura institucional dedicada e implementou políticas específicas orientadas para esse objetivo.

A DNA Cascais é uma associação sem fins lucrativos, constituída pelo Município de Cascais, pela EMAC- Empresa de Ambiente de Cascais, E.M. e pela DTCE- Desenvolvimento Turístico da Costa do Estoril, E.M, que se dedica à promoção do empreendedorismo no concelho. Nos últimos 15 anos, apoiou a constituição de 455 novas empresas, representando 2406 postos de trabalho e um investimento total de 73,9 milhões de euros.

Entre 2020 e 2023, foram criadas pelo menos 77 empresas com o apoio da DNA Cascais, o que originou 541 postos de trabalho e representou um investimento global no universo empresas DNA Cascais de 8,8 milhões de euros.

Tabela 19 – Empresas e postos de trabalho criados com o apoio da DNA Cascais

	Até 2020	Até 2021	Até 2022	Até 2023
Contactos presenciais com empreendedores	3730	3825	4099	*
Empresas criadas com o apoio da DNA Cascais	378	387	424	455
Postos de trabalho no concelho	1865	1986	2155	2406
Investimento global no universo empresas DNA Cascais (milhões €)	65,1	66,8	69,1	73,9

* Sem informação

Fonte: DNA Cascais (<https://www.dnacascais.pt/sobre-a-dna-cascais/>)

O Ninho de Empresas DNA Cascais, localizado em Alcabideche, acolhe atualmente 30 empresas em incubação física e 38 em incubação virtual, abrangendo diversas áreas de atividade e promovendo o desenvolvimento de novos negócios.

Por sua vez, o programa DNA Cascais Escolas Empreendedoras, já envolveu mais de 55000 alunos, 357 professores e 50 escolas no concelho.

A entidade gere ainda seis Centros Urbanos Comerciais, dinamizando o comércio local, e administra 13 cafetarias e quiosques municipais, bem como os espaços de restauração e comércio do Mercado da Vila.

Um outro projeto da DNA Cascais merecedor de relevo trata-se do Concurso DNA Cascais Ideias e Negócios (CINC), que visa captar ideias inovadoras e facilitar o acesso a fontes de financiamento. A parceria com a Portugal Ventures e a certificação como Entidade Prestadora de Apoio Técnico (PAECPE) do IEFP reforçam a credibilidade e alcance das suas ações.

A Câmara Municipal de Cascais, através do seu projeto Cidade das Profissões, tem trabalhado em parceria com a DNA na prestação de serviços de orientação individual para empreendedores, os quais incluem, designadamente, o apoio na elaboração de planos de negócios e mitigação de riscos no desenvolvimento da atividade empresarial.

Apesar dos avanços que se têm verificado ao longo dos anos, o ecossistema empreendedor de Cascais enfrenta desafios estruturais que se reconduzem essencialmente ao elevado custo de vida concelhio, motivado principalmente pelos custos relacionados com o setor imobiliário, que colocam entraves à fixação de jovens e sustentabilidade dos negócios e com a evidente dependência do concelho do setor terciário.

4.2.2. EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

O ensino superior, a ciência e a inovação constituem vetores estruturantes do desenvolvimento territorial, influenciando de forma direta a competitividade económica e a capacidade de resposta do concelho aos desafios emergentes. São instrumentos essenciais para a modernização das infraestruturas, a diversificação da base económica e a integração de soluções tecnológicas avançadas nos serviços públicos e privados.

O sistema local de conhecimento estrutura-se a partir de um conjunto instituições de ensino superior, centros de investigação, unidades laboratoriais, incubadoras empresariais e espaços de experimentação tecnológica, que reforçam a articulação entre formação avançada, produção científica e inovação empresarial.

Entre 2016 e 2023, Cascais registou uma tendência de crescimento no número de investigadores em Equivalente a Tempo Integral (ETI), embora com valores ainda inferiores aos dos principais polos científico-tecnológicos da AML. Em 2016, o concelho apresentava o menor número de ETI entre Cascais, Sintra e Oeiras; contudo, a partir de 2018 ultrapassou Sintra, mantendo desde então uma ligeira vantagem relativa. Apesar desta evolução positiva, a distância face a Oeiras permanece significativa: em 2023, o número de ETI de Cascais correspondia a cerca de um sétimo do registado naquele município, que concentra a maioria das instituições e laboratórios de investigação de referência da região.

Em termos médios, ao longo do período analisado, Cascais representou cerca de 1,3% do total de ETI da Área Metropolitana de Lisboa, Sintra cerca de 1,0% e Oeiras aproximadamente 9,8%, evidenciando a diferenciação funcional entre os três territórios e o papel emergente, mas ainda não consolidado, do concelho de Cascais no sistema metropolitano de ciência e inovação.

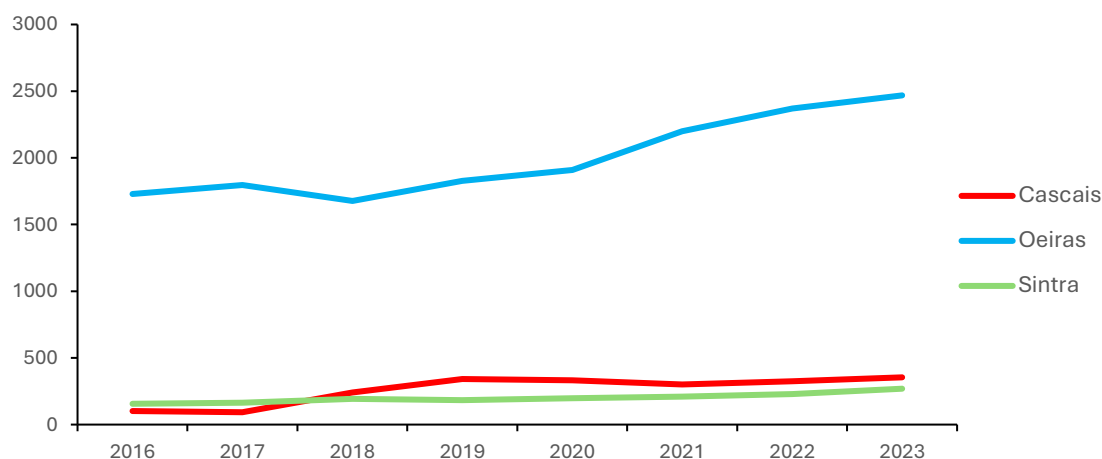


Figura 88 – Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) (N.º) nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento

Fonte: INE

Quando se considera o número de ETI por mil habitantes, verifica-se que Cascais apresenta valores ligeiramente superiores aos de Sintra, mas fica significativamente aquém de Oeiras, cuja menor dimensão populacional, aliada a uma forte concentração de unidades de I&D, acentua ainda mais a sua posição de destaque nesta métrica relativa.

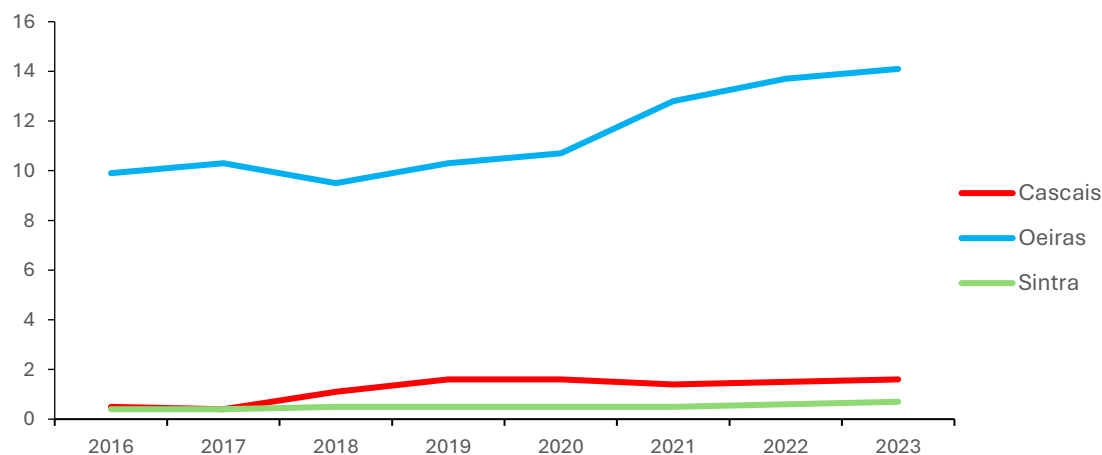


Figura 89 – Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) por 1000 habitantes (N.º) nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento

Fonte: INE

Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D)

Em Cascais, a distribuição da despesa em I&D revela uma predominância do setor empresarial (aproximadamente 70%), seguindo-se o ensino superior (28%) e, de forma residual, instituições privadas sem fins lucrativos (2%). No que se refere à despesa em investigação e desenvolvimento (I&D), o concelho de Oeiras volta a destacar-se de forma expressiva, enquanto Cascais e Sintra registam valores bastante próximos entre si.

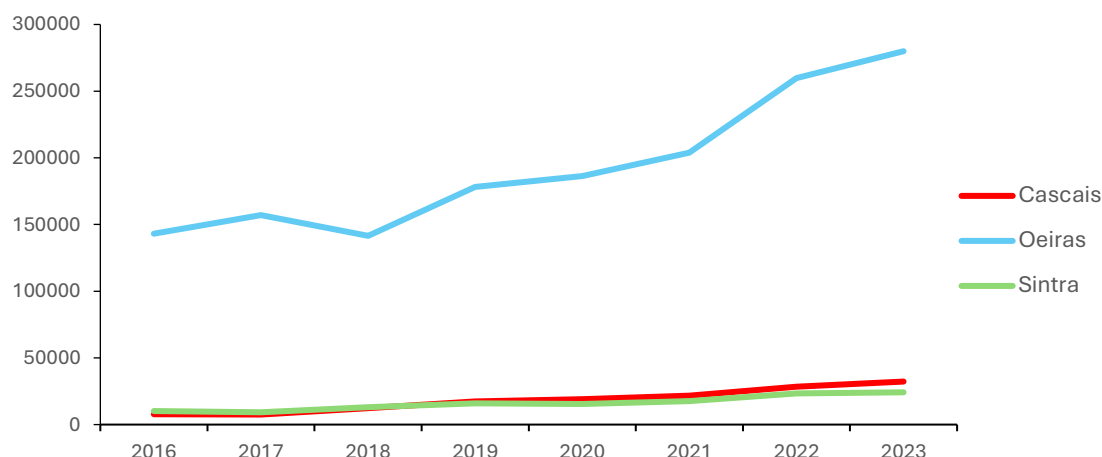


Figura 90 – Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento

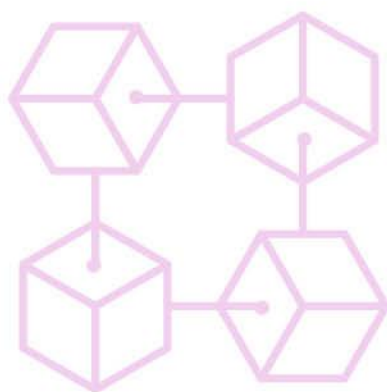
Fonte: INE

Estes indicadores revelam diferenças estruturais nos modelos de desenvolvimento local. Oeiras afirma-se como um polo de excelência na área da investigação e inovação, com um forte investimento público e privado em ciência e tecnologia, Cascais tem privilegiado uma estratégia orientada para o setor do turismo e cultura, enquanto Sintra evidencia um perfil mais industrial, com menor expressão na área da I&D.

Não obstante, esta diversidade reflete, ainda, distintas orientações no ordenamento do território, com implicações diretas nas políticas de especialização económica e de captação de investimento. Torna-se, por conseguinte, de crucial importância reforçar a criação de condições de atratividade capazes de suscitar o interesse dos grandes grupos empresariais internacionais, na medida em que são estes que dispõem de maiores recursos financeiros para investir na área da I&D.

5.

Sistema Urbano



	Indicador	Relatório	Ficha
Uso e ocupação de solo	COS 2018 e 2023 - território artificializado	X	5.1.0.1
	Densidade habitacional	X	5.1.0.2
	Operações urbanísticas	X	5.1.1.1
	Licenças de construção		
	Alvarás emitidos	X	5.1.1.2
	Área objeto de operações de loteamento	X	
	Lotes (provenientes de alvarás)	X	
	Cedências	X	
	AUGI's	X	5.1.1.3
	Áreas de reabilitação urbana	X	5.1.1.4
	Certidões emitidas em Área de reabilitação urbana	X	5.1.1.5
	Avaliações do estado de conservação		5.1.1.6
	Incentivos fiscais	X	5.1.1.7
	Receitas urbanísticas	X	5.1.1.8
Edificado	Edifícios	X	5.2.1.1
	Taxa de variação dos alojamentos	X	5.2.1.2
	Alojamentos familiares clássicos	X	5.2.1.3
	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação		
	Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por tipo de contrato de arrendamento		
	Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por tipologia do fogo	X	5.2.1.4
	Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares por tipologia do fogo	X	5.2.1.5
	Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	X	5.2.1.6
	Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares	X	5.2.1.7
	Valor mediano de avaliação bancária		
	Habitação municipal	X	5.2.1.8
	Legitimidade: classificação energética e de qualidade do ar interior	X	5.2.1.9
Ambiente urbano	Áreas verdes públicas	X	5.3.1.1
	Capitação de áreas verdes		
	Nº Total de Árvores	X	5.3.1.2
	Hortas comunitárias	X	5.3.2.1
	Qualidade do Ar	X	5.3.4.1
	Concentração de NO2 (dióxido de azoto)		
	Concentração de partículas em suspensão (PM 10)		
	Concentração de O3 (ozono)		
Equipamentos de utilidade pública	Estabelecimentos de ensino	X	5.4.1.1
	Unidades de saúde	X	5.4.2.1
	Equipamentos sociais	X	5.4.3.1
	Instalações desportivas	X	5.4.4.1
	Equipamentos culturais	X	5.4.5.1
	Equipamentos da administração local e central	X	5.4.6.1
	Forças de segurança	X	5.4.6.2
	Quarteis de bombeiros		

Redes de Infraestruturas Territoriais e Urbanas	Percentagem de população com acesso sustentável a uma fonte alternativa de água potável	X	5.5.1.1
	Consumo doméstico de água por habitante		
	Perdas Reais	X	5.5.1.2
	Águas residuais drenadas e tratadas	X	5.5.1.3
	Reutilização de águas residuais tratadas	X	5.5.1.4
	Comprimento dos coletores	X	5.5.1.5
	Coletores da rede principal renovados		
	Rede e Iluminação Pública	X	5.5.2.1
	Consumo de energia elétrica	X	5.5.2.2
	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante	X	5.5.2.3
	Rede de Gás	X	5.5.3.1
	Recipientes de recolha de resíduos	X	5.5.4.1
	Quantidade total de resíduos recebidos pela Tratolixo		
	Resíduos Urbanos Indiferenciados (provenientes da recolha indiferenciada de resíduos urbanos) face ao total de resíduos recebidos	X	5.5.4.2
	Composição física média dos resíduos urbanos provenientes da recolha indiferenciada		
	Valorização e destino final dos resíduos	X	5.5.4.3
	Rede pedonal	X	5.5.5.1
	Rede de recreio	X	5.5.5.2
	Rede ciclável	X	5.5.5.3
	Estações de bike sharing	X	5.5.5.4
	Rede viária	X	5.5.6.1
	Estacionamento de superfície		
	Lugares tarifados		
	Estacionamentos na área de influência de interface	X	5.5.6.2
	Oferta de lugares em parques		
	Parques na área de influência de interface		
	Média dos consumos por carregamento		
	Média de carregamentos por utilizador	X	5.5.6.3
	Tomadas, por 100 km de rodovias, 100 mil hab. e tipo de carregamento		
	Acidentes de viação com vítimas	X	5.5.6.4
	Tráfego aéreo	X	5.5.8.1
	Tráfego aéreo de passageiros		
Mobilidade e Transportes	Movimentos pendulares	X	5.6.0.1
	Duração dos movimentos pendulares	X	5.6.0.2
	Repartição modal	X	5.6.0.3
	Tráfego médio diário anual (TMDA)	X	5.6.0.4
	Circulações de autocarros		
	Veículos, por tipologia, lotação e piso	X	5.6.0.1
	Nº de carreiras		
	Circulação média diária de carreiras	X	5.6.1.2
	Extensão das linhas de carreiras		
	Distância média entre paragens		
	Nº de passageiros	X	5.6.1.3
	Praças de táxis e nº de lugares	X	5.6.1.4
C. Digital	Antenas, por operador	X	5.7.1.1
	Acessos à Internet em banda larga em local fixo	X	5.7.1.2

5.1. USO E OCUPAÇÃO DE SOLO

A ocupação do solo constitui um indicador central para a compreensão da dinâmica urbana e da transformação do território, refletindo os processos de urbanização, densificação e reconfiguração dos usos do solo. A sua análise permite avaliar a evolução do modelo territorial do concelho, bem como os impactes associados à expansão urbana e à consolidação do tecido edificado.

A Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) é uma cartografia de uso do solo que representa uma visão estrutural do território. Classifica o território português de acordo com os usos e coberturas do solo observados, permitindo acompanhar, nomeadamente, a evolução da ocupação e a intensificação da artificialização do solo.

Para efeitos do REOT, apesar de o período em observação iniciar em 2016, esta análise baseia-se apenas nas COS2018 e COS2023, porque são aquelas que asseguram a consistência espacial e temática entre si, uma vez que a nomenclatura, a designação de classes, a densificação de algumas definições e até os níveis de desagregação da COS foram reformulados para a produção da COS2018 e seguintes, as quais não devem ser comparadas com as versões quinquenais anteriores (COS1995, COS2007, COS2010 e COS2015), que estão em processo de harmonização com a nova nomenclatura.

Para a análise, consideraram-se as áreas integradas na classe de “Solo Artificializado²³”, das COS2018 e COS2023, num total de 28 tipologias, e, compararam-se e avaliaram-se, urbanística e sociologicamente, os respetivos valores e variações.

A síntese analítica comparada entre os Territórios Artificializados das COS2018 e COS2023, foi traduzida no seguinte quadro:

²³ Superfície de território destinada a atividades de intervenção humana. Esta classe inclui áreas edificadas residenciais, áreas edificadas de atividades económicas, equipamentos, infraestruturas, transportes, áreas de exploração de recursos geológicos e espaços verdes (Território, 2025)

Tabela 20 – Tipos de território artificializado no concelho de Cascais

	COS 2018		COS 2023		Taxa de variação
	ha	%	ha	%	
Áreas edificadas residenciais	3877	73,2%	3920	73,2%	1,1%
Áreas edificadas residenciais contínuas predominantemente verticais	464	8,8%	466	8,7%	0,4%
Áreas edificadas residenciais contínuas predominantemente horizontais	983	18,6%	1009	18,9%	2,7%
Áreas edificadas residenciais descontínuas	2124	40,1%	2161	40,4%	1,8%
Áreas edificadas residenciais descontínuas esparsas	306	5,8%	283	5,3%	-7,5%
Áreas edificadas de atividades económicas	319	6,0%	329	6,2%	3,3%
Indústria e logística	242	4,6%	242	4,5%	0,4%
Comércio e serviços	67	1,3%	77	1,4%	14,4%
Instalações agrícolas e pecuárias	10	0,2%	10	0,2%	-
Equipamentos	555	10,5%	569	10,6%	2,5%
Equipamentos culturais	3	0,1%	3	0,1%	-
Equipamentos desportivos	127	2,4%	127	2,4%	-
Equipamentos de lazer	7	0,1%	7	0,1%	-
Campos de golfe	169	3,2%	169	3,2%	-0,1%
Parques de campismo e de caravanismo	11	0,2%	11	0,2%	-
Cemitérios	20	0,4%	20	0,4%	-
Outros equipamentos e instalações turísticas	218	4,1%	232	4,3%	6,4%
Infraestruturas	54	1,0%	54	1,0%	-
Infraestruturas de produção de energia solar	13	0,2%	13	0,2%	-
Subestações e postos de transformação de energia	6	0,1%	6	0,1%	-
Infraestruturas de captação e tratamento de águas para consumo	1	0,0%	1	0,0%	-
Aterros	22	0,4%	22	0,4%	-
Outras infraestruturas de resíduos	12	0,2%	12	0,2%	-
Transportes	294	5,6%	295	5,5%	0,2%
Rede rodoviária	195	3,7%	196	3,7%	0,6%
Rede ferroviária	16	0,3%	16	0,3%	-
Marinas e docas pesca	18	0,3%	18	0,3%	-
Aeródromos	45	0,9%	45	0,8%	-
Áreas de estacionamento	20	0,4%	19	0,4%	-3,2%
Áreas de exploração de recursos geológicos	37	0,7%	37	0,7%	-
Pedreiras	37	0,7%	37	0,7%	-
Vazios sem construção e áreas em construção	103	2,0%	90	1,7%	-13%
Vazios sem construção	82	1,5%	64	1,2%	-22,3%
Áreas em construção	22	0,4%	26	0,5%	22%
Espaços verdes	57	1,1%	58	1,1%	1,8%
Total	5296		5351		1,0%

Fonte: DGT

A análise quantitativa e qualitativa da ocupação do solo permite compreender, de forma objetiva, a estrutura e a intensidade da ocupação humana no concelho de Cascais, refletindo as dinâmicas sociais, económicas e territoriais. De acordo com os dados apresentados na Tabela 20, a área do território municipal considerada como Território Artificializado cresceu cerca de 1%, passado de cerca de 5.296 ha, na COS-2018, para cerca de 5.351 ha, na COS-2023, que correspondem a cerca de 55% da área total do Concelho.

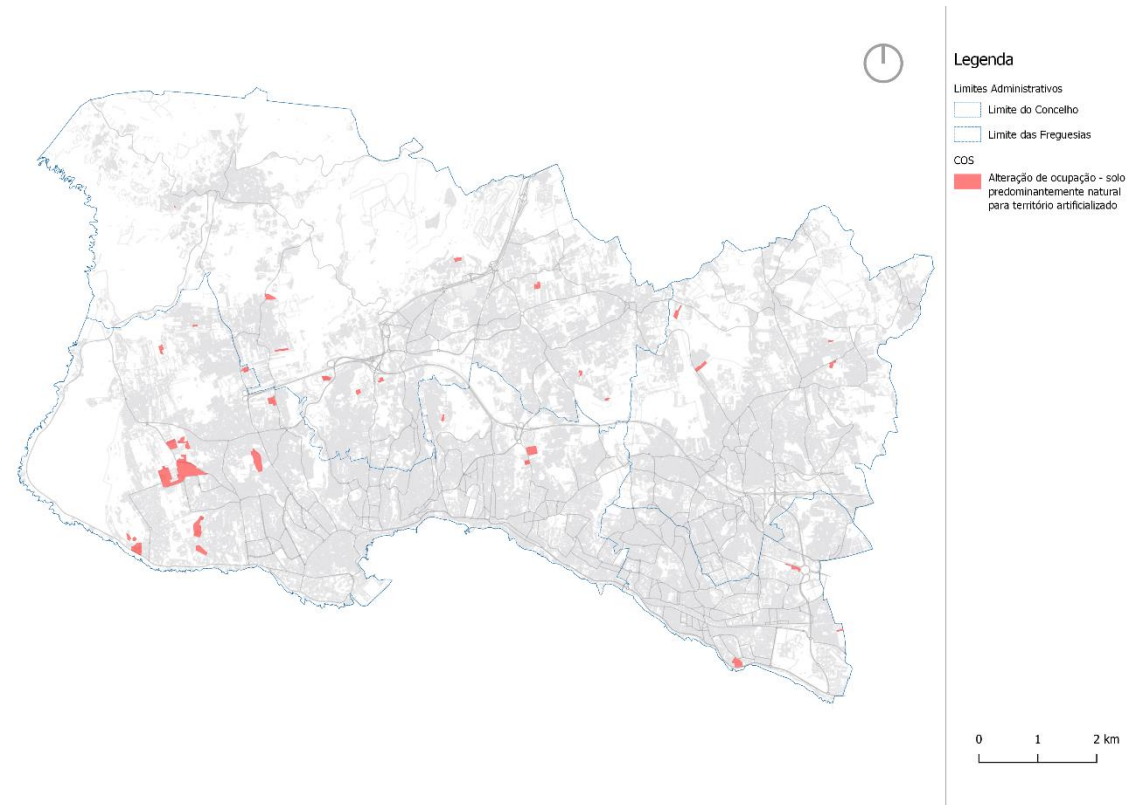


Figura 91 – Alteração de ocupação do solo, para território artificializado

Fonte: DGT

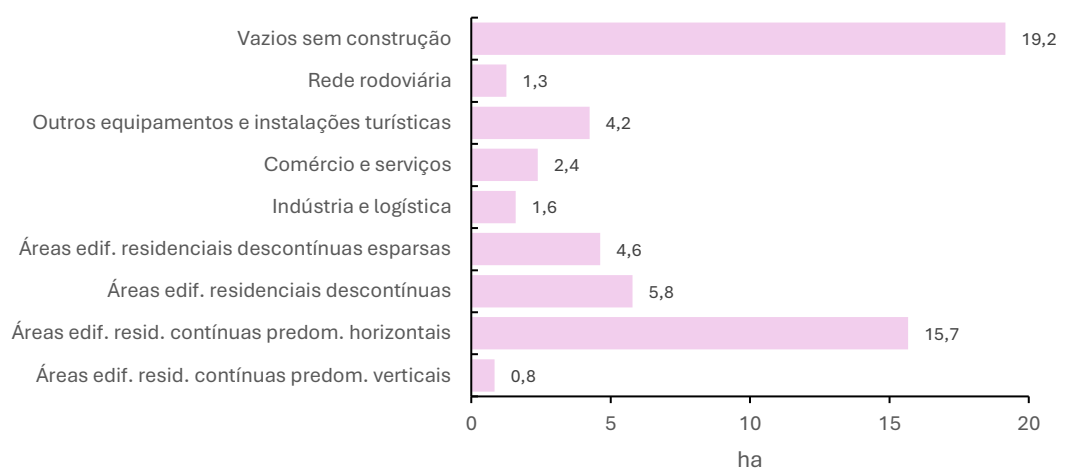


Figura 92 – Alteração de ocupação do solo, para território artificializado

Fonte: DGT

Paralelamente, observou-se a alteração da ocupação do solo em aproximadamente 74 hectares de território já artificializado, transformação associada sobretudo à construção de edificado residencial e de edificado afeto a atividades económicas, designadamente indústria, logística, comércio e serviços, refletindo processos de densificação do tecido edificado.

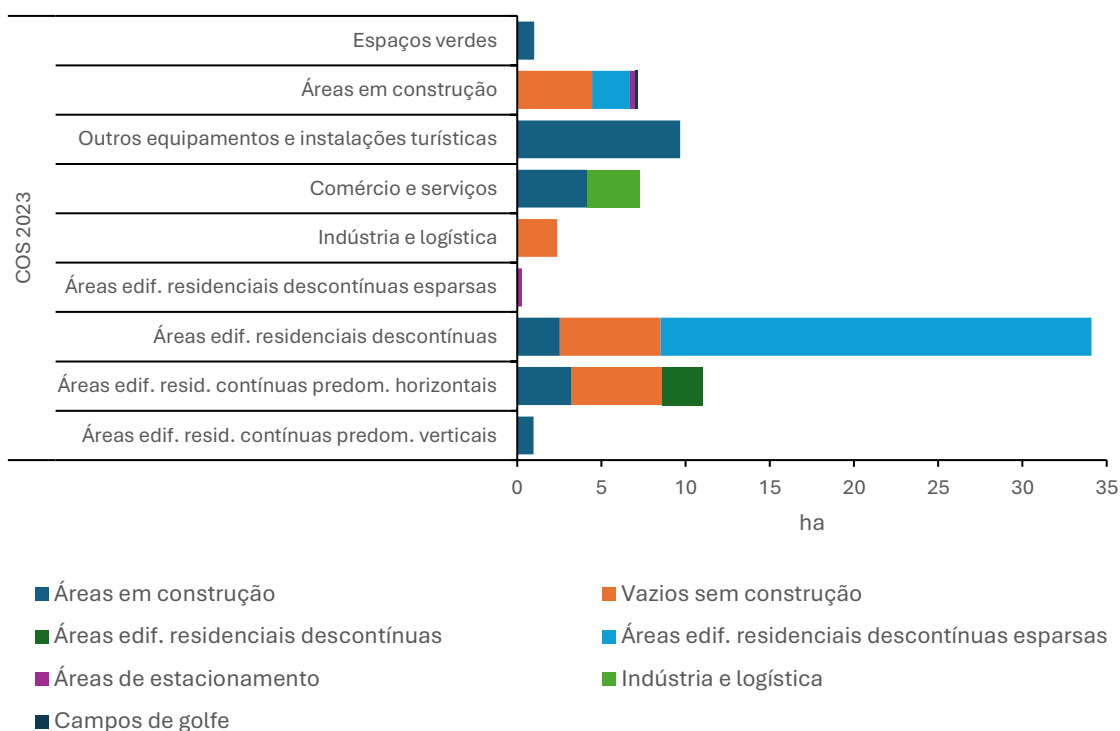


Figura 93 - Solo artificializado alterado (por tipo), da COS 2018 para a COS 2023 – Nível 4

Fonte: DGT

No período em análise, 14 tipologias de ocupação do solo mantiveram a ocupação territorial inalterada, enquanto 4 registaram uma redução de área e 10 apresentaram um aumento (Tabela 20). Destaca-se a predominância das áreas edificadas residenciais descontínuas, que em 2023 representavam aproximadamente 40% do total do território artificializado do concelho. As áreas edificadas residenciais, no seu conjunto, registaram um acréscimo de cerca de 1,1%, correspondente a aproximadamente 43 hectares.

Verificou-se ainda uma redução significativa das áreas edificadas residenciais descontínuas esparsas e dos vazios sem construção, com diminuições aproximadas de 7,5% e 22%, respetivamente. Esta redução encontra-se maioritariamente associada à edificação de lotes e parcelas anteriormente não construídas, conduzindo à reclassificação destas áreas para tipologias urbanas mais consolidadas.

Considerando o nível 2 da hierarquia da Carta de Ocupação do Solo (COS) de 2023, verifica-se uma clara predominância das áreas classificadas como “Áreas Edificadas Residenciais”, que representam cerca de 73% do total da área artificializada. Seguem-se os usos

classificados como “Equipamentos”, com aproximadamente 11%, e as categorias de “Transportes” e de “Áreas edificadas de atividades económicas”, ambas com cerca de 6%, o que evidencia um território marcadamente urbanizado e relativamente consolidado. Assinala-se ainda a existência de pouco mais de 1% de território artificializado sem edificação.

O peso significativo das “Áreas Edificadas Residenciais”, entendidas como áreas predominantemente residenciais, podendo integrar outros usos, nomeadamente comércio, serviços e lazer, traduz uma vocação dominante para a habitação, quer permanente quer de segunda residência, em particular dirigida aos segmentos médio e alto do mercado. Esta vocação estende-se igualmente aos serviços associados ao lazer, ao comércio e à restauração, sustentando-se num modelo económico fortemente dependente do turismo e da qualidade de vida proporcionada pela proximidade ao mar e aos espaços naturais.

Em consonância com este modelo económico, verifica-se uma distribuição assimétrica das áreas afetas a Equipamentos, que, no seu conjunto, representam cerca de 11% da área artificializada. A análise das respetivas ocupações do solo evidencia que os equipamentos desportivos ocupam pouco mais de 2% da área artificializada, os campos de golfe cerca de 3% e as instalações turísticas aproximadamente 4,5%, valores que, no seu conjunto, contrastam com a expressão muito reduzida dos equipamentos de natureza cultural, os quais representam apenas cerca de 0,1% da área artificializada do concelho de Cascais.

Por sua vez, as Áreas edificadas de atividades económicas correspondem a cerca de 6% da área artificializada total, refletindo uma estrutura económica produtiva de reduzida dimensão, pouco diversificada e estruturalmente frágil, com limitada capacidade de oferta, de atração e de geração de emprego qualificado, sobretudo no que respeita a empresas de maior dimensão e a atividades de elevado valor acrescentado.

As restantes classes de ocupação e uso do solo, designadamente Agricultura, Pastagens, Superfícies agroflorestais, Florestas, Matos, Espaços descobertos ou com pouca vegetação, Massas de água superficiais, foram já abordadas no ponto 2.3.5 do presente relatório.

Densidade habitacional

A distribuição dos alojamentos no concelho de Cascais revela padrões contrastantes entre as diferentes freguesias. As áreas urbanas consolidadas da União de Freguesias de Cascais e Estoril registam as densidades habitacionais mais elevadas, enquanto freguesias como Alcabideche e São Domingos de Rana apresentam valores significativamente mais baixos.

O parque habitacional cresceu sobretudo durante o período de expansão económica e demográfica, entre 1961 e 1990, marcado pelo forte dinamismo construtivo e pela criação de novos bairros residenciais. Após o ano 2000, verificou-se uma desaceleração no ritmo de edificação de novas habitações, refletindo quer o amadurecimento do mercado imobiliário

local, quer as restrições e condicionantes urbanísticas implementadas para regulamentar o uso do solo.

No último decénio, o concelho registou um aumento da densidade de alojamentos, com exceção na U. F. de Cascais e Estoril

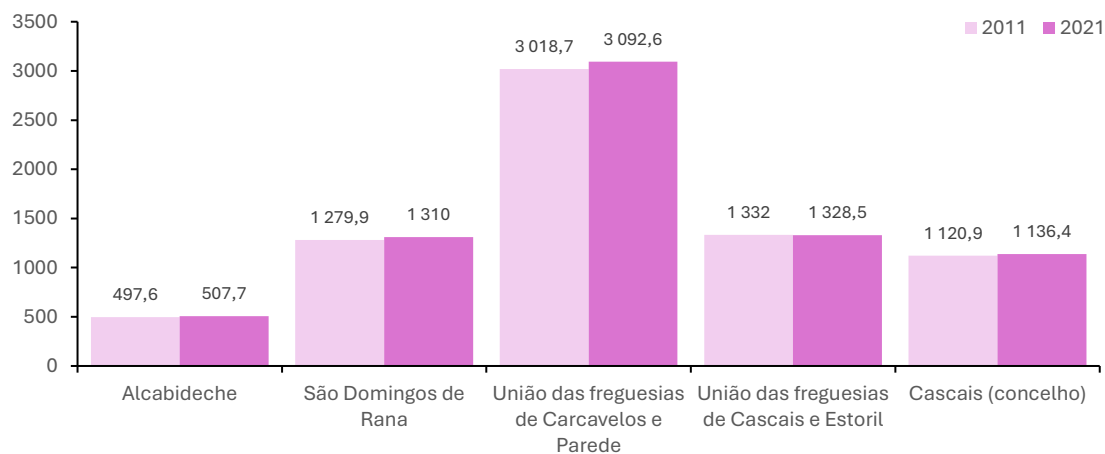


Figura 94 - Densidade de alojamentos (N.º/km²)

Fonte: INE

5.1.1. MODELO DE OCUPAÇÃO ESPACIAL DO SOLO

Operações Urbanísticas

No período compreendido entre 2016 e 2023, deram entrada na Câmara Municipal de Cascais 7990 operações urbanísticas no âmbito de procedimentos de licenciamento ou comunicação prévia.

Deste total, 41% correspondem a obras de construção, 38% são obras de alteração ou ampliação e 1% são obras de reconstrução.

Os restantes 20% correspondem operações cujos dados recolhidos não permitem distinguir, de forma rigorosa, o tipo de obra. Contudo, atendendo ao disposto no RJUE e sendo a fonte utilizada os pedidos de licenciamento e as comunicações prévias, conclui-se que estes processos correspondem a: operações de loteamento (abordadas no ponto seguinte), obras de urbanização, trabalhos de remodelação de terrenos e obras de demolição.

Destas, 25% correspondem a processos de construção, 34% a operações de alteração e/ou ampliação e menos de 1% a intervenções de reconstrução ou aumento do número de pisos. Verifica-se ainda que, em 21% dos casos, não foi possível especificar o tipo de processo urbanístico associado, correspondendo estas situações a outros tipos de obras, designadamente muros, demolições, legalizações, entre outras.

Do total de operações urbanísticas submetidas, 25% localizam-se em AUGI, evidenciando o peso significativo destas áreas na dinâmica urbanística do concelho. Refira-se ainda que, dos processos situados em AUGI que deram entrada, 42% culminaram na emissão de licenças de construção.

A evolução temporal do número de operações urbanísticas revela uma tendência globalmente crescente ao longo do período em análise, com um pico registado em 2021, ano em que deram entrada 1246 processos.

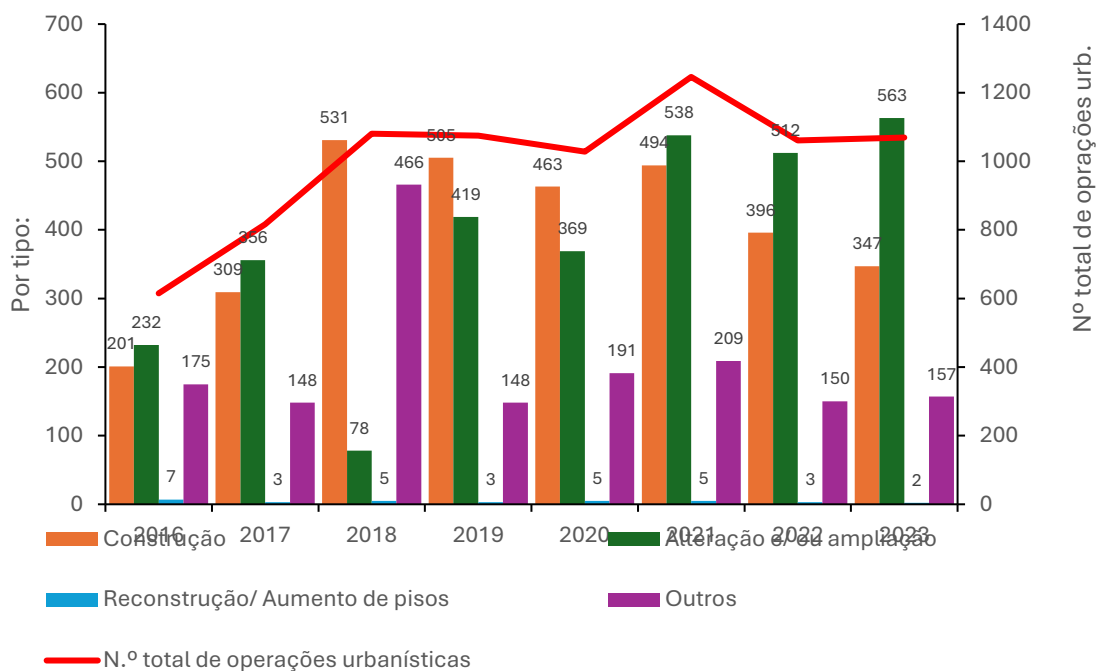


Figura 95 – Operações urbanísticas por tipo

Fonte: CMC/DLU

No que respeita ao procedimento de controlo administrativo, constata-se que a maioria das operações urbanísticas teve origem em procedimento de licenciamento (74%), sendo as restantes enquadradas no regime de comunicação prévia (26%).

Entre 2016 e 2023 foram emitidas 3 758 Licenças de Construção.

Loteamentos

A ocupação e transformação do solo urbano por via dos loteamentos emitidos entre 2016 e 2023 teve uma dinâmica pouco significativa.

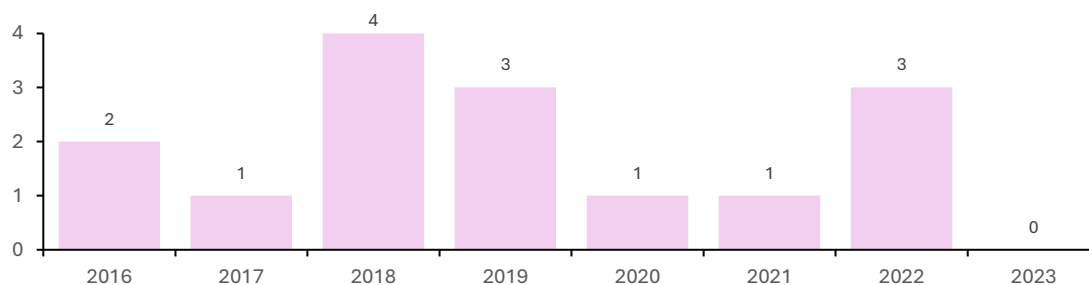


Figura 96 – Nº de loteamentos emitidos entre 2016 e 2023 no concelho

Fonte: GeoCascais

Relativamente à área loteada, destaca-se a U. F. de Cascais e Estoril, com cerca de 61% da área total loteada do concelho, no período em análise. No período em análise, verificou-se que um total de 300 fogos teve origem em alvarás de loteamento previamente aprovados, dos quais 75% localizam-se na União das Freguesias de Cascais e Estoril.

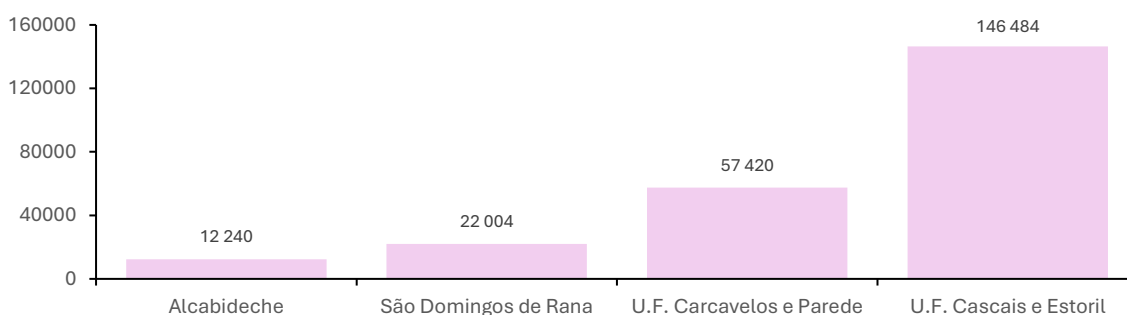


Figura 97 – Área loteada por ano e por freguesia, entre 2016 e 2023

Fonte: GeoCascais

AUGI

As AUGI são reguladas pelo regime excecional previsto na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho. Este regime estabelece os termos aplicáveis à regularização dessas áreas, visando a reconversão urbanística e a legalização das construções existentes.

No concelho é possível identificar 131 áreas definidas como AUGI, abrangendo aproximadamente um total de 777 ha. Deste total, aproximadamente 36,2% da área já foi reconvertida e 22,3% estão em reconversão.

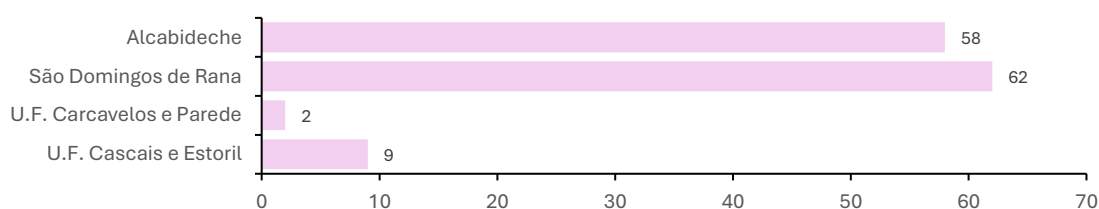


Figura 98 – Distribuição das áreas AUGI, por freguesia

Fonte: GeoCascais

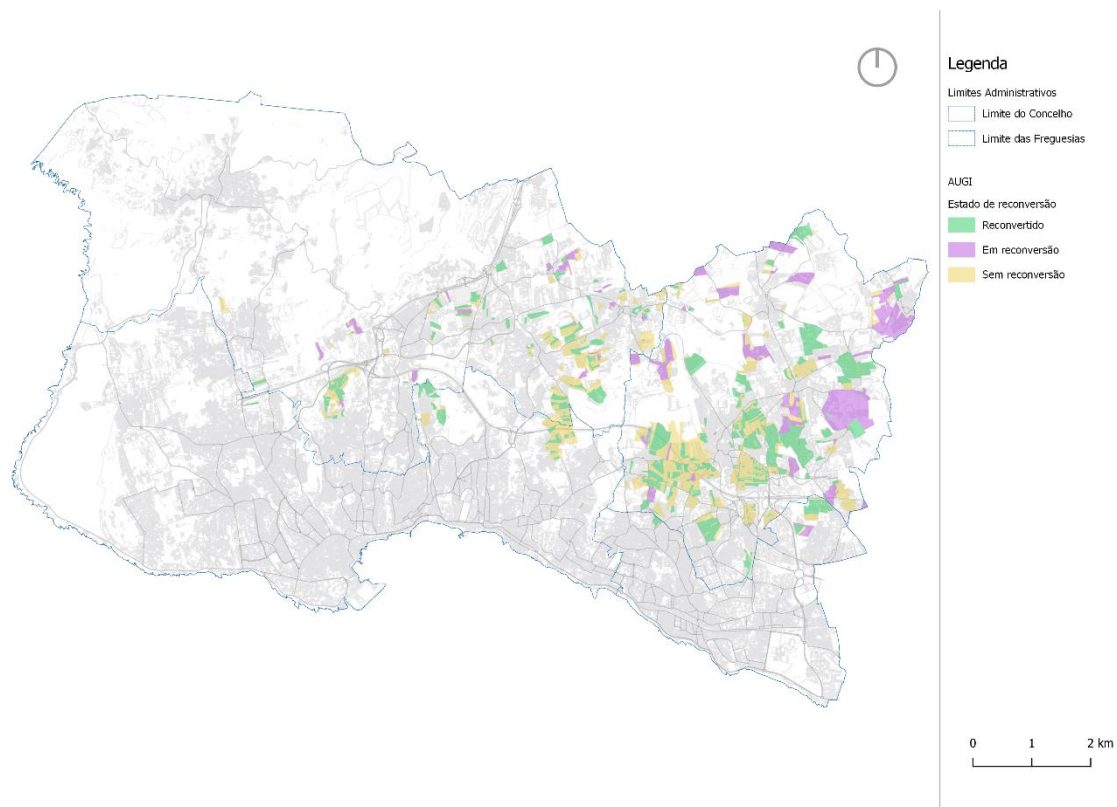


Figura 99 - Áreas AUGI regularizadas através de Loteamentos e/ou licenciamentos

Fonte: GeoCascais

A caracterização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) existentes no concelho de Cascais baseia-se na seguinte informação:

- Delimitação de AUGI e informação georreferenciada sobre licenciamento de operações de loteamento, disponíveis da plataforma Geocascais.
- Fichas de levantamento dos processos de reconversão em curso, elaboradas em 2024, no âmbito do Sistema de Informação sobre Áreas Urbanas de Génese Ilegal (si.AUGI) da DGT e disponibilizadas pela Divisão de Apreciação de Bairros AUGI (DABA) da CMC.

A partir da informação disponível conclui-se que a reconversão das AUGI no território municipal tem ocorrido, na sua maioria, não através de um processo único e global, mas sim através de vários processos parcelares, promovidos de forma faseada e autónoma pelos diferentes grupos de proprietários organizados em administrações conjuntas. Isto significa que, dentro de uma AUGI podem coexistir: processos de reconversão já concluídos, processos de reconversão em curso e setores de AUGI ainda sem processo de reconversão iniciado.

Considerando as delimitações de AUGI constantes do GeoCascais, cruzando-as com as delimitações dos loteamentos licenciados e dos processos de reconversão em curso, é

possível chegar a uma análise global que revela o seguinte ponto de situação para a globalidade do território integrado em AUGI: verificou-se que:

- 36,2% (281 hectares) encontra-se já reconvertido;
- 22,3% (173 hectares) tem um processo de reconversão em curso;
- 41,5% (322 hectares) ainda não tem o seu processo de reconversão iniciado.

Relativamente aos processos de reconversão em curso, estes incidem em cerca de 30% das AUGI existentes no concelho (40, num universo de 131) e apresentam as seguintes características gerais:

- Abrangem áreas ilegalmente parceladas antes da entrada em vigor do DL 400/84, e cuja delimitação inicial pela CMC ocorreu em 1995.
- A quase totalidade dos processos de reconversão corresponde a iniciativas promovidas pelas administrações conjuntas, através de "operações de loteamento da iniciativa dos proprietários ou comproprietários". A exceção é o PP da Freiria, aprovado em 2010, e que enquadra atualmente sete subprocessos distintos de reconversão por via de unidade de execução ou loteamento.
- Predominam processos que exigem transformação fundiária, surgindo frequentemente associada à necessidade de alterações de SRUP ou mesmo de instrumentos de planeamento municipal (PMOT), aumentando a complexidade procedimental.
- A reconversão tem ocorrido de forma parcelar. Em vários casos, os processos em curso representam menos de 10% da área da AUGI, como sucede, por exemplo, em Carrascal de Alvide ou Campos Velhos.
- Grande parte das obras de urbanização encontra-se executada, parcial ou totalmente, à margem dos processos formais de reconversão, permanecendo por rececionar pela Câmara Municipal.

Relativamente à evolução destes processos entre 2015 e 2024 (vigência do atual PDM), a análise evidencia a sua continuidade e avanços em matéria de aprovação de licenciamento e execução de infraestruturas, embora a um ritmo lento:

- Verifica-se um aumento do número de processos com licenciamento aprovado, incluindo aprovações recentes em 2021, 2022 e 2024 (por exemplo nas AUGI de Tires, Fontainhas, Campos Velhos, Alcabideche, Casal dos Grilos, Pegões ou Cabeço de Cação).
- Alguns processos alcançaram fases mais avançadas, com obras concluídas ou parcialmente executadas e mecanismos de comparticipação já liquidados.
- Persistem, contudo, numerosos processos iniciados há mais de duas décadas que continuam em tramitação ou em reformulação após indeferimento, evidenciando

bloqueios prolongados. Casos como Mina, Bairro 25 de Abril e Rosita ilustram esta situação.

- Mantém-se reduzido o número de processos que atingiram a fase final de receção das obras e plena legalização urbanística.

Ainda que a informação sobre bloqueios e dificuldades não tenha sido recolhida de forma sistemática para todos os casos, considerando o universo de fichas de levantamento dos processos em curso, é possível retirar algumas conclusões sobre os principais constrangimentos existentes. Estes concentram-se em cinco grupos principais:

- Questões fundiárias e cadastrais - A necessidade de transformação fundiária constitui um dos fatores de complexidade mais recorrentes. Adicionalmente, persistem em alguns casos, situações de indefinição da titularidade, de delimitação do cadastro/parcelas que dificultam o desenvolvimento dos procedimentos de legalização.
- Dificuldades financeiras - em diversos processos surgem problemas de comparticipação dos proprietários nos custos das obras de urbanização. Nos casos de Boa Esperança, Peões, Saibreiras, Cabeço de Mouro ou Sítio dos Vales existem dificuldades associadas à cobrança e repartição de encargos.
- Falta de consenso e mobilização dos proprietários - A ausência de entendimento continua a constituir um obstáculo relevante, verificando-se em vários processos, designadamente Boa Esperança, Peões, Girassol e Barriz Norte. Em alguns casos observa-se também desinteresse ou reduzida participação dos proprietários, dificultando a continuidade dos processos.
- Questões técnicas - Existem processos sucessivamente reformulados após indeferimento ou com tramitações muito prolongadas. Em muitos casos são apontadas limitações decorrentes da capacidade das equipas técnicas responsáveis pela elaboração dos projetos de loteamentos e/ou obras de urbanização, o que poderia vir a ser eventualmente colmatado com um apoio técnico mais reforçado por parte da CMC.
- Questões procedimentais - Algumas AUGI integram áreas abrangidas por servidão ou restrição de utilidade pública, designadamente RAN e REN, que pressupõem correções e desafetações em articulação com entidades da Administração Central. São exemplos as AUGI de Sete Castelos, Manique de Baixo e Bairro 25 de Abril.

Relativamente às áreas abrangidas por AUGI e ainda sem processo formal de reconversão em curso, correspondentes a 322 hectares, cruzando a informação disponível no GeoCascais sobre licenças de construção e licenças de utilização emitidas, é possível ainda concluir que num número significativo de casos, não só já se encontram executadas (total

ou parcialmente) as obras de urbanização, como também já ocorreu a legalização de lotes e/ou edificações.

Esta legalização tem ocorrido sobretudo através do registo predial em m², mecanismo que embora não constitua um processo reconversão formal, evidencia a existência de situações juridicamente consolidadas no interior destas áreas.

No seu conjunto, os referidos atos de registo e legalização correspondem a 88 hectares de território integrado em AUGI.

O processo de reconversão das AUGI em Cascais continua a desenvolver-se de forma gradual e predominantemente parcelar, coexistindo diferentes processos e níveis de desenvolvimento dentro de uma mesma AUGI.

Apesar dos progressos registados durante a vigência do PDM2015, ao nível do licenciamento e da execução das obras de urbanização, são identificados importantes constrangimentos fundiários, financeiros, organizacionais e procedimentais que continuam a condicionar a plena regularização urbanística destas áreas.

Reabilitação e regeneração urbana

A reabilitação urbana é um dos pilares fundamentais do planeamento e renovação das cidades em Portugal, visando revitalizar áreas urbanas degradadas, promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida nos espaços urbanos. Dois conceitos centrais neste processo são a Área de Reabilitação Urbana (ARU) e a Operação de Reabilitação Urbana (ORU), frequentemente utilizados em legislação, planos municipais e candidaturas a incentivos fiscais.

A sua delimitação territorial, aprovada pela autarquia constitui uma prioridade estratégica do Município de Cascais, enquadrada no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), visando a promoção da qualidade de vida, a qualificação do território e a revitalização económica e social. No âmbito deste enquadramento legal, foi aprovada a delimitação de 34 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), com o objetivo de garantir a continuidade do acesso a benefícios fiscais e financeiros, evitar a caducidade de anteriores delimitações e responder de forma mais eficaz às necessidades do território.

No território municipal, neste período foi aprovada a ORU para a ARU 35- Carcavelos.

A delimitação reflete uma abordagem mais ajustada ao conhecimento atualizado sobre o território municipal, abrangendo áreas urbanas com sinais de degradação do edificado, obsolescência funcional e carências ao nível das infraestruturas e do espaço público.

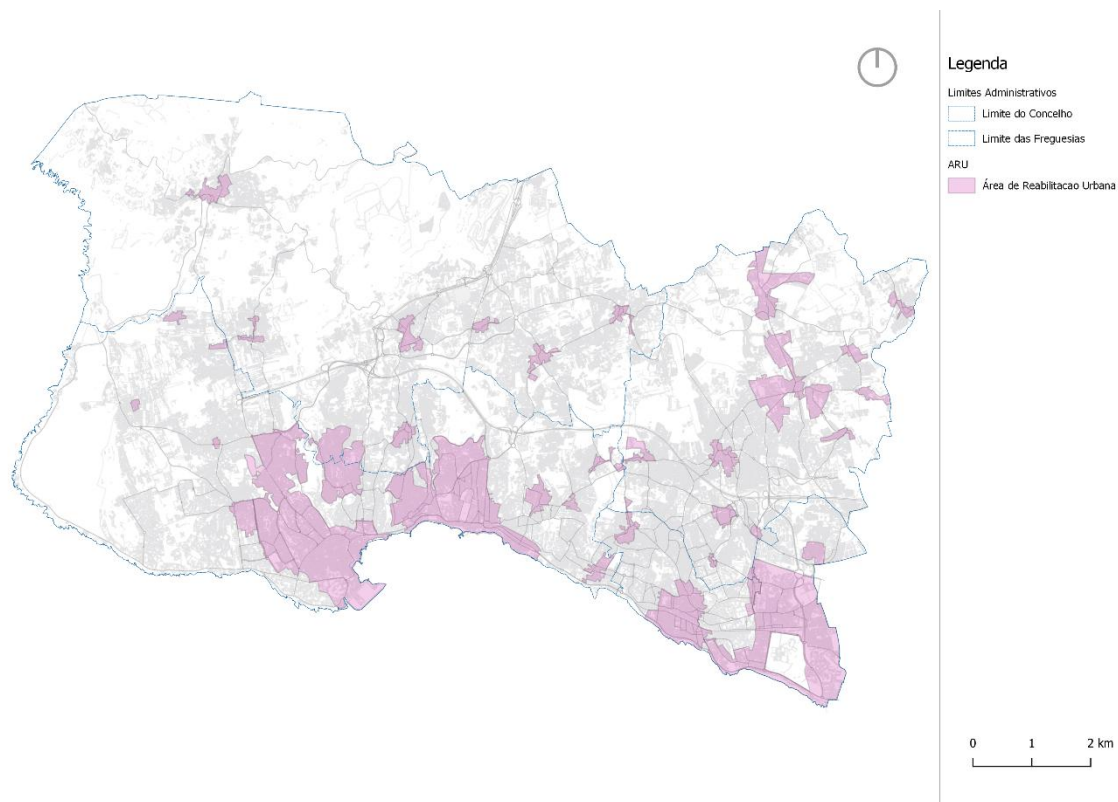


Figura 100 – Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas em 2023

Fonte: GeoCascais

Atualmente, as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), abrangem uma área de 1303 ha.

A análise da dinâmica de reabilitação urbana no concelho assenta na informação disponibilizada pelos serviços municipais relativa a:

- Registos de incentivos fiscais (reembolso do IMT e isenção de IMI por três anos) atribuídos entre 2020 e 2025, após aprovação em Reunião de Câmara.
- Certidões de localização em ARU, certidões de reabilitação urbana e certidões de reabilitação de edifício, emitidas pela CMC entre 2017 e 2026.

Nos termos do Estatuto dos Benefícios Fiscais, o reconhecimento das intervenções elegíveis para a atribuição de incentivos fiscais associados à reabilitação urbana pressupõe a comprovação de uma subida mínima de dois níveis no estado de conservação do imóvel face à situação inicial, avaliada através do Método de Avaliação do Estado de Conservação de Edifícios (MAEC).

Apesar da existência deste quadro de incentivos, os registos relativos aos benefícios efetivamente atribuídos no município de Cascais (Tabela 21) evidenciam uma utilização ainda limitada destes mecanismos. Os valores observados permanecem relativamente reduzidos face à dimensão do parque edificado abrangido pelas ARU do concelho, sugerindo que existe margem para uma maior mobilização dos instrumentos disponíveis.

Tabela 21 – Nº de Incentivos fiscais por ano

Ano	Incentivos fiscais
2020	17
2021	17
2022	5
2023	12
2024	16
2025	13

Fonte – DEH

A análise efetuada pelos serviços municipais permite identificar alguns constrangimentos estruturais que poderão estar a limitar a adesão aos incentivos existentes:

- Desde logo, destaca-se a complexidade procedimental associada ao processo de reconhecimento da reabilitação urbana, que envolve, em regra, a realização de vistoria inicial para determinação do estado de conservação, o desenvolvimento da operação urbanística, a respetiva tramitação administrativa e a realização de vistoria final para verificação dos resultados obtidos.
- Por outro lado, subsistem dificuldades de acesso e compreensão da informação por parte dos munícipes, quer relativamente aos requisitos aplicáveis, quer quanto aos procedimentos necessários para obtenção dos benefícios disponíveis.
- Acresce que, nas ARU delimitadas no concelho, o acesso aos benefícios fiscais limita ampliações até 20% da área de construção existente. Embora este critério contribua para distinguir as operações de reabilitação das demais, a sua aplicação exclui por vezes intervenções que, apesar de envolverem aumentos de área superiores àquele limiar, contribuem para a qualificação do edificado e para a valorização dos territórios abrangidos pelas ARU.

Em resultado destes fatores, a atribuição de incentivos fiscais tem-se revelado sobretudo adequada a operações de reabilitação de maior dimensão ou promovidas por entidades dotadas de apoio técnico e jurídico especializado, apresentando reduzida atratividade para intervenções de pequena escala. Neste contexto, a simplificação administrativa, a clarificação dos procedimentos e o reforço da informação disponibilizada ao público (nomeadamente no site da CMC) constituem oportunidades de melhoria suscetíveis de aumentar a eficácia das políticas municipais de reabilitação urbana.

Complementarmente, a análise das certidões emitidas pelo Município permite identificar a procura associada aos benefícios fiscais indiretos previstos para imóveis localizados em ARU, designadamente a aplicação da taxa reduzida de IVA às empreitadas de reabilitação urbana.

Embora a informação disponível apresente maior detalhe apenas a partir de 2023, em resultado da exigência da Autoridade Tributária de apresentação de certidão específica de

reabilitação de edifício para acesso ao benefício fiscal, os registos evidenciam uma trajetória globalmente crescente. Esta evolução sugere um aumento progressivo da utilização dos mecanismos associados à reabilitação urbana e uma maior apropriação dos instrumentos disponíveis pelos agentes económicos e pelos proprietários.

Tabela 22 – Certidões emitidas em Área de reabilitação urbana

Ano	Certidões		
	Certidão de localização ARU ²⁴	Certidão de reabilitação urbana ²⁵	Certidão de reabilitação do edifício ²⁶
2017	115	-	-
2018	130	-	-
2019	120	-	-
2020	94	-	-
2021	138	-	-
2022	162	-	-
2023	61	84	24
2024	32	46	125
2025	9	14	152
2026 (até 27.05)	4	0	53

Fonte – DEH

Taxas urbanísticas

As receitas urbanísticas anuais refletem a evolução do ordenamento do território e a atividade imobiliária, permitindo uma avaliação do impacto económico do crescimento urbano no concelho. A distribuição das receitas por origem evidencia a importância dos diferentes tipos de processos urbanísticos na captação de recursos municipais.

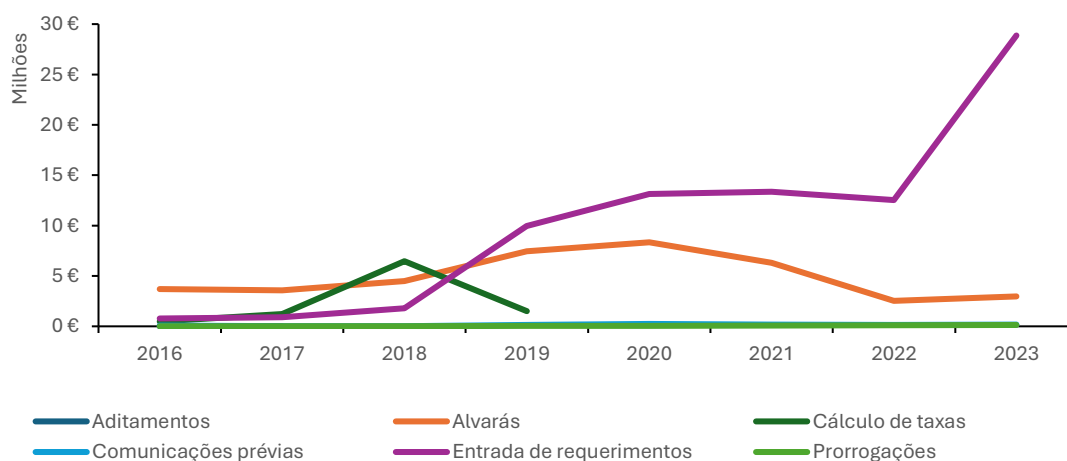


Figura 101 – Receitas urbanísticas por origem

Fonte: CMC/SPO

²⁴ Indica que o imóvel se encontra inserido dentro de uma Área de Reabilitação Urbana

²⁵ Indica que a obra se enquadra numa obra de reabilitação urbana

²⁶ Indica que a obra se enquadra numa reabilitação de edifício

5.2. EDIFICADO

5.2.1. EDIFICADO E ALOJAMENTOS

Edificado

A análise do edificado nos municípios de Cascais, Lisboa, Oeiras e Sintra revela diferentes dinâmicas na evolução do número de edifícios entre 2011 e 2021. O concelho de Sintra destaca-se por possuir o maior número total de edifícios, seguido de Lisboa e Cascais. No entanto, Lisboa foi o único município a apresentar uma redução no número de edifícios, com uma diminuição de 6,59% no período analisado, enquanto os nos restantes concelhos não houve alterações significativas.

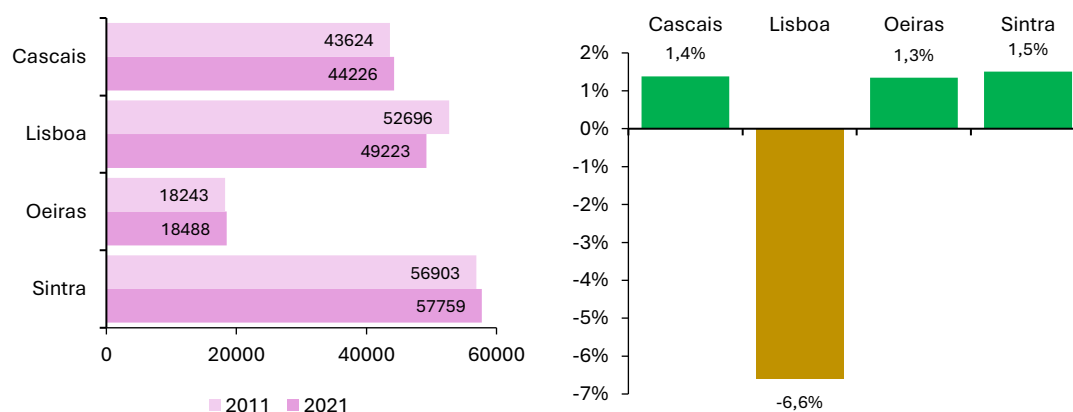


Figura 102 – Nº de edifícios por concelhos e taxa de variação

Fonte: INE

Ao nível das freguesias do concelho de Cascais a U. F. de Cascais e Estoril apresenta o maior número de edifícios, embora a freguesia de São Domingos de Rana tenha registado a maior taxa de variação no último decénio.

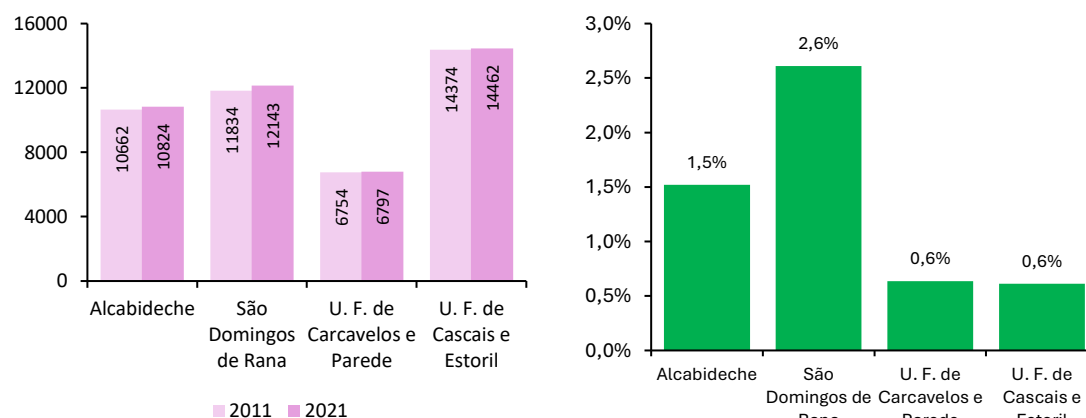


Figura 103 – Nº de edifícios, por freguesia e taxa de variação

Fonte: INE

A evolução do edificado reflete ainda um padrão cronológico bem definido, tendo o pico máximo de construção ocorrido entre 1961 e 1980, com 14.645 novos edifícios. Depois de 1980, a construção mostra uma tendência decrescente até 2015.

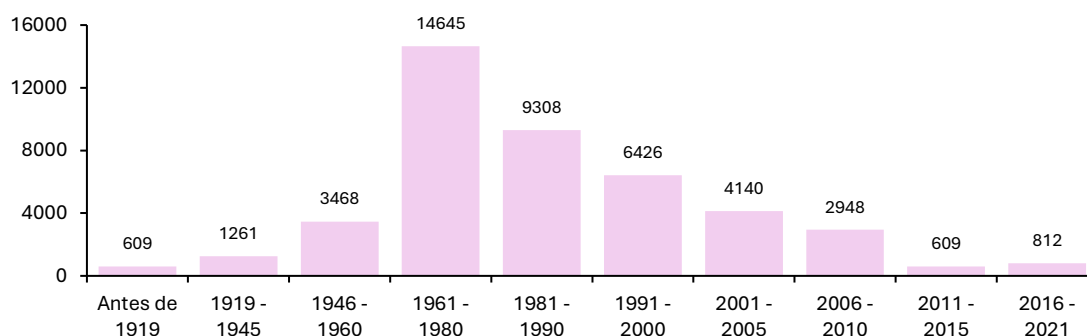


Figura 104 – Nº de edifícios construídos por época, no concelho

Fonte: INE

No que se refere ao tipo de utilização, os dados indicam que, em 2021, mais de 98% dos edifícios no concelho eram exclusivamente residenciais. Durante a última década, o número de edifícios exclusivamente residenciais aumentou, enquanto os edifícios destinados a usos mistos ou não residenciais diminuíram. A composição do parque edificado demonstra ainda uma predominância de edifícios com um único alojamento, refletindo a configuração do espaço urbano e as características da habitação do concelho.

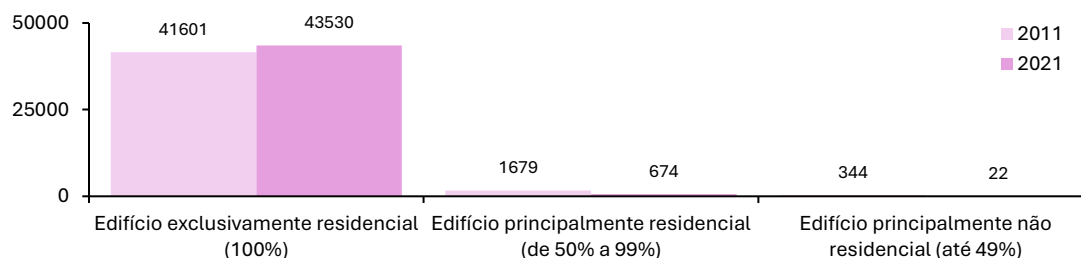


Figura 105 – Nº de edifícios construídos por tipo de utilização, no concelho

Fonte: INE

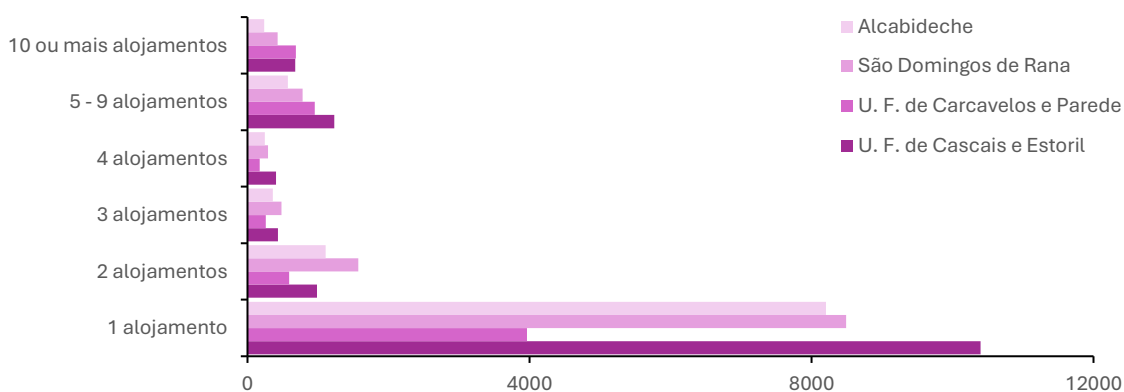


Figura 106 – Nº de alojamentos por edifícios exclusivamente residenciais (em 2021), por freguesia

Fonte: INE

Em relação ao estado de conservação, a maioria dos edifícios encontra-se em bom estado, ainda que se verifique a existência de edifícios com necessidades profundas de reparação. A distribuição desses edifícios evidencia uma relação com a época de construção, sendo as construções mais antigas as que apresentam maior necessidade de intervenção.

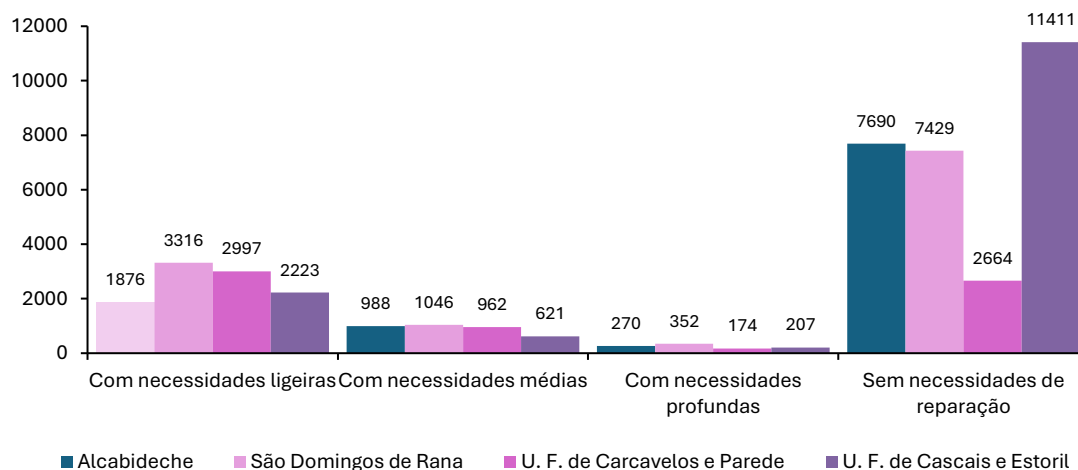


Figura 107 - Nº de edifícios e dimensão da reparação (em 2021), por freguesia

Fonte: INE

Alojamentos

A evolução do número de alojamentos no município de Cascais revela uma tendência de desaceleração ao longo das últimas décadas, com uma redução considerável entre 2011 e 2021.

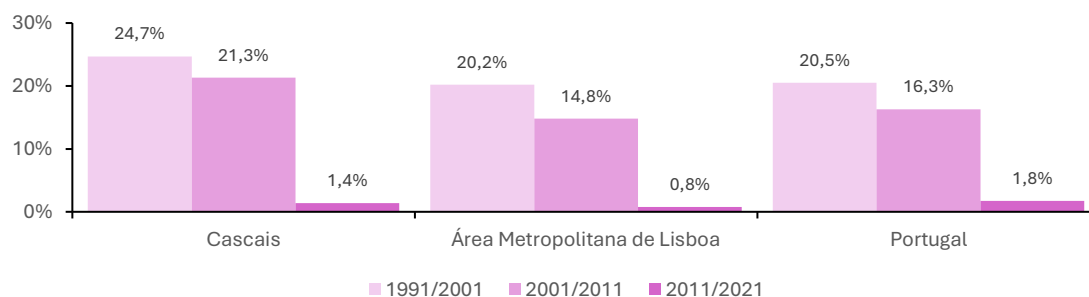


Figura 108 - Taxa de variação dos alojamentos

Fonte: INE

A maioria dos alojamentos existentes no município foi edificada entre 1961 e 1990. Este período concentra a maior parte das construções residenciais, evidenciando um forte crescimento urbano nessas décadas, seguido de uma redução gradual na construção de novos alojamentos nas décadas subsequentes.

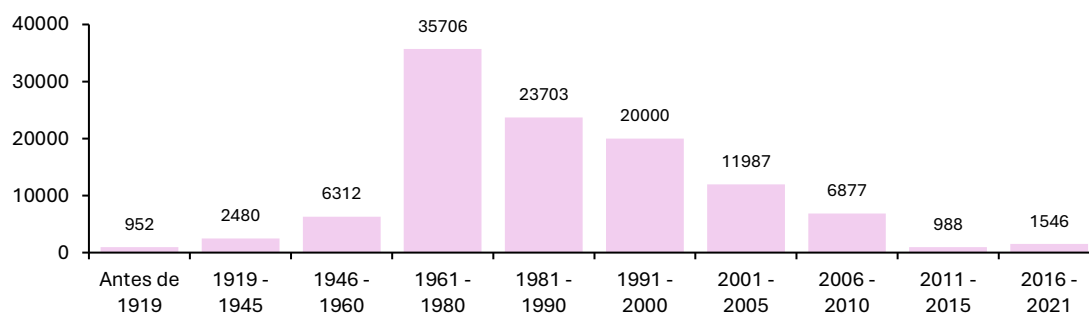


Figura 109 - Nº de alojamentos familiares clássicos construídos entre 2016 e 2021, por forma de ocupação

Fonte: INE

No que se refere à forma de ocupação, aproximadamente 78% dos alojamentos familiares clássicos em Cascais são utilizados como residência habitual, indicando um padrão consolidado de ocupação residencial permanente.

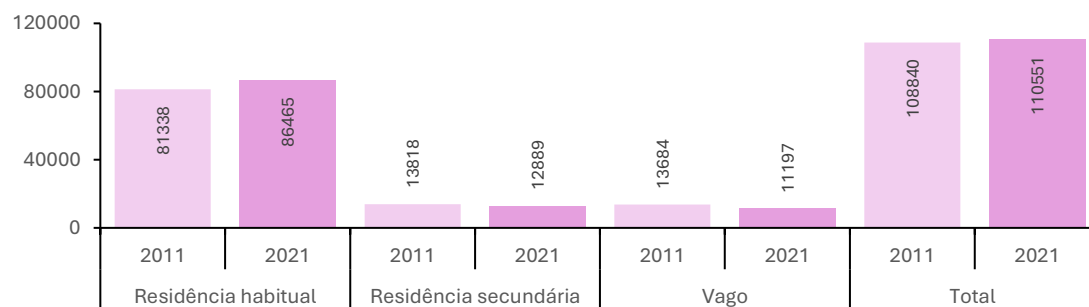


Figura 110 - Nº de alojamentos familiares clássicos no concelho e forma de ocupação

Fonte: INE

Cerca de 65% dos alojamentos em Cascais corresponde a habitação própria, denotando a preferência nacional pela aquisição de habitação. O arrendamento ou subarrendamento representa apenas 27% dos alojamentos em Cascais, sendo a segunda forma de ocupação mais comum. A maioria dos contratos de arrendamento são de prazo certo, com duração até 9 anos.

O número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar registou um pendor decrescente entre 2011 e 2016, atingindo o valor mínimo em 2016. Após esse ano, a tendência inverteu-se, registando-se um aumento, com exceção de 2020, devido à crise pandémica. Em 2023, registou-se o mesmo número de fogos concluídos que em 2011, o máximo registado no período em análise. Durante este período, verifica-se que a tipologia predominantemente construída é a T3, representando aproximadamente 43% do número total de fogos.

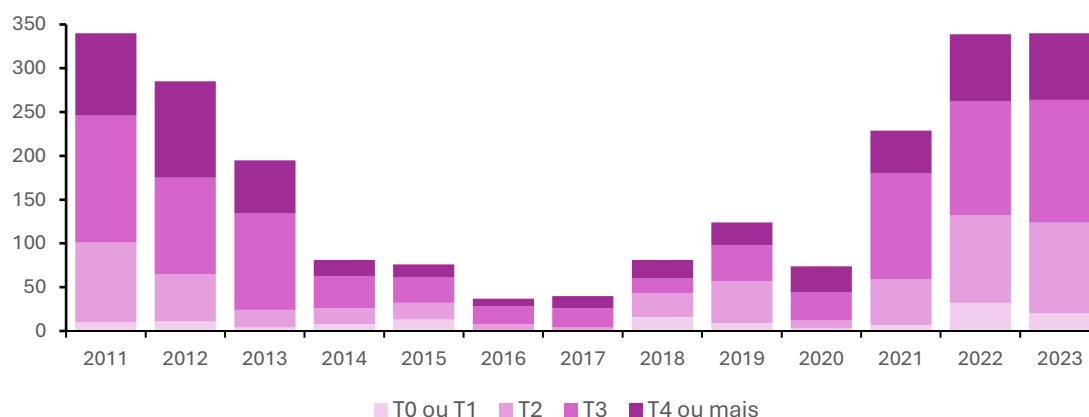


Figura 111 – Nº de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar e tipologia do fogo, no concelho

Fonte: INE

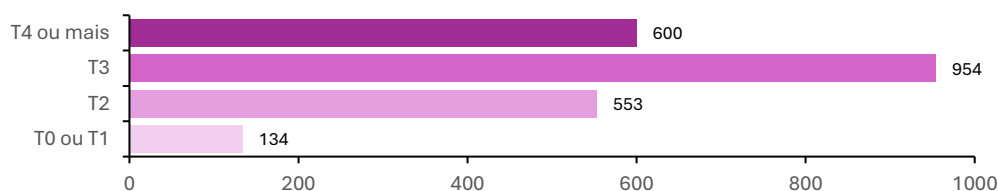


Figura 112 – Total de fogos construídos no período, por tipologia

Fonte: INE

Entre 2019 e 2022, o valor mediano das vendas por m² de alojamentos aumentou, evidenciando uma valorização expressiva do mercado imobiliário. No entanto, esta valorização não é uniforme, com disparidades geográficas significativas. A U. F. de Cascais e Estoril destaca-se com os valores mais altos, enquanto São Domingos de Rana regista os valores mais baixos.

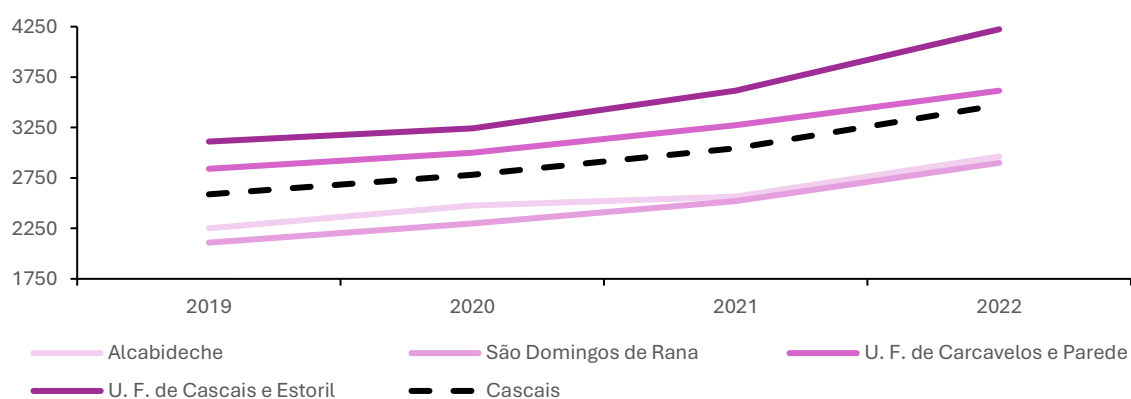


Figura 113 – Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, no concelho e por freguesia

Fonte: INE

O valor mediano das vendas por m² é consistentemente mais alto do que o valor mediano de avaliação bancária em todos os anos analisados, facto que se traduz numa dificuldade acrescida no acesso ao crédito habitação.

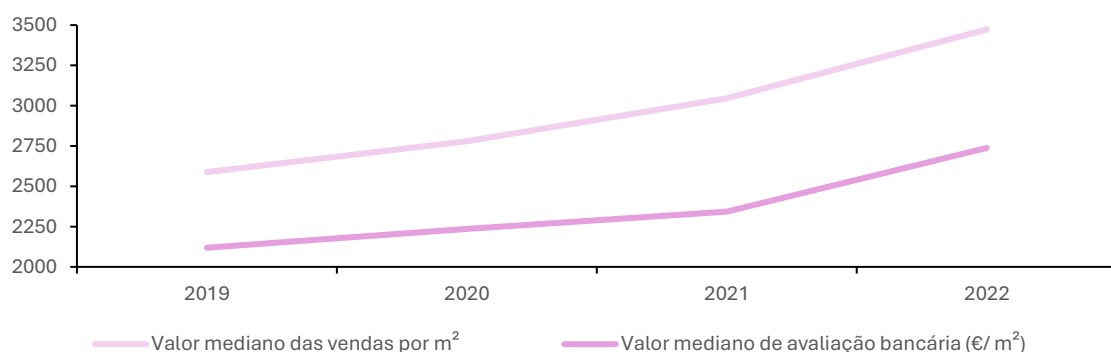


Figura 114 – Comparação do valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares e valor mediano de avaliação bancária, no concelho

Fonte: INE

O valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento aumentou de 8,06 €/m² em 2017 para 14,22 €/m² em 2023, acompanhando a tendência de valorização do mercado imobiliário. As Uniãos de Freguesias de Cascais e Estoril e Parede e Carcavelos destacam-se com os maiores valores medianos das rendas, enquanto São Domingos de Rana, apesar de ter registado um aumento significativo, apresenta valores inferiores às restantes freguesias.

Em 2021, o concelho de Cascais contabilizava 62.856 núcleos familiares, dos quais cerca de 49% eram compostos por apenas duas pessoas, e aproximadamente 23% correspondiam a famílias monoparentais. Esta composição familiar evidencia uma tendência para a redução da dimensão média dos agregados familiares.

Habitação municipal

A evolução do parque habitacional no concelho evidencia um reforço progressivo da intervenção municipal no domínio da habitação, em resposta às necessidades identificadas e às transformações demográficas, sociais e económicas do território. Apesar da dimensão global do parque habitacional existente (110.551 fogos), a componente de habitação pública municipal representa ainda uma fração reduzida do total (2.596 fogos).

No âmbito da Estratégia Local de Habitação (ELH), foram identificadas carências habitacionais relevantes (4.085 famílias), associadas a agregados familiares sem capacidade financeira para aceder a uma habitação adequada por via do mercado. Este diagnóstico evidencia a existência de um défice estrutural de oferta pública, que exige um reforço significativo do parque habitacional municipal para assegurar uma resposta eficaz e sustentada no tempo.

Para dar resposta a estas necessidades, o Município estruturou um conjunto de intervenções destinadas ao aumento da oferta de habitação pública, assentes sobretudo na construção de novos alojamentos, complementada por operações de reabilitação e aquisição de

imóveis. Estas intervenções, previstas de forma faseada, permitem uma redução expressiva das carências identificadas, embora não eliminem, por si só, a totalidade do défice habitacional diagnosticado, refletindo a natureza estrutural e dinâmica do problema da habitação no concelho.

O Programa Habitar Cascais propõe a continuação do reforço do parque de habitação municipal, estimando que, em 2028, este possa disponibilizar cerca de 3.600 soluções habitacionais, e posteriormente, por via da construção, possa ser acrescido de cerca de novos 1.000 fogos.

Certificação energética

A classificação energética dos edifícios no concelho de Cascais entre 2016 e 2023 reflete uma evolução significativa no campo da promoção da eficiência energética do parque edificado. O aumento do número de certificados emitidos indica uma maior consciencialização ambiental e regulatória, impulsionada por políticas de eficiência energética e incentivos à reabilitação urbana.

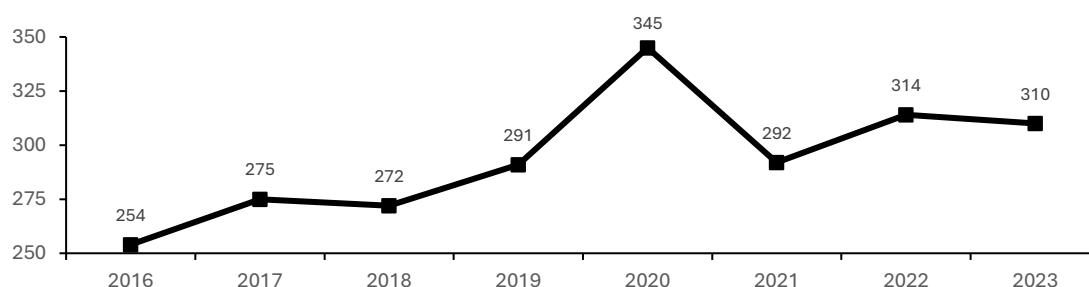


Figura 115 – Nº de certificados energéticos emitidos em Cascais

Fonte: ADENE

Os dados analisados mostram uma melhoria progressiva na classificação energética dos edifícios, especialmente no setor habitacional. A implementação de normativas mais rigorosas, aliada ao investimento em isolamento térmico, eficiência dos sistemas de aquecimento e utilização de fontes de energia renovável, contribuiu para uma redução do consumo energético e das emissões de carbono.

No que diz respeito aos edifícios de serviços, observa-se um aumento gradual da eficiência energética, resultado de intervenções em sistemas de climatização, iluminação eficiente e melhores práticas de gestão energética. O setor comercial e empresarial tem adotado cada vez mais soluções sustentáveis, alinhando-se com as metas de transição energética e descarbonização.

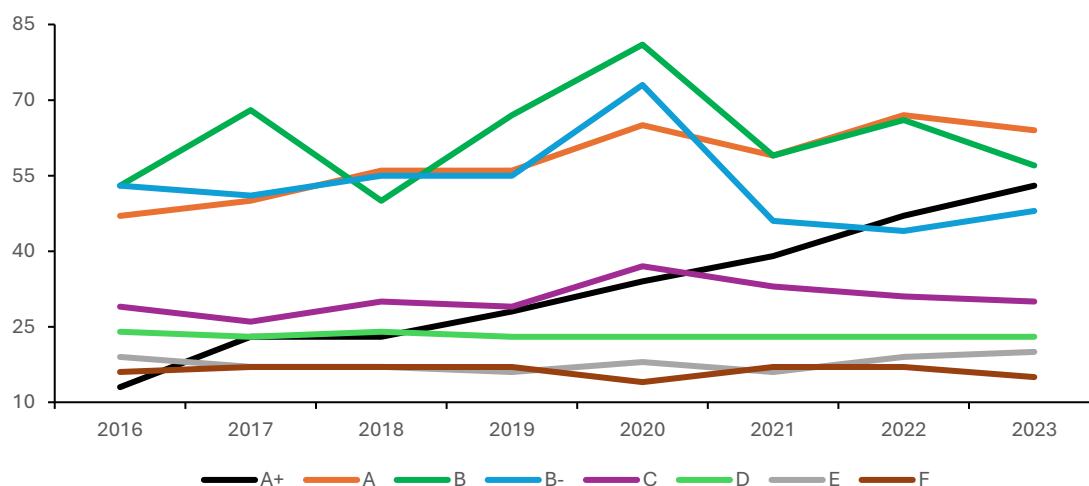


Figura 116 – Classificação energética dos edifícios (hab. e serviços) entre 2016 e 2023

Fonte: ADENE

Apesar dos avanços, ainda existem desafios a superar, nomeadamente nos edifícios mais antigos, que apresentam maior ineficiência energética e necessitam de reabilitação para atender às exigências atuais. O incentivo à renovação do parque edificado, com apoio a obras de requalificação energética, será fundamental para a redução da pegada ambiental e o aumento do conforto térmico dos edifícios.

5.3. AMBIENTE URBANO

5.3.1. ZONAS VERDES, JARDINS E PARQUES

As zonas verdes, jardins e parques urbanos assumem-se como componentes estruturantes do ordenamento do território, com um contributo determinante para a qualificação do espaço urbano e para a melhoria da qualidade de vida da população. Para além das funções recreativas e de lazer, estes espaços desempenham um papel relevante no equilíbrio ambiental, na regulação microclimática, na promoção da permeabilidade dos solos e na valorização da paisagem urbana, sendo igualmente importantes na mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

Para efeitos do presente relatório, a delimitação das zonas verdes, jardins e parques em contexto urbano foi definida com base na agregação dos espaços verdes (de enquadramento residencial e de equipamentos, de recreio, matas/pinhais e viveiros) e dos parques municipais.

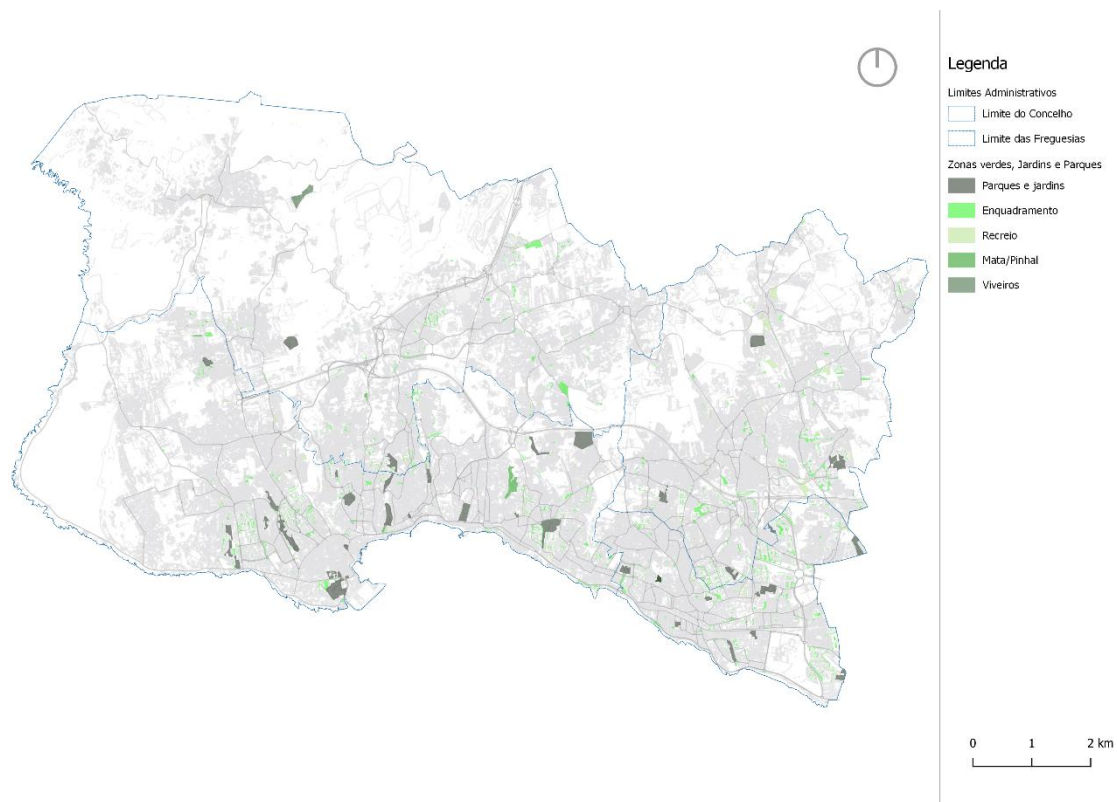


Figura 117 – Distribuição dos Espaços verdes no concelho de Cascais, por tipologia

Fonte: GeoCascais

Em 2023, o concelho de Cascais dispunha de cerca de 229 ha de zonas verdes, jardins e parques municipais, dos quais 93,3 ha correspondiam a parques municipais e 135,3 ha a espaços verdes. Destes últimos, 90,6 ha destinavam-se a espaços verdes de enquadramento, 6,9 ha a matas e pinhais, 33,1 ha a espaços verdes de recreio e 4,6 ha a viveiros. A capitação de espaços verdes no município é ligeiramente superior a 10 m² por habitante.

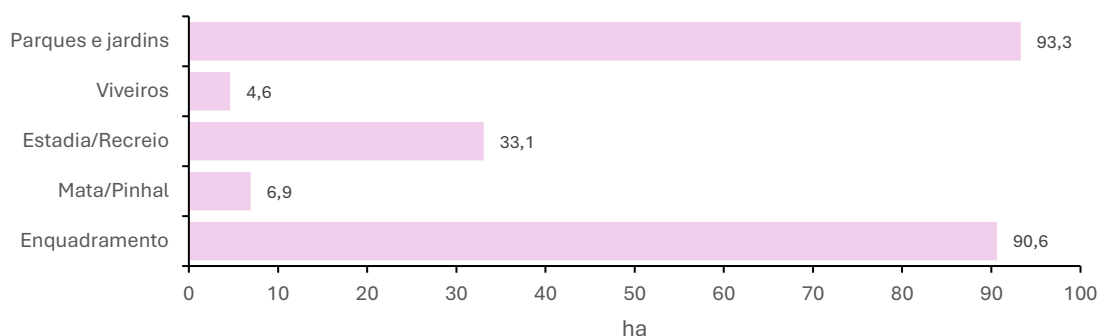


Figura 118 – Espaços verdes no concelho de Cascais, por tipologia

Fonte: GeoCascais

Do total das zonas verdes, jardins e parques existentes no município, 43% localizavam-se na União das Freguesias de Cascais e Estoril, 23% em São Domingos de Rana, 19% na União das Freguesias de Carcavelos e Parede e 14% na freguesia de Alcabideche.

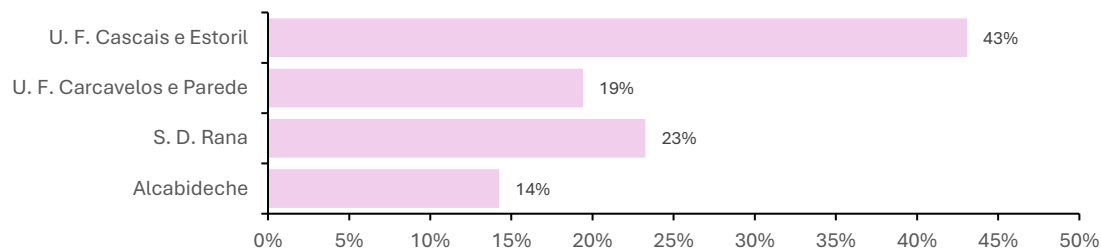


Figura 119 – Distribuição dos Espaços verdes no concelho de Cascais

Fonte: GeoCascais

Arvoredo

A arborização urbana desempenha um papel essencial na qualidade ambiental, sustentabilidade e bem-estar da população. As árvores existentes em espaços públicos contribuem significativamente para a qualidade dos espaços de lazer, dos parques e das áreas pedonais, bem como para a regulação térmica, a retenção de poluentes e a melhoria da drenagem urbana. São também responsáveis por uma significativa captação de carbono e pela regulação do ciclo da água.

A análise das espécies de árvores no concelho, revela uma diversidade considerável, com uma predominância de espécies exóticas (alóctones). As espécies exóticas foram introduzidas ao longo do tempo por razões ornamentais ou de adaptação a espaços urbanos específicos, contribuindo para a diversidade paisagística do concelho, no entanto as árvores autóctones, por estarem naturalmente adaptadas ao clima e ao solo da região, apresentem maior resistência a pragas e doenças, além de exigirem menor manutenção.

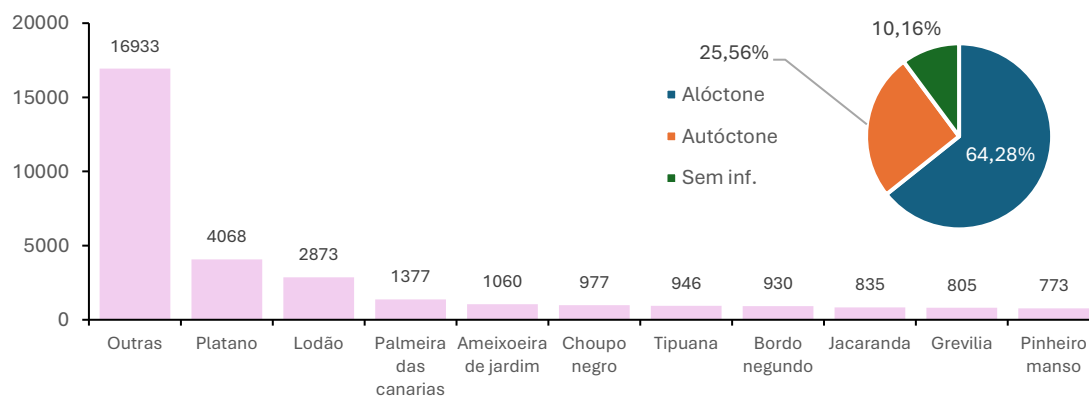


Figura 120 – Espécies de árvores existentes em espaço público do concelho e quantificação

Fonte: GeoCascais

O estado fitossanitário das árvores urbanas indica que a maioria se encontra em boas condições, embora algumas apresentem sinais de deterioração ou necessidade de intervenção.

De acordo com os dados provenientes do projeto iTree – Cascais, é contabilizado um sequestro de carbono de aproximadamente 398 ton/ano.

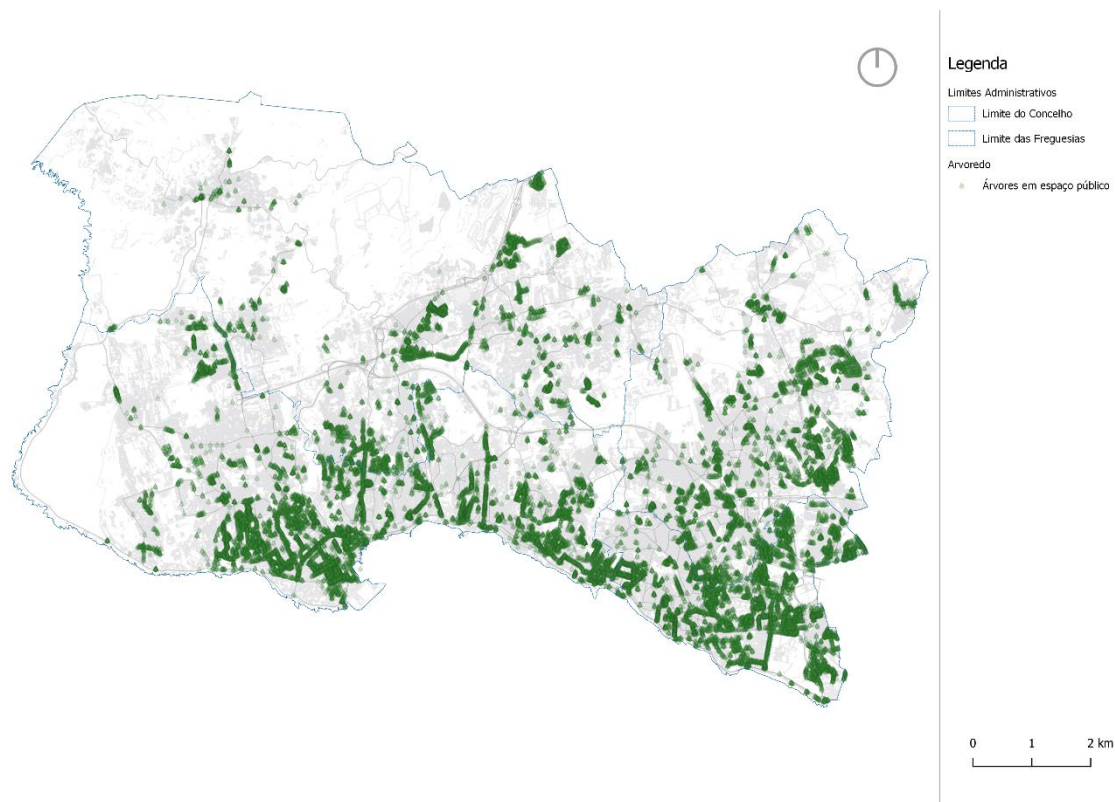


Figura 121 – Distribuição das árvores existentes em espaço público do concelho

Fonte: GeoCascais

5.3.2. HORTAS COMUNITÁRIAS

A grande maioria das hortas comunitárias do concelho de Cascais localizam-se em solo urbano e assumem um papel fundamental na valorização da agricultura local e na promoção da estrutura ecológica municipal.

Ao integrar a prática agrícola em contexto urbano, as hortas comunitárias contribuem para a preservação de saberes rurais, incentivam a produção alimentar sustentável de pequena escala e reforçam a ligação entre a população e o território.

Estas hortas funcionam como espaços multifuncionais que articulam o lazer, a educação ambiental e a participação cívica com a promoção de serviços ecossistémicos, como a melhoria da qualidade do solo, o reforço da biodiversidade urbana e a retenção de águas pluviais.

O programa *Hortas de Cascais*, dinamizado pela Cascais Ambiente desde 2010, inclui hortas comunitárias, hortas escolares e hortas em casa.

Entre 2016 e 2022, foram implementadas 20 novas hortas comunitárias, 2 hortas associativas, 5 pomares e 4 vinhas, abrangendo um total de 3,48 hectares de cultivo. A freguesia de São Domingos de Rana destaca-se pela maior área agrícola (1,61 hectares) e

pelo maior número de parcelas (251). A crescente adesão ao programa reflete-se no aumento contínuo da lista de espera, que passou de 500 candidatos em 2016 para 1900 em 2023, evidenciando o interesse da população por práticas agrícolas sustentáveis e de proximidade.

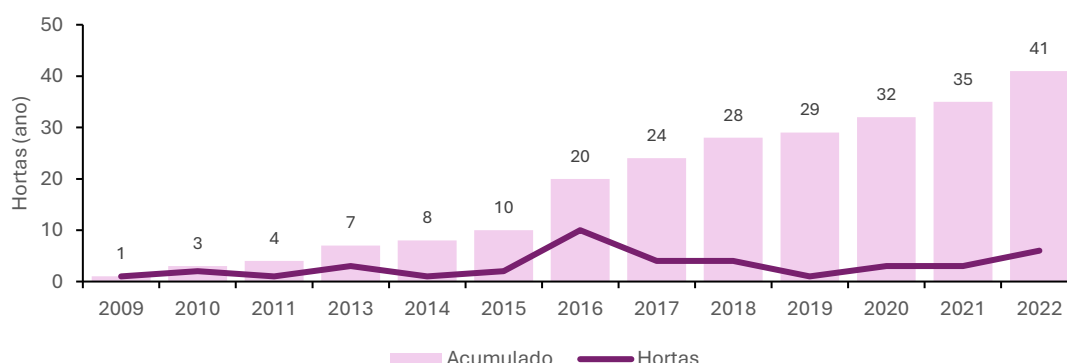


Figura 122 – Evolução das hortas comunitárias

Fonte: GeoCascais/Cascais Ambiente

As hortas urbanas têm cada vez mais um potencial de se tornarem infraestruturas económicas, uma vez que dinamizam comunidades e contribuem para ambientes mais sustentáveis e resilientes.

5.3.3. QUALIDADE DO AR

O Decreto-Lei n.º 02/2010, de 23 de setembro, estabelece os objetivos e as regras para avaliar e gerir a qualidade do ar em Portugal, alinhando-se com as normas da OMS e transpondo as Diretivas 2008/50/CE e 2004/107/CE da UE. Assumindo como principais fins a proteção da saúde pública e do ambiente, através da prevenção e redução de emissões poluentes, o mencionado diploma legal define os requisitos para a implementação de redes de monitorização, fixa valores-limite, objetivos a longo prazo e planos de ação, consolidando legislação dispersa e reforçando a atuação a nível local e nacional.

A classificação da qualidade do ar baseia-se nas concentrações de poluentes registadas na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar (EMQAr), sendo que a classificação final da qualidade do ar num determinado local e momento corresponde à pior entre todas as classificações obtidas para cada poluente, garantindo-se que, se apenas um poluente estiver num nível prejudicial, a classificação geral reflete esse mesmo risco. Essa classificação é apresentada numa escala de cinco cores, geralmente: Muito Bom (verde); Bom (azul); Razoável (amarelo); Fraco (laranja); Mau (vermelho).

Desde 2002, Cascais possui uma estação de monitorização da qualidade do ar ambiente (EMQAr) integrada na rede oficial de qualidade do ar de Lisboa e Vale do Tejo, gerida pela CCDR-LVT, I.P.

Esta estação, inicialmente instalada no mercado de Cascais, foi transferida em 2016, para a Escola da Cidadela. Os poluentes medidos pela estação de Cascais encontram-se na tabela 21.

Tabela 23 - Poluentes medidos na Estação de Qualidade do Ar de Cascais

Poluente	Tipo
PM ₁₀ – Partículas <10 µm	Aerossol atmosférico
O ₃ - Ozono	Ar ambiente
NO ₂ - Dióxido de Azoto	Ar ambiente
NO _x - Óxidos de Azoto*	Ar ambiente
CO- Monóxido de Carbono	Ar ambiente
C ₆ H ₆ – Benzeno	Ar ambiente
No- Monóxido de Azoto*	Ar ambiente

*Estes poluentes não são contemplados para o índice de Qualidade do Ar - QualAr.

Fonte: APA, QualAr.

Com base na informação obtida na estação de qualidade do ar de Cascais, apresenta-se na tabela 22, o índice de qualidade do ar por poluente e o índice global, de 2016 a 2022.

Tabela 24 - Índice de qualidade do ar em Cascais

Índice	NO2	PM10	O3	CO	C6H6	Pior poluente
2022	37%	58%		*	*	58%
2021	41%	62%	90%	*	*	90%
2020	37%	57%	94%	*	*	94%
2019	46%	73%		*	*	73%
2018	40%	78%		*		78%
2017				*	12%	12%
2016	40%			10%	9%	40%

* O monóxido de carbono e o benzeno já não são medidos desde 13/12/2017 e 19/03/2019, respetivamente.

Fonte: APA, QualAr.

Em 2020, Cascais instalou uma rede com onze estações equipadas com sensores de monitorização da qualidade do ar, proporcionando uma ferramenta de apoio à decisão com informação mais representativa das diferentes realidades no município em matéria de qualidade do ar ambiente.

As onze estações, foram distribuídas pelo Concelho, sendo a estação junto à EMQAr da Escola da Cidadela essencial para aferir a precisão e exatidão dos sensores por comparação com o método de referência.

5.4. EQUIPAMENTOS DE UTILIDADE PÚBLICA

O concelho de Cascais dispõe de um conjunto alargado e diversificado de equipamentos coletivos, distribuídos por várias áreas de intervenção, designadamente educação, saúde, ação social, desporto, cultura, administração pública, segurança pública e proteção civil, o que traduz a complexidade funcional do território.

Importa, contudo, esclarecer que o número total de equipamentos resultante da agregação por áreas de intervenção não corresponde ao número real de infraestruturas existentes no concelho, uma vez que determinados equipamentos assumem um carácter multifuncional, integrando simultaneamente valências associadas a mais do que um domínio.

Neste contexto, a análise desenvolvida não tem como objetivo a quantificação exata das infraestruturas, mas antes a obtenção de uma leitura espacial da sua distribuição no território e das respetivas áreas de intervenção, enquanto suporte à avaliação do sistema de equipamentos no âmbito do ordenamento do território municipal.

Em 2023, a distribuição territorial dos equipamentos evidenciava uma marcada concentração na U. F. de Cascais e Estoril, onde se localizavam cerca de 40% do total identificado, seguindo-se a U. F. de Carcavelos e Parede, que agregava aproximadamente 24% da oferta, e as freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana, ambas responsáveis por cerca de 18% dos equipamentos existentes no concelho.

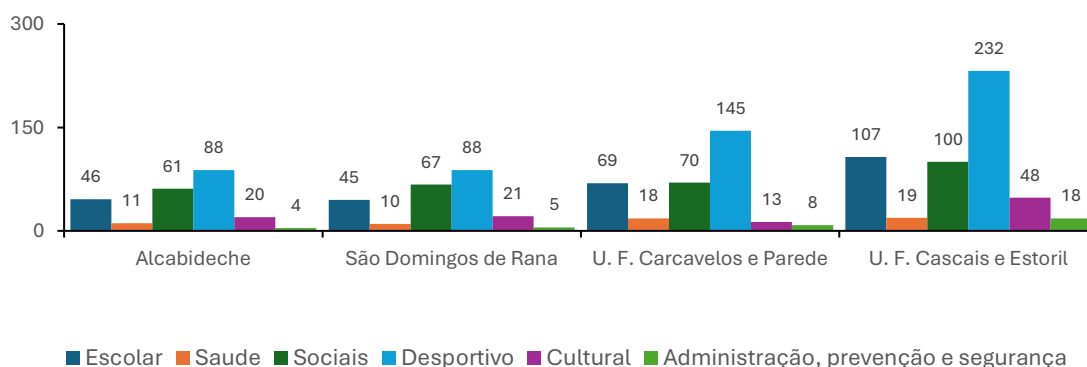


Figura 123 – Nº de equipamentos no concelho, por tipologia e freguesia

Fonte: GeoCascais

5.4.1. EQUIPAMENTOS DE ENSINO

A Carta Educativa de Cascais estabelece o quadro de referência para o planeamento da rede educativa municipal, definindo critérios para a localização e dimensionamento dos equipamentos de ensino. Tem como objetivo assegurar uma oferta educativa ajustada à evolução demográfica, promovendo a equidade e a qualidade no acesso à educação.

A primeira Carta Educativa foi elaborada em 2002, no âmbito do Decreto-Lei n.º 7/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração deste tipo de documento em todos os municípios. Nessa fase inicial, o enfoque recaiu sobre o levantamento e diagnóstico da rede escolar existente, identificando necessidades de requalificação e projetando a evolução demográfica e a procura educativa. Tratou-se, assim, de um documento essencialmente técnico, orientado para a gestão racional das infraestruturas e para o planeamento futuro do território escolar.

Face às transformações sociais e demográficas, entretanto ocorridas, nomeadamente a emergência de novos padrões de mobilidade e a diversificação da oferta formativa, tornou-se necessária uma revisão aprofundada, que culminou na elaboração da Carta Educativa de 2018. Esta nova edição adotou uma abordagem mais abrangente e integrada, articulando-se com o Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM) e incorporando uma dimensão participativa reforçada, através do envolvimento ativo das escolas, das famílias e das associações locais.

Entre os principais objetivos da Carta de 2018 destacam-se: o reordenamento da rede escolar pública; a requalificação e construção de novas escolas; a melhoria da acessibilidade e da equidade; e a promoção da qualidade e inovação pedagógica. O documento assumiu, assim, um carácter mais estratégico, ajustado às novas realidades e à visão de uma educação centrada no desenvolvimento local e na coesão social.

Neste contexto, foram definidas as seguintes ações estratégicas com vista ao reforço da qualidade e da equidade educativa no concelho, encontrando-se a sua maioria em desenvolvimento:

Tabela 25 - Plano de Ação da Carta Educativa de 2018

Ação	Plano de Ação - FASE IV Carta Educativa	Realizado	Não realizado	Em curso
I.2.1	Reorganização dos Agrupamentos de Escolas do Município de Cascais			X
I.2.2	Substituição da Escola Secundária de Cascais			X
I.2.3	Requalificação e ampliação da EB Ibn Mucana			X
I.2.4	Beneficiação da EB de Alcabideche			X
I.2.4	Substituição da EB de Santo António		X	
I.2.5	Reabilitação da Escola Secundária de São João do Estoril			X
I.2.6	Manutenção/beneficiação da EB de São João do Estoril			X
I.2.7	Manutenção/beneficiação da Escola Secundária Fernando Lopes Graça			X
I.2.8	Manutenção/beneficiação da Escola Secundária da Cidadela			X
I.2.9	Manutenção/beneficiação da EB de Alapraia			X
I.2.10	Manutenção/beneficiação da EB e Secundária de Alvide			X
I.2.11	Manutenção/beneficiação da EB e Secundária Matilde Rosa Araújo			X
I.2.12	Requalificação e adaptação da EB de Cascais (A. Pereira Coutinho)		X	
I.2.13	Ampliação, com novas instalações para o 1º ciclo e pré-escolar, da EB de Santo António	X		
I.2.14	Ampliação e beneficiação da EB do Arneiro	X		
I.2.15	Construção da EB do "PP Sul de Carcavelos"			X
I.2.16	Introdução da educação pré-escolar na EB nº 4 da Parede	X		
I.2.17	Suspensão do 1º ciclo na EB Manuel Gaião e reforço da oferta de pré-escolar		X	
I.2.18	Reforço da Oferta de Pré-escolar na EB António Torrado		X	
I.2.19	Introdução da educação pré-escolar na EB de Lombos	X		

Fonte – PDM e CMC/DED

A rede escolar do concelho de Cascais, de acordo com o GeoCascais, é constituída por 157 estabelecimentos de ensino, dos quais 68 pertencem ao setor público e 89 ao setor privado.

No que respeita ao ensino público, a rede encontra-se estruturada em 12 agrupamentos escolares, que organizam e gerem um conjunto de 68 escolas distribuídas por diferentes ciclos de ensino, garantindo uma cobertura completa desde o pré-escolar até ao ensino secundário.

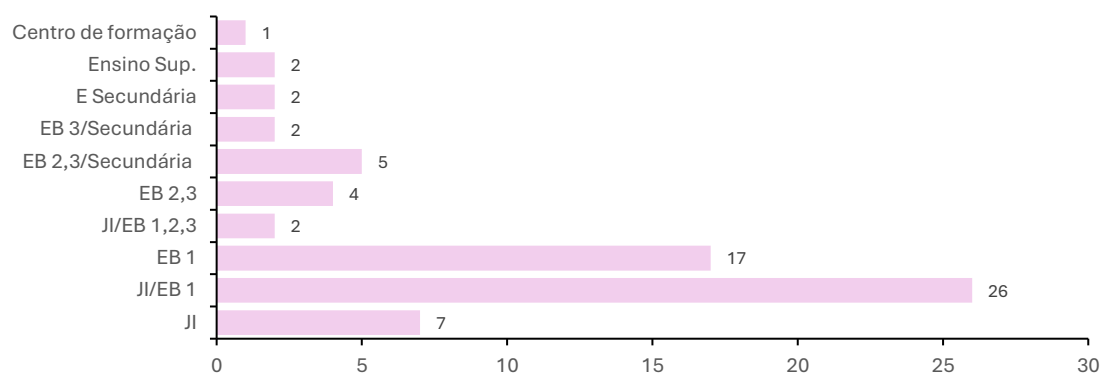


Figura 124 – Rede escolar pública, no concelho

Fonte: GeoCascais

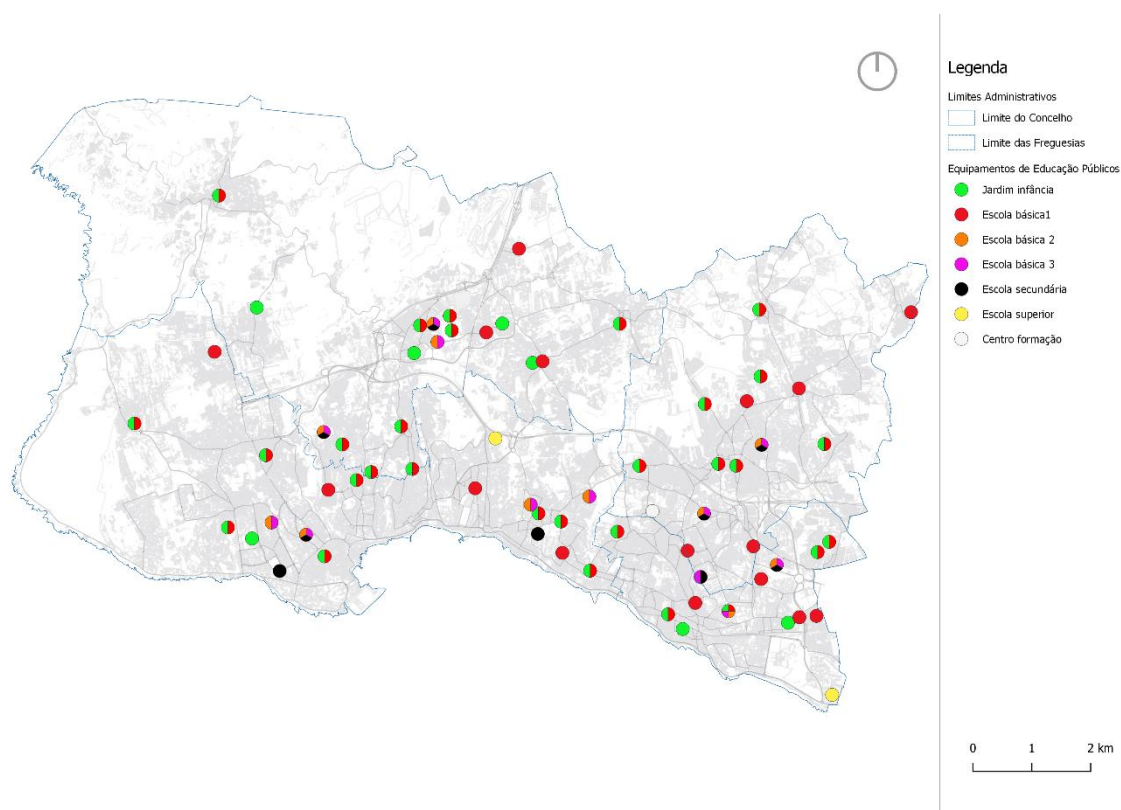


Figura 125 – Distribuição da rede escolar pública, no concelho

Fonte: GeoCascais

A rede escolar privada, composta por 89 escolas, está presente em todas as freguesias. A sua distribuição concentra-se maioritariamente na U. F. de Cascais e Estoril (46%), seguindo-se a U. F. de Carcavelos e Parede (24%), São Domingos de Rana (18%) e Alcabideche (11%).

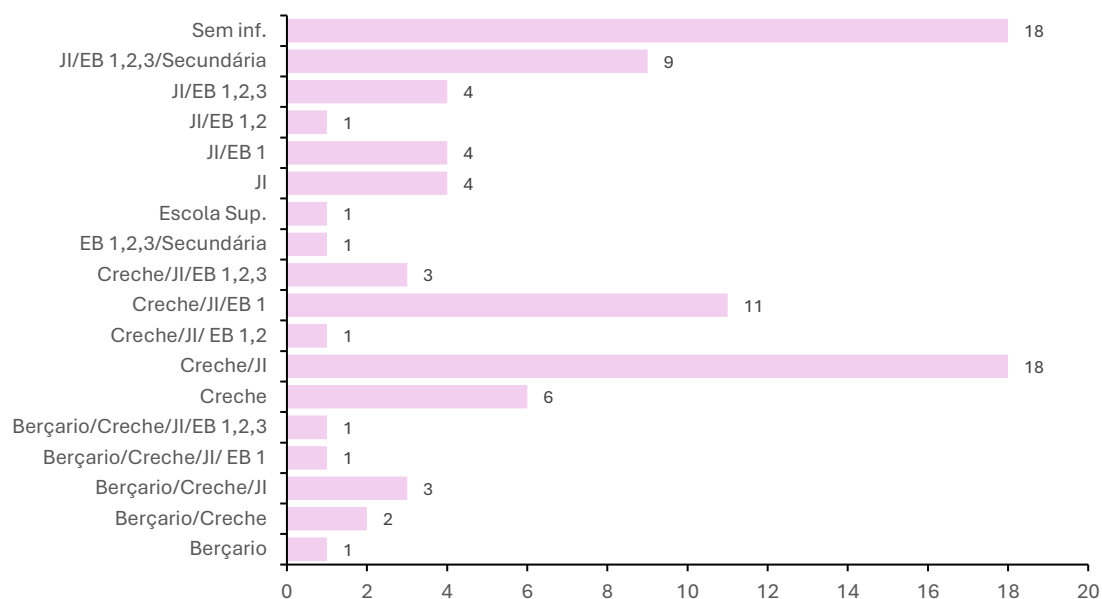


Figura 126 – Rede escolar privada, no concelho

Fonte: GeoCascais

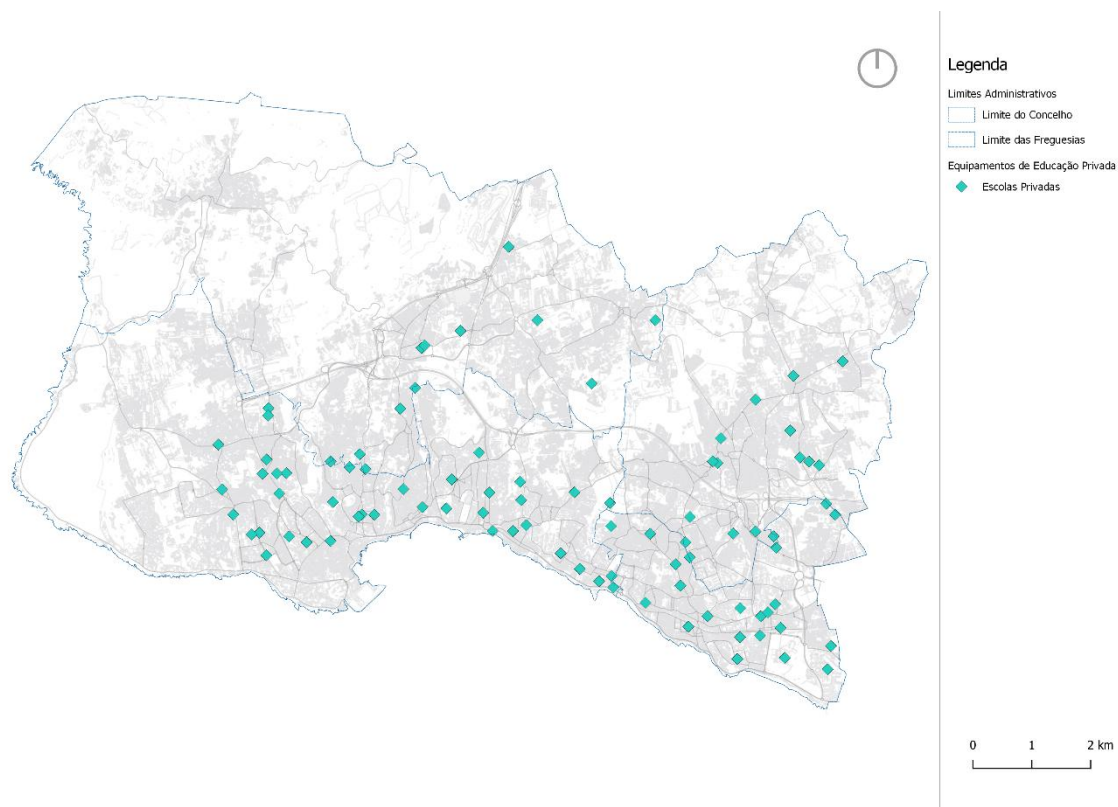


Figura 127 – Distribuição da rede escolar privada, no concelho

Fonte: GeoCascais

Ao contrário do setor público, cuja oferta educativa se inicia no Jardim de Infância, o setor privado assegura uma cobertura mais abrangente das primeiras idades, integrando berçários e creches, o que reforça a sua capacidade de resposta às necessidades das famílias.

Importa salientar que a ausência de oferta pública para a faixa etária dos 0 aos 3 anos (berçários e creches) é colmatada pelas respostas sociais existentes no concelho, asseguradas por entidades do setor solidário e do setor privado, conforme anteriormente referido.

Salienta-se ainda a existência de três estabelecimentos do ensino superior, dois públicos e um privado.

Encontra-se em curso uma nova revisão da Carta Educativa, em articulação com um novo PEEM. Esta atualização visa dar resposta às recentes mudanças legislativas, demográficas e sociais, garantindo que a rede educativa, pública e privada, se mantém adequada às necessidades atuais e futuras da população.

5.4.2. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

A prestação de cuidados de saúde em Portugal está organizada em três níveis: primários, secundários ou hospitalares e terciários ou continuados integrados.

Até 2023, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) encontrava-se estruturado em Regiões de Saúde, coordenadas pelas Administrações Regionais de Saúde (ARS). O concelho de Cascais integrava, nesse modelo, a Região de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), que abrangia 15 Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), entre os quais o ACES Cascais, responsável pela rede local de cuidados de saúde primários.

No âmbito da reorganização do SNS, iniciada em 2023, este modelo foi substituído por uma nova estrutura baseada nas Unidades Locais de Saúde (ULS), entidades que integram, sob uma mesma gestão, os cuidados primários, hospitalares e continuados promovendo a coordenação e continuidade dos cuidados.

O concelho de Cascais passou, então, a integrar a ULS Lisboa Ocidental, que abrange igualmente o concelho de Oeiras e algumas freguesias do concelho de Lisboa.

Esta unidade inclui os hospitais de Egas Moniz, Santa Cruz e São Francisco Xavier, bem como o Hospital de Cascais Dr. José de Almeida, que mantém a sua gestão em regime de parceria público-privada, pese embora esteja funcionalmente integrado na rede pública de cuidados.

No concelho de Cascais, assinala-se a existência de dois hospitais de gestão privada — o Hospital Ortopédico de Sant'Ana e o Hospital CUF Cascais — que complementam a oferta hospitalar existente. O Hospital Ortopédico de Sant'Ana, embora integrado no setor privado, é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), configurando uma parceria de natureza público-social que presta cuidados no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

No que respeita aos cuidados de saúde primários, o concelho de Cascais possui 6 equipamentos distribuídos por cada uma das freguesias: os Centros de Saúde de São João do Estoril, São Domingos de Rana, Cascais, Alcabideche e Parede, e ainda o Polo de Saúde de Carcavelos

Quanto aos cuidados hospitalares terciários ou de continuados integrados, encontram-se instalados no concelho 2 equipamentos, a Unidade de Cuidados Continuados Integrados Maria José Nogueira Pinto e o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, ambos pertencentes à SCML.

Salienta-se que no período em análise, foram realizadas obras de remodelação no Centro de Saúde da Parede, de reabilitação no antigo Edifício dos SMAS Cascais/Águas de Cascais, entretanto reabilitado para o novo Centro de Saúde de Cascais, e construído o Polo de Saúde de Carcavelos.

Para além da oferta mencionada anteriormente, encontra-se disponível um conjunto de clínicas médicas e laboratórios de análises clínicas, como a Clínica Cirúrgica de Carcavelos (clínica da Joaquim Chaves Saúde), a Clínica CUF São Domingos de Rana, o Centro de Saúde Misericórdia de Cascais, a Clínica Baía de Cascais e o Centro Psicogeriátrico de Nossa Senhora de Fátima (sob tutela do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus).

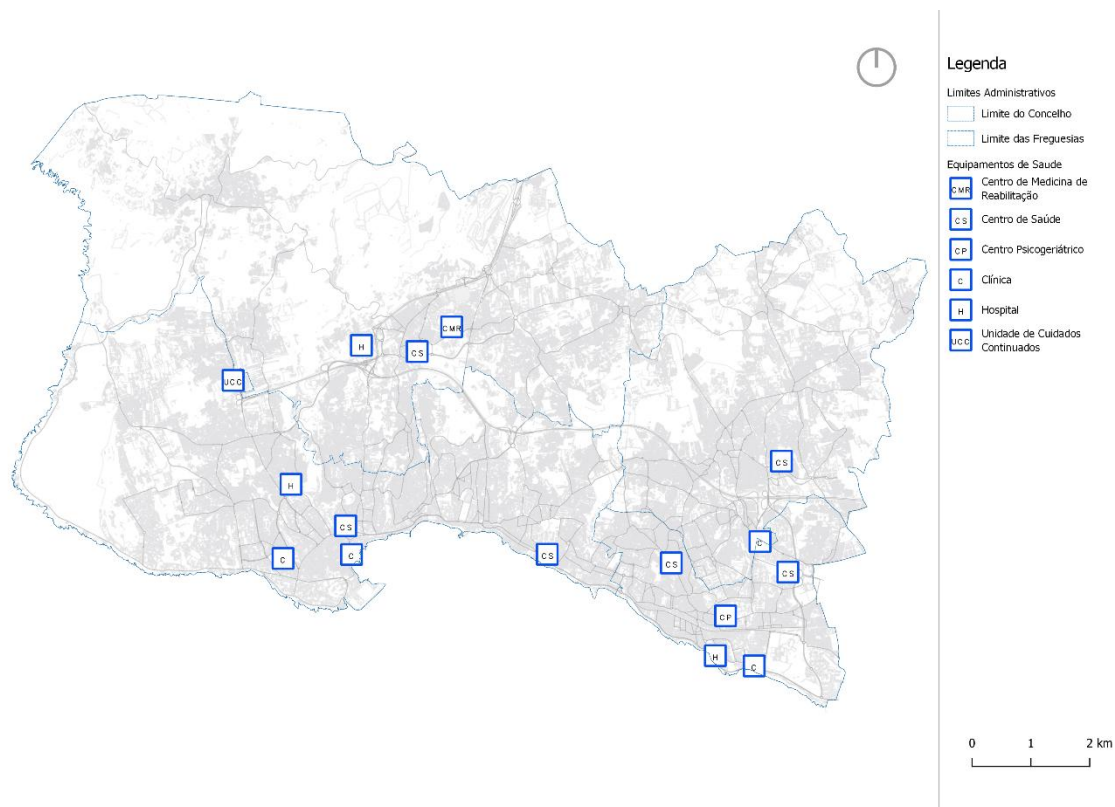


Figura 128 - Equipamentos de saúde da rede pública - hospitais e unidades funcionais

Fonte: CMC, GeoCascais

No que concerne ao número de farmácias, em 2024 o município contava 42 estabelecimentos desta natureza. Assim, considerando as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) de 25 farmácias por 100.000 habitantes, seria desejável a instalação de mais 11 farmácias no concelho.

O mapa abaixo ilustra a sua distribuição pelo Concelho, observando-se que existem locais no concelho que se encontram a uma distância superior a 1km deste tipo de estabelecimento.

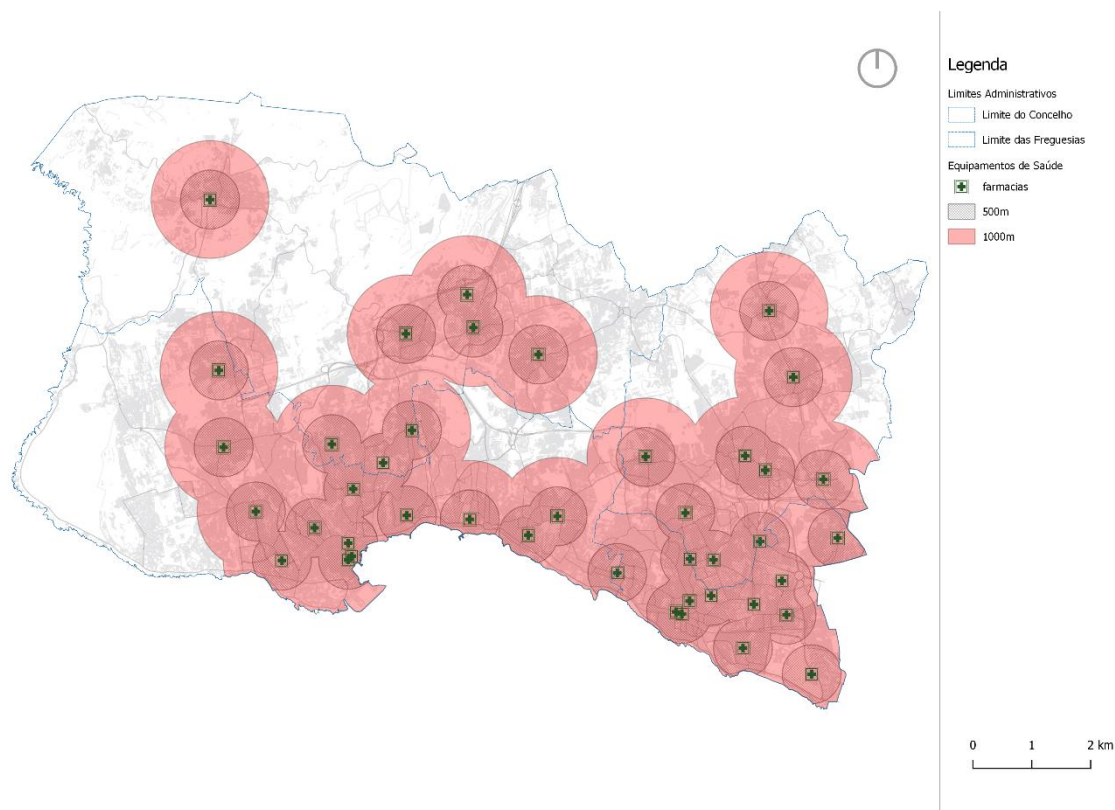


Figura 129 - Localização das Farmácias

Fonte: GeoCascais

Apesar de não existir uma Carta Municipal de Equipamentos de Saúde, o PDM de 2015 preconizava a elaboração de uma Estratégia Local de Promoção da Saúde, assente em dois eixos complementares:

- (i) a promoção de um cluster de saúde e bem-estar;
- (ii) a constituição de um Fórum Concelhio para a Promoção da Saúde.

O Fórum Concelhio para a Promoção da Saúde de Cascais, criado em 2015, constitui um espaço permanente de cooperação interinstitucional, reunindo o município, a ULS Lisboa Ocidental e diversas entidades públicas e privadas. Garante a articulação entre o Perfil Local de Saúde, o Plano Local de Saúde e o Plano Local de Promoção da Saúde (PLPS), contribuindo para a monitorização e execução das políticas locais de saúde.

O Perfil Local de Saúde de Cascais (2024) constitui o principal instrumento de diagnóstico, caracterizando a situação de saúde da população, os seus determinantes e a rede de cuidados existente.

Com base nesse diagnóstico, foi elaborado o Plano Local de Saúde de Cascais 2025-2030, instrumento programático da ULS Lisboa Ocidental, que define prioridades e metas de intervenção alinhadas com o Plano Nacional de Saúde 2030 e o Plano Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. Paralelamente, manteve-se em vigor até 2025 o Plano Local de Promoção da Saúde (PLPS) 2021-2025, coordenado pela Rede Social de Cascais e pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS), centrado na promoção do bem-estar e na redução das desigualdades sociais em saúde.

5.4.3. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Os equipamentos e respostas sociais constituem infraestruturas essenciais de apoio à coesão social, assegurando a prestação de serviços de proximidade dirigidos a diferentes grupos populacionais — infância e juventude, população adulta, idosos, famílias e comunidades. Estes equipamentos desempenham um papel determinante na promoção da inclusão, na redução das desigualdades e na melhoria da qualidade de vida, assumindo-se como um dos eixos centrais da rede concelhia de apoio social.

No concelho de Cascais, foi elaborado um primeiro diagnóstico dos equipamentos sociais em 2004, a “Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais”, que integrou o PDM de 2015 e que foi atualizada em 2018, com base no “Diagnóstico Social de Cascais”, que permitiu a definição da “Programação da Rede de equipamentos e respostas Sociais no Concelho de Cascais”.

De acordo com os dados recolhidos pelo CEDRU no plano dos “Inquéritos aos Serviços e Respostas” realizados, em 2016, existiam 313 equipamentos coletivos de âmbito social no concelho.

De acordo com os dados existentes no GeoCascais e a informação disponibilizada pela Divisão de Planeamento e Rede Social (DRES), em 2023, registam-se 298 equipamento de cariz social.

Importa salientar que um mesmo equipamento pode integrar mais do que uma resposta social, sendo frequente a partilha de instalações por diferentes entidades ou serviços.

Observa-se uma distribuição maioritariamente orientada para a infância e juventude, representando 50% do total, seguindo-se as respostas dirigidas à população adulta com 27%, e à família e comunidade com 12%.

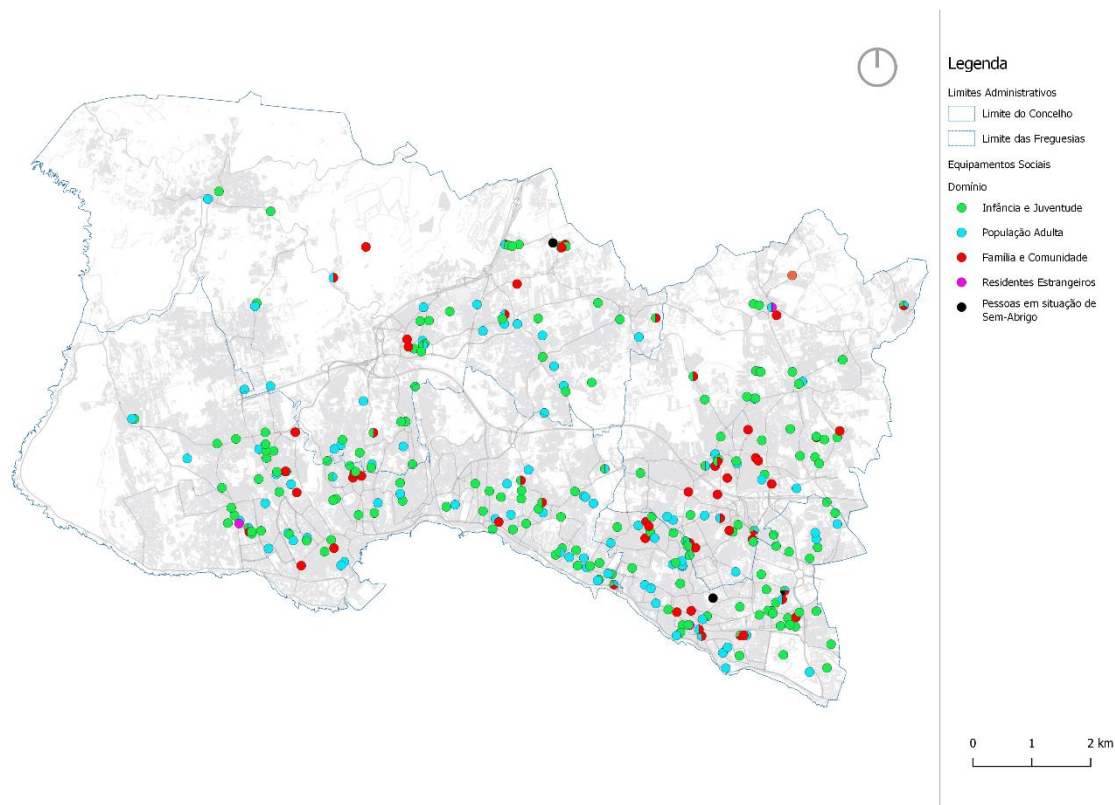


Figura 130 – Equipamentos sociais

Fonte: GeoCascais, CMC/DDS e CMC/DPE

Tabela 26 -Nº de equipamentos por Domínio social

Domínio	Nº de equipamentos
Infância e Juventude	152
População Adulta	82
Família e Comunidade	37
Pessoas em situação de Sem-Abrigo	2
Residentes Estrangeiros	1
Família e Comunidade + Pessoas em situação de Sem-Abrigo	2
Infância e Juventude + Família e Comunidade	6
Infância e Juventude + População Adulta	5
Infância e Juventude + População Adulta + Família e Comunidade	5
Infância e Juventude + População Adulta + Família e Comunidade + Pessoas em situação de Sem-Abrigo	1
População Adulta + Família e Comunidade	8
População Adulta + Residentes Estrangeiros	2

Fonte: GeoCascais, CMC/DDS e CMC/DPE

A análise evolutiva entre 2016 e 2023 evidencia assim tendências diferenciadas nas respostas sociais. O número de creches registou uma redução de cerca de 20%, acompanhando o decréscimo da população dos 0 aos 3 anos, que diminuiu aproximadamente 21%. No caso dos equipamentos destinados à população idosa, verifica-se um aumento de 11% no número de centros de dia, contrastando com uma redução de 28% nas ERPI, apesar do crescimento de 32% da população com mais de 65 anos.

No horizonte do Objetivo 2030, definido no Relatório Final da Programação da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais do concelho de Cascais, está prevista a expansão da oferta de 17 novas creches/creches familiares, 22 centros de dia e 22 ERPI, procurando responder ao envelhecimento demográfico e às necessidades emergentes de apoio à infância e à população idosa.

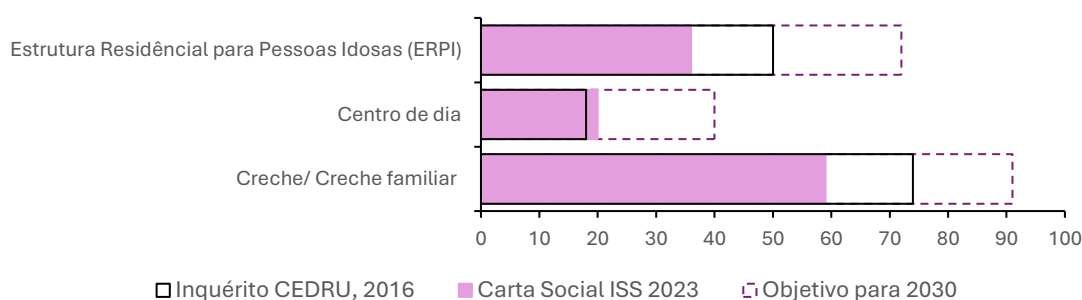


Figura 131 – Nº de equipamentos – Inquérito CEDRU e Carta Social ISS

Fonte: CEDRU e CMC/DHS

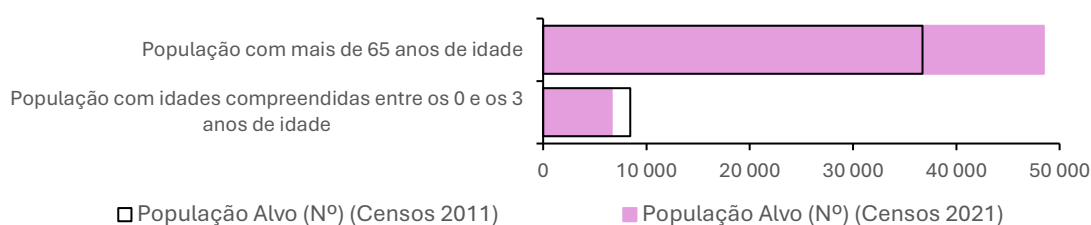


Figura 132 – População alvo

Fonte: INE

5.4.4. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

A rede de equipamentos desportivos de Cascais representa um elemento estruturante do sistema de equipamentos coletivos, assegurando a disponibilização de espaços adequados à prática desportiva formal e informal. A sua implantação no território promove a proximidade, a utilização regular pela população e o desenvolvimento de atividades de âmbito escolar, associativo e municipal.

A Carta do Desporto de Cascais, aprovada em 2009 e enquadrada no PDM de 2015, constituiu o instrumento de referência para a caracterização da rede de equipamentos e para a definição de projetos de investimento municipal. O documento identificou 46 projetos de desenvolvimento desportivo.

A atualização realizada no âmbito do REOT permitiu apurar o respetivo estado de execução: 14 projetos encontram-se concluídos, 26 não foram desenvolvidos e, para 6, não foi possível validar informação.

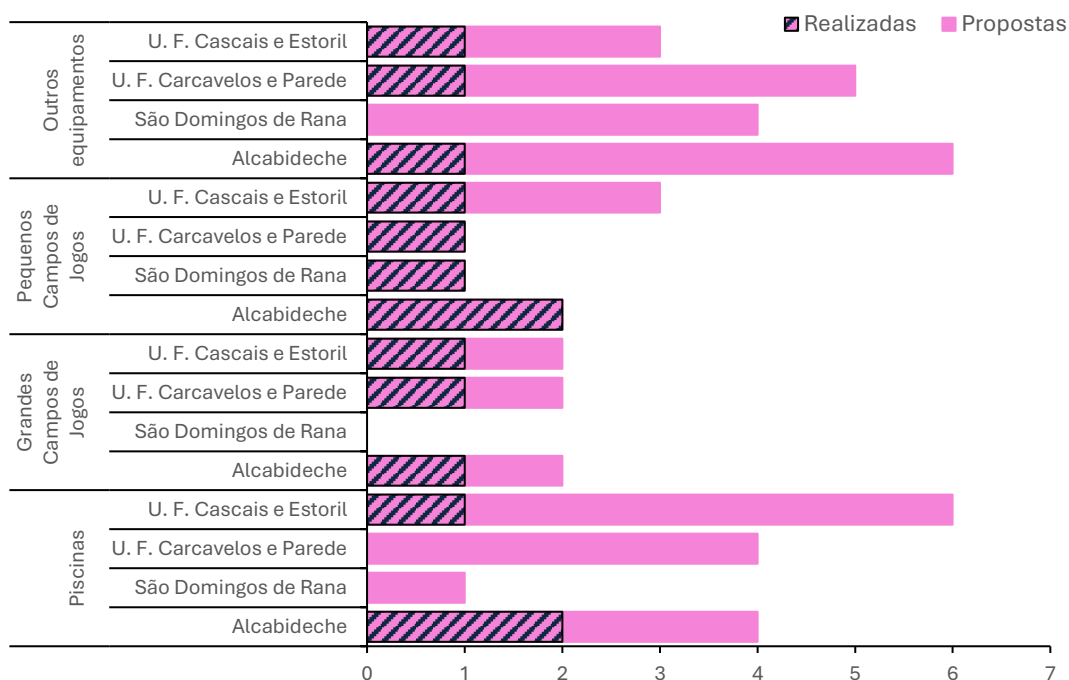


Figura 133 – Projetos municipais indicados na Carta do Desporto (de 2009) e grau de realização (em 2023)

Fonte: Carta de Desporto do Concelho de Cascais – Programa de execução

Em 2023, identificaram-se 554 instalações desportivas no concelho, distribuídas por um universo de 252 equipamentos desportivos. Entre 2009 e 2023 verificou-se um crescimento significativo do número total de instalações, refletido na construção de 52 Polidesportivos, 30 Campos de Padel, 8 Pavilhões, 9 Salas de Desporto Recreativo, 13 Picadeiros e 8 Redondéis.

O crescimento considerável do nº de Instalações Recreativas Diversas deve-se maioritariamente à instalação de Equipamentos de fitness (+15) e Fitness parks (+38).

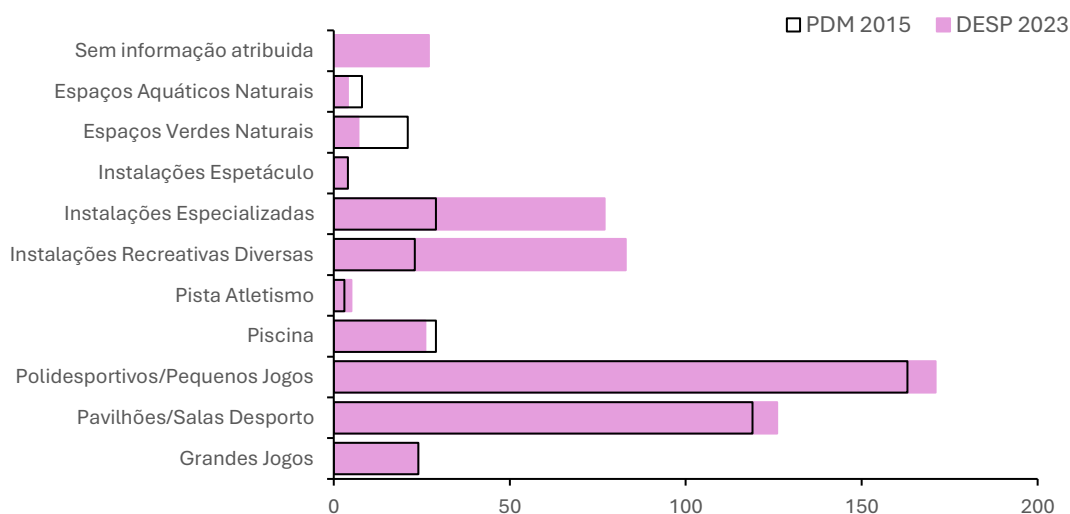


Figura 134 – Evolução do nº de instalações desportivas entre 2015 e 2023

Fonte: GeoCascais, CMC/DAF e CMC/DPE

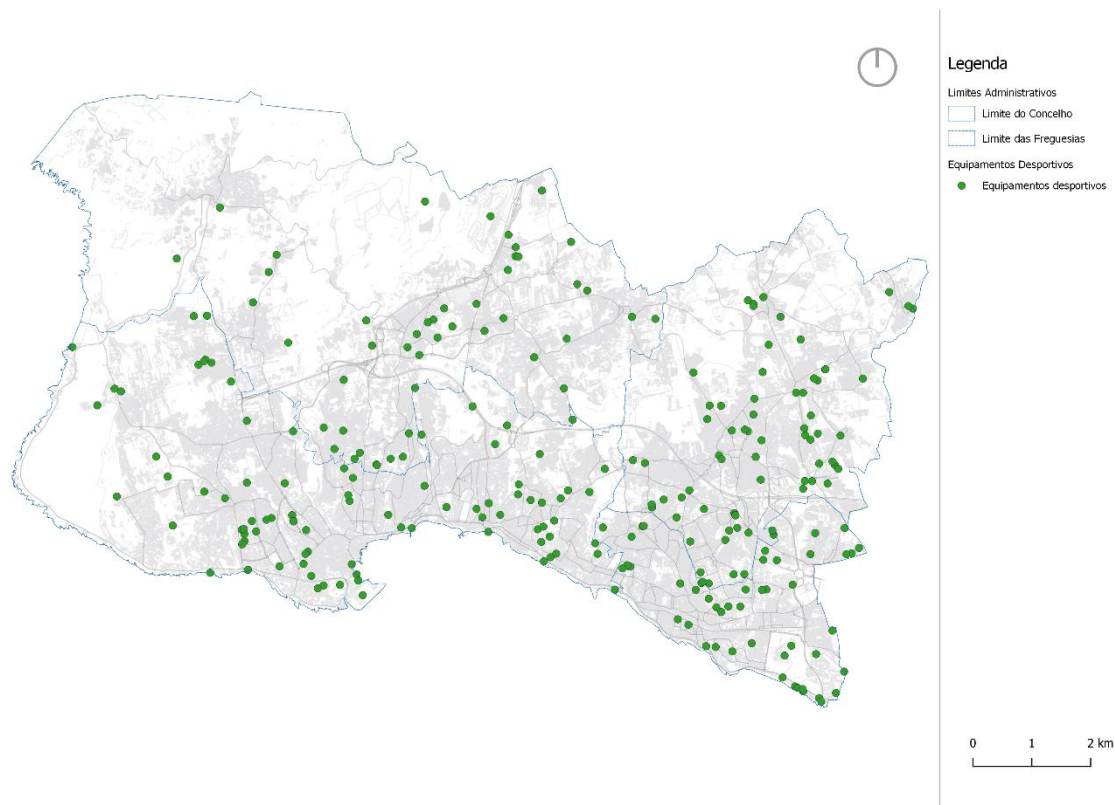


Figura 135 – Distribuição dos equipamentos desportivos

Fonte: GeoCascais e CMC/DAF

Apesar deste reforço generalizado da oferta, registou-se uma redução no número de Piscinas, com menos 3 equipamentos face ao período anterior.

Salienta-se ainda que 50% das instalações desportivas apresentam um estado de conservação considerado bom, enquanto a proporção de equipamentos classificados em mau estado é de aproximadamente 5%, evidenciando um quadro geral de adequadas condições de uso e manutenção da infraestrutura desportiva existente.

5.4.5. EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Os equipamentos culturais desempenham um papel estruturante na qualificação territorial, na promoção da coesão social e no reforço da identidade local, contribuindo para a dinamização económica e para a valorização patrimonial do concelho.

No caso de Cascais, a rede cultural assume particular relevância pela diversidade de infraestruturas existentes e pela articulação entre espaços dedicados às artes e ao património. A análise dos equipamentos culturais pretende avaliar a evolução do nº de equipamentos e a distribuição territorial.

No Relatório dos Estudos de Caracterização do PDM de 2015, encontram-se identificados 86 equipamentos com função cultural dominante ou com valência cultural reconhecida, distribuídos por 14 tipologias. De acordo com o cadastro existente no GeoCascais,

atualmente encontram-se registados 56 equipamentos culturais, organizados em 15 tipologias.

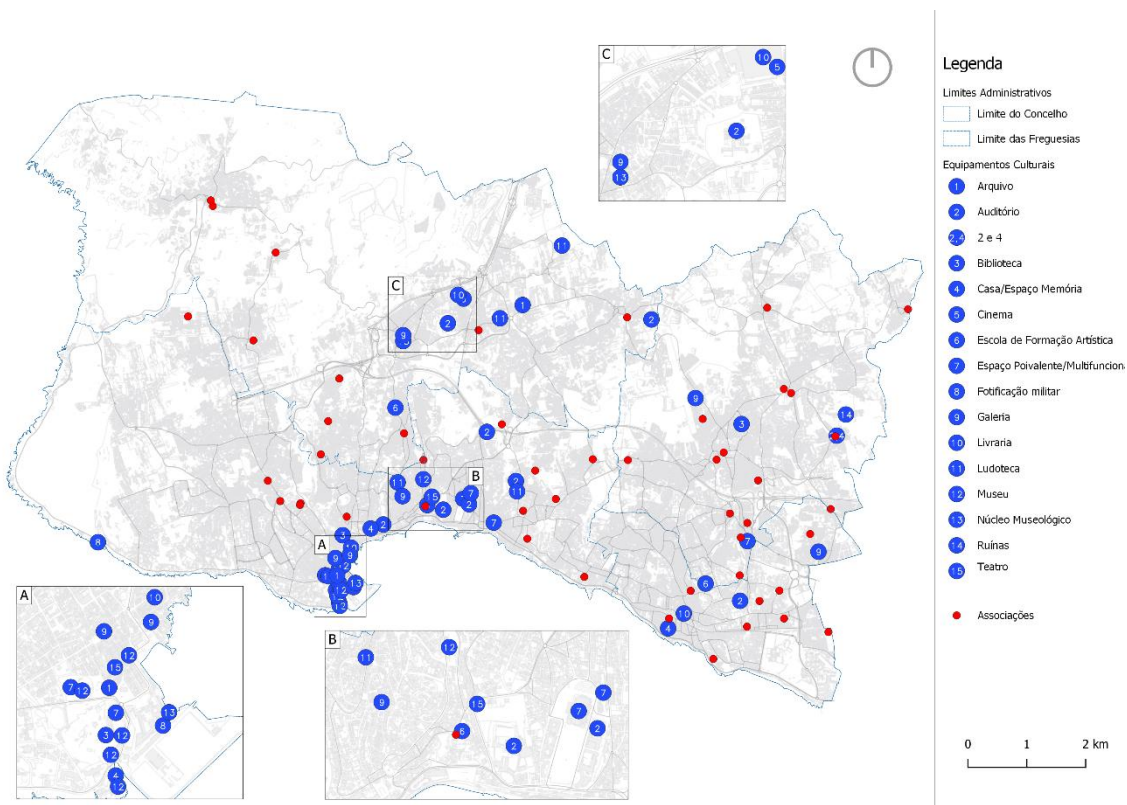


Figura 136 – Distribuição dos equipamentos culturais

Fonte: GeoCascais e CMC/DAB

No período em análise, os postos de turismo foram extintos e foram consideradas três novas tipologias: as Escolas de Formação Artística, as Fortificações Militares e as Ruínas. Registaram-se igualmente alterações de funcionalidade em alguns equipamentos, designadamente o Forte de São Jorge de Oitavos, que passou de Centro Interpretativo a Forte Militar, e o Farol Museu de Santa Marta, anteriormente classificado como Centro Interpretativo, atualmente identificado como Museu.

A redução do nº de equipamentos culturais deve-se ao facto de nesta análise se ter optado por se deixar de considerar as Bibliotecas escolares, por não terem acesso público.

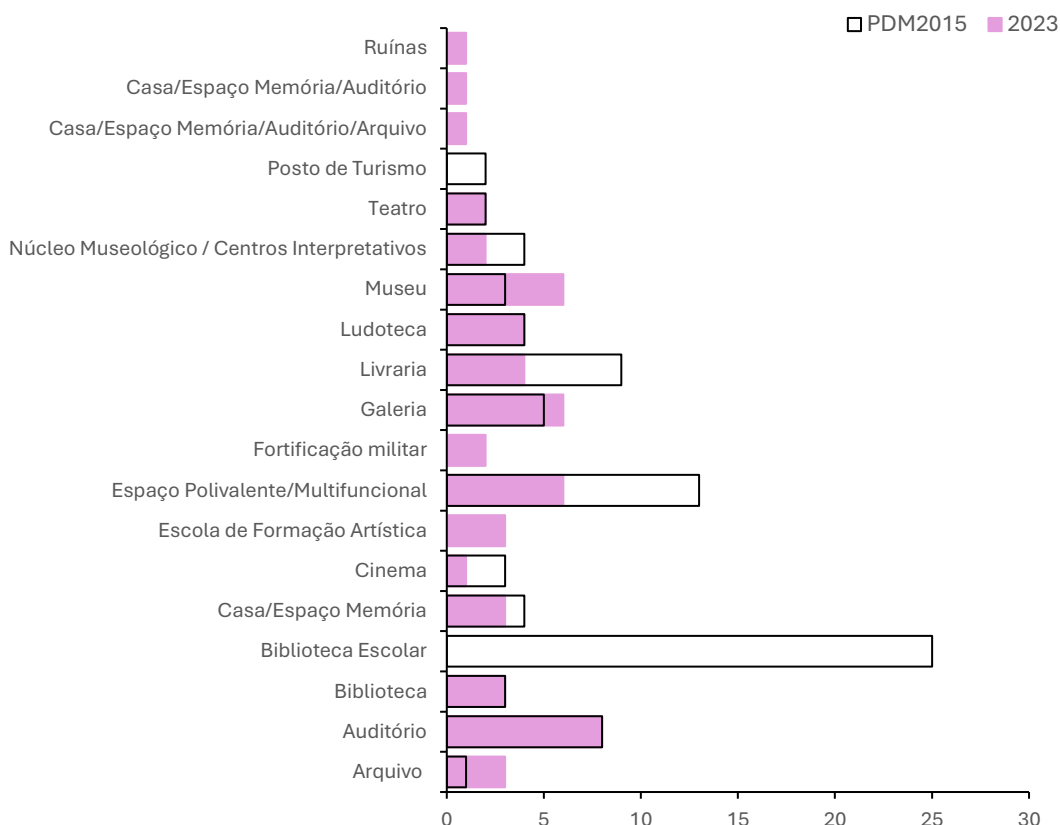


Figura 137 – Evolução do nº de equipamentos culturais, por tipologia

Fonte: PDM, GeoCascais e CMC/DAB

Em termos de distribuição geográfica, mantém-se a predominância de equipamentos culturais a sul da A5, com particular concentração ao longo do litoral. Nas áreas a norte e no interior do concelho, a oferta cultural continua a assentar sobretudo em bibliotecas, espaços polivalentes ou multifuncionais e ludotecas.

5.4.6. EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS, DE PREVENÇÃO E DE SEGURANÇA PÚBLICA

Equipamentos administrativos

No que concerne à administração pública, em Cascais constata-se a existência de infraestruturas pertencentes à administração local e à administração central. O exercício da atividade administrativa a nível local distribui-se por oito áreas administrativas, distribuídas por vários edifícios no território concelhio, além das juntas de freguesia, Assembleia Municipal de Cascais e os Paços do Concelho, sede do executivo municipal.

No que diz respeito à administração central, o concelho contabiliza duas Repartições de Finanças (Cascais 01 e 02), duas Conservatórias do Registo Predial, uma Conservatória do Registo Civil, uma Conservatória do Registo Comercial, um tribunal da comarca, dois estabelecimentos prisionais e a Capitania do Porto de Cascais. Até 2023 contou, também, com a existência de uma Delegação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). No

entanto, com a extinção e transferência de competências para a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), passou a ter uma Loja AIMA.

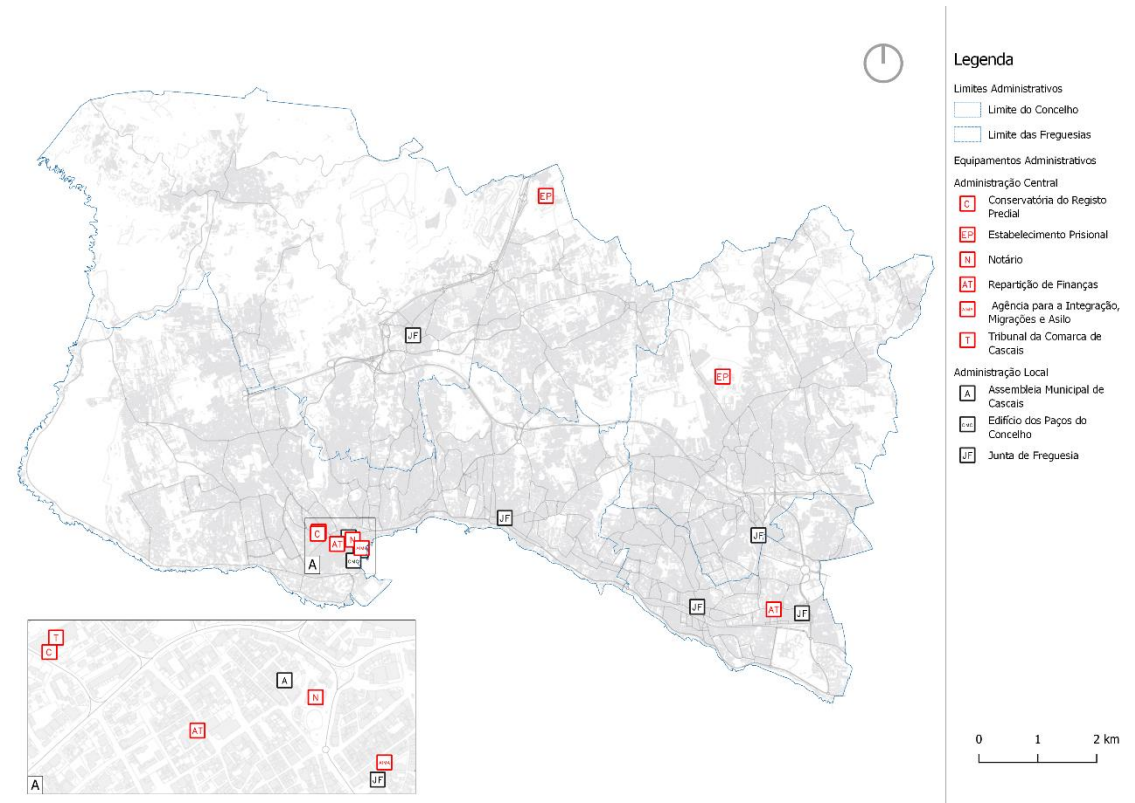


Figura 138 – Distribuição dos equipamentos da administração pública

Fonte: GeoCascais

Tabela 27 - Equipamentos da administração pública

Administração	Tutela	Equipamento
Central	Ministério da Justiça	Tribunal da Comarca de Cascais
		Estabelecimento Prisional do Linhó
		Estabelecimento Prisional de Tires
		Notário
	Conservatória do Registo Predial	
Local	Ministério das Finanças e da Administração Pública	Repartições de Finanças de Cascais (01 e 02)
	Ministério da Administração Interna	AIMA (antigos Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)
		Juntas de Freguesia
		Assembleia Municipal
	DGAL e o Ministério da Coesão Territorial	Câmara Municipal

Fonte: GeoCascais

Equipamentos de prevenção e de segurança pública

Relativamente às forças e serviços de segurança, há a registar um quartel da GNR e um posto de trânsito, diversas esquadras da PSP distribuídas pelo território, incluindo unidades especializadas, instalações da Polícia Marítima, com sede e cais operacional, bem como a sede e o parque de viaturas da Polícia Municipal.

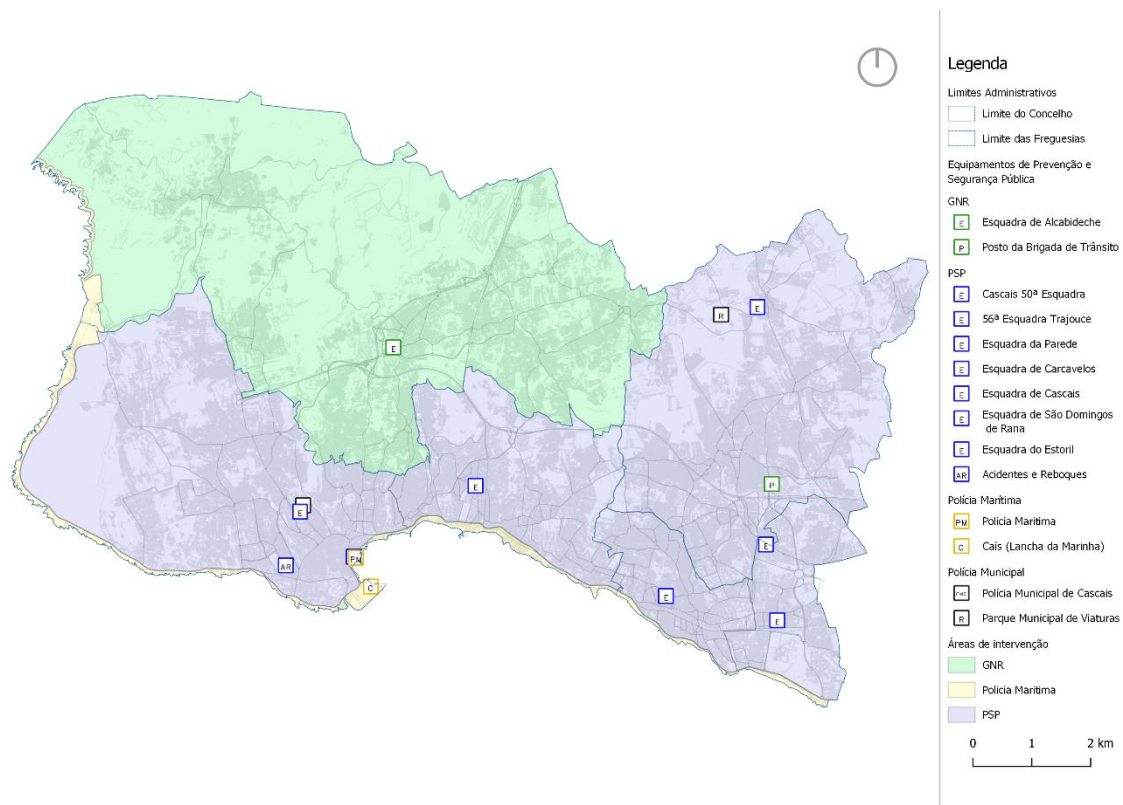


Figura 139 – Distribuição dos equipamentos de prevenção e segurança pública – áreas de Influência

Fonte: GeoCascais

Tabela 28 – Força de segurança e equipamentos de prevenção e segurança pública

Força de Segurança	Equipamento	
GNR	Quartel de Alcabideche	
	Posto da Brigada de Trânsito de Carcavelos	
PSP	Esquadras	Cascais
		Estoril
		Polícia Turística de Cascais
		Trajouce
		São Domingos de Rana
		Carcavelos
		Parede
	Departamento de Esquadra de Trânsito (destinado a acidentes e reboques)	
Polícia Marítima	Sede	
	Cais para a lancha	
Polícia Municipal	Sede	
	Parque Municipal de Viaturas	

Fonte: GeoCascais

No âmbito da proteção e socorro, o concelho conta com cinco quartéis das corporações de bombeiros voluntários do concelho: Carcavelos e São Domingos de Rana, Estoril, Parede, Alcabideche e Cascais. As respetivas áreas de intervenção mantêm-se associadas às freguesias onde cada corporação se encontra instalada, excetuando as corporações de Carcavelos/São Domingos de Rana e da Parede, que partilham o território da freguesia de São Domingos de Rana.

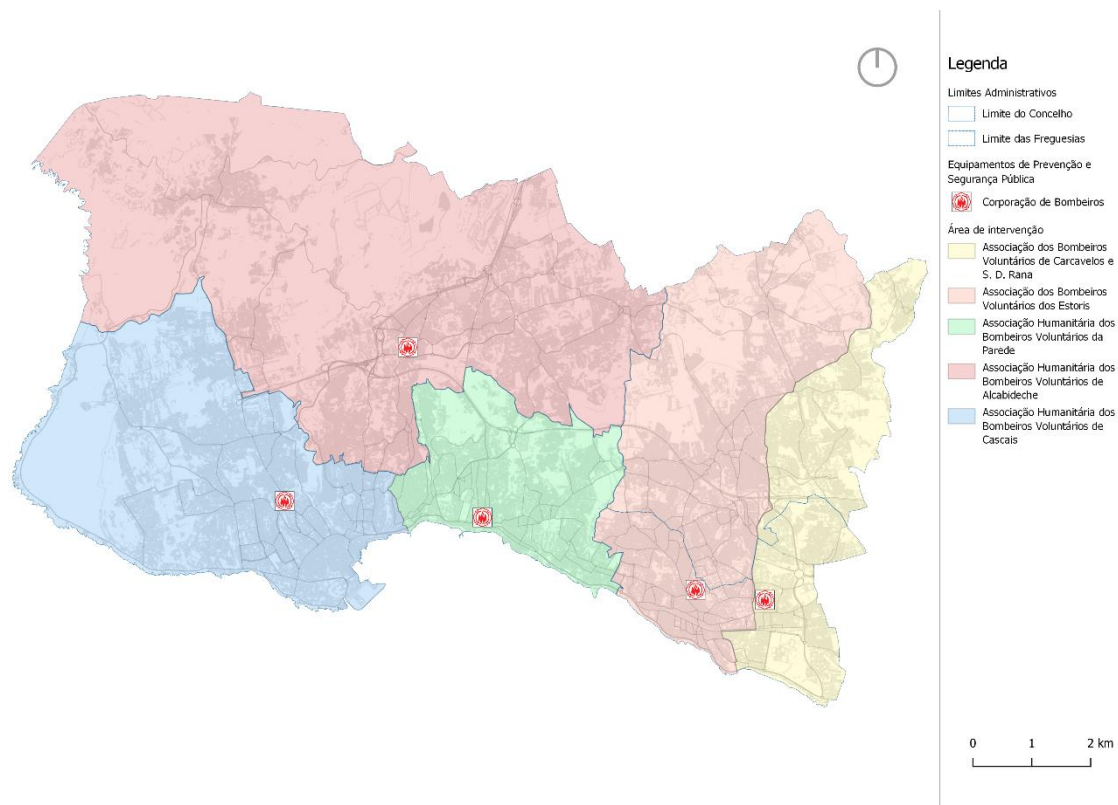


Figura 140 – Corporações de bombeiros – áreas de influência

Fonte: GeoCascais

5.5. REDES, INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS

As redes de infraestruturas territoriais e urbanas são sistemas essenciais para a organização e funcionamento dos espaços urbanos e regionais. Englobam estruturas físicas e serviços que garantem a mobilidade, a conectividade e a oferta de recursos essenciais à população e às atividades económicas.

No contexto territorial, estas redes incluem rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e redes de comunicação, fundamentais para a integração entre cidades e regiões. No ambiente urbano, abrangem abastecimento de água, sistemas de drenagem, saneamento, energia, telecomunicações e transportes públicos, garantindo a qualidade de vida e a sustentabilidade dos centros urbanos.

5.5.1. ÁGUA

Sistema de abastecimento água

O sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas residuais de Cascais, concessionado à empresa AdC - Águas de Cascais, S.A. desde 2001, abarca a totalidade do território concelhio, através de uma extensa rede com cerca de 1425 km, complementada

por 24 estações elevatórias, 25 reservatórios, 16 captações próprias, das quais 15 subterrâneas e uma superficial (albufeira do Rio da Mula) e 2 estações de tratamento de água.

A água distribuída provém maioritariamente da EPAL (88,9%), sendo complementada por captações locais (10,8%) e aquisição marginal aos SMAS de Sintra (0,3%).

As origens no concelho de Cascais, são provenientes das galerias de minas na Malveira da Serra, Vale de Cavalos e Pisão, dos furos das Cardosas, do Pisão, da Atrozela, de Pau Gordo, da Quinta da Marinha, do Cobre e de Murches, e da albufeira do Rio da Mula. A água adquirida à EPAL é aduzida ao sistema pela Conduta Alta, com entrada pelo Bairro da Mina.

A qualidade da água tem sido consistentemente assegurada, com 100% de água segura reportada entre 2017 e 2023.

A relação entre a água distribuída e consumida por habitante tem vindo a oscilar, com um crescimento sustentado a partir de 2019, atingindo o valor mais elevado em 2021. Esta evolução sugere alterações nos padrões de consumo e nos comportamentos domésticos, muito provavelmente influenciadas pelas restrições associadas à pandemia de COVID-19, que levaram a uma maior permanência da população em casa.

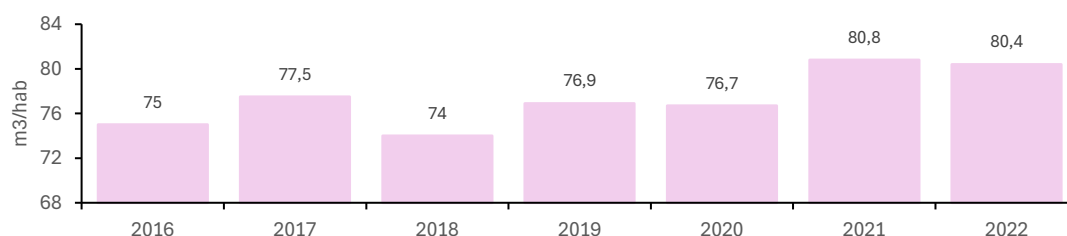


Figura 141 - Água distribuída/consumida por habitante

Fonte: PORDATA

A par disso, as perdas reais de água variaram significativamente ao longo dos últimos anos, apontando para a necessidade de reforçar as estratégias de manutenção da rede e de combate a perdas não visíveis.

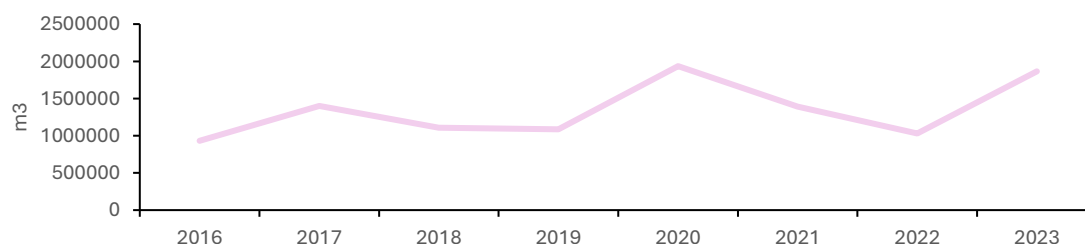


Figura 142- Perdas Reais m³/ ano

Fonte: ERSAR

A evolução demográfica recente do concelho constitui um fator com potencial impacto na procura de água para abastecimento público, podendo traduzir-se num aumento dos consumos, sobretudo em contexto de elevada pressão urbana e turística. Embora o sistema atual apresente cobertura integral e níveis de qualidade assegurados, a sua dependência maioritária de origens externas e a crescente irregularidade do regime hidrológico, associada às alterações climáticas, colocam desafios adicionais à segurança do abastecimento. Neste quadro, o reforço da eficiência do sistema, a redução de perdas, a gestão da procura e a promoção do uso eficiente da água assumem particular relevância para mitigar situações de maior vulnerabilidade hídrica, enquadráveis num cenário de potencial stress hídrico à escala regional.

Sistema de drenagem de águas residuais domésticas

O Sistema de Saneamento da Costa do Estoril coleta águas residuais urbanas das redes municipais dentro da área delimitada pela linha vermelha na Figura 144, que inclui todo o concelho de Cascais, grande parte dos concelhos de Oeiras e Sintra, e parte do concelho de Amadora.



Figura 143 - Representação esquemática do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril e dos limites da respetiva área de atendimento

Fonte: AdP

Designado como sistema em alta, constitui a infraestrutura principal de recolha, transporte e tratamento de águas residuais urbanas no concelho de Cascais, sendo atualmente gerido pela Águas do Tejo Atlântico.

O sistema é composto por um interceptor geral com aproximadamente 25 km de extensão, que opera em regime gravítico, 17 emissários gravíticos, localizados ao longo das ribeiras, 9 estações elevatórias responsáveis pela bombagem das águas residuais provenientes das zonas mais baixas e litorais e uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) subdividida em duas unidades físicas: a Estação de Tratamento da Fase Líquida (ETFL) e a Estação de Tratamento da Fase Sólida (ETFS).

As águas tratadas são conduzidas para o meio recetor através de um emissário submarino, com dois ramos difusores, que descarrega a cerca de 3 km da costa e a 40 metros de profundidade, ao largo do Cabo Raso, em zona classificada como "menos sensível", nos termos do Decreto-Lei n.º 198/2008, de 8 de outubro, na sua versão atual.

A ETFL, implantada subterraneamente, assegura o tratamento primário contínuo ao longo do ano, complementado, durante a época balnear, com processos de coagulação, floculação e desinfecção por radiação ultravioleta.

A unidade inclui igualmente uma linha dedicada à produção de água reutilizada, obtida através de tratamento biológico específico, decantação secundária, filtração sob pressão e nova desinfecção por UV.

As lamas resultantes do tratamento da fase líquida são transferidas para a ETFS através de condutas elevatórias com cerca de 4 km. Nesta unidade, são sujeitas a espessamento mecânico, digestão anaeróbia mesófila e desidratação, sendo o biogás gerado aproveitado para produção de energia elétrica. Em 2023, esta unidade atingiu uma notável autossuficiência energética de 86%, demonstrando a eficiência e sustentabilidade do sistema.

Ambas as estações estão equipadas com sistemas de tratamento de ar viciado por lavagem química, destinados a mitigar o impacto de odores na envolvente urbana.

No domínio do saneamento básico, Cascais apresenta uma cobertura praticamente universal, com 99,96% da população ligada à rede pública de drenagem e os restantes 0,04% servidos por soluções complementares (limpa-fossas).

A rede de drenagem é separativa, tendo em 2023 aproximadamente 789 km de coletores gravíticos e 22 estações elevatórias que asseguram a drenagem dos efluentes, desde os ramais domiciliários até à rede em alta.

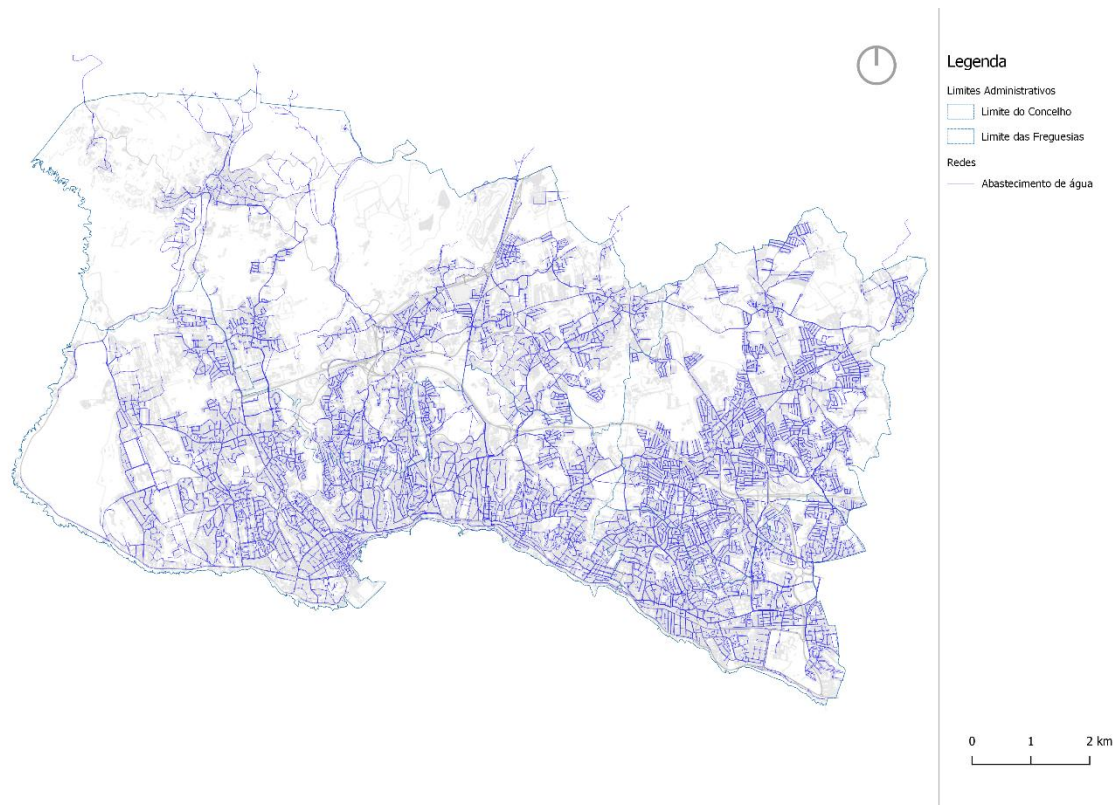


Figura 144 - Rede de Drenagem de águas residuais

Fonte: GeoCascais

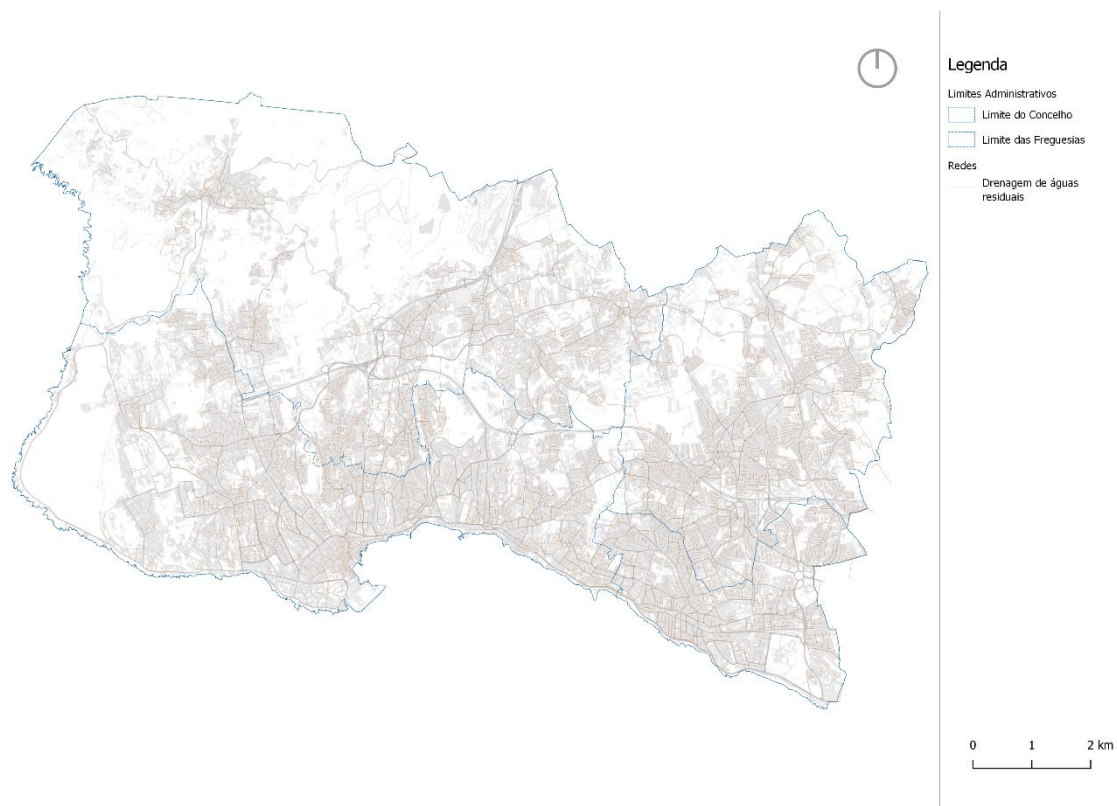


Figura 145 - Rede de Drenagem de águas pluviais

Fonte: GeoCascais

Nos últimos cinco anos, a ETAR da Guia tratou, em média, aproximadamente 52,6 milhões de metros cúbicos de águas residuais domésticas por ano, dos quais 35% são provenientes do concelho de Cascais e os restantes dos municípios de Sintra, Oeiras e Amadora e dispõe de capacidade para tratar 9000 m³/dia de águas residuais com qualidade adequada para reutilização em diversos fins.

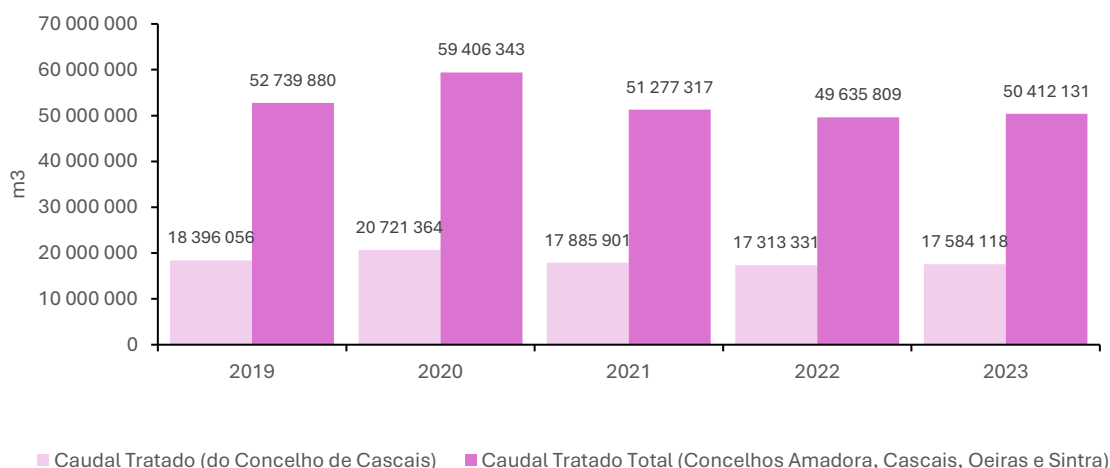


Figura 146 - Águas Residuais Drenadas e Tratadas - Evolução anual do volume de águas residuais coletadas/tratadas

Fonte: AdTA

No período em análise, a produção anual de água tratada destinada à reutilização oscilou entre 24.000 e 240.000 m³/ano, evidenciando um aproveitamento ainda modesto face ao potencial instalado.

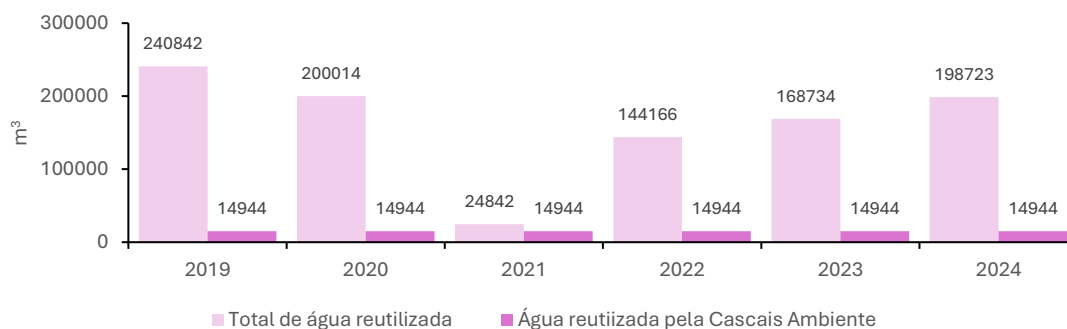


Figura 147 - Reutilização de águas residuais tratadas - volume de águas residuais tratadas em ETAR que são objeto de reutilização

Fonte: AdTA

A principal utilização desta água tratada destinou-se à própria ETAR, nomeadamente para operações de apoio técnico e logístico, como a preparação de eletrólito, a lavagem de equipamentos, a desodorização e a limpeza de pavimentos. Para além destas utilizações internas, destaca-se também a reutilização de água pela Cascais Ambiente, que consome aproximadamente 15.000 m³/ano para operações de limpeza urbana.

Esta prática tem permitido reduzir o consumo de água potável nos processos operacionais, alinhando-se com princípios de eficiência na gestão do ciclo urbano da água e com os objetivos de sustentabilidade ambiental preconizados para o território.

O funcionamento eficiente do sistema de saneamento, em articulação com as redes municipais de drenagem (sistema em baixa), tem contribuído significativamente para a melhoria da qualidade das águas balneares da Costa do Estoril. Importa referir que, antes da entrada em operação da primeira fase deste sistema, em 1995, a maioria das zonas balneares da região apresentava níveis de qualidade impróprios para a prática balnear. Desde então, registou-se uma melhoria progressiva e consolidada, assegurando a compatibilização entre uso urbano do solo, qualidade ambiental e ordenamento equilibrado do território.

No que diz respeito à reabilitação do sistema de drenagem de águas residuais, importa ainda sublinhar que a reabilitação dos coletores da rede em baixa tem vindo a diminuir, passando de 21,7 km em 2016 para apenas 5,9 km em 2023, o que levanta questões sobre a longevidade da infraestrutura existente e a necessidade de planeamento preventivo.

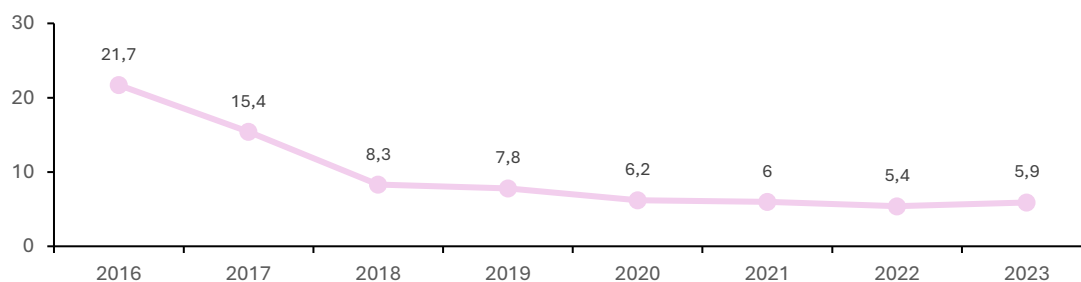


Figura 148 - Coletores reabilitados nos últimos cinco anos (Km)

Fonte: ERSAR

5.5.2. ENERGIA

O concelho de Cascais dispõe de uma infraestrutura elétrica composta por rede de baixa e média tensão. A rede de baixa tensão apresenta uma extensão de aproximadamente 2.795 km, complementada por 415 km de rede de média tensão, assegurando a distribuição de energia elétrica de forma eficiente e abrangente.

No que respeita à iluminação pública, o concelho conta com 11.003 braços e 23.769 colunas, refletindo uma cobertura alargada dos espaços públicos e urbanos. A rede elétrica integra ainda 201 postos de seccionamento e corte, 725 postos de transformação com seccionamento, 19 postos de transformação convencionais e 23 postos de transformação não equipados, que asseguram a operação e fiabilidade do sistema.

Importa passar para o subsolo grande parte da rede, que ainda assenta em cablagem aérea.

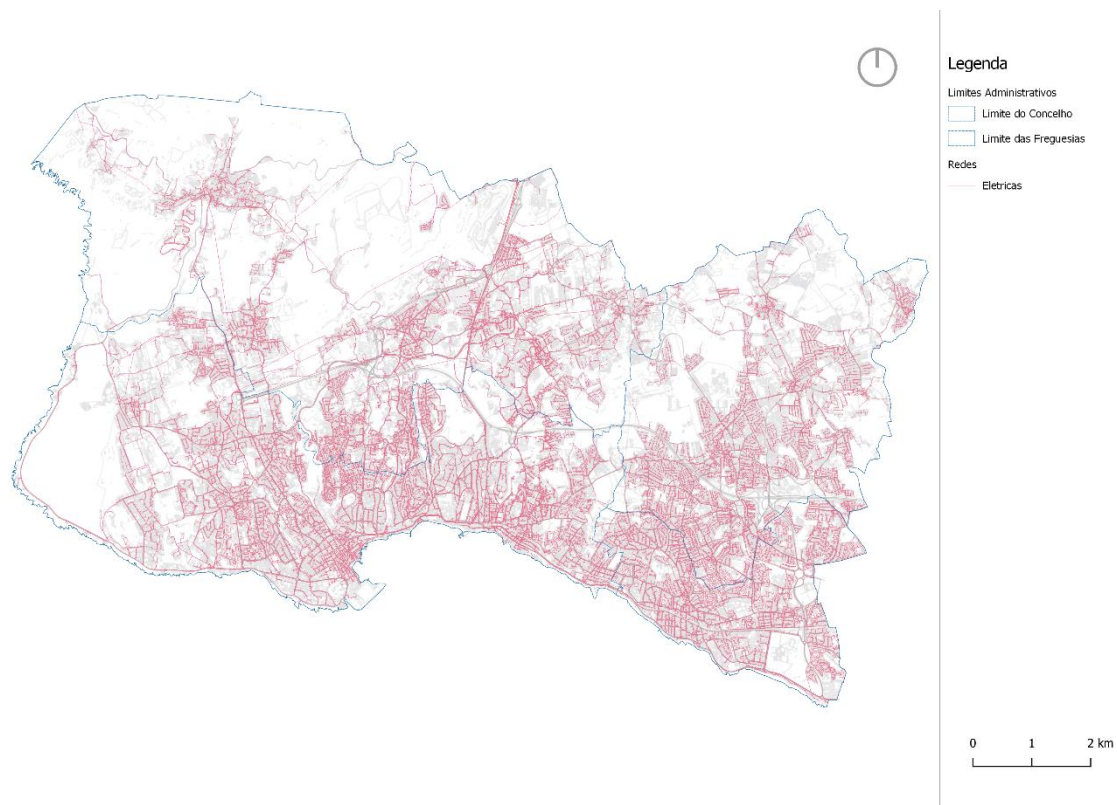


Figura 149 – Rede elétrica

Fonte: GeoCascais

Entre 2016 e 2023, o consumo de energia elétrica no concelho de Cascais registou uma tendência de crescimento contínuo, com o valor total a atingir cerca de 694 milhões de kWh em 2023.

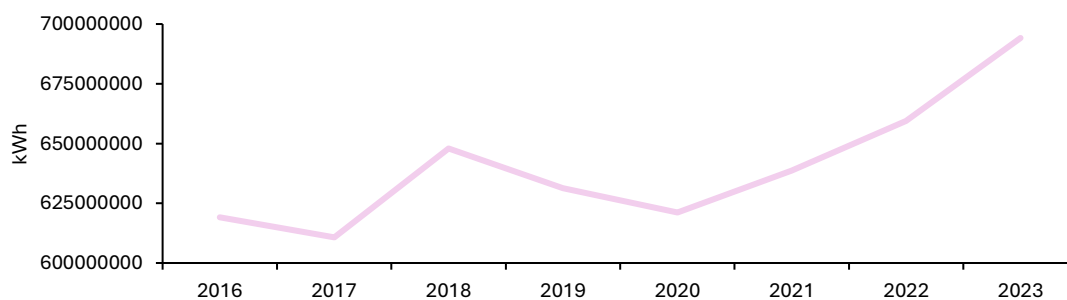


Figura 150 - Consumo de energia elétrica (kWh) no concelho de Cascais

Fonte: INE

O setor doméstico é o principal consumidor, representando em média 49% do consumo total, com especial destaque para o aumento verificado nos anos mais recentes, o que reflete a eletrificação crescente das habitações e o impacto do teletrabalho. O setor não doméstico (comércio e serviços) corresponde a cerca de 38% do consumo, tendo sofrido uma quebra em 2020 e 2021, provavelmente devido à pandemia, com posterior recuperação.

A indústria e a agricultura representam parcelas mais reduzidas (6,35% e 0,29%, respetivamente), embora com alguma estabilidade e sinais de crescimento recente no setor

agrícola. A iluminação pública e a iluminação de edifícios do Estado demonstram uma tendência de decréscimo, associada à implementação de medidas de eficiência energética, como a substituição por tecnologia LED.

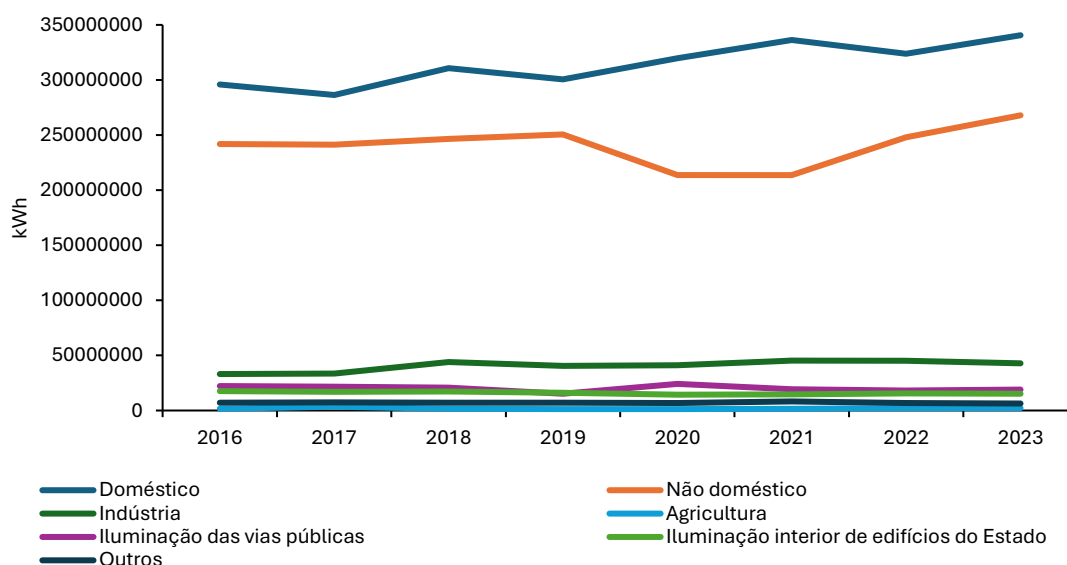


Figura 151 - Consumo de energia elétrica (kWh), por tipo, no concelho de Cascais

Fonte: INE

O consumo de energia elétrica por habitante no concelho de Cascais registou uma tendência global de crescimento, com algumas oscilações ao longo do período.

A partir de 2020, a tendência foi marcadamente ascendente. Este crescimento poderá estar associado a vários fatores, como o aumento da utilização de equipamentos elétricos nas habitações, bem como a maior eletrificação dos sistemas de climatização e aquecimento, ambos devidos, em parte ao crescimento evidente do teletrabalho.

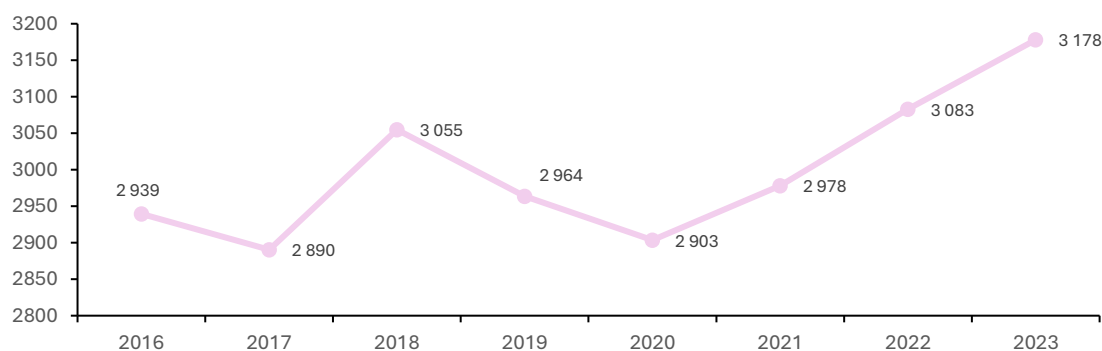


Figura 152 - Consumo de energia elétrica por habitante (kWh) no concelho de Cascais

Fonte: INE

5.5.3. GÁS

O concelho de Cascais integra a área de concessão da Lisboagás para a distribuição de gás natural, beneficiando de uma infraestrutura consolidada e com elevada taxa de cobertura.

Em 2017, Cascais contava com 33.933 pontos de abastecimento ativos, suportados por uma rede secundária com cerca de 606 km e mais de 12.600 ramais instalados.

Em 2022, o concelho contava com três operadores responsáveis pela distribuição de gás canalizado, sendo a LisboaGás o principal operador, com uma extensão de rede de 636 km, seguida da DiGAL, com 115 km, e da Gascan, com uma presença mais residual, totalizando apenas 1 km de rede.

A infraestrutura encontra-se ligada à Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN) através da estação GRMS 1.209, assegurando um fornecimento estável e seguro a consumidores domésticos, terciários e industriais.

Um dos pontos de entrada mais relevantes situa-se na zona de Trajouce, de onde partem os principais ramais de abastecimento que alimentam a malha urbana. A rede é gerida por entidades concessionadas, sujeitas a normas técnicas e de segurança impostas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

O traçado da rede acompanha os eixos viários estruturantes do concelho, permitindo uma distribuição eficiente, embora existam zonas ainda por cobrir, sobretudo em áreas rurais e bairros mais periféricos. Nestes casos, o abastecimento é, por vezes, assegurado através de botijas de gás liquefeito de petróleo (GPL), menos eficientes e mais poluentes.

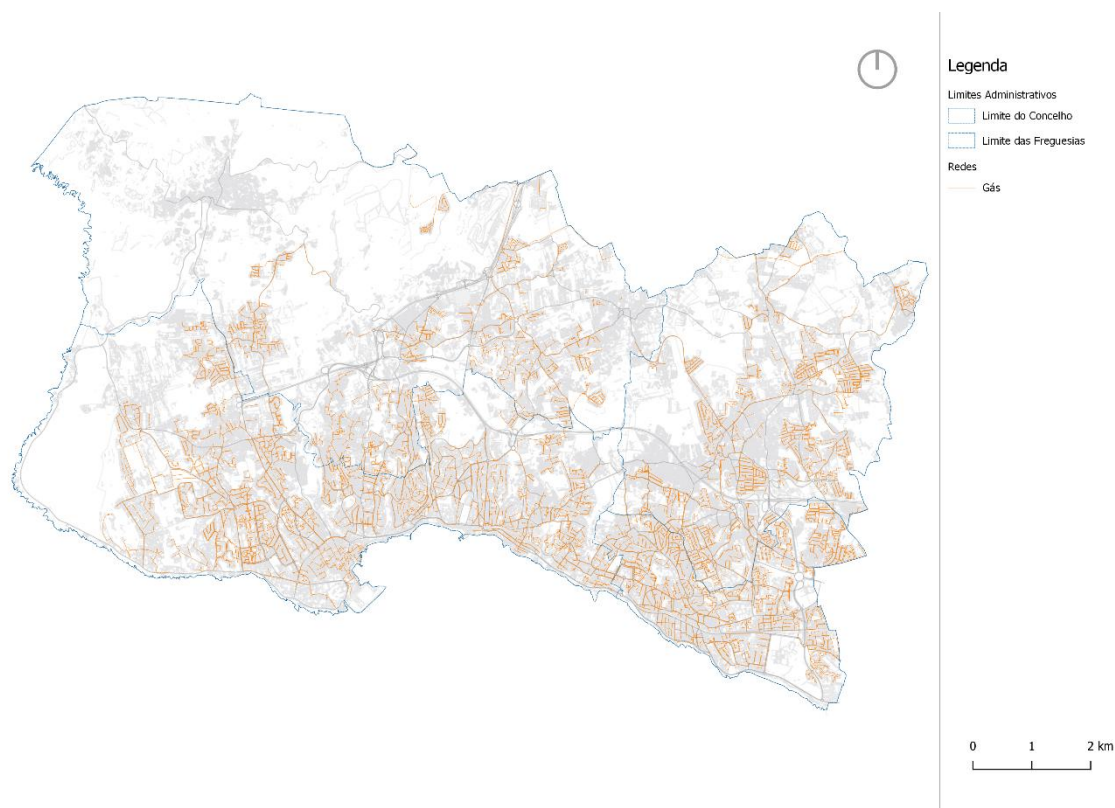


Figura 153 – Rede de gás

Fonte: GeoCascais

5.5.4. RESÍDUOS

A gestão dos resíduos urbanos no concelho de Cascais é assegurada pela empresa municipal Cascais Ambiente (EMAC - Empresa de Ambiente de Cascais, E.M.). O Complexo Multiserviços da Câmara Municipal de Cascais, localizado na freguesia de Alcabideche, acolhe as principais instalações operacionais desta empresa municipal, constituindo o centro logístico e funcional de apoio à gestão ambiental do concelho.

Este complexo agrega diversos serviços e valências técnicas, incluindo áreas destinadas à gestão de resíduos urbanos, manutenção de espaços verdes, limpeza urbana, armazéns, oficinas, zonas de lavagem e estacionamento de viaturas operacionais, bem como áreas administrativas e de apoio aos trabalhadores. Este espaço centraliza também os serviços de gestão de contentores, recolha seletiva, reparação e armazenamento de equipamentos.

A Cascais Ambiente opera uma rede de recolha composta por 5.100 contentores. Deste total, 84% destinam-se a resíduos sólidos urbanos indiferenciados, 16% a resíduos recicláveis e 1% a óleos. Em termos de tipologia, 94% dos contentores são de superfície e 6% subterrâneos.

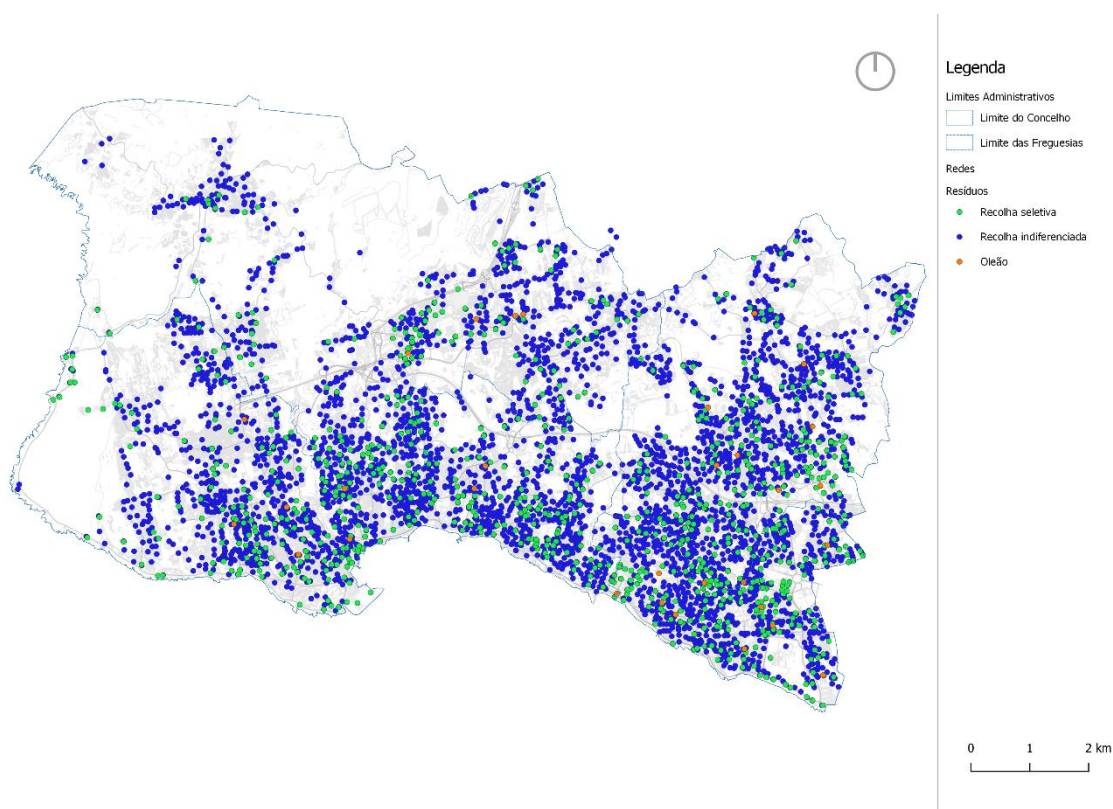


Figura 154 – Localização de contentores indiferenciados, seletivos e óleo

Fonte: GeoCascais

A recolha é encaminhada para o Ecoparque de Trajouce, onde ocorre o respetivo tratamento. Este Ecoparque, gerido pela TRATOLIXO (Tratamento de Resíduos Sólidos E.I.M. - Empresa Intermunicipal, S.A), ocupa uma área de 42,6 hectares e integra diversas unidades

operacionais, nomeadamente a Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos, cuja componente mecânica foi recentemente remodelada, o Ecocentro, a Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes, o Aterro Sanitário selado, a Central de Triagem e, entre outras unidades de apoio, a Central de Compostagem de Resíduos Verdes.

O concelho dispõe ainda de 400 ecopontos e ilhas ecológicas, monitorizadas através de sensores, permitindo determinar o nível de enchimento em tempo real, através da plataforma Smart Waste. A informação recolhida possibilita a otimização das operações de recolha, através da definição de rotas apenas quando os níveis de enchimento ultrapassam os 80%.

A gestão inteligente de resíduos permite a redução das emissões de dióxido de carbono em cerca de 350 ton/ano, assim como reduzir a quilometragem dos camiões de recolha em 180 000km anuais.

Complementarmente, encontram-se instalados nos arruamentos e espaços públicos aproximadamente 140 caixotes inteligentes.

Entre 2015 e 2023, registou-se um aumento na produção de resíduos urbanos, traduzido no crescimento tanto dos resíduos indiferenciados como dos recicláveis. A percentagem de resíduos seletivos face ao total de resíduos recolhidos subiu de 34% para 39%, refletindo uma adesão da população à separação na origem.

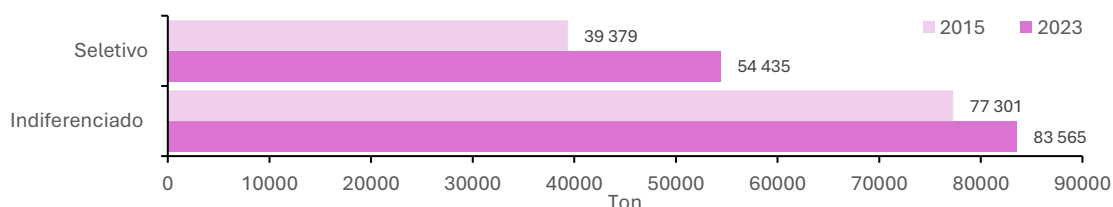


Figura 155 – Quantidade de resíduos urbanos, por tipologia (ton)

Fonte: Cascais DATA

Em 2023, mais de 50% dos resíduos urbanos seletivos são provenientes dos cortes de jardim. A recolha do papel, vidro e plástico representam aproximadamente 26%.

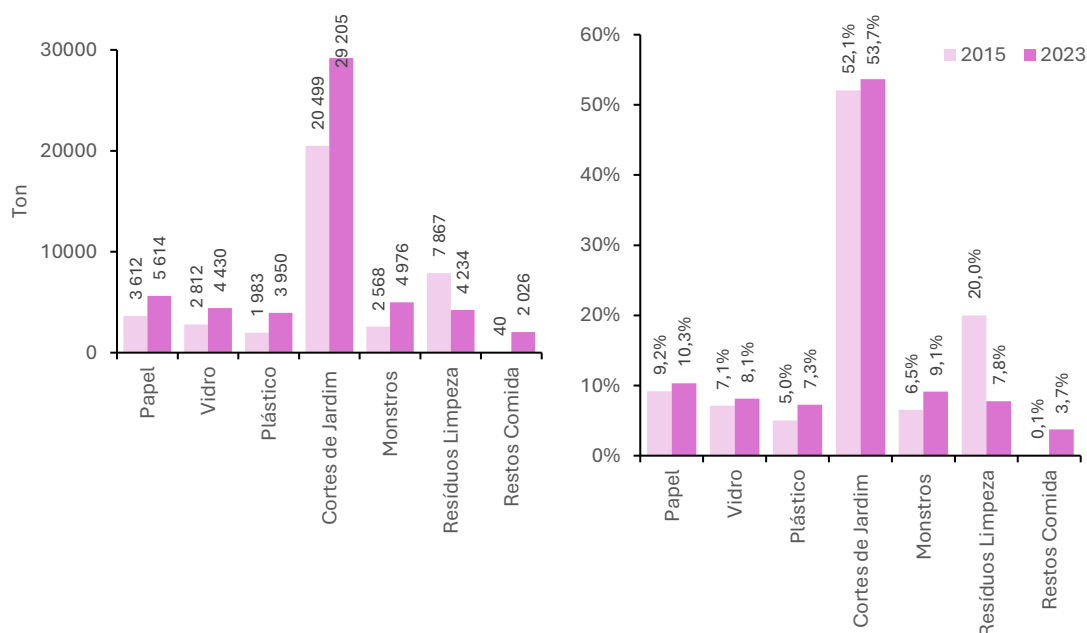
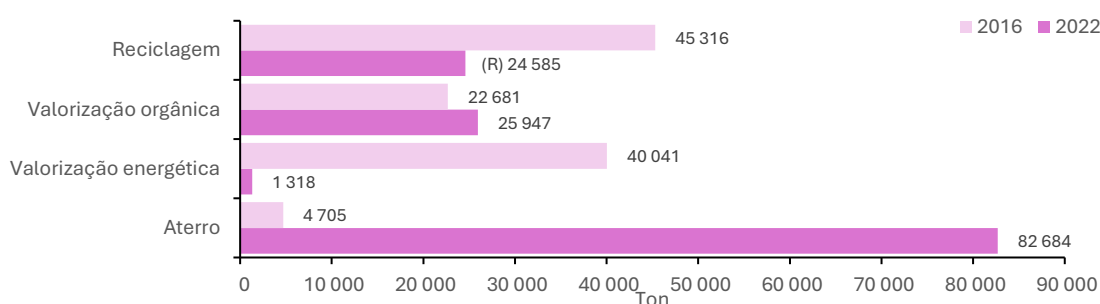


Figura 156 – Resíduos urbanos seletivos, por tipologia (ton e percentagem)

Fonte: Cascais DATA

Contudo, apesar destes avanços, entre 2016 e 2022 verificou-se um aumento significativo do volume de resíduos enviados para aterro. Paralelamente, registaram-se quebras acentuadas na valorização energética e na reciclagem, o que contraria os objetivos de sustentabilidade e economia circular definidos para o território.



*(R) - Dados retificados pela entidade responsável

Figura 157 – Valorização e destino final de resíduos

Fonte: PORDATA

5.5.5. REDE DE MOBILIDADE SUAVE

A mobilidade suave, ou mobilidade ativa, assume um papel relevante no desenvolvimento territorial, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, para a dinamização da economia local, da qualidade de vida urbana e da saúde das populações, enquanto potencia a inclusão social. Os seus impactos, contudo, não se limitam a estas dimensões: no âmbito do ordenamento do território, destacam-se igualmente benefícios como a requalificação urbana e paisagística, o uso mais eficiente do espaço público e a promoção de políticas de compactação urbana.

Reconhecendo estes benefícios, o Município de Cascais tem vindo a investir de forma significativa na criação de uma rede ciclável e pedonal estruturante, inclusiva e inovadora, que assegura a conectividade entre as diversas freguesias do concelho e melhora as acessibilidades, nomeadamente para pessoas com mobilidade reduzida. Paralelamente, tem disponibilizado uma variedade de equipamentos e serviços de micromobilidade e mobilidade partilhada, reforçando a aposta numa mobilidade mais sustentável e acessível para todos

Existem 4 Quiosques MobiCascais, onde é possível alugar uma biCas tradicional, elétrica ou uma trotineta elétrica por períodos que vão de 30 minutos a 4 horas (trotinetas) e 1 dia (bicicletas), localizados em Cascais, no Largo da Estação, na Guia, em Carcavelos, junto à estação e nos Jardins do Casino Estoril. Existe ainda uma rede de 155 Estações de partilha, distribuídas pelo concelho, sendo possível levantar o veículo numa estação e estacionar noutra, junto ao local de destino.

Rede Pedonal

A rede pedonal do concelho de Cascais estende-se por aproximadamente 105 km, com maior incidência na União de Freguesias de Cascais e Estoril, onde se concentra 47% da sua extensão total. Esta rede assegura a acessibilidade local, valoriza os percursos urbanos e contribui para a qualificação do espaço público.

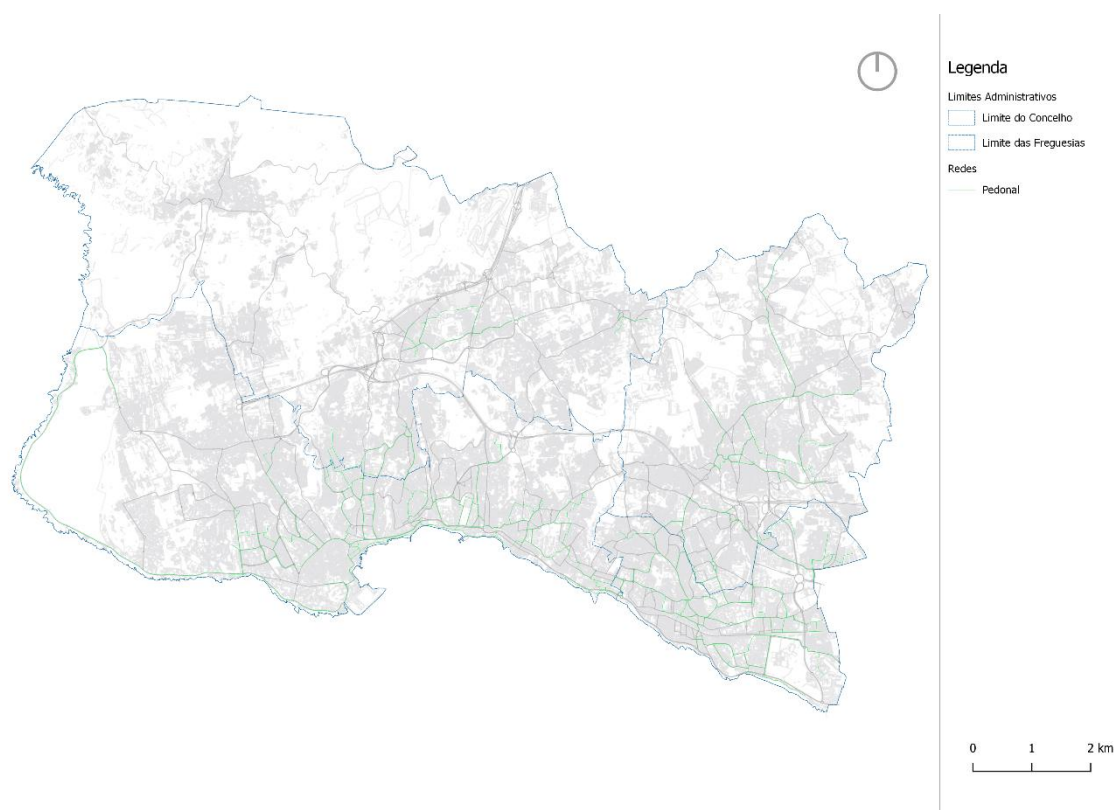


Figura 158 - Rede pedonal

Fonte: GeoCascais

Para além da malha pedonal urbana, o concelho dispõe de uma rede de percursos de recreio com cerca de 153 km, distribuídos por trajetos pedestres, equestres e pistas de BTT. Estes percursos estão particularmente concentrados na freguesia de Alcabideche (58% da extensão), refletindo a presença de áreas naturais e a proximidade com o Parque Natural de Sintra-Cascais. Esta rede de recreio reforça a fruição ambientalmente sustentável do território e a ligação entre espaços urbanos e naturais.

Por outro lado, freguesias como São Domingos de Rana apresentam uma cobertura pedonal e de percursos de recreio menos consolidada, o que evidencia a necessidade de reforçar a articulação entre zonas residenciais, equipamentos públicos e interfaces de transporte, assegurando uma distribuição equitativa da rede pedonal a nível concelhio.

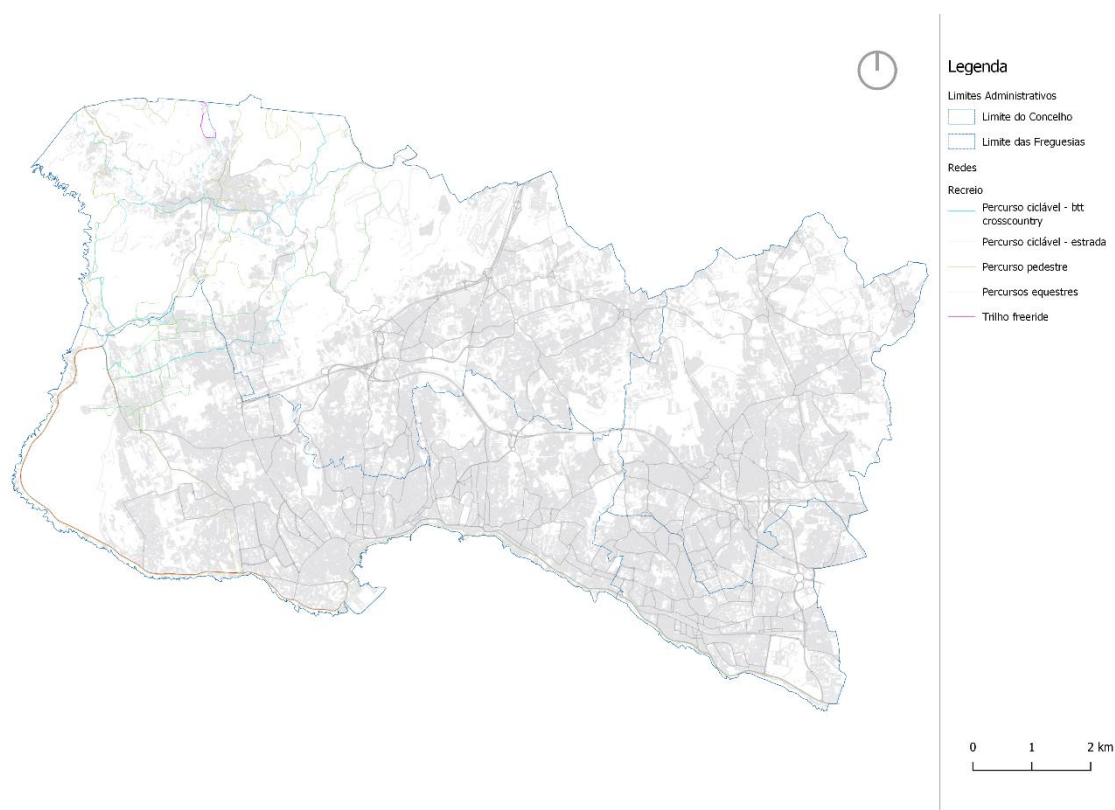


Figura 159 – Percursos de recreio

Fonte: GeoCascais

Rede Ciclável

A infraestrutura ciclável dedicada do concelho contabiliza 42 km de rede, composta maioritariamente por corredores e pistas cicláveis localizadas na área urbana consolidada de Cascais e Estoril, onde se concentra 68% da sua extensão total. Esta distribuição evidencia uma forte orientação para fins recreativos e turísticos, com predominância ao longo do litoral e em zonas de menor densidade populacional.

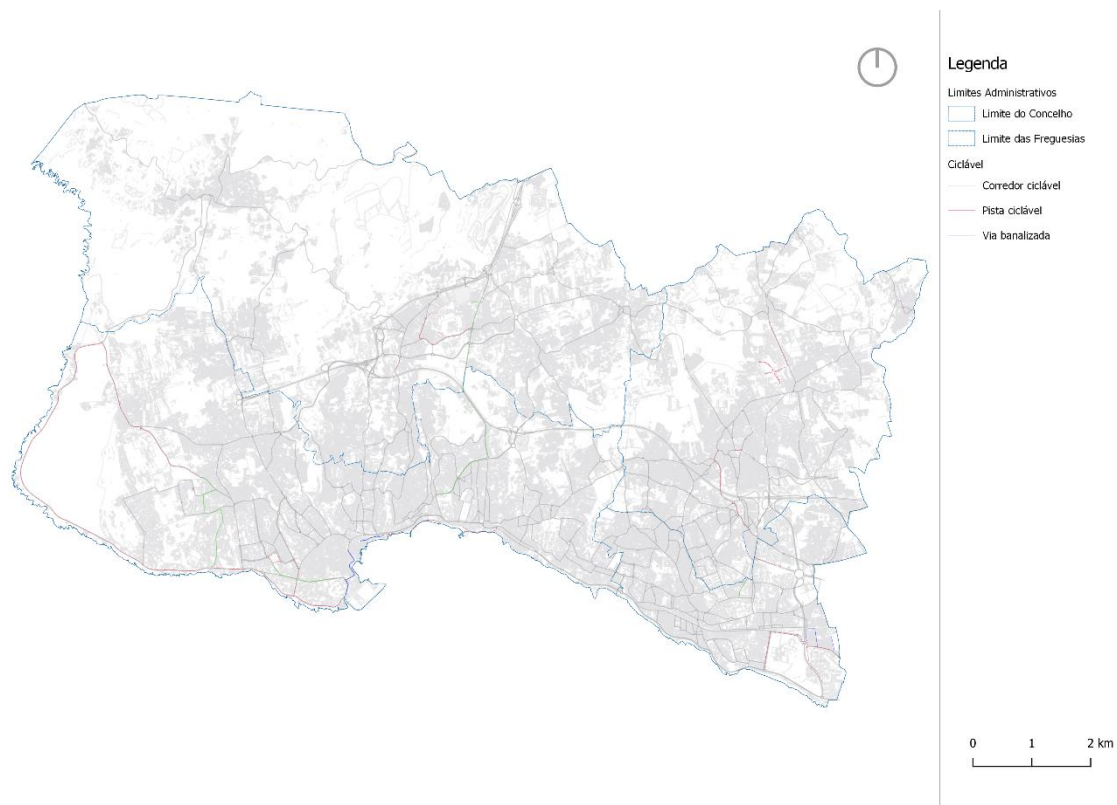


Figura 160 – Rede ciclável

Fonte: GeoCascais

Apesar do investimento municipal, persistem lacunas de conectividade entre diferentes zonas do concelho, dificultando a utilização funcional da bicicleta como meio de transporte quotidiano. A morfologia acidentada do território constitui um constrangimento adicional à sua utilização em áreas interiores.

No âmbito da promoção da mobilidade ciclável, como anteriormente se mencionou, o município disponibiliza o sistema público de bicicletas partilhadas (biCas) e trotinetes, integrado na plataforma MobiCascais. Em 2023, este sistema incluía 4 postos fixos (quiosques) e uma infraestrutura de apoio que integra mais de 150 estações de mobilidade partilhada.

O processo de expansão da rede ciclável deverá continuar a pautar-se por critérios de continuidade, segurança e integração funcional, promovendo uma mobilidade suave eficaz e equitativa em todo o território.

5.5.6. REDE VIÁRIA

A rede viária do concelho de Cascais constitui a espinha dorsal da estrutura territorial, assegurando a articulação interna entre os diversos núcleos urbanos, zonas rurais, equipamentos e interfaces de transporte, bem como a ligação com os restantes concelhos da AML.

Apresenta uma rede estruturada de acordo com uma hierarquia funcional definida no Plano Diretor Municipal (PDM), que classifica as vias em cinco níveis distintos, com base nas suas características físicas, funcionais e de enquadramento urbano:

- Nível 1 - Rede Supraconcelhia, compreende o conjunto de vias que assegura os principais acessos ao Concelho, bem como as deslocações intraconcelhias de maior distância;
- Nível 2 - Rede Estruturante e de Distribuição Principal, compreende o conjunto de vias que assegura a distribuição dos principais fluxos de tráfego do Concelho, bem como os percursos de média distância e o acesso à rede de nível 1;
- Nível 3 - Rede de Distribuição Secundária, compreende as vias internas aos aglomerados urbanos, assegura a distribuição próxima, bem como o encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias de nível superior;
- Nível 4 - Rede de Distribuição Local ou de Proximidade, compreende as vias estruturantes ao nível do bairro, com alguma capacidade de escoamento, mas onde o peão tem maior importância;
- Nível 5 - Rede de Acesso Local, compreende as vias que garantem o acesso rodoviário ao edificado, reunindo condições privilegiadas para a circulação pedonal.

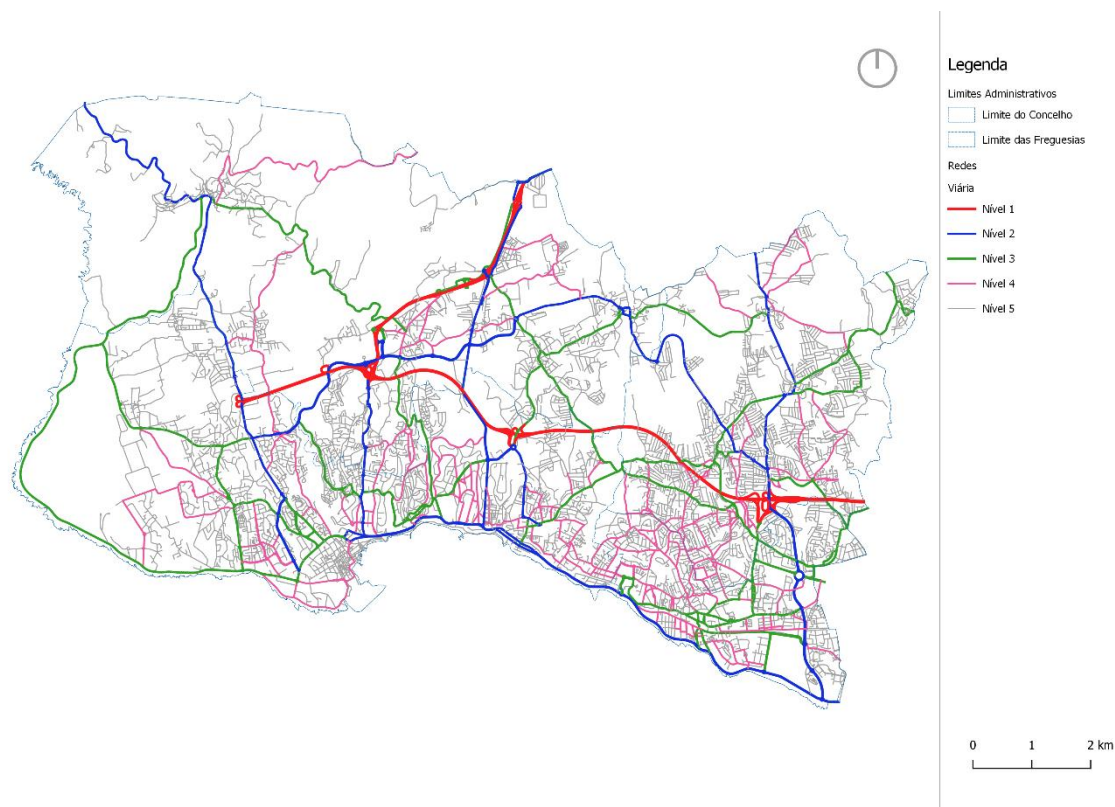


Figura 161 – Rede viária do concelho de Cascais e extensão da rede viária, por nível hierárquico

Fonte: PDM

O concelho apresenta fragilidades estruturais na rede viária, nomeadamente a ausência de ligações longitudinais eficazes a norte e sul da A5 e a carência de vias transversais no setor

oriental, com especial incidência na freguesia de São Domingos de Rana. Estas limitações comprometem a circulação interna e contribuem para a intensificação da congestão viária nos principais núcleos urbanos, como Cascais, Carcavelos e Parede, bem como em zonas de uso misto e industrial, designadamente Adroana, Manique, Abóboda, Tires e Trajouce.

Entre os principais fatores que contribuem para o elevado congestionamento rodoviário, destacam-se o subdimensionamento de vias, o volume crescente de veículos e a circulação de veículos pesados em áreas mistas ou industriais.

Adicionalmente, verifica-se uma quase inexistência de faixas dedicadas ao transporte público, o que limita a eficiência da mobilidade coletiva.

No transporte pessoal motorizado, há uma clara predominância do automóvel particular, em detrimento de outros modos, o que poderia diminuir o congestionamento.

O PDM 2015 contemplava a construção de 18 novos troços de vias, num total de aproximadamente 40 km, no entanto até à data apenas 1% da extensão prevista foi executada.

A mobilidade constitui um dos domínios mais críticos do território, devendo-se assumir como uma prioridade estratégica que deve destacar um forte investimento no planeamento e na concretização de infraestruturas viárias estruturantes.

Estacionamento

O sistema de estacionamento no concelho de Cascais constitui uma infraestrutura estratégica no suporte à mobilidade urbana e ao ordenamento do território. A oferta inclui parques de estacionamento fechados e áreas de estacionamento regulado à superfície, distribuídas de forma a servir equipamentos públicos, interfaces de transporte coletivo e zonas de elevada afluência turística.

Estas infraestruturas, apesar de em reduzido número, desempenham um papel essencial na promoção da intermodalidade, ao facilitar a transição entre o transporte individual e os modos coletivos, contribuindo para a redução da pressão automóvel sobre os centros urbanos e para a melhoria da acessibilidade e da gestão do espaço público.

A empresa municipal Cascais Próxima - Gestão de Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, E.M. - S.A., no âmbito do sistema MobiCascais, é responsável pela gestão integrada de oito parques de estacionamento fechados, com um total de 1.551 lugares, bem como dos estacionamentos à superfície regulados.

Os parques de estacionamento fechados, localizam-se maioritariamente nas áreas mais centrais das freguesias de Cascais e Estoril e de Carcavelos e Parede, assegurando o apoio direto ao comércio, serviços, espaços culturais, instituições públicas e praias.

Ao número de estacionamento acima enunciado acrescem os lugares de estacionamento existentes nos dois parques geridos pela Marina de Cascais: o Parque Marina Terra e o Parque Marina Mar, totalizando 866 lugares, sendo 527 em estacionamento coberto. Estes equipamentos apoiam diretamente a zona portuária e o centro histórico de Cascais.

Tabela 29 - Parques Fechados (Cobertos e Descobertos)

Parque Fechados	Lugares	Cobertura	Gestão
Parque de estacionamento de Carcavelos:	307	Descoberto	MobiCascais
Parque de estacionamento do Cascais Center:	176	Coberto	
Parque de estacionamento do Parque Marechal Carmona:	198	Descoberto	
Parque de estacionamento do Hipódromo:	160	Descoberto	
Parque de estacionamento do Tribunal:	309	Coberto	
Parque de estacionamento da Pampilheira:	128	Descoberto	
Parque de estacionamento - Estação de Cascais:	107	Descoberto	
Parque de estacionamento - Estação da Parede:	119	Coberto	
Parque Marina Terra e Parque Marina Mar	527	Coberto	Marina de Cascais
	339	Descoberto	

Fonte: MobiCascais (<https://mobi.cascais.pt/servicos/pcoberto>)

Para além dos parques fechados, existem mais de 6.000 lugares de estacionamento à superfície tarifados, regulados, distribuídos por 25 áreas e 3 centros históricos, incluindo os dos mercados. A oferta é diferenciada por zonas tarifárias (azul, verde, amarela, laranja e vermelha), o que permite uma gestão dinâmica da rotatividade e da pressão sobre o espaço público. Importa referir que 89% da oferta total de estacionamento em via pública é gratuita.

Ainda que o sistema de estacionamento de Cascais esteja relativamente bem dimensionado, os desafios persistem, nomeadamente ao nível da pressão automóvel nas zonas centrais, da ocupação informal de espaço público, da concorrência entre residentes e visitantes, e da necessidade de reforço da intermodalidade com o transporte público e os modos suaves.

Carregamento elétrico

Com a crescente aposta em veículos elétricos e infraestruturas de carregamento, o concelho tem vindo a promover a modernização dos transportes, tornando-os mais eficientes e ecológicos. Além do impacto ambiental positivo, a mobilidade elétrica contribui para a poupança de energia, uma vez que os veículos elétricos apresentam um consumo mais eficiente em comparação com os motores a combustão.

O sistema MobiCascais, disponibiliza estacionamentos e carregamentos elétricos. No caso da distribuição dos postos de carregamento para veículos elétricos observa-se uma maior concentração ao longo da faixa costeira e em áreas urbanizadas do concelho.

No que diz respeito ao uso da infraestrutura de carregamento, verifica-se uma tendência de queda na média de carregamentos por utilizador, passando de mais de 25 carregamentos em 2019, para menos de 10 em 2024. A média de consumo por carregamento (kWh) registou

uma ligeira redução até 2021, seguida de um crescimento constante até 2024, o que pode indicar um aumento da autonomia dos veículos elétricos ou um maior planeamento dos utilizadores no momento do carregamento.

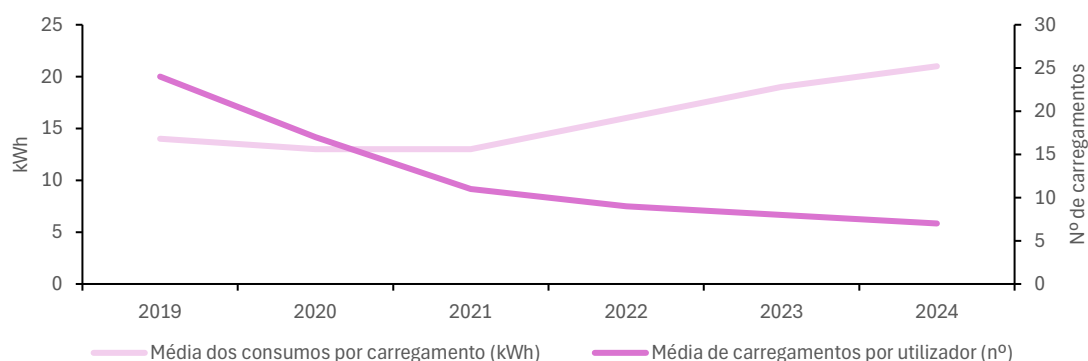


Figura 162 – Média de carregamento por utilizador e média de consumos por carregamento

Fonte: Mobi.e

O número de tomadas por 100 mil habitantes tem apresentado um crescimento significativo ao longo dos anos, passando de valores residuais em 2019, para mais de 160 em 2024, com um aumento particularmente acentuado a partir de 2022.

Em contrapartida, o número de tomadas por 100 km de rodovia manteve-se praticamente inalterado. Apesar do ligeiro crescimento, continua com valores muito reduzidos. Esta evolução sugere que a estratégia de expansão da infraestrutura de carregamento tem sido direcionada prioritariamente para áreas urbanas, garantindo maior disponibilidade e acessibilidade dentro do Concelho.

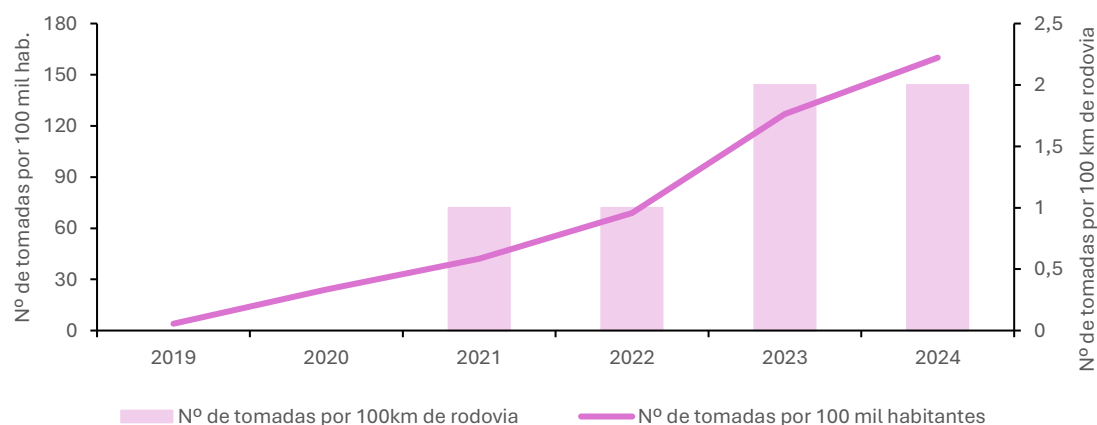


Figura 163 – Nº de tomadas por 100 km por rodovia e nº de tomadas por 100000 hab

Fonte: Mobi.e

Atualmente, estão registadas na plataforma Mobi.e um total de 303 tomadas de carregamento em Cascais. A maioria destas tomadas corresponde a carregadores

semirrápidos e rápidos, refletindo uma preferência por soluções que oferecem tempos de carregamento mais reduzidos e maior eficiência.

Tabela 30 – Tipos de Carregamento em Cascais, 2025

Tipo de carregamento	Total
Normal	25
Rápido	105
Semirrápido	154
Ultrarrápido	19
Total Geral	303

Fonte: Mobi.e

Estas iniciativas visam promover a transição para um modelo de mobilidade mais sustentável, incentivando o uso de transportes elétricos, a redução da pegada de carbono e a melhoria da eficiência energética no setor dos transportes.

Sinistralidade

A segurança rodoviária no concelho é um fator de preocupação, com oscilações no número de acidentes de viação e nas vítimas associadas.

A distribuição das vítimas por tipo de acidente indica que a maioria dos sinistros resulta em feridos ligeiros, enquanto os casos com vítimas mortais e feridos graves representam uma menor proporção, mas ainda exigem atenção especial.

Os dados demonstram que os acidentes com vítimas não mortais são predominantes em estradas municipais, contudo os acidentes mortais oscilaram entre as estradas municipais e as estradas nacionais.

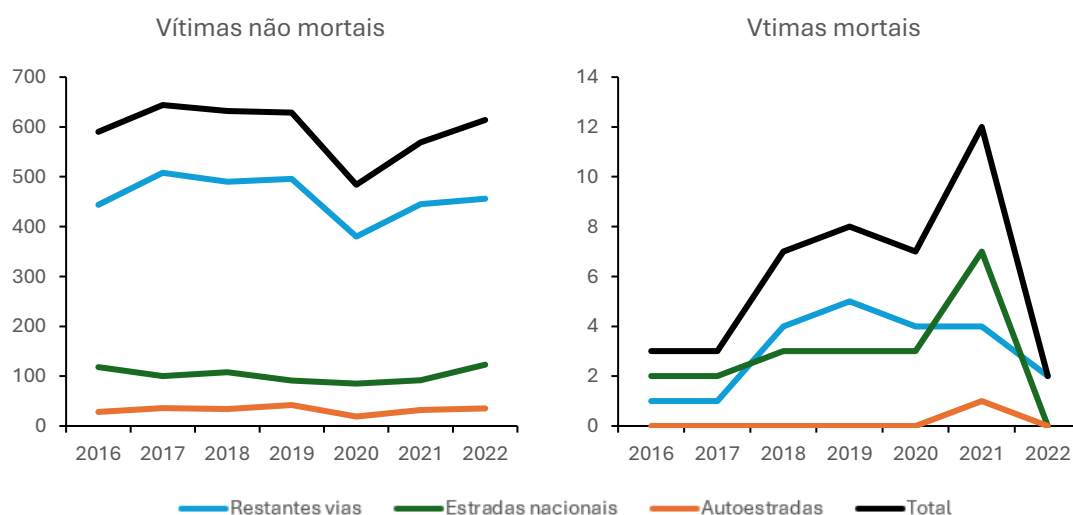


Figura 164 – Acidentes de viação, no concelho

Fonte: INE

A georreferenciação sistemática dos acidentes de viação constitui um instrumento fundamental para uma análise territorial mais precisa da sinistralidade rodoviária, permitindo identificar padrões espaciais, pontos críticos e troços com maior concentração de ocorrências. A implementação deste instrumento permitiria identificar pontos críticos e padrões territoriais de risco, apoiar a priorização de intervenções na rede viária e reforçar a eficácia das medidas de prevenção e correção.

5.5.7. REDE FERROVIÁRIA

A rede ferroviária do concelho de Cascais corresponde a um troço terminal da Linha de Cascais, com aproximadamente 9 km de extensão no concelho e 7 estações. Esta infraestrutura, inaugurada em 1889, foi a primeira ferrovia de transporte pesado a ser eletrificada na Península Ibérica, em 1926, e desempenha um papel central na articulação metropolitana, assegurando a ligação direta a Lisboa, funcionando como eixo estruturante da mobilidade quotidiana da população residente, bem como da população flutuante associada ao turismo e ao emprego.

A linha ferroviária encontra-se totalmente isolada, sem qualquer ligação funcional ao restante sistema ferroviário nacional e acompanha o eixo litoral, servindo as áreas urbanas mais consolidadas e densamente povoadas do concelho. No entanto, a linha apresenta limitações em termos de capacidade e integração com outros modos de transporte, carecendo de modernização e requalificação das estações e interfaces.

A Linha de Cascais está atualmente a passar por um processo de modernização, com o objetivo de aumentar a eficiência e a segurança do serviço, que inclui a implementação de um novo sistema de sinalização e controle de velocidade, a instalação de equipamentos de informação ao público e de videovigilância, e a requalificação de várias estações e apeadeiros.

A única passagem de nível rodoviária ainda existente na Linha de Cascais localiza-se em São João do Estoril, junto à estação ferroviária. Esta infraestrutura representa um ponto crítico em termos de segurança e fluidez da circulação, tanto ferroviária como rodoviária e pedonal. A sua eliminação tem sido considerada uma prioridade no âmbito da modernização da linha, estando prevista a construção de uma passagem que assegure a ligação entre a Estrada Marginal e a zona a norte da linha férrea.

Os comboios na Linha de Cascais operam com uma frequência elevada, especialmente durante as horas de ponta. Atualmente, os comboios rápidos entre Cascais e o Cais do Sodré têm uma cadência de 15 minutos, com uma duração de viagem de cerca de meia hora. Fora das horas de ponta, a frequência pode variar, mas geralmente mantém-se entre 20 a 30 minutos, garantindo um serviço regular e eficiente.

5.5.8. REDE AEROPORTUÁRIA

Aeródromo

O concelho de Cascais integra no seu território uma infraestrutura aeronáutica de relevância regional, o Aeródromo Municipal de Cascais.

Classificada como aeródromo civil público, localiza-se em Tires, na freguesia de São Domingos de Rana e constitui uma infraestrutura estratégica para o concelho e para a AML, sendo gerido pela empresa municipal Cascais Dinâmica. Assume um papel relevante na conectividade aérea, servindo sobretudo a aviação executiva, a formação aeronáutica e operações de emergência.

O aeródromo dispõe de uma pista com 1.700 metros de comprimento por 30 metros de largura, em betão asfáltico, com capacidade para suportar aeronaves até cerca de 50 toneladas. Está equipado com sinalização luminosa, sistema de luzes de aproximação e tecnologia APAPIS, permitindo operações seguras de aeronaves de pequeno e médio porte e encontra-se dotada de um sistema avançado de comunicações, gravação e meteorologia, com procedimentos compatíveis com voos por instrumentos (IFR).

Para garantir a segurança operacional, o aeródromo conta com um Serviço de Socorros e Incêndios permanente, equipado com meios modernos de salvamento e resposta imediata a incidentes, que opera durante todo o período de funcionamento da infraestrutura. Disponibiliza, também, um serviço de abastecimento de combustível e uma aerogare localizada na zona poente, equipada com parques de estacionamento e condições adequadas para tráfego internacional e comunitário.

No âmbito do processo da sua modernização, está em curso um plano de investimentos destinado a aumentar a capacidade, a segurança e a qualidade dos serviços prestados. Entre as intervenções destaca-se a recente construção de uma aerogare, uma torre de controlo e um quartel do serviço de bombeiros.

Transporte Aéreo

A principal operadora de voos regulares no aeródromo é a Sevenair, companhia aérea regional que assegura, no âmbito do Programa de Obrigações de Serviço Público, uma rota aérea de ligação entre Bragança e Portimão, com escalas em Vila Real, Viseu e Cascais. Este serviço tem uma função importante na promoção da coesão territorial, proporcionando acessibilidade às populações de regiões interiores e periféricas. A frequência dos voos varia sazonalmente: entre os meses de fevereiro e março é realizado um voo diário (segunda a sábado), sendo que às quartas e quintas-feiras o trajeto ocorre apenas entre Bragança e Cascais; entre abril e outubro, a oferta aumenta para dois voos diários (também de segunda a sábado). Aos domingos não há voos programados.

Complementarmente, o aeródromo acolhe diversos operadores privados e centros de formação, como a Omni Aviation, Valair, TAP Academy e Sevenair Academy, prestando serviços especializados nas áreas da aviação executiva, manutenção aeronáutica, instrução de pilotos, operações de handling e serviços de FBO (Fixed-Base Operator).

Tráfego aéreo

Entre 2016 e 2023, foram registadas mais de 415.000 operações aéreas, evidenciando uma tendência de crescimento sustentado, com destaque para os anos de 2021 e 2022, em que se ultrapassaram consistentemente os 56.000 movimentos anuais.

A análise por tipologia de voo revela que os voos de instrução e treino representaram a maior fatia da atividade, com mais de 367.000 movimentos no período analisado, representando 89% dos movimentos. Seguem-se as operações de Táxi Aéreo com aproximadamente 15.000 movimentos e os Passageiros Regulares, que ultrapassaram os 14.500 movimentos. Estas categorias refletem o posicionamento do aeródromo como infraestrutura de “formação aeronáutica”, que, no entanto, tem vindo a assumir uma maior influência no apoio à mobilidade empresarial e turística.

O tráfego Schengen²⁷ e internacional²⁸ apresentou valores modestos, com aproximadamente 15.000 e 2.400 movimentos respetivamente, mas ainda assim reveladores da crescente procura por ligações com o espaço europeu e destinos externos, sobretudo no segmento da aviação executiva. Os voos Internos (Comunitários) representaram menos de 2.000 movimentos no total, sugerindo um uso mais restrito deste tipo de operação no contexto de Cascais.

Verificou-se uma quebra generalizada do tráfego em 2020, devido à pandemia de COVID-19, com posterior recuperação nos anos seguintes, nomeadamente em 2023.

²⁷ Voos com origem ou destino em países do Espaço Schengen, facilitando a mobilidade intraeuropeia

²⁸ Voos extracomunitários, abrangendo destinos fora da União Europeia e do Espaço Schengen, com destaque para operações de aviação executiva

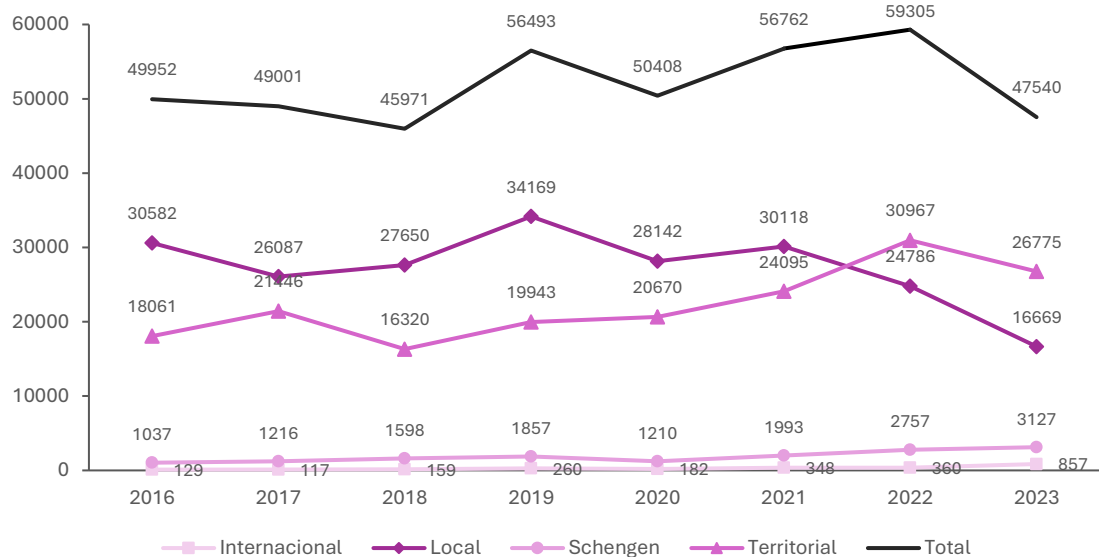


Figura 165 - N.º de voos por regiões, no período de 2016 a 2023

Fonte: Cascais Airport e Cascais Dinâmica

A recente estratégia de desenvolvimento do aeródromo aponta para a deslocalização dos voos de instrução e treino para outros aeródromos.

Tráfego de passageiros

A análise do movimento de passageiros revela uma tendência de crescimento constante e uma diversidade de operações, confirmando a relevância desta infraestrutura no contexto regional. Ao longo deste período, foram transportados mais de 101.000 passageiros, com uma concentração significativa em três tipologias: Passageiros Regulares, Táxi Aéreo e Particulares.

Os voos regulares foram responsáveis por cerca de 51.000 passageiros, sendo particularmente relevantes nos anos pós-2016, refletindo o reforço da ligação aérea a destinos nacionais e internacionais de curta distância.

Já os voos de Táxi Aéreo movimentaram mais de 30.000 passageiros, o que sublinha a crescente procura por soluções de mobilidade flexível, sobretudo associada a contextos empresariais ou executivos. Os voos particulares, com quase 17.000 passageiros, demonstram o papel do aeródromo como infraestrutura de suporte à aviação privada e de lazer.

Os voos de natureza Territorial foram os mais expressivos, com aproximadamente 60.000 passageiros, sublinhando a importância do aeródromo como infraestrutura de articulação entre diferentes pontos do território nacional.

Os voos do espaço Schengen ocuparam o segundo lugar em volume, com 29.000 passageiros, demonstrando a crescente utilização do aeródromo em ligações intraeuropeias, especialmente no setor da aviação executiva e privada.

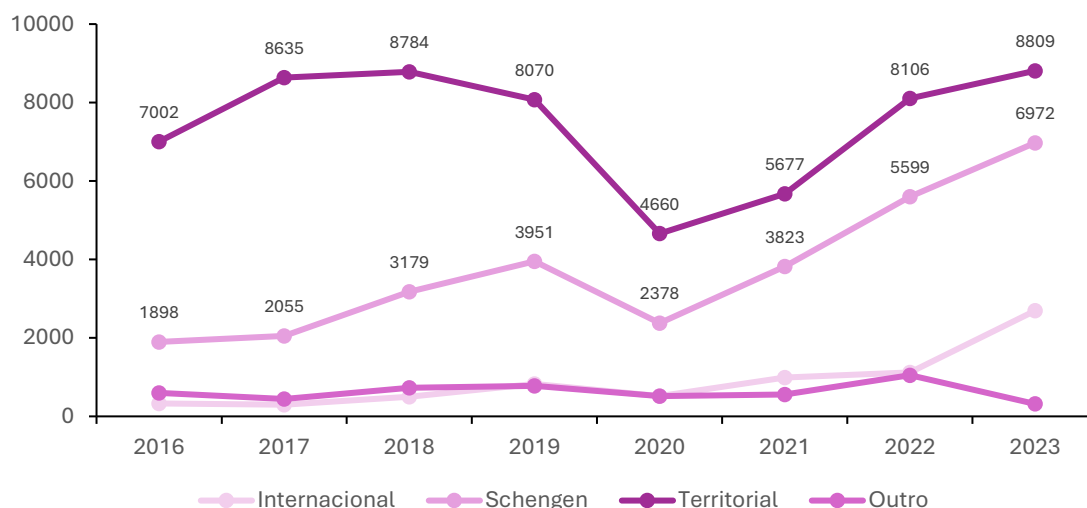


Figura 166 - N.º de passageiros por regiões embarcados/desembarcados, no período de 2016 a 2023

Fonte: Cascais Airport e Cascais Dinâmica

Todos estes dados evidenciam a crescente importância do aeródromo de Cascais como complemento ao sistema aeroportuário nacional, especialmente na Área Metropolitana de Lisboa, contribuindo para a mobilidade territorial e para a descentralização da pressão exercida sobre o Aeroporto Humberto Delgado.

Heliportos

No concelho de Cascais existem atualmente três heliportos funcionais, que, embora não classificados como heliportos públicos certificados, desempenham um papel estratégico no apoio a operações específicas de emergência, segurança, transporte executivo e assistência médica. Estas infraestruturas localizam-se no Aeródromo Municipal de Cascais (Tires), na Marina de Cascais e no Hospital de Cascais, cada uma com características e funções distintas no quadro territorial.

O heliporto do Aeródromo de Cascais constitui o principal ponto de apoio a operações de helicópteros no concelho. Inserido numa infraestrutura aeronáutica formal e equipada, este heliporto é utilizado por meios da Proteção Civil, forças de segurança, serviços médicos de emergência e operadores privados. Beneficia de condições adequadas de segurança e integração com os restantes serviços do aeródromo, permitindo operações regulares e ocasionais, tanto de carácter executivo como operacional.

O heliporto da Marina de Cascais destina-se sobretudo a operações pontuais de transporte privado e apoio a eventos institucionais e desportivos. A sua localização junto à frente

costeira torna-o funcionalmente útil em contextos que exijam rapidez de deslocação, nomeadamente ligados ao turismo náutico e ao acolhimento de autoridades e delegações.

O heliporto do Hospital de Cascais cumpre uma função essencial no transporte de emergência por via aérea, permitindo a evacuação rápida de doentes em estado crítico e a receção de meios aéreos de emergência médica urgente. Esta infraestrutura está integrada na estrutura hospitalar e representa um recurso vital no sistema local de saúde e proteção civil.

5.5.9. INFRAESTRUTURA MARÍTIMA

O concelho de Cascais dispõe de um conjunto de infraestruturas marítimas que reforçam a ligação do concelho com o mar e desempenham um papel estruturante no ordenamento do território, tanto do ponto de vista económico e funcional como patrimonial e cultural. Estas infraestruturas concentram-se na zona portuária de Cascais, junto ao Forte da Cidadela, articulando usos ligados à pesca, náutica de recreio, desporto, ciência e turismo.



Figura 167 – Zona portuária de Cascais

Fonte: GEOCascais

Marina

A Marina de Cascais gerida pela empresa Marcascais – Sociedade Concessionária da Marina de Cascais, S.A., dispõe de 650 postos de amarração, estando preparada para receber embarcações até 36 metros de comprimento e com calado máximo de 6,5 metros.

A infraestrutura integra uma área técnica equipada para a manutenção de embarcações com até 25 metros de comprimento, contando com um pátio com capacidade para 70 toneladas, uma grua de 3 toneladas, uma rampa de acesso à água, e serviços de manutenção.

Complementarmente, a marina dispõe de vários espaços destinados a comércio e restauração, que contribuem para a vitalidade económica e turística da zona envolvente, bem como de um parque de estacionamento subterrâneo com capacidade para 570 lugares, distribuídos por três pisos, reforçando a acessibilidade e funcionalidade do espaço portuário.

Lota e Cais de Aprestos

A nova Lota e o Cais de Aprestos de Cascais constituem duas infraestruturas fundamentais para o reforço e modernização da atividade portuária e piscatória do concelho, assegurando condições técnicas e funcionais adequadas às exigências atuais de higiene, conservação e apoio à pesca.

Situada na zona portuária de Cascais, a lota é gerida pela Docapesca e foi integralmente reabilitada com o objetivo de cumprir os requisitos legais e sanitários para a obtenção do Número de Controlo Veterinário (NCV). A infraestrutura inclui uma máquina de produção de gelo com capacidade para uma tonelada por dia, uma cuba de armazenamento de 950 kg, câmara frigorífica, balança de pesagem, áreas específicas para colocação de caixas em espera e zona de venda, bem como uma área de lavagem e armazenamento de caixas limpas. Esta requalificação permite retomar a primeira venda de pescado em condições de segurança e eficiência.

Complementarmente, foi construído o novo Cais de Aprestos, com 33 unidades de armazenamento destinadas ao apoio direto aos armadores. O espaço é composto por oito unidades para a pesca costeira e 25 unidades para a pesca local.

Estas instalações garantem melhores condições de abrigo, arrumação de equipamentos e preparação das embarcações, reforçando a funcionalidade e organização do porto de pesca.

Clube Naval de Cascais e Marégrafo de Cascais

A zona portuária de Cascais integra ainda duas infraestruturas de relevância patrimonial, científica e desportiva: o Clube Naval de Cascais e o Marégrafo de Cascais.

O Clube Naval, fundado em 1938, é uma referência nacional e internacional na prática e promoção dos desportos náuticos, em particular da vela. A sua área de implantação, localizada junto à Marina de Cascais, acolhe instalações técnicas, oficinas, armazéns de embarcações ligeiras, zonas de embarque e espaços de apoio a atletas e eventos desportivos.

O Marégrafo de Cascais, instalado em 1882 na Fortaleza da Cidadela, é o mais antigo equipamento científico de monitorização do nível do mar em funcionamento contínuo no mundo. Integrado na rede internacional de observação oceanográfica, o marégrafo desempenha um papel fundamental na medição das variações do nível médio do mar, tendo fornecido, desde o século XIX, dados essenciais para estudos de maré, alterações climáticas e gestão costeira.

5.6. MOBILIDADE E TRANSPORTES

No âmbito da mobilidade, as deslocações, especialmente para Lisboa, continuam a representar uma parte significativa dos movimentos pendulares, reforçando a necessidade da implementação de estratégias tendentes à melhoria da mobilidade intermunicipal.

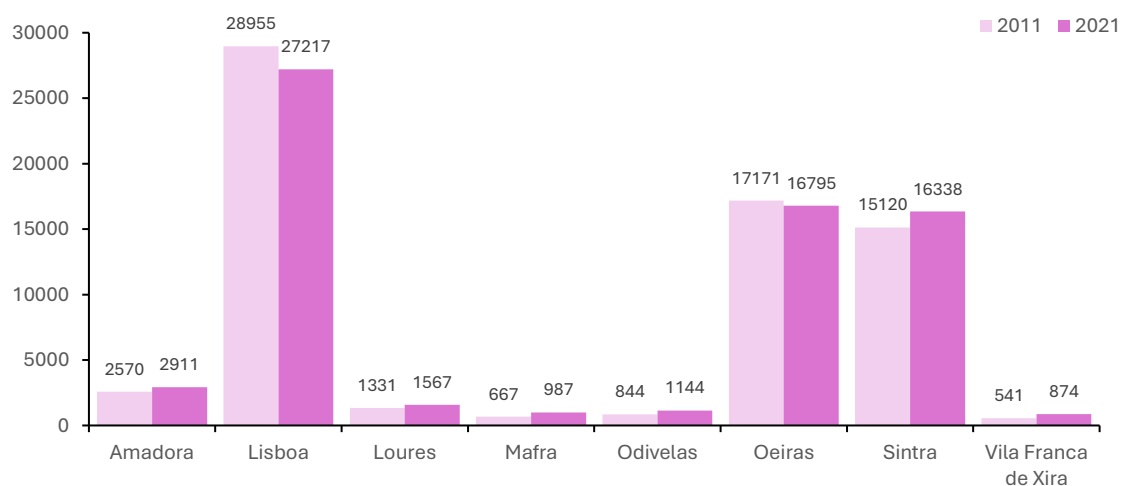


Figura 168 – Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante do concelho, na Grande Lisboa (NUT 2024)

Fonte: INE

A análise da duração dos movimentos pendulares permite identificar variações significativas nos tempos de deslocação dos residentes do concelho de Cascais. É possível constatar que mais de 45% dos movimentos pendulares no concelho duram até 15 minutos e cerca de 75% das viagens duram até 30 minutos.

O concelho de Cascais revela uma forte dependência do automóvel particular como principal meio de deslocação da população residente. Essa dependência do transporte individual contribui para elevados níveis de tráfego e congestionamentos, principalmente nos horários de ponta, afetando a eficiência da mobilidade urbana.

Apesar da existência da linha ferroviária de Cascais, que liga o concelho a Lisboa, o transporte público coletivo ainda não se apresenta como uma alternativa suficientemente competitiva para reduzir a utilização do automóvel.

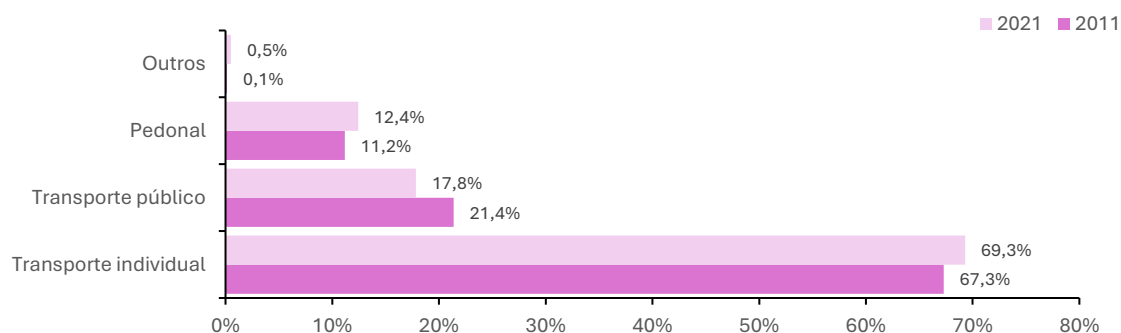


Figura 169 – Principal meio de transporte da população empregada ou a frequentar o sistema de ensino que vive a maior parte do ano no alojamento e que utiliza transporte nas deslocações casa/trabalho/escola, no concelho

Fonte: INE

O tráfego médio diário anual nas vias primárias do município (A5 e A16) entre 2016 e 2023 registou um aumento considerável, com um declínio em 2020 devido à pandemia de COVID 19.

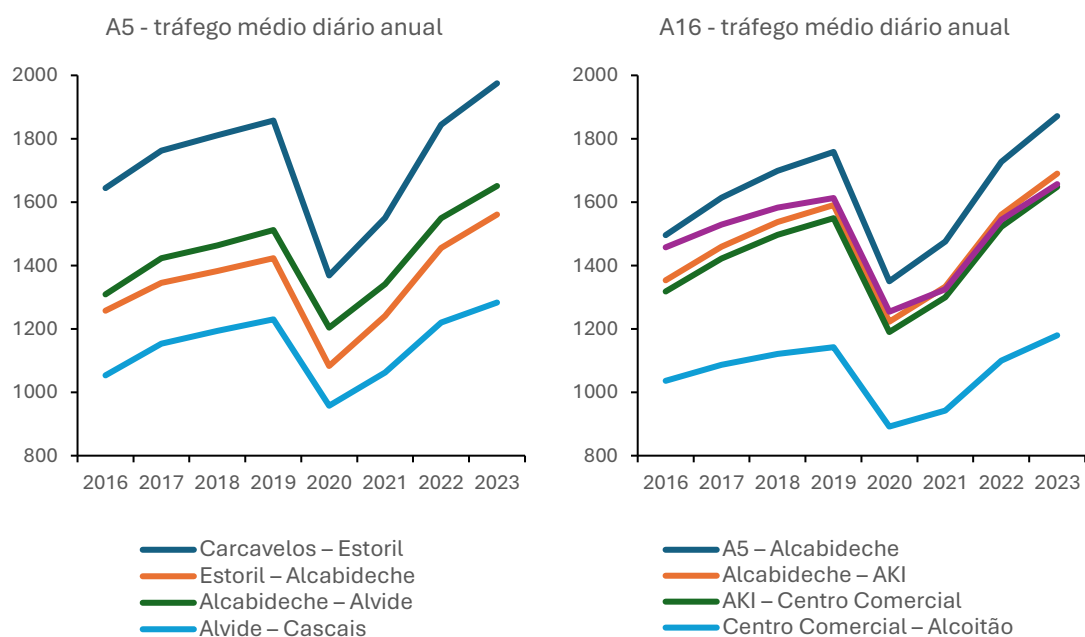


Figura 170 – Tráfego anual na A5 e A16

Fonte: INE

A redução da dependência do transporte individual constitui um dos principais desafios da mobilidade urbana no concelho, implicando o reforço estrutural da oferta e da qualidade do transporte coletivo, a qualificação das infraestruturas dedicadas à mobilidade ativa e a promoção de soluções de transporte partilhado, bem como a implementação de medidas de prioridade ao transporte público, designadamente corredores dedicados.

O transporte individual continua a ser o meio de transporte mais utilizado pela população, privilegiando-se o automóvel ligeiro. O uso do transporte público diminuiu, mas, em

contrapartida, as deslocações a pé e de bicicleta aumentaram, facto que denota o sucesso das políticas municipais de mobilidade sustentável que têm vindo a ser implementadas nos últimos anos.

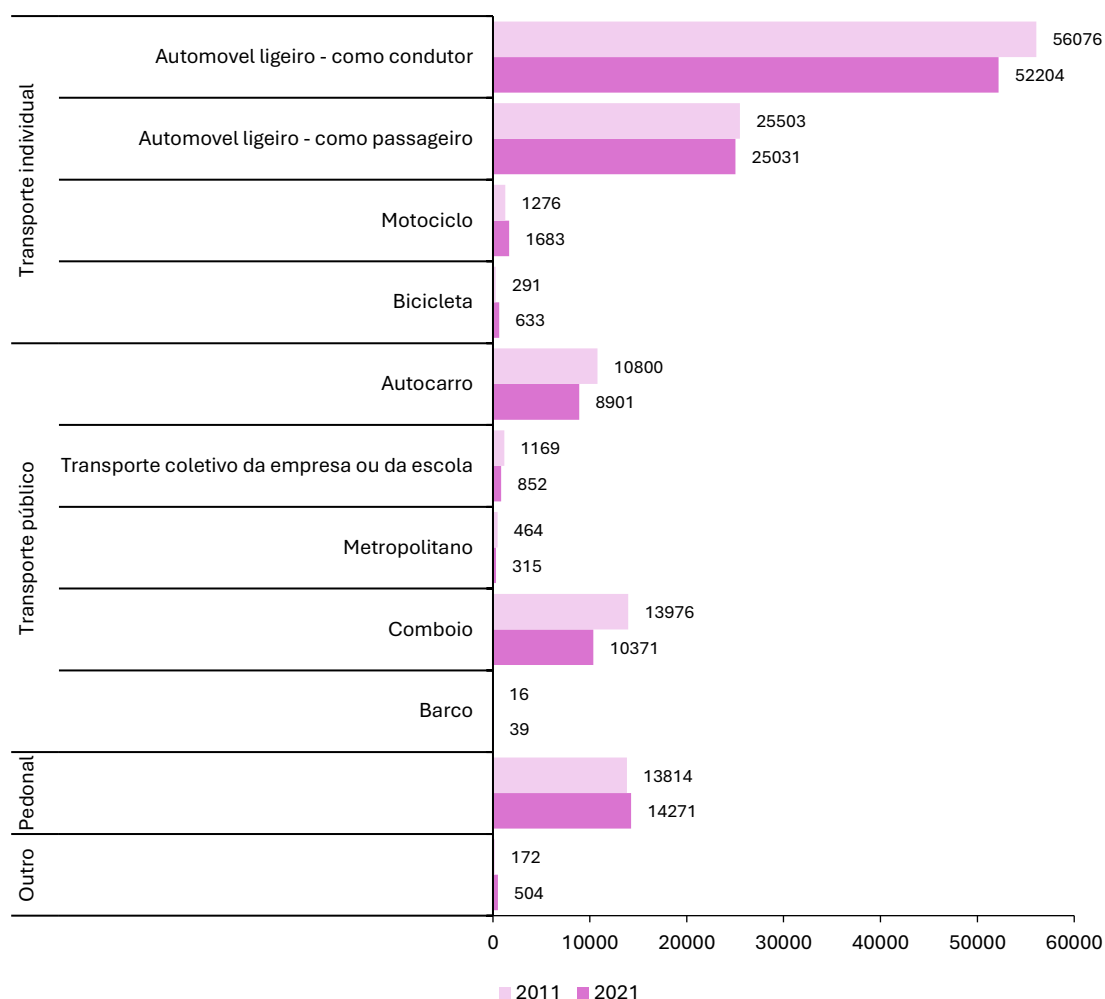


Figura 171 – Principal meio de transporte da população empregada ou a frequentar o sistema de ensino que vive a maior parte do ano no alojamento e que utiliza transporte nas deslocações casa/trabalho/escola

Fonte: INE

O sistema de transportes e mobilidade no concelho de Cascais estrutura-se em torno de cinco interfaces principais, que assumem um papel central na articulação entre os modos rodoviário e ferroviário, especialmente no contexto dos movimentos pendulares intermunicipais. Estas interfaces localizam-se em Cascais, Estoril, Carcavelos, Parede e Alcabideche, e são servidas por carreiras de transporte público que asseguram ligações tanto internas como externas ao concelho.

As interfaces de Cascais, Estoril, Carcavelos e Parede encontram-se todas implantadas na faixa litoral sul do concelho, uma zona urbana consolidada e com elevada densidade construtiva. Esta localização, embora estratégica em termos de cobertura ferroviária da Linha de Cascais e proximidade de centros urbanos, coloca desafios significativos ao nível

do acesso rodoviário. O acesso de automóvel a estas interfaces é limitado, devido à morfologia urbana consolidada e à escassez de parques de estacionamento nas imediações, sendo que a maioria dos lugares disponíveis é paga, o que desincentiva a intermodalidade entre transporte individual e transporte público.

O terminal de autocarros de Alcabideche apresenta características distintas face às restantes interfaces do concelho, destacando-se pela sua localização fora da faixa litoral e afastado do eixo ferroviário da Linha de Cascais.

Esta posição geográfica confere-lhe potencial estratégico para reforçar a mobilidade intermodal em zonas menos servidas por transporte público, contribuindo para a redistribuição da pressão exercida sobre as interfaces mais centrais.

No entanto, o seu funcionamento encontra-se atualmente condicionado por várias limitações, nomeadamente a ausência de ligação com outros modos de transporte público, a inexistência de estacionamento, e a falta de capacidade de expansão na envolvente urbana.

A concentração das principais interfaces na zona sul do concelho reforça a necessidade de repensar o modelo de mobilidade municipal, no sentido de se garantir a equidade territorial no acesso ao transporte público, promovendo a mobilidade sustentável e potenciando a interoperabilidade entre modos. A expansão da rede de estacionamento periférico, a melhoria das acessibilidades e o reforço da ligação entre as interfaces e as zonas residenciais são aspetos fundamentais para uma gestão territorial eficiente e integrada da mobilidade em Cascais.

5.6.1. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O sistema de transporte público rodoviário no concelho de Cascais constitui uma infraestrutura essencial para a mobilidade da população residente, pendular e visitante, assegurando ligações internas e com os municípios vizinhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML). O Município de Cascais constituiu-se como autoridade de transportes competente no seu território, com responsabilidades diretas na organização, planeamento e contratualização da oferta, ao contrário do que sucede na maioria dos concelhos da AML, cuja gestão é centralizada na entidade metropolitana.

A rede de transportes abrange serviços intermunicipais e intramunicipais, bem como ligações expresso, complementadas por operadores de transporte público individual, como táxis e veículos em plataformas eletrónicas (vulgarmente designados por “TVDE”).

Serviços Intermunicipais

Os serviços de transporte intermunicipais no concelho de Cascais são operados pela Carris Metropolitana, sob a gestão da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Estes serviços incluem diversas linhas rodoviárias que asseguram a ligação entre Cascais e outros municípios da região de Lisboa, garantindo uma cobertura alargada e facilitando a mobilidade entre os concelhos da AML.

Atualmente existem 26 circuitos no concelho, que ligam o concelho de Cascais aos concelhos da Amadora (2 circuitos), Oeiras (16 circuitos) e Sintra (18 circuitos). Alguns destes circuitos percorrem mais do que um concelho, garantindo uma cobertura territorial alargada e articulada com a rede metropolitana.

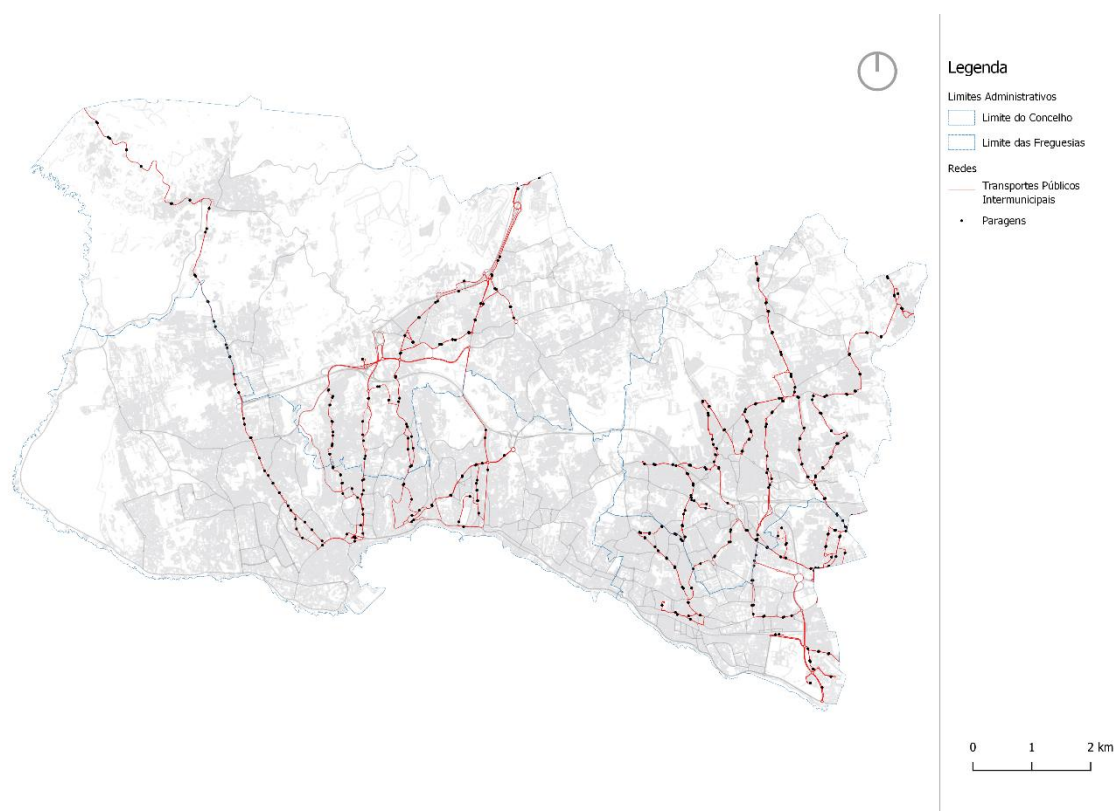


Figura 172 – Carreiras intermunicipais

Fonte: CMC/DAT

Serviços Intra Municipais

Entre 2016 e 2020, o serviço público de transporte rodoviário regular de passageiros no concelho de Cascais foi maioritariamente assegurado pela Scotturb – Transportes Urbanos, Lda, que operava a generalidade das linhas municipais. Neste período, a Cascais Próxima – Gestão de Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, EM, S.A., enquanto operador interno, tinha um papel complementar, sendo responsável exclusivamente pelas linhas designadas como BusCas, com uma cobertura mais localizada e focada em ligações de proximidade.

Durante o ano de 2021, o serviço público de transporte rodoviário regular de passageiros no concelho de Cascais foi assegurado por três operadores distintos, através de diferentes contratos de serviço público.

A partir de 25 de maio de 2021, a operação foi assumida pela empresa Martín, S.A. – Sucursal em Portugal do Grupo Ruiz, também com a marca MobiCascais, na sequência de um concurso público internacional.

Em 2023, o concelho de Cascais contava com 44 circuitos, dos quais 36 são da responsabilidade da Empresa Martin, S.A. e os restantes da Cascais Próxima.

O número médio de circulações diárias difere de circuito para circuito, totalizando aproximadamente 1.600 circulações por dia.

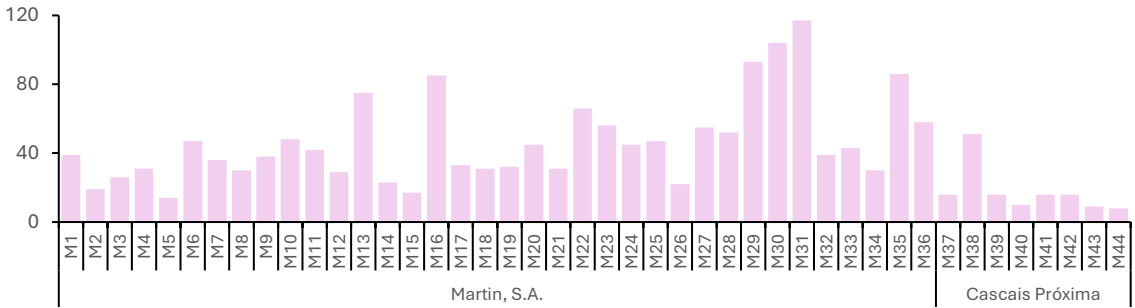


Figura 173 - N.º médio de circulações diárias programadas

Fonte: SPTP, 2021

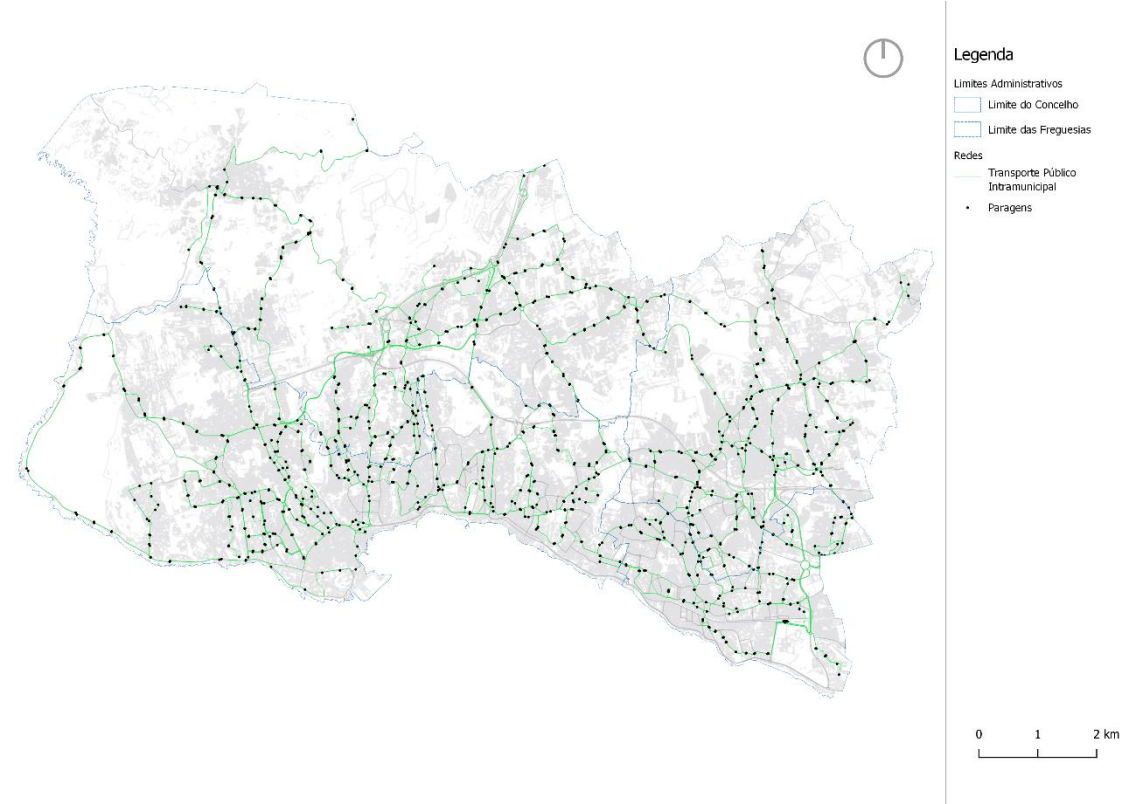


Figura 174 - Rede de carreiras e paragens municipais

Fonte: CMC/DAT

A evolução da rede de transportes públicos no concelho demonstra um crescimento no número de carreiras e na extensão das linhas, refletindo um esforço para melhorar a cobertura territorial e a acessibilidade. O investimento municipal resultou num crescimento significativo do volume de passageiros transportados entre 2016 e 2023, quase duplicando o número de utilizadores, de aproximadamente 5,6 milhões em 2016 para mais de 9,8 milhões em 2023.

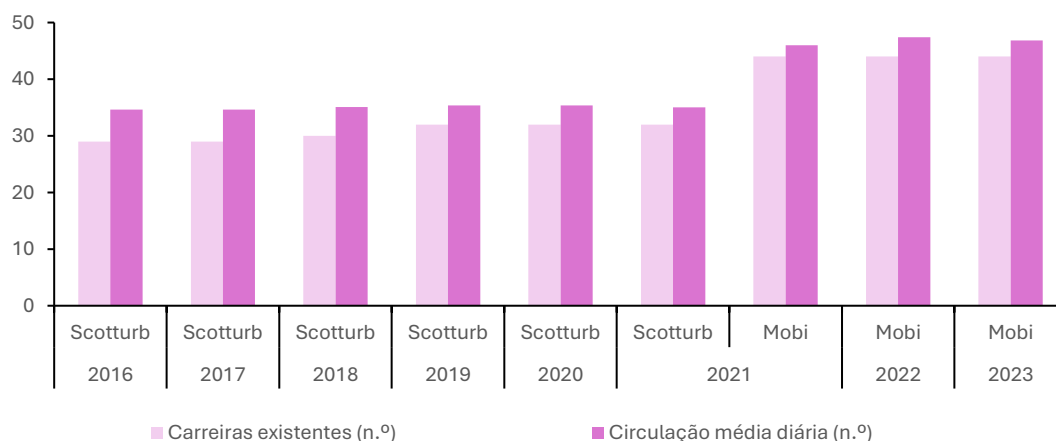


Figura 175 – Evolução do nº de carreiras existentes e circulação média diária das carreiras, por ano e operadora

Fonte: CMC/DAT

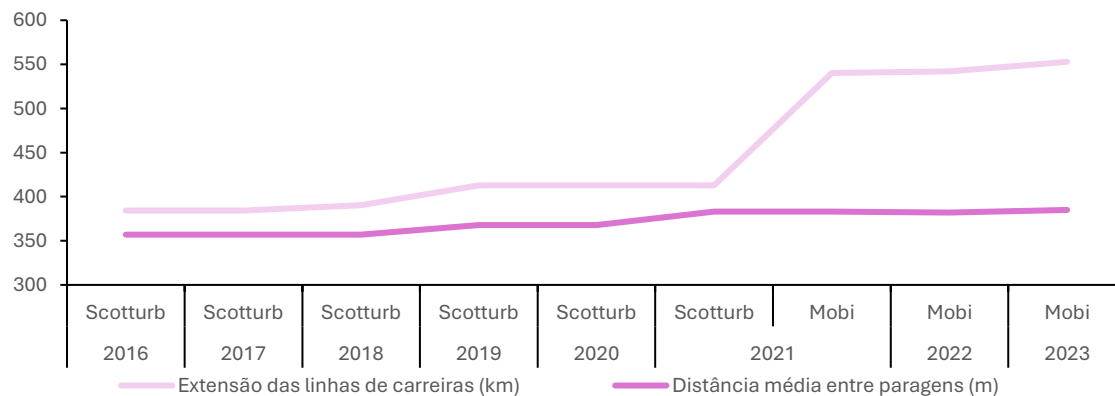


Figura 176 – Evolução da Extensão das linhas de carreiras (km) e da distância média entre paragens (m), por ano e operadora

Fonte: CMC/DAT

A partir do período em que a operação foi assumida pela empresa Martín, S.A. e pela MobiCascais, em maio de 2021, o serviço passou a ser composto por uma frota automóvel com 116 veículos, dos quais:

- 102 estão equipados com piso rebaixado;
- 114 são movidos a gasóleo e 2 a hidrogénio;
- 29 tem a tipologia Urbana – Mini, 2 Urbana – Mid e 85 Urbana – Standard;

A capacidade de lotação dos veículos varia em função da sua tipologia.

Tabela 31 – Tipologia e lotação dos veículos

	Tipologia	Lotação total (un)	Lugares sentados (un)	Combustível	Nº de autocarros
Cascais Próxima	Urbana - Mini	26	13	Gasóleo	1
		34	32	Gasóleo	2
		29	22	Gasóleo	2
		56	23	Gasóleo	1
		25	16	Gasóleo	7
	Urbana - Midi	25	16	Gasóleo	1
Martín	Urbana - Standard	73	37	Hidrogénio	2
		56	31	Gasóleo	4
	Urbana - Mini	32	18	Gasóleo	16
	Urbana - Midi	32	18	Gasóleo	1
	Urbana - Standard	81	33	Gasóleo	79

Fonte: SPTP, 2021

A rede de Serviço Público Rodoviário Regular de Transporte de Passageiros (SPTP) regista uma cobertura territorial²⁹ de aproximadamente 74%, abrangendo 97% da população residente do concelho.

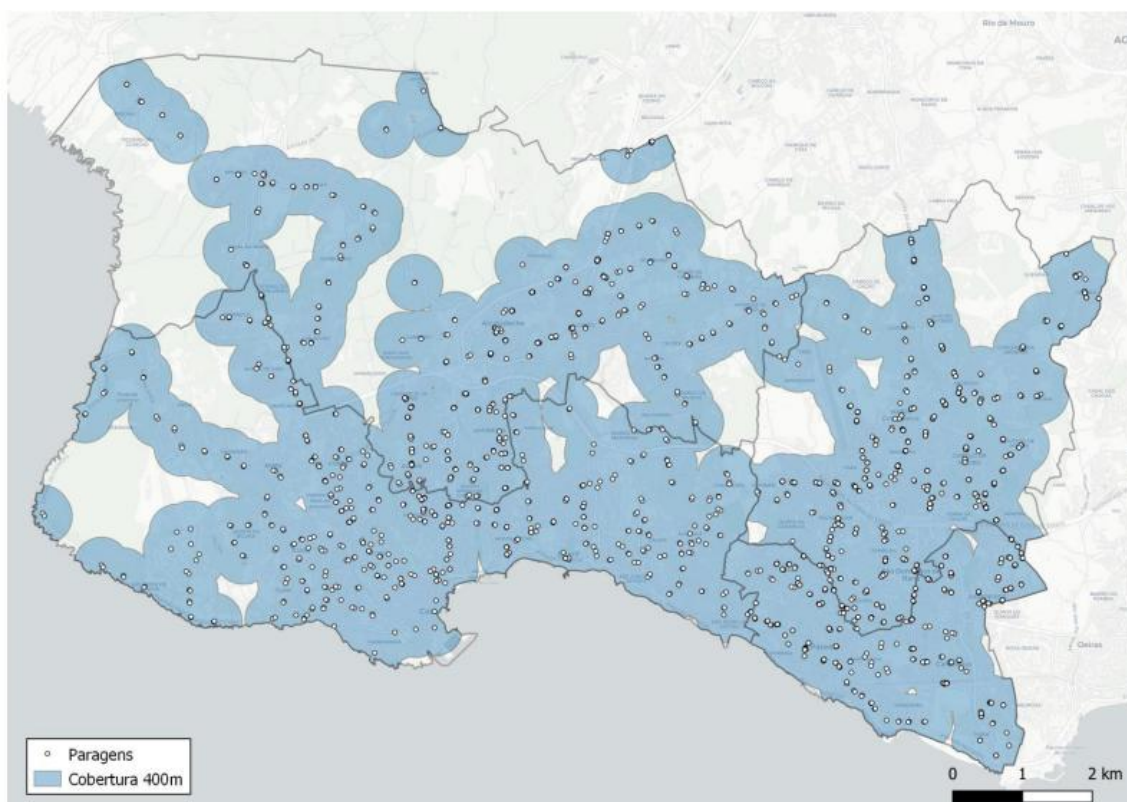


Figura 177 - Mapa da cobertura territorial (Martín e Cascais Próxima)

Fonte: SPTP, 2021

²⁹ Calculada em quilómetros pela soma das áreas de influência de todas as paragens das linhas exploradas, considerando uma área de influência de 400 metros em torno de cada paragem

Desde janeiro de 2020, os autocarros da rede municipal são gratuitos para todos os residentes, trabalhadores e estudantes no concelho, mediante a utilização do Cartão Viver Cascais.

A maioria das infraestruturas viárias existentes não foi concebida para incluir vias dedicadas ao transporte público. Esta limitação acarreta custos significativos não só em termos financeiros, mas também no tempo de resposta dos serviços, deteriorando a eficiência e tornando o transporte coletivo menos atrativo para os utilizadores. O resultado é um ciclo persistente de preferência pelo transporte individual e consequente congestionamento, poluição e desigualdade no acesso à mobilidade.

Perante este cenário, torna-se necessário adotar uma postura inovadora e procurar alternativas eficazes que superem estes obstáculos

Serviço Expresso

O serviço expresso rodoviário em Cascais é assegurado pelas operadoras privadas Rede Expressos, FlixBus e Gipsyy, que oferecem ligações entre o concelho e outros destinos nacionais e internacionais.

As três operadoras apenas fazem ligação com a cidade do Porto, com passagem/paragem em Sintra, Fátima e Coimbra na operadora Rede Expressos e em Sintra na operadora FlixBus. A operadora Gipsyy, oferece ainda ligações diretas a Madrid com passagem/paragem em Badajoz e Mérida.

Táxis e TVDE

Os serviços de táxis e de transporte em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE) integram a oferta de mobilidade individual no concelho de Cascais.

O serviço de táxis opera de forma permanente, com presença em todas as freguesias do concelho. Atualmente o concelho dispõe de 40 praças de táxis com uma predominância na U. F. de Cascais e Estoril, com um contingente de 210 lugares, extensíveis a 249.

As principais praças localizam-se junto a infraestruturas estratégicas, como unidades de saúde, interfaces de transporte e eixos viários estruturantes.

Tabela 32 – Praças de táxis por freguesia e nº de lugares

Freguesia	Praças	Lugares	Extensível
Alcabideche	7	24	29
São Domingos de Rana	7	18	21
U.F. Carcavelos e Parede	9	31	36
U.F. Cascais e Estoril	17	137	163

Fonte: GeoCascais

O serviço de TVDE tem vindo a consolidar-se como uma componente relevante na mobilidade urbana, alavancado pelo crescimento de plataformas digitais como Uber, Bolt e Free Now, cuja operação no concelho se tem intensificado.

5.7. CONECTIVIDADE DIGITAL

5.7.1. TELECOMUNICAÇÕES

As telecomunicações desempenham um papel fundamental, assegurando a conectividade da população, das empresas e dos serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento económico e social.

A presença de uma infraestrutura de telecomunicações eficiente permite a comunicação rápida e eficaz, essencial para setores como a segurança, a saúde, a educação e o turismo. Adicionalmente, a cobertura de redes móveis e de internet facilita o teletrabalho, o comércio digital e a inovação tecnológica, impulsionando a modernização e a competitividade local.

O concelho de Cascais assume relevância estratégica no contexto das infraestruturas internacionais de conectividade digital, destacando-se pela presença de cabos submarinos de telecomunicações, que representam um elemento fundamental para a transmissão global de dados e comunicações.

Com condições geográficas favoráveis, Cascais integra-se na rede internacional de cabos submarinos que ligam a Europa a África, América e outras regiões, contribuindo para a redundância, segurança e capacidade da infraestrutura digital de Portugal. Estas ligações intercontinentais são essenciais para assegurar a velocidade, fiabilidade e largura de banda dos serviços de comunicações, nomeadamente internet, redes empresariais, serviços em nuvem e tráfego de dados de alta capacidade.

A infraestrutura de cabos submarinos que passa por Cascais está associada a estações de amarração e centros técnicos que integram os sistemas nacionais de telecomunicações de importância crítica para a resiliência e soberania digital do território nacional e europeu.

Relativamente à distribuição das antenas de telecomunicações móveis, regista-se uma cobertura territorial equilibrada, assegurando a prestação de serviços de comunicações eletrónicas por parte dos principais operadores — NOS, Vodafone, MEO, Radiomóvel e o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP).

A concentração de antenas revela-se homogénea em grande parte do território concelhio, acompanhando a distribuição da população e das zonas urbanizadas. Constata-se uma menor densidade de infraestruturas na área inserida no Parque Natural de Sintra-Cascais

(PNSC), que facilmente se compreende, atendendo às características inerentes àquele espaço.

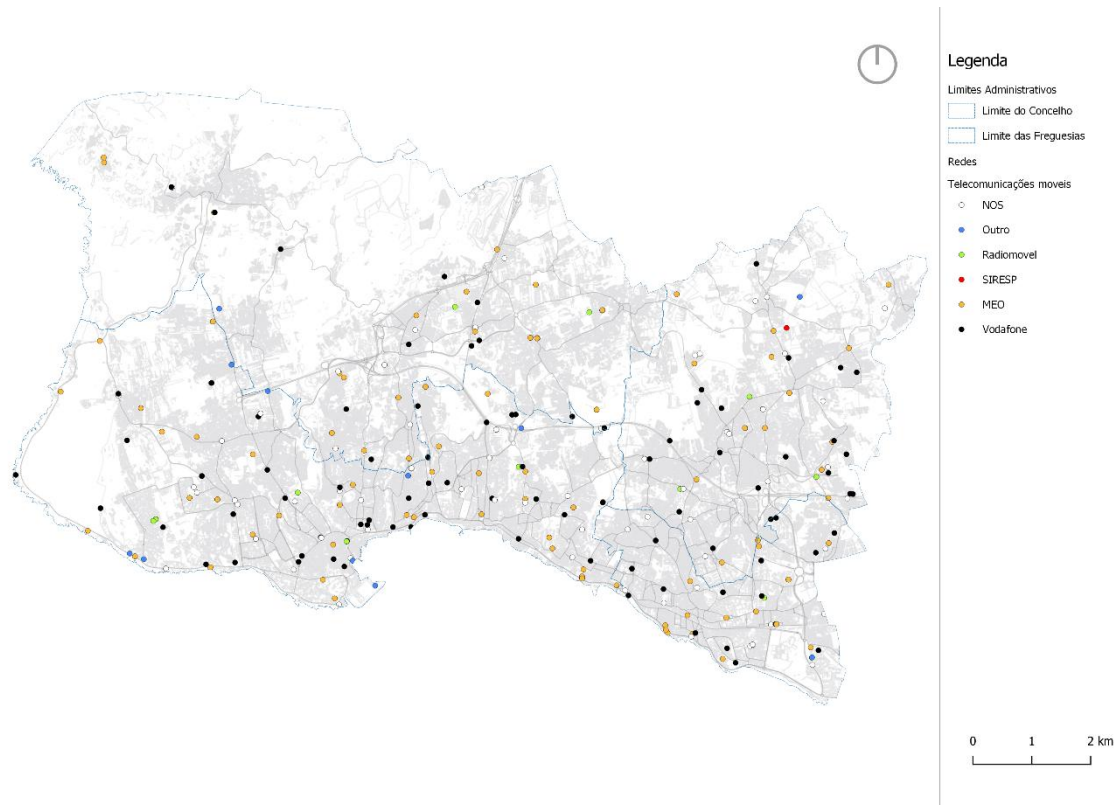


Figura 178 – Rede de Antenas em Cascais

Fonte: GeoCascais

Relativamente ao número de acessos à internet de banda larga, no período em análise, o concelho registou um crescimento significativo.

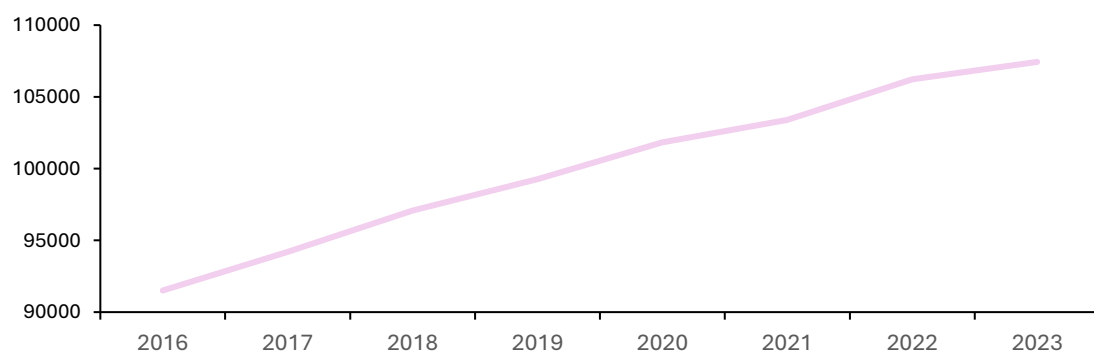


Figura 179 – Nº de acessos à Internet em banda larga em local fixo

Fonte: INE

Apesar da modernização progressiva das infraestruturas de telecomunicações no concelho de Cascais, subsistem ainda áreas do território onde a distribuição dos cabos se mantém em suporte aéreo. Esta realidade traduz-se numa maior vulnerabilidade da rede a fenómenos naturais e a incidentes técnicos, com implicações na fiabilidade e continuidade do serviço.

A exposição dos cabos aéreos a condições meteorológicas adversas, como vento forte potencia a ocorrência de ruturas, deslocamentos ou quebra de condutores. Acresce ainda o risco associado ao derrube de postes em resultado de acidentes rodoviários ou incêndios florestais, aumentando a probabilidade de interrupções no acesso aos serviços de telecomunicações e internet.

Estas situações são especialmente críticas em contextos de emergência, podendo comprometer as comunicações essenciais para a proteção civil e o socorro e contribuir significativamente para a degradação do espaço urbano.

5.7.2. REDE WI-FI E PLATAFORMAS DIGITAIS

Cascais oferece diversos pontos de wi-fi distribuídos pelo concelho, disponíveis não só para os residentes, mas também, para todos os visitantes. Deste modo, qualquer utilizador pode usufruir de 2 horas gratuitas de internet, bastando para isso ligar-se à rede “Cascais Wi-Fi”.

A aposta em plataformas digitais constitui um vetor essencial de modernização administrativa, transparência e apoio à gestão territorial. Estas ferramentas digitais permitem otimizar processos, reforçar a participação pública, promover a transparência e fundamentar decisões baseadas em dados.

O reconhecimento das potencialidades e benefícios emergentes da implementação dos recursos digitais na vivência quotidiana das populações, permitiu ao Município de Cascais assumir uma posição pioneira no quadro nacional no que concerne à alavancagem do conceito de Smart City.

O sítio oficial na internet do Município de Cascais, cascais.pt, assoma como a principal porta de entrada no seu universo digital, onde se reúnem os serviços e informações de maior relevo, como contactos, localizações, canais de atendimento e regulamentos municipais, notícias, agenda de eventos, projetos e iniciativas do município complementado pelo My Cascais, uma área reservada de acesso personalizado, que permite ao utilizador gerir processos, subscrever serviços ou participar em iniciativas municipais de forma mais direta.

O universo digital do Município agrega as seguintes áreas:

1. Serviços administrativos e de gestão urbanística
 - Loja Cascais — Espaço digital para submissão e acompanhamento de processos de urbanismo, licenciamento e outras interações administrativas, disponível via My Cascais ou cascais.pt.
 - GeoCascais — Sistema de Informação Geográfica que disponibiliza dados territoriais, plantas de ordenamento e outros instrumentos cartográficos de apoio à decisão.

2. Participação Cívica e envolvimento público

- Cascais Participa — Plataforma para o Orçamento Participativo e outras formas de envolvimento público, acessível de forma aberta ou via My Cascais.
- FIX Cascais — Aplicação para reporte de ocorrências em espaços públicos, como por exemplo a existência de passeios danificados, sinalização de trânsito avariada e sugestões, que reforçam o sentido de cidadania responsável, fomentando a comunicação direta entre munícipes e serviços municipais
- City Points — Programa que valoriza a participação cívica, atribuindo pontos e benefícios pela realização de ações de interesse comunitário.
- APP 360 City Cascais — Aplicação que integra serviços turísticos, culturais e comunitários, promovendo o conhecimento do território.

3. Mobilidade e gestão do espaço público

- Mobi Cascais — Sistema integrado de transportes, mobilidade partilhada e gestão de estacionamento, também acessível pelo My Cascais.
- Smart Parking — Solução de estacionamento inteligente, que otimiza a utilização do espaço público e reduz a circulação desnecessária.

4. Monitorização, alerta e decisão

- Plataforma Digital de Alerta — Ferramenta de comunicação imediata com a população para situações de risco ou emergência.
- Centro de Comando de Cascais (C2) — Estrutura que integra e coordena sistemas de monitorização em tempo real para gestão coordenada do território e resposta operacional.
- Cascais Data — Portal de dados abertos, com indicadores atualizados de apoio ao planeamento e à avaliação de políticas públicas.

Estas plataformas, complementares entre si, reforçam o compromisso do município com uma governação mais eficiente, transparente e participada, potenciando o ordenamento do território e a qualidade de vida local.

5.7.3. MONITORIZAÇÃO

A monitorização territorial no concelho de Cascais constitui um eixo estratégico no processo de transição para um modelo de desenvolvimento urbano inteligente, eficiente e sustentável. Neste âmbito, o município tem vindo a implementar soluções integradas no domínio das smart cities, com destaque para o Centro de Controlo de Cascais – C2, que funciona como centro de comando inteligente, gestão e análise de dados sobre o território.

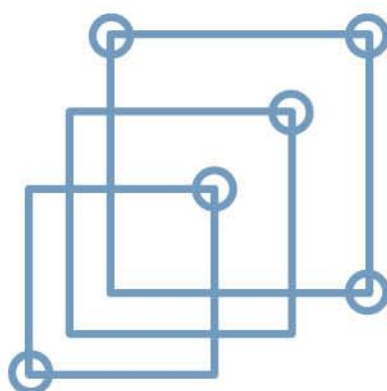
O C2, situado no Centro de Congressos do Estoril, assume uma função operacional essencial na monitorização em tempo real de diversos sistemas urbanos, nomeadamente tráfego, transportes públicos, iluminação pública, segurança, limpeza urbana e gestão de eventos.

Este centro permite a integração de dados provenientes de sensores, câmaras e equipamentos instalados no espaço público, possibilitando uma resposta rápida e coordenada a situações de emergência, bem como a otimização contínua da prestação de serviços urbanos.

A implementação deste centro insere-se numa estratégia mais ampla de cidade inteligente, onde a recolha e o tratamento de dados em tempo real permitem melhorar a eficiência dos serviços públicos, promover a sustentabilidade ambiental, reduzir custos operacionais e reforçar a resiliência urbana.

6.

Instrumentos de Gestão Territorial



O sistema de gestão territorial vigente no ordenamento jurídico português, tal como se encontra definido na LBPPSOTU, aprovada pela Lei n.º 30/2014, de 30 de maio e no RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, nas suas redações atuais, estrutura-se num quadro de interação coordenada e hierarquicamente articulada, nos âmbitos nacional, regional e municipal.

Neste contexto, o exercício da atividade de planeamento e ordenamento territorial do Município de Cascais encontra-se balizado por um conjunto de instrumentos de gestão territorial com incidência no seu espaço físico, que orientam e conformam a definição das respetivas estratégias e políticas de desenvolvimento.

O quadro de referência estratégico e territorial enquanto componente do REOT tem como finalidade identificar, caraterizar e sistematizar o universo de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) com incidência territorial no Município. Este enquadramento em que também é realizada a articulação com outros documentos e outras medidas de referência, permite estabelecer uma visão integrada do território municipal, evidenciando a forma como os diversos instrumentos – de natureza nacional, regional e municipal – interagem, se complementam e influenciam o desenvolvimento territorial de Cascais nas suas diversas dimensões, constituindo a base técnica para a definição e a atualização da Estratégia Municipal de Desenvolvimento do Ordenamento do Território.

Para efeitos de análise, para além dos que se encontram no capítulo que se segue, são também identificados na listagem constante do Anexo III ao presente documento, os IGT que incidem sobre o território municipal, designadamente:

- os instrumentos de âmbito nacional e regional;
- os instrumentos de âmbito municipal, aprovados ou em processo de elaboração, que estruturam e operacionalizam o ordenamento do território de Cascais.

6.1. PROGRAMAS E PLANOS DE ÂMBITO SUPRAMUNICIPAL

6.1.1. PROT-AML 2002

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML), aprovado em janeiro de 2002, estabelece orientações estratégicas relevantes para o concelho de Cascais no domínio do ordenamento do território. As recomendações inserem-se numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, valorização ambiental, coesão territorial e reorganização funcional do espaço metropolitano.

O eixo Cascais-Sintra é destacado como um espaço residencial e turístico de importância metropolitana, onde se verifica uma crescente instalação de serviços e comércio de grande dimensão. O PROT-AML recomenda para este território uma valorização funcional e ambiental, reforçando a sua integração na rede policêntrica da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Este reforço implica também a melhoria das acessibilidades, com prioridade ao transporte público, e a articulação com os restantes polos da AML.

No plano territorial mais alargado, Cascais insere-se no segundo anel metropolitano, que agrupa núcleos urbanos com funções complementares ao centro metropolitano (Lisboa) e que devem assumir vocação para equipamentos e serviços. A proposta reforça a necessidade de conter a expansão urbana desordenada, recomendando uma estratégia de requalificação urbana e a preservação dos valores ambientais, nomeadamente nas áreas naturais protegidas como o Parque Natural de Sintra-Cascais.

Entre os objetivos estratégicos do PROT-AML que incidem sobre Cascais, destacam-se:

- A contenção do crescimento urbano disperso e o incentivo à densificação controlada dos espaços urbanos existentes.
- A proteção da orla costeira e dos ecossistemas naturais sensíveis, promovendo usos compatíveis com os valores ambientais e culturais do território.
- A valorização da frente atlântica como espaço de recreio, lazer e turismo sustentável, evitando a sobreocupação e garantindo a sua acessibilidade e qualidade paisagística.
- A integração do concelho numa rede policêntrica de centralidades, promovendo o equilíbrio territorial e a coesão socioeconómica dentro da AML.

O documento apela a uma requalificação das áreas suburbanas, muitas vezes marcadas por processos de urbanização desordenada, e ao reforço da atratividade urbana, com especial atenção à qualificação dos espaços públicos, à oferta habitacional diversificada e à inclusão social. Estas orientações apontam para um modelo de desenvolvimento urbano mais compacto, funcionalmente articulado e ambientalmente sustentável, que Cascais deverá seguir para consolidar o seu papel enquanto território estratégico na AML.

Contudo, decorridos mais de vinte anos sobre a sua entrada em vigor, verifica-se um desfazamento face às dinâmicas territoriais, demográficas, económicas e ambientais entretanto ocorridas, bem como face ao atual quadro legislativo e aos novos desafios associados às alterações climáticas, à transição energética e à coesão metropolitana. Neste contexto, está a ser elaborado o PROT-LOVT, Programa Regional de Ordenamento do Território - Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, o novo instrumento de planeamento estratégico com um horizonte até 2035, que substituirá o atual PROT AML (2002) e o PROT OVT (2009).

6.1.2. POPNSC

O Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/94, de 11 de março, estabelece as diretrizes para a gestão e utilização sustentável do parque, conciliando a conservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais com atividades económicas e recreativas compatíveis. Em 2004, foi aprovada a revisão do POPNSC pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004, de 8 de janeiro, que visou adaptar o plano a novas realidades legais e ambientais, incluindo a integração de normas da Rede Natura 2000 e a Paisagem Cultural de Sintra, classificada pela UNESCO.

Apesar de este IGT permanecer em vigor, sendo o principal instrumento de gestão do parque, está, desde 2017, prevista a elaboração do Programa Especial do Parque Natural de Sintra-Cascais (PEPNSC), que tem por principal objetivo atualizar e adequar o plano às necessidades atuais de conservação e desenvolvimento sustentável da área protegida.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC), abrange cerca de 1/3 do concelho de Cascais. A área em questão insere-se num contexto de elevado valor ecológico, paisagístico e cultural, que enfrenta simultaneamente fortes pressões urbanísticas e riscos ambientais, o que motivou a necessidade de uma reclassificação e atualização normativa do plano de ordenamento em vigor.

O POPNSC tem como objetivo central assegurar a proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos naturais, paisagísticos e culturais, articulando-se com instrumentos como os Planos Diretores Municipais (PDMs) e a Rede Natura 2000. No caso de Cascais, as propostas focam-se especialmente na conservação da faixa litoral, na contenção da expansão urbana e na salvaguarda dos ecossistemas sensíveis como dunas, arribas, matos e sistemas hídricos.

Destacam-se como medidas prioritárias para o território de Cascais:

- A restrição da edificação fora dos perímetros urbanos, com especial incidência nas áreas com declives acentuados ou risco de erosão, onde se proíbe expressamente a construção;
- A proteção dos sistemas naturais, nomeadamente através da limitação de atividades com impacto negativo como a instalação de infraestruturas industriais, a extração de inertes, a agricultura intensiva e os desportos motorizados em meio natural;
- A valorização das práticas agroflorestais tradicionais, com enfoque em culturas locais como a vinha de Colares, e na promoção de modos de produção sustentáveis, nomeadamente a agricultura biológica;

- A interdição da introdução de espécies exóticas ou invasoras, bem como a obrigatoriedade de pareceres vinculativos para qualquer alteração significativa no uso do solo ou do coberto vegetal;
- A promoção de atividades turísticas compatíveis com a conservação da natureza, como o turismo de natureza e percursos pedonais devidamente sinalizados e geridos;
- A educação ambiental e sensibilização das comunidades locais e visitantes, valorizando o património cultural edificado, a gastronomia e as tradições da região.

O POPNSC prevê, ainda, a criação de programas operacionais de gestão, com ações concretas e cronogramas definidos, que devem ser acompanhados por comissões multipartidárias onde o município de Cascais está representado. Estes programas visam garantir a execução territorial das orientações do plano, assegurando a participação ativa das autarquias, serviços da administração central, freguesias e entidades com jurisdição setorial.

6.1.3. POC-ACE

No âmbito do Programa da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel (POC-ACE), o concelho de Cascais integra-se numa das áreas com maior complexidade territorial, resultado da sua localização na Área Metropolitana de Lisboa, da forte pressão urbanística e da sua relevância histórica e funcional enquanto destino turístico.

A faixa costeira de Cascais, nomeadamente o troço entre o Guincho e o Forte de São Julião da Barra, é caracterizada por um elevado grau de consolidação urbana, com forte presença de infraestruturas residenciais e turísticas, situação que coloca desafios significativos à gestão integrada e sustentável deste território.

O POC-ACE identifica esta faixa como uma das áreas mais vulneráveis do ponto de vista da erosão costeira, integrando-a na subcélula sedimentar 4a (Cabo Raso – Carcavelos), onde se verifica uma forte pressão da deriva litoral e uma tendência histórica de recuo da linha de costa. Esta vulnerabilidade é agravada pelas alterações climáticas, nomeadamente pela subida do nível médio do mar e pela intensificação dos fenómenos meteorológicos extremos.

A este respeito, o programa recomenda medidas estruturais e de adaptação, com especial enfoque na necessidade de reforçar a resiliência do sistema costeiro e de evitar a ocupação de zonas particularmente sensíveis.

Em termos de ordenamento, o programa propõe uma articulação estreita com o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais, dada a sobreposição territorial e a importância ambiental das áreas protegidas ali localizadas. Assim, é promovida a salvaguarda de habitats naturais e a integridade ecológica de ecossistemas costeiros e

dunares, como os do complexo Guincho-Oitavos, com destaque para a limitação da expansão urbanística em áreas de elevado valor ecológico e a requalificação de zonas degradadas.

Entre as medidas propostas para o concelho de Cascais destacam-se ainda a promoção da gestão ativa das zonas balneares e a valorização da oferta turística de forma compatível com os princípios da sustentabilidade. Neste sentido, recomenda-se a implementação de ações de qualificação das praias, melhoria das acessibilidades e infraestruturas de apoio balnear, bem como a monitorização da qualidade das águas e a gestão das pressões associadas à elevada afluência de visitantes.

O modelo de governação proposto pelo POC-ACE implica também a participação ativa do município de Cascais na gestão integrada da orla costeira, através de mecanismos de cooperação intermunicipal e articulação com entidades nacionais, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente. Esta abordagem visa assegurar a coerência das intervenções territoriais e garantir uma aplicação eficaz dos regimes de salvaguarda definidos no programa.

Assim, o POC-ACE define para Cascais um conjunto de orientações e medidas que procuram responder aos desafios colocados pela vulnerabilidade costeira, pela pressão urbanística e pela necessidade de compatibilizar usos económicos e turísticos com a proteção dos valores naturais. A sua implementação exige uma ação concertada entre os diferentes níveis de governação e uma monitorização contínua dos impactos territoriais e ambientais, de forma a garantir um modelo de desenvolvimento sustentável e resiliente para o litoral do concelho.

6.2. PLANOS TERRITORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL

Os planos territoriais de âmbito municipal constituem instrumentos de natureza normativa que permitem às autarquias planejar, ordenar e gerir o território sob a sua jurisdição. Têm como objetivos preponderantes determinar o uso e ocupação do solo, promover o desenvolvimento urbano e rural sustentável compatibilizar interesses públicos e privados, garantir a proteção ambiental. Incluem planos diretores municipais, planos de urbanização e unidades de execução municipal, servindo como referência para a execução de obras, investimentos e políticas de habitação e infraestruturas.

6.2.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASCAIS

Em 1997 foi elaborado o primeiro PDM Cascais, ratificado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/97, publicada no Diário da República n.º 139, 1ª série-B, de 19 de junho de 1997.

A 1.^a Revisão do PDM Cascais foi publicada através do Aviso n.º 7212-B/2015, no Diário da República 2.^a série, n.º 124, de 29 de junho. Este documento resultou do desenvolvimento de trabalhos multidisciplinares de um amplo processo de discussão e participação, concebido para promover as quatro dimensões da sustentabilidade: Social, Ambiental, Económica e da Boa Governação.

Com este documento, que consubstancia um verdadeiro e indispensável Plano Estratégico, o Município de Cascais munuiu-se de um instrumento estruturante, assente num conjunto de eixos e objetivos estratégicos que visam a consolidação do desenvolvimento sustentável do concelho, condição essencial para lançar as reformas que permitem reforçar a sua atratividade e competitividade.

Após a Revisão em 2015, o PDM Cascais sofreu as seguintes alterações:

Tabela 33 - Enquadramento legal da dinâmica do PDM de Cascais

JUNHO 1997	Primeiro PDM-Cascais, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/97 e publicado no Diário da República n.º 139, 1ª série-B, de 19 de junho de 1997.
JUNHO 2015	A 1.ª Revisão do PDM-Cascais foi publicada através do Aviso n.º 7212-B/2015, no Diário da República 2.ª série, n.º 124, de 29 de junho. <u>Após a Revisão em 2015, o PDM-Cascais sofreu as seguintes alterações:</u>
MARÇO 2017	➤ 1.ª ALTERAÇÃO Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Cascais - Transposição de Normas dos PEOT – Planos Especiais de Ordenamento do Território: Adaptação para compatibilização com o PNSC, POOC Sintra-Sado e POOC Cidadela- S. Julião da Barra – DR n.º 62/2017, 2ª Série – Aviso n.º 3234/2017, de 28 de março de 2017.
JUNHO 2017	➤ CORREÇÕES MATERIAIS Correção Material do Plano Diretor Municipal de Cascais - Aprovação - DR n.º 110/2017, 2ª Série – Aviso n.º 6459/2017, de 7 de junho;
NOVEMBRO 2019	Nulidade Parcial - DR n.º 228/2019, 2ª Série - Aviso n.º 19004/2019, 27 de novembro. (Declaração de invalidade parcial da correção material do Plano Diretor Municipal de Cascais)
AGOSTO 2019	➤ 2ª ALTERAÇÃO Declaração de Alteração por Adaptação, para compatibilização com o Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE) – DR n.º 156/2019, 2ª Série – Aviso n.º 13041, de 16 de agosto;
AGOSTO 2020	➤ 3ª ALTERAÇÃO Alteração Pontual do PDM de Cascais - publicada no Diário da República n.º 161/2020, 2ª Série, através do Aviso n.º 12064/2020, de 19 de agosto.
OUTUBRO 2023	➤ 4.ª ALTERAÇÃO Alteração para Adequação ao Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2023 de 9 de outubro – Diário da República n.º 195, 1ª Série e publicada no Diário da República n.º 204, 2ª série, através do Aviso n.º 20120/2023, de 20 de outubro.
JULHO 2024	➤ CORREÇÕES MATERIAIS Correção de erros materiais do PDM-Cascais publicada no Diário da República, 2.º série, n.º 145, através do Aviso n.º 15687/2024/2, de 29 de julho. (correção material de desconformidade, erros materiais ou omissões, patentes e manifestos, ou a lapsos gramaticais ou ortográficos na representação gráfica e no regulamento)

Considera-se pertinente salientar que a primeira alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Cascais, publicada em 2017, teve como objetivo dar cumprimento ao disposto no artigo 78.º da Lei n.º 31/2014 (Lei de Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo), que determinou a integração, nos planos municipais, das normas diretamente vinculativas dos particulares constantes dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) aplicáveis até 29 de junho de 2017.

Neste âmbito, a transposição de normas abrangeu três planos especiais: o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC), o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado (POOC-SS) e o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela-Forte de S. Julião da Barra (POOC-CSJB). A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) identificou as normas destes planos com aplicação direta, cabendo à Câmara Municipal de Cascais (CMC) levar a cabo o respetivo procedimento de adaptação do PDM.

Não obstante o enquadramento legal prever um procedimento simplificado, o Município promoveu a participação pública em dois momentos distintos e assegurou um processo continuado de concertação técnica com as entidades competentes, atendendo à complexidade inerente à transposição.

A proposta de adaptação baseada nas “Fichas de Identificação das Normas dos PEOT a transpor para PMOT” elaboradas pela CCDR-LVT, integrou os ajustamentos necessários face à legislação entretanto alterada e converteu áreas do PNSC e UOPG dos POOC para SUB-UOPG do PDM. No entanto, “Ao nível da transposição cartográfica das plantas síntese dos PEOT para o PDM Cascais, e por indicação das respetivas entidades responsáveis (ICNF e APA), não foi realizado o necessário ajustamento à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), tendo daí resultado determinadas incongruências nas peças desenhadas em relação às quais a CMC se viu impossibilitada de colmatar.”³⁰

Esta alteração não introduziu modificações substantivas ao modelo territorial vigente, tendo-se limitado a consolidar no plano municipal as normas já aplicáveis. Todavia, por forma a acautelar quaisquer conflitos interpretativos, foi incluída uma norma do regulamento do PDM-Cascais determinando a prevalência das disposições mais restritivas relativas às áreas de incidência dos três PEOT.

6.2.2. UNIDADES DE EXECUÇÃO E OUTROS PLANOS TERRITORIAIS

No âmbito do PDM, o território do Município de Cascais encontra-se organizado em 10 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que correspondem a unidades

³⁰ Transcrição de excerto do preâmbulo do Aviso nº 3234/2017, de 28 de março de 2017, DR nº 62/2017, 2ª Série

territoriais homogêneas de referência, para efeitos de gestão estratégica municipal, abrangendo a totalidade do território do Município. Paralelamente, estão delimitadas 35 Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão (SUB-UOPG), áreas territoriais para as quais se encontram definidos objetivos programáticos e parâmetros específicos, nos termos estabelecidos nos artigos 126.º-A a 126.º-J do Regulamento do PDM Cascais. As UOPG e SUB-UOPG encontram-se delimitadas e identificadas na Planta de Ordenamento do PDM Cascais.

Tabela 34 - Síntese dos PMOT's e Unidades de Execução [em vigor/ em alteração/ em elaboração]

UOPG [Área Total] (m²)	SUB-UOPG	Área [Área Total] (m²)	Planos de Pormenor (PP), Planos de Urbanização (PU) e Unidades de Execução (UE)			
			Designação	Área (m²)	Etapa Formal	Etapa de Execução
UOPG 1 [29.581.846,33]	SUB-UOPG 1.1 Biscaia	51.945,48	-	-	-	-
	SUB-UOPG 1.2 Figueira do Guincho	33.905,06	Unidade de Execução Centro Paroquial de São Vicente de Alcabideche	7.330,84	Em vigor	Obras de edificação em curso
	SUB-UOPG 1.3 Malveira da Serra e Janes	1.088.013,61	-	-	-	-
	SUB-UOPG 1.4 Zambujeiro	239.217,21	-	-	-	-
	SUB-UOPG 1.5 Alcorvim de Cima	45.693,01	-	-	-	-
	SUB-UOPG 1.6 Alcorvim de Baixo	58.315,69	Unidade de Execução Charneca Nascente	49.340,62	Em vigor	Projetos de obras de urbanização em elaboração pela CMC
	SUB-UOPG 1.7 Charneca	129.650,26	Unidade de Execução Charneca Poente	9.697,21	Em vigor	Operação de loteamento aprovada. Projetos de urbanização em elaboração pela CMC
			-	-	-	-
	SUB-UOPG 1.8 Murches	450.899,99	-	-	-	-
	SUB-UOPG 1.9 Troço de costa Guincho-Guia	4.084.506,99	Unidade de Execução de Requalificação das Instalações da AISA	5.449,23	Em vigor	Processo edificação em apreciação
			Unidade de Execução Centro Paroquial de São Vicente de Alcabideche	7.330,84	Em vigor	Obras de edificação em curso

UOPG [Área Total] (m²)	SUB-UOPG	Área [Área Total] (m²)	Planos de Pormenor (PP), Planos de Urbanização (PU) e Unidades de Execução (UE)			
			Designação	Área (m²)	Etapas Formais	Etapas de Execução
UOPG 2 [8.781.760,67]	SUB-UOPG 2.1 Cabreiro	85.856,37	-	-	-	-
	SUB-UOPG 2.2 Alcabideche	131.213,53	-	-	-	-
	SUB-UOPG 2.3 Atrozela	910.730,83	Unidade de Execução Atrozela I	4.445,26	Em vigor	Aguarda processo edificação
	SUB-UOPG 2.4 Autódromo e Aglomerado da Ribeira da Penha Longa	983.392,13	Unidade de Execução Alcabideche 2.4 – Requalificação de Empreendimento Turístico	41.633,00	Por delimitar	Em Fase de discussão pública
	SUB-UOPG 2.5 Cluster de Equipamento do Cabreiro	17.632,81	Por definir	Por definir	Por delimitar	Pedido de delimitação em apreciação
	SUB-UOPG 2.6 Cabreiro Poente /Hospital	164.994,55	-	-	-	-
	SUB-UOPG 2.7 Cruz de Pôpa	41.619,92	-	-	-	-
	SUB-UOPG 2.8 Remate Poente Alcabideche	75.408,45	Unidade de Execução de Alcabideche Poente	31.966,31	Em elaboração	Unidade de execução em alteração devido a uma participação durante a discussão pública
	SUB-UOPG 2.9 Alcabideche Sul	234.979,51	-	-	-	-
	SUB-UOPG 2.10 Parque Urbano da Adroana	118.548,38	-	-	-	-
			Unidade De Execução Centro De Medicina De Reabilitação De Alcoitão	101.726,09	Em vigor	Processo edificação em apreciação
			Unidade de Execução do Polo Habitacional da Adroana	7 486,32	Em vigor	Alvará loteamento emitido. Aguarda edificação

UOPG [Área Total] (m²)	SUB-UOPG	Área [Área Total] (m²)	Planos de Pormenor (PP), Planos de Urbanização (PU) e Unidades de Execução (UE)			
			Designação	Área (m²)	Etapas Formais	Etapas de Execução
UOPG 3 [3.686.396,88]			-	-	-	-

UOPG [Área Total] (m²)	SUB-UOPG	Área [Área Total] (m²)	Planos de Pormenor (PP), Planos de Urbanização (PU) e Unidades de Execução (UE)			
			Designação	Área (m²)	Etapas Formais	Etapas de Execução
UOPG 4 [10 052 464,63]	SUB-UOPG 4.1 Futuro Eco-Parque Empresarial Logístico de Trajouce	134.807,98	-	-	-	-
	SUB-UOPG 4.2 Trajouce (I)	190.233,80	-	-	-	-
	SUB-UOPG 4.3 Trajouce (II)	177.092,85	Por definir	Por definir	Por delimitar	Pedido de delimitação em apreciação
			Plano de Urbanização da Área do Aeroporto de Cascais e sua Envolvente (PUACE)	2.056.111,46	Em elaboração	Termos de Referência aprovados em dezembro 2019
			Plano de Pormenor de Talaíde	90.059,70	Em vigor	Em execução – Proposta final do Plano aprovada pela Assembleia Municipal em julho 2025

UOPG [Área Total] (m²)	SUB-UOPG	Área [Área Total] (m²)	Planos de Pormenor (PP), Planos de Urbanização (PU) e Unidades de Execução (UE)			
			Designação	Área (m²)	Etapas Formais	Etapas de Execução
UOPG 5 [4.074.471,10]			Plano de Pormenor da Zona da Guia - E.N. 247	99.089,82	Em vigor	Parcialmente executado, lotes 8 e 9 não edificados

UOPG [Área Total] (m²)	SUB-UOPG	Área [Área Total] (m²)	Planos de Pormenor (PP), Planos de Urbanização (PU) e Unidades de Execução (UE)			
			Designação	Área (m²)	Etapas Formais	Etapas de Execução
UOPG 6 [9.680.541,27]	SUB-UOPG 6.1 Birre/Areia	235.123,61	-	-	-	-
	SUB-UOPG 6.2 Areia	168.357,14	-	-	-	-
			Plano de Pormenor de Alvide - Gaveto da R. de Alvide com a R. Catarina Eufémia	1.021,74	Em vigor	Executado/Concretizado – publicado em 1994
			Unidade de Execução Bairro Marechal Carmona	58.350,08	Em vigor	Processo de loteamento em apreciação

UOPG [Área Total] (m²)	SUB-UOPG	Área [Área Total] (m²)	Planos de Pormenor (PP), Planos de Urbanização (PU) e Unidades de Execução (UE)			
			Designação	Área (m²)	Etapas Formal	Etapas de Execução
UOPG 7 [10.166.708,54]	SUB-UOPG 7.1 Entrada de Cascais	32.725,25	Unidade de Execução Entrada Nascente de Cascais	50.781,74	Em vigor	Obras de edificação em curso
	SUB-UOPG 7.2 Cascais Villa	7.847,43	Unidade de Execução Entrada Nascente de Cascais II	7.895,10	Em vigor	Obras de demolição em curso/ Unidade de execução delimitada, alteração do alvará de loteamento em curso
	SUB-UOPG 7.3 Marina de Cascais	181.971,00	Unidade de Execução Requalificação da Marina de Cascais	57.274,15	Em vigor/ Em Alteração	Em fase de alteração da UdE
	SUB-UOPG 7.4 Envolvente do antigo Hospital de Cascais	12.732,09	-	-	-	-
			Plano de Pormenor da Galiza	4.439,18	Em vigor	Executado/ Plano concretizado – publicado em 1997
			Plano de Pormenor - Residência de Terceira Idade / Apartamento Rei Carol	5.829,21	Em vigor	Executado/ Plano concretizado – publicado em 1993
			Plano de Pormenor do Monte Estoril - Rua de Espinho / Avenida de S. Pedro	4.909,14	Em vigor	Executado/ Plano concretizado – publicado em 1990
			Plano de Pormenor do Monte Estoril - Avenida Faial / R. dos Açores	1.503,18	Em vigor	Executado/ Plano concretizado – publicado em 1994
			Plano de Pormenor da Av. da Venezuela	22.782,96	Em vigor	Executado/ Plano concretizado – publicado em 1997
			Plano de Pormenor para a Reestruturação Urbanística dos terrenos do Hotel Estoril-Sol e Envolvente	17.333,33	Em vigor	Executado/ Plano concretizado – publicado em 2005
			Unidade de Execução Alto da Maceira	26.340,11	Em vigor	Processo edificação em apreciação
			Unidade de Execução Quarteirão da Praça de Touros	39.252,89	Em vigor	Executado
			Unidade de Execução Entrada Nascente de Cascais III	12.005,00	Em vigor	Unidade de execução delimitada, alteração do alvará de loteamento em curso

UOPG [Área Total] (m²)	SUB-UOPG	Área [Área Total] (m²)	Planos de Pormenor (PP), Planos de Urbanização (PU) e Unidades de Execução (UE)			
			Designação	Área (m²)	Etapas Formal	Etapas de Execução
UOPG 8 [3.593.309,55]			-	-	-	-

UOPG [Área Total] (m²)	SUB-UOPG	Área [Área Total] (m²)	Planos de Pormenor (PP), Planos de Urbanização (PU) e Unidades de Execução (UE)			
			Designação	Área (m²)	Etapas Formal	Etapas de Execução
UOPG 9 [10 337 025,82]	SUB-UOPG 9.1 Conceição da Abóboda	94.798,55	-	-	-	-
	SUB-UOPG 9.2 PP do Arneiro e PP de Sassoeiros Norte	133.787,53	Plano de Pormenor do Espaço de Estabelecimento Terciário do Arneiro	92.865,03	Em vigor	Não executado/ Por concretizar –publicado em 2011
			Plano de Pormenor do Espaço Terciário de Sassoeiros Norte*	15.003,88	Em vigor	Não executado/ Por concretizar –publicado em 2011
	SUB-UOPG 9.3 PP de Freiria	585.804,27	Plano de Pormenor da Villa Romana de Freiria	585.804,21	Em vigor	Em execução – publicado em 2010
	SUB-UOPG 9.4 Bairro das Faceiras	41.653,65	-	-	-	-
			Plano de Pormenor do terreno designado Mação	59.044,07	Em vigor	Parcialmente executado – publicado em 1994 (lotes 13 e 14 do alvará nº 1052 e lote 6 e 3 do alvará nº 1324 não edificadas)
			Plano de Pormenor St. Dominic	178.045,57	Em vigor	Executado/ Plano concretizado – publicado em 2000
			Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística para Instalação da Sede Nacional da Brisa- AE de Portugal, S.A.	31.696,22	Em vigor	Não executado/ Parcialmente concretizado – publicado em 2008 ((ressalvam-se dúvidas relativamente à execução de algumas parcelas))
			Unidade de Execução Quinta de Rana	37.456,81		Unidade de execução delimitada, processo de loteamento em curso

UOPG [Área Total] (m²)	SUB-UOPG	Área [Área Total] (m²)	Planos de Pormenor (PP), Planos de Urbanização (PU) e Unidades de Execução (UE)			
			Designação	Área (m²)	Etapas Formal	Etapas de Execução
UOPG 10 [7.434.614,74]	SUB-UOPG 10.1 PP Quinta do Barão	175.733,60	Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão	175.733,60	Em vigor/ Em Alteração	Não executado/ Em processo de Alteração – publicado em 2008
	SUB-UOPG 10.2 PP Carcavelos Sul	542.209,62	Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul	542.210,21	Em vigor	Em execução – publicado em 2014/Alvará de loteamento e obras de urbanização emitido. Obras de urbanização e edificação em curso
	SUB-UOPG 10.3 Espaço de empreendimentos Turísticos Carcavelos Sudeste	52.710,96	-	-	-	-
			Plano de Pormenor da Quinta da Alagoa de Cima	76.961,66	Em vigor	Executado/ Plano concretizado – publicado em 1996
			Unidade de Execução da Quinta do Lameiro	30.042,26	Em vigor	Processo de edificação e urbanização em apreciação
			Unidade de Execução Polo de Saúde de Carcavelos e Área Envolvente	30.901,32	Em vigor	Parcialmente executado (parcela 5ª e áreas confinantes a requalificar não executadas)

*Plano de Pormenor do Espaço Terciário de Sassoeiros Norte insere-se em duas UOPG, sendo contabilizada a área apenas na Sub-UOPG 9.2

Unidades de Execução (UE):

No contexto da execução territorial e da concretização de projetos estratégicos, o Município de Cascais tem vindo a operacionalizar diversas Unidades de Execução que permitem implementar intervenções urbanísticas específicas, alinhadas com os objetivos de qualificação urbana, reabilitação, mobilidade, habitação e equipamentos coletivos, constituindo instrumentos operacionais eficazes de gestão territorial, permitindo uma atuação coordenada e faseada em áreas prioritárias do concelho.

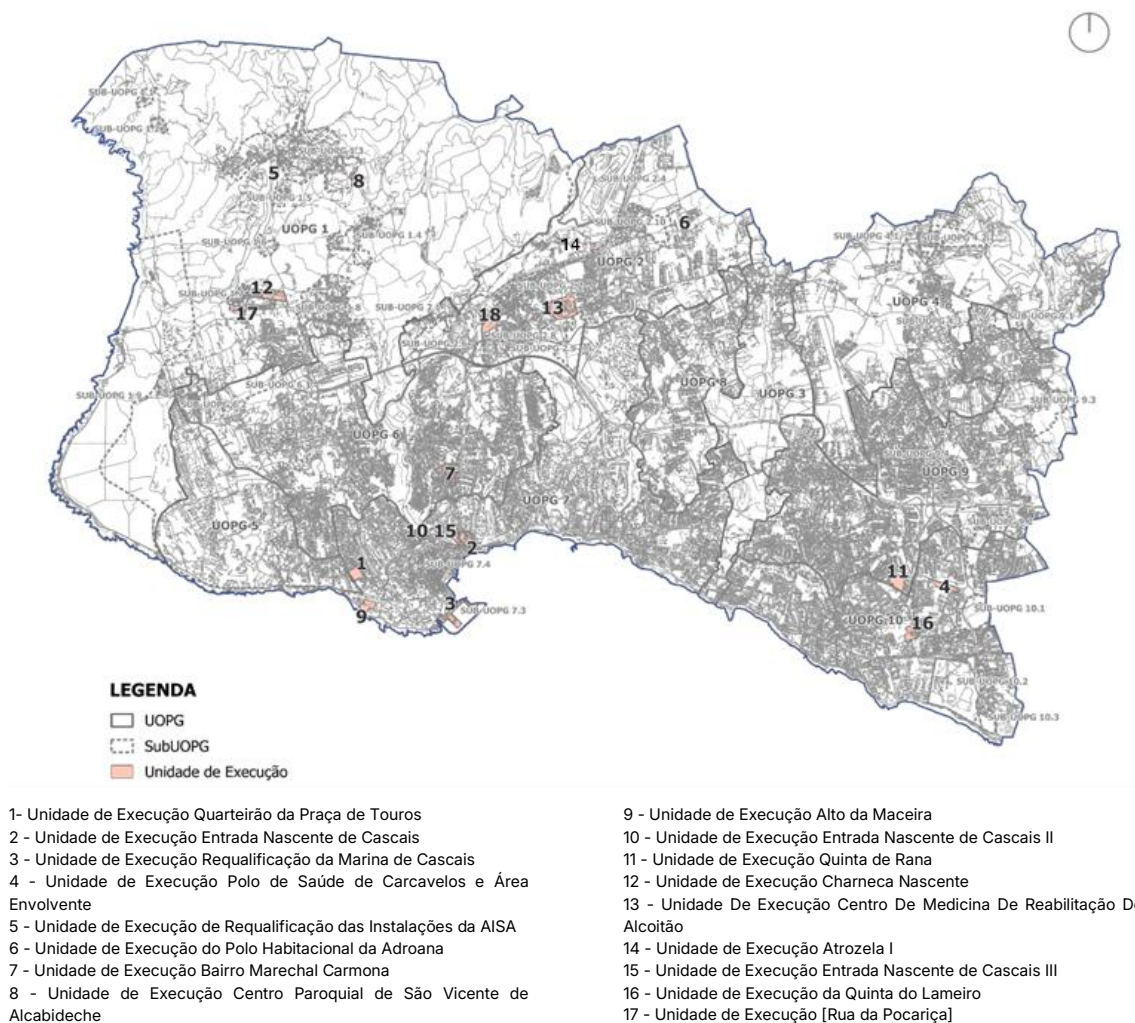


Figura 180 – Unidades de Execução

Fonte: CMC/DPE

Planos de Pormenor (PP):

Os Planos de Pormenor são instrumentos de gestão territorial, de natureza regulamentar, que visam concretizar e detalhar opções de ordenamento definidas em planos de hierarquia superior, assegurando uma intervenção urbanística mais precisa e adequada às especificidades locais. A análise dos Planos de Pormenor (PP) em vigor tem como objetivo avaliar o respetivo grau de execução, a atual relevância para o ordenamento do território municipal e a necessidade da sua manutenção.

Para o efeito, foi considerada a concretização física das soluções previstas em cada plano, ao nível dos arruamentos e infraestruturas, dos lotes e edifícios e dos espaços verdes e equipamentos; bem como a existência de operações urbanísticas aprovadas e válidas.

Nos termos do RJIGT, os planos territoriais podem ser objeto de alteração, correção material, revisão, suspensão ou revogação. Contudo, não se encontra expressamente previsto um procedimento específico para os planos integralmente executados ou concluídos. Nestas situações, a revogação surge como a figura jurídica que, embora pensada para planos que deixaram de se justificar, poderá também ser mobilizada para enquadrar os planos de pormenor cuja função se encontre terminada.

Neste contexto, uma futura revisão do PDM constitui uma oportunidade para reavaliar a necessidade de manutenção dos PP em vigor, em particular daqueles que se encontram integralmente executados e/ou cujas normas e parâmetros podem ser enquadradas no próprio PDM.

No concelho de Cascais encontram-se atualmente em vigor 18 Planos de Pormenor, um dos quais em processo de alteração. A análise efetuada permite agrupá-los em cinco categorias distintas:

Manter em vigor – quatro planos ainda sem execução e que assumem relevância estratégica para a implementação do modelo territorial municipal e para a concretização de objetivos estruturantes: PP do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul, PP de Talaíde e PP da Villa Romana de Freiria e Alteração ao PP do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão.

Revogar –nove planos integralmente executados e abrangidos por operações urbanísticas aprovadas, relativamente aos quais se considera esgotada a sua função de programação e execução. A revogação constitui, nestes casos, uma boa prática de simplificação e clarificação normativa, evitando redundâncias e facilitando a gestão urbanística: PP da Galiza, PP da Quinta da Alagoa de Cima, PP St. Dominic's, PP do Gaveto da R. Alvide com a

R. Catarina Eufémia, PP da Av. Venezuela, PP para Reestruturação Urbanística dos Terrenos do Hotel Estoril-Sol e Área Envolvente, PP da Av. Faial / R. Açores, PP da R. de Espinho/ Av. S. Pedro, PP Residência de 3ª Idade/Apartamento Rei Carol.

Ponderar a alteração, revisão ou revogação – dois planos ainda não executados e cuja relevância para o ordenamento atual dos territórios abrangidos se considera baixa e que se encontra já em ponderação alterar a estratégia de ocupação dos mesmos: PP do Espaço de Estabelecimento Terciário do Arneiro, PP do Espaço Terciário de Sassoeiros Norte.

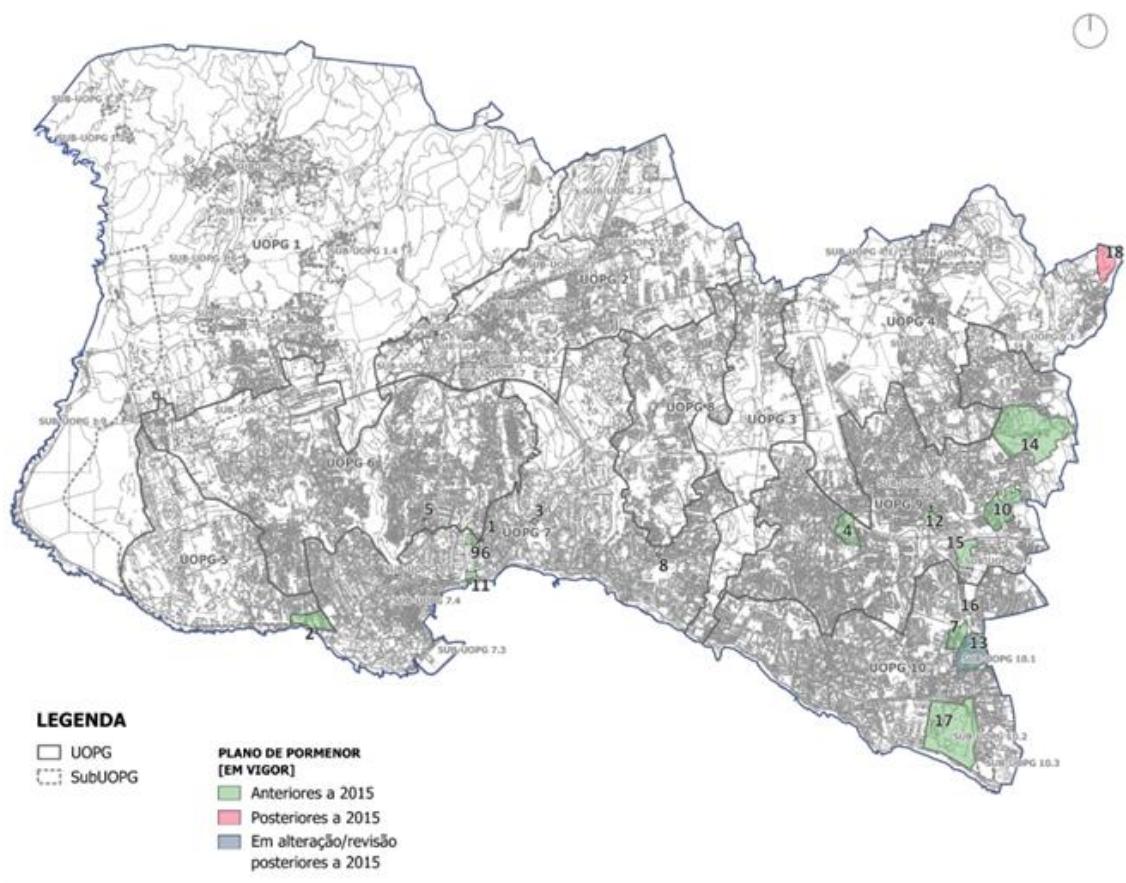
Avaliar a manutenção – três planos parcialmente executados e com baixa relevância estratégica atual, relativamente aos quais importa analisar se os respetivos conteúdos normativos e parâmetros urbanísticos podem ser absorvidos pelo PDM: PP para a Instalação da Sede Nacional da Brisa-Auto-Estradas de Portugal, PP do terreno designado "Mação" e PP da Zona da Guia - EN 247.

Esta análise evidencia que uma parte significativa dos PP em vigor corresponde a instrumentos já executados ou com reduzida relevância operacional, circunstância que poderá justificar, no âmbito de uma futura revisão do PDM, a ponderação da sua manutenção.

Freguesia	Plano de Pormenor	Área (ha)	Situação	Data de publicação	Objetivos (fonte: site CMC)	Enquadramento no PDM em vigor	Grau de execução			Operações urbanísticas aprovadas	Relevância atual do PP	Orientação futura
							Arruamentos e infraestruturas	Lotes e edificações	Espaços verdes e equipamentos			
Cascais e Estoril	PP da Zona da Guia - EN 247	9,91	Em vigor	1993	Alteração do PUCS	Espaço habitacional Espaço verde de proteção e conservação	Executado	Quase totalmente executado	Executado	Algumas parcelas não abrangidas por operação urbanística	Baixa	Avaliar manutenção
Cascais e Estoril	PP do Gaveto da R. Alvide com a R. Catarina Eufémia	0,1	Em vigor	1994	Definição das condições para a construção de edifício multifuncional	Espaço habitacional UOPG 6	Não aplicável	Executado	Não aplicável	Processo de urbanismo concluído	Nula	Ponderar revogação
Cascais e Estoril	PP da Av. Venezuela	2,28	Em vigor	1997	Definição das condições para a construção de habitação plurifamiliar	Espaço central histórico Espaço verde de proteção e conservação UOPG7	Executado	Executado	Executado	Processo de urbanismo concluído	Nula	Ponderar revogação
Cascais e Estoril	PP para Reestruturação Urbanística dos Terrenos do Hotel Estoril-Sol e Área Envolvente	1,73	Em vigor	2006	Revalorização territorial da entrada de Cascais, Regeneração urbana da área de intervenção; Restabelecimento da relação do Parque Palmela com a vila de Cascais	Espaço habitacional Espaço verde de proteção e conservação UOPG7	Executado	Executado	Executado	Processo de urbanismo concluído	Nula	Ponderar revogação
Cascais e Estoril	PP da Av. Faial / R. Açores	0,15	Em vigor	1994	Definição das condições para a construção de edifício de habitação coletiva	Espaço central histórico Espaço verde de proteção e conservação UOPG7	Não aplicável	Executado	Não aplicável	Processo de urbanismo concluído	Nula	Ponderar revogação
Cascais e Estoril	PP da R. de Espinho/ Av. S. Pedro	0,49	Em vigor	1990	Alteração de zona HC do PUCS e Definição das condições para a construção de um conjunto de habitação plurifamiliar	Espaço central histórico UOPG7	Não aplicável	Executado	Não aplicável	Processo de urbanismo concluído	Nula	Ponderar revogação
Cascais e Estoril	PP Residência de 3ª Idade/Apartamento Rei Carol	0,58	Em vigor	1993	Definição das condições para a construção de um conjunto de edifícios para habitação Preservação e conservação do edifício existente	Espaço central histórico UOPG8	Não aplicável	Executado	Não aplicável	Processo de urbanismo concluído	Nula	Ponderar revogação
Cascais e Estoril	PP da Galiza	0,44	Em vigor	1993	Definição das condições para a construção de habitação plurifamiliar	Espaço habitacional UOPG 7	Executado	Executado	Não aplicável	Totalmente integrado em loteamento	Nula	Revogar

Freguesia	Plano de Pormenor	Área (ha)	Situação	Data de publicação	Objetivos (fonte: site CMC)	Enquadramento no PDM em vigor	Grau de execução			Operações urbanísticas aprovadas	Relevância atual do PP	Orientação futura
							Arruamentos e infraestruturas	Lotes e edificações	Espaços verdes e equipamentos			
São Domingos de Rana	PP do terreno designado "Mação"	5,90	Em vigor	1993	Regeneração urbana; Reabilitação e requalificação do edificado existente; Definição das condições para a construção de novos edifícios de habitação plurifamiliar	Espaço habitacional Espaço verde de proteção a infraestruturas Espaço de infraestruturas estruturantes UOPG 9	Executado	Quase totalmente executado	Parcialmente executado	Parcialmente integrado em loteamento	Baixa	Avaliar manutenção
Carcavelos e Parede	PP da Quinta da Alagoa de Cima	7,70	Em vigor	1995	Definição das normas e disposições a cumprir na zona destinada a habitação coletiva e na zona vinícola de reserva agrícola	Espaço habitacional Espaço verde de proteção e conservação Espaço verde de proteção a infraestruturas Espaço de infraestruturas estruturantes UOPG 10	Executado	Executado	Executado	Totalmente integrado em loteamento	Nula	Revogar
São Domingos de Rana	PP St. Dominic's	17,80	Em vigor	2000	Definição das condições para a construção de edifícios de habitação unifamiliar, coletiva, e de uso terciário e ainda da área afeta à estrutura verde pública e à rede viária e de estacionamento	Espaço habitacional Espaço de equipamento Espaço verde de proteção e conservação Espaço agrícola de nível 1 UOPG 9	Executado	Executado	Executado	Totalmente integrado em loteamento	Nula	Revogar
São Domingos de Rana	PP para a Instalação da Sede Nacional da Brisa-Auto-Estradas de Portugal	3,00	Em vigor	2008	Definição das condições para a ampliação do edifício da Sede Nacional da BRISA; adequação da ocupação urbana a solução viária de articulação estruturante; aumento da oferta de terciário no concelho	Espaço de Atividades Económicas UOPG 9	Parcialmente executado	Parcialmente executado	Parcialmente executado	Parcialmente integrado em loteamento	Baixa	Avaliar manutenção
Carcavelos e Parede	PP do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul	54,00	Em vigor	2014	Criação de Parque Urbano; preservação e valorização da Quinta dos Ingleses; instalação de equipamentos e empreendimento multifuncional	Espaço habitacional Espaço de equipamento Espaço de atividades económicas Espaço verde de proteção e conservação Espaço verde de recreio e produção UOPG 10 - Sub-UOPG 10.2	Por executar	Por executar	Por executar	Operações urbanísticas em análise	Elevada	Manter em vigor

Freguesia	Plano de Pormenor	Área (ha)	Situação	Data de publicação	Objetivos (fonte: site CMC)	Enquadramento no PDM em vigor	Grau de execução			Operações urbanísticas aprovadas	Relevância atual do PP	Orientação futura
							Arruamentos e infraestruturas	Lotes e edificações	Espaços verdes e equipamentos			
São Domingos de Rana	PP de Talaíde	9,02	Em vigor	2025	Concretização de equipamento desportivo (piscina de ondas)	Espaço agrícola de nível 1 Espaço rústico de proteção a infraestruturas UOPG 4	Por executar	Por executar	Por executar	informação Operações urbanísticas em elaboração	Elevada	Manter em vigor
Carcavelos e Parede	PP do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão	17,00	Em alteração	-	Criação de Parque Urbano; reabilitação e requalificação da Quinta do Barão; remate e fecho de malhas; reperfilamento viário e construção de novos troços	Espaço habitacional Espaço de equipamento Espaço de atividades económicas Espaço verde de proteção e conservação Espaço verde de recreio e produção UOPG 10 - Sub-UOPG 10.2	Por executar	Por executar	Por executar	Em alteração	Elevada	Manter em vigor (após alteração)
São Domingos de Rana	PP da Villa Romana de Freiria	58,60	Em vigor	2010	Reconversão de AUGI; valorização do Sítio Arqueológico da Villa Romana de Freiria; Criação de área habitacional e de serviços; Enquadramento paisagístico do sistema hídrico preexistente	Espaço habitacional Espaço de equipamento Espaço de atividades económicas Espaço verde de proteção e conservação Espaço verde de recreio e produção Espaço verde de proteção a infraestruturas UOPG 9 - Sub-UOPG 9.3	Por executar	Por executar	Por executar	Parcialmente integrados em operações de loteamento	Elevada	Manter em vigor
Carcavelos e Parede	PP do Espaço de Estabelecimento Terciário do Arneiro	9,30	Em vigor	2011	Criação de polo destinado a atividades terciárias; Construção do tramo sul da Via Oriental de Cascais (VOC); Valorização da Ribeira de Sassoeiros	Espaço de equipamento Espaço de atividades económicas Espaço verde de proteção e conservação Espaço verde de recreio e produção Espaço verde de proteção a infraestruturas UOPG 9 - Sub-UOPG 9.2	Por executar	Por executar	Por executar	Sem operações urbanísticas	Baixa	Ponderar alteração, revisão ou revogação
Carcavelos e Parede	PP do Espaço Terciário de Sassoeiros Norte	1,50	Em vigor	2011	Constituição de polo de serviços; Implementação de rotunda de início da Via Oriental do Concelho (VOC); Valorização da Ribeira de Sassoeiros	Espaço de atividades económicas Espaço verde de recreio e produção Espaço verde de proteção a infraestruturas UOPG 9 - Sub-UOPG 9.2	Por executar	Por executar	Por executar	Sem operações urbanísticas	Baixa	Ponderar alteração, revisão ou revogação



- 1 - Plano de Pormenor da R. de Espinho/ Av. S. Pedro
- 2 - Plano de Pormenor da Zona da Guia - EN 247
- 3 - Plano de Pormenor Residência de 3ª Idade/Apartamento Rei Carol
- 4 - Plano de Pormenor do terreno designado "Mação"
- 5 - Plano de Pormenor do Gaveto da R. Alvide com a R. Catarina Eufémia
- 6 - Plano de Pormenor da Av. Faial / R. Açores
- 7 - Plano de Pormenor da Quinta da Alagoa de Cima
- 8 - Plano de Pormenor da Galiza
- 9 - Plano de Pormenor da Av. Venezuela
- 10 - Plano de Pormenor de St. Dominic's
- 11 - Plano de Pormenor para a Reestruturação Urbanística dos Terrenos do Hotel Estoril-Sol e Área Envolvente
- 12 - Plano de Pormenor para a Instalação da Sede Nacional da Brisa-Auto Estradas de Portugal
- 13 - Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão
- 14 - Plano de Pormenor da Villa Romana de Freiria
- 15 - Plano de Pormenor do Espaço de Estabelecimento Terciário do Arneiro PPEETA
- 16 - Plano de Pormenor do Espaço Terciário de Sassoeiros Norte
- 17 - Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul
- 18 - Plano de Pormenor de Talaíde

Figura 181 – Planos de Pormenor

Fonte: CMC/DPE

Importa referir que existem ainda 11 áreas inseridas em Sub-UOPG, assegurando um enquadramento territorial específico no âmbito do PDM em vigor.

Plano de Urbanização (PU) - em elaboração:

Em 2020, o executivo do Município de Cascais aprovou a elaboração do Plano de Urbanização da Área do Aeródromo de Cascais e sua Envolvente - PUACE, cujo procedimento foi formalmente iniciado através do Aviso n.º 570/2020, de 13 de janeiro.

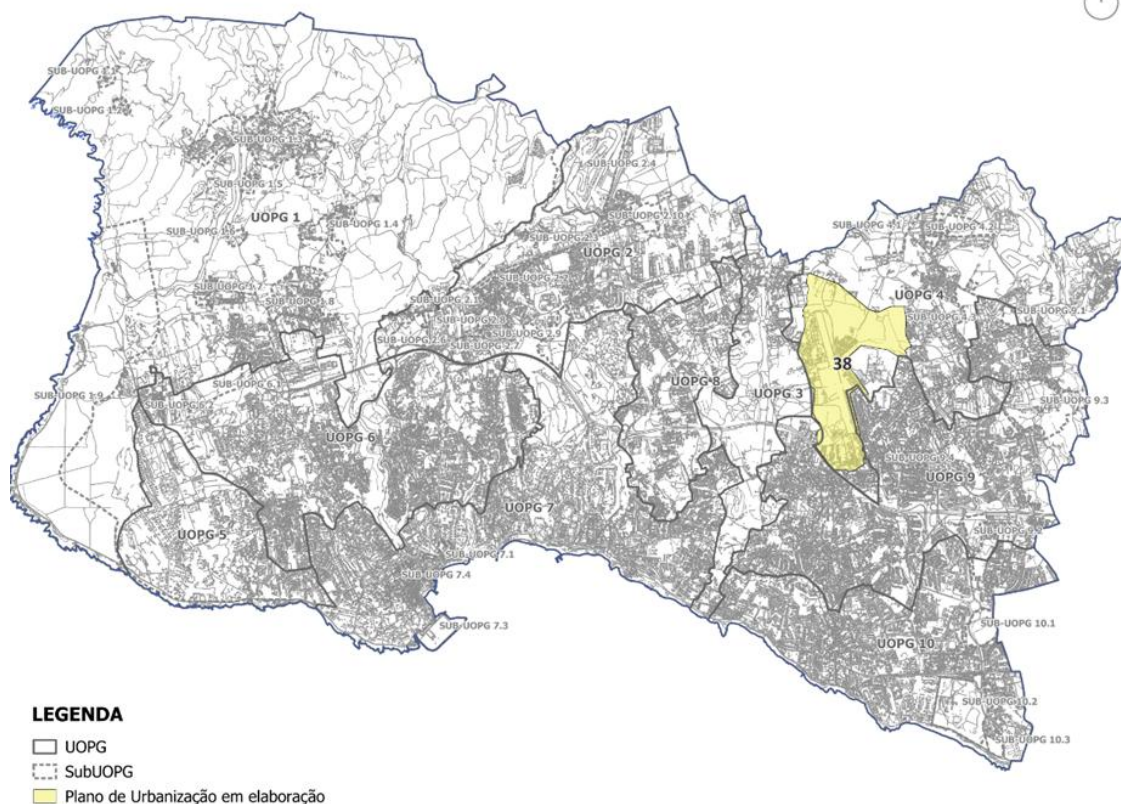


Figura 182 – Planos de Urbanização

Fonte: CMC/DPE

As opções estratégicas para a área envolvente do aeródromo têm vindo a ser reavaliadas à luz das alterações registadas na conjuntura nacional e internacional, verificando-se um desfazamento entre os objetivos que sustentaram a elaboração do plano e o atual enquadramento estratégico e territorial. Neste contexto, justifica-se a ponderação da sua cessação enquanto instrumento de planeamento em vigor e o desenvolvimento de um novo enquadramento programático para a área, a definir em função das orientações estratégicas entretanto emergentes.

7.

Estudos e Projetos



O município de Cascais desenvolve diversos planos, programas e ações que visam promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social, a inovação e a qualidade de vida dos seus habitantes. Seguidamente, apresentam-se alguns dos principais estudos e projetos em elaboração, assim como a menção a outros que se encontram em fase de desenvolvimento.

Tabela 35 – Estudos e projetos relevantes no município de Cascais

Domínio	Projeto
Habitação	Estratégia Local de Habitação (mais de 3000 fogos)
Mobilidade	Programa MobiCascais
Saúde	Centro de Saúde de Carcavelos
	Centro de Saúde de Cascais
Escolas do 2.º e 3.º ciclo e secundário	Requalificação de escolas do 2.º e 3.º ciclo e secundário (Ibn Mucana, São João do Estoril e Fernando Lopes Graça
	Escola Secundária de Cascais
Ensino Superior	Nova Medical School e AHED - Advanced Health Education
	Faculdade de Direito da Universidade NOVA
	Parceria com a FCT Nova
Juventude	Plano de Ação para a Juventude do Município de Cascais 2024-2025
Requalificação das Ribeiras	Ribeira das Vinhas
	Ribeira de Sassoeiros
	Outras Ribeiras
Áreas Estratégicas	Aeródromo de Tires
	Quinta dos Ingleses
	Nova Entrada de Cascais
Cultural e social	Requalificação do edifício Cruzeiro
	Loja Jovem na Parede
	Reconversão da antiga Docapesca
	Valorização do Casal Saloio de Outeiro de Polima
	Recuperação e valorização da necrópole pré-histórica de grutas artificiais e casal saloio de Alapraia

Fonte: CMC

7.1. PROJETOS MUNICIPAIS DE MAIOR RELEVO

Habitação pública

No domínio da habitação pública, assume particular relevância a implementação da Estratégia Local de Habitação (ELH), aprovada em 2022 e atualizada em 2023, enquanto instrumento estruturante da política municipal de habitação. No seu âmbito, e através do Programa Habitar Cascais, o Município definiu um programa de investimento público de grande escala, de execução faseada, orientado para o reforço significativo do parque habitacional municipal, mobilizando recursos financeiros de elevada expressão e múltiplos instrumentos de intervenção.

O Programa Habitar Cascais integra um conjunto articulado de operações que incluem a construção de novos edifícios, a reabilitação do edificado existente, a aquisição de habitações no mercado e a mobilização de solo para fins habitacionais, visando alcançar, no horizonte definido pela ELH, um acréscimo muito relevante de soluções habitacionais públicas, compatível com as metas aí estabelecidas, prevendo o reforço do parque de

habitação municipal até 2028, para que este possa disponibilizar cerca de 3.600 soluções habitacionais, e posteriormente, por via de nova construção, possa ser acrescido de cerca de novos 1.000 fogos.

Mobilidade

Em matéria de mobilidade, o programa MobiCascais tem apostado na modernização dos transportes públicos, ampliação da rede ciclável, gestão do estacionamento e digitalização da bilhética. Destacam-se os principais projetos em curso:

- Descarbonização do transporte público
- Aquisição de autocarros elétricos a pilha de hidrogénio, já existem 4 em operação, prevendo-se 10 até ao final da década
- Construção de uma unidade de produção, armazenamento e abastecimento de hidrogénio (HRS)
- Literacia para a mobilidade "O Mobi Vai à Escola"

Saúde

Na área da saúde, destacam-se as requalificações das unidades de saúde de S. Domingos de Rana, S. João, Parede e Cascais e a construção das unidades de saúde de Carcavelos e de Cascais, que beneficia da requalificação do antigo edifício, que se mantém em funções, com algumas valências.

Escolas de Cascais - Ampliação e nova construção

Apesar de a responsabilidade pela construção e requalificação das escolas públicas pertencer ao governo central, o Município de Cascais não quis ficar à espera que essas intervenções aconteçam. Existem estabelecimentos de ensino no concelho que revelam necessidades urgentes e que carecem de melhores condições físicas para garantir um ambiente de aprendizagem digno, seguro e estimulante para os alunos.

Por isso, o município decidiu avançar com um programa de investimento nas escolas mais carenciadas, assegurando que cada comunidade escolar dispõe de espaços modernos, funcionais e adequados aos desafios atuais da educação.

Entre as prioridades identificadas encontram-se:

- Escola Básica e Secundária Ibn Mucana – uma das maiores do concelho, com elevada pressão de utilização e necessidade de modernização das infraestruturas.
- Escola Secundária de S. João do Estoril – um equipamento central para a comunidade, onde se impõem melhorias estruturais e atualização de equipamentos.

- Escola Secundária de Cascais – em funcionamento provisório há 50 anos, o que reforça a urgência de uma solução definitiva e adequada às exigências de uma escola moderna.
- Escola Básica e Secundária Fernando Lopes Graça – que carece de intervenções significativas para garantir melhores espaços de ensino, segurança e conforto.

Universidades

Cascais afirma-se, cada vez mais, como um território de ensino superior, inovação e talento. Nos últimos anos, o concelho tem vindo a acolher um número crescente de instituições universitárias de referência, transformando-se num verdadeiro polo académico.

Em 2024, Cascais registou cerca de 6.000 estudantes do ensino superior. Contudo, com os projetos em curso e as expansões programadas, estima-se que este número possa atingir 20.000 estudantes a curto prazo, reforçando a comunidade académica e ampliando a dinâmica económica, social e científica do concelho.

- NOVA Medical School e AHED – Advanced Health Education
- O concelho irá acolher o desenvolvimento de equipamentos ligados à formação avançada na área da saúde. A AHED - em parceria com a NOVA Medical School - oferece formação pós-graduada, especialização clínica e investigação aplicada, reforçando o posicionamento de Cascais na área das ciências da vida e da saúde.
- Faculdade de Direito da Universidade NOVA
- A futura da Faculdade de Direito reforça o ecossistema universitário numa vertente científica e jurídica, promovendo formação de excelência, conferências, investigação e ligação à comunidade, num ambiente académico cada vez mais diversificado.
- Parceria com a FCT NOVA
- A colaboração com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA amplia o alcance da oferta educativa e científica no concelho, especialmente nas áreas de engenharia, tecnologia, sustentabilidade e inovação. Esta parceria reforça a ligação entre academia, empresas e centros de investigação, incluindo novos projetos estratégicos — como o futuro polo ligado à aviação, tecnologias aeroespaciais e inteligência artificial.

Plano de Ação para a Juventude do Município de Cascais 2024-2025 (Fonte: Cascais Jovem)

O Plano de Ação para a Juventude do Município de Cascais 2024-2025 é um documento estratégico desenvolvido pela Câmara Municipal de Cascais, com o objetivo de envolver ativamente os jovens na criação de políticas públicas que atendam às suas necessidades e expectativas. Este plano reflete um esforço colaborativo para garantir que as vozes dos

jovens sejam ouvidas e consideradas no processo de formulação de políticas que os afetam diretamente.

O plano foi desenvolvido com base num processo participativo que incluiu auscultações aos jovens do concelho. Foram igualmente realizadas sessões presenciais e *online*, que contaram com a participação de 434 jovens, abrangendo diversas faixas etárias e contextos sociais. A metodologia utilizada incluiu métodos de educação não formal, como jogos, debates e dinâmicas de grupo, facilitadas por profissionais especializados, para garantir uma participação significativa e representativa.

Como temas prioritários que impactam diretamente a vida dos jovens, contempla:

- Educação: Promoção de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento de competências.
- Emprego e Empregabilidade: Iniciativas para facilitar a transição para o mercado de trabalho e apoiar a inserção profissional.
- Participação Cívica: Incentivo à participação ativa dos jovens na vida política e social do município.
- Lazer e Cultura: Promoção de atividades culturais e recreativas que envolvam os jovens.
- Saúde e Bem-estar: Ações voltadas para a promoção da saúde mental e física dos jovens.
- Habitação: Iniciativas para apoiar o acesso dos jovens à habitação.

Cada uma dessas áreas contém ações concretas e mensuráveis, com prazos estabelecidos para sua implementação até 2025. O plano também prevê mecanismos de acompanhamento e avaliação para garantir a eficácia das ações propostas.

Cultura

No plano cultural e social, destaca-se a requalificação do edifício Cruzeiro, a criação da Loja Jovem na Parede, a reconversão da antiga Docapesca e a valorização do Casal Saloio de Outeiro de Polima.

Requalificação das Ribeiras

O principal objetivo é proteger e melhorar a qualidade ecológica das águas balneares e das ribeiras através de intervenções que promovam a sua recuperação ambiental e valorização paisagística. O projeto pretende restaurar e dinamizar os ecossistemas ribeirinhos, aumentando a sua biodiversidade. Paralelamente, reforça-se a resiliência das zonas mais vulneráveis a cheias, adotando soluções baseadas na natureza que permitem aumentar a permeabilidade dos solos, recuperar margens e criar áreas de retenção natural.

Complementarmente, a requalificação das ribeiras inclui a criação de percursos pedonais e cicláveis ao longo dos corredores ecológicos, permitindo uma maior integração das linhas de água na vida urbana e promovendo o contacto da população com a natureza.

Ribeira das Vinhas

A intervenção na Ribeira das Vinhas representa uma transformação profunda de um dos principais corredores ecológicos do concelho. O projeto cria uma ligação contínua da vila à serra, permitindo percorrer o vale “pelo meio da natureza” num percurso pedonal e ciclável, desde o Mercado da Vila até à Quinta do Pisão, ao longo de mais de 7 km.

Paralelamente, o projeto inclui a ampliação de espaços verdes em meio urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental, maior sombreamento, redução de ilhas de calor e incremento da biodiversidade local.

Outro eixo fundamental da intervenção é a eliminação de pontos de poluição e a melhoria da qualidade da água, através da renaturalização das margens, do reforço das zonas de infiltração e de ações que permitem recuperar a integridade ecológica da ribeira.

Ribeira de Sassoeiros

A intervenção na Ribeira de Sassoeiros representa um passo decisivo na revitalização deste importante corredor ecológico, reforçando a sua função ambiental, paisagística e social. O projeto prevê a criação de mais 5 hectares de novos espaços e galerias ripícolas, promovendo a recuperação da vegetação autóctone, o aumento da biodiversidade e a melhoria da qualidade ecológica das margens da ribeira.

Esta expansão das zonas naturais contribui para o reforço da permeabilidade do solo, para a retenção natural de águas pluviais e para a estabilização das margens, aumentando também a resiliência do território a fenómenos de cheias.

Será implementado 1 km de novos percursos pedonais e cicláveis, criando ligações suaves e acessíveis ao longo da ribeira. Estes percursos permitem integrar o corredor verde na mobilidade diária da população, enquanto proporcionam espaços de lazer, contacto com a natureza e fruição da paisagem.

Outras ribeiras

Até 2030, está previsto um programa integrado de requalificação de outras ribeiras do território — Sassoeiros, Caparide, Castelhana, Marianas, Laje e Bicesse.

Este investimento permitirá requalificar 59 km de linhas de água, promovendo a recuperação ecológica das margens, a renaturalização dos leitos e a melhoria da qualidade da água através da eliminação de focos de poluição e da reintrodução de vegetação autóctone.

Serão criados 107 hectares de novos espaços naturais, incluindo galerias ripícolas, zonas húmidas, áreas de retenção natural e zonas de biodiversidade.

O projeto integra ainda a construção de 39 km de novos percursos pedonais e cicláveis, que ligarão diferentes núcleos urbanos e áreas naturais, promovendo mobilidade suave, recreio ao ar livre e contacto direto com a natureza.

Estas são as ribeiras mais problemáticas em meio urbano, devido à pressão edificada, às descargas indevidas e à insuficiência de zonas naturais de retenção. Por isso, espera-se que as intervenções de requalificação tenham um impacto particularmente significativo, promovendo a melhoria da qualidade da água, a recuperação dos ecossistemas ribeirinhos e a redução dos riscos associados a cheias em áreas densamente habitadas.

Aeródromo Municipal de Tires

Pretende-se que o Aeródromo Municipal de Tires se transforme numa nova centralidade estratégica para o concelho de Cascais, assumindo um papel determinante no desenvolvimento económico, científico e tecnológico da região. A área abrangida pelo aeródromo e pelos terrenos adjacentes — um total de 47 hectares — será o núcleo de um projeto que integra ensino superior, investigação aplicada, inovação industrial e formação técnica altamente especializada, bem como uma nova centralidade habitacional com os inerentes equipamentos.

Entre o Aeródromo de Tires e a zona de Trajouce irá nascer um polo universitário, com vocação para as áreas ligadas à aeronáutica e aeroespacial, resultado de uma parceria estruturante entre a CMC e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT NOVA).

As áreas prioritárias deverão incluir:

- Formação vocacionada para a aviação executiva;
- Ensino superior em engenharia aeronáutica e aeroespacial;
- Ligação direta entre ensino universitário e ensino técnico-profissional;
- Investigação aplicada em novos combustíveis sustentáveis;
- Investigação em novos compósitos e materiais avançados, essenciais para aeronaves mais leves, resistentes e eficientes;

- Desenvolvimento de soluções em inteligência artificial aplicadas à aviação e aos sistemas de navegação;
- Centros dedicados à formação de pilotos, técnicos de manutenção e pessoal de voo.

Este ecossistema integra ainda laboratórios e unidades de investigação em tecnologias de ponta, como drones e aeronaves elétricas, sistemas autónomos e novos modelos de mobilidade aérea urbana.

O projeto prevê a criação de cerca de 5.400 novos postos de trabalho, distribuídos entre investigação, ensino, indústria tecnológica e serviços associados à aviação.

A par da expansão científica e tecnológica, o aeródromo foi já modernizado com novas infraestruturas estratégicas, designadamente a torre de controlo, o quartel dos bombeiros e o terminal da aerogare.

Quinta dos Ingleses

O processo de urbanização desta área estratégica tem mais de nove décadas de história. Esta operação representa uma das maiores transformações urbanísticas da Costa do Sol, integrando habitação, mobilidade, espaços verdes e infraestrutura ecológica incluindo um dos maiores parques urbanos do concelho, com mais de 102.967,50 m².

O processo de urbanização teve o seu início formal em 1961. Após décadas de bloqueios, revisões e reequilíbrios urbanísticos, onde a área de construção foi sendo sucessivamente reduzida, o projeto entrou finalmente na fase de execução.

As obras públicas de urbanização incluem diversos componentes essenciais para a estruturação do novo território:

- Execução de arruamentos viários e pedonais
- Implementação de infraestruturas técnicas
- Construção de espaços verdes e zonas de utilização coletiva
- Execução de um Parque Urbano, incluindo renaturalização do corredor ecológico da Ribeira de Sassoeiros

O novo Parque Urbano, com mais de 10 ha, será um dos maiores espaços verdes do concelho, concebido como zona de lazer, recreio, desporto e contacto com a natureza.

Além das infraestruturas principais, o projeto prevê a execução de um conjunto de equipamentos e acessibilidades fundamentais:

- Passagem inferior à Avenida Marginal

- Passagem superior à EN 6-7
- Estacionamento de apoio a residentes e visitantes

Prevê ainda equipamentos de interesse público:

- Centro de Dia e Centro Paroquial
- Equipamento Educativo
- Equipamento Cultural
- Equipamentos Desportivos, incluindo: Centro gímnico, Parque equipado e Campos de jogos

Tem ainda previstas frações destinadas a Ninho de Empresas e instalações para o serviço de apoio ao Transporte Público em Sítio Próprio (TPSP). Inclui também infraestruturas técnicas essenciais tais como uma Estação Elevatória de Águas Residuais (EEAR) e um reservatório de água de abastecimento

Nova Entrada de Cascais

A transformação da entrada da vila representa um passo decisivo para qualificar o acesso a Cascais e melhorar a mobilidade de quem vive, trabalha e visita o concelho. Esta intervenção articula novas acessibilidades, reorganização de fluxos e requalificação urbana, reforçando a centralidade da vila enquanto ponto de encontro, comércio e vida quotidiana.

Uma das peças estruturantes desta transformação é o novo terminal rodoviário, já em funcionamento, que reorganiza o transporte público e cria melhores condições para os utilizadores, centralizando linhas e reduzindo tempos de transbordo, libertando espaço público anteriormente ocupado por circulação desordenada e melhorando a ligação entre autocarros, estação ferroviária e zonas pedonais.

Paralelamente, decorre o desenvolvimento do projeto que dará um novo futuro ao antigo Cascais Vila, um espaço emblemático, mas desajustado às necessidades contemporâneas da vila.

O novo projeto prevê uma requalificação profunda das áreas de comércio e habitação, orientada para criar um conjunto urbano mais aberto. O conceito aposta no comércio de rua, em espaços de serviços, em habitação e numa relação mais harmoniosa com o espaço público.

8.

Vulnerabilidades



Indicador		Relatório	Ficha
Incêndios	Incêndios florestais	X	8.1.1.1
	Incêndios - nº de ocorrências por freguesia	X	8.1.2.1
	Nº de hidrantes implantados	X	8.1.2.2
Instabilidade de vertentes	Ocorrências de movimentos de massa de vertente	X	8.4.0.1
	Comprimento de arriba	X	8.4.0.2
	Movimentos		
	Área horizontal Perdida		
	Volume deslocado		
	Velocidade média de recuo		
Galgamentos costeiros	Ocorrência de galgamentos	X	8.5.0.1
Cheias e Inundações	Ocorrência de inundações/cheias	X	8.6.0.1
Social	Taxa de criminalidade	X	8.7.0.1
	Crimes registados pelas autoridades policiais	X	8.7.0.2
Ruido	Zonas de conflito	X	8.8.0.1
	População afetada por níveis sonoros acima dos limites legais	X	8.8.0.2
	Área afetada por níveis sonoros acima dos limites legais		
	Reclamações provenientes de ruido (de infraestruturas)	X	8.8.0.3
População e edifícios afetados	Pop. residente por freguesias, em áreas class. como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica	X	8.10.0.1
	N.º de edifícios por freguesias, em áreas class. como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica	X	8.10.0.2
	Pop. residente por freguesias, em áreas class. como de moderada e elevada suscetibilidade de movimentos de massa de vertente (mmv)	X	8.10.0.3
	N.º de edifícios por freguesias, em áreas class. como de moderada e elevada suscetibilidade de mmv	X	8.10.0.4
	Pop. residente por freguesias, em áreas de instabilidade de arribas	X	8.10.0.5
	N.º de edifícios por freguesias, em áreas de inst. de arribas	X	8.10.0.6
	Pop. residente por freguesias, em áreas hipoteticamente afetadas pelas ondas de tsunami	X	8.10.0.7
	Edifícios, em áreas hipoteticamente afetadas pelas ondas de tsunami	X	8.10.0.8
	Pop. residente por freguesias, em áreas class. como de moderada e elevada suscetibilidade de cheias e inundações	X	8.10.0.9
	N.º de edifícios por freguesias, em áreas class. como de moderada e elevada suscetibilidade de cheias e inundações	X	8.10.0.10

8.1. INCÊNDIOS

8.1.1. INCÊNDIOS RURAIS

Os incêndios rurais são um fenómeno recorrente em Portugal, especialmente durante os meses de verão, quando as condições climáticas favorecem a propagação do fogo. Estes incêndios podem ter causas naturais ou humanas, reportando-se estas últimas a situações de negligência ou atos de vandalismo.

A vegetação é um dos principais fatores que contribuem para a perigosidade dos incêndios. Em Cascais, a vegetação predominante, que inclui espécies como carrascos, tojos, pinheiros e eucaliptos, possui características altamente inflamáveis. Estas espécies, conjugadas com as condições climáticas secas e quentes do verão, facilitam a ignição e a propagação rápida do fogo. A vegetação densa e mal conservada pode criar uma carga de combustível significativa, tornando os incêndios mais difíceis de controlar.

A topografia acidentada do concelho também aumenta a perigosidade dos incêndios. O terreno declivoso pode dificultar as operações de combate ao fogo.

A falta de manutenção e limpeza das áreas rurais, incluindo a acumulação de material combustível e a ausência de faixas de proteção, agrava a situação.

A combinação do tipo de vegetação, clima quente e seco, e a proximidade de áreas urbanas e rurais aumenta a vulnerabilidade a incêndios rurais.

Para mitigar a perigosidade dos incêndios rurais, é fundamental adotar uma abordagem preventiva e de gestão eficaz. A limpeza e gestão regular da vegetação, bem como a criação de faixas de proteção ao redor das áreas residenciais e florestais, são medidas essenciais.

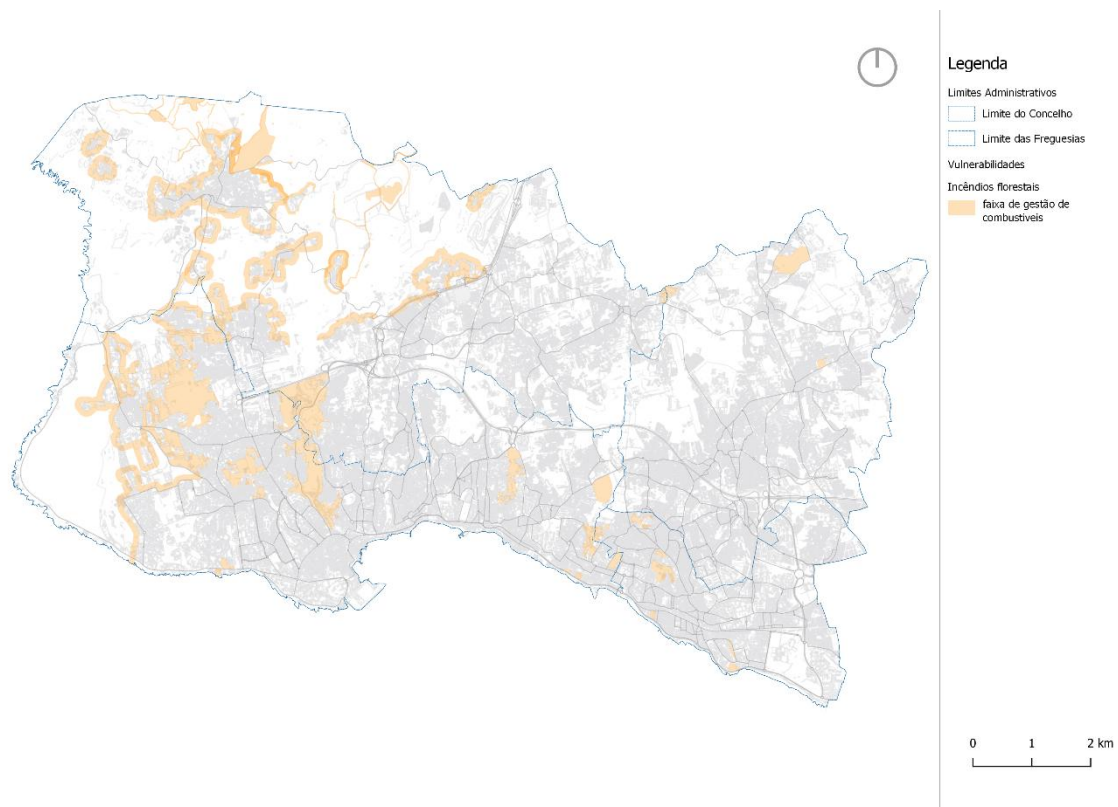


Figura 183 – Faixa de gestão de combustíveis

Fonte: GeoCascais

Entre 2016 e 2023, foram registados dez incêndios rurais, totalizando aproximadamente 686 hectares de área ardida. 88% da área ardida ocorreu no Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC), sendo que o incêndio de 2018 foi o mais significativo, com uma área ardida de 448 hectares, toda localizada no PNSC.

Os incêndios ocorridos em 2018, 2020 e 2023 evidenciam o perigo dos incêndios rurais que se estendem até às áreas urbanas, danificando habitações.

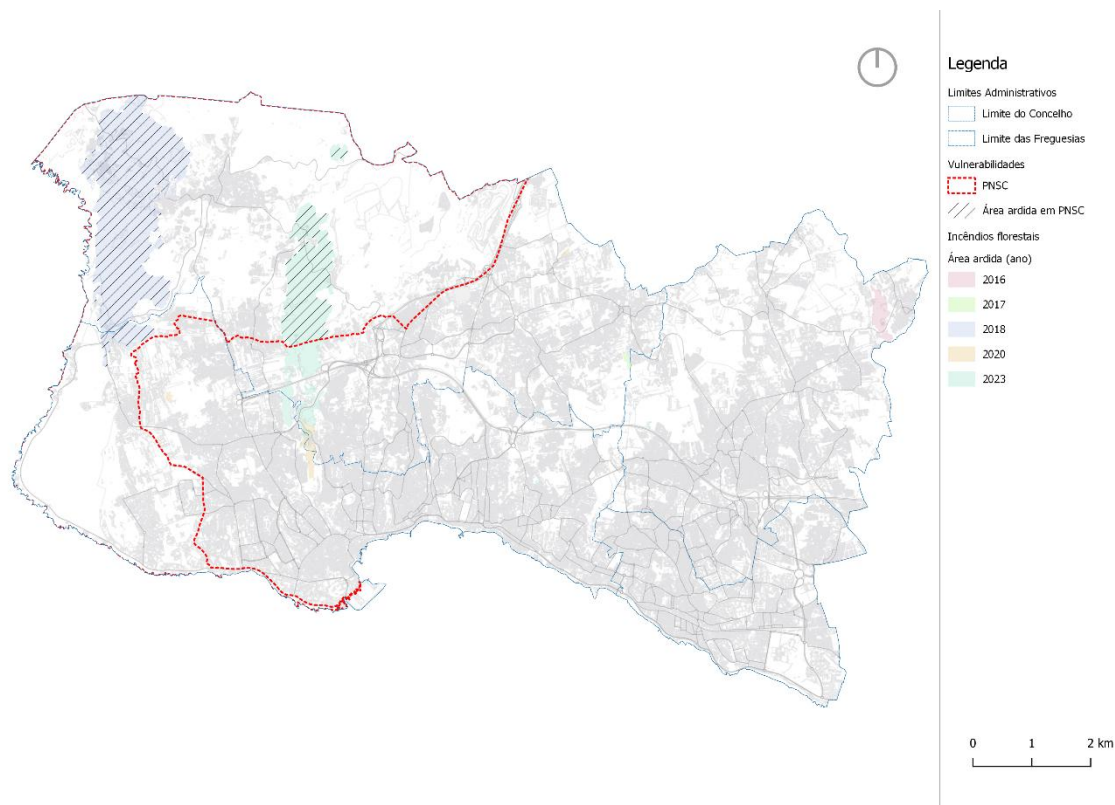


Figura 184 – Incêndios rurais – áreas ardidas

Fonte: GeoCascais e ICNF (<https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo.html>)

8.1.2. INCÊNDIOS URBANOS³¹

No concelho de Cascais, as vulnerabilidades associadas a incêndios urbanos resultam principalmente da proximidade de áreas florestais. Geralmente, os incêndios têm origem em zonas rurais/florestais, mas devido à relativa proximidade de áreas urbanizadas, especialmente residenciais, propagam-se rapidamente para o meio urbano, aumentando o risco para infraestruturas e população.

A densidade e configuração urbana também contribuem para a vulnerabilidade a incêndios. A proximidade entre edifícios em áreas urbanas densamente povoadas facilita a propagação do fogo de uma estrutura para outra. Ruas estreitas e a falta de acessos adequados podem dificultar a intervenção dos serviços de emergência e bombeiros, comprometendo a eficácia das operações de combate ao fogo.

Recentemente, ocorreram três incêndios que destacam estas vulnerabilidades, em 2018, 2020 e 2023. Com origens em pleno PNSC, deflagraram rapidamente tendo chegado à Areia, Charneca e Vale da Ribeira das Vinhas junto da Encosta da Carreira e Bairro São José.

³¹ Ao longo do texto é utilizada, por simplificação terminológica, a expressão “incêndio urbano”, correspondendo tecnicamente à designação “Incêndios Urbanos e Industriais/Estruturais”.

Os incêndios urbanos em zonas não confinantes com áreas florestais, por norma ocorrem em edifícios e são frequentemente causados por falhas elétricas, negligência no uso de equipamentos ou atos intencionais. Entre 2016 e 2023 foram registados 84 incêndios urbanos, na sua maioria em edifícios habitacionais.

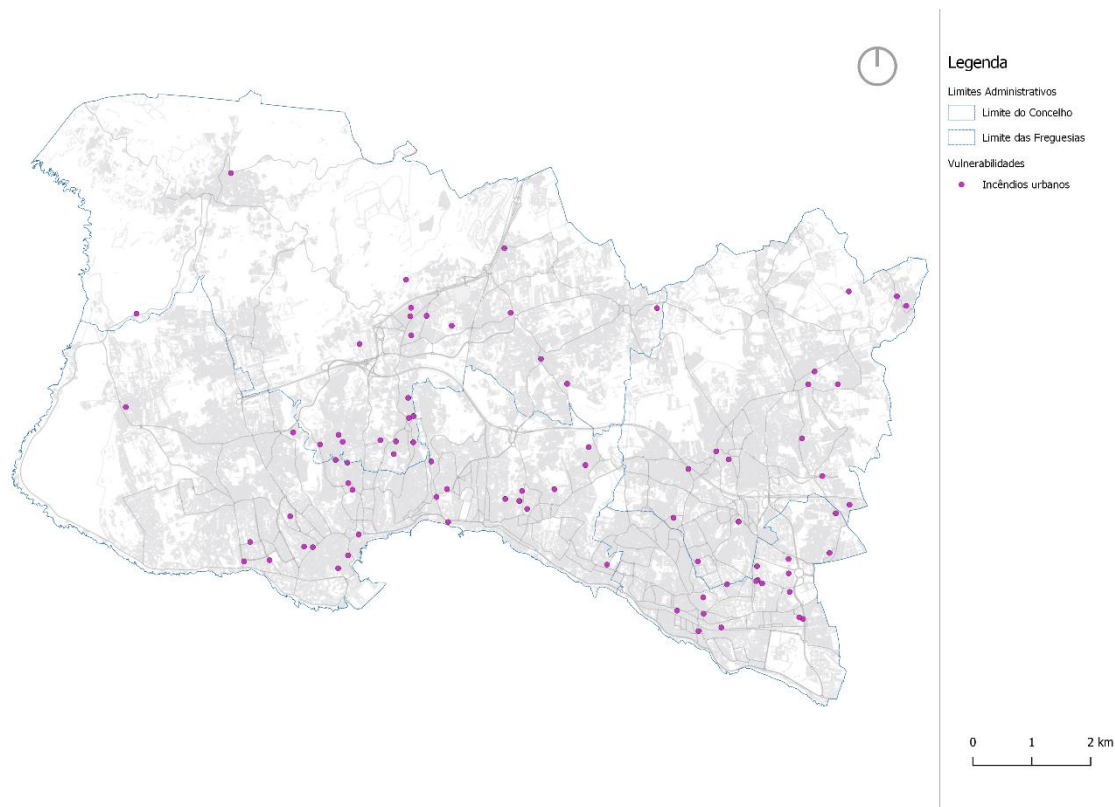


Figura 185 – Incêndios urbanos no concelho, por tipo

Fonte: GeoCascais

Entre as principais medidas de prevenção e combate estão a instalação de sistemas de deteção de incêndio, como alarmes e detetores de fumo, que alertam os ocupantes e os serviços de emergência em caso de incêndio, e a utilização de extintores portáteis, sprinklers automáticos e carretéis.

De forma a combater estes tipos de incêndios de uma forma mais eficaz o município dispõe de 988 hidrantes espalhados por todo o concelho, com o objetivo de garantir um acesso rápido e eficiente a grandes volumes de água durante o combate a incêndios.

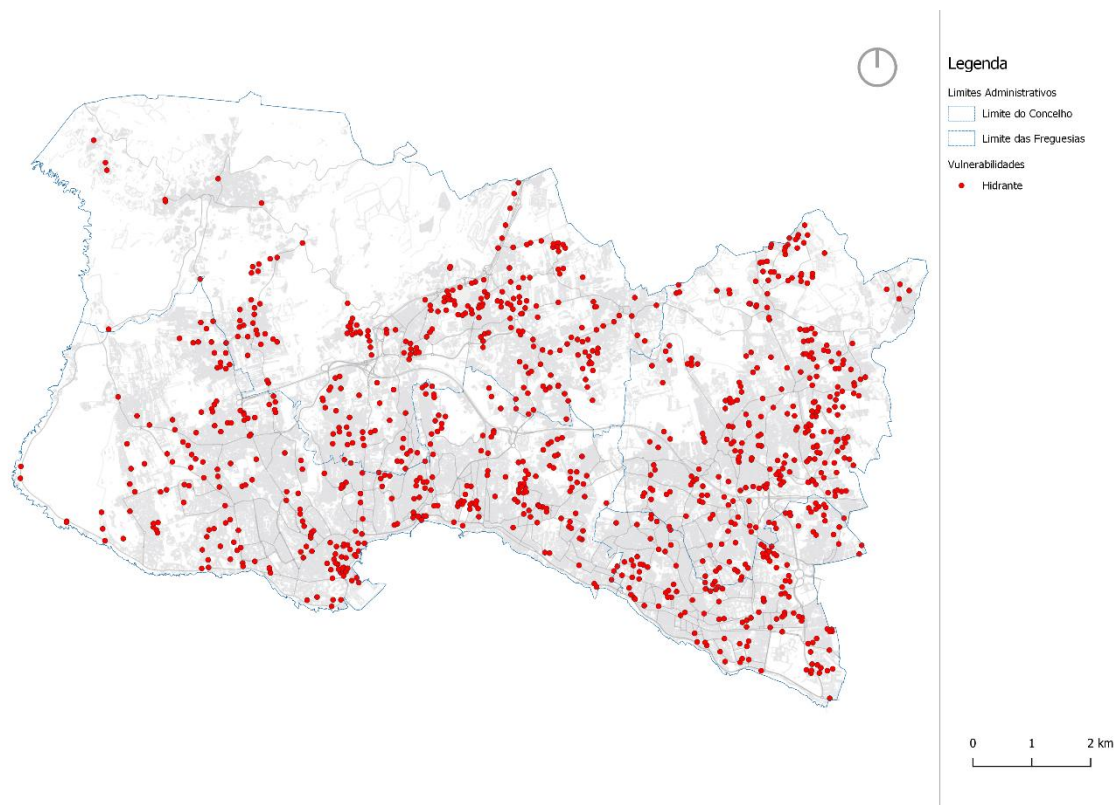


Figura 186 – Hidrantes no concelho

Fonte: GeoCascais

8.2. SISMOS

Embora o concelho de Cascais esteja localizado numa região geologicamente ativa, não existem falhas tectónicas de grande relevância diretamente sob o concelho.

No entanto, a proximidade com a falha de Lisboa, uma das principais falhas tectónicas em Portugal, aumenta a vulnerabilidade da região a eventos sísmicos. Esta falha, situada a cerca de 30 km a nordeste de Cascais, é historicamente conhecida pela sua atividade sísmica.

Com base na carta de suscetibilidade sísmica, o concelho de Cascais possui uma área aproximada de 2.434 hectares com suscetibilidade sísmica moderada ou elevada, representando 25% do território.

Estas áreas críticas são motivo de preocupação, pois estão localizadas em zonas densamente edificadas.

8.3. TSUNAMIS

Situado na faixa atlântica de Portugal, o concelho de Cascais, embora não apresente registos de ocorrência de tsunamis de carácter devastador, para além do de 1755, mantém-se

potencialmente vulnerável em virtude da sua proximidade a zonas de significativa atividade sísmica.

A presença constante de turistas e residentes nas praias e áreas adjacentes significa que, em caso de emergência, a necessidade de evacuação rápida e eficiente é crucial para evitar perdas humanas significativas.

Em Cascais existe já um sistema de aviso e alerta de tsunamis, bem como a respetiva indicação de caminhos de evacuação.

8.4. INSTABILIDADE DE VERTENTES

Os movimentos de vertente são processos geomorfológicos resultantes da deslocação de material ao longo das encostas devido à ação gravitacional, sendo condicionados por fatores como a litologia, a inclinação, a presença de água e a ação humana.

No concelho de Cascais, estes fenómenos ocorrem sobretudo em áreas de relevo acentuado, nomeadamente nas arribas e nos terrenos com maior declive, onde a erosão marinha, a pluviosidade intensa e a instabilidade dos solos favorecem a ocorrência de deslizamentos, quedas de blocos e erosão regressiva.

As formações geológicas predominantes, compostas essencialmente por calcários e margas, apresentam elevada fracturação aumentando o risco de instabilidades. Além disso, a urbanização desordenada e a impermeabilização dos solos alteram o escoamento superficial, intensificando a erosão e favorecendo a infiltração diferenciada da água, fatores que amplificam a instabilidade das vertentes.

No período de 2016 a 2023 o SMPC registou 46 movimentos de massa, caracterizados predominantemente por deslizamentos de terras e pedras/blocos rochosos.

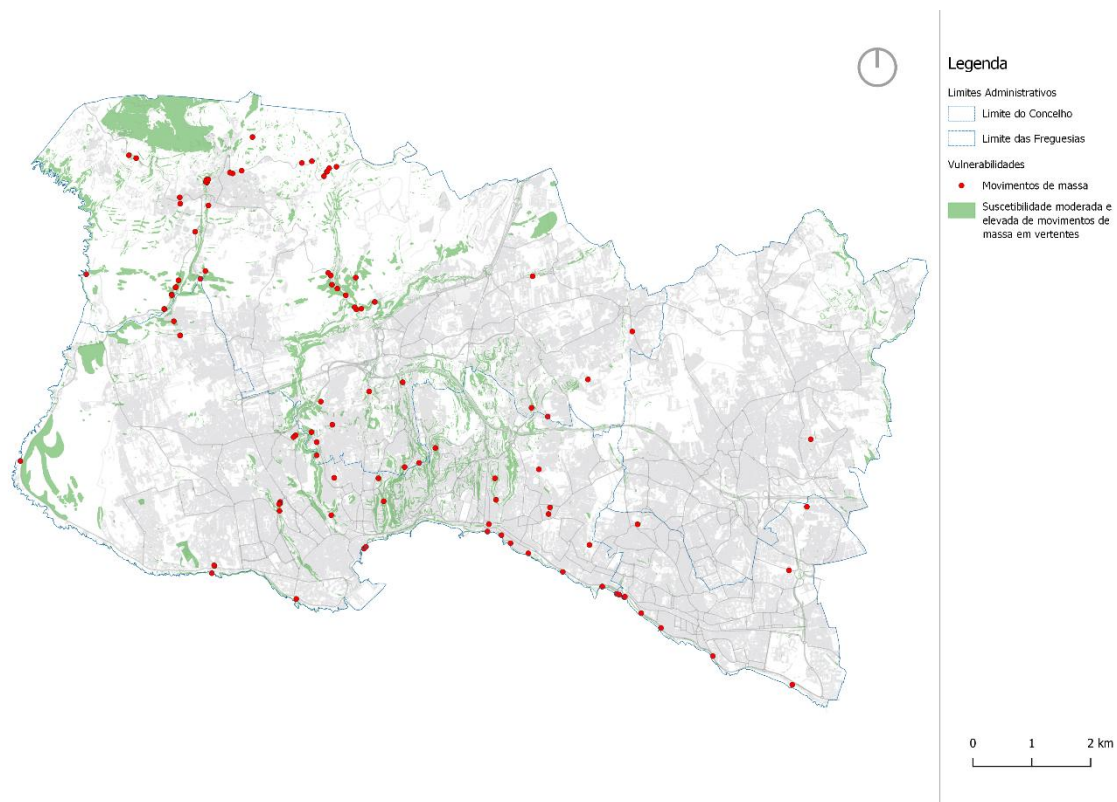


Figura 187 – Instabilidade de vertentes e ocorrências de movimentos de massa

Fonte: GeoCascais (SMPC)

Litoral e erosão costeira

O litoral do concelho de Cascais caracteriza-se por uma diversidade morfológica que inclui praias e as arribas.

Devido aos tipos de litologia presentes no litoral do concelho, são observadas poucas ocorrências de instabilidades de arribas, contudo, e ainda assim, os processos da evolução das arribas são fortemente associados ao tipo de litologia.

Na área predominantemente granítica, situada entre o limite ocidental do concelho e a Ponta da Abelheira, verifica-se a predominância de desabamentos, enquanto o restante litoral composto predominantemente por calcários e marcas, os processos de evolução das arribas são predominantes compostos por sapamento e dissolução dos calcários (lápias) desde a praia da Crismina até ao Laboratório Marítimo da Guia e por desabamentos e balançamentos entre o Laboratório Marítimo e a Boca do Inferno e posteriormente entre a praia da Azarujinha e Bafureira.

Conforme demonstra o estudo realizado por Taborda *et al.* (2010) para o Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas, o recuo da linha de costa em arribas é quase inexistente, contudo para efeitos de ordenamento e gestão do espaço litoral, incluindo prevenção de desastres naturais, foi adotada uma faixa de 25m a partir da crista da arriba

para o litoral compreendido entre o limite Ocidental do concelho e a Ponta da Abelheira e 7 m para o restante litoral, correspondendo ao recuo local máximo observado.

Tabela 36 - Indicadores de evolução das arribas no período 1942-2008.

Setor	Comprimento de arriba (km)	Movimentos		Área horiz. perdida (m²)	Volume deslocado		Velocidade média de recuo (m/ano)	Recuo local máximo (m)
		(nº)	(%)		(m³)	(m³/ano)		
S. Julião P. Avenças	2,20	4	6,0	108	225	3	0,0007	5,3
P. Avenças P. Bafureira	1,20	23	34,3	675	3264	49	0,010	6,3
P. S. Pedro Forte S. António SE	1,36	20	29,9	341	1164	18	0,003	7,0
Forte S. António SE P. Cresmina	9,34	4	6,0	171	1254	19	0,0003	6,2
P. Cresmina Ponta da Abelheira	4,30	11	16,4	313	1626	25	0,0009	6,1
Ponta da Abelheira Biscaia W	3,24	5	7,5	682	9326	141	0,003	25

Fonte: Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas, Taborda et al. (2010)

No caso do litoral arenoso, o processo erosivo é fortemente influenciado pela ação marítima, nomeadamente pela forte agitação marítima e tempestades. Contudo nas praias do Guincho e Crismina, verifica-se que apesar da sua exposição aos fatores erosivos, a presença do complexo dunar Guincho/Crismina, bem como a deriva litoral dos sedimentos proveniente do Cabo da Roca atenuam a perda sedimentar.

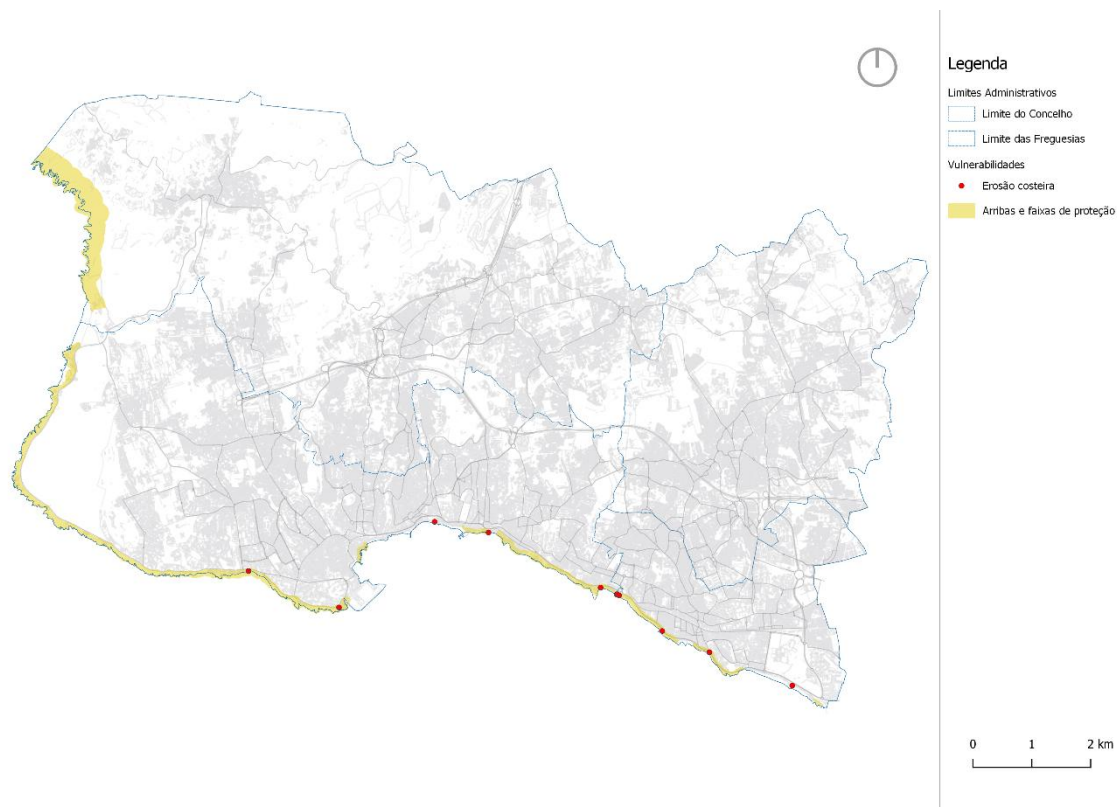


Figura 188 – Faixa de risco de proteção da arriba e ocorrências de erosão costeira

Fonte: GeoCascais e CMC/SPC

8.5. GALGAMENTOS COSTEIROS

Os galgamentos oceânicos constituem um fenómeno natural que ocorre quando a sobre-elevação do nível do mar associada à ação hidrodinâmica das ondas supera as defesas costeiras, promovendo a intrusão temporária em zonas emergidas do litoral.

Este processo, intensificado por tempestades, marés vivas e alterações climáticas, representa uma ameaça significativa para territórios costeiros mais vulneráveis.

O concelho de Cascais regista uma predominância de galgamentos oceânicos no setor Ocidental face ao setor Sul. O setor ocidental encontra-se particularmente vulnerável à ondulação de Noroeste e Oeste, nomeadamente entre a praia do Abano e o Forte dos Oitavos.

Por sua vez o setor Sul encontra-se particularmente vulnerável à ondulação de Sudoeste e Sul. A ocorrência de ondulações/tempestades nestes quadrantes, gera situações mais problemáticas devido a uma maior artificialização do litoral.

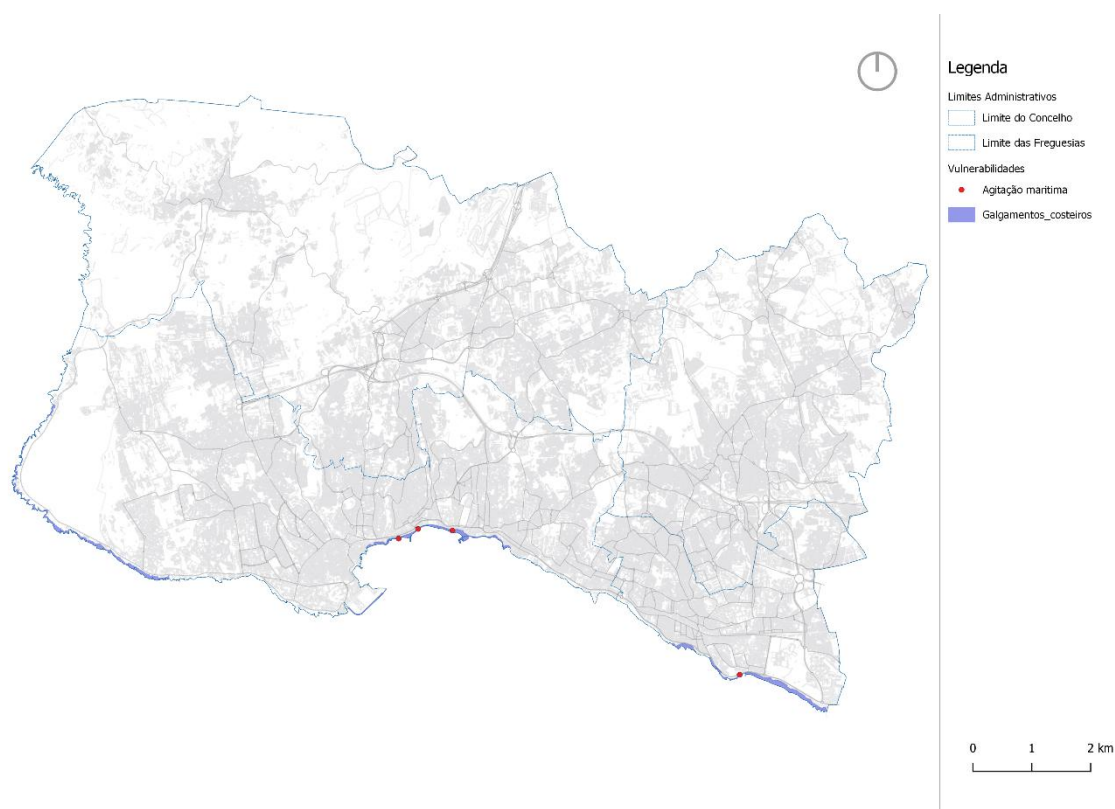


Figura 189 – Áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de galgamentos oceânicos e ocorrências de agitação marítima

Fonte: GeoCascais e SMPC

8.6. CHEIAS E INUNDAÇÕES

As cheias e inundações são fenómenos naturais que ocorrem quando a precipitação intensa excede a capacidade de absorção do solo e dos sistemas de drenagem.

No concelho de Cascais, as ribeiras desempenham um papel crucial na dinâmica destes eventos. Estas linhas de água naturais são responsáveis pela drenagem das águas pluviais, mas podem também ser pontos críticos durante eventos de precipitação intensa, podendo transbordar e causar inundações nas áreas circundantes.

Além disso, a foz das ribeiras orientadas a sul, embora parte delas esteja canalizada, situa-se em áreas densamente urbanizadas, e quando conjugadas com marés cheias, propiciam cheias e inundações nas zonas mais a jusante.

Devido à dimensão e à proximidade de várias áreas densamente urbanizadas, as ribeiras das Vinhas, Bicesse, Caparide, Marianas e Sassoeiros estão associadas aos mais elevados riscos de cheias e inundações no concelho.

Para mitigar os impactos das inundações e proteger a comunidade, o concelho tem vindo a desenvolver projetos de mitigação de cheias.

A resposta do município tem privilegiado soluções técnicas e ambientais, com destaque para os projetos de renaturalização das ribeiras. O objetivo é duplo: reduzir o risco de cheias e devolver à comunidade espaços paisagísticos atrativos, promovendo simultaneamente a segurança e a qualidade de vida. Estas intervenções transformam ribeiras outrora canalizadas ou degradadas em corredores ecológicos multifuncionais, criando percursos pedonais e cicláveis, e áreas de lazer integradas na paisagem urbana.

Uma componente central dos projetos é a criação de bacias de retenção e zonas de amortecimento, concebidas para alterar o comportamento das águas em eventos extremos. Estas áreas funcionam como tampão, retendo temporariamente os volumes de água. Com esta reconfiguração do espaço urbano, retira-se pressão às áreas habitadas e minimizam-se os danos potenciais associados a cheias rápidas.

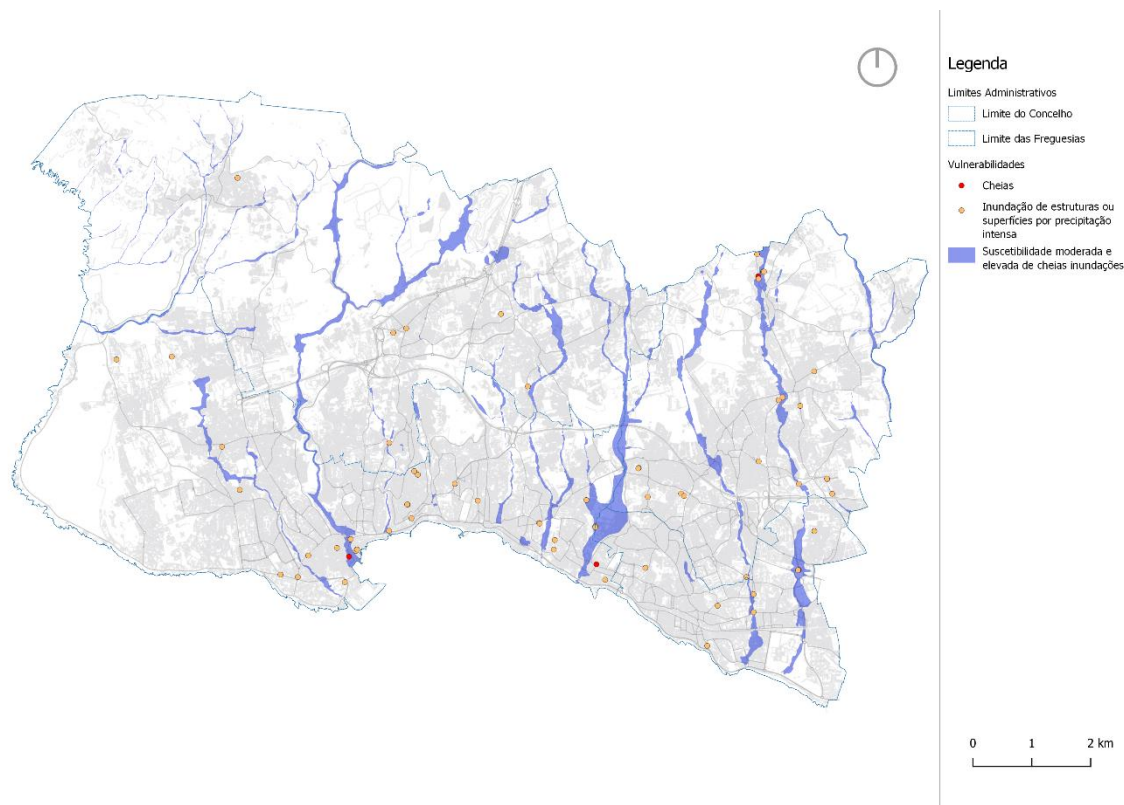


Figura 190 – Áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de cheias e inundações e ocorrências de cheias e inundações

Fonte: GeoCascais e SPC

8.7. SOCIAL

Habitação

A vulnerabilidade habitacional no concelho de Cascais constitui uma problemática estrutural, resultante da conjugação de fatores sociais, económicos e físicos, que afetam de forma diferenciada distintos segmentos da população. Esta vulnerabilidade manifesta-se tanto em situações associadas às condições do edificado como em contextos de fragilidade social acrescida, exigindo respostas públicas ajustadas, céleres e articuladas.

Entre os principais fatores de vulnerabilidade habitacional identificados destacam-se as situações de risco estrutural dos edifícios, a sobreocupação das habitações e a iminência de perda da habitação, nomeadamente em contextos de despejo. Estas situações assumem particular gravidade quando envolvem agregados familiares com crianças, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, cujo bem-estar e segurança se encontram especialmente dependentes da estabilidade habitacional.

Para além das condições materiais da habitação, verificam-se situações de vulnerabilidade social agravada que reforçam a urgência da intervenção municipal. Incluem-se neste âmbito, entre outras, os casos de violência doméstica em que tenha sido determinada judicialmente

a medida de afastamento do agressor, os despejos de agregados familiares vulneráveis sem alternativa habitacional imediata, bem como situações de idosos em condição de isolamento ou sem rede de apoio, a residir em habitações manifestamente inadequadas.

O acesso à habitação municipal encontra-se enquadrado pelo Regulamento Municipal de Acesso à Habitação do Município de Cascais, que estabelece critérios objetivos de classificação e hierarquização das candidaturas. Estes critérios privilegiam situações de agravamento da insegurança habitacional, a presença de indivíduos em situação de risco social e a composição dos agregados familiares, nomeadamente famílias monoparentais com menores ou idosos em contexto de fragilidade económica. Este modelo visa assegurar uma atribuição transparente, equitativa e socialmente orientada do parque habitacional disponível, priorizando os casos de maior urgência.

A resposta à vulnerabilidade habitacional no concelho pressupõe, assim, uma abordagem integrada, que articule a atribuição de habitação com medidas de acompanhamento social e com políticas públicas de inclusão, promoção da autonomia e estabilidade dos agregados familiares. A eficácia desta resposta depende não apenas da disponibilidade de habitações, mas também da capacidade de adaptação às dinâmicas sociais emergentes e do reforço contínuo dos instrumentos de proteção social.

Segurança

A criminalidade no concelho de Cascais tem registado uma tendência de crescimento nos últimos anos, atingindo um total de 7.079 crimes em 2023. Embora a taxa de criminalidade seja relativamente baixa quando comparada com outros concelhos da AML, a evolução dos indicadores revela uma preocupação crescente, especialmente no que respeita a crimes contra o património, crimes contra as pessoas, ofensas à integridade física e violência doméstica.

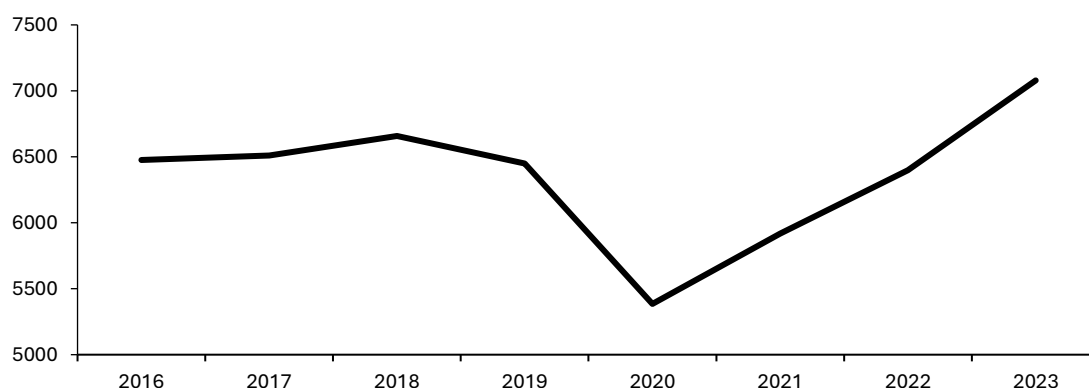


Figura 191 – Evolução dos crimes registados pelas autoridades policiais para o período 2016 - 2023, no concelho

Fonte: INE

A análise dos dados evidencia que o período da pandemia de COVID-19 levou a uma redução temporária dos crimes em 2019 e 2020, possivelmente devido às restrições de circulação e ao confinamento imposto. No entanto, nos anos seguintes, verificou-se um aumento significativo da criminalidade, refletindo não apenas a retoma da atividade social e económica, mas também um possível agravamento de fatores socioeconómicos, como a precariedade laboral e a exclusão social.

Os crimes contra o património representam uma fatia significativa da criminalidade no concelho, incluindo furtos em estabelecimentos comerciais, assaltos a residências e roubos de viaturas. Paralelamente, os crimes contra as pessoas, nomeadamente ofensas à integridade física e violência doméstica, têm assumido particular relevância, exigindo um reforço das políticas de prevenção e apoio às vítimas.

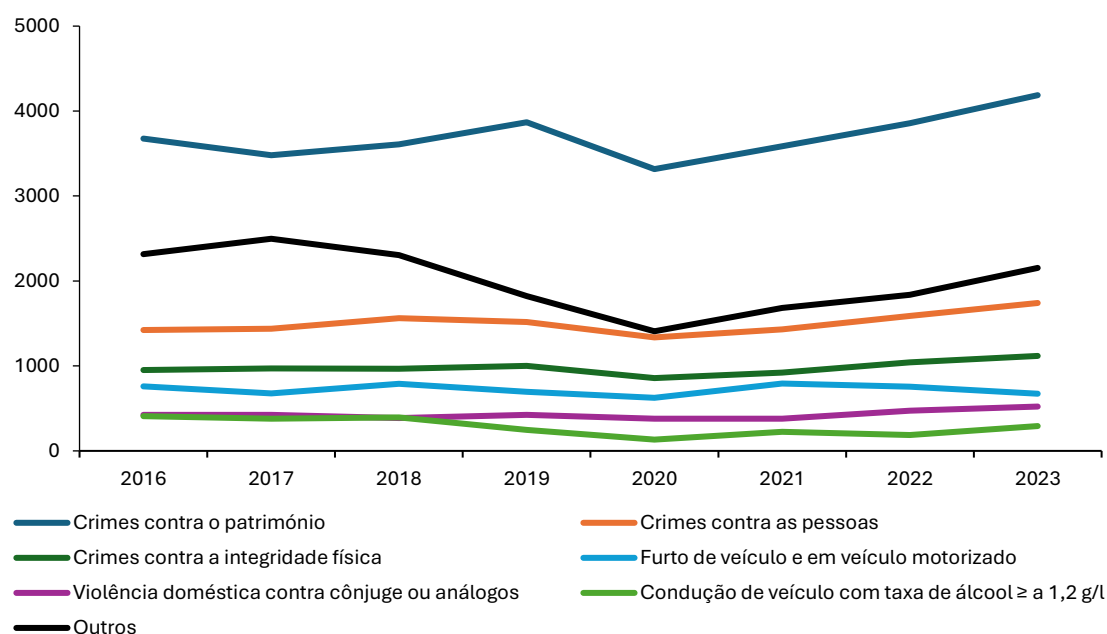


Figura 192 - Crimes registados pelas autoridades policiais no concelho e categoria de crime

Fonte: INE

A concentração da criminalidade tende a ser maior nas áreas urbanas de maior densidade populacional, como Cascais e Estoril, onde há uma maior movimentação de pessoas e maior atividade comercial. Por outro lado, as freguesias do interior, como Alcabideche e São Domingos de Rana, apresentam desafios distintos, nomeadamente na resposta eficaz às ocorrências, devido à dispersão territorial e à necessidade de reforço dos meios de segurança.

Os crimes de homicídio no concelho de Cascais representam uma parcela reduzida da criminalidade geral, mantendo-se, em termos absolutos, com números relativamente baixos quando comparados com outras tipologias criminais. No entanto, a sua gravidade e impacto na perceção de segurança da população tornam essencial a sua monitorização e prevenção.

A violência doméstica tem sido um fator relevante, estando associada a uma percentagem significativa dos casos de homicídio, nomeadamente feminicídios. Estes crimes ocorrem frequentemente em ambiente privado, dificultando a sua prevenção pelas forças de segurança.

A presença de zonas de grande fluxo turístico e de elevado valor imobiliário pode também atrair alguns fenómenos de criminalidade organizada, exigindo um reforço da vigilância e do policiamento preventivo.

8.8. RUIDO

O ruído ambiental é uma forma relevante de poluição nas áreas urbanas, com impactos diretos na saúde pública e na qualidade de vida das populações. No concelho de Cascais, a avaliação da exposição ao ruído é realizada através do Mapa de Ruído Municipal, instrumento técnico previsto no Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que permite identificar e classificar o território em zonas sensíveis e zonas mistas e identificar zonas de conflito.

Para responder a estas situações, o município de Cascais elaborou o seu Plano Municipal de Redução de Ruído (PMRR), conforme previsto no artigo 9.º do RGR.

O Plano Municipal de Redução de Ruído (PMRR) de Cascais é um instrumento fundamental para a gestão ambiental do território, orientado para minimizar os impactos do ruído na qualidade de vida da população. Este plano identifica as principais fontes de poluição sonora no concelho, estabelece medidas para mitigar os seus efeitos e define estratégias para monitorização e acompanhamento contínuo da situação acústica.

Foram identificadas um total de 58 zonas de conflito, sendo as principais o autódromo, o aeródromo, algumas vias rodoviárias e a infraestrutura de transporte ferroviário.

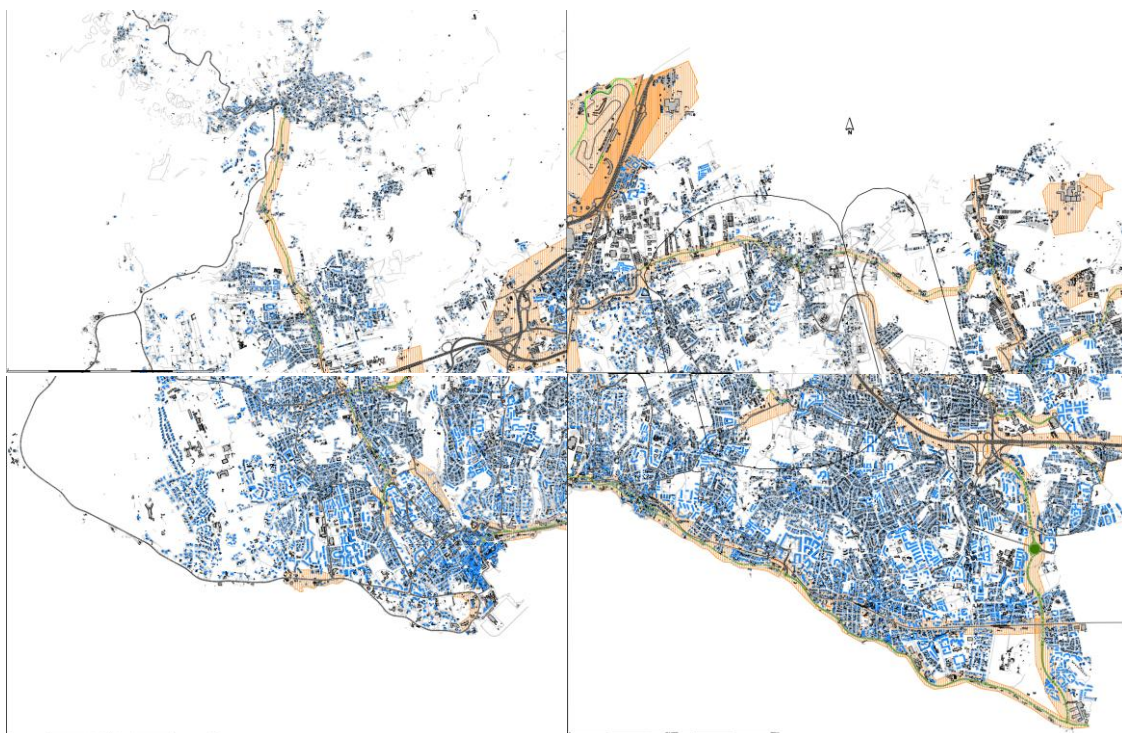


Figura 193 – Carta de Identificação de Zonas de Conflito

Fonte: PMRR, 2022

Estas zonas correspondem a áreas onde os níveis de ruído ambiente ultrapassam os valores-limite legalmente estabelecidos.

A Câmara Municipal de Cascais (CMC) assume responsabilidade direta ou partilhada sobre 33 dessas zonas, sendo que, em alguns casos, a origem do ruído está associada a fontes sob a responsabilidade de outras entidades (como IP, BRISA, ASCENDI, Circuito do Estoril, Cascais Dinâmica, E.M., Tratolixo, parques empresariais ou a CP).

Autódromo

A proximidade do autódromo a áreas residenciais implica a necessidade de considerar a emissão sonora associada ao atual regime de utilização da infraestrutura. A substituição progressiva dos eventos internacionais e desportivos oficiais por uma maior frequência de eventos privados e atividades de exploração comercial modificou de forma significativa o perfil operacional da instalação, originando um aumento da intensidade, duração e regularidade das emissões sonoras ao longo do ano.

Neste contexto, torna-se relevante enquadrar a componente acústica como elemento estruturante na gestão da infraestrutura, assegurando a compatibilização entre o respetivo funcionamento e os critérios aplicáveis ao ruído ambiente em áreas de uso residencial.

Tem-se verificado, nos últimos anos, um aumento do número de reclamações por parte dos residentes localizados na envolvente da infraestrutura, associado ao acréscimo da atividade

registado desde 2019 e à alteração das condições de exploração da infraestrutura. Esta alteração traduziu-se numa redução do peso relativo dos eventos oficiais e num aumento de utilizações privadas e corporativas de natureza comercial, com maior frequência de utilização ao longo do ano.

No âmbito do PMRR 2022, foram propostas medidas de minimização de ruído para esta zona de conflito, designadamente a instalação de barreiras acústicas na envolvente da pista e junto da unidade hoteleira adjacente, bem como a adoção de medidas de gestão e programação dos eventos, privilegiando a concentração das atividades em período diurno, de forma a reduzir a exposição das populações residentes.

Paralelamente, foi desenvolvido, em 2021, um processo de avaliação de incomodidade sonora, cuja conclusão confirmou a ultrapassagem dos valores estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído (RGR), determinando a necessidade de adoção de medidas de mitigação segundo uma hierarquia de atuação assente, prioritariamente, na redução do ruído na fonte, seguida de medidas de redução no meio de propagação e, complementarmente, de proteção dos recetores sensíveis.

Posteriormente, no âmbito de uma providência cautelar decidida em 2023, foram determinadas medidas adicionais aplicáveis aos eventos privados e corporativos realizados na infraestrutura, nomeadamente a obrigatoriedade de assegurar o cumprimento do critério de incomodidade previsto no RGR na zona envolvente ao Autódromo do Estoril, a não admissão de veículos que excedam os limites aplicáveis, mediante realização de medições acústicas, bem como a monitorização contínua em pontos sensíveis do circuito, com divulgação pública online dos respetivos resultados. Esta monitorização encontra-se em implementação desde 2024. Não obstante, as barreiras acústicas previstas no PMRR não se encontram, até à data, implementadas.

8.9. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O concelho de Cascais enfrenta diversas vulnerabilidades relacionadas com as alterações climáticas, afetando tanto o ambiente como a população e as infraestruturas.

O aumento da temperatura média e a maior frequência de ondas de calor representam um risco significativo para a saúde pública, especialmente para idosos, crianças e pessoas com doenças crónicas. Além disso, a redução da disponibilidade de recursos hídricos, associada a períodos de seca prolongados, pode comprometer o abastecimento de água potável e impactar a agricultura, bem como os espaços verdes urbanos.

A zona costeira do concelho é particularmente vulnerável ao avanço do mar, aos galgamentos oceânicos e à erosão costeira, fenómenos que ameaçam infraestruturas,

habitações e ecossistemas litorais. A combinação do aumento do nível do mar e de tempestades mais intensas pode resultar na destruição de estradas, passeios marítimos e outras estruturas costeiras essenciais.

Paralelamente, a maior incidência de incêndios rurais e urbanos, impulsionada por temperaturas mais elevadas e condições de seca, coloca em risco áreas naturais protegidas, habitações próximas de zonas florestais e a segurança da população.

As vulnerabilidades urbanas e infraestruturais são também evidentes, com destaque para a impermeabilização do solo e os sistemas de drenagem insuficientes, que aumentam a suscetibilidade a inundações em zonas urbanas. A existência de edifícios antigos ou situados em áreas de risco agrava ainda mais o impacto de eventos climáticos extremos, comprometendo a segurança da população.

A nível social e económico, as alterações climáticas representam desafios significativos para a saúde pública, nomeadamente devido ao aumento de problemas respiratórios e cardiovasculares associados ao calor extremo e à poluição atmosférica.

Setores fundamentais da economia local, como o turismo e a pesca, também são impactados pela degradação ambiental e pelas mudanças climáticas, comprometendo a sustentabilidade económica do concelho.

As vulnerabilidades dos ecossistemas refletem-se na perda de biodiversidade e na degradação de áreas naturais protegidas, como o Parque Natural de Sintra-Cascais, onde alterações nos padrões climáticos podem ameaçar habitats e espécies nativas. As pressões humanas sobre o território, combinadas com o aumento da frequência de eventos extremos, colocam desafios adicionais à conservação ambiental e à gestão sustentável dos recursos naturais.

Perante este contexto, o Município de Cascais desenvolveu uma resposta estruturada às alterações climáticas, iniciada com a elaboração do Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (PAAC), orientado para a identificação dos principais riscos climáticos, vulnerabilidades territoriais e medidas de adaptação. Este plano incidiu, em particular, na proteção dos ecossistemas, na resiliência do território, na gestão sustentável dos recursos naturais e na salvaguarda das populações face aos impactos climáticos. Entre as estratégias delineadas destacam-se o reforço da proteção costeira, a melhoria da eficiência hídrica, a ampliação de espaços verdes urbanos e a implementação de políticas de ordenamento do território mais resilientes.

Paralelamente, reconhecendo a necessidade de uma abordagem estratégica de longo prazo no domínio da mitigação, foi elaborado, em 2020, o Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica 2050, alinhado com o Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica 2050

(RNC2050). Este instrumento define a trajetória de descarbonização do concelho até 2050, avaliando o esforço necessário para a redução das emissões de gases com efeito de estufa nos diferentes setores de atividade, tendo como ano de referência 2015.

No âmbito deste Roteiro, foram considerados diversos cenários de evolução das emissões, destacando-se o cenário denominado “Camisola Amarela”, que prevê uma redução de 52% das emissões até 2030, relativamente a 2015, e a obtenção da neutralidade carbónica até 2050. Este cenário assenta na adoção de tecnologias de baixas emissões, na eletrificação dos consumos finais, na produção local de energia renovável e na promoção de modelos de economia circular.

As principais linhas de ação associadas a este percurso incluem a descarbonização do sistema energético, a melhoria da gestão de resíduos, com a eliminação progressiva da deposição em aterro e o aumento das taxas de reciclagem, a promoção de um turismo sustentável alinhado com objetivos ambientais, bem como a valorização florestal, visando o aumento da capacidade de sequestro de carbono.



Figura 194 - Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica em 2050

Fonte: Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica em 2050

Estas abordagens foram posteriormente consolidadas no Plano Municipal de Ação Climática (PMAC2), que atualiza a visão estratégica para as alterações climáticas no contexto da Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) e que articula, num único quadro estratégico e operacional, as componentes de mitigação e adaptação às alterações climáticas. O PMAC2 incorpora as medidas de adaptação definidas no PAAC e operacionaliza a estratégia de descarbonização estabelecida no Roteiro para a Neutralidade

Carbónica 2050, definindo ações concretas, metas intermédias, responsáveis e mecanismos de monitorização, com horizonte principal em 2030 e enquadramento no objetivo de neutralidade carbónica em 2050.

O PMAC incorpora duas componentes fundamentais do ponto de vista legal:

- 1) a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa;
- 2) a adaptação dos territórios aos impactos das alterações climáticas.

Inclui ainda uma terceira dimensão fundamental que diz respeito ao combate à pobreza energética, com vista a proteger as famílias que não conseguem aquecer, arrefecer ou iluminar as suas casas devido à falta de recursos e/ou por ineficiência energética dos edifícios.

O PMAC2 está articulado com os planos e estratégias nacionais e regionais e atualiza os planos de Cascais até aqui vigentes, nomeadamente com o recente Plano Municipal de Ação para a Mitigação da Pobreza Energética do Município de Cascais (2025).

8.10. ANÁLISE DE ÁREAS DE SUSCETIBILIDADE

No sentido de analisar o impacto das diversas suscetibilidades na população e na estrutura edificada, utilizou-se uma metodologia que consistiu em cruzar as várias cartas de suscetibilidade com o levantamento cartográfico do edificado de 2019.

De modo a estimar-se a população potencialmente afetada pelas várias suscetibilidades sinalizadas, procedeu-se à sobreposição das cartas de suscetibilidade com a base geográfica de referenciação de informação (BGRI) de 2021. O cruzamento das fontes de dados apresenta certos desafios, dado que as cartas de suscetibilidade apenas se sobrepõem parcialmente às áreas delimitadas pela BGRI, podendo ou não incluir todos os edifícios existentes.

Assim sendo, propôs-se calcular uma proporção do nº de residentes em função do nº de edifícios inseridos na área da respetiva suscetibilidade.

A tabela 35 apresenta o nº de edifícios/estruturas em áreas de suscetibilidade moderada ou elevada por tipo de vulnerabilidade, o nº de total da população da BGRI intercetada pela área de suscetibilidade e a proporção/ponderação adotada para a BGRI.

Verifica-se que o concelho possui vários edifícios/estruturas localizados em áreas de suscetibilidade moderada ou elevada.

Tabela 37 – Tipos de vulnerabilidades e edifícios e população afetada

Vulnerabilidade	Estrutura edificada		População	
	Nº total	Por tipo (principais)	Total da pop. na BGRI	Proporção estimada da população face ao nº de edifícios atingidos
Sísmica	15623	8788 – Moradias 1552 – Edifícios 43 – Hotéis Creches, jardins de infância, escolas e universidade Hospitais, centros de saúde, centro de reabilitação e lares	103763	44389
Movimentos de massa vertentes	4425	2322 – Moradias 546 – Edifícios 21 – Hotéis Creches, jardins de infância, escolas e universidade Hospital	67060	13423
Instabilidade de arribas	520	136 – Moradias 40 – Edifícios 22 – Hotéis Hospital	1752	527
Tsunami	3449	1524 – Moradias 554 – Edifícios 41 – Hotéis Creches, jardins de infância, escolas e universidade Hospital e clínica	15234	9602
Galgamentos costeiros	-	-	-	-
Cheias e inundações	2981	1392 – Moradias 262 – Edifícios 3 – Hotéis Creches, jardins de infância e escolas Centro de saúde	31332	7259

Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

É importante salientar que os valores apresentados se referem exclusivamente à população residente no concelho. Os turistas e/ou os residentes de outros concelhos que se deslocam para Cascais para estudar ou trabalhar, não são contabilizados.

Estudos subsequentes mais aprofundados devem ter em conta que cada suscetibilidade tem impactos próprios e diferentes na estrutura edificada e na população afetada.

Vulnerabilidade sísmica

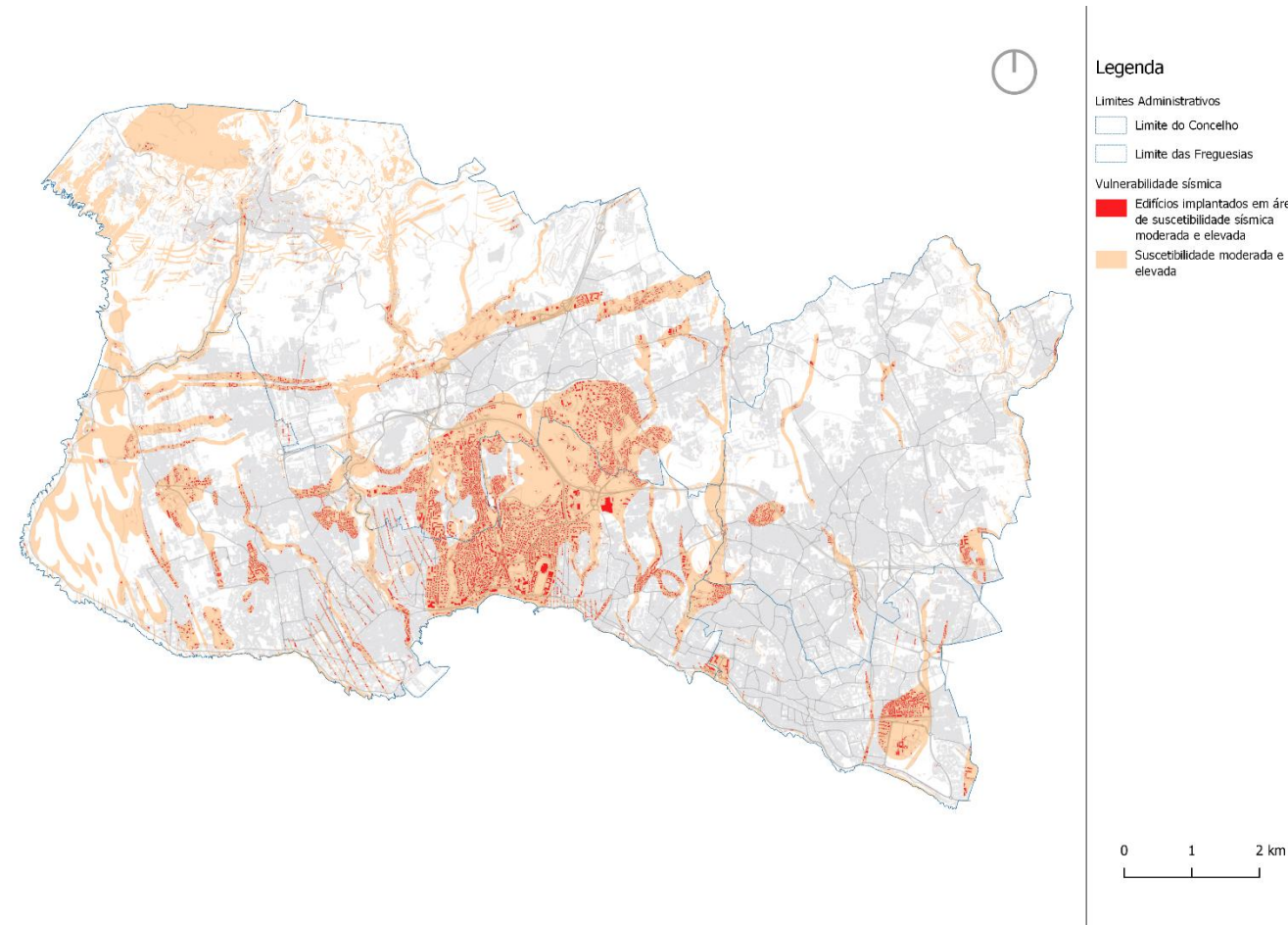


Figura 195 – Edifícios em áreas de suscetibilidade sísmica moderada ou elevada

Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

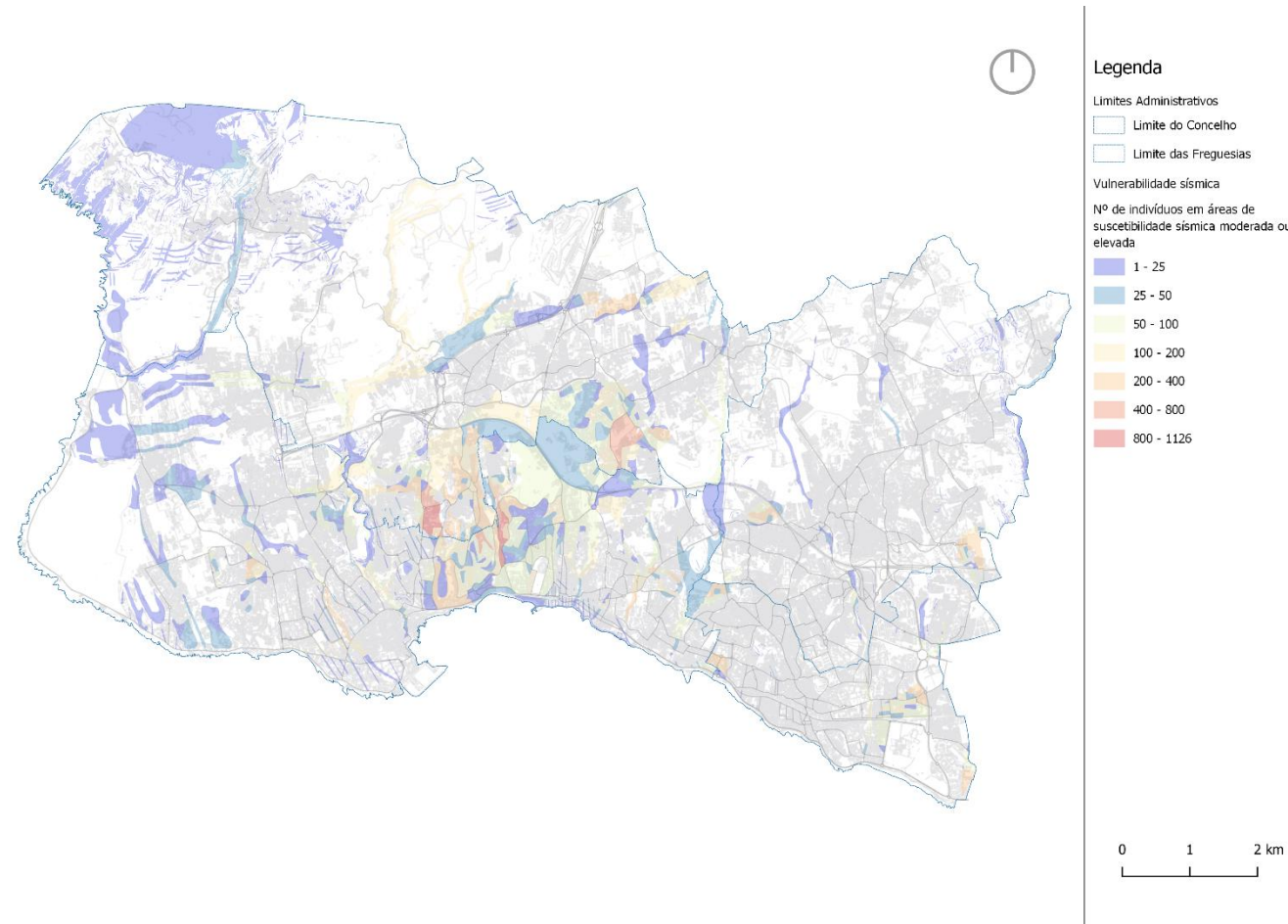


Figura 196 – Nº de indivíduos em áreas de suscetibilidade sísmica moderada ou elevada - considerando a metodologia do cálculo de proporção

Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

Vulnerabilidade movimentos de massa de vertente

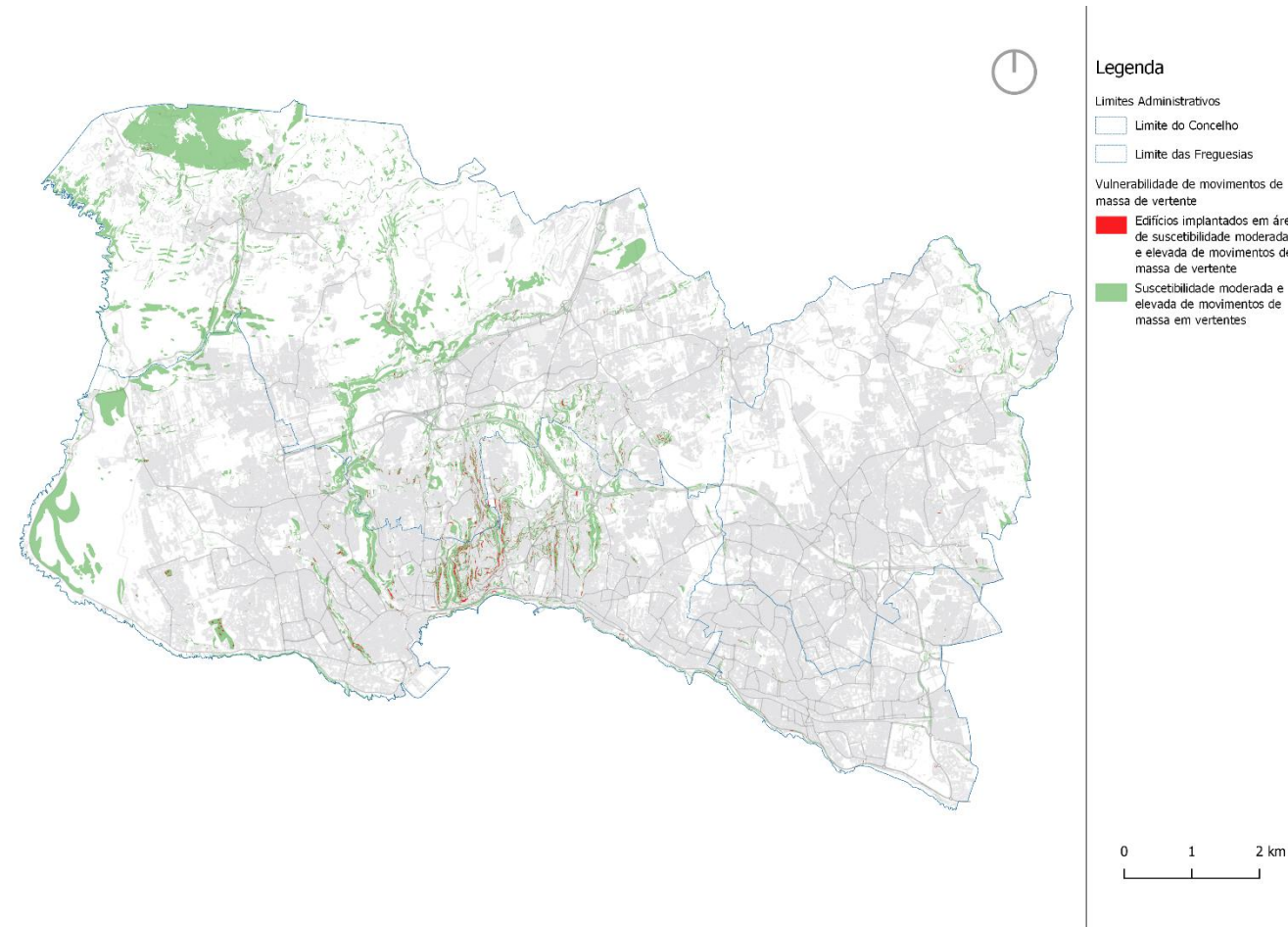


Figura 197 – Edifícios em áreas de suscetibilidade de movimentos de massa de vertente moderada ou elevada

Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

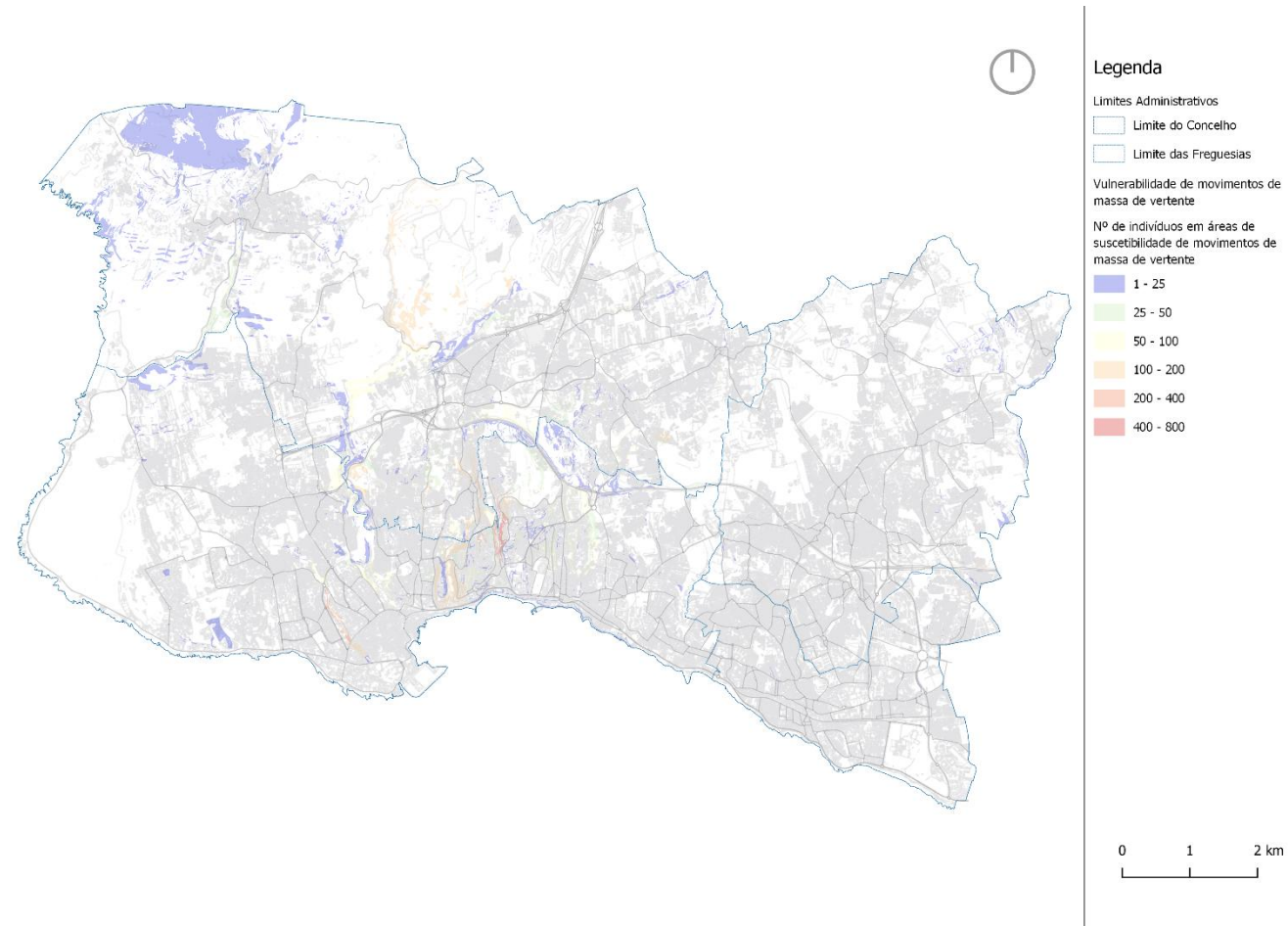


Figura 198 – Nº de indivíduos em áreas de suscetibilidade de movimentos de massa de vertente moderada ou elevada - considerando a metodologia do cálculo de proporção

Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

Faixa de risco de proteção à crista da arriba

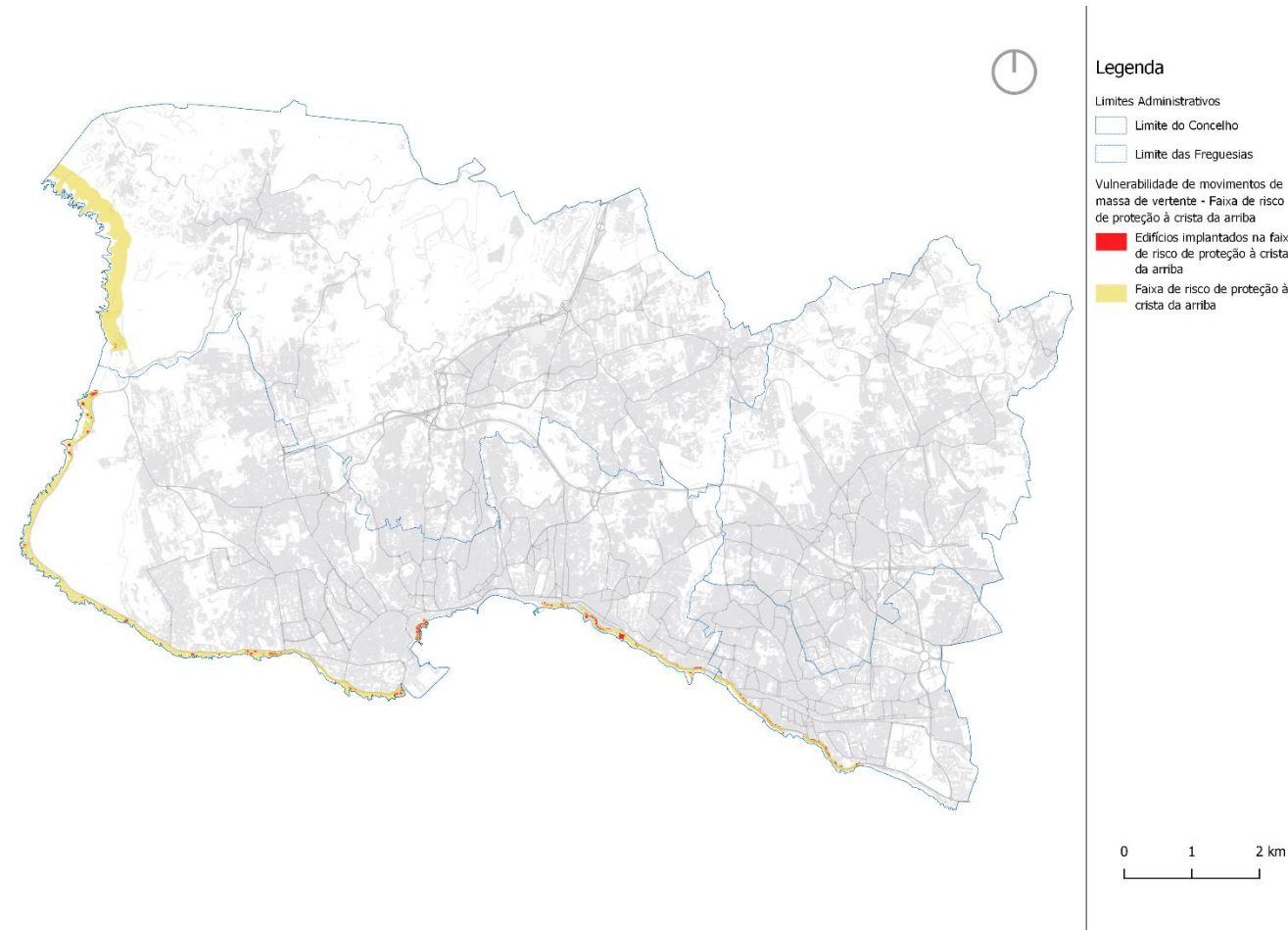


Figura 199 – Edifícios em faixa de risco de proteção à crista da arriba

Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

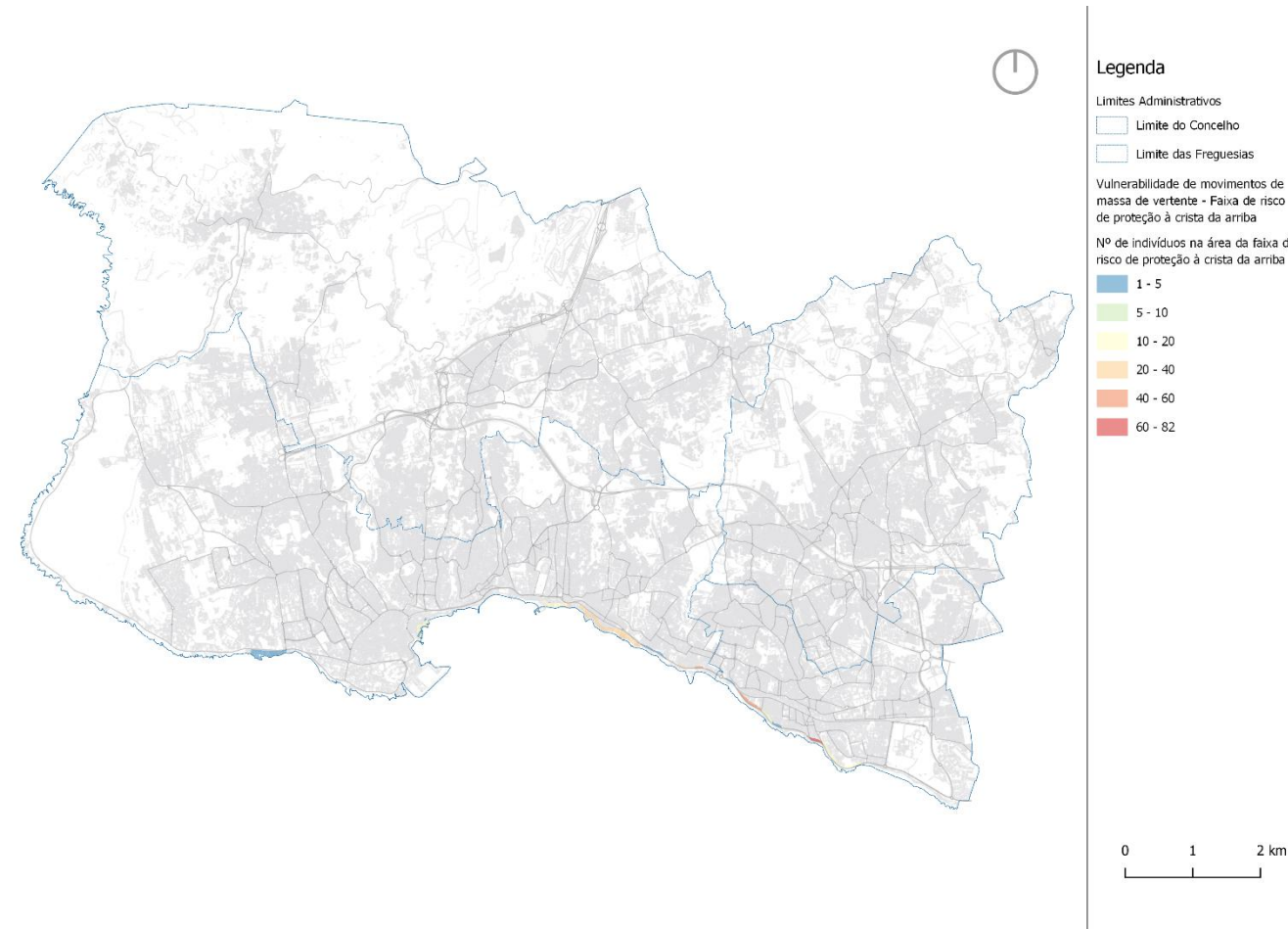


Figura 200 – Nº de indivíduos na faixa de risco de proteção à crista da arriba - considerando a metodologia do cálculo de proporção

Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

Vulnerabilidade de tsunami

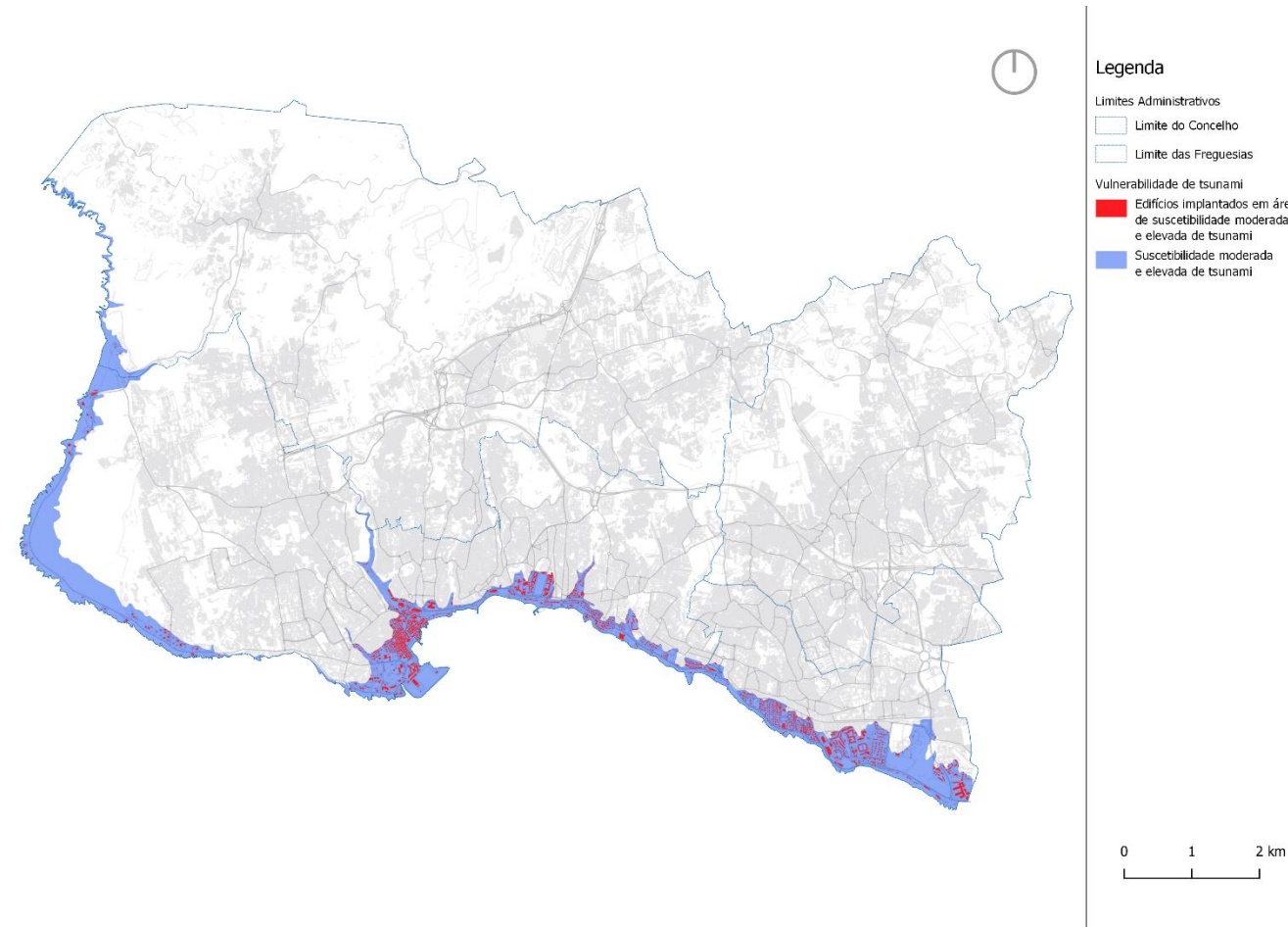


Figura 201 – Edifícios em áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de tsunami

Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

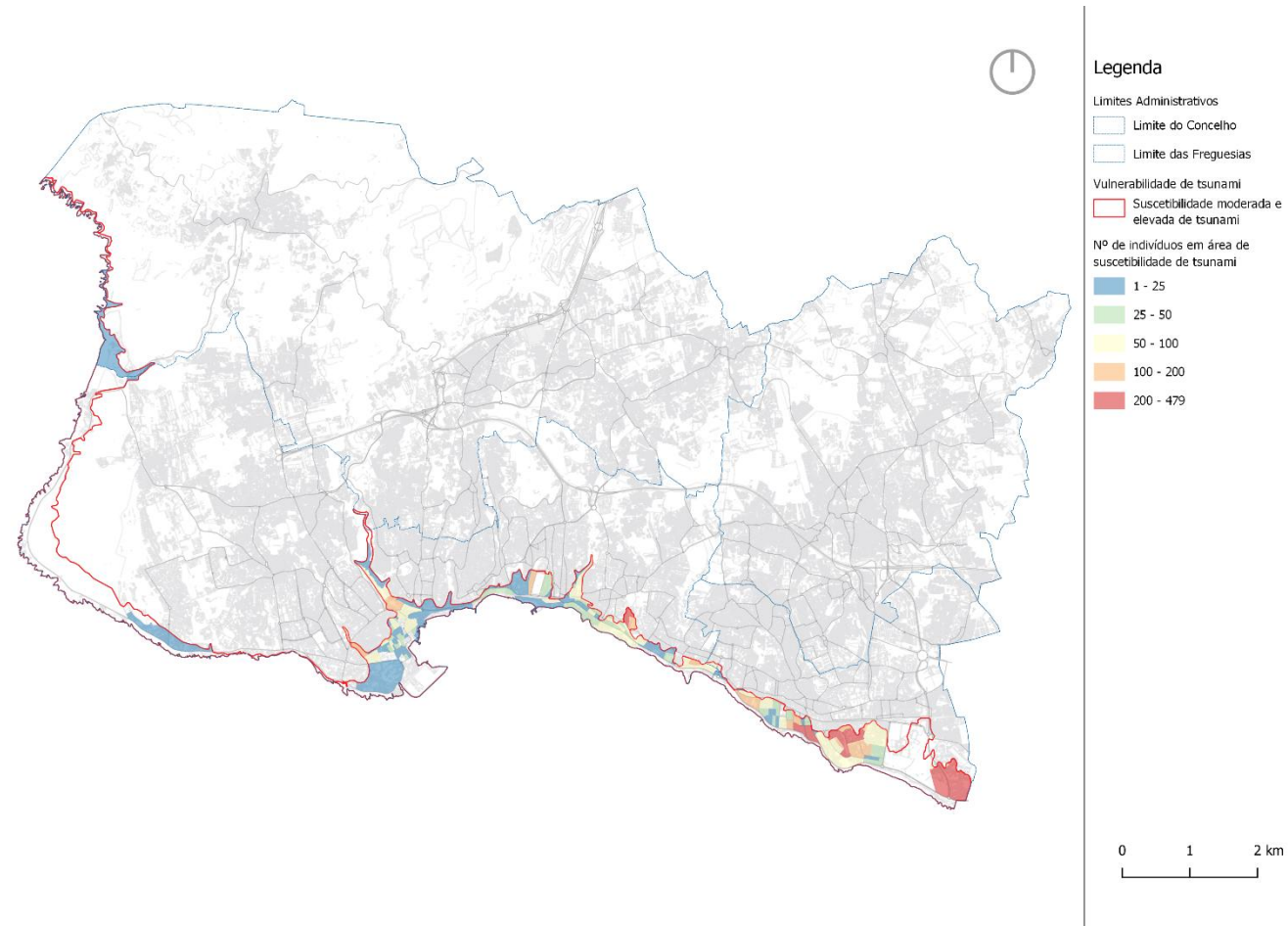


Figura 202 – Nº de indivíduos em áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de tsunami - considerando a metodologia do cálculo de proporção

Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

Vulnerabilidade de cheias e inundações

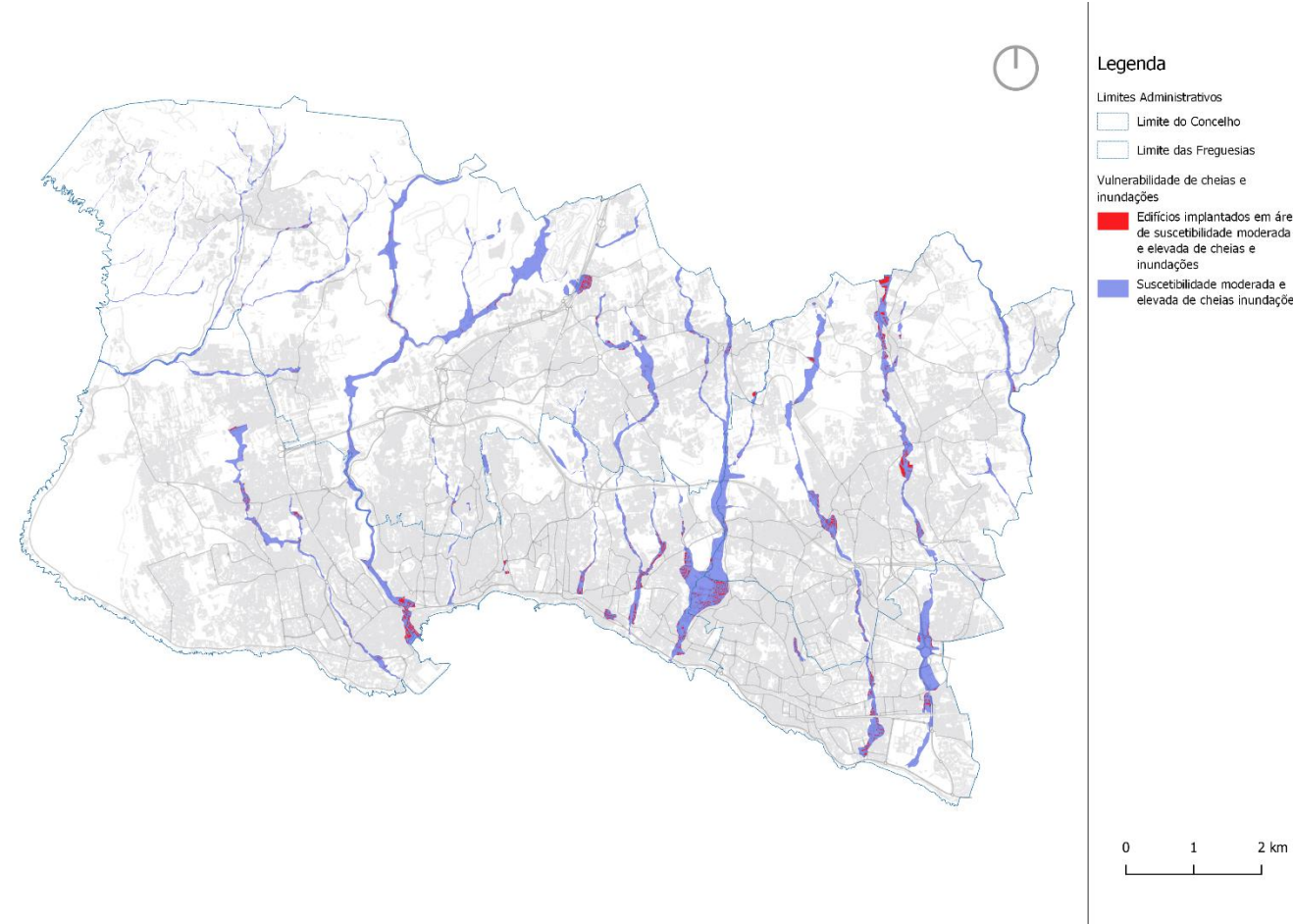


Figura 203 – Edifícios em áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de cheias e inundações
Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

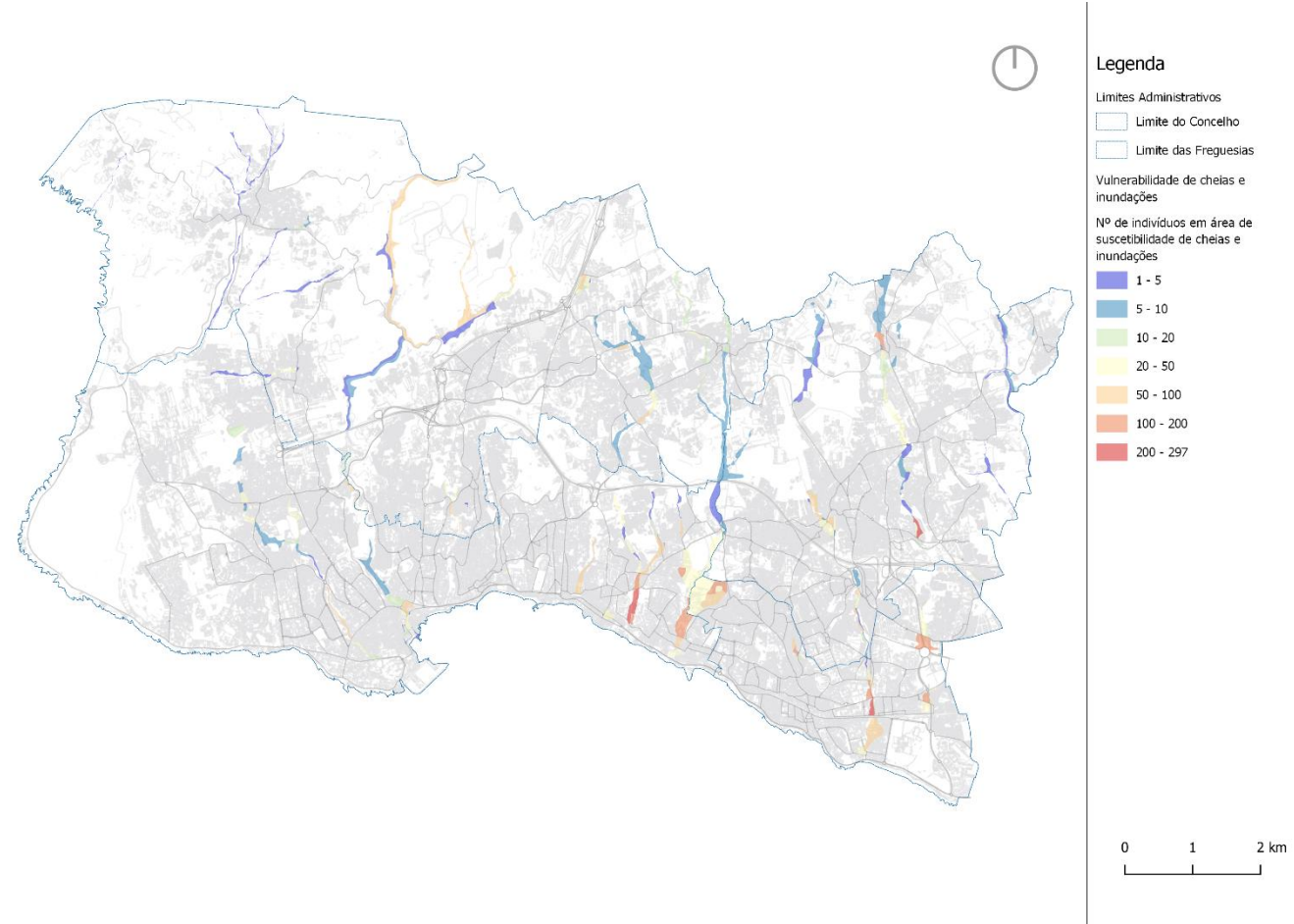
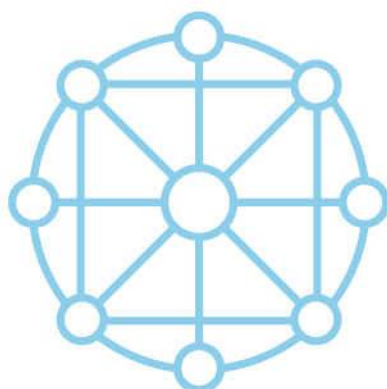


Figura 204 – Nº de indivíduos em áreas de suscetibilidade moderada ou elevada de cheias e inundações - considerando a metodologia do cálculo de proporção
Fonte: GeoCascais e CMC/DPE

9.

Governança



Indicador		Relatório	Fichas
Orçamento	Prestação de contas individual e consolidada: receitas	X	9.1.1.1
	Prestação de contas individual e consolidada: despesas	X	9.1.1.2
Participação Pública	Inscritos e votantes nas eleições municipais	X	9.4.1.1
	Orçamento Participativo	X	9.4.2.1
	Orçamento Participativo Jovem		
	Nº de participações	X	9.4.3.1

9.1. ORÇAMENTO

O orçamento municipal constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão, refletindo as opções estratégicas do município e a forma como estas se materializam na afetação de recursos financeiros. Através da análise das receitas e das despesas, é possível compreender a capacidade financeira do município, as suas prioridades de investimento e o grau de compromisso com as políticas públicas de desenvolvimento territorial.

No âmbito da análise económico-financeira do Município de Cascais, procedeu-se à avaliação das prestações correntes no período compreendido entre 2016 e 2023. Os dados disponíveis evidenciam uma evolução globalmente positiva, quer ao nível das receitas, quer das despesas municipais, ambas com tendências de crescimento ao longo do período em análise. Entre 2016 e 2023, as receitas registaram um aumento aproximado de 161%, enquanto a despesa apresentou um crescimento na ordem dos 90%.

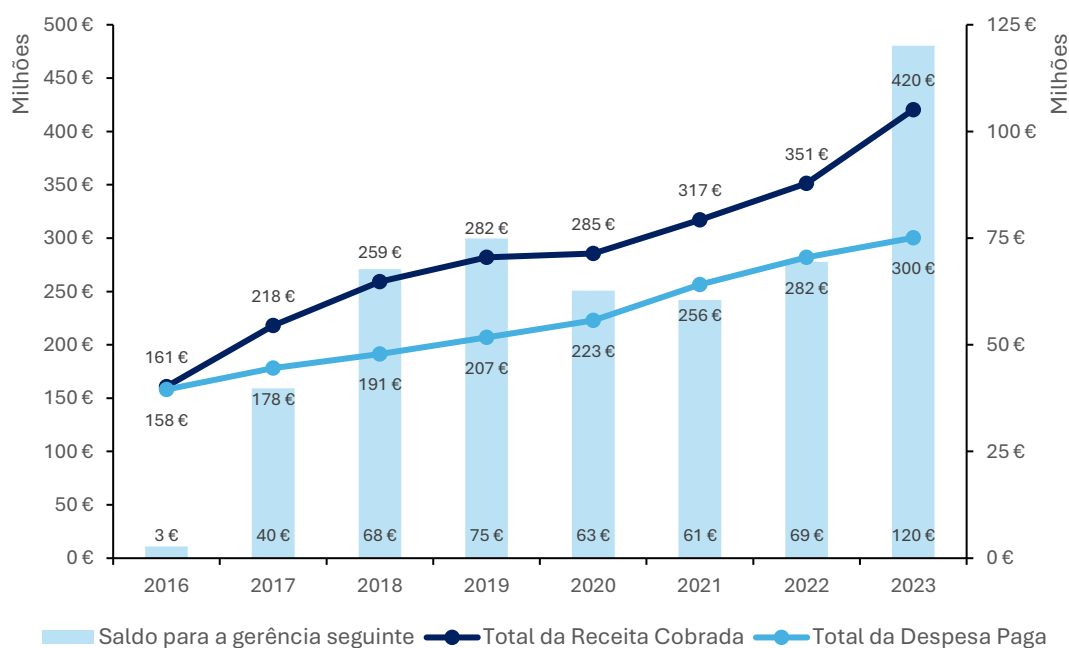


Figura 205 – Total de receitas cobradas e despesas pagas no município de Cascais, entre 2016 e 2023

Fonte: CMC/DFI

No que respeita à estrutura das receitas, estas provêm predominantemente dos impostos diretos, que representam cerca de 53% do total arrecadado no período considerado, ainda que se observe uma tendência gradual de diminuição desta dependência.

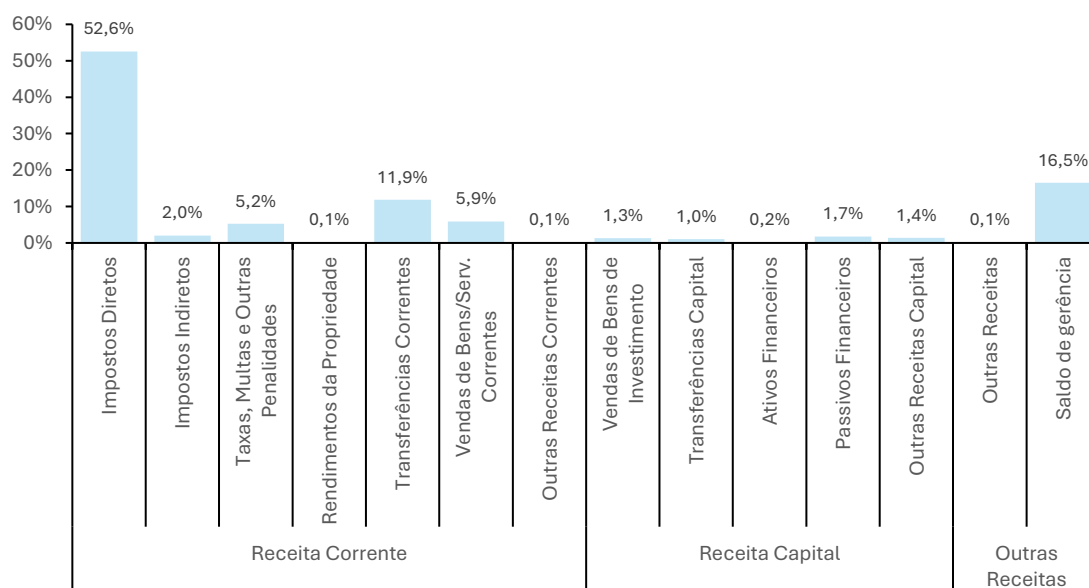


Figura 206 – Proveniência das receitas do município de Cascais, para o período compreendido entre 2016 e 2023

Fonte: CMC/DFI

Relativamente à despesa municipal, destacam-se as rubricas associadas a despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e aquisições de bens de capital, correspondendo, respetivamente, a aproximadamente 21%, 36% e 20% do total da despesa no período em análise. Verifica-se que as despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços apresentam uma ligeira tendência decrescente, em contraste com as aquisições de bens de capital, que evidenciam uma trajetória de crescimento, refletindo um reforço do investimento municipal.

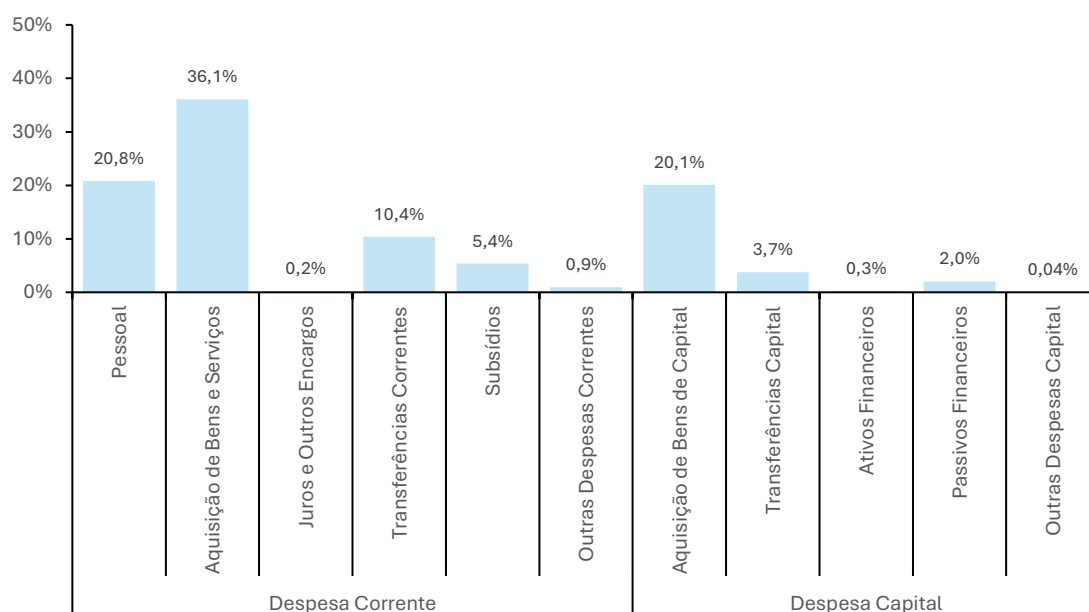


Figura 207 – Proveniência das despesas do município de Cascais, para o período compreendido entre 2016 e 2023

Fonte: CMC/DFI

9.2. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados pela Organização das Nações Unidas no âmbito da Agenda 2030, entraram oficialmente em vigor, a 1 de janeiro de 2016 e constituem o principal quadro de referência para políticas integradas de desenvolvimento económico, social e ambiental, orientadas pelo princípio de “não deixar ninguém para trás”.

A União Europeia incorporou estes objetivos na sua Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, tendo o Pacto Ecológico Europeu como instrumento central para a neutralidade carbónica até 2050. As prioridades da Comissão Europeia para 2024-2029, que se alinham com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluem a transição verde e digital, o fortalecimento da defesa e segurança, a promoção de uma economia próspera e competitiva que beneficie as pessoas, o reforço da democracia europeia, o apoio a e o fortalecimento da Europa no mundo, tendo como objetivo garantir uma Europa competitiva, próspera, mais forte e segura, onde as transições ecológicas e digitais impulsionem a inovação e a sustentabilidade, assegurando ao mesmo tempo o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Tabela 38 – ODS

	
Uma Europa com um novo impulso para a prosperidade e competitividade sustentáveis	
Uma nova era para a defesa e a segurança europeias	
Uma Europa que apoie as pessoas, reforce as sociedades e o modelo social	
Manter a qualidade de vida europeia - Segurança alimentar, água e natureza	
Uma Europa que defenda a democracia e os valores	
Uma Europa forte no mundo	
Concretizar objetivos em colaboração e preparar a nossa União para o futuro	

Fonte: Comissão Europeia 2024

A nível local, os municípios assumem um papel determinante na concretização destes compromissos globais, através da integração dos ODS nas políticas públicas e nos instrumentos de planeamento, designadamente através de:

- Alinhamento estratégico: Assumindo um compromisso para com a sustentabilidade, incorporando práticas de governança, ambientais e sociais (ESG) na sua gestão.
- Monitorização e avaliação: Utilizando ferramentas como a Plataforma ODSlocal e o ISM (Índice de Sustentabilidade Municipal) para medir e avaliar o progresso em direção aos ODS.
- Inovação e participação: Desenvolvendo projetos inovadores e promovendo a participação dos munícipes e de outros agentes locais para mobilizar a sociedade e garantir um futuro sustentável e inclusivo para todos.
- Foco no ODS 11: Um dos principais objetivos é o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, que visa tornar as cidades e as comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, garantindo o acesso a habitação adequada, a gestão integrada do planeamento humano e a redução do impacto ambiental das cidades.

O Município de Cascais assumiu o compromisso formal com os ODS em 2017 e tem vindo a alinhar a sua estratégia de desenvolvimento com a Agenda 2030, prosseguindo um percurso iniciado com a Carta de Aalborg e a Agenda 21 Local, que consolidaram uma cultura de sustentabilidade e participação cívica.

Em 2021 teve início o processo de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), atualmente em curso, que visa a adaptação das metas e indicadores da Agenda 2030 à escala municipal. Estes elementos, uma vez definidos, deverão ser integrados no quadro de referência da revisão do PDM e considerados nos futuros REOT e respetivos relatórios intercalares, assegurando a coerência entre o planeamento territorial e os compromissos locais de sustentabilidade.

Este compromisso foi reforçado com a criação do “Visto ODS” criado em 2021, que cataloga e alinha as deliberações com a contribuição para os ODS, visando integrar os ODS em todos os níveis da gestão autárquica, desde as propostas submetidas a Reunião de Câmara até à avaliação das rubricas do orçamento municipal e dos procedimentos de contratação pública, permitindo uma leitura financeira e estratégica mais rigorosa da contribuição autárquica para os ODS.

O QUE É O VISTO ODS?

O visto ODS consiste na indicação dos principais ODS para os quais contribui cada proposta a Reunião de Câmara.

Desta forma, através do visto ODS todos os serviços municipais colaboram ativamente na implementação local dos ODS, mediante a identificação das suas políticas e projetos à luz dos ODS.



INFORMAÇÃO A REUNIÃO DE CÂMARA

Proposta nº XXXX-2021 [DPDS]

Pelouro: Ambiente

Assunto: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Visto ODS

Considerando que:

a) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados por unanimidade

Figura 208 – Visto ODS

Fonte: CMC e ODSlocal

Este sistema promove a transversalidade da sustentabilidade na ação autárquica. Entre 2022 e 2024, foram apresentadas em Reunião de Câmara mais de seis mil propostas, distribuídas pelos diferentes ODS, refletindo o envolvimento dos diferentes serviços municipais no cumprimento das metas da Agenda 2030.

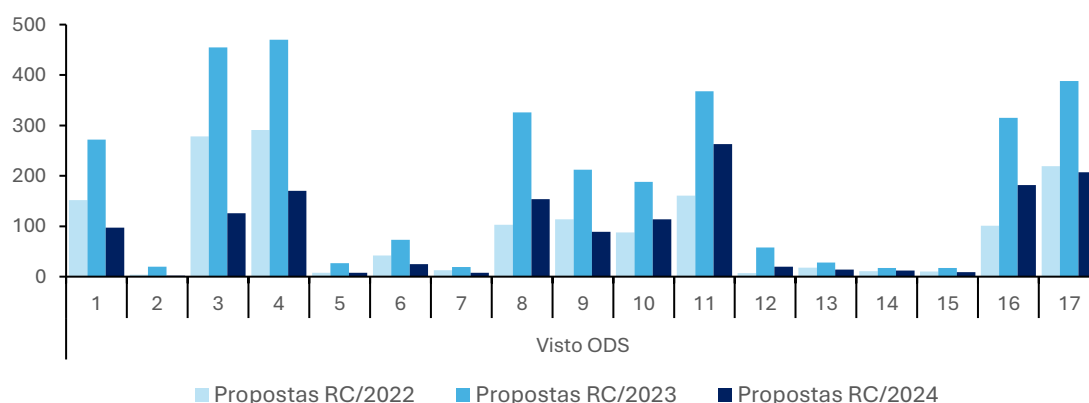


Figura 209 – Propostas de reunião de câmara

Fonte: CMC/DPE

A Estratégia “Cascais 2030” estabelece o enquadramento municipal para o desenvolvimento sustentável, orientando a ação local para um território mais inclusivo, resiliente e ambientalmente responsável e está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Paralelamente, o município é subscritor da Plataforma ODSlocal, que funciona como instrumento de divulgação e comunicação do progresso concelhio em matéria de ODS, através da disponibilização de indicadores, projetos e boas práticas promovidos pelo município e por entidades locais.

Em 2024, Cascais apresentou a sua Revisão Local Voluntária (RLV), reforçando o seu compromisso com a Agenda 2030 e tendo sido distinguido com o Selo ODSlocal, atribuído com base no desempenho municipal nos indicadores de referência, encontrando-se presentemente em desenvolvimento o processo de “Localização dos ODS”, que visa adaptar a implementação das metas globais e europeias da Agenda 2030 à realidade e contexto local, do Município de Cascais.



Figura 210 - ODS

Fonte CMC

9.3. OS ODS NA REVISÃO DO PDM CASCAIS

A integração da estratégia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na futura revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cascais representa uma oportunidade decisiva para alinhar o desenvolvimento estratégico e de base territorial com os compromissos globais de sustentabilidade, justiça social e prosperidade económica. Num contexto de crescentes desafios ambientais, sociais e económicos, os ODS oferecem um quadro orientador que permite aos municípios planear de forma mais integrada, resiliente e inclusiva. Assim a futura revisão do PDM, deverá assentar nas seguintes estratégias:

- Planeamento territorial com visão global - Os ODS, adotados pelas Nações Unidas em 2015, estabelecem metas claras até 2030 para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade para todos. Garantir que estas medidas são incorporadas no PDM de Cascais ao nível da estratégia e dos eixos orientadores do PDM, significa garantir que o ordenamento do território contribui para objetivos como Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), ação climática (ODS 13), Produção e Consumo Sustentável (ODS 12) e igualdade de género (ODS 5), entre outros;
- Cascais como referência de desenvolvimento sustentável local - Ao integrar os ODS, Cascais reforça a sua posição como município inovador e comprometido com a sustentabilidade. Esta abordagem permite que o PDM vá além da regulação do uso do solo, tornando-se um instrumento estratégico que promove a coesão social, a proteção dos ecossistemas, a mobilidade sustentável e a transição energética;
- Tomada de decisão baseada em evidência e participação - A estratégia dos ODS incentiva a recolha de dados, o acompanhamento de indicadores e a participação cidadã. Incorporá-la no PDM implica criar mecanismos de monitorização e avaliação contínua, bem como envolver a comunidade local, empresas e instituições na construção de um território mais justo e resiliente;
- Preparar Cascais para os desafios futuros - Temáticas como as alterações climáticas, a pressão demográfica, a escassez de recursos e a transformação digital exigem respostas integradas e adaptativas. Uma visão estratégica do PDM alinhada com os ODS prepara Cascais para enfrentar estes desafios com soluções sustentáveis, promovendo a qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

9.4. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A participação pública no planeamento territorial é reconhecida como um dos alicerces da democracia contemporânea. Vai além do simples direito de intervenção dos cidadãos, assumindo-se como uma ferramenta decisiva para garantir processos de decisão mais transparentes, inclusivos e eficazes. Enquanto componente estruturante dos instrumentos de gestão territorial, a participação pública constitui-se como um mecanismo essencial de diálogo entre a administração local e os cidadãos, favorecendo soluções mais sustentáveis e partilhadas para o desenvolvimento do concelho.

9.4.1. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O número de votantes em 2017 e 2021 é aproximadamente o mesmo, em torno de 80.000, pese embora se tenha registado um aumento modesto do número de recenseados, traduzido num crescimento de, apenas, 0,93%.

O número de inscritos é significativamente maior que o de votantes em ambos os anos, próximo de 180.000.

No que respeita à variação da taxa de participação, verificou-se um aumento na ordem de 1,1%, que apesar de não ser muito expressivo, parece indicar um maior interesse ou mobilização dos cidadãos nas eleições municipais de 2021.

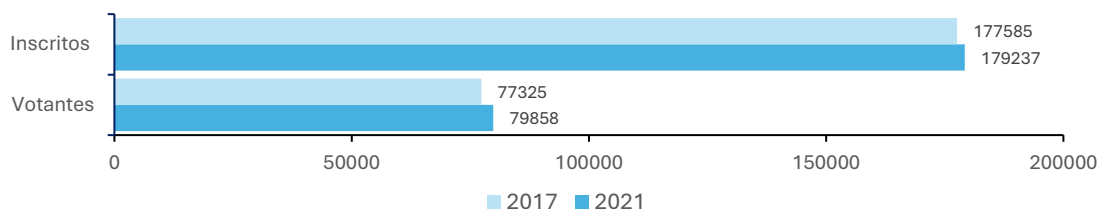


Figura 211 - Inscritos e votantes nas eleições municipais

Fonte: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2021/resultados/territorio-nacional?local=LOCAL-110500>

9.4.2. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo (OP) de Cascais constitui uma ferramenta relevante de envolvimento cívico, contribuindo para a aproximação entre a administração local e os cidadãos.

Entre 2016 e 2022, o OP do concelho de Cascais afirmou-se como um dos principais instrumentos de participação cidadã ao nível local, permitindo aos munícipes apresentar, votar e acompanhar a concretização de propostas de investimento público. Ao longo deste período, o processo registou uma evolução significativa em termos de envolvimento da população, número de propostas apresentadas e orçamento alocado.

No período em análise, foram submetidas 1.206 propostas, das quais 271 foram colocadas a votação, mobilizando aproximadamente 600.000 votos. Os 154 projetos vencedores representaram um investimento global de 39,5 milhões de euros. 2019 destaca-se por ser o ano mais expressivo neste quadro participativo, apresentando um número recorde de propostas e o maior orçamento disponível até então.

Tabela 39 - Orçamento Participativo

Anos	Propostas	Projetos a votação	Projetos vencedores	Votos	Orçamento
2016	209	37	24	58 567	4 200 000,00 €
2017	182	36	27	91 655	6 300 000,00 €
2018	165	39	24	78 449	5 800 000,00 €
2019	486	65	37	139 349	10 200 000,00 €
2020	0	0	0	0	- €
2021	108	57	22	108 288	7 000 000,00 €
2022	56	37	20	122 835	5 967 850,00 €

Fonte: CMC/Cascais Data

O Orçamento Participativo Jovem (OP Jovem) surgiu como uma vertente complementar deste instrumento, dirigida especificamente à população escolar do concelho, tendo por objetivo fomentar a participação cívica dos jovens, ao possibilitar-lhes a apresentação de propostas destinadas à melhoria do contexto escolar e da comunidade local.

No período compreendido entre 2016 e 2023, foram submetidas aproximadamente 5.000 propostas, das quais 702 foram admitidas a votação, originando 166 projetos vencedores.

Do montante total disponibilizado para a concretização destas iniciativas, 802.500 euros destinaram-se ao âmbito escolar e cerca de 5,3 milhões de euros foram afetos a projetos de carácter comunitário.

Tabela 40 - Orçamento Participativo Jovem

	Ano letivo	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
Ideias Para Escolas	Propostas	175	519	462	430	0	839	466
	A votação	33	103	63	73	0	77	90
	Vencedoras	4	14	18	0	15	15	15
	Orçamento €	10 000	32 500	150 000	0	150 000	150 000	150 000
Ideias para Comunidade	Propostas	80	249	261	223	0	458	376
	A votação	11	16	35	34	0	39	36
	Vencedoras	4	5	15	0	15	15	15
	Orçamento €	300 000	802 950	105 000	105 000	105 000	105 000	105 000

Fonte: CMC

9.4.3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

A participação pública assume um papel central no planeamento territorial, designadamente na construção dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), garantindo maior transparência, legitimidade e alinhamento com os interesses coletivos. Nos termos do RJIGT, esta participação pode materializar-se em diferentes momentos, designadamente através da participação preventiva, promovida no início dos procedimentos de elaboração, alteração ou revisão dos IGT, e da discussão pública, realizada após a elaboração das respetivas propostas.

Entre 2016 e 2023, no concelho de Cascais, registaram-se 2.272 participações públicas, distribuídas por diversos instrumentos de planeamento.

O Plano Diretor Municipal (PDM), no âmbito do seu procedimento de alteração para adaptação o RJIGT, concentrou a maioria das participações (aproximadamente 93%), das quais mais de 77% assumiram a forma de reclamações, evidenciando o interesse e o envolvimento da população nas decisões urbanísticas estruturantes do concelho. O Plano de Urbanização da Área do Aeroporto de Cascais e sua Envolvente (PUACE) registou 125 participações, destacando-se os pedidos de esclarecimento e as manifestações de

oposição, enquanto os restantes instrumentos apresentaram níveis de participação mais reduzidos.

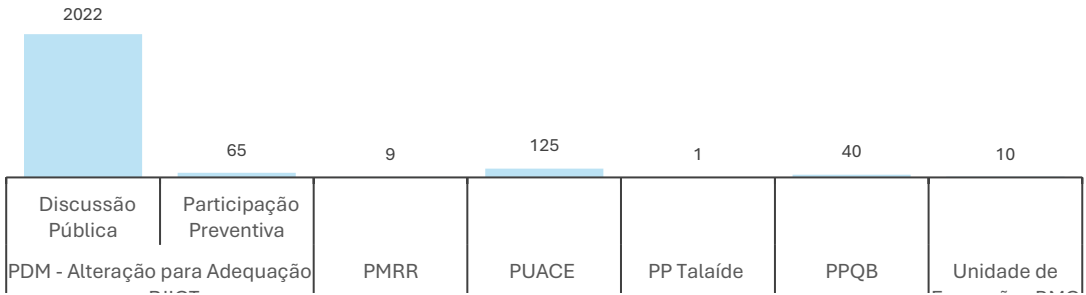


Figura 212 - Nº total de participantes nos IGT's de Cascais

Fonte: CMC/DPE

As modalidades de participação adotadas variaram entre sugestões, observações, reclamações, pedidos de esclarecimento, propostas e manifestações, abrangendo tanto a fase de participação preventiva como a de discussão pública, de acordo com o enquadramento legal aplicável a cada procedimento.

9.5. CIDADANIA

9.5.1. VOLUNTARIADO

Voluntariado Jovem

No período compreendido entre 2016 e 2023, o concelho de Cascais reforçou o papel do voluntariado jovem como um elemento estratégico para a promoção da coesão social, sustentabilidade ambiental e valorização do território. Diversos projetos e programas têm sido implementados pela autarquia, envolvendo jovens entre os 12 e os 30 anos em ações que contribuem diretamente para o ordenamento do território e o desenvolvimento comunitário.

Entre as iniciativas mais relevantes destacam-se os Programas de Voluntariado Jovem de Verão, que anualmente mobilizam centenas de jovens em atividades como a preservação das praias, no âmbito do projeto Maré Viva, a conservação ambiental no Parque Natural de Sintra-Cascais com o programa Natura Observa, a promoção do turismo local através do projeto *Locals*, bem como ações culturais e sociais desenvolvidas nos projetos Cultura no Bairro e Cultura Social. Estas atividades têm permitido a ocupação e revitalização de espaços públicos, a sensibilização para a proteção do património natural e cultural e o reforço do sentido de pertença à comunidade.

Paralelamente, foram desenvolvidos projetos especiais, como o Marézinhas do Futuro, que promove a participação dos mais jovens na proteção costeira, e o programa AtiVoluntário,

que estimula a iniciativa e o protagonismo juvenil na identificação e resolução de problemas comunitários, bem como os campos de trabalho internacionais (*Workcamps*), em parceria com a associação Rota Jovem, que constituem experiências de voluntariado focadas na requalificação urbana e na intervenção social, promovendo a interculturalidade e a aprendizagem.

Estes projetos são ainda complementados por ações promovidas pelas Juntas de Freguesia e organizações locais.

Tutores do Bairro

O programa Tutores do Bairro, promovido pela Câmara Municipal de Cascais, envolve cidadãos na monitorização e reporte de necessidades do espaço público, promovendo a proximidade entre comunidade e autarquia. Desde 2009, registou mais de 25.000 pedidos de intervenção, com taxa de resolução superior a 90%, tendo sido distinguido com o Prémio de Boas Práticas de Participação 2021.

9.5.2. ASSOCIATIVISMO

O associativismo representa uma forma estruturada de participação da sociedade civil na construção e dinamização do território.

O associativismo constitui um elemento estruturante da vida comunitária no concelho de Cascais, integrando um conjunto diversificado de organizações que dinamizam atividades de natureza cultural, recreativa, social, desportiva e cívica, com impacto direto na coesão social e na qualidade de vida dos munícipes.

O movimento associativo reforça a participação cívica, apoia a criação de redes de colaboração entre cidadãos, promove o envolvimento comunitário em prol de interesses comuns e contribui para a qualificação do território ao fomentar interação social, expressão cultural e prática desportiva.

No concelho de Cascais existem várias áreas de associativismo, destacando-se:

- cultural e recreativo - 57;
- juvenil - 58;
- desportivo;
- área social - 47;
- associações de moradores - 45
- associações de pais e estudantes;
- associações de defesa do património, ambiente e proteção dos animais;
- associações de natureza empresarial e profissional;

Estes grupos atuam em múltiplos domínios, proporcionando uma ampla oferta de atividades ao longo do ano e em diferentes espaços do território concelhio.

O associativismo juvenil é representado por movimentos como os Escuteiros do Corpo Nacional de Escutas (CNE), os Escoteiros da Associação de Escoteiros de Portugal (AEP) e a Associação de Guias de Portugal (AGP), bem como por associações juvenis que promovem atividades culturais, sociais, desportivas e ambientais envolvendo grupos de jovens.

No domínio do desporto, as associações e clubes sem fins lucrativos desempenham um papel fundamental no fomento da prática desportiva regular e na organização de eventos, contando com apoio municipal que visa promover o desenvolvimento desportivo e assegurar condições logísticas e operacionais para a sua atividade.

As associações com intervenção na área social e na saúde desenvolvem um trabalho articulado no âmbito da Rede Social de Cascais e do Fórum Concelhio para a Promoção da Saúde, estruturas que reúnem entidades públicas e privadas para promover a inclusão, combater a pobreza e apoiar grupos vulneráveis, consolidando uma atuação integrada em resposta às necessidades da população.

O município tem vindo a apoiar, de forma sistemática, estas entidades através de financiamentos diretos, promovendo a sua autonomia, capacidade de intervenção e sustentabilidade.

Entre os anos de 2017 e setembro de 2023, foi atribuído um apoio financeiro ao associativismo local de aproximadamente 2,7 milhões de euros. O número de associações financiadas oscilou entre 49 e 30, registando o valor mais baixo no período pandémico, em que muitas associações estiveram encerradas.

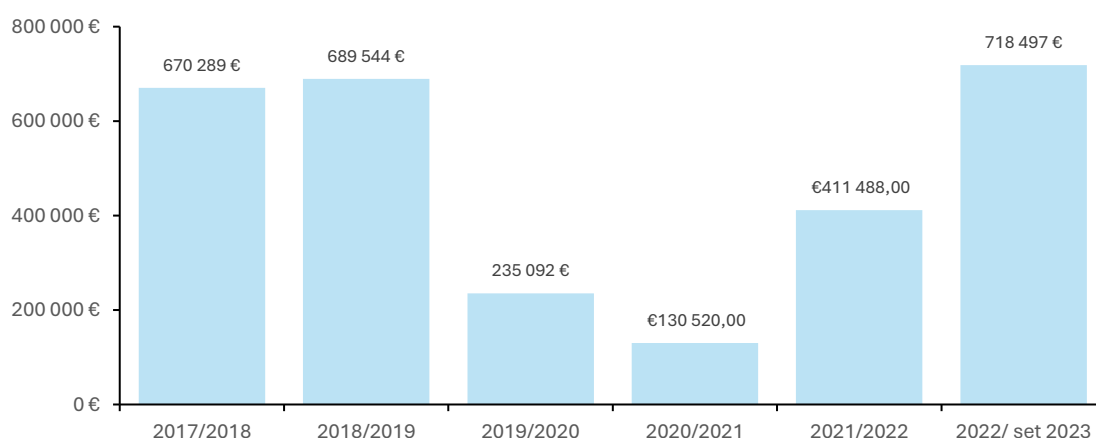


Figura 213 – Financiamento no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo Cultural e Recreativo (RMAAC)

Fonte: <https://associativismo.cascais.pt/informacao/dados>

As freguesias com maior densidade populacional e perfil marcadamente urbano — U. F. de Cascais e Estoril, U. F. de Carcavelos e Parede e São Domingos de Rana — concentram o maior número de associações com apoio financeiro municipal. No entanto, foi também nestes territórios que se registaram as quebras mais significativas durante o período pandémico. Em contrapartida, a freguesia de Alcabideche revelou uma maior estabilidade no número de associações ativas, o que sublinha a relevância e enraizamento destas estruturas no território, bem como o seu papel na coesão e dinamização comunitária a nível local.

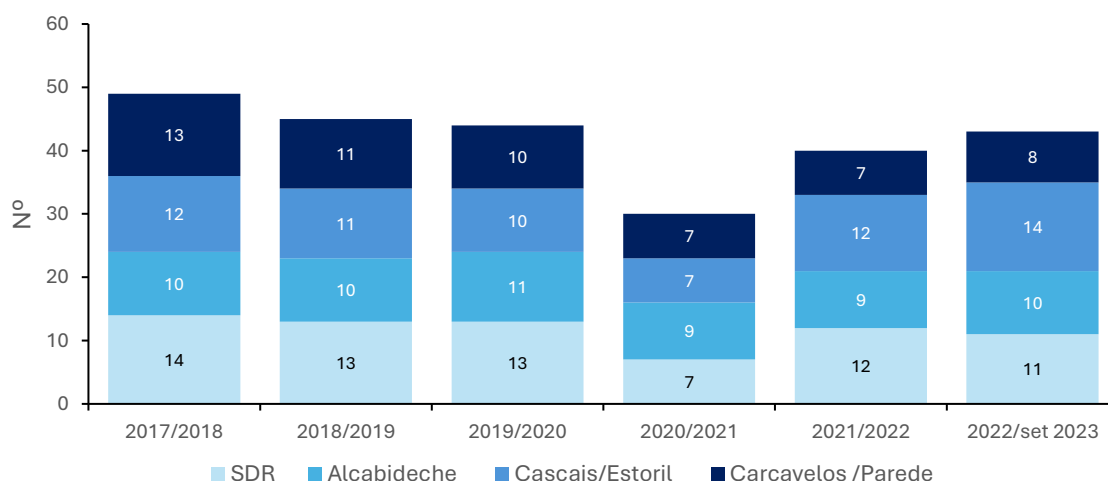


Figura 214 – Entidades financiadas por freguesias

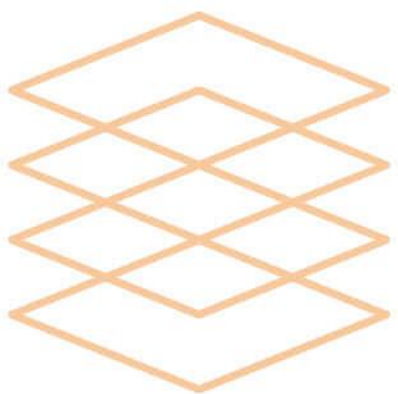
Fonte: <https://associativismo.cascais.pt/informacao/dados>

Parte III

Avaliação do PDM

10.

PDM



10.1. ORDENAMENTO

A 4.^a alteração ao Plano Diretor Municipal de Cascais – Alteração do PDM para Adequação ao RJIGT (PDM-2023) –, correspondeu a um procedimento de adequação do PDM ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Esta alteração teve como finalidade assegurar a conformidade legal do plano municipal com o novo enquadramento jurídico do ordenamento do território, sem pôr em causa a estratégia global de desenvolvimento territorial previamente definida.

No âmbito do mencionado procedimento de adequação, a CCDR-LVT solicitou que a transposição do Solo Rural para Solo Rústico fosse reanalisada à escala da totalidade do território municipal, no sentido de assegurar a sua conformidade com o regime aplicável às categorias e subcategorias estabelecidas no novo enquadramento do Decreto-Regulamentar n.º 15/2015. Para o efeito, a CMC optou por promover um exercício metodológico de base destinado à definição dos critérios de organização das categorias e subcategorias de espaço à luz do disposto no referido diploma legal. Este exercício consubstanciou-se na construção de uma Metodologia para a Qualificação do Solo Rústico, alinhada com um trabalho exploratório previamente desenvolvido em articulação com o ICNF, e tendo por base os seguintes documentos referenciais para efeitos de espacialização:

- Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS2018), elaborada pela Direção Geral do Território,
- Carta de ocupação do Solo da Proposta do Plano de Gestão da Zona Especial de Conservação Sintra-Cascais (PG-ZEC_S-C), elaborada pelo ICNF;
- Carta da RAN;
- Carta da REN;
- O Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE);
- O Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais;
- Estudo sobre os solos preferenciais para a Vinha de Carcavelos, elaborado pela “Cascais Natura” (atual “Cascais Ambiente”);
- A salvaguarda das disposições do PROF-LVT (ICNF), do POC-ACE (APA) e do POPNSC (ICNF).

Como resultado daquele trabalho, na Alteração do PDM para adequação ao RJIGT, ocorrida em 2023, foram definidas, de raiz, oito categorias operativas associadas à Qualificação do Solo Rústico, que correspondem a cerca de 40,0% do território municipal:

- Categoria de **“Espaço Natural”**, que compreende três subcategorias e abrange cerca de 1667,72ha, que correspondem a 17,1% do território municipal;

- Categoria de **"Espaço Agrícola"**, que compreende duas subcategorias e abrange cerca de 909,56ha, que correspondem a 9,3% do território municipal;
- Categoria de **"Espaço Florestal"**, que compreende duas subcategorias e abrange cerca de 1017,00ha, que correspondem a 10,4% do território municipal;
- Categoria de **"Espaço de Aglomerados Rurais"** abrange cerca de 67,80ha, que correspondem a 0,7% do território municipal;
- Categoria de **"Espaço de Recursos Energéticos e Geológicos"**, que abrange cerca de 15,77ha, que correspondem a 0,2% do território municipal;
- Categoria de **"Espaço de Equipamentos e Infraestruturas"**, que abrange cerca de 93,16ha, que correspondem a 1,0% do território municipal;
- Categoria de **"Espaço Rústico de Proteção a Infraestruturas"**, que abrange cerca de 103,54ha, que correspondem a 1,1% do território municipal;
- Categoria de **"Espaço de Ocupação Turística"**, que compreende duas subcategorias e abrange cerca de 24,04ha, que correspondem a 0,2% do território municipal;
- Nota: Por imposição da tutela, não foi possível, naquela sede:
 - Incluir uma categoria para as Áreas de Edificação Dispersa em solo rústico;
 - Alterar os regimes de uso do solo nas novas categorias de espaço.

Paralelamente, ainda na Alteração do PDM de 2023, foram definidas cinco categorias operativas para a Qualificação do Solo Urbano, que correspondem a cerca de 60,0% do território municipal. Estas, contudo, foram baseadas na qualificação do PDM em vigor à data (PDM-2015), e são as seguintes:

- Categoria de **"Espaço Central"**, que compreende duas subcategorias e abrange cerca de 483,90ha, que correspondem a 5,0% do território municipal;
- Categoria de **"Espaço Habitacional"**, que compreende duas subcategorias e abrange cerca de 3445,95ha, que correspondem a 35,4% do território municipal;
- Categoria de **"Espaço de Atividades Económicas"**, que compreende duas subcategorias e abrange cerca de 495,62ha, que correspondem a 5,1% do território municipal;
- Categoria de **"Espaço de Uso Especial"**, que compreende duas subcategorias e abrange cerca de 656,04ha, que correspondem a 6,7% do território municipal;
- Categoria de **"Espaço Verde"**, que compreende três subcategorias e abrange cerca de 755,89ha, que correspondem a 7,8% do território municipal

No seguimento desta alteração, a qualificação do solo rústico aumentou aproximadamente 1,9%.

Tabela 41 - Quadro síntese da evolução da classificação e qualificação do solo [2015 > 2023]

PDM CASCAIS CARTA DE ORDENAMENTO		PDM-2015		PDM-2023		EVOLUÇÃO
CLASSIFICAÇÃO	QUALIFICAÇÃO (Categoria de Espaço)	Área (ha)	% (do Concelho)	Área (ha)	% (do Concelho)	2015 > 2023 % (do Concelho)
Solo Rústico (Solo Rural em 2015)	Espaço Natural	3 541,85	36,37%	1 667,72	17,13%	-19,24%
	Espaço Agrícola	0,00	0,00%	909,56	9,34%	9,34%
	Espaço Florestal	0,00	0,00%	1 017,00	10,45%	10,45%
	Espaços de Aglomerados Rurais	67,80	0,70%	67,80	0,70%	0,00%
	Espaços de Recursos Geológicos	20,29	0,21%	15,77	0,16%	-0,05%
	Espaço de Equipamentos e Infraestruturas	67,59	0,69%	196,71	2,02%	1,33%
	Espaço de Ocupação Turística	18,47	0,19%	24,04	0,25%	0,06%
	PARCIAL	3 715,99	38,16%	3 898,59	40,04%	1,89%
Solo Urbano	Espaço Central	222,55	2,29%	483,90	4,97%	2,69%
	Espaço Habitacional	3 547,04	36,42%	3 445,95	35,39%	-1,03%
	Espaço de Atividades Económicas	300,39	3,08%	495,62	5,09%	2,01%
	Espaço de Uso Especial	653,31	6,71%	656,04	6,74%	0,03%
	Espaço Verde	581,08	5,97%	755,89	7,76%	1,80%
	PARCIAL	5 304,37	54,47%	5 837,40	59,96%	5,49%
Solo Urbanizável (Extinto em 2023)	Espaço de Atividades Económicas Proposto	35,75	0,37%	0,00	0,00%	-0,37%
	Espaço de Uso Especial Proposto	152,60	1,57%	0,00	0,00%	-1,57%
	PARCIAL	188,36	1,93%	0,00	0,00%	-1,93%
Categorias Autónomas (Extintas em 2023)	PMOT em vigor	190,84	1,96%	0,00	0,00%	-1,96%
	Espaço Canal	339,36	3,48%	0,00	0,00%	-3,48%
	PARCIAL	530,20	5,44%	0,00	0,00%	-5,44%

Fonte: CMC/DPE

Concluiu-se desde logo, na Alteração do PDM para Adequação ao RJIGT (PDM-2023), que não obstante a metodologia ter sido desenvolvida a um nível de reflexão exaustiva e detalhada, a opção de planeamento recaiu por um modelo simplificado e mais adequado ao contexto duma mera alteração, remetendo-se para o processo de Revisão do PDM-Cascais a ponderação sobre a oportunidade e a pertinência de evoluir nas opções de planeamento e no modelo territorial para dimensões de qualificação do solo mais adequadas ao contexto geoestratégico e ao desenvolvimento sustentado do Concelho.

10.1.1. POTENCIAL DE EDIFICABILIDADE

Com vista a avaliar a capacidade do PDM para continuar a responder às necessidades territoriais do concelho, procedeu-se à análise do potencial de edificabilidade, associando-se este aos territórios disponíveis e com aptidão para urbanização e/ou edificação. Os resultados evidenciam que, no âmbito do atual PDM, subsistem cerca de 584 hectares de

território com potencial edificatório, correspondendo a aproximadamente 6% da área total do concelho e a cerca de 11% do território artificializado.

Tabela 42 - Quadro Geral dos "Territórios Disponíveis" por classificação e qualificação de solo

CLASSIFICAÇÃO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	
Solo Urbano	Espaço Central	Espaço Central	2,57	0,44%	0,52%
		Espaço Central Histórico	0,48	0,08%	
	Espaço de Atividades Económicas	Espaço de Atividades Económicas	98,35	16,83%	27,44%
		Espaço Estratégico de Atividades Económicas	62,01	10,61%	
	Espaço de Uso Especial	Espaço de Equipamento	82,03	14,04%	19,68%
		Espaço de Infraestruturas Territoriais	33,00	5,65%	
	Espaço Habitacional	Espaço Habitacional	242,05	41,41%	42,19%
		Espaço Habitacional Singular e Turístico	4,52	0,77%	
Solo Rústico	Espaço de Aglomerados Rurais	Espaço de Aglomerados Rurais	39,78	6,81%	10,17%
	Espaço de Equipamentos e Infraestruturas	Espaço de Equipamentos e Infraestruturas	16,49	2,82%	
	Espaço de Ocupação Turística	Espaço de Ocupação Turística de Nível 2	2,84	0,49%	
	Espaço Natural	Espaço Natural de Nível 3	0,35	0,06%	
			584,46	100%	
Porcentagem face à Área Total do Concelho (9740 ha)			6%		

Fonte: CMC/DORT

A leitura destes dados assume particular relevância quando confrontada com os resultados do uso e ocupação do solo efetivamente instalado, conforme evidenciado pela Carta de Ocupação do Solo de 2023 (COS-2023).

Apesar de as Áreas Edificadas Residenciais representarem já cerca de 73% do território artificializado do concelho, a categoria de Espaço Habitacional continua a concentrar a maior percentagem de território disponível, correspondendo a cerca de 42% dos aproximadamente 584 hectares identificados, evidenciando um potencial significativo para a consolidação e densificação do tecido urbano existente.

Para densificar a análise do potencial de edificabilidade, numa ótica de suporte a um planeamento estratégico orientado para a captação de investimento, em particular, na vertente da atração e fixação de empresas com dimensão relevante e em áreas de inovação e criação de riqueza com elevado valor acrescentado, procedeu-se a um inventário dos terrenos disponíveis, por dimensão física (considerando áreas e agregações de áreas) e, deliberadamente e para este efeito, sem a preocupação relativa à configuração cadastral ou à propriedade.

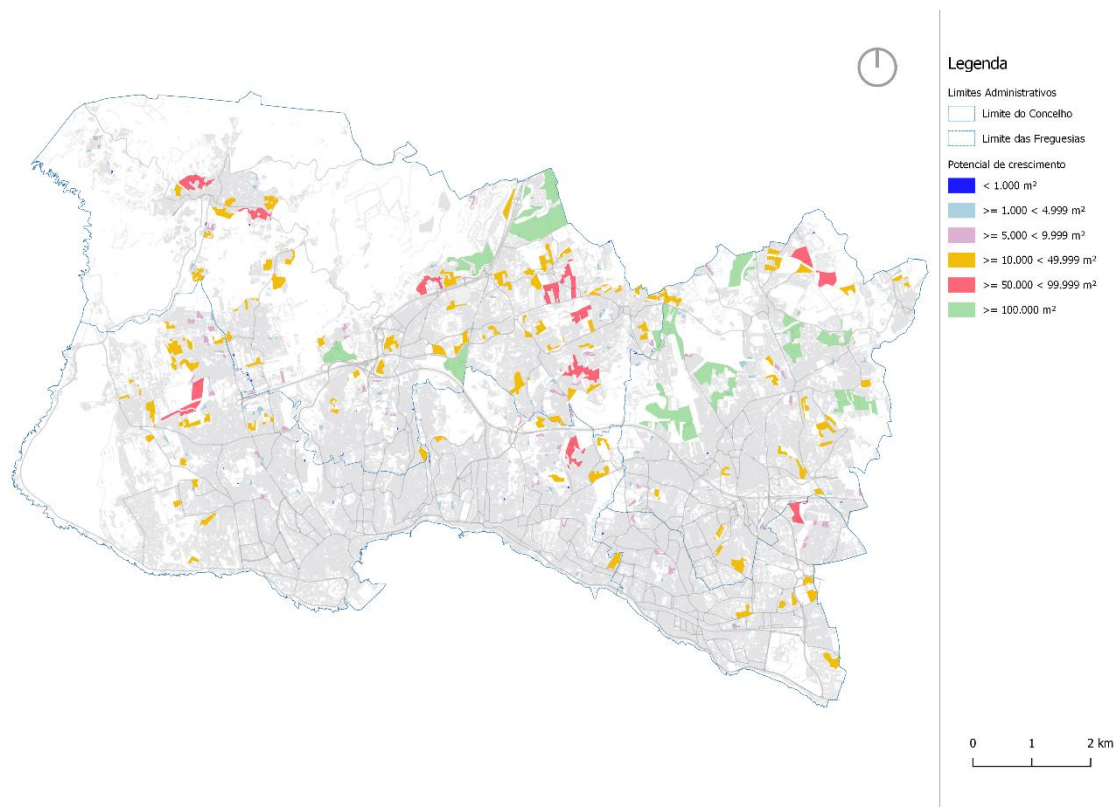


Figura 215 – Potencial de Edificabilidade

Fonte: CMC/DPE

Os resultados deste exercício revelam que:

- Não há áreas, ainda que agregadas, de território disponível com potencial de edificabilidade, superiores a 500.000 m², (50 hectares);
- Nos territórios disponíveis com potencial de edificabilidade, com áreas superiores a 100.000 m² (10 hectares) foram identificadas 12 áreas, que representam cerca de 38% do respetivo total;
- Nos territórios disponíveis com potencial de edificabilidade, com áreas situadas entre os 50.000 m² (5 hectares) e os 99.999 m² (10 hectares) foram identificadas 14 áreas, que representam cerca de 15,8% do respetivo total;
- Nos territórios disponíveis com potencial de edificabilidade, com áreas situadas entre os 10.000 m² (1 hectare) e os 49.999 m² (5 hectares) foram identificadas 95 áreas, que representam cerca de 36,5% do respetivo total;
- Nos territórios disponíveis com potencial de edificabilidade, com áreas situadas entre os 5.000 (0,5 hectares) e os 9.999 m² (1 hectare) foram identificadas 46 áreas, que representam cerca de 31,1% do respetivo total;
- Nos territórios disponíveis com potencial de edificabilidade, com áreas situadas entre os 1.000 m² (0,1 hectares) e os 4.999 (0,5 hectares) foram identificadas 70 áreas, que representam cerca de 3,8% do respetivo total;

- Nos territórios disponíveis com potencial de edificabilidade, com áreas situadas abaixo dos 1.000 m² (0,1 hectares) foram identificadas 23 áreas, que representam cerca de 1,5% do respetivo total;

Os três níveis superiores – que correspondem às áreas que individualmente ou agregadas superam 1 hectare – abrangem mais de cento e vinte (121) áreas que, no seu conjunto, representam praticamente 90% da área dos territórios disponíveis com potencial de edificabilidade, confirmando o já referido potencial estratégico que Cascais detém, mas que ainda está por explorar.

10.2.CONDICIONANTES

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública, expressas no artº 6º do regulamento do PDM, estão patentes na Planta de Condicionantes que se desdobra conforme a seguinte tabela:

Tabela 43 - Condicionantes

Áreas Protegidas, Recursos e Valores Naturais	Recursos Agrícolas e Florestais	Domínio Hídrico	
		Área de Concessão de Água Mineral Natural	
	Recursos Agrícolas e Florestais	Massas Minerais (pedreiras)	
		Reserva Agrícola Nacional (RAN)	
		Regime Florestal Parcial	
	Recursos Ecológicos	Árvores e Arvoredo de Interesse Público	
		Reserva Ecológica Nacional (REN)	
		Áreas Protegidas, Sítio de Importância Comunitária (SIC) Sintra-Cascais e Zona Especial de Conservação de Sintra-Cascais (ZEC Sintra-Cascais) integrados no Sistema Nacional de Áreas Protegidas	
		Zonas de Caça	
Área Marinha Protegida das Avenças			
Zona de Proteção Especial do Cabo Raso (ZPE Cabo Raso).			
Equipamentos	Equipamentos de Segurança (estabelecimentos prisionais)		
	Instalações Aduaneiras		
	Equipamentos de Defesa Nacional		
	Equipamentos de Saúde		
Infraestruturas	Rede de Abastecimento de Águas		
	Sistema de Distribuição da EPAL, S.A.		
	Sistema de Distribuição Municipal		
	Rede de Drenagem de Águas Residuais		
	Sistema Complementar		
	Rede de Distribuição Elétrica		
	Rede de Distribuição de Gás		
	Rede Rodoviária	Rede Rodoviária Nacional	
		Estradas Regionais	
		Estradas Desclassificadas	
		Rede de Estradas e Caminhos Municipais	
	Rede Ferroviária		
	Aeroportuárias		
	Rede de Telecomunicações		
	Faróis e Outros Sinais Marítimos		
Marcos Geodésicos			
Postos de Vigia da Rede Nacional			
Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (R.S.U.)			
Transporte Público em Sítio Próprio (TPSP)			
Património Cultural	Imóveis, Conjuntos e Sítios Classificados e em Vias de Classificação e respetivas zonas gerais e especiais de proteção		
Perigosidade de Incêndio Rural			

Fonte: PDM

Como decorre da lei, nas áreas sujeitas a servidões administrativas e a restrições de utilidade pública vigora o respetivo regime jurídico, o qual prevalece sobre o regime de uso do solo estabelecido no PDM-Cascais.

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública são disciplinadas pela legislação específica aplicável a cada tipologia, impondo-se, em caso de incompatibilidade, às disposições definidas para o uso do solo nas áreas por elas abrangidas.

As condicionantes que integram estas plantas possuem um carácter dinâmico, uma vez que a sua configuração resulta diretamente da entrada em vigor de legislação específica aplicável a diferentes domínios do ordenamento do território. Por esse motivo, a CMC tem vindo a assegurar, de forma contínua e sistemática, a atualização destas plantas sempre que

a tutela publica nova legislação ou procede à alteração da existente. Este procedimento garante que o GeoCascais disponibiliza, em permanência, uma versão rigorosa, atualizada e coerente das Plantas de Condicionantes, permitindo aos utilizadores aceder a informação fidedigna e alinhada com o quadro legal em vigor

10.3.REGULAMENTO

O regulamento do PDM, nos termos alínea a) do n.º 1 do artigo 97.º do RJIGT faz parte integrante do seu conteúdo documental e assume-se como o principal instrumento normativo, de carácter vinculativo para os particulares, destinado a estabelecer as regras aplicáveis ao uso e ocupação do solo.

O regulamento do PDM atualmente em vigor foi alvo de diversas alterações e adaptações, resultantes dos respetivos procedimentos de modificação e ajustamento do próprio Plano Diretor desde 2015. É composto por 136 artigos, distribuídos por 6 Títulos e acompanhado por 3 Anexos e integra igualmente os diversos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, nomeadamente o Programa da Orla Costeira Alcobaça–Cabo Espichel (POC-ACE) e o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC).

Ao longo dos últimos anos, os serviços com competências na gestão urbanística, assim como alguns particulares que desempenham a sua atividade profissional neste domínio, identificaram diversas disposições regulamentares que carecem de clarificação, aperfeiçoamento ou revisão, em face dos constrangimentos resultantes da respetiva aplicação aos casos concretos.

Seguidamente sinalizam-se as questões suscitadas quanto a cada uma das normas identificadas, sem prejuízo da sua ulterior análise, em sede própria, designadamente quanto à ratio e alcance da norma, dificuldades interpretativas e de aplicação e eventual reformulação ou revogação.

- Art.º 5.º, alínea d): A definição gera alguma confusão. A área de intervenção deve ser o todo, o qual pode ou não ser contabilizado para o cálculo do índice de edificabilidade.
- Art.º 5.º alínea f): A definição é incongruente em face do regime das categorias de solo rústico, que prevê edificabilidade – por ex: categoria de aglomerados rurais, ou espaço de ocupação turística.
- Art.º 17.º n.º 1 alínea b): A proibição causa entropias. Não há razão para interditar o loteamento ou o destaque em face do regime legal vigente para estas figuras, que não admite edificabilidade. O que deve ser acautelado é a ocupação de solo.

- Art.º 25.º: Atualizar com o novo regime do PMDFCI.
- Art.º 40.º: O regime das Quintas Históricas deve harmonizar-se com as categorias de ordenamento em vigor, sob pena de se tornar de difícil aplicação prática. Verificam-se situações em que quintas se encontram inseridas em Espaço Estratégico de Atividades Económicas, cuja vocação e potencial edificativo se revelam incompatíveis com os objetivos de preservação patrimonial e com os usos tradicionalmente associados a estas unidades. Acresce que a possibilidade de aplicação dos parâmetros urbanísticos da respetiva categoria de espaço, quando integradas em Unidades de Execução, não se encontra suficientemente clarificada. Neste contexto, importa ponderar a revisão das delimitações das Quintas Históricas, admitindo, quando fundamentado, a redução da sua área, à semelhança do que sucede no caso da Torre d'Aguilha, assegurando a devida articulação com o quadro normativo estabelecido no artigo 127.º.
- Art.º 40 n.º 6: A proibição de loteamento impede soluções funcionais, e até a cedência de parcelas para o Município. Ponderar um regime mais flexível que permita a salvaguarda das quintas. Rever os limites para a parte da quinta com valor patrimonial efetivo.
- Art.º 40.º n.º 7 alínea b): Muito genérico. Prever uma área mínima - % do solo disponível.
- Art.º 44.º n.º 4 alínea e): Incongruente com o regime das quintas. Sugere-se substituir por: "As obras admitidas para as Quintas Históricas..."
- Art.º 51.º - D: Incongruência entre o regime da categoria de espaço e o regime de proteção do Parque Nacional Sintra-Cascais
- Art.º 51.º - F: Incongruência entre o regime da categoria de espaço e o regime de proteção do PNCS: Admitir o mesmo que o POPNSC, tais como obras de alteração.
- Art.º 63.º - A, alínea a), i): Os parâmetros de impermeabilização entre as subalíneas diferem conforme a área da parcela ou lote em causa. Importa encontrar uma fórmula para evitar parâmetros incongruentes quando as áreas estão muito próximas. Ou seja 15% de 300m2 difere em muito de 25% de uma parcela com 301m2.
- Art.º 68.º: Demolições: Não parece fazer sentido exigir vistoria a todos edifícios só porque se inserem em espaço Histórico. Importa elencar no RUEM quais os edifícios considerados com interesse cultural/arquitetónico e a regra aplicar-se somente a esses.
- Art.º 70.º: Falta de um regime de exceção para os afastamentos mínimos, havendo casos em que deve ser aplicado. Dever-se-ão admitir outros afastamentos, tal como existe noutras categorias de espaço.

- Art.º 74.º Espaço Singular e Turístico: Nesta categoria existem alguns terrenos “ilhas” que não estão incluídos em loteamentos. Não faz sentido que, por causa disso, não tenham a possibilidade de edificabilidade pelo que esta norma deverá ser revista.
- Art.º 87.º n.º 6: Não há razão para impedir o destaque. O loteamento já está proibido no solo rústico. Sugere-se eliminar a norma.
- Art.º 89.º n. 1: Gera confusão se não forem também admitidas obras de alteração ou ampliação. Sugere-se substituir obras de edificação por edificação (para se reportar de forma ampla à definição do art.º 2.º alínea a) do RJUE.
- Art.º 89.º n.º 1 alínea b): Gera discussão o que se entende por utilização definida. Importa clarificar.
- Art.º 93.º Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas: Deverá prever uma exceção que permita a edificação nas áreas urbanas consolidadas ou inseridas em AUGI para colmatação de frente urbana e desde que sejam colhidos pareceres favoráveis das entidades com jurisdição na área.
- Art.º 126.º: As Sub-UOPG em área de PNSC devem prever uma alteração de forma a eliminar a obrigatoriedade de prévia delimitação de unidade de execução para a realização de qualquer operação urbanística.
- SUB-UOPG 2.7; 2.8; 2.9 e 2.10: O conteúdo destas Sub-UOPG é muito redutor, pouco objetivo, não se percebendo o que se pretende para estas áreas. Os textos das Sub-UOPG 2.7 e 2.8 são iguais.
- SUB-UOPG 4.2 e 4.3: Os textos destas Sub-UOPG são iguais. Importa que o Plano tenha flexibilidade, mas sem conceitos indeterminados.

O Regulamento do PDM encontra-se válido e plenamente eficaz, e as questões aqui identificadas não têm comprometido a sua aplicação no âmbito das operações urbanísticas. Ainda assim, é importante procurar eliminar ambiguidades e corrigir normas que, à primeira vista, possam revelar-se contraditórias.

A lógica de melhoria contínua exige uma reflexão sobre estes aspetos, devendo os mesmos ser considerados mesmo que se avance para a elaboração de um novo Regulamento no contexto da Revisão do PDM.

10.4.PROGRAMA DE EXECUÇÃO

O Plano Diretor Municipal de Cascais assenta numa estratégia territorial estruturada em cinco eixos estratégicos que traduzem a visão de desenvolvimento sustentável do concelho, integrando as dimensões urbana, económica, ambiental, social e de governança. Estes eixos constituem o referencial orientador das opções de ordenamento do território e das políticas

públicas municipais, assegurando a coerência entre o modelo territorial definido e as intervenções a concretizar no horizonte temporal de vigência do Plano.

O Programa de Execução surge, neste contexto, como o instrumento operacional que materializa no território os objetivos estratégicos consagrados no PDM, promovendo a sua concretização através de um conjunto articulado de ações, projetos e investimentos. A sua estrutura organiza-se diretamente em função dos cinco eixos estratégicos do Plano, garantindo que cada intervenção programada contribui de forma objetiva para a prossecução das metas definidas para o concelho, quer ao nível da qualificação urbana e da mobilidade, quer no reforço da competitividade económica, da valorização ambiental, da coesão social e da cidadania ativa.

A articulação entre os eixos do PDM e o Programa de Execução permite, assim, assegurar uma abordagem integrada à gestão territorial, em que a estratégia se traduz em programação concreta, calendarizada e financeiramente enquadrada. Esta correspondência assegura não apenas a coerência interna do plano, mas também a sua eficácia enquanto instrumento de ação, orientando a afetação de recursos, a definição de prioridades de investimento e a articulação com outros instrumentos de gestão territorial e de planeamento setorial.

O Programa de Execução do Plano Diretor Municipal de Cascais integra um total de 195 ações, das quais 10 foram incluídas no âmbito do Programa de Execução da última alteração do PDM, referente à sua adequação ao RJGT.

A distribuição das ações pelos eixos estratégicos do PDM evidencia a seguinte repartição: 87 ações no Eixo 1, 10 ações no Eixo 2, 21 ações no Eixo 3, 66 ações no Eixo 4 e 1 ação no Eixo 5.

O conjunto das 195 ações corresponde a um investimento global previsto superior a 722 milhões de euros. Da análise ao estado de execução (Anexo IV), verifica-se que 17% das ações se encontram concluídas, 19% estão em curso, 33 % não foram executadas e, para 30% das ações, não foi possível obter informação quanto ao seu estado de implementação.

Tabela 44 - Análise das propostas realizadas nos instrumentos de gestão territorial e sua materialização/concretização

Eixo	Nº de ações	Total de investimento	Execução			
			Executado	Não executado	Em curso	Sem inf.
Eixo 1	87	355.838.557 €	10	28	24	26
Eixo 2	10	30.898.060 €	0	1	0	9
Eixo 3	21	147.590.704,3 €	5	2	6	8
Eixo 4	66	181.594.915,44 €	17	30	8	11
Eixo 5	1	40.000 €	1	0	0	0
Vias	10	6.108.700 €	1	4	0	5
Total	195	722.070.936,7 €	41	68	28	59
%	-	-	17%	33%	19%	30%

Fonte: CMC

10.5.EIXOS PROGRAMÁTICOS

Cada ação programada traduz, à escala operacional, as opções estratégicas do Plano, assegurando a correspondência entre a visão de desenvolvimento territorial e a intervenção efetiva no território.

No quadro do Eixo 1 – Cascais, Território com Qualidade de Vida Urbana, as ações previstas incidem, sobretudo, na qualificação do espaço urbano, na melhoria da mobilidade e acessibilidade, na reestruturação e regeneração de áreas urbanas e na monitorização do ordenamento do território. Estas intervenções visam promover um modelo urbano mais compacto, policêntrico e funcional, reforçando a rede de espaços públicos, a proximidade aos equipamentos e serviços e a eficiência das infraestruturas urbanas, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de vida da população.

As ações enquadradas no Eixo 2 – Cascais, Território de Criatividade, Conhecimento e Inovação orientam-se para o reforço da competitividade territorial e da base económica do concelho, através da criação de condições favoráveis à fixação de atividades de elevado valor acrescentado, à dinamização de clusters económicos, ao desenvolvimento do ensino superior, da investigação e da inovação, bem como à valorização do turismo qualificado. Estas ações procuram potenciar o posicionamento estratégico de Cascais no contexto metropolitano e internacional, promovendo a atração de talento e investimento.

No âmbito do Eixo 3 – Cascais, Território de Valores Ambientais, as ações previstas assumem um papel estruturante na salvaguarda e valorização dos recursos naturais, na proteção da estrutura ecológica municipal e na promoção da sustentabilidade ambiental. Incluem-se neste eixo intervenções de requalificação ambiental, gestão sustentável da água e dos resíduos, adaptação às alterações climáticas, eficiência energética e monitorização ambiental, contribuindo para a redução das pressões sobre o território e para o reforço da resiliência ambiental do concelho.

Relativamente ao Eixo 4 – Cascais, Território Coeso e Inclusivo, as ações programadas visam responder às assimetrias territoriais e sociais existentes, promovendo a regeneração urbana, o acesso à habitação, o reforço da rede de equipamentos sociais, educativos, culturais e desportivos, bem como a melhoria das condições de acessibilidade e segurança. Estas intervenções procuram assegurar um território mais equilibrado, inclusivo e solidário, capaz de responder às necessidades de diferentes grupos sociais e gerações.

Por fim, no Eixo 5 – Cascais, Território de Cidadania Ativa, as ações previstas centram-se no reforço da governança territorial, da participação cívica e da proximidade entre a administração e os cidadãos. Incluem-se iniciativas de promoção da cidadania ativa, do voluntariado, da participação pública e da corresponsabilização dos diversos atores na

implementação das políticas territoriais, reforçando a transparência e a eficácia da ação municipal.

1. Cascais, território com qualidade de vida urbana	• Promover a compacidade e policentrismo do território; • Criar espaços públicos de qualidade e de proximidade; • Promover a conectividade territorial.
2. Cascais, território de criatividade, conhecimento e inovação	• Estimular a competitividade e a cooperação, criando novos nós de valor acrescentado; • Estimular a atividade económica de elevado perfil.
3. Cascais, território de valores ambientais	• Reduzir a pressão sobre os recursos; • Encorajar e facilitar a consciência ecológica.
4. Cascais, território coeso e inclusivo	• Apostar na diversidade social; • Fomentar a dinamização social inclusiva.
5. Cascais, território de cidadania ativa	• Impulsionar a democracia de proximidade

Figura 216 - Eixos Estratégicos e Objetivos do PDM

Fonte: PDM

Os eixos e objetivos territoriais encontram-se associados à operacionalização das orientações e políticas de ordenamento e de urbanismo, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável do concelho. O indicador de monitorização atribuído a cada objetivo, no âmbito do acompanhamento do PDM, constitui um elemento central de avaliação do progresso, assumindo-se como unidade de medida quantitativa ou qualitativa, que permite aferir o grau de concretização das metas estabelecidas no PDM.

Importa salientar que foram exclusivamente considerados os indicadores que transitaram da Matriz aprovada em 2016, constantes no Anexo IV, uma vez que estes foram os indicadores definidos para os eixos em questão.

Procede-se, de seguida, à avaliação do grau de concretização dos eixos e objetivos territoriais, com base na informação recolhida a partir das diversas fontes mencionadas ao longo do Relatório e sistematizadas nas fichas constantes em Anexo.

10.5.1. Análise de Tendências dos Eixos Estratégicos

Eixo 1: "Cascais, território com qualidade de vida urbana"



Para a avaliação do presente eixo foram definidos três objetivos territoriais, monitorizados através de 58 indicadores relacionados com a respetiva temática, visando a análise das ações cujo foco de intervenção se encontra associado à qualidade de vida urbana.

De forma global, este eixo evidencia uma **tendência positiva** no que respeita aos três objetivos definidos.

Foi apurada a tendência evolutiva crescente para 44 indicadores, decrescente para 11 e neutra para três deles.

Eixo 2: "Cascais, território de criatividade, conhecimento e inovação"



Para a avaliação do presente eixo foram definidos dois objetivos territoriais, monitorizados através de 9 indicadores associados à respetiva temática.

De forma global, este eixo evidencia uma **tendência positiva** relativamente aos dois objetivos estabelecidos.

Foi apurada uma tendência evolutiva positiva para todos os indicadores.

Eixo 3: "Cascais, território de valores ambientais"



Para a avaliação do presente eixo foram definidos dois objetivos territoriais, monitorizados através de 18 indicadores associados à respetiva temática.

Globalmente, este eixo evidencia uma **tendência positiva** relativamente aos dois objetivos estabelecidos.

Foi apurada uma tendência evolutiva positiva para 10 dos indicadores territoriais considerados, negativa para sete deles e neutra para um.

Eixo 4: "Cascais, território coeso e inclusivo"



Para a avaliação do presente eixo foram definidos dois objetivos territoriais, monitorizados através de 25 indicadores associados à respetiva temática.

De forma global, este eixo evidencia uma **tendência decrescente** relativamente aos dois objetivos estabelecidos.

Foi apurada uma tendência evolutiva negativa para 11 indicadores, positiva para oito, e seis indicadores apresentam carácter neutro.

Eixo 5: "Cascais, território de cidadania ativa"



Para a avaliação do presente eixo foram definidos dois objetivos territoriais, monitorizados através de 2 indicadores associados à respetiva temática.

Globalmente, este eixo evidencia uma **tendência positiva** relativamente aos 2 objetivos estabelecidos.

10.5.2. Conclusão das Tendências dos Eixos Territoriais

Da análise efetuada conclui-se que, a avaliação global dos eixos territoriais é, de forma geral, positiva, encontrando-se alinhada com o preconizado nos eixos estratégicos do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor.

Dos 112 indicadores definidos, 73 apresentam tendência ascendente, 10 evidenciam uma tendência estabilizada e 29 registam tendência descendente.

Tabela 45- Síntese de indicadores de cada Eixo Estratégico

Eixo Estratégico	Total de Indicadores definidos	Positivos	Negativos	Neutros
Eixo 1	58	44	11	3
Eixo 2	9	9	0	0
Eixo 3	18	10	7	1
Eixo 4	25	8	11	6
Eixo 5	2	2	0	0
Total	112	73	29	10

Fonte: CMC Em suma, a monitorização e avaliação do PDM, ainda que num processo relativamente recente, têm vindo a promover uma mudança cultural significativa na gestão e acompanhamento do território. A disponibilização sistemática de informação, quer a nível interno quer externo, revela-se determinante para assegurar um processo de monitorização anual consistente, eficaz e robusto.

10.6. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O presente capítulo tem como finalidade proceder à avaliação do grau de execução das medidas propostas no Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica³² (AAE). A avaliação de programas e planos constitui um instrumento de política de ambiente que apoia o processo de tomada de decisão, promovendo a integração das questões ambientais nas opções estratégicas.

Entre os principais objetivos da AAE destaca-se a promoção da reflexão e do debate em torno da dimensão ambiental e da perspetiva da sustentabilidade, funcionando igualmente como um sistema de alerta para riscos potenciais e como mecanismo de identificação de oportunidades ambientais associadas às ações propostas. Importa salientar que tais ações comportam não apenas impactes ambientais, mas também impactes económicos relevantes para o território.

³² A oportunidade para a avaliação ambiental estratégica de Planos e Programas, é um processo obrigatório, encontra-se consagrado na legislação nacional com a publicação do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, diploma que transpõe a Diretiva nº 2001/42/CE, de 25 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, com os regulamentos da Avaliação Ambiental (AA) posteriormente introduzidos pelo Decreto –Lei 316/2007, de 19 de setembro, modificado pelo Decreto-Lei 46/2009, de 20 de fevereiro.

A AAE do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cascais adotou a metodologia desenvolvida por Partidário³³, a qual visa integrar considerações de sustentabilidade nas decisões estratégicas de longo prazo do PDM, bem como validar as recomendações formuladas através de processos de consulta pública e institucional.

Esta abordagem centra-se na identificação de Fatores Críticos para a Decisão (FCD), evidenciando os principais riscos e oportunidades para um desenvolvimento sustentável que possam emergir da implementação do Plano. Paralelamente, estabelece orientações para o planeamento, gestão e monitorização, bem como um quadro de governação que enquadra a execução e revisão do PDM. Deste modo, procura assegurar que os riscos potenciais sejam minimizados ou evitados e que as oportunidades de longo prazo associadas ao Plano sejam plenamente concretizadas.

Os FCD constituem, assim, a estrutura basilar da Avaliação Ambiental Estratégica, representando temas integradores e determinantes para o desempenho ambiental e para a sustentabilidade do território. A sua definição e consideração nas decisões estratégicas são fundamentais para orientar a atenção para os aspetos mais relevantes do desenvolvimento territorial de Cascais, permitindo aferir em que medida a estratégia do PDM responde de forma adequada a essas questões críticas.

Na elaboração da AAE, foram identificados quatro FCD:

Tabela 46 - Fatores Críticos para a Decisão

FCD	Objetivo / Descrição de âmbito
FCD 1 - Requalificação Territorial e mobilidade	Avalia o modo como o PDM aborda a dispersão territorial e a qualificação do espaço público em território compacto, a renovação de territórios degradados na estrutura mobilidade funções territoriais, como promove a construção sustentável e a eficiência energética.
FCD 2 - Coesão e Inclusão	Avalia o contributo do PDM na redução da pobreza e eliminação de assimetrias sociais, estímulo a novos estilos de vida saudáveis, promoção do empreendedorismo social, equidade no acesso ao espaço público, equipamentos e serviços municipais.
FCD 3 - Riscos e Alterações Climáticas	Avalia o modo como o PDM adota medidas de adaptação face às ameaças geradas pelas alterações climáticas, designadamente riscos de cheia e subida do nível do mar, bem como outros riscos naturais e tecnológicos
FCD 4 - Marca Cascais	Avalia o contributo do PDM em reforçar a identidade municipal, o valor dos recursos naturais como um ativo para gerar valor acrescentado, a atração de empresas de elevado perfil e população jovem qualificada, a competitividade municipal face a outros municípios da AML.

Fonte: Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica (RAAE)

³³ Partidário, M.R. (2012). "Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica -orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE", Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente / Redes Energéticas Nacionais. Disponível em <http://www.iaia.org/publicdocuments/special-publications/Guia%20AAE.pdf>

Com vista à avaliação da progressão dos indicadores e, consequentemente, dos respetivos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), procedeu-se à análise das tendências, com base nas variações dos resultados apurados através dos indicadores definidos na Matriz de 2016, conforme consta do Anexo V.

Apresentam-se, de seguida, os principais resultados obtidos por Fator Crítico para a Decisão.

FCD 1 – Requalificação Territorial e mobilidade



Este FCD visa avaliar de que forma o PDM responde à dispersão territorial e promove a qualificação do espaço público num território mais compacto, bem como a renovação de áreas degradadas, a estruturação da mobilidade e das funções territoriais, e ainda a promoção da construção sustentável e da eficiência energética.

Foram identificados 28 indicadores associados a este FCD. A análise efetuada permite concluir que o mesmo apresenta uma **tendência global ascendente**, com 17 dos indicadores a revelarem uma tendência positiva, oito uma tendência negativa e os restantes três uma tendência neutra.

FCD 2 - Coesão e Inclusão



Este FCD pretende avaliar o contributo do PDM para a redução da pobreza e eliminação de assimetrias sociais, a promoção de estilos de vida saudáveis, o estímulo ao empreendedorismo social e a garantia de equidade no acesso ao espaço público, a equipamentos e a serviços municipais.

Foram identificados 38 indicadores no âmbito deste FCD. A análise realizada evidencia uma **tendência global ascendente**. Verificou-se a existência de tendência evolutiva positiva em 21 indicadores, uma tendência negativa em 14 e três neutros.

FCD 3 - Riscos e Alterações Climáticas



Este FCD tem como objetivo avaliar o modo como o PDM integra medidas de adaptação às ameaças decorrentes das alterações climáticas, designadamente os riscos de cheia e de subida do nível do mar, bem como outros riscos de natureza natural e tecnológica.

Foram identificados 18 indicadores associados a este domínio. A análise efetuada revela uma **tendência global ascendente**. Foram apurados nove indicadores com tendência evolutiva positiva, sete apresentam tendência negativa e dois neutros.

FCD 4 - Marca Cascais



Este FCD visa avaliar o contributo do PDM na valorização da identidade municipal, no reforço do papel dos recursos naturais enquanto ativos estratégicos geradores de valor acrescentado, na atração de empresas de elevado perfil e de população jovem qualificada,

bem como no reforço da competitividade do concelho no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

Foram identificados 28 indicadores no âmbito deste FCD. Constatou-se que o mesmo apresenta uma **tendência global positiva**, verificando-se tendência evolutiva positiva em 27 dos indicadores definidos, sendo que apenas um apresenta uma tendência negativa.

10.6.1. Conclusão das Tendências dos Fatores Críticos para a Decisão

A análise dos resultados obtidos evidencia uma **tendência global positiva**, permitindo concluir que o Plano se encontra, de forma geral, em conformidade com as normativas ambientais aplicáveis e contribui para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Em termos práticos, tal traduz-se na adoção de políticas e medidas no âmbito do PDM que promovem a conservação dos recursos naturais, a mitigação de impactes ambientais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Não obstante, importa salientar que subsiste ainda um percurso a desenvolver no que respeita ao reforço e consolidação da base de informação disponível, conforme evidenciado na síntese apresentada na Tabela 43.

Tabela 47 - Síntese dos Indicadores de cada Fator crítico para a decisão

FCD	Total de Indicadores definidos	Positivos	Negativos	Neutros
FCD#1	28	17	8	3
FCD#2	38	21	14	3
FCD#3	18	9	7	2
FCD#4	28	27	1	0
Total	112	74	30	8

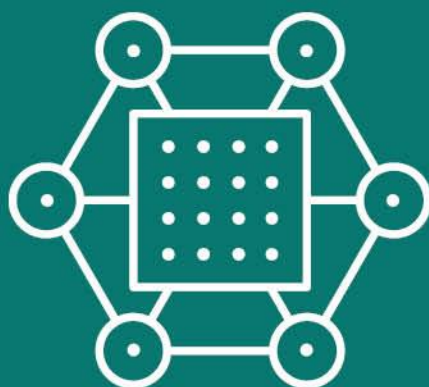
Fonte: CMC

No conjunto dos quatro Fatores Críticos para a Decisão (FCD), foram definidos 112 indicadores. Verifica-se que todos os FCD apresentam uma tendência global ascendente, o que sustenta uma apreciação global positiva do processo de monitorização.

A utilização de indicadores comuns à monitorização do PDM e à AAE revela-se particularmente relevante, na medida em que potencia ganhos de eficiência na recolha e análise de dados, promovendo uma articulação mais eficaz entre o planeamento territorial e a avaliação dos efeitos ambientais estratégicos. Tal abordagem contribui para um acompanhamento mais integrado, coerente e consistente da implementação do Plano no território.

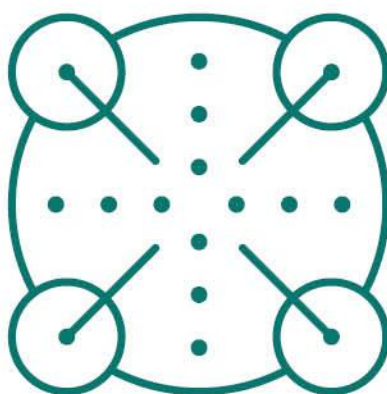
Parte IV

Reflexões e Propostas para a Revisão do PDM



11.

Reflexões e propostas



A sociedade atual vive um processo de transformação constante e acelerada, impulsionada por avanços tecnológicos, alterações culturais e novas exigências ambientais e urbanísticas. A velocidade destas mudanças tem vindo a expor as limitações dos modelos tradicionais de regulamentação, que assentam em documentos rígidos e processos demorados, tornando-se cada vez menos eficazes para responder às necessidades emergentes. Os instrumentos de gestão territorial, como o Plano Diretor Municipal (PDM), são essenciais para orientar o desenvolvimento territorial, mas enfrentam o desafio de equilibrar a estabilidade normativa com a flexibilidade necessária para acompanhar as exigências contemporâneas.

O PDM de Cascais, revisto e aprovado em 2015, assinalou um momento determinante na organização do território municipal. Desde a sua implementação, o documento passou por diversas alterações e adaptações, motivadas tanto por alterações legislativas nacionais como pela necessidade de integrar soluções inovadoras para desafios urbanos, ambientais e sociais cada vez mais complexos. Destaca-se, neste percurso, a atualização realizada em 2023, que reflete o empenho do município em alinhar-se com as normas legais e as melhores práticas de planeamento.

Contudo, mesmo com estas alterações, começam a notar-se sinais de desatualização face à realidade presente. Novos desafios, como a digitalização da economia, o crescimento sustentável, a mobilidade inteligente, a resposta às alterações climáticas e o surgimento de novos modelos habitacionais, exigem abordagens mais rápidas, flexíveis e integradas. A rigidez dos parâmetros originalmente estabelecidos, muitas vezes desenhados para contextos entretanto ultrapassados, pode dificultar a adoção de soluções inovadoras e limitar o potencial de desenvolvimento local.

Para que o PDM mantenha a sua relevância, é fundamental adotar um modelo de atualização dinâmica e contínua, capaz de incorporar aprendizagens recentes, envolver a participação da comunidade e antecipar tendências futuras. A agilidade no aperfeiçoamento dos instrumentos de planeamento deve potenciar a capacidade de resposta do município aos desafios emergentes e às oportunidades de desenvolvimento, sem comprometer o rigor técnico.

Deste modo, a revisão do PDM deve seguir uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, envolvendo a população, especialistas, entidades públicas e privadas, e privilegiando mecanismos que permitam acompanhar em tempo real as transformações sociais e urbanísticas. Só assim se garante que Cascais continua na vanguarda do desenvolvimento sustentável, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar coletivo, sem ficar refém de paradigmas ou normas desfasadas da realidade.

Neste contexto, considera-se que o futuro PDM Cascais deve assentar em cinco pilares fundamentais:

- **Digitalização da economia e da governança:** A aposta em infraestruturas tecnológicas avançadas permitirá a Cascais atrair empresas inovadoras, estimular o empreendedorismo local e facilitar o acesso a serviços digitais integrados. A transição para uma economia digital amplia oportunidades económicas e melhora a eficiência e transparência dos processos municipais. O município já dispõe de várias plataformas digitais, cuja evolução contínua é essencial para atender à crescente procura de munícipes e investidores.
- **Crescimento sustentável:** Implica promover práticas urbanísticas que conjuguem proteção dos recursos naturais, dinamização económica e bem-estar da comunidade. O futuro PDM deve incentivar a eficiência energética, a gestão eficiente da água, a preservação do património natural e cultural, e a valorização dos espaços verdes. A preservação do centro histórico, através de Planos de Salvaguarda e a revitalização de alguns espaços centrais assumem-se fundamentais, assim como o controlo do comércio que afeta o ambiente urbano e a memória local³⁴. Métodos como a instalação de poços de recolha de água pluvial e a renaturalização das ribeiras urbanas são exemplos de medidas práticas para uma gestão sustentável.
- **Mobilidade inteligente:** É crucial investir em soluções que articulem diferentes modos de transporte, privilegiando a mobilidade suave, transportes públicos em rede e o recurso a tecnologias digitais. A promoção de redes cicláveis e pedonais e a integração de dados em tempo real contribuirão para uma mobilidade mais inclusiva, segura e sustentável. A criação de bairros de vizinhança fortalece a economia local e reduz deslocações desnecessárias, favorecendo a inclusão social e a diminuição da pegada ecológica.
- **Adaptação às alterações climáticas:** Esta deve estar no centro das políticas territoriais, com planeamento de infraestruturas resilientes, requalificação de zonas vulneráveis e implementação de medidas de mitigação, como a arborização urbana, corredores ecológicos e gestão preventiva de riscos naturais. A continuação da requalificação das ribeiras assume um papel fundamental na resposta a estes desafios.
- **Novos modelos de habitação:** Exige-se uma abordagem inovadora, capaz de responder à diversidade das necessidades dos habitantes, promovendo soluções flexíveis, acessíveis e inclusivas. Projetos de arrendamento (Built to Rent), cohousing, habitação colaborativa, edifícios inteligentes e reabilitação de áreas urbanas

³⁴ Através do regime jurídico instituído pelo “Licenciamento Zero”, o Estado procedeu à simplificação do acesso e exercício de atividades de comércio, prestação de serviços e restauração, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e outros condicionamentos prévios à instalação dos respetivos estabelecimentos comerciais. Por conseguinte, os municípios passaram a dispor neste âmbito, apenas, de poderes de fiscalização sucessiva. Não obstante reconhecer-se o mérito da iniciativa legislativa em vários domínios, nomeadamente ao nível da agilidade processual e redução de custos para os empresários, tais medidas vieram a favorecer a proliferação de determinados tipos de estabelecimentos, como por exemplo lojas de “souvenirs” e lojas de unhas, potenciando o desaparecimento de lojas históricas e a degradação do ambiente urbano e da identidade local que se pretendem salvaguardar.

degradadas devem ser incentivados, com o objetivo de garantir habitação digna e fomentar comunidades mais coesas e participativas.

Em síntese, o futuro PDM Cascais deve ser um instrumento ágil, dinâmico e visionário, capaz de mobilizar recursos, conhecimento e vontade coletiva ao serviço de um desenvolvimento urbano sustentável, inteligente e ajustado aos desafios do século XXI.

Propõe-se, assim, revisitar as opções tomadas, analisar os seus impactos e apresentar recomendações que promovam uma maior resiliência e adaptação do PDM. O objetivo primordial é garantir que o ordenamento do território de Cascais se mantenha dinâmico, inclusivo e preparado para antecipar os desafios do futuro, valorizando sempre a qualidade de vida dos habitantes e a sustentabilidade do concelho

11.1. MOBILIDADE

O agravamento do trânsito pendular, tanto nos movimentos diários de entrada e saída do concelho (sentido Este-Oeste) como nas ligações entre o interior urbano e as estações de comboio (sentido Norte-Sul), reflete não só as dinâmicas de crescimento populacional mas também a ineficácia crescente das infraestruturas existentes. A pressão sobre as vias principais resulta num círculo vicioso de congestionamento, atrasos constantes e perda de qualidade de vida para quem depende de deslocações regulares, seja para trabalhar, estudar ou aceder a serviços essenciais.

O aumento da população veio agravar desequilíbrios já existentes. Ao mesmo tempo, a degradação do serviço ferroviário, marcada por obras recorrentes e falta de interface eficaz com outros modos de transporte, contribui para um afastamento progressivo do comboio enquanto alternativa viável. Consequentemente, mais pessoas optam pelo automóvel particular, sobrecarregando ainda mais as infraestruturas rodoviárias e, em particular, os únicos 2 eixos de distribuição Este-Oeste existentes – a Av. Marginal e a A5.

Vias Longitudinais Norte e Sul (VLN e VLS)

A atual rede de transportes da região apresenta deficiências não apenas nas ligações norte-sul, mas também nas vias longitudinais, ou seja, nas ligações ao longo do eixo da A5, tanto a norte como a sul. O resultado é uma circulação excessiva nos núcleos urbanos, com impactos negativos na qualidade de vida, no tempo de deslocação e na segurança rodoviária.

Torna-se fundamental, portanto, avançar com a implementação da Via Longitudinal Sul (VLS) e da Via Longitudinal Norte (VLN). Estas infraestruturas foram pensadas para canalizar o tráfego de atravessamento, incluindo veículos pesados e viaturas de recolha de resíduos, de modo a evitar trajetos forçados pelos centros das localidades. O objetivo é promover maior

fluidez na circulação e reduzir o ruído, a poluição e os riscos associados ao intenso trânsito nas áreas residenciais.

O facto de a A5 ser portajada representa um obstáculo financeiro significativo, sobretudo para quem precisa de a utilizar diariamente, forçando condutores a procurar vias secundárias que, não estando preparadas para fluxos tão intensos, rapidamente se saturam e perdem eficiência. Esta limitação estrutural revela a necessidade urgente de diversificar e reforçar a rede viária, tornando inevitável a conclusão das Vias Longitudinais Norte e Sul (VLN e VLS), planeadas há muito mas ainda incompletas devido a uma teia de constrangimentos.

O atraso na conclusão destas vias resulta, sobretudo, dos desafios associados à aquisição de terrenos, que envolve não só negociações com privados, mas também eventuais processos de expropriação, ambos demorados e financeiramente exigentes. Em áreas densamente urbanizadas, a existência de bairros consolidados dificulta a criação de novos corredores viários.

Para além do fator social, também a componente técnica é desafiante: a orografia local obriga frequentemente à construção de viadutos e passagens elevadas sobre vales e ribeiras, obras de engenharia de elevada complexidade e custo. Para além disso, a ambição de dotar estas vias de faixas específicas para transportes públicos, ciclovias e passeios obriga a previsões de largura substanciais, nem sempre exequíveis em toda a extensão, mas indispensáveis para responder aos desafios da mobilidade sustentável.

A somar a tudo isto, subsiste uma teia burocrática – processos de licenciamento, articulação entre diferentes níveis de administração pública – que retarda decisões e encarece intervenções. Também o financiamento se revela um teste à capacidade de mobilização de recursos.

Apesar de todos estes entraves, a conclusão das VLN e VLS é vital para descongestionar o trânsito, promover a integração modal e preparar o concelho para os desafios de mobilidade das próximas décadas.

Nós da A5

Para potenciar ainda mais a eficácia destas medidas, é essencial a criação de dois novos nós de acesso na A5. O primeiro localiza-se junto ao Aeródromo, infraestrutura estratégica que carece de melhor acessibilidade rodoviária, quer para utilizadores regulares, quer para serviços de emergência e logística. O segundo nó deverá situar-se no limite nascente do concelho, na zona de Polima, permitindo uma distribuição mais equilibrada do trânsito e facilitando o acesso a novas áreas de desenvolvimento urbano.

A situação de congestionamento em S. Domingos de Rana não apenas causa atrasos significativos e aumentos do tempo de deslocação, como contribui para a deterioração da qualidade de vida das pessoas que dependem diariamente deste acesso.

O nó de S. Domingos de Rana/Carcavelos, longe de ser apenas um ponto de passagem, é um autêntico gargalo que trava a fluidez de todo o sistema viário da região, apesar das várias soluções que têm vindo a ser introduzidas.

Em Tires, a situação tem vindo a agravar-se devido ao aumento do tráfego proveniente das zonas circundantes. A proposta de construção de novos nós na A5 surge como resposta, procurando redistribuir o tráfego e oferecer alternativas mais eficientes para o escoamento automóvel.

A implementação dos nós do Aeródromo e de Outeiro de Polima, previstos no Plano Diretor Municipal, representa uma oportunidade decisiva para reequilibrar os fluxos de trânsito, criar alternativas diretas e descongestionar os percursos mais sobrecarregados. Estes novos acessos permitiriam distribuir melhor o tráfego, facilitando a entrada e saída para diversas zonas residenciais e empresariais, promovendo maior eficiência na mobilidade urbana e, consequentemente, um acréscimo no bem-estar de quem vive e trabalha no concelho.

Além disso, a concretização destas infraestruturas poderia incentivar o uso de transportes públicos e modos suaves de deslocação, ao aliviar pontos de pressão e tornar o sistema viário mais funcional para todos. Assim, investir nestes nós não é apenas uma resposta ao presente, mas também uma aposta num futuro mais sustentável, integrado e acessível para toda a comunidade local.

A Avenida Marginal, por sua vez, depara-se com limitações físicas que impossibilitam o seu alargamento. Neste contexto, uma alternativa de ciclovias ainda que não coincidentes com a avenida torna-se imperativa.

O encerramento definitivo da passagem de nível em S. João é outra questão crítica. A ausência de alternativas adequadas pode comprometer a fluidez do trânsito local. Sem a possibilidade de desviar o traçado para junto do Parque das Gerações, é necessário visitar a solução previamente apresentada, próxima do Parque Urbano da Quinta da Carreira, assegurando que o espaço verde e o estacionamento entretanto construído não sejam prejudicados.

A conclusão da 2ª Circular de Cascais é um dos projetos há muito aguardado. Esta via, que começa na Av. Infante D. Henrique, atravessa a Av. Raúl Solnado e chega à rotunda de Santana, junto ao Hospital da CUF, deveria estender-se até ao Outeiro da Vela, assegurando posteriormente a ligação à Av. de Sintra.

O principal obstáculo a esta expansão é o vale da Ribeira das Vinhas, que dificulta a continuidade do traçado. Atualmente, apenas a Av. 25 de Abril cruza esta ribeira no centro de Cascais, enquanto a 3ª Circular o faz a mais de dois quilómetros de distância, ainda mais a norte, a travessia pela A5 não serve o trânsito urbano. Por isso, uma nova travessia da Ribeira das Vinhas é vital, não só para a circulação automóvel, mas também para os residentes da Pampilheira, Bairro do Rosário, Cobre, Bairro de S. José e Fontainhas. Tal infraestrutura garantiria ligações pedonais e de TP, unindo comunidades que, até agora, permanecem separadas por barreiras naturais. A inexistência desta solução representa uma lacuna que urge colmatar. O estudo de tráfego já efetuado assim o demonstra.

O diagnóstico mostra que há múltiplos pontos onde o trânsito não flui adequadamente. Cada situação exige uma análise específica e soluções adaptadas à realidade local. O envolvimento da comunidade, a consulta a especialistas e o planeamento a longo prazo são essenciais para garantir que as intervenções respondam às necessidades reais do município.

Transportes Públicos

É fácil perceber que deverá existir uma abordagem integrada onde os Transportes Públicos se apresentem não apenas como uma opção, mas como a escolha mais lógica, confortável e rápida. Esta transformação só será possível com a implementação de interfaces nas periferias e infraestruturas eficazes e exclusivas para autocarros, como as vias dedicadas, que permitem ao transporte público escapar aos congestionamentos que imobilizam os veículos individuais.

No entanto, a rede viária existente, nomeadamente no sentido Norte-Sul, e nos oito eixos principais dos TP, onde estes corredores exclusivos são primordiais, não têm dimensão suficiente pelo que nunca foi possível implementar a solução.

E o problema persiste porquanto somos demasiado dependentes da única solução eficaz mobilidade pendular: o comboio.

Há, pois, que, no âmbito do planeamento urbano encontrar soluções diferenciadas.

Atualmente, a linha de comboio encontra-se totalmente isolada, sem qualquer ligação funcional ao restante sistema ferroviário nacional. Esta situação limita severamente o seu potencial de serviço à população, tornando-a subaproveitada e marginalizada face às necessidades reais de mobilidade dos munícipes.

A ligação desta linha à rede principal, em particular através da reposição da ligação entre Alcântara-Mar e Alcântara-Terra, apresenta-se como uma medida estratégica fundamental. Esta ligação ao Rossio permitiria criar alternativas de deslocação, reduzindo a dependência de transporte individual e contribuindo para a diminuição do congestionamento rodoviário.

Apesar de a zona de intervenção ultrapassar a esfera de ação direta do município, o impacto positivo nas deslocações diárias dos habitantes seria inegável.

A esmagadora maioria das infraestruturas viárias existentes não foi concebida para incluir vias dedicadas ao transporte público. Esta limitação acarreta custos significativos não só em termos financeiros, mas também no tempo de resposta dos serviços, deteriorando a eficiência e tornando o transporte coletivo menos atrativo para os utilizadores. O resultado é um ciclo persistente de preferência pelo transporte individual e consequente congestionamento, poluição e desigualdade no acesso à mobilidade.

Perante este cenário, torna-se imprescindível adotar uma postura inovadora e procurar alternativas eficazes que superem estes obstáculos. Entre as possíveis soluções, destaca-se a implementação de sistemas inteligentes de gestão do tráfego, que priorizem o transporte coletivo através de semáforos adaptativos e corredores flexíveis, sem a necessidade de grandes intervenções estruturais, ou mesmo outras como a implementação de teleféricos que podem circular por cima das vias existentes sem grandes investimentos financeiros.

É importante encontrar locais com centralidade para instalar interfaces – em Alcabideche, junto à A16 parece-nos um bom local – onde se possa construir silos automóveis que concentre os autocarros no R/C, com atividades económicas e estacionamento automóvel nos pisos superiores (lojas, cafés, coworking, etc.).

A flexibilidade na conceção do imóvel deverá ser uma preocupação programática de modo a poder adaptar-se às dinâmicas da região. Por exemplo, se algum dia se vier a optar pela solução de um teleférico como transporte público, deverá poder-se instalar aqui uma das estações.

Outra iniciativa relevante para melhorar a mobilidade pendular consiste na implementação do sistema BRT — uma via exclusiva na A5 dedicada a autocarros expresso –, que faria a ligação entre diferentes localidades do concelho e três pontos estratégicos de Lisboa: Sete Rios, Campo Grande e Parque das Nações.

Estacionamento

O município de Cascais oferece atualmente 100 minutos de estacionamento gratuito a todos os residentes. No entanto, a crescente pressão sobre o espaço público e os desafios ambientais inspiram a necessidade de repensar esta abordagem, tornando-a mais equilibrada, inclusiva e sustentável.

Sugere-se que o benefício dos 100 minutos de estacionamento grátis seja direcionado especificamente para residentes com mais de 50 anos (ou pessoas com mobilidade reduzida), enquanto os residentes mais jovens passariam a usufruir de incentivos

alternativos, nomeadamente minutos gratuitos de utilização de bicicletas elétricas ou trotinetas. Esta reformulação responderia a diferentes necessidades de mobilidade, promovendo-se simultaneamente a sustentabilidade ambiental e o descongestionamento dos espaços urbanos.

Ao transferir os minutos gratuitos do estacionamento para a utilização de bicicletas elétricas e trotinetas, o município incentiva hábitos de mobilidade sustentável entre os jovens. Esta alteração tem um duplo impacto: por um lado, reduz-se a dependência do automóvel nos centros urbanos, diminuindo o congestionamento e a poluição atmosférica; por outro, promove-se o uso de transportes limpos e eficientes, que ocupam menos espaço e facilitam a circulação em áreas de elevada densidade populacional.

A construção de silos automóveis deve ser incentivada em áreas densamente habitadas, designadamente nos centros históricos, de forma a se poder retirar os automóveis do espaço público potenciando-o para modos de vida mais sustentáveis e agradáveis. A remoção dos automóveis da superfície cria oportunidades para ampliar áreas verdes, instalar mobiliário urbano e dinamizar o comércio local. Estes silos automóveis multifuncionais podem integrar serviços culturais, espaços para mercados, zonas de lazer e até habitação, promovendo uma ocupação mais racional do território.

O atual regulamento do PDM refere que só as áreas de estacionamento abaixo do solo não são contabilizáveis para efeitos de índices. Reconhecendo que a construção no subsolo pode ser excessivamente cara propõe-se que sejam encontrados outros mecanismos de controlo de edificabilidade para silos acima do solo.

11.2. URBANISMO

Clarificar parâmetros urbanísticos

A flexibilização de regras no domínio urbanístico permitiu uma aplicação mais ajustada a contextos específicos. Contudo, a ausência de parâmetros fixos e a aposta numa leitura morfotológica colocaram exigências acrescidas à capacidade técnica de todos os intervenientes introduzindo um grau de incerteza regulatória.

Por outro lado, esta experiência tornou evidente a necessidade de conjugar flexibilidade com clareza e previsibilidade. O surgimento do Atlas Urbanístico surge, assim, como uma resposta inovadora, proporcionando, a todos os agentes, informação detalhada e atualizada sobre os parâmetros em vigor em cada frente de rua. Com uma plataforma digital acessível em tempo real, cada interessado passará a conhecer, de forma transparente, as balizas para intervir em cada quarteirão.

Espera-se, com este instrumento, uma significativa redução da burocracia e dos conflitos de interpretação, promovendo confiança e previsibilidade no processo urbanístico.

Outra questão relevante diz respeito ao rigor dos dados estatísticos, que a atual plataforma SPO não consegue assegurar. Na prática, a informação relativa aos processos urbanísticos é introduzida por vários utilizadores, sem que exista uma estrutura de campos obrigatórios, normalizados ou validados. Esta ausência de critérios uniformes conduz à existência de processos incompletos, com dados em falta ou até com informações contraditórias. Como consequência, a fiabilidade da base de dados fica comprometida e torna-se significativamente mais difícil realizar análises consistentes, produzir indicadores precisos ou apoiar a tomada de decisão com base em evidência.

Defender o património dos Centros Históricos

O principal problema reside na uniformização de critérios que, ao não reconhecerem as especificidades históricas, construtivas e sociais dos Centros Históricos, têm permitido intervenções pouco sensíveis ao contexto, fragilizando a autenticidade e a integridade destes lugares únicos. A ausência de uma diferenciação clara nas normas fomenta a substituição de edifícios ou a introdução de tipologias dissonantes, comprometendo a continuidade do tecido urbano e a leitura dos valores identitários que caracterizam estas áreas.

Além disso, a pressão imobiliária e o interesse económico, aliados a uma regulamentação permissiva ou genérica, favorecem transformações profundas, muitas vezes irreversíveis, com a proliferação de volumetrias desajustadas ou usos inadequados que descaracterizam a ambiência dos Centros Históricos.

É fundamental, por isso, criar um quadro regulatório verdadeiramente adaptado à tutela dos Centros Históricos, que valorize a sua singularidade e imponha restrições específicas e criteriosas. Tal passa pela identificação rigorosa dos valores patrimoniais em presença e pela eventual obrigatoriedade de avaliações de impacto patrimonial para qualquer intervenção. Só assim se garantirá que as pequenas ampliações ou adaptações autorizadas não põem em causa a integridade do conjunto e que as transformações obedecem a uma lógica de salvaguarda e reforço da identidade local.

A participação ativa dos munícipes, associações de defesa do património e especialistas deve ser incentivada em todo o processo de revisão do PDM, de modo a assegurar que as normas resultantes reflitam uma visão partilhada e um compromisso coletivo com o futuro destes centros. Cascais pode, assim, afirmar-se como exemplo de equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, valorizando o seu património construído não como obstáculo, mas como recurso fundamental para uma vivência urbana qualificada, sustentável e portadora de memória.

Baixar o preço da habitação

Nas últimas décadas, tem-se verificado um decréscimo acentuado na construção habitacional em Cascais. Este abrandamento na promoção de nova habitação, conjugado com uma procura crescente, resultou numa escalada dos preços por metro quadrado, tornando a aquisição ou arrendamento de habitação cada vez mais inacessível para grande parte da população.

A discussão sobre como inverter esta tendência tem sido marcada por uma tensão entre o desejo de conter a expansão do solo urbano – de modo a preservar áreas agrícolas, florestais e naturais, bem como a reduzir os custos de infraestrutura e os impactos ambientais – e a necessidade imperiosa de aumentar a oferta habitacional.

Para responder a este duplo desafio, é necessário adotar uma abordagem integrada que promova uma gestão criteriosa do território, aliada a políticas urbanísticas inovadoras e socialmente responsáveis. Uma das soluções passa pelo aumento da densidade habitacional em áreas já urbanizadas, através do desenvolvimento de projetos de habitação multifamiliar. A densificação urbana consiste no aproveitamento mais eficiente do espaço disponível dentro dos limites urbanos, promovendo a construção de edifícios de maior volumetria, a reconversão de áreas subutilizadas e o incentivo à utilização de terrenos devolutos. Este processo permite, por um lado, dividir o custo do solo – tradicionalmente um dos principais fatores de valorização imobiliária – por um número maior de habitações, o que, em teoria, poderá conduzir a uma descida do preço por metro quadrado. Além disso, beneficia da infraestrutura já existente, evitando duplicações de investimento público e privado em redes de água, saneamento, eletricidade e transportes.

Importa, contudo, salientar que a densificação, para ser eficaz e sustentável, deve ser planeada e regulada de forma a evitar problemas de congestionamento, pressão sobre equipamentos, serviços públicos, degradação ambiental e as referidas infraestruturas.

Paralelamente ao objetivo de tornar a habitação mais acessível, a densificação urbana deve ser encarada como uma oportunidade para repensar o modelo de cidade e promover novas centralidades. Um dos grandes desafios das cidades contemporâneas é a dispersão das funções urbanas: habitação, trabalho, comércio, educação, saúde e lazer encontram-se frequentemente afastados, o que obriga à realização de deslocações diárias, contribui para o trânsito, poluição, perda de tempo, e redução da qualidade de vida.

Ao concentrar mais habitantes por unidades de vizinhança, a densificação gera massa crítica suficiente para sustentar uma oferta diversificada de serviços e de pequeno comércio de proximidade.

Além disso, mecanismos de incentivo à construção de habitação a custos controlados, seja por via de parcerias público-privadas, seja por cooperativas, podem criar um mercado mais equilibrado e acessível aos cascalenses. O município poderá ainda recorrer a instrumentos de planeamento que interliguem políticas de mobilidade sustentável, acessibilidade e proximidade aos serviços, garantindo uma oferta habitacional que responda às necessidades reais da população local.

A aposta na construção de habitação pública deverá assim continuar pelos próximos anos. Esta política, ao colocar fogos no mercado, ainda que somente para arrendamento, é também parte significativa da solução para a redução do preço por m² da habitação.

Ao aumentar a oferta de casas acessíveis, Cascais contribui diretamente para atenuar a pressão sobre o mercado imobiliário, promovendo maior equilíbrio entre oferta e procura. Este efeito tende a criar um ambiente mais favorável à fixação de famílias e à renovação demográfica, essenciais para a vitalidade social e económica do concelho. A aposta no arrendamento acessível demonstra também uma preocupação estratégica, permitindo uma maior mobilidade habitacional e ajustando-se à realidade de diferentes perfis de moradores.

Importa ainda salientar que estas construções potenciam a resolução de outras carências estruturais em Cascais, ao permitir a atribuição de casas com rendas acessíveis a jovens e a profissões que fazem parte da estratégia de desenvolvimento do concelho: médicos de família, enfermeiros, professores, polícias, entre outros.

A inclusão destes grupos na política de habitação pública faz parte de uma visão integrada do desenvolvimento local.

Em suma, a continuação da aposta na construção de habitação pública em Cascais representa uma resposta multifacetada aos desafios da atualidade, com impactos positivos ao nível do mercado imobiliário, da coesão social e do desenvolvimento estratégico do território.

Concluir os processos de reconversão das AUGI

As Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) começaram a instalar-se no concelho principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Esse fenómeno surgiu como resposta direta à forte carência habitacional sentida na região, motivada por vários fatores, entre eles o intenso fluxo migratório proveniente de outras zonas do país. Muitos indivíduos, atraídos pela procura de melhores condições de vida e emprego, fixaram-se nas periferias urbanas sem que existisse uma política habitacional adequada capaz de dar resposta à crescente procura. Nesse período, a responsabilidade pelo licenciamento de loteamentos recaía exclusivamente sobre o governo central, o que resultava em processos burocráticos longos e ineficazes, agravando a dificuldade de acesso à habitação legalizada.

Foi apenas em 1993 que se criou legislação específica para tentar resolver o problema das AUGI, reconhecendo a necessidade de integrar estes territórios na malha urbana de forma regularizada. Apesar de terem ocorrido, posteriormente, duas grandes alterações legislativas com o objetivo de agilizar e facilitar os processos de legalização, muitos destes bairros continuam, ainda hoje, sem uma solução definitiva.

A agilização dos procedimentos depende, em larga medida, da revisão e simplificação da legislação, tornando-a mais clara, acessível e adaptada às realidades locais. Essa atualização deve também prever mecanismos flexíveis que permitam a resolução célere das situações pendentes, sem perder de vista a necessidade de garantir padrões mínimos de qualidade urbanística, ambiental e social.

A persistência de situações irregulares resulta de múltiplas complexidades, como a sobreposição de interesses, dificuldades técnicas, questões de propriedade do solo e, sobretudo, a falta de organização coletiva entre os próprios residentes.

A ausência de estruturas representativas eficazes dificulta o avanço dos processos de reconversão urbana, pois exige que um número significativo de moradores esteja envolvido, informado e disposto a colaborar. Muitas vezes, a dispersão de proprietários, o desconhecimento dos procedimentos e as divergências internas impedem consensos necessários para avançar com a legalização.

Perante este cenário, uma das soluções que tem vindo a ser discutida é o reforço do papel do município no processo. Ao assumir tarefas técnicas, administrativas e de mediação, a autarquia pode desbloquear etapas fundamentais, minimizando algumas das barreiras que têm impedido o progresso.

Esta abordagem pode incluir, por exemplo, a elaboração de projetos de reconversão, o apoio jurídico aos moradores, a negociação com entidades públicas e privadas, e a promoção de processos participativos que envolvam toda a comunidade, garantindo que a integração destas áreas se faz de forma justa, sustentável e harmoniosa com o restante tecido urbano.

Licenciar habitações dispersas

Apesar de não ser exclusivo, na área do Parque Natural Sintra Cascais há uma quantidade de habitações dispersas que, apesar de serem anteriores ao referido Plano, não têm sido acolhidas ou licenciadas. Esta questão deixa sem qualquer segurança jurídica muitos proprietários.

O ICNF encontra-se a transformar o Plano do PNSC em Programa. Esta alteração implica que o Regulamento do POPNSC não poderá conter disposições que condicionem ou obriguem diretamente os particulares. No entanto obrigará a que essas mesmas condicionantes e obrigações sejam incorporadas no PDM Cascais que, este sim, os imputará aos particulares.

Neste contexto, torna-se fundamental promover um debate alargado entre as diferentes entidades envolvidas – autarquia, ICNF, associações ambientalistas, associações de proprietários e populações locais – para que as soluções a implementar sejam realistas, equilibradas e capazes de salvaguardar o património construído, bem como a integridade ambiental da região. O reconhecimento destas habitações, muitas vezes associadas a modos de vida tradicionais e a uma ocupação humana sustentável do território, não pode ser feito sem considerar os riscos inerentes, em especial os que decorrem dos incêndios florestais.

Assim, será indispensável definir critérios claros para a regularização destas construções, tendo em conta fatores como a antiguidade dos edifícios, o seu enquadramento paisagístico, o acesso a infraestruturas básicas e a existência de planos de prevenção e combate a incêndios. Poderão ser criados instrumentos de exceção que viabilizem o licenciamento das habitações dispersas, desde que os proprietários cumpram requisitos adicionais – tais como a implementação de faixas de gestão de combustível, a utilização de materiais construtivos resistentes ao fogo, a manutenção de acessos de emergência, e construção de depósitos de água para combate aos incêndios.

11.3. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Valorizar o património

O Município, preocupado com a memória das vivências e da salvaguarda do património construído, tem vindo, nos últimos anos, a propor a classificação de vários imóveis que, pela sua relevância arquitetónica, histórica, cultural ou identitária, podem ser reconhecidos como de interesse municipal ou, quando justificável, de interesse público. Contudo esta classificação, muitas vezes, tem o efeito pernicioso de impedir os proprietários de valorizarem a sua propriedade e retirarem os rendimentos desejáveis.

Ao adotar uma abordagem mais equilibrada entre a conservação patrimonial e o direito dos proprietários ao aproveitamento legítimo dos seus bens, o Município pode fomentar uma atitude positiva face à reabilitação urbana. A valorização do património não deve ser encarada como um entrave, mas antes como um incentivo à inovação, à sustentabilidade e ao desenvolvimento económico local.

Assim, a implementação de benefícios fiscais, linhas de apoio técnico e financeiro, bem como a simplificação dos processos de licenciamento, pode revelar-se fundamental para dinamizar a recuperação dos imóveis classificados. Estes incentivos não só facilitam as intervenções que respeitam as características originais dos edifícios, como também promovem a revitalização dos centros históricos, estimulando o turismo, o comércio e a fixação de residentes.

A articulação entre as entidades públicas e os proprietários é igualmente essencial, pois apenas através de um diálogo aberto será possível encontrar soluções que conciliem a proteção do património com as legítimas expectativas de valorização económica. Ao tornar mais atrativo o investimento na reabilitação, o Município estará a contribuir para a preservação da identidade coletiva, fomentando uma cidade mais coesa, dinâmica e culturalmente vibrante, onde a memória das vivências passadas se projeta no futuro de forma sustentável.

Reabilitar património militar

A reabilitação do património militar de Cascais representa uma oportunidade ímpar para valorizar a identidade local e impulsionar dinâmicas inovadoras no território. Estes espaços, que outrora desempenharam um papel estratégico na defesa do país, hoje podem ser reconvertidos em polos de desenvolvimento social, económico e cultural, preservando a memória histórica sem perder de vista as necessidades contemporâneas da comunidade.

Ao estabelecer parcerias com entidades como o Exército e as Finanças, o município poderá viabilizar intervenções profundas nestes edifícios e estruturas, garantindo não só a sua conservação, mas também uma nova utilidade adaptada ao século XXI. Os antigos fortes e baterias costeiras podem ser transformados em museus interativos, centros de investigação histórica, espaços para exposições temporárias e permanentes, ou mesmo em incubadoras de empresas e projetos criativos.

Além do benefício patrimonial, a requalificação destes imóveis pode gerar impactos positivos a nível económico: o aumento do turismo, a criação de postos de trabalho diretos e indiretos, e o incentivo ao empreendedorismo local. Ao acolher atividades culturais, conferências, workshops e eventos artísticos, estes espaços podem tornar-se verdadeiros núcleos de inovação e de encontro entre diferentes gerações e públicos.

Importa ainda sublinhar o potencial educativo destas estruturas. Ao abrir portas às escolas, universidades e associações, promove-se o conhecimento da história militar portuguesa, estimula-se o espírito crítico e fomenta-se o respeito pelo património, sensibilizando as novas gerações para o seu valor.

11.4. ESPAÇO PÚBLICO

O espaço público deve ser uma preocupação e uma aposta no desenvolvimento do concelho.

Ao se incentivarem silos automóveis poderão ser libertados espaços importantes, ora ocupados por estacionamento público, para se devolverem às populações apostando na sua sustentabilidade, inclusão, segurança e conforto.

A criação de “pocket-parks” com zonas de estadia, sombra e água serão exemplos de espaços agradáveis que ajudarão no combate às ilhas de calor.

11.5. VALORIZAÇÃO DO SOLO RÚSTICO

Atualmente, a maioria do solo rústico que garante o sistema ecológico do concelho é propriedade de particulares que não conseguem tirar qualquer rendimento dos mesmos. Daí a enorme pressão para os tornar urbanos.

A pressão para conversão destes terrenos para usos urbanos pode conduzir à degradação dos serviços ambientais que os solos rústicos prestam, como a regulação climática, a recarga de aquíferos, a biodiversidade ou a produção alimentar local.

Neste sentido, torna-se imperativo criar mecanismos de valorização e incentivo à boa gestão destes solos, reconhecendo o papel fundamental dos proprietários na preservação dos valores naturais e produtivos.

Este tipo de mecanismo, conhecido em alguns contextos internacionais como transferência de direitos de edificabilidade e já admitido na legislação portuguesa, traz consigo múltiplos benefícios. Por um lado, os proprietários de solos rústicos passam a ter acesso a uma fonte legítima de rendimento, sem necessidade de alterar a natureza ecológica dos seus terrenos. Por outro, o município consegue preservar zonas vitais para a conectividade ecológica, evitando a fragmentação do território causada pela urbanização dispersa.

Além disso, a implementação de índices médios transferíveis pode incentivar um planeamento urbano mais inteligente e sustentável, concentrando o desenvolvimento em áreas já infraestruturadas e adequadas à construção, e reduzindo a pressão sobre zonas sensíveis. Para promover a adesão ao sistema, será fundamental garantir transparência, regras claras para avaliação dos índices e mecanismos de compensação justos, que valorizem o papel dos proprietários enquanto guardiões do património ecológico local.

Complementarmente, podem ser explorados incentivos fiscais para quem mantenha os solos rústicos em condições favoráveis à biodiversidade, bem como programas de apoio à gestão sustentável, promovendo práticas agrícolas ou silvo-pastoris compatíveis com a preservação das conectividades ecológicas. Desta forma, conjuga-se a valorização económica com a promoção de um território mais resiliente e harmonioso, respondendo tanto às necessidades dos proprietários como ao interesse público de salvaguarda ambiental.

Uma metodologia relativamente simples para conseguir esta valorização poderá ser através do Fundo de Sustentabilidade Ambiental e Urbana.

11.6. FUNDO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E URBANA

A LBPSOTU refere que os municípios devem criar um fundo especial para promover a sustentabilidade ambiental e urbana, usando parte das receitas que vêm do aumento do valor dos terrenos. Este fundo serve para apoiar a reabilitação urbana, proteger os ecossistemas e garantir serviços ambientais. Além disso, é obrigatório existir uma forma justa de distribuir os benefícios e custos que resultam dos planos de ordenamento do território, sendo para isso necessário ter um fundo que permita estas compensações.

Seguindo a LBPSOTSU, o Plano Diretor Municipal deve incluir regras para equilibrar a possibilidade de construção e os custos das operações urbanísticas, incentiva projetos que tragam benefícios para o concelho, como habitação acessível em zonas específicas, e cria o chamado Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística. Este fundo tem três grandes objetivos:

- garantir processos justos de redistribuição de mais-valias
- apoiar projetos de proteção ambiental ou de valorização urbana
- disponibilizar terrenos para infraestruturas, equipamentos, zonas verdes e habitação pública.

O fundo funciona dentro das regras normais do orçamento municipal, sem criar nenhuma nova entidade jurídica nem mudar as regras de gestão financeira. Ou seja, é apenas uma forma de garantir que certo dinheiro e património fiquem reservados para estas finalidades ambientais e urbanísticas.

Será também através deste Fundo que se poderá facilitar a angariação de espaços estratégicos.

11.7. ANGARIAÇÃO DE ESPAÇOS ESTRATÉGICOS

A política de angariação de solos municipais encontra enquadramento no Plano Diretor Municipal (PDM), articulado com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE). No contexto de operações urbanísticas de maior dimensão, estes instrumentos preveem mecanismos de cedência de terrenos destinados a zonas verdes de utilização pública, equipamentos coletivos ou habitação pública.

Contudo, apesar de constituírem um importante instrumento de ação urbanística, estes mecanismos apresentam limitações relevantes. Desde logo, não permitem ao município selecionar previamente as áreas consideradas estratégicas nem possibilitam a agregação

de parcelas resultantes de diferentes operações urbanísticas. Esta impossibilidade compromete a criação de áreas com dimensão e configuração adequadas para determinados equipamentos estruturantes, como escolas, instalações desportivas de grande escala ou outros equipamentos de interesse municipal. Assim, apesar das cedências previstas, a resposta às necessidades reais do território e da população fica frequentemente condicionada pela aleatoriedade e dispersão dos terrenos obtidos.

No entanto, conforme já referido, o Fundo de Sustentabilidade Ambiental e Urbana poderá ser uma solução para mitigar esta questão.

11.8. AUTÓDROMO

O Autódromo, atualmente sob gestão do Estado central, revela fragilidades decorrentes da ausência de uma administração especializada, o que tem alimentado pressões imobiliárias sobre o terreno. Apesar disso, o município mantém uma posição firme na defesa deste equipamento, reconhecendo o seu valor económico, desportivo, académico e turístico.

Com a intenção do Estado de proceder à alienação do autódromo, torna-se essencial garantir regras claras para a sua futura utilização, assegurando que a vocação desportiva é preservada independentemente do proprietário. A questão do ruído permanece um desafio por resolver, devendo o futuro detentor da infraestrutura assumir a responsabilidade pela sua mitigação.

Inspirando-se na estratégia adotada no aeródromo, sugere-se transformar o autódromo num polo de inovação, formação e desenvolvimento. As prioridades incluem:

- Parcerias educativas com escolas e universidades, criando programas de formação em mecânica, eletrónica, engenharia automóvel, energias renováveis e gestão desportiva.
- Estágios, investigação aplicada e laboratórios vivos, permitindo aos alunos ganhar experiência prática em manutenção, aerodinâmica, segurança e gestão de eventos.
- Atividades científicas e tecnológicas, como competições de veículos elétricos ou desafios de inovação.
- Formação avançada em segurança rodoviária, com pistas que simulem condições adversas.
- Dinamização desportiva, com aposta em provas de viaturas elétricas e tecnologias emergentes.
- Valorização patrimonial, através da criação de um espaço museológico dedicado à história do Autódromo e do automobilismo português.

11.9. PROTEÇÃO CIVIL

Construções dispersas

Nas áreas de edificação dispersa, especialmente no Parque Natural de Sintra-Cascais, é fundamental reforçar as condições de segurança e reduzir a vulnerabilidade aos incêndios rurais. O regulamento do PDM deve introduzir regras que promovam a utilização de materiais resistentes ao fogo na construção, revestimentos e coberturas, diminuindo a probabilidade de ignição e propagação. Deve ainda prever a instalação de reservas de água dedicadas à primeira intervenção, prevendo-se a existência de poços ou depósitos com capacidade mínima de 1 m³ por cada 100 m² de área impermeabilizada, garantindo disponibilidade imediata para combate inicial.

Para mitigar o risco de incêndio, é essencial reforçar o planeamento e a gestão florestal, como a cascais Ambiente tem vindo a implementar.

Áreas com suscetibilidade sísmica moderada e alta

Nas áreas classificadas com suscetibilidade sísmica moderada e alta as novas edificações, principalmente equipamentos, devem integrar sistemas antissísmicos reforçados, alinhados com normas técnicas nacionais e internacionais. Por outro lado, deve ser promovida a avaliação estrutural das construções existentes e o eventual reforço sísmico quando necessário.

Equipamentos estratégicos

Os equipamentos e edifícios públicos e infraestruturas fundamentais — escolas, hospitais, pavilhões, centros de operações — devem incorporar meios ativos e passivos de resistência sísmica, incluindo reforços estruturais, sistemas de dissipação de energia e ancoragens adequadas. Devem ainda ser implementadas auditorias regulares para avaliar o nível de segurança, com recomendações para intervenções preventivas.

Estas auditorias devem ser estendidas a todos os equipamentos que integram os Planos Municipais de Emergência que devem ser periodicamente inspecionados por especialistas, de forma a aferir a sua capacidade estrutural, a acessibilidade e vias de circulação e as condições de operação em cenários de crise de forma a garantir a fiabilidade operacional destes locais em caso de catástrofe.

As vias fundamentais para operações de socorro não podem ficar obstruídas. Assim os edifícios implantados ao longo dessas ruas devem cumprir normas reforçadas de estabilidade.

Centros Históricos

Os centros históricos apresentam particular vulnerabilidade devido à estreiteza das ruas e à dificuldade de acesso por veículos de grande porte. Para mitigar este risco devem ser instalados sarilhos de mangueiras e equipamentos de primeira intervenção, estrategicamente distribuídos.

Tsunamis

A construção em regiões identificadas como galgáveis em caso de tsunamis exige um conjunto rigoroso de precauções, destinadas a proteger vidas humanas e minimizar danos materiais. Estes cuidados devem estar presentes desde a fase de planejamento até à execução da obra, tendo em conta as particularidades do risco e as melhores práticas internacionais.

Nenhuma zona destinada a dormir, seja em edifícios residenciais ou de alojamento coletivo, deve ser localizada abaixo da cota previsível de inundação pelo tsunami. Este critério impede que ocupantes fiquem vulneráveis durante as horas de descanso, quando a percepção do perigo é menor e o tempo de resposta é mais limitado.

Os quadros elétricos, geradores e outros equipamentos essenciais de energia devem, obrigatoriamente, situar-se acima do nível considerado seguro. A exposição destes sistemas à ação do tsunami pode comprometer não só o funcionamento dos edifícios, mas também a segurança dos ocupantes e dos serviços de emergência. A adoção de espaços técnicos elevados, com acesso restrito e devidamente sinalizados, é fundamental para garantir a resiliência dos sistemas críticos mesmo em cenários extremos.

Por outro lado, edifícios altos de utilização pública, tais como hotéis ou edifícios administrativos, devem ser projetados de forma a permitir o acesso rápido e seguro a todas as pessoas em situação de emergência. Estas estruturas têm um papel vital como locais de refúgio imediato, especialmente em zonas urbanas densas, sendo imprescindível prever percursos desimpedidos, sinalização clara, iluminação de emergência e zonas de permanência acima da cota de inundação.

Deve-se privilegiar o uso de materiais e sistemas construtivos resistentes à força da água, com fundações reforçadas e paredes estruturais capazes de suportar impactos de detritos. A sustentabilidade das intervenções deve ser assegurada, integrando soluções que valorizem a durabilidade, a facilidade de manutenção e a adaptação ao contexto local.

Poços de retenção

Em projetos com impacto relevante deveriam ser criados poços de retenção de águas pluviais numa relação de pelo menos 1m³ por cada 100m² de área impermeabilizada.

O somatório da proliferação destes poços poderá resultar numa capacidade importante na redução da velocidade com que as águas pluviais chegam a zonas ameaçadas por cheias. Para além de poderem vir a ser reutilizadas nas descargas sanitárias ou em rega, o importante da medida é que seja retardada o mais possível que as águas pluviais entrem na rede de saneamento dando tempo para que esta possa escoar com menor riscos.

11.10. RACIONALIZAÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA POTÁVEL

No horizonte da sustentabilidade urbana, a separação eficiente das águas residuais domésticas emerge como uma estratégia fundamental para a preservação dos recursos hídricos. Prevê-se que, num futuro próximo, os sistemas de saneamento passem a distinguir rigorosamente entre águas sujas — provenientes de sanitas e cozinhas, carregadas de poluentes orgânicos — e águas cinzentas, resultantes de lavatórios, duches e máquinas de lavar, que apresentam menor carga poluente.

A valorização das águas cinzentas abre novas possibilidades de reutilização responsável. Após um tratamento adequado, este tipo de efluente poderá ser reaproveitado em tarefas como a rega de jardins ou mesmo para descargas sanitárias, reduzindo substancialmente o consumo de água potável. Esta circularidade não só representa um avanço ambiental, como traz poupanças significativas para os sistemas de abastecimento público e para os próprios utilizadores.

Para promover esta transição, torna-se imperativo implementar incentivos práticos e financeiros. Medidas como a redução de taxas municipais para edifícios que instalem redes de canalização separadas, ou o apoio técnico na requalificação de infraestruturas existentes, podem estimular a adesão por parte de particulares e administradores de condomínios — especialmente em empreendimentos com mais de 30 fogos, onde o impacto positivo será mais expressivo. Paralelamente, campanhas de sensibilização e esclarecimento técnico deverão acompanhar estas medidas, de modo a garantir a correta implementação e manutenção dos sistemas.

11.11. NOVAS FORMAS DE RESIDÊNCIAS

Vivemos numa era de transformação social profunda, em que as famílias tradicionais perderam a sua predominância. Diversidade, pluralidade e flexibilidade marcam as novas formas de organização familiar, refletindo valores contemporâneos e necessidades em constante evolução.

Por exemplo, famílias reconstituídas podem precisar de áreas de privacidade para crianças de diferentes idades e origens. Pessoas que trabalham remotamente valorizam zonas híbridas entre trabalho e lazer. Idosos que coabitam com descendentes ou cuidadores beneficiam de espaços acessíveis e que favoreçam a autonomia. Mesmo agregados compostos por amigos ou colegas requerem áreas comuns amplas e quartos individualizados.

A mudança estrutural do conceito de família é irreversível. As habitações do futuro terão de ser pensadas para acolher não só as famílias tradicionais, mas todas as formas de convivência humana. O planeamento urbano, os regulamentos municipais, o setor imobiliário e o design de interiores deverão convergir para soluções que promovam a dignidade, a privacidade e a inclusão.

Para isso o PDM deve admitir o conceito de arquitetura adaptável, que privilegia a flexibilidade, a modularidade e a personalização. Habitações que podem ser reconfiguradas ao longo do tempo, respondendo às mudanças na vida dos seus habitantes.

Por isso, novas formas de residências devem ser postas à disposição, apostando na inovação, personalização, inclusão social e respeito pela autonomia.

Importa assim que o PDM incentive novos modelos de residências, designadamente:

- Cohousing (partilham espaços comuns — como cozinhas, jardins, salas de lazer —, mas mantêm casas ou apartamentos privados);
- Residências Assistidas Personalizadas (onde cada residente tem um plano individual elaborado de acordo com as suas necessidades, desejos e preferências);
- Apartamentos com Serviços ("Senior Living" - oferecem apartamentos privados integrados em condomínios que incluem serviços de limpeza, refeições, lavandaria, atividades culturais e de lazer, transporte e segurança)
- Residências Intergeracionais (por exemplo, estudantes universitários podem residir com idosos em troca de companhia, ajuda em pequenas tarefas ou atividades);
- Pequenas Unidades Familiares ("Green House" - casas com até 12 residentes, onde o ambiente familiar é reforçado. Cada pessoa tem o seu quarto e casa de banho, mas as refeições e atividades são feitas em conjunto, com liberdade de horário e escolha);
- Residências Inteligentes (onde se monitorizam sinais vitais, detetam situações de risco (como quedas ou ausência de movimento), ajustar luz e temperatura, e até fazer videochamadas com familiares e profissionais de saúde, tudo de forma simples e intuitiva); etc.

11.12. Bairros de vizinhança

Está em elaboração o estudo designado "Análise dos Bairros de Cascais" onde se faz a identificação e o tratamento da informação georreferenciada disponível no Instituto Nacional de Estatística, no GeoCascais e no Departamento Ordenamento do Território, para a caracterização da vivência, da mobilidade e da estrutura ecológica do concelho.

O objetivo é analisar o espaço público a partir da identificação de fraquezas e oportunidades na relação entre a rede viária e a circulação pedonal, no acesso aos serviços, equipamentos e espaços verdes (espaços de encontro e espaços decorativos), ou na relação da população com a estrutura ecológica. E, assim, promover a qualidade do espaço público, valorizando o uso pedonal e as dinâmicas em redor das centralidades existentes ou a potenciar.

Partindo de dados globais, para todo o concelho, a análise centra-se, numa primeira fase, numa área piloto, envolvente à Quinta da Torre da Aguilha.

11.13. Participação Pública

A participação pública no planeamento territorial é reconhecida como um dos alicerces da democracia contemporânea. Vai além do simples direito de intervenção dos cidadãos, assumindo-se como uma ferramenta decisiva para garantir processos de decisão mais transparentes, inclusivos e eficazes. No entanto, apesar do seu potencial de transformação, a participação dos cidadãos nos processos de planeamento do território mantém-se limitada. Tal verifica-se tanto na fase inicial, em que seria esperado um contributo ativo dos cidadãos através de sugestões e propostas, como no momento da discussão pública, que deveria proporcionar um exame crítico das decisões tomadas e dos seus impactos.

O planeamento territorial envolve escolhas que influenciam diretamente a qualidade de vida, a organização urbana e rural, o ambiente, a mobilidade e o acesso a serviços essenciais. Por isso, a participação não é encarada apenas como uma formalidade legal, mas sim como um processo de construção coletiva, capaz de enriquecer estratégias e planos com múltiplas vozes e experiências.

Apesar desse potencial, observa-se frequentemente uma fraca mobilização dos cidadãos. Muitas vezes, as oportunidades de participação não chegam ao conhecimento do público ou são percecionadas como complexas e distantes das preocupações do dia a dia. Mesmo quando o município excede as obrigações legais de divulgação, usando diversos canais de comunicação, a adesão continua baixa e, quando ocorre, tende a centrar-se em temas de interesse particular, relegando para segundo plano grandes questões coletivas que definem o território.

A fase de participação preventiva deveria ser o momento privilegiado para envolver a população na definição do futuro do território. Idealmente, este momento seria palco de debates informados, propostas criativas e sugestões construtivas, capazes de antecipar desafios e identificar oportunidades de desenvolvimento sustentável. Contudo, raramente este ideal se concretiza.

Se a participação preventiva serve para antecipar e moldar decisões, a discussão pública é o momento de escrutínio democrático, onde a comunidade pode questionar resultados, expor contradições, apresentar correções e garantir que o interesse coletivo prevalece sobre interesses particulares.

Entre as causas desta limitação destaca-se, em primeiro lugar, a ausência de uma tradição de participação cívica, resultado de décadas de práticas centralizadas de decisão. Soma-se a isto uma reduzida literacia territorial: muitos cidadãos desconhecem os instrumentos de planeamento, os seus objetivos e as formas de intervenção disponíveis. Acresce ainda a perceção de que a contribuição individual é ineficaz, alimentada pela ideia de que as decisões já foram tomadas ou que o impacto de cada um é mínimo.

Para alterar este panorama, é vital apostar em estratégias de divulgação inclusivas, acessíveis e ajustadas aos diferentes públicos. O uso de linguagem clara, a simplificação dos processos e a criação de espaços de diálogo informal podem incentivar uma maior apropriação dos processos de planeamento por parte da população.

Assim, é fundamental investir em formas criativas e inovadoras de envolvimento cívico. Sessões temáticas, workshops participativos, fóruns de bairro ou dinâmicas de cocriação podem estimular o interesse e a reflexão sobre os grandes temas do território. Do mesmo modo, parcerias com associações, escolas e organizações da sociedade civil podem densificar o debate e aproximar os cidadãos dos processos de planeamento.

O investimento em diferentes modos de divulgação é igualmente crucial. A experiência mostra que a simples publicação de documentos em canais institucionais ou jornais não mobiliza a população, sobretudo os segmentos menos informados ou com menor acesso aos meios tradicionais. Importa, por isso, diversificar as formas de comunicação e apostar em estratégias de proximidade. Apresentações presenciais em locais acessíveis podem atrair públicos variados, promover o esclarecimento e facilitar o diálogo. Estas iniciativas devem ser pensadas para responder às necessidades da comunidade e permitir a participação de quem nunca teve voz neste tipo de processos.

Em paralelo, é importante reconhecer o potencial das plataformas digitais. Sites interativos, fóruns online, redes sociais e aplicações móveis aproximam os processos de planeamento das gerações mais jovens, dos cidadãos com maior literacia digital e de quem, por questões de horário ou mobilidade, não pode participar presencialmente.

Ainda assim, é necessário garantir que estas ferramentas sejam intuitivas, apelativas e amplamente divulgadas, para que não se tornem mais um obstáculo à participação.

A passagem de uma participação meramente passiva, centrada em receber decisões, para uma participação ativa e informada representa um dos maiores desafios do planeamento territorial atual. Mais do que informar, é essencial envolver, mobilizar e responsabilizar os cidadãos, reconhecendo-os como parceiros na construção do território.

Para tal, é determinante investir em campanhas de sensibilização sobre a relevância do planeamento territorial e o impacto das decisões no quotidiano. A educação para a cidadania, desde os primeiros ciclos escolares até à formação contínua, pode ser uma peça central na capacitação da população para o debate informado e para a tomada de posição fundamentada. Também deve ser valorizado publicamente o contributo individual e coletivo, reconhecendo as ideias e propostas que resultam dos processos participativos.

Torna-se indispensável garantir que a participação não seja apenas um ritual simbólico, mas tenha impacto real. A tomada de decisão deve ser transparente, considerando e respondendo aos contributos recebidos. A publicação de relatórios de participação, a explicação das decisões à luz das contribuições e a manutenção de canais de comunicação permanentes são práticas essenciais, às quais importa dar continuidade, para fortalecer a confiança e o compromisso cívico no planeamento do território.

Por fim, para que o PDM mantenha a sua relevância, é fundamental adotar um modelo de atualização dinâmica e contínua, capaz de incorporar aprendizagens recentes, envolver a participação da comunidade e antecipar tendências futuras.

A agilidade no aperfeiçoamento dos instrumentos de planeamento deve potenciar a capacidade de resposta do município aos desafios dos habitantes e às oportunidades de desenvolvimento, sem comprometer o rigor técnico.

Deste modo, a revisão do PDM deve seguir uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, envolvendo a população, especialistas, entidades públicas e privadas, e privilegiando mecanismos que permitam acompanhar em tempo real as transformações sociais e urbanísticas.

11.14. Rentabilização de espaços e equipamentos

A otimização e rentabilização dos espaços e equipamentos públicos constitui uma estratégia essencial para aumentar a eficiência na gestão de recursos, reduzir custos estruturais e promover o seu uso comunitário. Através de uma abordagem integrada, é possível transformar infraestruturas subutilizadas em oportunidades de geração de valor económico, social e comunitário.

Rentabilização das cozinhas das escolas

A maioria das cozinhas das escolas funciona apenas durante o período escolar, garantindo exclusivamente o serviço de almoços. No entanto, a sua utilização em horários alternativos pode gerar novas receitas, maximizar recursos existentes e oferecer serviços adicionais à comunidade.

Exemplos de rentabilização incluem:

- Preparação de refeições para a população mais vulnerável, para programas sociais, eventos municipais ou até para apoiar empreendedores na área da restauração.
- Cedência das instalações para ações de formação profissional, em colaboração com centros de emprego, escolas profissionais ou associações locais.
- Utilização das cozinhas por empresas de catering, mediante protocolos específicos que assegurem o bom uso e manutenção dos equipamentos.

Esta estratégia permite aumentar a taxa de utilização das infraestruturas, fomentar o desenvolvimento de competências profissionais e criar fontes de receita complementares para a entidade gestora.

Otimização dos bares das escolas

Os bares escolares representam um recurso com elevado potencial para funcionar para além do horário letivo, desde que existam regras claras de utilização e contratos bem definidos. Muitos moradores das zonas envolventes regressam a casa apenas ao final da tarde, momento em que estes espaços podem prestar serviço à comunidade, oferecendo conveniência e dinamizando a vida local.

Possíveis formas de rentabilização incluem:

- Concessão dos bares a operadores externos, garantindo a sua abertura durante atividades extracurriculares, eventos escolares ou iniciativas promovidas ao fim de semana.
- Utilização ocasional como cafés comunitários, especialmente em períodos de férias ou fins de semana, criando um ponto de encontro local.
- Apoio a empreendedores locais ou projetos de economia social, abrindo oportunidades de formação, prática profissional e criação de emprego.

Esta abordagem permite diversificar o uso das instalações, fortalecer a relação entre escola e comunidade, e gerar receitas estáveis para a entidade gestora.

Cedência de salas de aula para sedes de associações

Muitas associações locais enfrentam dificuldades na obtenção de espaços para funcionar. As salas de aula, durante horários não letivos, podem servir temporariamente como sede ou local de reunião.

Benefícios:

- Reforço do tecido associativo local.
- Maior sentimento de pertença entre a comunidade e as instituições escolares.
- Máxima utilização de infraestruturas públicas já existentes.

Protocolos claros garantem segurança, manutenção e cumprimento das normas de utilização.

Utilização de parques de estacionamento de hipermercados

Os parques de estacionamento das grandes superfícies comerciais representam um uso ineficiente do solo urbano e contribuem para a desqualificação do espaço envolvente. A criação de parcerias estratégicas pode transformar estes terrenos subaproveitados em verdadeiras interfaces de mobilidade, conferindo ao transporte público um papel mais central e acessível. A construção de silos de estacionamento nestes locais permitiria aumentar significativamente a capacidade para os utilizadores que optam pelo transporte coletivo, potenciando a rentabilização do espaço e melhorando a sua funcionalidade. Estes silos podem ainda integrar valências complementares - como comércio, serviços, espaços de co-working, habitação ou outras atividades - convertendo-os em estruturas multifuncionais e mais sustentáveis do ponto de vista urbano

Áreas comerciais de grande dimensão em edifícios mistos

A instalação de novos supermercados — bem como de outras atividades comerciais, incluindo stands de automóveis ou serviços de grande dimensão — não deve ocorrer em edifícios exclusivamente destinados a uma única função. A criação de espaços monofuncionais tende a gerar áreas desqualificadas, pouco dinâmicas e que dependem excessivamente do transporte individual, agravando problemas de tráfego, impermeabilização do solo e desperdício de espaço urbano.

Uma alternativa mais sustentável passa por integrar estes estabelecimentos em edifícios multifuncionais, combinando comércio, serviços e, sempre que possível, habitação. Esta integração promove uma ocupação mais eficiente do solo, contribui para um tecido urbano mais vivo e melhora a qualidade do espaço público.

Além disso, o estacionamento associado a estes empreendimentos não deve ser a céu aberto, uma vez que grandes superfícies de asfalto degradam a paisagem, aumentam as ilhas de calor e reduzem a qualidade do ambiente urbano. A localização do estacionamento em pisos subterrâneos ou em silos integrados no próprio edifício evita estes impactos negativos e permite uma utilização mais racional do espaço.

Comércios instalados em edifícios de uso misto beneficiam ainda da proximidade de residentes e trabalhadores, potenciando o aumento de clientes e garantindo maior movimento ao longo do dia.

11.15. QUADROS SÍNTESE DAS REFLEXÕES E PROPOSTAS

Tabela 48 – Opções estratégicas

Sistema natural			
	Tema	Principais Medidas de Base Estratégica / Territorial	Medidas Específicas Potenciais
Água	Aquíferos	Prevenir a sobre-exploração e contaminação	Monitorização de captações não licenciadas; Criação de zonas de proteção de aquíferos;
	Praias e Qualidade da Água Balnear	Promover gestão integrada das praias	Monitorização da qualidade da água; Reforçar infraestruturas de saneamento; Programas de certificação ambiental (ex.: Bandeira Azul);
Solo	Aptidão Agrícola	Valorização de solos rústicos; Potenciar aptidão agrícola, ainda que reduzida	Incentivar exploração do Vinho de Carcavelos; Práticas agrícolas adaptadas às limitações; Medidas de combate à erosão e degradação dos solos.
	Ocupação do Solo	Conter expansão do perímetro urbano; Promover densificação urbana	Incentivar reabilitação urbana vs. expansão; Ampliar áreas de solo rústico; Aplicar restrições específicas na REN para usos compatíveis;
Biodiversidade	Áreas Protegidas	Adaptação/alteração do Plano de Ordenamento do PNSC em Programa de Ordenamento.	Rever limites do Parque (exclusão de áreas urbanizadas e inclusão do vale da Ribeira das Vinhas);
	Floresta	Duplicar capacidade de sequestro de carbono até 2050; Gestão ativa das áreas florestais.	Plano municipal de reflorestação; Controlo de espécies invasoras; Ordenamento das florestas; Prevenção de incêndios.

Sistema social			
Tema		Principais Medidas de Base Estratégica / Territorial	Medidas Específicas Potenciais
Demografia	Qualificação da População	Reforço da oferta de ensino superior no concelho.	Criação de novas faculdades/universidades; Políticas de fixação de estudantes após a conclusão dos cursos (habitação acessível, emprego local, serviços de apoio).
	Emprego	Planeamento urbano adaptado ao setor terciário;	Potenciar teletrabalho; Infraestruturas tecnológicas de qualidade; Espaços partilhados de trabalho;
		Revitalização dos bairros de vizinhança.	Comércio e serviços de proximidade diversificados;
Serviços, Coesão e Equidade	Respostas Sociais (Inclusão Social e Combate à Pobreza)	Reaproveitamento de infraestruturas escolares para apoio comunitário.	Criação de refeitórios comunitários em escolas;
			Fornecimento de refeições noturnas, aos fins de semana e férias;
			Serviço de entrega ao domicílio para idosos, pessoas com mobilidade reduzida e famílias vulneráveis;

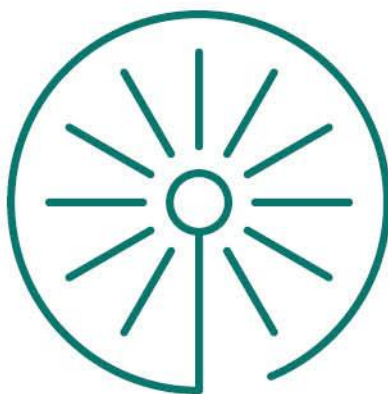
Sistema económico			
Tema		Principais Medidas de Base Estratégica / Territorial	Medidas Específicas Potenciais
Tecido Empresarial	Setores	Incentivo para atividade do setor primário	Incentivos a produção agrícola diferenciada (ex.: vinho de Carcavelos);
			Análise de viabilidade para novos polos produtivos; Desenvolvimento da agricultura subaquática;
	Educação, Ciência E Inovação	Reforçar a aposta em infraestruturas tecnológicas e serviços digitais integrados.	Evolução contínua das plataformas digitais já existentes;
			Estímulo ao empreendedorismo local;
		Necessidade de diversificação económica e acolhimento de I&D.	Atração de startups e empresas tecnológicas;
			Criação de serviços digitais integrados para municípios e investidores;
		Criação de loteamentos/parques industriais;	
		Incubadoras de empresas; parcerias com ensino superior;	
		Captação de investimento em setores intensivos em conhecimento;	

Sistema urbano				
Tema		Principais Medidas de Base Estratégica / Territorial	Medidas Específicas Potenciais	
Uso e Ocupação do Solo	Enquadramento	Contenção da expansão do perímetro urbano	Reconversão e densificação do tecido existente;	
			Desenvolvimento de novas centralidades;	
			Planeamento e desenho urbano desenvolvido pela CMC;	
			Promoção de bairros de vizinhança;	
Modelo de Ocupação Especial do Solo	AUGI	Consolidação e regularização como oportunidade de desenvolvimento sustentável.	Melhorias em infraestruturas básicas (água, saneamento, energia);	
			Qualificação do espaço público;	
			Integração com a malha urbana;	
			Apoio técnico e administrativo municipal para desbloquear processos;	
	ARU / ORU	Instrumento prioritário de regeneração urbana e de ordenamento do território.	Reforço da participação dos moradores;	
			Requalificação de edifícios degradados;	
			Modernização de infraestruturas e construção de calhas técnicas;	
			Valorização do espaço público;	
	Edificado	Aproveitamento eficiente do espaço dentro dos limites urbanos, reforçando centralidades e reduzindo dispersão.	Dinamização económica, social e cultural;	
			Contenção da expansão urbana;	
			Apostar na densificação;	
		Desenvolver soluções habitacionais inovadoras, acessíveis e inclusivas, adaptadas à diversidade de necessidades da população.	Reconversão de áreas subutilizadas;	
			Utilização de terrenos devolutos;	
			Planeamento regulado para evitar congestionamento e pressão sobre serviços	
Habitação	Pública	Continuidade do investimento em fogos para arrendamento acessível, promovendo coesão social e renovação demográfica.	Edifícios inteligentes e sustentáveis	
			Incentivos à habitação a custos acessíveis	
			“Built to Rent”, Co-housing, habitações flexíveis, etc.	
	para População Sénior	Desenvolvimento de novos modelos habitacionais que respondam ao envelhecimento demográfico.	Programas de habitação pública para médicos, enfermeiros, professores, polícias;	
			Aumento da mobilidade habitacional;	
			Introdução de novas unidades no mercado para equilibrar oferta e procura;	
			Cohousing;	
			Residências Assistidas Personalizadas;	
	Adapta da Habitação às Novas Estruturas Familiares	Introdução do conceito de arquitetura adaptável, modular e personalizada.	Senior Living;	
			Residências Intergeracionais;	
			Green House;	
			Residências Inteligentes (com tecnologia integrada);	
Habitações reconfiguráveis;				
Habitação Acessível para Profissionais Essenciais	Criação de soluções de habitação pública e acessível para trabalhadores fundamentais.	Espaços híbridos de lazer/trabalho;		
		Áreas comuns amplas para agregados não tradicionais;		
		Habitações acessíveis para idosos e cuidadores.		
			Programas de habitação para médicos, enfermeiros, professores, forças de segurança e outros profissionais;	
			Incentivos de fixação de talento;	

continuação			
Sistema urbano			
Tema		Principais Medidas de Base Estratégica / Territorial	Medidas Específicas Potenciais
Redes, Infraestruturas e Serviços	Água	Valorização e reutilização das águas cinzentas para usos não potáveis.	Incentivos financeiros e técnicos; Reduções de taxas para edifícios com redes separadas; Apoio à requalificação de infraestruturas; Campanhas de sensibilização;
		Mitigação da sobrecarga das redes urbanas e prevenção de cheias (águas pluviais).	Construção de poços de retenção dimensionados; Reutilização de águas pluviais em rega e descargas sanitárias;
	Mobilidade Suave	Integração das redes pedonais e cicláveis com escolas.	Criação da "Rua da Escola" com restrições horárias ao automóvel; Articulação com transportes públicos; parques de bicicletas;
		Integrar diferentes modos de transporte com recurso a tecnologias digitais, privilegiando soluções sustentáveis e inclusivas.	Expansão de redes cicláveis e pedonais;
			Integração de dados em tempo real;
			Promoção de bairros de vizinhança; Reforço da rede de transportes públicos; Incentivo à mobilidade partilhada;
Redes, Infraestruturas e Serviços	Rede Viária	Redução do congestionamento e melhoria das ligações internas.	Concretização da Via Longitudinal Sul e Norte; Criação de nós de acesso à A5 junto ao Aeródromo e em Polima;
	Rede Ferroviária	Reforço da conectividade ferroviária nacional.	Reposição da ligação Alcântara-Mar ↔ Alcântara-Terra (ligação ao Rossio e ao sistema nacional);
	Estacionamento	Resposta à escassez e melhoria da qualidade urbana.	Construção de silos automóveis acima do solo com usos mistos no rés-do-chão (cobertura convertida em áreas verdes/lazer);
	Rede Viária/Serviços	Aumento da eficiência e integração multimodal.	Sistemas inteligentes de gestão de tráfego; Novos interfaces (ex.: Alcabideche/A16, hipermercados); via BRT exclusiva na A5 ligando Cascais a Lisboa;
	Serviços	Diferenciação por grupos etários e necessidades.	100 min grátis de estacionamento para residentes >50 anos e pessoas com mobilidade reduzida; Jovens com minutos gratuitos em bicicletas/trotinetes elétricas;
	Telecomunicações	Racionalização e modernização urbana.	Passagem subterrânea das infraestruturas; Coordenação entre empresas e autarquia; Reforço da resiliência face a fenómenos extremos;

12.

Conclusão



Desde a entrada em vigor da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM), em 2015, o contexto territorial, socioeconómico, ambiental e normativo sofreu transformações estruturais que alteraram substancialmente os pressupostos que estiveram na base da sua elaboração. A pandemia de 2020 introduziu alterações permanentes nos padrões de uso do solo, na organização funcional do território e nas dinâmicas de mobilidade, consolidando o teletrabalho, a digitalização dos serviços, a logística de proximidade e novas exigências ao nível do espaço público e da tipologia habitacional (maior flexibilidade funcional, espaços exteriores qualificados e reforço da infraestrutura digital).

Entre 2011 e 2021 o concelho registou um crescimento populacional de 3,7%, acompanhado por um reforço da atratividade turística e por uma intensificação da procura residencial por cidadãos estrangeiros, com impacto na estrutura económica local. Estas dinâmicas pressionam o mercado habitacional, a infraestrutura urbana e os sistemas de mobilidade, exigindo respostas mais integradas e territorialmente diferenciadas.

Não sendo um instrumento dinâmico, o PDM evidencia desajustamentos face à evolução verificada. Durante a sua vigência, foi objeto de duas correções materiais; de uma alteração para compatibilização com o Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC), com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado (POOC Sintra-Sado) e com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela - São Julião da Barra; de uma alteração para compatibilização com o Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE); de uma alteração pontual; e de uma alteração para adaptação ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Paralelamente, o enquadramento legislativo e estratégico nacional e internacional evoluiu de forma significativa. Destacam-se:

- a revisão do RJIGT e a aprovação da nova Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo;
- a entrada em vigor, em 2016, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas;
- a aprovação, em 2017, do Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (PA3C2);
- a elaboração do Roteiro Municipal de Neutralidade Carbónica 2050 (2020);
- a aprovação da Lei de Bases do Clima;
- o Plano Cascais Pelo Clima 2030 (2023);
- o Plano Municipal de Mitigação da Pobreza Energética (2025);
- o Plano de Renaturalização das Ribeiras;

entre outros instrumentos estratégicos com incidência direta no modelo territorial.

Estas orientações reforçam a centralidade das políticas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, impondo que a afetação do uso do solo considere prioritariamente a aptidão biofísica, a exposição a riscos naturais e tecnológicos e a resiliência dos sistemas urbanos, só posteriormente integrando opções de adaptação e valorização.

No domínio estratégico local, registaram-se mudanças estruturantes. A instalação da Nova School of Business and Economics em Carcavelos introduziu uma nova centralidade académica e económica, com impacto significativo na procura habitacional, na mobilidade e na dinamização do tecido empresarial. A desejada ampliação dos 5.000 estudantes atuais para cerca de 20.000 irá contribuir para uma ainda maior alteração do tecido social e urbano.

A gratuidade dos transportes públicos municipais determinou a necessidade de reconfiguração da rede concelhia e intermunicipal, reforçando a prioridade ao transporte coletivo e à intermodalidade.

Foram delimitadas 37 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), impondo-se agora a concretização de Operações de Reabilitação Urbana (ORU), simples ou sistemáticas, que assegurem execução material e impacto efetivo na qualificação do edificado e do espaço público. Foi ainda definida uma nova estratégia para o aeródromo e o autódromo de Cascais, visando a sua reconversão funcional em polos de investigação, inovação tecnológica e clusters económicos articulados com o sistema científico e empresarial.

No plano das infraestruturas sociais, verificou-se uma aposta consistente na rede de equipamentos de saúde, com centros distribuídos por todas as freguesias, e na requalificação integral do parque escolar, incluindo a substituição de instalações provisórias há 50 anos por equipamentos definitivos.

Face a este quadro, o REOT evidencia a necessidade de redefinir o modelo territorial. A preservação dos centros históricos deve assegurar a salvaguarda da identidade urbana, da memória coletiva e da autenticidade morfológica. Fora destes centros deverá promover-se uma densificação qualificada e policêntrica, assente na multifuncionalidade dos edifícios e na proximidade entre habitação, emprego, comércio, serviços e lazer, reduzindo a dependência do transporte individual.

No domínio da mobilidade, impõe-se a conclusão das variantes estruturantes, designadamente a Via Longitudinal Norte (VLN) e a Via Longitudinal Sul (VLS), bem como a reavaliação global da rede viária e das obras de arte necessárias. A Avenida Marginal permanece como principal eixo distribuidor Este-Oeste, coexistindo com uma crescente utilização ciclável que deve ser consolidada. A A5 assume função coletora, carecendo de articulação com a rede local. A expansão da rede de ciclovias e a criação de corredores

dedicados ao transporte público são determinantes para garantir fiabilidade, segurança e eficiência nas deslocações.

Deverão ainda ser reforçados os mecanismos de regularização das AUGI e promovido o recurso a Unidades de Execução que integrem, de forma vinculativa, contrapartidas de interesse público nas operações urbanísticas privadas.

No que respeita à estrutura ecológica, importa consolidar e expandir a rede de espaços verdes urbanos, elevando os rácios per capita e contribuindo para a mitigação das ilhas de calor urbanas, para a infiltração natural e para a valorização paisagística.

O PDM vigente mantém eficácia jurídica, mas o diagnóstico constante do REOT demonstra a necessidade de uma revisão estratégica orientada para metas mais ambiciosas em matéria de sustentabilidade, coesão territorial, competitividade económica e qualidade urbana. O novo PDM deverá integrar estratégias explícitas de desenvolvimento económico, reforçando a atratividade de Cascais enquanto território criativo, inovador e competitivo.

Para tal, será essencial estruturar Unidades Operativas de Planeamento e Gestão ajustadas às especificidades locais, suportadas por um regulamento claro, objetivo e tecnicamente rigoroso, reduzindo margens de discricionariedade interpretativa e reforçando a transparência decisória.

Em conclusão, o REOT demonstra que o concelho de Cascais mantém fundamentos estruturais consistentes ao nível da sua base territorial, institucional e socioeconómica; todavia, a magnitude das transformações entretanto ocorridas, bem como o conjunto de expectativas estratégicas projetadas para o médio e longo prazo, impõem a reconfiguração e atualização do modelo territorial vigente.

Bibliografia

- Agência Portuguesa do Ambiente. *Programa da Orla Costeira Alcobaça–Cabo Espichel (POC-ACE)*. Disponível em: <https://apambiente.pt>
- Alexandre Ferreira Neto. (2010). *C&SIG na delimitação da Estrutura Ecológica Municipal (Tese de mestrado)*. Cascais.
- Águas de Portugal. Disponível em: <https://www.adp.pt>
- Águas do Tejo Atlântico. Disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt>
- Amado, A. R. (2018). *Construção de um método para a monitorização das dinâmicas territoriais (MDT)*. ENIA – 2.ª edição, Porto.
- Avelar, D. & Lourenço, T. C. (2010). *PECAC – Sector Adaptação. Relatório Final do Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas*. Câmara Municipal de Cascais / Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Câmara Municipal de Cascais. (2002). *Carta Educativa de Cascais*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2009; grau de realização 2023). *Carta do Desporto*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2010). *Plano Municipal de Ação Climática de Cascais*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2014). *Relatório dos Estudos de Caracterização – PDM [Revisão]*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2015). *Relatório sobre o estado do ordenamento do território (REOT) FASE I – Construção da Matriz de Indicadores* Câmara Municipal de Cascais. (2015). *PDM de Cascais – Estudos e Caracterização*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2015). *Reserva Ecológica Nacional – Volume I – PDM Cascais*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2015; atualizado em 2018). *Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais – PDM Cascais*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2018). *Carta de Desporto do Concelho de Cascais*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2018). *Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM)*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2022). *Plano Municipal de Redução de Ruído – PMRR*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2022–2030). *Estratégia Municipal para o Mar de Cascais*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2023–2026). *Prestação de Contas Individual e Consolidada — DMAG / DFP*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (2025). *Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica em 2050*. Cascais.
- Câmara Municipal de Cascais. (s.d.). *Qualidade do Ar – Informação sobre parâmetros de qualidade do ar*. Disponível em: <https://www.cascais.pt/qualidade-do-ar>
- Câmara Municipal de Lisboa. (2024). *Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – REOT 2022*. Lisboa.
- Câmara Municipal de Mafra. (2024). *2.º Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) e Sistema de Indicadores*. Mafra.
- Câmara Municipal de Sintra. (2025). *Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – REOT 2024*.
- Carta Social de Cascais. Disponível em: <https://cartasocial.cascais.pt>

- Cascais Ambiente. Disponível em: <https://ambiente.cascais.pt>
- Cascais Data. Disponível em: <https://data.cascais.pt>
- Cascais Participa – Associativismo. Disponível em:
- <https://associativismo.cascais.pt/informacao/dados>
- CCDR-LVT. (2025). *Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – REOT LVT 2024*. Lisboa.
- Costa, J. C., Mesquita, S., Arsénio, P., Cortez, N., Magalhães, M., Cunha, N., Lino do Campo, S., Abreu, M. M., Pena, S. & Lousã, M. (2005). *Plano Verde do Concelho de Sintra – 1.ª fase*. Sintra.
- Direção-Geral do Território. (2024). *Relatório do Estado do Ordenamento do Território – REOT 2024*. Lisboa.
- DNA Cascais. (2020; 2024). *Plano de Atividades e Orçamento*. Alcabideche.
- Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Disponível em: <https://www.erse.pt>
- GeoCascais. Disponível em: <https://geocascais.cascais.pt>
- Matriz da Água de Cascais. (2020). *Relatório da Qualidade da Água das Ribeiras do Município de Cascais*. Cascais.
- Ministério da Administração Interna – Eleições. Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt>
- Município de Cascais. (2017–2023). *Estratégia Nacional para a Interação de Pessoas Sem Abrigo* (ENIPSSA). Cascais.
- Município de Cascais. (2025). *Perfil Local de Saúde 2025*. Cascais.
- Município de Cascais. (2025). *Plano Local de Promoção da Saúde de Cascais (PLPS) 2025–2030*. Cascais.
- Município de Cascais. (2025). *Plano Municipal de Ação Climática – PMAC2*. Cascais.
- Neto, A. & Painho, M. (2011). *C&SIG na delimitação da Estrutura Ecológica Municipal: aplicação ao município de Cascais*. ISEGI.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Decreto Regulamentar n.º 8/94, de 11 de março – *Criação do Parque Natural de Sintra-Cascais*.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Decreto Regulamentar n.º 9/94, de 11 de março – *Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais*.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro – *Avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente*.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro – *Regulamento Geral do Ruído (RGR)*.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – *RJIGT*.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012).
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto.
- Portugal. Assembleia da República - Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – LBPSOTU.
- Portugal. Assembleia da República - Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004, de 8 de janeiro – *POPNSC*.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2016, de 19 de junho.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 – *PSRN2000*.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2008, de 5 de junho – *PROT-AML*
- Plataforma Local de ODS – Cascais. Disponível em: <https://odslocal.pt>

- Plataforma de Sistemas de Gestão Geográfica do Turismo - Disponível em: <https://sigtur.turismodeportugal.pt/>
- Plataforma do Serviço Nacional de Saúde. Disponível em <https://www.sns.gov.pt/saude-em-tempo-real/>
- Taborda, R., et al. (2010). *Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas*. Cascais.
- União Europeia. Diretiva 92/43/CEE – *Diretiva Habitats*.
- União Europeia. Diretiva 2009/147/CE – *Diretiva Aves*.

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO POLÍTICA

Nuno Piteira Lopes

Presidente da Câmara Municipal de Cascais

COORDENAÇÃO GERAL

Luís Campos Guerra

Diretor Municipal do Planeamento, Estudos e Habitação
Municipal

António Amado

Diretor Municipal de Habitação, Planeamento e
Urbanismo (até 2025dez)

COORDENAÇÃO OPERACIONAL

Rui Pais de Amaral

Diretor do Departamento de Ordenamento do Território

Paula Ascensão Nunes

Chefe da Divisão Avaliação e Monitorização Ambiental
do Território

ELABORAÇÃO

Ana Duarte Costa

Jurista

Leonor Silva

Geógrafa

Paula Ascensão Nunes

Eng^a do Território

Pedro Gonçalves

Geógrafo

Rui Pais de Amaral

Arquiteto

Sara Lourenço

Geógrafa

COLABORAÇÃO

Ana Gonçalves Pereira

Ciências Sociais - Sociologia

Ana Isabel Reis

Eng^a do Ambiente

Anabela Pereira

Ciências Sociais - Sociologia

Anabela Vitorino

Eng^o Civil

Carina Pais

Arquiteta

Daniel Valente

Arquiteto

João Montes Palma

Arquiteto

Manuel Alves

Eng^o Civil

Maria João Monteiro

Designer

Maria João Nogueira

Arq^a Paisagista

Paula Portela

Estudos Europeus

Pedro Melo

Arquiteto

Ricardo Batista

Geógrafo

Rita Santos Dias

Arquiteta

Rute Ramalho

Arquiteta

CASCAIS

Para toda a vida